

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação Conhecimento e Inclusão Social em Educação

Anna Luiza Ferreira Romão

“NÃO RESTA A MENOR DÚVIDA DE QUE NECESSITAMOS DE UM MÉTODO
NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA”: disputas de autoria na constituição da educação
física no Brasil, de 1920 a 1940

Belo Horizonte
2022

Anna Luiza Ferreira Romão

“NÃO RESTA A MENOR DÚVIDA DE QUE NECESSITAMOS DE UM MÉTODO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA”: disputas de autoria na constituição da educação física no Brasil, de 1920 a 1940

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Conhecimento e Inclusão Social em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Andrea Moreno.

Belo Horizonte
2022

R761n
T

Romão, Anna Luiza Ferreira, 1988-

"Não resta a menor dúvida de que precisamos de um método nacional de educação física" [manuscrito] : disputas de autoria na constituição da educação física no Brasil, de 1920 a 1940 / Anna Luiza Ferreira Romão. - Belo Horizonte, 2022.

410 f. : enc, il., color.

Tese -- (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientadora: Andrea Moreno.

Bibliografia: f. 359-379.

Apêndices: f. 380-410.

1. Marinho, Inezil Penna, -- 1915-1987 -- Teses. 2. Educação -- Teses. 3. Educação física -- História -- 1920-1940 -- Teses. 4. Educação física -- Métodos de ensino -- História -- Teses.

I. Título. II. Moreno, Andrea, 1965-. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.9

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

"Não resta a menor dúvida de que necessitamos de um método nacional de educação física": disputas de autoria na constituição da educação física no Brasil, de 1920 a 1940

ANNA LUIZA FERREIRA ROMÃO

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL, como requisito para obtenção do grau de Doutor em EDUCAÇÃO - CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL.

Aprovada em 01 de julho de 2022, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Andrea Moreno - Orientador
UFMG
Prof(a). Tarcísio Mauro Vago
UFMG
Prof(a). Meily Assbu Linhares
UFMG
Prof(a). Edivaldo Góis Junior
UNICAMP
Prof(a). andré luiz dos santos silva
UFRGS

Belo Horizonte, 06 de julho de 2022.

Professora Dra. Rosimar de Fátima Oliveira
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação:
Conhecimento e Inclusão Social - FAE/UFMG



Documento assinado eletronicamente por **Rosimar de Fátima Oliveira, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 07/07/2022, às 08:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1578582** e o código CRC **9AB81E62**.

AGRADECIMENTOS

Agradecer a todas e a todos que transformam as nossas vidas, que nos impulsionam, seja com um olhar, uma escuta atenta, seja com um abraço ou palavras amáveis e acolhedoras, não é uma tarefa fácil, principalmente porque são essas pessoas que, por acreditarem na gente, em nossas trajetórias, por caminharem conosco, partilhando conhecimentos, vivências, experiências e afetos, tornam nosso caminhar mais leve, seguro, humano. Entretanto, poder registrar nossa gratidão evidencia nossa dimensão humana, sensível, uma vez que um agradecimento é a expressão de nossos mais sinceros e verdadeiros sentimentos.

Iniciar um doutorado, ao mesmo tempo em que tomei posse na rede de ensino da prefeitura de Belo Horizonte, assim como “assistir” a um presidente sendo eleito, numa democracia, por “fake news”, não foi, de forma alguma, animador, pois era certo que mais direitos, sobretudo do povo pobre, negro, seriam retirados. E, como também era de se esperar, um movimento de deslegitimação da ciência e uma deturpação generalizada dos fatos históricos foram implantados. Menos ainda foi animador constatar, com o passar de pouquíssimo tempo, que, inserida neste lugar de professora do ensino fundamental de BH, especialmente na Comunidade do Granja de Freitas, teria eu de travar Lutas diárias: luta contra um sistema capitalista que segue massacrando as pessoas mais pobres; luta contra um prefeito e uma secretária da educação que menosprezam a formação profissional, a carreira docente, que sucateiam a educação. Como se não bastasse, nesse ínterim, fomos atravessadas/os por uma pandemia causada pelo Coronavírus (COVID-19), que ainda persiste, mas que, sobretudo no início, antes da vacinação, retirou-nos o que nos é de mais caro: as possibilidades de encontros, a percepção de um afeto transmitido por um sorriso, a delícia de um abraço. Tivemos que nos reinventar. Tivemos que buscar outros meios para que o distanciamento/isolamento físico não nos trouxesse dias ainda mais sombrios. E, nesse contexto, estava eu afastada da sala de aula, das ruas e tendo de escrever esta Tese.

Todavia, acompanhada dos meus, das minhas, segui. Sindicalizei-me e, junto ao Sind-REDE, aprendi, aprendo, com o passar dos dias, a importância da consciência de classe, da conscientização política, a importância do diálogo e da escuta atenta, por fim, aprendo a importância da coletividade, da representatividade. Sendo assim, obrigada aos meus e às minhas companheiras de Luta, que, como eu, ainda acreditam em um país mais igualitário, mais justo; que acreditam na educação pública, gratuita, laica e de qualidade.

Com isso, agradeço também aos meus e às minhas amigas, colegas de profissão, com quem me encontro no chão da escola. Em especial, agradeço à Anna Correa, ao Igor Guimarães, ao Ronney Gorgozinho, à Elisa Carmo dos Santos, à Sabrina Oliveira, à Giane da Paz, à Ana Porto, ao André Purisco, à Maria das Dores Reis e ao Robson Andrade. E, como não poderia deixar de mencionar, agradeço aos meus e às minhas alunas, por me ensinarem, todos os dias, a ser uma professora mais paciente, mais consciente. Obrigada por me desafiarem, por me provocarem a buscar novos ou mesmo resignificar os meus conhecimentos, a resignificar meus pensamentos e as minhas ações. Mas, sobretudo, obrigada por reforçarem em mim a minha consciência de classe, a minha consciência política.

Voltando ao ambiente acadêmico, em primeiro lugar, agradeço à minha orientadora, Andrea Moreno, que, acompanhando o meu percurso desde 2010, segue me orientando no que concerne a leituras, métodos, à escrita, segue compartilhando vivências acadêmicas e pessoais, segue me ensinando, a cada dia, a ser mais independente, autônoma, segura das minhas escolhas. Por isso, Andrea, é realmente um prazer fazer parte de sua vida, fazer parte do seu grupo de pesquisa. Obrigada por tudo e por tanto!

Em segundo lugar, agradeço, especialmente, ao Tarcísio Mauro Vago, que contribuiu com a realização deste trabalho, orientando-me, desde o início, nas problematizações do objeto de pesquisa, concedendo-me fontes e, posteriormente, escrevendo o parecer do projeto de pesquisa, participando do meu exame de qualificação e compondo a Banca de minha defesa. Agradeço a Meily Assbú Linhales, pelo empréstimo de livros, pela partilha de fontes, pela acolhida às minhas idas ao Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (CEMEF), por também ter participado da qualificação de meu trabalho e por ter aceitado compor a minha Banca de defesa. Por esses dois últimos motivos, do mesmo modo, agradeço ao Edivaldo Góis Junior. Agradeço, ainda, ao André Luiz dos S. Silva, à Priscilla Kelly Figueiredo e ao Luciano Mendes de Faria Filho, por aceitarem compor a Banca de defesa do doutorado.

Agradeço às minhas amigas e amigos, parceiras e parceiros de nosso grupo de pesquisa (GEPHGI), pelas trocas, leituras e contribuições cuidadosas, pelas conversas aleatórias e, claro, pelas nossas muitas risadas deste mundo que nos faz dançar... Em especial, obrigada por existirem Ana Claudia Avelar, Cristiane Pisani, Iara Bonifácio e Gyna Fernandes.

Agradeço às demais professoras e professores, pesquisadoras e pesquisadores que colaboraram com o meu processo de formação no doutorado. Nas disciplinas, seminários e encontros de pesquisa, agradeço pelas trocas de ideias suscitadas pelas diferentes leituras, inclusive, de meus textos. Essa partilha foi fundamental ao longo desse percurso e na escrita desta Tese.

Agradeço à Iara Souto, pela orientação no acesso ao acervo do CEMEF e pela separação do material consultado.

Registro meu agradecimento ao Programa de Pós-Graduação: Conhecimento e Inclusão Social em Educação, ao Centro de Pesquisa em História da Educação (GEPHE) e ao Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer, por se constituírem espaços ricos e abertos ao debate, nos quais pude conviver com pessoas únicas, professoras e professores, pesquisadoras e pesquisadores do campo da História da Educação/História da Educação Física. Obrigada pela oportunidade de partilhar com vocês a minha formação e o desenvolvimento desta pesquisa, pelos ensinamentos, crescimento emocional e intelectual.

Especialmente, agradeço ao Marcus Taborda pelo empréstimo, sem data de devolução, de um notebook, o qual utilizei ao longo de todo o curso de doutorado e com o qual pude escrever esta Tese. Agradeço também, com eterna gratidão, à Elisete Silva, por se disponibilizar a ler minuciosamente a minha Tese, pelo seu trabalho cuidadoso de revisão e formatação, pela sua mediação na tradução do resumo em espanhol. E também agradeço, mais uma vez, à Cris Pisani pela tradução do resumo em inglês.

Finalmente, quero agradecer a todas às minhas amigas, a todos os meus amigos e aos meus familiares que tornaram esse percurso mais prazeroso, que estiveram ao meu lado, que partilharam sentimentos, risadas, danças, brindes, que me deram suporte para prosseguir nessa caminhada e que compreenderam os momentos de ausências e impaciências. Em especial, agradeço imensamente à minha Mãe, Maria de Lourdes Ferreira, pelo exemplo de mulher guerreira, determinada, independente e companheira, pelo amor e amparo incondicional, por tornar meus sonhos possíveis, por ser a maior referência de minha vida. Agradeço à minha irmã, Juliana Melo, pela partilha da vida e por ensinar os caminhos de uma vida acadêmica. Enfim, agradeço a todas e a todos, cujos nomes não foram citados nestas linhas, apesar de longo o texto, porque, como canta lindamente Maria Bethânia, “eu não ando só”. A cada uma e a cada um de vocês, meus sinceros agradecimentos!!!

“O passado nunca será plenamente conhecido e compreendido. No limite, podemos apenas entender seus fragmentos, suas incertezas.

Por mais que o pesquisador tente se aproximar de uma verdade sobre o passado, apostando no rigor metodológico, permanecem fluidos e fugidios os pedaços da história que se quer reconstruir”
(Lopes e Galvão, Território Plural, 2010, p. 65).

RESUMO

Este estudo apresenta o processo de tentativa de criação de um Método Nacional de Educação Física no Brasil, entre as décadas de 1920 e 1940. Nesse processo investigativo, compreendemos que o debate acerca da elaboração de um Método Nacional de Educação Física girava, principalmente, em torno das seguintes instituições: Associação Brasileira de Educação, Centro Militar de Educação Física, Escola de Educação Física do Exército, Divisão de Educação Física e Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Também identificamos que Inezil Penna Marinho foi um importante sujeito dessa trama institucional, sendo seu protagonista e narrador de uma significativa parte da história da educação física brasileira. Partindo do debate forjado no interior dessas instituições, percebemos que, nele, alguns elementos destacavam-se, como a construção de um ideário nacionalista, da noção de brasilidade e do sentimento patriótico, que, com o passar das décadas, foi se intensificando, culminando com a instalação do Estado Novo. Nessa ambiência, que vislumbrava o progresso, forjava-se um anseio de se constituir uma nação forte por meio de um homem forte, o que se daria através da educação física. No decorrer dos anos 20 e 30, algumas instituições/sujeitos lançaram-se nesse debate. Todavia, foi somente na década de 1940, após a instalação do Estado Novo, que tais discussões potencializaram-se, e diversas ações, visando à criação de um Método Nacional de Educação Física, foram realizadas. Decorridos os anos 40, contudo, os esforços empreendidos na tentativa de elaboração desse método foram perdendo força, e o método de educação física com “alma nacional” sequer saiu do papel, permanecendo, apenas, registrado nos diversos estudos produzidos por Inezil Penna Marinho, sobretudo no decorrer da década de 1940. A Escola Nacional de Educação Física e Desportos, por outro lado, buscando se efetivar enquanto Escola-Padrão, sistematizou um método, denominado Método Eclético de Educação Física, em que se reuniam diversas práticas. Portanto, no Brasil, principalmente na primeira metade do século XX, não houve a adoção única e exclusiva de um método de educação física, e a elaboração de um método genuinamente brasileiro tampouco foi concretizada. Assim, o que ocorreu foi a proposição de uma miscelânea de práticas, influenciadas por diferentes métodos estrangeiros, e a tendência de cada instituição adotar aquele método que julgasse mais coerente com os seus objetivos. A metodologia utilizada foi a da revisão de literatura e a da análise documental. Para compreendermos esse processo, acessamos o acervo físico do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer; os acervos on-line da Hemeroteca Digital e da Associação Brasileira de Educação; o LUME – Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; e o site do Centro de Capacitação Física do Exército. Reunimos um conjunto documental composto por revistas e boletins especializados, reportagens de jornais e revistas, livros, cadernos, atas das reuniões do Conselho Diretor e da “Secção de Educação Physica e Hygiene” da Associação Brasileira de Educação, além de fotografias. Também tivemos acesso a documentos pessoais de algumas professoras, pesquisadoras e de um professor, pesquisadores do campo da História da Educação/História da Educação Física.

Palavras-chave: Método Nacional de Educação Física. Inezil Penna Marinho. Protagonismos em disputa. Método Eclético de Educação Física.

ABSTRACT

This research presents a process of attempting to create a National Method of Physical Education in Brazil between the 1920s and 1940s. In this investigation process, we understand that the debate about the elaboration of a National Method of Physical Education revolved mainly around the following institutions: the Brazilian Association of Education, the Military Centre of Physical Education, the Army School of Physical Education, the Department of Physical Education and the National School of Physical Education and Sports. We have identified that Inezil Penna Marinho was an essential subject of this institutional plot, being its protagonist and narrator of a significant part of the history of Brazilian physical education. Starting in debating from inside the institutions, we noticed some elements highlighted, such as the construction of a nationalist ideology, the notion of *brazility*, and the intensified patriotic feeling, culminating with the installation of the "Estado Novo". In this ambiance, which aimed at progress, a desire was forged to build a strong nation using a strong man, which would be achieved through physical education. During the 20s and 30s, some institutions/subjects engaged in this debate. However, only in the 1940s, after the establishment of the New State, such discussions were strengthened, and several actions were taken to create a National Method of Physical Education. After the 1940s, however, the efforts made in the attempt to create such a method lost strength, and the physical education method with a "national soul" was not even put down on paper, remaining that registered in the several studies produced by Inezil Penna Marinho, especially during the 1940s. The National School of Physical Education and Sports, on the other hand, trying to establish itself as a Standard-School, systematized a method called the Eclectic Method of Physical Education, which gathered several practices. Therefore, in Brazil, especially in the first half of the 20th century, there was no single and exclusive adoption of a physical education method and creating a genuinely Brazilian method was not accomplished either. Thus, what happened was the proposition of a mix of practices, influenced by different foreign methods, and the tendency of each institution to adopt the method is considered more coherent with its objectives. The methodology used was a literature review and document analysis. We accessed the collection in the Physical Education, Sports, and Leisure Memory Centre, the Digital Papers Archives, and the Brazilian Association of Education; LUME - Digital Repository of the Federal University of Rio Grande do Sul; and the website of the Army Physical Training Centre. We gathered a documental set composed of magazines and specialized bulletins, newspaper and magazine reports, books, notebooks, minutes of the meetings of the Board of Directors and the "Secção de Educação Physica e Hygiene" of the Brazilian Association of Education, besides photographs. We also had access to personal documents of some teachers, researchers, and a professor, researchers in the field of History of Education/History of Physical Education.

Keywords: National Method of Physical Education. Inezil Penna Marinho. Disputed protagonisms. Eclectic Method of Physical Education.

RESUMEN

Este estudio presenta el proceso del intento de la creación de un Método Nacional de Educación Física en Brasil entre las décadas de 1920 y 1940. A lo largo de la investigación, comprendimos que el debate acerca de la elaboración de un Método Nacional de Educación Física se voltea, principalmente, alrededor de las siguientes instituciones: Asociación Brasileña de Educación, Centro Militar de Educación Física, Escuela de Educación Física del Ejército, Departamento de Educación Física y Escuela Nacional de Educación Física y Deportes. También identificamos que Inezil Penna Marinho fue un importante agente de esa trama institucional, de manera que fue el protagonista y el narrador de significativa parte de la historia de la educación física brasileña. Partiendo del debate concebido en el interior de esas instituciones, percibimos que algunos elementos se destacaban en él, tales como la construcción de un ideario nacionalista, de la conciencia de pertenencia a la cultura brasileña y del sentimiento patriótico que, al paso de décadas, se fue intensificando, culminando en la instalación del Estado Nuevo. En ese ambiente, que oteaba el progreso, se anhelaba constituirse como una nación fuerte a través de un hombre fuerte, lo que se daría por intermedio de la educación física. En el transcurso de los años 20 y 30, algunas instituciones/agentes se presentaron en ese debate. Sin embargo, solamente en la década de 1940, tras la instalación del Estado Nuevo, que tales discusiones se potencializaron, y fueron realizadas distintas acciones que tenían como objetivo la creación de un Método Nacional de Educación Física. En el transcurso de los años 40, no obstante, el esfuerzo realizado para el intento de confección de ese método se fue debilitando y el método de educación física como “alma nacional” ni siquiera salió del papel, manteniéndose registrado solamente en los diversos estudios realizados por Inezil Penna Marinho, principalmente a lo largo de la década de 1940. Por otro lado, la Escuela Nacional de Educación Física y Deportes buscando efectivarse como Escuela-Modelo, coordinó un método, nombrado Método Eclético de Educación Física, en el cual se reunieron diversas prácticas. Sin embargo, en Brasil, principalmente en la primera mitad del siglo XX, no hubo adopción única y exclusiva de un método de educación física y tampoco se logró la elaboración de un método verdaderamente brasileño. De esa manera, se propuso una mezcla de prácticas, influenciadas por distintos métodos extranjeros, y la predilección por parte de cada institución de acoger el método juzgado como más coherente con sus objetivos. La metodología utilizada fue la revisión de literatura y la del análisis documental. A fin de comprender ese proceso, accedimos al acervo físico del Centro de Memoria de la Educación Física, del Deporte y del Ocio; los acervos virtuales de la Hemeroteca Digital y de la Asociación Brasileña de Educación; el LUME – Registro Digital de la Universidad Federal del Río Grande del Sur; y la página web del Centro de Capacitación Física del Ejército. Reunimos un conjunto documental compuesto por revistas y boletines especializados, reportajes de periódicos y de revistas, libros, cuadernos, actas de las reuniones de la Junta Directiva y de la “*Secção de Educação Physica e Hygiene*” de la Asociación Brasileña de Educación, además de fotografías. También accedimos a documentos personales de algunas profesoras, investigadoras y de un profesor, investigadores del área de la Historia de la Educación/Historia de la Educación Física.

Palabras clave: Método Nacional de Educación Física. Inezil Penna Marinho. Protagonismos en conflicto. Método Eclético de Educación Física.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – I Língiada (1939)	74
FIGURA 2 – Organização e Administração da Educação Física no Brasil	95
FIGURA 3 – Registros do VII Congresso Nacional de Educação.....	123
FIGURA 4 – Aula de ginástica feminina no Estádio do Instituto de Educação.....	152
FIGURA 5 – Sessão Inaugural do I Congresso Panamericano de Educação Física	193
FIGURA 6 – Entrega da medalha comemorativa do I Congresso Panamericano de Educação Física ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Major Barbosa Leite.....	194
FIGURA 7 – Visita dos congressistas ao Departamento de Educação Física da Marinha	198
FIGURA 8 – Visita dos congressistas ao Departamento de Educação Física da Estrada de Ferro Central do Brasil	198
FIGURA 9 – Recepção aos congressistas na Escola Nacional de Educação Física e Desportos.....	199
FIGURA 10 – Visita à Escola de Educação Física do Exército.....	199
FIGURA 11 – Inauguração da placa oferecida pelos congressistas à Casa Rui Barbosa	200
FIGURA 12 – Demonstração de educação física dos alunos do Colégio Militar	200
FIGURA 13 – Demonstração de atividade feminina da Escola Nacional de Educação Física e Desportos.....	201
FIGURA 14 – Demonstração de atividade masculina da Escola Nacional de Educação Física e Desportos.....	201
FIGURA 15 – Gustavo Capanema no encerrando do I Congresso Panamericano de Educação Física	202
FIGURA 16 – Aspecto da I Exposição Nacional de Educação Física	203
FIGURA 17 – O painel “A Contribuição da Educação Física para o Esfôrço na Guerra”, os campos de Educação Física do Uruguai e o esquema da organização da Educação Física no Paraguai.....	205
FIGURA 18 – Inezil Penna Marinho em sua biblioteca particular situada em sua residência no Rio de Janeiro (1952)	231
FIGURA 19 – Capa do Inquérito realizado pela DEF, em 1942.....	240
FIGURA 20 – Capa do livro que reúne as contribuições enviadas à DEF em resposta ao Inquérito lançado em 1942	247
FIGURA 21 – Capa do livro classificado em primeiro lugar no Concurso de Contribuições para o Método Nacional de Educação Física, realizado pela DEF, em 1943, de autoria de Inezil Penna Marinho	278
FIGURA 22 – Capa do livro classificado em terceiro lugar no Concurso de Contribuições para o Método Nacional de Educação Física, realizado pela DEF, em 1943, de autoria de Inezil Penna Marinho	298

FIGURA 23 – Capa do livro classificado em primeiro lugar no <i>Concurso de Contribuições para o Método Nacional de Educação Física</i> , realizado pela DEF, em 1944, de autoria de Inezil Penna Marinho	304
FIGURA 24 – Capa do livro escrito por Inezil Penna Marinho, em 1945	310
FIGURA 25 – Capa do livro de Inezil Penna Marinho, escrito em 1946 (Introdução).....	321
FIGURA 26 – Capas do livro de Inezil Penna Marinho, escrito em 1946 (1ª e 2ª Partes)	322

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Disciplinas do “curso superior”	166
QUADRO 2 – Disciplinas dos cursos “normal, de técnica desportiva, de treinamento e massagem e de medicina da educação física”	167
QUADRO 3 – Colaboradores do “Comité Brasileiro Pró-Lingíada” e suas funções ou cargos.....	382
QUADRO 4 – Temas das Conferências e Congressos Nacionais de Educação promovidas pela ABE – 1920-1940	383
QUADRO 5 – Jornais e revistas com notícias das Conferências e dos Congressos Nacionais de Educação	384
QUADRO 6 – Estados que possuíam órgãos especializados em Educação Física.....	387
QUADRO 7 – Criação das Escolas ou dos Cursos de Educação Física	388
QUADRO 8 – Fontes para o sequenciamento dos presidentes da SEPH/ABE	389
QUADRO 9 – Jornais consultados para compor o rol de atividades realizadas no VII Congresso Nacional de Educação.....	390
QUADRO 10 – Partes dos cursos de instrutores e de monitores de educação física	391
QUADRO 11 – Funcionários da Divisão de Educação Física – 1937-1945.....	392
QUADRO 12 – Trabalhos publicados por Inezil Penna Marinho – 1932-1966	394
QUADRO 13 – Instâncias e sujeitos que contribuíram para que Inezil Penna Marinho expandisse a sua rede de sociabilidades	395
QUADRO 14 – Títulos dos trabalhos de Inezil Penna Marinho publicados nos periódicos da área da Educação Física – década de 1940	400
QUADRO 15 – Títulos dos trabalhos de Inezil Penna Marinho, publicados na década de 1950, nos periódicos da área.....	406
QUADRO 16 – Livros, ensaios e monografias escritos por Inezil Penna Marinho – 1938-1985	408

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	– Associação Brasileira de Educação
ACM	– Associação Cristã de Moços
APEF-SP	– Associação de Professores de Educação Física do Estado de São Paulo
CEMEF	– Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer
CMEF	– Centro Militar de Educação Física
CNE	– Conferência Nacional de Educação
CPDOC-FGV	– Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas
DEF	– Divisão de Educação Física
EEFFTO	– Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
ENEFD	– Escola Nacional de Educação Física e Desportos
EsEFEx	– Escola de Educação Física do Exército
EUA	– Estados Unidos da América
FaE	– Faculdade de Educação
GEPHE	– Centro de Pesquisa em História da Educação
RGEF	– Regulamento Geral de Educação Física
SEPH	– “Secção de Educação Physica e Hygiene”
UB	– Universidade do Brasil
UFES	– Universidade Federal do Espírito Santo
UFMG	– Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	– Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Unicamp	– Universidade Estadual de Campinas
USP	– Universidade de São Paulo
VII CNED	– <i>VII Congresso Nacional de Educação</i>

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	18
1	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	23
1.1	As instituições investigadas	28
1.2	O lugar ocupado por Inezil Penna Marinho na constituição de uma educação física com “alma nacional”	30
1.3	As noções dos termos mobilizados na tecitura da trama	31
2	METODOLOGIA – ACERVOS, FONTES E ESCOLHAS METODOLÓGICAS PARA A ESCRITA DA TRAMA	41
2.1	Especificidades metodológicas	45
	PRIMEIRO MOMENTO – O clima que antecedeu os anos 40: as décadas de 1920 e 1930.....	47
3	O IDEÁRIO NACIONALISTA E A CONSTRUÇÃO DA BRASILIDADE: SUA RELAÇÃO COM A CONFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA.....	48
3.1	A eugenia e o higienismo na conformação da educação física brasileira.....	55
3.2	Ginástica versus Esporte? A visão dos intelectuais na conformação da educação física brasileira.....	60
4	UM NOVO MOMENTO DA HISTÓRIA DA ESCOLA, NO BRASIL, COMEÇAVA A SE DESENVOLVER: O MOVIMENTO <i>ESCOLANOVISTA</i> , O <i>MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA</i> , AS REFORMAS EDUCACIONAIS E A EDUCAÇÃO FÍSICA NACIONAL	77
4.1	A Associação Brasileira de Educação e a publicação do <i>Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova</i>	80
4.2	O movimento de renovação pedagógica e as reformas educacionais.....	86
4.3	O movimento de renovação pedagógica e a educação física nacional	90
5	A DISPUTA, NO ÂMBITO INSTITUCIONAL, PELA CONFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NACIONAL E O ESPRAIAMENTO DO MÉTODO FRANCÊS	95
5.1	A Associação Brasileira de Educação e a educação física nacional.....	96
5.1.1	O posicionamento da ABE frente à implementação do anteprojeto e o desejo dos abeanos em serem reconhecidos como os protagonistas de tudo aquilo que dizia respeito à causa educacional	107
5.1.2	O VII Congresso Nacional de Educação e a educação física como tema central.....	123
5.2	Os militares: importantes atores políticos na configuração da educação física brasileira	132
5.2.1	O início da grande obra promovida pelos militares: a criação do Centro Militar de Educação Física	134
5.2.2	A Escola de Educação Física do Exército: a afirmação de uma pedagogia do Exército para a educação física brasileira.....	145

5.2.2.1	Os militares “invadem” as escolas civis: os Cursos de Emergência destinados à formação de professores de educação física	149
5.2.3	A Divisão de Educação Física: novos e promissores horizontes se abrem para o problema da educação física nacional	156
5.2.3.1	Encaminhamentos dados pela DEF: a regulamentação, orientação e fiscalização da educação física em território nacional	161
5.2.4	A Escola Nacional de Educação Física e Desportos e a formação de professores: “um abrandamento das estruturas da Escola de Educação Física do Exército”	164
	SEGUNDO MOMENTO – A década de 1940 e a tentativa de criação de um Método Nacional de Educação Física.....	175
6	AÇÕES E ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA VISANDO À ELABORAÇÃO DE UM MÉTODO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA	176
6.1	Os Congressos Panamericanos e as Exposições de Educação Física	193
6.1.1	As impressões do I Congresso Panamericano de Educação Física que “viajaram” pela América	211
7	INEZIL PENNA MARINHO E O MÉTODO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM PROTAGONISTA NO SEU PROCESSO DE CRIAÇÃO.....	217
7.1	Dos lugares que ocupou às relações que estabeleceu: Inezil Penna Marinho e a educação física que almejou forjar	219
7.2	As publicações de Inezil Penna Marinho e a sua construção como um intelectual criador	231
7.3	Inezil Penna Marinho e a história da educação física brasileira	233
8	A TENTATIVA DE ELABORAÇÃO DE UM MÉTODO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA PELA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA/INEZIL PENNA MARINHO	239
8.1	As obras de Inezil Penna Marinho: trabalhos vencedores dos Concursos de Contribuições ao Método Nacional de Educação Física	278
8.2	Inezil Penna Marinho e as estratégias de demarcação de seu lugar enquanto o protagonista no processo de elaboração do Método Nacional de Educação Física....	310
9	O SEGUNDO MOMENTO DA ESCOLA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS E A PROPOSIÇÃO DO MÉTODO ECLÉTICO DE EDUCAÇÃO FÍSICA	329
9.1	A sistematização da educação física nacional: o surgimento do Método Eclético de Educação Física	331
10	CONSIDERAÇÕES FINAIS	348
	REFERÊNCIAS	361
	FONTES DA PESQUISA	373
	APÊNDICES	382

INTRODUÇÃO

[...]. Como muito bem diz Descartes, as diversidades das nossas opiniões não provém do fato de uns serem mais razoáveis do que outros, mas apenas do fato de conduzirmos o nosso pensamento por diferentes caminhos. Não resta a menor dúvida de que necessitamos de um método nacional de Educação Física e vários são os caminhos que a ele nos poderão levar; e nós pretendemos, tão somente, ser um desses muitos caminhos. [...].
(MARINHO, 1945b, p. 27-28, negrito nosso)

Iniciamos com essas palavras de Inezil Penna Marinho, pois a tentativa de criação de um Método Nacional de Educação Física no Brasil, entre as décadas de 1920 e 1940, é o objeto deste estudo. Conforme Certeau (1982, p. 72), o estudo histórico é o “produto de um lugar”. Assim sendo, o interesse por desvendar como se deu essa tentativa guarda relação com os estudos anteriormente realizados, a partir dos quais identificamos que as ginásticas forjadas em solo brasileiro, entre a segunda metade do século XIX e as décadas iniciais do XX, traziam consigo elementos de diferentes métodos estrangeiros e que a sistematização do ensino dessas práticas, sobretudo no contexto escolar, era influenciada também pelas experiências e pela circulação de seus professores por diversas e distintas instituições¹. Todavia, com o passar do tempo, o desejo de constituir, também em terras brasileiras, um Método Nacional de Educação Física, assim como ocorrera em outros países, tornou-se crescente².

Surgiram, então, alguns questionamentos: a educação física no Brasil foi sistematizada somente a partir de métodos ginásticos que viajaram, principalmente, da Europa para cá?; além disso, se o desejo, especialmente a partir das décadas iniciais do século XX, passou a ser a constituição de uma educação física com “alma nacional”, como esse processo aqui se deu?.

Conforme Jacques Gleyse e André Dalben (2020, p. 3), no decorrer das décadas finais do século XIX e iniciais do XX, “a circulação de saberes sobre os diferentes métodos

¹ Na graduação, com a monografia intitulada *Inventariando e problematizando o ensino da Gymnastica em Minas Gerais (1880-1920)*, eu pesquisei a constituição da cadeira de *gymnastica* nas escolas normais mineiras e a sua relação com os métodos ginásticos europeus que aqui chegaram e que foram adaptados à nossa realidade. No mestrado, com a dissertação, *Entre Escolas, Clubs e Sociedades: as Gymnasticas tecidas por professores no Rio de Janeiro (1850-1900)*, meu objetivo foi compreender de que maneira a *gymnastica* forjou-se em terras fluminenses, no decorrer da segunda metade do século XIX, tendo como eixo norteador a circulação e as experiências de dois dos seus professores: Paulo Vidal e Vicente Casali.

² Para mais detalhes de como esse processo ocorreu na França e na Argentina, por exemplo, consultar Gleyse e Dalben (2020).

foi bastante fértil e provocou inúmeros debates, enraizados principalmente nos pressupostos da constituição dos próprios estados nacionais”. Em decorrência disso,

[...] as inúmeras conexões transnacionais engendradas pelos processos de criação de métodos nacionais de educação física foram responsáveis por conformar uma complexa rede de produção, disseminação, recepção, tradução, apropriação, transformação e reinvenção de saberes e práticas sobre a ginástica, assim como de embates e alianças entre diferentes atores sociais. (GLEYSE; DALBEN, 2020, p. 3).

Vestígios de discussões em torno da necessidade de criação de um Método Nacional de Educação Física no Brasil começaram a surgir nas primeiras décadas do século XX. Nesse período, médicos, intelectuais, professores civis e militares demonstravam-se preocupados em relação à adoção de métodos ginásticos estrangeiros em solo brasileiro. Como exemplo dessa preocupação, podemos citar uma notícia publicada, ainda em 1919, no jornal *Correio Paulistano* (19 de março de 1919, p. 2) informando que a “Associação Paulista de Sports Athleticos”, com o objetivo de “estudar e resolver os grandes problemas da educação physica brasileira”, propunha a organização de uma “comissão de educação physica”, a qual deveria, de antemão, estabelecer as “convicções a respeito do que [era] a educação physica sob o seu aspecto scientifico e social”. Nesse sentido, necessário era o estabelecimento de

[...] linhas geraes de um programma de execução pratica dessas concepções, segundo as condições do nosso meio, as nossas defficiencias sociaes, as nossas affinidades ethnicas, as nossas condições climatericas, as nossas circunstancias politicas e administrativas, etc.. (CORREIO PAULISTANO, 19 de março de 1919, p. 2).

Transcorrida quase uma década, esse debate adentrou a Associação Brasileira de Educação (ABE) que, desde a sua criação – ano de 1924 –, interessava por tudo aquilo que dizia respeito ao campo educacional, e, nesse sentido, a educação física não foi esquecida. Iniciando uma série de conferências, a “Secção de Educação Physica e Higiene” (SEPH) da ABE, por intermédio do professor Ambrósio Torres, tematizou a “methodologia do ensino dos exercicios physicos”, cuja base seria “um methodo eclecticico de educação physica nacional” (CORREIO DA MANHÃ, 14 de julho de 1929, p. 6).

Também em 1929, o Ministério da Guerra publicou um anteprojeto de lei que visava regulamentar o ensino de educação física em todo o território nacional, tendo sido o seu conteúdo estruturado com base na experiência realizada no Centro Militar de Educação Física (CMEF), sob a influência da Missão Militar Francesa. Segundo Gleyse e Dalben (2020,

p. 3), “a influência do exército francês” nos anos 20 e 30 “foi particularmente expressiva no exército brasileiro”. Ainda que não se tratasse “de uma tradução integral do método francês, a adoção do Regulamento nº 7 – Método Francês, modelo destinado ao exército, mas estendido à população civil brasileira” (1931), “pode ser compreendida como testemunho desta influência” (GLEYSE; DALBEN, 2020, p. 3).

Assim, mesmo que, na década de 1920, deparemos-nos com mais alguns outros indícios que sinalizavam a necessidade de criação de um método de educação física brasileiro, foi somente a partir da instalação do Estado Novo, sobretudo no decorrer da década de 1940, que uma ambiência fértil para esse debate potencializou-se, surgindo a proposta de um Método Nacional de Educação Física, reconhecendo, assim, o significado e a importância de sua criação.

Diante disso, nossa hipótese é a de que, com a instauração do Estado Novo, forjou-se uma ambiência ainda mais propícia para se debater e elaborar um método de educação física com “alma nacional”. Não por mera coincidência, foi com a queda de Getúlio Vargas do poder, em outubro de 1945, que também o movimento de criação de um Método Nacional de Educação Física foi, paulatinamente, perdendo força, até cair no esquecimento. Sua implementação nunca chegou a ocorrer, mesmo contando com um contexto favorável, principalmente ao longo da década de 1940. A partir desse momento, outros modos de sistematização da educação física começaram a surgir, os quais não, necessariamente, traziam como elemento central a questão da nacionalidade, como antes era ressaltada (LIMA, 2012; CUNHA, 2017; CUNHA; LIMA, 2018) e, somando-se a isso, a prática esportiva seguia se afirmando e se consolidando por todo o território nacional.

Importa, portanto, compreendermos como a educação física configurou-se entre as décadas de 1920 e 1940, no Brasil, tendo em vista um movimento de criação de um método genuinamente brasileiro. Nesse sentido, tomando o Estado Novo como um importante período dessa trama e cientes de que foi nele que se potencializou o sentimento de devoção pela pátria, assim como a difusão do ideário nacionalista e os esforços no sentido de conformar a população brasileira para servir aos interesses da nação, questionamos: como se articularam os discursos em relação à necessidade de criação de um Método Nacional de Educação Física que vinha sendo debatido nesse período?; qual o peso da influência exercida pelo Exército Brasileiro nesses discursos?; além dos militares, existiram outras instituições com tamanha influência sobre o modo como a educação física vinha sendo pensada e sistematizada, sobretudo considerando o sistema de ensino no Estado Novo?; se sim, quais foram essas

instituições?; e os sujeitos, quais estiveram envolvidos diretamente nesse campo de disputas e enfrentamentos?.

Nesta pesquisa, propomos analisar o campo de disputas sobre uma parte da história da educação física brasileira, lançando um novo olhar sobre esse tema que é ainda pouco pesquisado³. Assim, o nosso principal objetivo é compreender o processo de tentativa de criação de um Método Nacional de Educação Física no Brasil, entre as décadas de 1920 e 1940.

No bojo desse objetivo, outros mais específicos se delineiam, tais como:

- Compreender como o Estado interveio no processo de elaboração de um Método Nacional de Educação Física, destacando as estratégias e iniciativas utilizadas por ele nesse processo;
- Analisar a produção e a circulação de ideias acerca da necessidade, ou não, de sistematização de um Método Nacional de Educação Física, a partir das ações da Associação Brasileira de Educação, do Centro Militar de Educação Física, da Escola de Educação Física do Exército, da Divisão de Educação Física e da Escola Nacional de Educação Física e Desportos;
- Analisar a documentação e os registros de congressos, conferências e exposições que se dedicaram a debater o processo de constituição de uma educação física nacional, atentando para os sujeitos e as ideias postas em circulação nesses documentos, buscando identificar e compreender as suas contribuições nesse processo;
- Analisar as contribuições de Inezil Penna Marinho no movimento de tentativa de criação do Método Nacional de Educação Física.

Além desta Introdução, esta Tese apresenta a seguinte estrutura: na Seção 1, encontra-se a fundamentação teórica; na Seção 2, temos a metodologia; na Seção 3, nosso objetivo foi debater a construção de um ideário nacionalista e a noção de brasilidade, abordando também as discussões relacionadas aos movimentos eugênico e higienista. Na sequência, discutimos sobre o lugar ocupado pelas práticas ginástica e esportiva, a partir da compreensão de alguns intelectuais (educadores civis e militares e médicos higienistas) na

³ Alguns estudos mencionam o Método Nacional de Educação Física, ou melhor, a tentativa de sua criação. No entanto, nenhum deles se debruçou, de fato, sobre esse processo, deixando aí uma lacuna na historiografia. Para citar alguns desses estudos, temos: Castro (1997); Ferreira Neto (1999); Linhales (2006); Linhales e Silva (2008); Linhales (2009); Corrêa (2009); Figueiredo (2016); Cunha (2017); Melo (2018); Bruschi (2019); Fernandes (2020); Fonseca (2020); Lima (2021).

conformação da educação física brasileira; na Seção 4, cujo objetivo foi enfatizar um novo momento da história da escola, no Brasil, debatemos sobre o movimento *Escolanovista*, o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, as reformas educacionais e a constituição da educação física nacional; na Seção 5, enfatizamos a disputa, empreendida no âmbito institucional, pela conformação da educação física nacional e o espraçamento do Método Francês no Brasil. Tomamos como principais referências os debates e as proposições ocorridos na Associação Brasileira de Educação, no Centro Militar de Educação Física, na Escola de Educação Física do Exército, na Divisão de Educação Física e, por fim, na Escola Nacional de Educação Física e Desportos; na Seção 6, nosso objetivo foi ressaltar as ações e estratégias adotadas pela Divisão de Educação Física, visando à elaboração de um Método Nacional de Educação Física no decorrer da década de 1940; na Seção 7, enfatizamos a figura de Inezil Penna Marinho como um protagonista do processo de criação do Método Nacional de Educação Física; a Seção 8, nosso objetivo foi apresentar e discutir o Método Nacional de Educação Física proposto por Inezil Penna Marinho, intermediado, por vezes, pela Divisão de Educação Física; na Seção 9, nosso objetivo foi evidenciar o que denominamos como segundo momento da Escola Nacional de Educação Física e Desportos e a proposição do Método Eclético de Educação Física; por fim, na Seção 10, apresentamos as considerações finais da pesquisa.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Atentando para o período investigado, Jorge Nagle (1974) chama nossa atenção para o fato de que, a partir das duas primeiras décadas do século XX, no Brasil, um movimento caracterizado pelo “entusiasmo pela educação” e pelo “otimismo pedagógico” evidenciou-se. Para Nagle (1974), aquele “otimismo pedagógico” manteria do “entusiasmo pela educação” uma crença em seu poder, no entanto ele não se referia a qualquer tipo de educação, mas, sim, àquela pautada na nova pedagogia que estava em curso, a qual objetivava a formação também de um novo homem.

De acordo com Denise Corrêa (2009, p. 4), foi na década de 1920, sobretudo, que se forjou a ideia de que era preciso “transformar radicalmente a escola para além do aspecto quantitativo”, tornando-se imprescindível a revisão dos seus objetivos e conteúdos e da sua função social. A escola tornou-se “alvo de intensa discussão e constantes reformas pelo poder público”, uma vez que passou a ser considerada como a “instituição matriz na integração do humano com o nacional” (CORRÊA, 2009, p. 4). Em relação à relevância conferida à questão educacional, Marta Carvalho (1998) observa que outros movimentos nesse sentido também foram ganhando força nos anos 20. A *Semana da Arte Moderna* e as Revoltas Tenentistas podem ser pensadas como sintomas das transformações econômica, social e política que ocorreram no país, nas quais, a dimensão da identidade nacional também ganhou relevância.

Em novembro de 1930, Getúlio Vargas tomou posse na chefia do Governo Provisório⁴ e anunciou um “programa de reconstrução nacional”, cujos objetivos eram promover o “saneamento moral e físico” por meio de uma “campanha sistemática de defesa social e educação sanitária” e difundir o ensino público através de um “sistema de estímulo e colaboração direta com os Estados” (HORTA, 1994, p. 1). Para assegurar que “a formulação das propostas educacionais estivesse em consonância com o projeto político centralizador de construção do Estado Nacional” (CORRÊA, 2009, p. 31), Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde. Nesse momento, sua intenção era “romper com as velhas estruturas e projetar a construção de um novo país, assentado em uma nova ordem social, econômica e política” (CORRÊA, 2009, p. 36), o que implicava necessariamente na preparação da sociedade para esse “ajustamento” frente às mudanças que estavam por vir.

⁴ Governo Provisório é a maneira como é chamado o período inicial em que Getúlio Vargas governou o Brasil. Iniciado em 1930, quando Vargas foi nomeado Presidente logo após a Revolução de 1930 que destituiu Washington Luis do poder, esse período estendeu-se até 1934, quando Vargas foi reeleito em eleição indireta, dando início ao Governo Constitucional.

José Horta (1994), corroborando as premissas de Nagle (1974) no que se refere ao “entusiasmo pela educação” e ao “otimismo pedagógico”, afirma ter a educação ocupado um importante lugar nos discursos oficiais.

Neles, destacam-se certos temas que, mesmo não constituindo um programa educacional estruturado, acentuar-se-ão, à medida em que se acentua o caráter autoritário do regime. Ao mesmo tempo, ao nível do discurso e ao nível da legislação, estes temas evoluirão sempre no mesmo sentido: colocar o sistema educacional a serviço da implantação da política autoritária. (HORTA, 1994, p. 2).

A partir da interpretação feita por Horta (1994) e corroborando as ideias de Nagle (1974), a educação tornou-se um problema nacional. Além disso, a ela foi atribuída uma grande importância. Relacionada diretamente à saúde, a educação tinha seu viés moral enfatizado. Como problema nacional, ela serviria “para justificar uma intervenção cada vez mais intensa do governo federal nos diferentes níveis de ensino e uma crescente centralização do aparelho educativo” (HORTA, 1994, p. 2). A partir de 1935, essa concepção foi ainda mais ressaltada: de problema nacional, a educação passou a ser considerada um problema de segurança nacional. Dessa ligação entre a educação e a saúde, reforçou-se a ideia de que a educação física, que, no decorrer do século XIX e início do XX, voltava-se para o desenvolvimento físico individual, a partir da década de 1930, principalmente, estaria relacionada ao fortalecimento da raça, justificando-se, assim, “o aumento do interesse de certos setores militares pelo sistema educativo” (HORTA, 1994, p. 2), os quais tornariam a educação física uma porta de entrada para a consolidação de sua presença nas escolas, sobretudo a partir de 1937.

Além disso, os anos 30, no Brasil, segundo Edivaldo Góis Junior e Carmen Lucia Soares (2018, p. 7), foram marcados por “muitos embates ideológicos internacionais”, os quais “reverberaram no país mediante algumas reapropriações”. Podemos citar, como exemplo, o integralismo – “um movimento político conservador e autoritário, inspirado no fascismo italiano” –, que, calcado no lema Deus, Pátria e Família, atraiu muitos jovens brasileiros “sob os auspícios de ideias difundidas pelo seu idealizador, Plínio Salgado” (GÓIS JUNIOR; SOARES, 2018, p. 7).

De acordo com Renata Duarte Simões (2009, p. 131), no integralismo – como no fascismo –, os esportes e a ginástica militar, mediante uma “moralização do corpo”, possibilitavam a constituição de um “fator de enquadramento e formação” de soldados da nação. Diante disso, uma educação integral, fundamentada na moral, no intelecto e no físico, “formaria o verdadeiro integralista, nos termos definidos por Plínio Salgado” (SIMÕES,

2009, p. 131). Nesse sentido, Góis Junior e Soares (2018, p. 7), ao descreverem os elementos que constituíram a educação dos jovens integralistas, reforçam uma das representações da educação física no período, qual seja: uma “ferramenta de controle e disciplinamento”.

O governo varguista dos anos 30 uniu, então, “os ideais nacionalistas, cada vez mais disseminados entre a elite brasileira depois da I Guerra Mundial, às ideias protecionistas nascidas nos países de industrialização tardia”, como a Alemanha e os Estados Unidos (LEOPOLDI, 1999, p. 115). Com a crise de 1929, esses dois elementos de cunho nacional foram reforçados, levando Vargas a acreditar ainda mais

[...] na capacidade de mudança, através de um Estado forte e interventor, capaz de adotar medidas para promover um desenvolvimento voltado para dentro, tendo a industrialização como mecanismo propulsor da mudança econômica e social, significava para partilhar as ideias da modernidade e para inserir-se no clima intelectual então vigente em boa parte do mundo capitalista. (LEOPOLDI, 1999, p. 115-116).

Nessa mesma esteira de pensamento, afirma Ângela de Castro Gomes (1996, p. 140) que “o ‘espírito de nacionalidade’ era um constructo, ao mesmo tempo buscado e criado por nossa intelectualidade”. O Estado, na década de 1930, foi se tornando cada vez mais centralizador, intervencionista e regulador das principais atividades econômicas e sociais. Em 1934, Getúlio Vargas passou de Chefe do Governo Provisório à Presidente da República e indicou Gustavo Capanema como seu Ministro da Educação e Saúde. A educação, vista pelo Estado como “um grande pretexto de implementação do que seria a prioridade daquele momento histórico nacional”, atrelada à sua “dimensão político-ideológica”, constituiu-se como “âncora de sustentação do regime autoritário que se consolidou sob a liderança de Getúlio Vargas” (BONEMY, 1999, p. 141).

Vivendo esse período de aflorado sentimento nacionalista e tendo ocorrido, em 10 de novembro de 1937, no Brasil, um Golpe de Estado, conhecido como Estado Novo, o objetivo central de Getúlio Vargas era

[...] formar um “homem novo” para um Estado Novo, conformar mentalidades e criar o sentimento de brasilidade, fortalecer a identidade do trabalhador, ou por outra, *forjar* uma identidade positiva no trabalhador brasileiro, tudo isso fazia parte de um grande empreendimento cultural e político para o sucesso do qual contava-se estrategicamente com a educação por sua capacidade universalmente reconhecida de socializar os indivíduos nos valores que as sociedades, através de seus segmentos organizados, querem ver internalizados. (BONEMY, 1999, p. 139, *itálico da autora*).

No dia do Golpe, Vargas apresentou à nação uma nova Carta Constitucional, que, baseada na centralização política, no intervencionismo estatal e no modelo antiliberal de organização da sociedade, buscava forjar um sentimento de identidade nacional – condição essencial para o fortalecimento do Estado Nacional. Nessa ambiência, consolidou-se a ideia “do Estado como agente fundamental do desenvolvimento econômico e do bem-estar social”, o qual passou a investir fortemente na educação, como instrumento eficaz de controle, imperativa que era a necessidade da ordem e da disciplina (PANDOLFI, 1999, p. 11).

O lema educacional instituído pelo Estado Novo seria, então: “Educar a Pátria”. Aqui, outro elemento a ser explorado nesse contexto desponta-se: o patriotismo. O Estado Novo foi se desenhando, calcado no patriotismo, no nacionalismo, no autoritarismo e na centralização do poder. Nesse momento, ressalta-se a forte influência exercida pelo Exército, o qual assumiu a função de orientar e disciplinar moral e corporalmente a sociedade como um todo (FERREIRA NETO, 1999). Desse modo, as forças militares foram se constituindo como uma das “principais colunas de sustentação” do Estado Novo (MOURA, 2006). A sua inserção na política educacional, como dito anteriormente, teve como justificativa central a segurança nacional, sendo, sob esse pretexto, que a educação física foi tomada pelos militares, em consonância com os interesses do governo, como uma estratégia bastante viável de controle do povo brasileiro. Assim, para Corrêa (2009, p. 61), além de a educação ser controlada no âmbito ministerial, os militares intentaram garantir sua influência também nas escolas, seja atuando na formação de professores, seja assumindo diretamente a função de professores.

No Estado Novo, Getúlio Vargas, visando garantir a transmissão do ideal patriótico, instaurou, nas escolas, diversas datas comemorativas, dentre as quais se destacavam a Semana da Pátria e o Dia da Raça. Gustavo Capanema, já na década de 1930, então Ministro da Educação, por sua vez, preocupado em garantir que a educação física escolar “despertasse nos alunos os ‘sentimentos cívicos latentes’”, incluiu no Plano de Educação Física, o qual deveria orientar o ensino dessa prática nas escolas, os desfiles cívicos. Assim, percebe-se que a educação física escolar, além do seu caráter utilitário, foi sendo projetada pelo Estado, via Ministério da Educação e Saúde, como um “agente propagador dos ideais cívico-patrióticos” nas escolas (CORRÊA, 2009, p. 210).

Entre as décadas de 1930 e 1940, algumas reformas educacionais foram sendo implementadas, e a educação física tornou-se uma prática obrigatória nos estabelecimentos de ensino. Inicialmente, a educação física foi posta como obrigatória no ensino secundário pela Reforma Francisco Campos (1931), primeiro Ministro da Educação e Saúde do governo

Vargas, e, posteriormente, a sua obrigatoriedade foi ampliada para todas as escolas primárias, secundárias, normais, agrícolas e comerciais pela Reforma Gustavo Capanema (1942), segundo Ministro desse Ministério.

Para Gustavo Capanema, a “educação física e educação moral e cívica lhe pareceram ser as chaves de um movimento em prol da socialização do novo homem para o Estado Novo”, com valores “exclusivamente educacionais e cívicos” (BONEMY, 1999, p. 149). Os militares também lançaram mão dessa ideia, fazendo com que, nesse período, a Escola de Educação Física do Exército assumisse um importante papel na construção desse movimento, que foi, ao mesmo tempo, simbólico e ideológico (FERREIRA NETO, 1999).

De acordo com Corrêa (2009, p. 43), “o ponto de partida foi a reorganização, promovida pelo Ministério da Guerra em janeiro de 1930, do Centro Militar de Educação Física”, que passou, a partir de 1933, a “constituir a Escola de Educação Física do Exército”, a qual se tornou “referência na formação de professores para atuarem nos estabelecimentos de ensino e nas escolas de Educação Física civis, constituindo-se polo irradiador do Método Francês, instituído como método oficialmente adotado”.

A partir dessa parceria, o discurso de se construir um povo disciplinado e obediente tornou-se crescente, e, não por mera coincidência, esses eram alguns dos mais caros princípios postulados pelo Exército Brasileiro no período. Esses elementos rapidamente se articularam à política educacional, tendo Gustavo Capanema como seu porta-voz e principal representante (CORRÊA, 2009; FERREIRA NETO, 1999). Assim sendo, no Estado Novo, os militares passaram, definitivamente, a ser vistos como o “pilar de sustentação do regime” com total autonomia para intervir nas questões educacionais, não apenas introduzindo princípios e ideologias, mas, sobretudo, visando “conformar as políticas educacionais à política do exército, numa relação de total subordinação da primeira em relação à segunda” (CORRÊA, 2009, p 58).

Almejando a construção do homem-soldado, o objetivo central do Exército era a preparação física e moral das crianças e adolescentes para que, futuramente, pudessem servir à guerra, caso isso fosse necessário. Tornando-se um importante instrumento para a concretização do poder militar, a educação física acabou por satisfazer aos interesses diretos do governo varguista, visto que havia uma estreita vinculação entre ela e a defesa da construção do ideário nacionalista.

Embora reconheçamos a significativa influência exercida pelos militares (e pelos seus espaços de formação), também não podemos ignorar que, ao adentrar as escolas primárias e secundárias, principalmente, à educação física também foram atribuídos

elementos que se relacionavam, por exemplo, às experiências de seus professores. Esses sujeitos circulavam pelo Rio de Janeiro, por muitas e diferenciadas instituições, escolares ou não, militares e/ou civis. Desse trânsito, elementos diversos eram atribuídos aos modos de sistematização de suas práticas nas escolas, os quais podiam, inclusive, apresentar traços relacionados ao universo circense. Nesse movimento de sistematização da educação física no ambiente escolar, os sujeitos responsáveis pelo seu ensino traziam à cena a realização de uma prática corporal ordenada, disciplinada, racionalizada, mas também alegre e desafiadora, composta tanto pelos exercícios sequenciados, fragmentados e ordenados, característicos dos métodos europeus de ginástica, quanto pelos jogos ginásticos, saltos, acrobacias e piruetas, cujos movimentos também se relacionavam ao Circo (ROMÃO, 2016; ROMÃO; MORENO, 2018), o que extrapolava a doutrina militar.

1.1 As instituições investigadas

Ao longo do governo de Getúlio Vargas, houve um movimento que visava à legitimação da educação física no contexto escolar. Enquanto o Estado, por intermédio do Ministério da Educação e Saúde, ocupou-se em fornecer o aparato legal da educação física, as instituições militares, por exemplo, encarregaram-se do seu aparato técnico, de um lado, fornecendo as diretrizes para a sua sistematização e, de outro, formando o quadro de profissionais para nela atuarem.

A Divisão de Educação Física foi uma instituição representativa do aparato legal do Estado para a educação física. Criada pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, e subordinada ao Departamento Nacional de Educação, a DEF era responsável pela regulamentação, orientação, fiscalização e divulgação da educação física brasileira. Com essas finalidades, promoveu uma gama de ações: atuou na organização de congressos da área, dentre os quais destacamos o *I e II Congresso Panamericano de Educação Física* – o primeiro foi realizado no Rio de Janeiro, em 1943, e o segundo, no México, em 1946 –; organizou concursos que visavam contribuições à elaboração de um Método Nacional de Educação Física; editou o *Boletim de Educação Física* – impresso especializado da área; promoveu inquéritos sobre a educação física que se almejava no período; organizou exposições; promoveu concursos para ocupação e formação de professores, dentre outras ações. Ou seja, todo esse movimento impulsionado pela DEF leva a crer que ela foi um importante órgão de regulamentação, sistematização, orientação e divulgação da educação física, em território nacional. A partir de sua intervenção, várias ações foram sendo levadas

adiante pelo governo Vargas, difundindo, desse modo, a ideia de uma educação física cujas características seguiriam um modelo nacional.

Com o objetivo de sistematizar um método de educação física com “alma nacional”, em 1942, a DEF elaborou um inquérito para o recolhimento de informações que serviriam como base para o seu planejamento, o que resultou na obra intitulada *O Método Nacional de Educação Física – Inquérito realizado pela Divisão de Educação Física*⁵. A proposta foi a de convidar professores, médicos, jornalistas e representantes de diferentes estados brasileiros, pertencentes a instituições civis e militares diversas que, de algum modo, relacionavam-se com a educação física, para opinarem acerca de um possível projeto que seria, futuramente, adotado por todas as escolas brasileiras. Dizendo de outro modo, vislumbrava-se formular uma série de diretrizes nacionais para a educação física brasileira que fosse ao encontro do imperativo político da época: a formação de uma identidade nacional.

Em um artigo publicado, em dezembro de 1944, na *Revista Brasileira de Educação Física*, intitulado *O Estado Nacional e a Educação Física*, seu autor, Inezil Penna Marinho, afirma que a criação de um método nacional justificava-se pela adequação ao “temperamento do povo brasileiro”, visto que nunca “um método estrangeiro, qualquer que seja o seu rótulo, [poderia] ser por nós considerado nacional, da mesma forma que jamais adotaríamos uma constituição estrangeira, por melhores que fossem seus fundamentos” (MARINHO, 1944, p. 2-5). Com esse depoimento, Inezil Penna Marinho enfatiza a necessidade de a educação física assumir, de fato, seu lugar nesse movimento de construção da identidade nacional.

Importa destacar que, entre as décadas de 1920, 1930 e 1940, oficialmente, a educação física orientava-se a partir do Método Francês, o qual foi adotado em terras brasileiras a partir da tradução conhecida como o *Regulamento Geral de Educação Física*, mesmo tendo existido, nesse período, instâncias contrárias a essa determinação. A Associação Brasileira de Educação, por exemplo, de acordo com Linhales (2006), configurou-se como um dos lugares de resistência à instituição do Método Francês nas escolas brasileiras. Como estratégias para inviabilizar a sua implementação oficial, o departamento carioca da ABE realizou uma série de reuniões nas quais a pauta era, justamente, debater essa indicação feita pelo Ministério da Guerra, em 1929, das quais resultaram um parecer e um *Projeto de*

⁵ Os originais desse documento foram localizados e fotografados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, no Fundo Jonathas Serrano, pelo prof. Tarcísio Mauro Vago, quem, gentilmente, me concedeu uma cópia.

Educação Física Nacional. Como esse campo continuava sendo disputado também pelos militares, passados mais alguns anos, em 1935, a ABE propôs, no Rio de Janeiro, a realização do *VII Congresso Nacional de Educação*, que teve como objetivo central o debate acerca da educação física e das práticas esportivas. Essa discussão será abordada na Seção 3.

O empenho do governo federal em sistematizar a educação física brasileira continuava latente. Na figura de Gustavo Capanema e sob a influência dos militares, sobretudo, dois anos depois da criação da Divisão de Educação Física, criou-se, em abril de 1939, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, na Universidade do Brasil (UB). Com essa criação, definiu-se que a formação do pessoal técnico em educação física e desportos lá se daria. Assim, mais uma vez, essa formação se fundamentaria nos preceitos militares, visto que também na ENEFD a educação física seguiria o modelo desenvolvido na e pela EsEFEx (FERREIRA NETO, 1999; MELO, 1996). Vale destacar que, durante os oito primeiros anos de sua existência, a ENEFD foi exclusivamente dirigida por militares, tendo assumido a sua direção somente um diretor civil, após o fim do Estado Novo, conforme José Tarcísio Grunennvaldt (1997).

O primeiro diretor militar da ENEFD foi o Major Ignácio de Freitas Rolim. Assim, é um consenso entre os/as pesquisadores/as que se debruçaram sobre a Era Vargas e sobre a compreensão da educação e da educação física nesse período afirmar que a sua estruturação e sistematização foi iniciada e contou com o predomínio dos militares, os quais se fizeram presentes em todos os momentos do governo de Getúlio Vargas, de forma mais acentuada entre os anos de 1937 e 1945. Observa-se que, nesse período, os militares solidificaram sua influência sobre a educação física por dois caminhos: primeiro, ao prever o que e como se deveria ensinar educação física nos estabelecimentos de ensino, a partir das orientações da DEF; e segundo, a partir da formação de professores instituída, inicialmente, pelo CMEF/EsEFEx e, posteriormente, pela ENEFD.

1.2 O lugar ocupado por Inezil Penna Marinho na constituição de uma educação física com “alma nacional”

Em relação aos sujeitos que se envolveram diretamente neste movimento de criação de um Método Nacional de Educação Física, destacamos Inezil Penna Marinho, que, além de ter sido inspetor e chefe da Seção Técnico-Pedagógica da DEF, foi também, anos mais tarde, professor na ENEFD. Especialmente na DEF, atuou na produção e divulgação daquele que seria o Método Nacional de Educação Física. Na ENEFD, Inezil Penna Marinho

foi responsável pelas cadeiras de Metodologia da Educação Física e Desportos e História da Educação Física e Desportos.

Assim, nesse processo de tentativa de construção de um Método Nacional de Educação Física, diferentes instituições fizeram as suas investidas e disputaram o protagonismo nesse processo. No entanto, ao nos referirmos, especificamente, aos sujeitos desta pesquisa, percebemos que Inezil Penna Marinho forjou uma determinada trajetória e lançou mão de diversas estratégias que nos permitiram compreendê-lo como um protagonista desse processo.

1.3 As noções dos termos mobilizados na tecitura da trama

Do ponto de vista teórico-metodológico, algumas noções foram fundamentais para a construção desta narrativa. Benedict Anderson (2008), com as noções de “comunidades imaginadas” e “nacionalismo”, ajuda-nos a compreender dois movimentos: o processo de constituição do Brasil enquanto nação, e as estratégias utilizadas pelo governo varguista, sobretudo ao longo do Estado Novo, no que se refere à constituição de uma educação física nacional. De forma mais verticalizada, mobilizamos essas noções para compreender como os investimentos e o modo como Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde nesse regime de governo, foi se forjando um importante porta-voz e mediador das questões relacionadas à educação, em uma compreensão mais alargada, assim como em relação à sistematização da educação física nacional, tão almejada entre as décadas de 1930 e 1940, principalmente.

Para o autor, a construção do sentimento nacional tem, por vezes, “uma história rica e contraditória” (ANDERSON, 2008, p. 1). A partir desse entendimento, Anderson (2008, p. 3, *itálico do autor*) “volta-se menos para a *instituição* dos estados nacionais e mais para a ascensão do *sentimento* nacional”. Daí, a noção de comunidades “imaginadas”, não meramente imaginárias, ganha relevância. Anderson (2008, p. 1) examina como o nacionalismo “capta e expressa anseios e esperanças reais, nascidos no calor do conflito social”. Nessa perspectiva, “mais que inventadas, as nações são ‘imaginadas’, no sentido de que fazem sentido para a ‘alma’ e constituem objetos de desejos e projeções” (ANDERSON, 2008, p. 10).

Getúlio Vargas, junto aos seus pares, foi capaz de demonstrar à população brasileira que fazia sentido orgulhar-se de sua terra, e esse sentimento foi se forjando em diversas esferas, inclusive, corporalmente. Fazia sentido a criação de um método de educação

física genuinamente brasileiro. Fazia sentido, sobretudo no decorrer do Estado Novo, buscar se afastar das imposições estrangeiras. Era preciso que o povo brasileiro reconhecesse e, mais do que isso, amasse a pátria (OLIVEIRA, 1990), e, assim, somente assim, seria possível constituir a identidade nacional. Foi nesse jogo de apelo ao patriotismo e ao nacionalismo, buscando a constituição da brasilidade e da centralização do poder, que Vargas conseguiu mobilizar a população brasileira, bem como garantir o reconhecimento dos militares para que estes estabelecessem uma aliança junto ao seu governo que fosse proveitosa para ambos. O Exército Brasileiro, ao reconhecer essa estratégia como algo positivo, não por coincidência, tornou-se o principal pilar do governo Vargas. Dessa aliança, para os militares, a educação tornou-se um dos principais eixos de investimento e controle, assim como a educação física – lugar que os militares almejavam controlar, tanto em relação à formação dos professores dessa área quanto no que se referia à atuação daqueles nas escolas brasileiras.

O nacionalismo, tal como afirma Anderson (2008, p. 10), constitui-se a partir de “uma legitimidade emocional profunda”. A partir do momento que a nação passa a ser “imaginada, ela é, então, modelada, adaptada e transformada”. Diante disso, faz sentido para os nossos objetivos de pesquisa quando o autor afirma que as “alavancas políticas do nacionalismo oficial” são o ensino obrigatório “sob o controle do Estado, a propaganda estatal organizada, a reescrita oficial da história, o militarismo e os intermináveis discursos pela afirmação da identidade nacional” (ANDERSON, 2008, p. 150). O nacionalismo é “algo que emana do Estado e serve antes e acima de tudo aos interesses dele” (ANDERSON, 2008, p. 221). Desse modo, podemos inferir que era, sim, interesse do governo varguista a criação de um Método Nacional de Educação Física, sendo, inclusive, o que justifica tantas ações e investimentos nesse projeto, desde a criação de instituições – as quais regulamentariam, fiscalizariam, formariam professores e, conseqüentemente, manteriam sob seu controle a educação física –, até a constituição e o reconhecimento de determinados sujeitos para que esse projeto se tornasse uma realidade.

Lúcia Lippi Oliveira (1990), do mesmo modo que Anderson (2008), ao operar com as noções de “nação/nacionalismo” e “pátria”, também nos auxilia na compreensão de como a construção do nacionalismo no Brasil impactou, inclusive, a dimensão corporal, levando determinadas instâncias e determinados sujeitos a forjarem a ideia de que a criação de um Método Nacional de Educação Física era necessária, justamente porque era imperativa, naquele período – entre as décadas de 1920 e 1940, mais precisamente no decorrer do Estado Novo –, a construção da identidade nacional do povo brasileiro. Para a autora, esses conceitos, ao compor o universo simbólico, visam à constituição de uma identidade coletiva,

de um sentido de pertencimento. O nacionalismo procura “ser uma elaboração racional da identidade coletiva ainda que lance mão, entre outros elementos, de símbolos afetivos” (OLIVEIRA, 1990, p. 13). E foi exatamente isso que Getúlio Vargas fez ao instituir, por exemplo, determinadas datas comemorativas, as quais passaram a ser festejadas também pelas instituições escolares.

Citando Marilena Chauí (1983, p. 43), Lúcia Oliveira (1990, p. 13, *itálico da autora*) afirma que “vários nacionalismos se preocupam em produzir a *identidade nacional* que, na prova *a priori*, é deduzida das etnias, dos costumes, da língua, da cultura em sentido antropológico, e, na prova *a posteriori*, é deduzida do Estado”. Esse foi o movimento que Vargas operou ao longo de seu governo. A valorização da ideia de “nação”, por sua vez, ao compor o universo simbólico, proporciona “sentimentos de identidade e de alteridade a uma população que vive ou se originou em um mesmo território. Trata-se de um símbolo que pretende organizar o espaço público, referindo-se, portanto, à dimensão política” (OLIVEIRA, 1990, p. 14).

Para Oliveira (1990, p. 175), inspirada em Berger e Luckman (1985), o conceito de “nação” “pretende legitimar uma dada construção social da realidade”. Há, nessa dimensão, o alinhamento de “uma proposta de modernização ao projeto de restauração com vistas à construção de uma identidade coletiva” (OLIVEIRA, 1990, p. 175). Nessa perspectiva, a autora chama nossa atenção para o fato de que

O pensamento brasileiro dos anos 20, preocupado em refletir sobre a nação, discutiu uma questão central que pode ser sintetizada no combate à imitação. Fonte dos males que afligiam à nação, o “vício da imitação” nos impedia de construir uma identidade nacional – assim pensavam muitos intelectuais da época. (OLIVEIRA, 1990, p. 175).

Esse modo de pensar remete-nos, por exemplo, aos discursos produzidos por um determinado grupo, no âmbito do departamento carioca da Associação Brasileira de Educação. Esse grupo defendia que, naquele momento – final da década de 1920 –, era necessária a criação de um Método Nacional de Educação Física, contrapondo-se ao Método Francês presente no anteprojeto de lei proposto pelo então Ministro da Guerra, no ano de 1929. Naquele momento e na visão desse grupo, não era mais aceitável a adoção de métodos estrangeiros, já que isso poderia representar um “vício da imitação”, o qual impediria a população brasileira de constituir a sua identidade nacional (OLIVEIRA, 1990, p. 175). Novamente, aqui, retomamos o ideário nacionalista, que, para Oliveira (1990, p. 187), “foi uma construção elaborada pelos intelectuais”, os quais, “ao atuarem na construção de

consciências coletivas”, “consideravam-se imbuídos de uma missão” e, assim, “procuraram difundir suas propostas mediando aspirações nacionais e políticas governamentais”. Também, encontramos essa missão forjada pelos intelectuais em Ângela de Castro Gomes (1996).

Esse foi o caso de Inezil Penna Marinho, que, tentando ser o protagonista da criação de um Método Nacional de Educação Física, desejou contribuir para a constituição da identidade nacional do povo brasileiro. Assim, inspiradas em Oliveira (1990), podemos afirmar que Inezil Penna Marinho mediou tanto os anseios nacionais quanto as políticas governamentais em prol da criação de um método de educação física que teria a “alma nacional”. Seguindo nessa linha de pensamento, a autora propõe que

[...] a identidade do Estado Novo aparece definida na pena dos seus intelectuais a partir de duas características básicas e inseparáveis: o regime é “novo” e é “nacional”. É “novo” na medida em que procura modernizar o país. É “novo” porque pela primeira vez se apresenta voltado oficialmente para as verdadeiras raízes da nacionalidade. E nesse processo entra em contato com o que existe de mais nacional. Ao se implantar um novo regime político autoritário, são recusados os modelos liberais importados. Pela primeira vez o brasileiro deixa de “macaquear”. O moderno e o tradicional estão assim imbricados no princípio doutrinário que organiza o sistema político do país. (OLIVEIRA, 1990, p. 193).

No que se refere à noção de “pátria”, Oliveira (1990) enfatiza ser o Exército um dos seus símbolos mais visíveis. A autora afirma que foi “através do culto ao Exército e à glória militar” (OLIVEIRA, 1990, p. 54) que se construiu o nacionalismo na França do século XIX, bem como ocorreu em terras brasileiras, sobretudo ao longo do Estado Novo⁶. Nesse contexto, “os militares eram apresentados como os verdadeiros responsáveis pelo destino do país e como o único reduto do patriotismo” (OLIVEIRA, 1990, p. 89). Não foi por coincidência que, no governo de Getúlio Vargas, principalmente ao longo do Estado Novo, o Exército tornou-se o seu pilar, sendo essa uma das estratégias de Vargas. Diante disso, outra noção é fundamental neste estudo: a de estratégia.

Cunhada por Michel de Certeau (1998), a noção de “estratégia” pode, assim, ser compreendida:

⁶ Em seu estudo, a autora analisa as “concepções de nacionalismo em suas vertentes política e cultural, oriundas do pensamento europeu, assim como as transformações que o nacionalismo sofreu no desdobramento da vida política e intelectual da França” (OLIVEIRA, 1990, p. 22). Ao privilegiar o nacionalismo francês, entre o final do século XIX e início do XX, a autora supõe haver uma “relevância enquanto padrão que influenciou o nacionalismo brasileiro” (OLIVEIRA, 1990, p. 22). Porém, esclarece que não foi objetivo de seu estudo analisar “a vinculação entre os nacionalismos francês e brasileiro passo a passo”, mas, sim, “mostrar como a estrutura temática do nacionalismo francês se fez presente aqui e assinalar o contato entre as duas tradições” (OLIVEIRA, 1990, p. 22).

[...] um cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico. (CERTEAU, 1998, p. 46, *itálico do autor*).

Diante do exposto, podemos afirmar que Getúlio Vargas lançou mão de estratégias para se legitimar, assim como para se manter no poder. Do mesmo modo, também os militares, estrategicamente, foram galgando seu lugar nesse governo: inicialmente, manifestando seu apoio ao Chefe de Estado; e, posteriormente, tomando para si a causa da educação, bem como da educação física, já que, ao longo do Estado Novo, principalmente, a educação e a educação física passaram a ser encaradas como um problema de segurança nacional.

Os militares, sujeitos “de querer e poder”, por meio de diferentes “estratégias”, postularam “um *lugar* suscetível de ser inscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças” (CERTEAU, 1998, p. 99, *itálico do autor*). Por meio de uma “racionalização ‘estratégica’”, eles, primeiro, buscaram “distinguir de um ‘ambiente’ um ‘próprio’, isto é, o lugar do poder e do querer próprios. Gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro” (CERTEAU, 1998, p. 99).

As “estratégias” militares “sempre foram inauguradas graças à constituição de campos ‘próprios’” (CERTEAU, 1998, p. 100). Para controlar a educação, de um modo geral, e mais especificamente a educação física, eles tinham, inicialmente, o Centro Militar de Educação Física, que se tornou, posteriormente, a Escola de Educação Física do Exército, onde se formavam os futuros professores; eles se fizeram presentes na Associação Brasileira de Educação, no momento em que se discutiam os rumos que a educação física nacional deveria seguir; por meio do Ministério da Guerra, eles estabeleceram parcerias com o Ministério da Educação; assumiram a direção da Divisão de Educação Física – órgão oficial, regulamentador e fiscalizador da área; dirigiram a Escola Nacional de Educação Física e Desportos durante anos – outro lugar de formação; e também ocuparam as páginas das revistas especializadas da área com os seus discursos e preceitos acerca da educação física. Nesse sentido, podemos pensar, junto a Certeau (1998), que o discurso ordena um determinado saber-fazer, o qual era pelos militares legitimado e disseminado.

Pierre Bourdieu (1989, p. 7-8), por sua vez, afirma que “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não

querem saber se lhe estão sujeitos ou mesmo o exercem”. Essa era a relação que se estabelecia, por exemplo, entre Getúlio Vargas e, mais uma vez, os militares, havendo, nessa relação, a instituição de um “poder simbólico” de ambas as partes. Nesse sentido, Vargas dependia do apoio dos militares, e os militares, para alcançarem seus objetivos – no caso deste estudo, o controle da educação física –, dependiam do aval do Chefe de Estado. Assim, trocas ocorreram justamente porque existiam diversas relações de comunicação favoráveis entre ambas às partes. Para o autor, essas relações

[...] são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que, como o dom ou o *potlatch*, podem permitir acumular poder simbólico. (BOURDIEU, 1989, p. 11, *itálico do autor*).

A partir dessa perspectiva, novamente somos levadas a pensar nos militares, uma vez que, assumindo aqueles diversos lugares no campo da educação física, disputavam, principalmente com os educadores civis, os rumos que a educação física nacional deveria seguir. Para tanto, para eles, a adoção do Método Francês, tal como vinha ocorrendo em suas instituições – e também nas escolas –, desde o início do século XX, não era um problema, visto que, ao chegar a terras brasileiras, esse método sofreu adaptações necessárias à constituição física do povo brasileiro. Instituiu-se aí, portanto, um campo de disputas do qual, por vezes, os militares assumiam o controle, já que eles continuavam ocupando os principais espaços de regulamentação, orientação, fiscalização e de formação da educação física brasileira.

Conforme Bourdieu (1989, p. 31), uma instituição não é nada “fora das suas relações com o todo”. Diante disso, embora houvesse um movimento significativo que reforçasse a necessidade de criação de um Método Nacional de Educação Física, havia também setores da sociedade brasileira que, não desejando abrir mão do controle da educação física, defendia que a forma como ela vinha sendo praticada e, ao mesmo tempo, ensinada nas escolas atendia às necessidades do povo brasileiro. Afinal, o objetivo de se formar cidadãos-soldados também tinha sua importância naquele contexto.

Forjou-se, assim, ao longo do Estado Novo, um campo de disputas acerca da educação física. Inezil Penna Marinho, que já era uma figura importante nesse cenário e detentor de um “capital simbólico”, tornou-se um protagonista na defesa da criação de um Método Nacional de Educação Física. Nesse sentido, para Bourdieu (1989, p. 134-135), “a posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que

ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que actuam em cada um deles”.

Ora, Inezil Penna Marinho iniciou sua defesa do método nacional quando ainda era funcionário da Divisão de Educação Física, no início da década de 1940. Nesse lugar e, ao mesmo tempo, a partir dele, Inezil Penna Marinho foi se forjando um protagonista nessa história. Pela DEF, ele publicou uma série de obras, viajou por diversas partes do mundo, ministrou cursos e conferências, participou de congressos, e, por todos esses lugares, levantou a bandeira do método nacional. Havia por trás de todo esse movimento um desejo que o impulsionava: o desejo de ser o protagonista desse processo. E, paralelamente a isso, havia também a necessidade de constituir a identidade nacional do povo brasileiro, a qual, por sua vez, caracterizava aquele período. Como representante da DEF, Inezil Penna Marinho não deixava de demarcar o seu lugar enquanto um intelectual que refletia sobre a sistematização da educação física. Mas, também reforçava a importância que aquela instituição possuía naquele momento.

Nessa perspectiva, segundo Bourdieu (1989, p. 192-193, *itálico do autor*),

[...] a lei que rege as permutas entre os agentes e as instituições pode anunciar-se assim: a instituição dá tudo, a começar pelo poder sobre a instituição, àqueles que tudo deram à instituição, mas porque fora da instituição e sem a instituição eles nada seriam, e porque não podem negar a instituição sem se negarem a si mesmos pura e simplesmente privando-se de tudo o que eles são pela instituição e para a instituição à qual tudo devem. Em resumo, a instituição investe naqueles que *investiram* na instituição.

Complementando esse raciocínio, o autor propõe que

[...] é ainda a instituição que controla o acesso à *notoriedade pessoal*, controlando por exemplo o acesso às posições *mais em vista* (a de secretário-geral ou de porta-voz) ou aos lugares de publicidade [...], embora o detentor de um capital delegado possa sempre obter capital pessoal por meio de uma estratégia subtil, a qual consiste em tomar, em relação à instituição, o máximo de distância compatível com a manutenção da pertença e da conservação das vantagens correlativas. (BOURDIEU, 1989, p. 193, *itálico do autor*).

Essa foi uma das “estratégias” de Inezil Penna Marinho para que sua defesa do Método Nacional de Educação Física seguisse se legitimando e, nesse percurso, encontrasse outros sujeitos para os quais esse projeto também fosse visto como algo importante para a constituição do povo brasileiro. Ao longo da década de 1940, sobretudo, Inezil Penna Marinho foi acumulando um “capital pessoal” e “simbólico” que o permitiu narrar uma história da educação física brasileira. Ao mesmo tempo, foi ele se afastando da Divisão de

Educação Física, assumindo, posteriormente, outros cargos, em outras instituições, tão caros quanto o que havia assumido nessa instituição, haja vista que, no ano de 1949, Inezil Penna Marinho tornou-se professor da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, da Universidade do Brasil.

Logo, compreender Inezil Penna Marinho como um intelectual, neste estudo, também nos leva a reconhecer o seu “poder simbólico”, conforme Bourdieu (1989), uma vez que pôde ele contribuir para a construção de uma mentalidade nacional no campo da educação física brasileira, tornando-se um sujeito produtor de conhecimento e responsável pela comunicação e difusão de ideias consonantes com o contexto político em voga. Nessa perspectiva, Inezil Penna Marinho bem como outros intelectuais do período devem ser pensados “como sujeitos conectados entre si, com genealogias e passados imaginados, além de em diálogo com as questões políticas e sociais do seu tempo” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 12).

Ocupando cargos estratégicos em diferentes instituições e tecendo sua “rede de sociabilidades”, nos termos utilizados por Gomes (1993), Inezil Penna Marinho foi capaz de protagonizar projetos, os quais visavam impactar a construção da educação física brasileira, principalmente no decorrer dos anos 40. Como “intelectual mediador” e, ao mesmo tempo, “intelectual criador” – aqui destacamos outras duas importantes noções para este estudo, cunhadas por Gomes e Hansen (2016) –, Inezil Penna Marinho necessitou “de um grande empenho para se especializar em escrever/falar/fazer/gerir/organizar livros e revistas” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 21). Nesse percurso, pôde ele “perfeitamente acumular diversas funções e posições ao longo de sua trajetória profissional” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 21).

Assim, aplicar o atributo de “intelectual” a Inezil Penna Marinho requer que façamos uma reflexão acerca das funções por ele desempenhadas no decorrer de sua trajetória profissional, vinculada ao campo da educação física. Requer, ainda, que lancemos um olhar para os lugares institucionais, sociais, políticos e culturais que ele ocupou, “além de demandar uma análise da contribuição e das repercussões de seus esforços”, como nos orienta Libânia Nacif Xavier (2016, p. 473).

No que tange à trajetória de Inezil Penna Marinho e às relações que, ao longo do tempo, ele foi estabelecendo, a noção de “rede de sociabilidades”, de Ângela de Castro Gomes (1993), também, aqui, torna-se relevante. Inezil Penna Marinho, para se legitimar no campo da educação física, contou, em vários momentos, com diferentes parcerias, tanto na

Divisão de Educação Física quanto nas revistas especializadas, assim como nos mais diversos lugares pelos quais circulou.

Para Gomes (1993), essa “rede” constitui-se como um conjunto de formas específicas de se conviver com os pares, formando-se aí grupos que podem ser tanto permanentes quanto temporários. Mas, é a partir desse contato com o outro que ocorrem as trocas. É justamente nesses encontros que se produzem conhecimentos. Diante disso, o espaço geográfico onde essas partilhas/trocas ocorrem torna-se um espaço de sociabilidade, podendo também ser afetivo, o que proporcionaria vínculos de amizade/cumplicidade, ou mesmo hostilidade/rivalidades. Confirmando, assim, que na base da sociabilidade também pode haver embates. Todavia, há, nesse espaço, uma organização da vida social, a partir da qual aprendizagens múltiplas são potencializadas, inclusive pelos conflitos gerados, sendo exatamente na constituição de um campo de disputas que o objeto desta pesquisa se insere.

Pensar que, na Associação Brasileira de Educação, nas escolas de formação (Centro Militar de Educação Física, Escola de Educação do Exército e Escola Nacional de Educação Física e Desportos) e na própria Divisão de Educação Física, alguns grupos – em defesa ou não de um Método Nacional de Educação Física – formaram-se, leva-nos a crer que as partilhas/trocas ocorreram. Sendo assim, buscar compreender de que modo esse movimento se deu, remete-nos justamente à importância de compreender como essa “rede de sociabilidades” foi se constituindo no decorrer da década de 1940 e o que elas nos permitem apreender acerca do processo de tentativa de criação de um Método Nacional de Educação Física.

Inspiradas na noção de “hibridismo cultural”, de Peter Burke (2003), especificamente, buscamos entender a relação que os militares estabeleceram com o Método Francês ao adotá-lo em suas instituições. No que se refere à criação do Método Nacional de Educação Física, podemos dizer que “toda inovação é uma espécie de adaptação e que encontros culturais encorajam a criatividade” (BURKE, 2003, p. 17). De certo modo, o método defendido, sobretudo, por Inezil Penna Marinho deveria trazer consigo esse aspecto inovador. Entretanto, para a constituição desse método, também elementos dos métodos estrangeiros deveriam ser “apropriados” e “adaptados”, transformados à realidade brasileira, assim como ocorreu com o Método Francês, que se tornou o método oficialmente adotado no país. A partir dessa lente de compreensão, a noção de “hibridismo” traz consigo esse processo de adaptação e apropriação, que tem a ver com o estabelecimento de afinidades ou convergências, conforme Burke (2003).

Para o autor, “práticas híbridas podem ser identificadas na religião, na música, na linguagem, no esporte, nas festividades e alhures” (BURKE, 2003, p. 28). Nesse sentido, podemos identificar, na sistematização de ambos os métodos anteriormente mencionados, práticas híbridas decorrentes do processo de apropriação, no caso do método estrangeiro, e de afinidades, no caso do método nacional. Ainda conforme o autor, devemos ver “as formas híbridas como o resultado de encontros múltiplos e não como o resultado de um único encontro, quer encontros sucessivos adicionem novos elementos à mistura, quer reforcem os antigos elementos” (BURKE, 2003, p. 31). Especificamente em relação ao método adotado pelos militares, podemos pensar que ocorreu um processo de “adaptação cultural”, uma vez que, segundo Burke (2003, p. 91), ela “pode ser analisada como um movimento duplo de descontextualização e re-contextualização, retirando um item de seu lugar original e modificando-o de forma a que se encaixe em seu novo ambiente”.

Portanto, pensar na tentativa de criação de um Método Nacional de Educação Física, no decorrer das décadas de 1920, 1930 e 1940, no Brasil, é considerar que “em nosso mundo, nenhuma cultura é uma ilha” (BURKE, 2003, p. 101). Diante disso, mesmo que o desejo central fosse a constituição de um novo método de educação física, ao longo do seu processo de elaboração, elementos constituintes de outros métodos já existentes estiveram presentes.

2 METODOLOGIA – ACERVOS, FONTES E ESCOLHAS METODOLÓGICAS PARA A ESCRITA DA TRAMA

Certeau (1982, p. 80) nos mostra que “em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira”. Foi a partir desse conselho teórico-metodológico que foi constituído o *corpus* documental desta pesquisa. Para compreendermos o processo de tentativa de criação de um Método Nacional de Educação Física no Brasil, primeiro, tivemos que identificar em quais lugares (Instituições?, Congressos?) o debate sobre esse tema ocorreu, assim como identificar quais os sujeitos estiveram envolvidos nesse processo.

Mas, antes de iniciarmos nossa busca pelas fontes para a pesquisa, ainda no início do Doutorado (2018), recebemos do prof. Tarcísio Mauro Vago uma cópia do inquérito realizado pela Divisão de Educação Física, do ano de 1942; na sequência, recebemos de Ana Paula Gontijo da Fonseca e Cássia Danielle Lima, colegas pesquisadoras no Grupo de Pesquisas e Estudos em História da Educação (GEPHE) da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), do qual faço parte, fotografias de um documento composto por doze folhas escritas à mão, de 1944, em que constam as “reuniões da comissão oficialmente incumbida de organizar o Método Nacional de Educação Física” – esse documento foi encontrado na Biblioteca da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

Instigadas por esses documentos e inspiradas em Certeau (1982, p. 131), quando este afirma que “as opções quanto ao tipo de história que produziremos são feitas de início, com as fontes que selecionamos e com o que escolhemos para nelas pesquisar”, demos início à nossa busca. Diante das poucas informações que, naquele período (2018/2019), possuíamos, consideramos ser pertinente iniciar o garimpo das fontes a partir dos impressos relacionados ao campo da educação física que circularam no período. No Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (CEMEF), localizado na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) da UFMG, localizamos dois Boletins: o *Boletim de Educação Física*, publicado de 1941 a 1958, e o *ARQUIVOS da ESCOLA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS*, de 1945 a 1966. Além desses, deparamo-nos com uma compilação intitulada *O Método Nacional de Educação Física*, que reunia as seguintes obras: *O Método Nacional de Educação Física – Inquérito realizado pela Divisão de Educação Física*, de 1942; *Bases Científicas da Educação Física (Contribuição*

ao *Método Nacional de Educação Física*), *O Inquérito sôbre o Método Nacional de Educação Física realizado pela Divisão de Educação Física (Contribuição ao Método Nacional de Educação Física)* e *Valor Individual (Contribuição ao Método Nacional de Educação Física)*, todos de 1944; *Condições a que deverá satisfazer um Método Nacional de Educação Física (Contribuição ao Método Nacional de Educação Física)*, de 1945; e também alguns números de revistas especializadas da área, quais sejam: a *Revista de Educação Física*, do Exército, publicada de 1932 até os dias atuais; a *Revista Educação Physica*, de 1932 a 1945; e a *Revista Brasileira de Educação Física*, de 1944 a 1952⁷.

Tendo em vista que, no CEMEF, não havíamos localizado todos os números das revistas, tentamos buscá-las por outros meios. No site do Centro de Capacitação Física do Exército⁸, localizamos mais alguns números da *Revista de Educação Física*. Dessa mesma fonte, Gyna de Ávila Fernandes, também pesquisadora no GEPHE/FaE/UFMG, cedeu-nos cópias (imagens fotografadas) de outros números, os quais ela havia localizado nos acervos do Grupo de Pesquisa Proteoria da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e na Biblioteca da Unicamp. Ainda desses acervos, Gyna Fernandes também nos cedeu mais alguns outros números (imagens fotografadas) das outras duas revistas.

Todo esse material foi transcrito (a maioria das reportagens, na íntegra, e algumas outras, somente os trechos considerados relevantes para a pesquisa) e organizado em quadros. Inicialmente, cada quadro correspondia a uma revista. Posteriormente, esses dados foram categorizados pelos assuntos específicos relacionados ao objeto de pesquisa, como: Instituições, Método Nacional de Educação Física e Inezil Penna Marinho. Foi a partir da leitura desses documentos que identificamos as instituições que se envolveram com o debate acerca da criação de um Método Nacional de Educação Física, além disso, pudemos perceber que Inezil Penna Marinho era um sujeito central nessa história.

O próximo passo foi localizar, em outros documentos, além dos já encontrados, dados acerca da Associação Brasileira de Educação (ABE), do Centro Militar de Educação Física (CMEF), da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx), da Divisão de Educação Física (DEF) e da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), e, posteriormente, documentos que informassem sobre Inezil Penna Marinho e o Método Nacional de Educação Física.

⁷ Todo esse material foi fotografado e organizado em pastas salvas no computador – cada revista/boletim ficou em uma pasta, e uma pasta foi destinada à compilação das obras.

⁸ Disponível em: <https://www.revistadeeducacaoofisica.com>. Acesso em: 29 mar. 2019.

Da professora, pesquisadora e membro do GEPHE/FaE/UFMG, Meily Assbú Linhales, na ocasião, também coordenadora do CEMEF/EEFFTO/UFMG, pudemos fotografar vários de seus documentos pessoais que se relacionavam ao objeto de pesquisa aqui investigado. Dentre eles, os documentos relacionados à Associação Brasileira de Educação foram: atas do Conselho Diretor e da “Secção de Educação Physica e Hygiene”, convites para participação das reuniões e documentos que diziam sobre a organização de cursos realizados pela SEPH, respostas ao inquérito realizado pela SEPH no ano de 1929, documentos relacionados ao *Projeto de Educação Física Nacional* intentado pela ABE/SEPH; os referentes aos congressos voltados à educação física consistiram em: Anais do *I Congresso Panamericano de Educação Física*, realizado em 1943 (volumes I e II); documentos relacionados à criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos e obras publicadas por Inezil Penna Marinho.

Simultaneamente a essa coleta de dados, realizamos, na Hemeroteca Digital⁹, entre 2018 e 2019, buscas, entre as décadas de 1920, 1930 e 1940, pelas seguintes entradas: “Associação Brasileira de Educação”/“ABE”, “Centro Militar de Educação Física”/“CMEF”, “Escola de Educação Física do Exército”/“EsEFEx”, “Divisão de Educação Física”/“DEF”, “Escola Nacional de Educação Física e Desportos”/“ENEFD”, “Método Nacional de Educação Física”, “Inezil Penna Marinho” e as suas variações¹⁰, “Conferência Nacional de Educação” e “Congresso Nacional de Educação” (essas duas últimas entradas referem-se, especificamente, a ações realizadas pela ABE). Desse movimento de garimpar dados nos jornais e revistas disponíveis nessa Hemeroteca, localizamos algumas notícias que mencionavam o método nacional, a maioria assinadas por Inezil Penna Marinho. As notícias que diziam respeito às instituições, na maioria das vezes, traziam informações sobre a realização de cursos, concursos, conferências e congressos por elas promovidos, além de publicação de leis e decretos que as organizavam e de dados relacionados à composição do quadro de funcionários/membros associados a essas instituições. Sobre Inezil Penna Marinho, obtivemos as seguintes informações: sua presença em outros estados e países; os cursos e as conferências que realizou no Brasil e fora dele; anúncios de venda de suas obras e sobre aquelas que por ele estavam sendo produzidas; dados de cunho biográfico; análises que ele fazia acerca da constituição da educação física brasileira; dentre outras. Em relação às Conferências/Congressos Nacionais de Educação, obtivemos dados que diziam respeito às

⁹ Disponível em: <http://bdigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 29 mar. 2019.

¹⁰ Pesquisamos também pelas seguintes entradas: “Inezil Pena Marinho”, “Inezil P. Marinho”, “Penna Marinho”, “Inezil Marinho”, “Pena Marinho”.

suas programações, às impressões que eles despertavam na população, na visão da imprensa, e às formas de organização e preparação que antecederiam a realização desses eventos, dentre outros.

Também, esse material foi organizado em quadros. Inicialmente, cada um deles correspondeu a um impresso/fonte. Neles, foram transcritas todas as notícias/reportagens ou trechos que consideramos relevantes para a pesquisa. Posteriormente, esses quadros foram categorizados por assunto: Instituições, Método, Inezil e Conferências/Congressos Nacionais de Educação.

Na sequência, acessamos o acervo on-line do LUME – Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)¹¹. Essa busca foi feita por meio das palavras-chave “Inezil Penna Marinho” e “Método Nacional de Educação Física”. Com a primeira entrada, localizamos um variado conjunto de fontes, do qual destacamos: fotografias, livros, cadernos organizados pelo próprio Inezil Penna Marinho, uma listagem de suas publicações entre os anos de 1938 e 1985 e um *curriculum vitae* – também esses dois últimos documentos foram por ele elaborados. Com a segunda palavra-chave, localizamos um conjunto de folhas datilografadas, intitulado *O Método Nacional de Educação Física – Evolução*, de 1945, e outros três livros escritos no ano seguinte, intitulados *Ante-Projeto do Método Nacional de Educação Física – Tomo I – Introdução*, *Ante-Projeto do Método Nacional de Educação Física – Tomo I – 1ª parte*, e *Ante-Projeto do Método Nacional de Educação Física – Tomo I – 2ª parte*. Todos esses documentos foram baixados do referido site, e foi elaborado um quadro contendo o tipo documental, o título, o resumo/descrição do documento, a data e a quantidade de páginas-folhas.

Após categorização e análise inicial desses documentos, a intenção era a de ir ao Rio de Janeiro, no ano de 2020, para dar continuidade ao levantamento das fontes. A princípio, a ideia era pesquisar o acervo físico da Associação Brasileira de Educação, o acervo do Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Centro de Memória Inezil Penna Marinho, o acervo da Biblioteca General Jair Jordão Ramos e, finalmente, o Arquivo Histórico do Exército. Todavia, no início do referido ano, a pandemia causada pelo COVID-19 chegou ao Brasil, impedindo, assim, a busca física por essas fontes, o que, de certo modo, impôs limites a esta pesquisa.

¹¹ Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/>. Acesso em: 18 abr. 2020.

Diante da impossibilidade dessa consulta física às fontes, retornamos à busca on-line, primeiro, no acervo da ABE e, na sequência, no acervo do CPDOC-FGV¹². Naquele, utilizamos as seguintes palavras-chave: “Secção de Educação Physica e Hygiene”, “Educação Physica”, “Educação Física”, “Estatuto”, “Regimento” e “Atas + ano” (exemplo: Atas 1924). Dessa busca, apenas utilizando a última entrada, foi possível localizar documentos relevantes para esta pesquisa. Ao todo, foram salvas vinte atas de reuniões realizadas tanto pelo Conselho Diretor da ABE quanto pela sua “Secção de Educação Physica e Hygiene”.

Já no acervo on-line do CPDOC-FGV, a intenção inicial era buscar pelas seguintes palavras-chave: “Gustavo Capanema”, “Ministério da Educação”, “Educação Física” e sua variação “*Educação Physica*”. Iniciamos pela entrada “Educação Física”, que nos remeteu mais de 7.000 (sete mil) ocorrências, contemplando um variado conjunto documental, dentre elas, selecionamos fotografias, verbetes e documentos referentes à organização da educação física, entre as décadas de 1920 e 1940, bem como à sua relação com o Ministério da Educação e Saúde e o da Guerra. No entanto, apenas alguns deles puderam ser acessados e/ou baixados do site. Para o acesso aos demais, seria cobrada uma taxa de reprodução por página, que variava de acordo com o tipo documental. Caso esse valor fosse pago, posteriormente, tais documentos seriam enviados via e-mail. Diante da cobrança pela disponibilização dos documentos e tendo em vista a grande quantidade de (potenciais) documentos encontrados, a continuidade dessa coleta tornou-se inviável.

De todo modo, ao cruzar as informações localizadas nesse conjunto de fontes, foi possível perceber que o processo de tentativa de criação de um Método Nacional de Educação Física empreendido no Brasil, entre as décadas de 1920 e 1940, foi debatido por diferentes instituições. Assim sendo, por vezes, os objetivos que levaram cada uma delas a se envolver nesse movimento também se diferenciavam. Além disso, apreendemos Inezil Penna Marinho como um protagonista desse processo, responsável por forjar, narrar, sobretudo por meio da escrita, uma significativa parte da história da educação física brasileira.

2.1 Especificidades metodológicas

Em relação à escrita desta Tese, algumas opções metodológicas foram feitas, as quais, por vezes, diferenciam-se das normas da ABNT. A primeira delas foi a nossa opção por referenciar todas as citações das fontes da pesquisa em nota de rodapé. Assim, para que as

¹² Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/>. Acesso em: 18 abr. 2020.

notas não se multiplicassem sobremaneira, optamos por inserir a nota de referência da fonte citada somente ao final do parágrafo em que constem várias citações da mesma fonte. Já nas citações em que houve mudança do número da página ou da fonte citada, colocamos a nota ao final da respectiva citação. A segunda opção consistiu em diferenciar as citações longas dos outros autores (referências bibliográficas) – cujo recuo estabelecido pela ABNT deve ser de 4 cm e o tamanho da fonte de 10 – das citações longas das fontes da pesquisa, o que foi feito recuando estas em 2 cm, com tamanho de fonte de 11, e deixando aquelas conforme a ABNT.

Em relação aos documentos pessoais que foram cedidos pelas professoras e pesquisadoras Cássia Lima, Ana Paula Fonseca e Meily Assbú Linhales, sendo eles documentos não catalogados, decidimos referenciá-los, no texto, também em nota de rodapé, sendo especificados da seguinte maneira: Documento(s) pessoal(is) cedido(s) por Cássia Lima/Ana Paula Fonseca/Meily Assbú Linhales.

Esta Tese foi ainda estruturada em dois Momentos. Essa escolha justifica-se, pois, acreditamos que as décadas de 1920 e 1930 (Primeiro Momento) foram, paulatinamente, forjando o desejo, ou, melhor dizendo, a compreensão de que havia a necessidade de se constituir uma educação física, realmente, nacional, o que se potencializou, encontrou terreno fértil, sobretudo, no decorrer da década de 1940 (Segundo Momento). Ou seja, se num primeiro momento, décadas de 1920 e 1930, iniciou-se a compreensão de que era necessária a constituição de uma educação física genuinamente brasileira, foi no decorrer da década de 1940 que, de fato, investimentos foram feitos na tentativa de criação de um Método Nacional de Educação Física.

PRIMEIRO MOMENTO

O CLIMA QUE ANTECEDEU OS ANOS 40: AS DÉCADAS DE 1920 E 1930

3 O IDEÁRIO NACIONALISTA E A CONSTRUÇÃO DA BRASILIDADE: SUA RELAÇÃO COM A CONFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Nesta Seção, vamos, primeiro, discutir como se deu a construção do ideário nacionalista, ou, melhor dizendo, a construção da noção de brasilidade, nas primeiras décadas do século XX, para, posteriormente, compreendermos de que modo essa construção afetou a conformação da educação física brasileira.

No decorrer da Primeira República, duas grandes interpretações da identidade nacional, as quais divergiam entre si, vigoraram. Uma, de “cunho mais conservador”, era defensora do Império, compreendido “como momento de estabilidade”, “fruto da colonização portuguesa e da ação da Igreja Católica”, cuja característica mais marcante foi “a repulsa aos EUA” (Estados Unidos), visto que este “país era fruto da colonização inglesa e do protestantismo” (VELLOSO, 2003, p. 352-353). A outra era defensora do rompimento “com o passado português”, compreendendo a “República como o governo ideal”, que vislumbrava uma “integração ao mundo americano”, sendo esse “o caminho da brasilidade”. A América passava a representar “o novo mundo, criando-se a identidade: ‘nós, os americanos’” (VELLOSO, 2003, p. 353).

Com o advento da Primeira Guerra Mundial, estabeleceu-se um divisor de águas no pensamento político, a saber: o Estado deveria ser o responsável por “forjar a nação por meio de um governo forte”. Também a “vida intelectual brasileira” modificou-se e, junto a ela, as concepções de Brasil e de povo brasileiro. Essa conjuntura de guerra deu “margem a um nacionalismo de cunho militante”, em que se abandonou “definitivamente a posição ufanista e contemplativa” e reforçou-se “o princípio da ação, do pragmatismo e intervenção na realidade”. Nessa ambiência, alterou-se o foco do debate brasileiro, e a raça entrou em cena, como um “fator definidor da nacionalidade” (VELLOSO, 2003, p. 353).

Membro da Academia Brasileira de Letras, médico e professor de higiene da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Afrânio Peixoto, em 1916, publicou uma obra que marcaria época: *Minha Terra e minha Gente*. Sua obra reforçou a ideia de que “a raça e o clima não constituíam empecilho ao desenvolvimento” do país, apontando, desse modo, para “uma visão positiva da nacionalidade” (VELLOSO, 2003, p. 354).

Já na década de 1920, com o advento do movimento modernista, a intelectualidade brasileira, mediante a arte, intentou construir os tão almejados caminhos da nacionalidade. A ideia de nação trazia consigo uma concepção de “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2008), cabendo aos intelectuais a construção de um “imaginário garantidor de

uma unidade, capaz de agregar pessoas em povo, fazendo-as se sentirem identificadas com as origens” (VELLOSO, 2003, p. 352). Ocorrendo não apenas no eixo Rio-São Paulo mas também em vários Estados brasileiros, esse movimento desempenhou um importante papel no processo de construção da identidade nacional, tendo sido a *Semana de Arte Moderna*, realizada em São Paulo, em fevereiro de 1922, o “estopim de um processo que começara muito antes dela” (VELLOSO, 2003, p. 359) e que se consolidou tempos depois.

Influenciada, a princípio, pelas novas correntes que se formaram na Europa, no pós-guerra, nos campos das artes plásticas, na literatura, na música e na arquitetura, conhecidas como surrealismo, futurismo, dadaísmo, dentre outras, a *Semana de Arte Moderna* adquiriu, no Brasil, “um poderoso caráter nacionalista que pregava nosso rompimento com os modelos europeus que então dominavam nossas manifestações artísticas”. Além disso, impeliu-nos a voltarmos às “coisas de nosso País, para as características de nossa terra e de nossa gente, nossos costumes e realidades, que até então desprezávamos e desconhecíamos completamente” (LEME, 1984, p. 259)¹³.

Essa ânsia por transformações que agitavam o país repercutiram também campo educacional, fazendo com que os educadores brasileiros logo se engajassem “na crítica à nossa precária ‘organização’ escolar e aos nossos atrasados métodos e processos de ensino” (LEME, 1984, p. 259), o que resultou em um ciclo de reformas educacionais e, anos mais tarde, em uma tentativa de criação de um método de educação física que fosse genuinamente brasileiro, visto que o “homem moderno” necessitava, inclusive, ser educado corporalmente¹⁴.

Imerso nesse movimento de “construção da chamada identidade nacional”, Mário de Andrade, ao “priorizar a busca de integração dinâmica entre o passado e o presente”, definiu, no Prefácio de *Pauliceia Desvairada*, de 1922, “o passado como ‘lição para meditar não para reproduzir’”. Essa visão pressupunha “uma concepção da brasilidade e um retrato do Brasil marcado pela dinamicidade e pela pluralidade espaço temporal”. Já em *Macunaíma*, de 1928, Mário de Andrade construiu “a imagem de um Brasil móvel, de um Brasil que é simultâneo e sucessivamente negro, índio e branco” (VELLOSO, 2003, p. 370).

Oswald de Andrade, ao publicar o *Manifesto da Poesia do Pau-Brasil* no *Correio da Manhã*, em março de 1924, trouxe a noção de brasilidade baseada no “princípio da síntese

¹³ Segundo Leme (1984, p. 259, negrito do autor), o “precursor dessa tomada de posição por nossas classes intelectuais é, com toda a justiça, considerado Euclides da Cunha, com o aparecimento do seu monumental *Os sertões*, em 1902”.

¹⁴ Abordaremos as reformas da educação e do ensino na Seção que se segue a esta; e o período de maior impulsão do processo de criação de um Método Nacional de Educação Física será tratado no Segundo Momento desta Tese.

cultural, capaz de unir o ‘lado doutor’ da nossa cultura com as tradições populares” (VELLOSO, 2003, p. 368). Já no *Manifesto Antropofágico*, também de sua autoria, publicado na *Revista de Antropofagia*, em maio de 1928, o escritor ampliou a sua reflexão sobre a brasilidade, passando, então, a defender a ideia “da aglutinação e da integração das culturas”, e, desse modo, as ideias preconizadas pelas “vanguardas artísticas europeias, propagadas pelo futurismo, dadaísmo e cubismo”, deveriam integrar, em sua visão, a nacionalidade brasileira, mas, antes, procedendo “a uma reelaboração crítica, visando adequar tais valores à nossa realidade” (VELLOSO, 2003, p. 368). Surgiu daí a “metáfora da *antropofagia*”, que propunha uma “apropriação da cultura europeia pelo ‘canibalismo cultural’”, reeditando-se a “ideia do antropófago – herdada da cultura indígena – que come a carne do ‘inimigo’ no intuito de absorver as suas qualidades” (VELLOSO, 2003, p. 370, *itálico da autora*).

A raça, nesse momento, foi, então, tomada como um dos fatores determinantes da nacionalidade. Nancy Stepan (2004, p. 336-337) afirma que, ao longo da década de 1920, a eugenia¹⁵, no Brasil, “esteve associada ao patriotismo” e que, além disso, a sua história deveria ser encarada “como parte de um entusiasmo generalizado pela ciência como ‘sinal’ de modernidade cultural”. O surgimento da eugenia esteve “condicionado pela situação racial do país” – uma “nação racialmente híbrida, resultado da fusão de indígenas, africanos e povos europeus” –, levando o Estado, principalmente entre as décadas de 1920 e 1940, a se envolver, cada vez mais, com o “gerenciamento da ‘saúde racial’” (STEPAN, 2004, p. 338-339). A eugenia passou, então, a ser “saudada como a ‘nova’ ciência capaz de levar a uma ‘nova ordem social’ por meio do aprimoramento médico da raça humana” (SOCIEDADE EUGÊNICA DE SÃO PAULO, 1919, p. 15-16 citada por STEPAN, 2004, p. 341).

Nesse contexto, o objetivo da eugenia, segundo Edivaldo Góis Junior e Alessandro Garcia (2011, p. 247), “era estudar a influência da herança genética nas qualidades físicas e mentais dos indivíduos”. Tendo como seu principal precursor Francis Galton¹⁶, a eugenia era, assim, classificada:

[...] a eugenia positiva, ou seja, conscientização e educação dos indivíduos para os princípios eugênicos, e a negativa, que se dividia em três ramos: esterilização, segregação, e regulamentação dos casamentos. A esterilização dos indivíduos consistia no impedimento de procriação através de procedimentos cirúrgicos, nos seus termos: “*tarados, doentes, incapazes, eugenicamente nocivos à sociedade, ou consanguíneos*” (ARENO, 1941, p. 41). A segregação seria o isolamento provisório

¹⁵ “Por definição, a ciência do ‘aprimoramento racial’” (STEPAN, 2004, p. 339).

¹⁶ Em 1865, Francis Galton “defendeu a hereditariedade das qualidades mentais, assim como das físicas”, já em 1869, “passou a defender a necessidade de melhorar as qualidades naturais dos homens” e, somente em 1883, “criou o termo eugenia” (GÓIS JUNIOR; GARCIA, 2011, p. 247).

ou perpétuo dos chamados incapazes, para que não pudessem viver em sociedade; e, por último, a regulamentação dos casamentos, que daria ao médico, através do exame pré-nupcial, o poder de veto em relação a um matrimônio considerado não sadio. (GÓIS JUNIOR; GARCIA, 2011, p. 247-248, *itálico dos autores*).

Renato Kehl foi quem, principalmente entre as décadas de 1920 e 1930, em São Paulo e no Rio de Janeiro, conforme Góis Junior e Garcia (2011, p. 248), defendia as ideias preconizadas por Galton. Entretanto, muitos higienistas posicionaram-se contrários a essas ideias, visto que, dentre vários outros motivos, para Kehl e os galtonistas, mesmo não desconsiderando a educação, esta era colocada em segundo plano. O primordial era mesmo a natureza, que, nesse caso, levava os galtonistas a adotarem estratégias específicas, as quais seriam resolvidas no plano biológico, ou seja, a genética determinaria os comportamentos sociais (GÓIS JUNIOR; LOVISOLO, 2005; GÓIS JUNIOR; GARCIA, 2011).

André Silva (2009 citado por GÓIS JUNIOR; GARCIA, 2011, p. 248) destaca outra importante característica da eugenia no Brasil:

Nos primeiros anos do século XX, foi identificada como mais um saber legítimo que auxiliaria civilizar e limpar a heterogênea população brasileira. Por volta de meados dos anos 1910, a Eugenia ganhou alguns adeptos que diziam ser a “salvação” para o caso de multirraças que aqui se instaurou. A herança da política escravocrata, somada à intensa imigração das mais diversas etnias, fazia com que os olhares da elite intelectual recaíssem no desânimo; afinal a miscigenação seria a causa da degeneração racial. Entretanto, o imaginário que retratava o Brasil como um país miscigenado e, portanto, fadado ao fracasso, foi sendo substituído por um olhar otimista quanto à mistura racial, pois, negar a mestiçagem seria negar o Brasil.

Assim, no decorrer das duas primeiras décadas do século XX, segundo Góis Junior e Lovisolo (2005, p. 324), “a tese de maior repercussão para o fracasso econômico” brasileiro “foi a fatalista, na qual os componentes explicativos raciais eram fortes”. Os brasileiros, constituídos por raças inferiores – fusão entre africanos, indígenas e europeus –, apresentavam um baixo rendimento no trabalho, e, portanto, “o Brasil nunca poderia ser uma nação economicamente forte” (GÓIS JUNIOR; LOVISOLO, 2005, p. 324). Objetivando a melhoria de sua imagem, “as elites brasileiras tentaram ‘embranquecer’ o país” (GÓIS JUNIOR; LOVISOLO, 2005, p. 324). Daí surgiram “correntes do ‘movimento higienista’, como a liderada por Oliveira Vianna”, as quais passaram a pensar “em estratégias de embranquecimento, como a esterilização dos negros, regulamentação de casamentos, uma

crescente imigração europeia, sobretudo da Itália e Alemanha”¹⁷ (GÓIS JUNIOR; LOVISOLO, 2005, p. 324).

Todavia, outra corrente “criticaria, substancialmente, o pensamento fatalista”. Representada pelo pensamento intervencionista, tal corrente “defendia que o povo brasileiro não era produtivo, porque estava abandonado pelas autoridades governamentais, que pouco faziam pela educação e saúde dos brasileiros” (GÓIS JUNIOR; LOVISOLO, 2005, p. 324). Diferentemente dos fatalistas e também daqueles que defendiam o embranquecimento racial¹⁸, “os intervencionistas, entre eles Belisário Penna e Miguel Couto, exigiam do Estado uma atitude construtiva na melhoria das condições de vida da população”, sendo os aspectos sociais, econômicos e educacionais os mais significativos, comparados aos “determinantes raciológicos” (GÓIS JUNIOR; LOVISOLO, 2005, p. 324). Assim, os intervencionistas provocaram “uma mudança na consciência nacional sobre os problemas brasileiros” (GÓIS JUNIOR; LOVISOLO, 2005, p. 324).

No decorrer dos anos 20 e 30, de acordo com Stepan (2004, p. 348), a partir dessa “mudança na consciência nacional”, houve o predomínio do “estilo otimista da eugenia lamarckiana”, para a qual as ciências sanitárias passaram a ser interpretadas “como um novo ‘ramo’ da higiene. Daí a insistência em que ‘sanear é eugenizar’”. Para uma parcela considerável dos médicos brasileiros, já predispostos “a promover o saneamento como cura para todos os males do país, a eugenia tinha o atrativo de ser uma extensão do heroico trabalho de figuras como Oswaldo Cruz e Carlos Chagas” (STEPAN, 2004, p. 350), no que se referia, por exemplo, à

[...] redução do índice extraordinariamente alto de mortalidade infantil entre os pobres e das condições insalubres das massas. Mesmo a promoção de esportes e do condicionamento físico, que Fernando de Azevedo adotou como causa particular na Sociedade Eugênica de São Paulo (Azevedo, 1919a, 1919b, 1960), pôde ser vista como “eugênica” porque “aprimorava a raça”. A eugenia tornara-se uma metáfora para a própria saúde. (STEPAN, 2004, p. 350).

Tomando novamente a literatura como lugar de análise, um dos personagens criados por Monteiro Lobato, o Jeca-Tatu, talvez, seja a representação mais emblemática da

¹⁷ A historiografia aponta para uma estreita relação entre Oliveira Vianna e Alberto Torres, sendo aquele, inclusive, considerado um dos grandes discípulos deste. Contudo, diferenças entre os pensamentos desses dois intelectuais existiam. Para mais detalhes, consultar Góis Junior (2014).

¹⁸ Outro intelectual que também “conservava uma tendência para o embranquecimento da raça através da mestiçagem”, no fim do século XIX e início do XX, embora escrevesse “contra as ideias pessimistas em relação ao futuro do Brasil, contidas nas explicações deterministas (raciais e climáticas)”, foi o médico Afrânio Peixoto. Para mais informações, consultar Góis Junior (2013).

eugenia brasileira. Representando a condição de atraso racial, o Jeca-Tatu era um indivíduo pobre, ignorante, mestiço e desajustado corporalmente. Todavia, por volta de 1918, o seu criador mudou de ideia sobre seu significado. Revendo a decadência desse personagem em seu livro, *O Problema Vital*, em que, primeiro, ela foi analisada em consideração à raça e, depois, em relação às doenças epidêmicas, Monteiro Lobato afirmou que o Jeca-Tatu havia sido feito e não nascido daquela forma, sendo, desse modo, mais um representante das mazelas sociais, econômicas e culturais, mas não raciais, que assolavam o país daquela época.

Fernando de Azevedo (1919 citado por STEPAN, 2004, p. 360-361), concordando com Lobato, argumentou

[...] que a composição racial do povo brasileiro não era empecilho para o sucesso da eugenia e afirmou que Jeca-Tatu era exatamente como os bandeirantes de sucesso que haviam limpo o território de São Paulo e feito sua grandeza. Suas diferenças não eram raciais, mas sociais e higiênicas. A eugenia, afirmava, conclamava para a eliminação de venenos, não de pessoas.

No Estado Novo (1937-1945), a eugenia também teve acolhimento, uma vez que Getúlio Vargas fez da puericultura¹⁹ “um instrumento para incorporação das massas no Estado e para promoção de um sentimento patriótico apartidário, apolítico” (LOWENSTEIN, 1942 citado por STEPAN, 2004, p. 376). Nesse cenário, a educação física/ginástica e as práticas esportivas também foram encorajadas, tanto pelo poder público quanto pelos médicos, como meio para atenuar as desigualdades étnicas²⁰.

Na década de 1930 e mais especificamente ao longo do Estado Novo, portanto, a eugenia relacionava-se diretamente às questões da raça e da nacionalidade, e, segundo Lowenstein (1942, p. 188 citado por STEPAN, 2004, p. 377),

[...] o Estado de Vargas foi marcado pelo “desejo de criar uma consciência homogênea de nacionalidade como base para a vida social e política”. Novos aparatos estatais foram desenvolvidos para ajudar a formar tal consciência, para promover o patriotismo e gerar um sentimento de unidade nacional.

¹⁹ A puericultura pode ser compreendida como o acompanhamento do desenvolvimento integral da criança. Nas palavras de Stepan (2004, p. 376), “em 1937, Vargas fundou o Instituto Nacional de Puericultura, subordinado ao novo Ministério da Educação e Saúde. Funcionando dentro do Hospital Arthur Bernardes, em colaboração com um laboratório de estudos de biologia infantil, médicos realizavam, além de consultas pré-natais, exames eufrenicos (de higiene eugênica mental) nas crianças que lhe eram encaminhadas para estudo pelos centros de detenção juvenil. Como organização independente, o instituto sobreviveu até 1946, quando foi incorporado à Universidade do Brasil. Nas edições de seu boletim pode-se acompanhar a passagem do instituto, da puericultura, da eufrenia e da ‘eutropia’, na década de 1930, para a ‘atenção à criança’, na década de 1940”.

²⁰ Na Seção seguinte, abordaremos, mais detalhadamente, esse aspecto.

Assim, ao final dessa década, a ideologia racial que obteve consenso no Brasil não foi a de Renato Kehl, mas a preconizada por Gilberto Freyre, que

[...] estudara na Universidade de Colúmbia, onde, sob a influência de Franz Boas (Stein, 1961), aprendera uma orientação “antropológica cultural” e anti-racista. Na definição de seus pontos de vista, Freyre referiu-se também a fontes brasileiras, como a declaração de Roquette-Pinto em 1929 de que o tipo brasileiro não seria racialmente inferior, mas doente (Freyre, 1963). A intenção de Freyre era opor-se ao exagerado racismo biológico de autores como Oliveira Vianna, e introduzir análises mais sociológicas. Começando com *Casa-grande & Senzala*, em 1933, Freyre enfatizou a realidade da diversidade racial e cultural do Brasil, defendeu a “harmonia” racial do país, contrastando-a com o conflito racial e os padrões de segregação dos Estados Unidos, e argumentou que o Brasil fora singular ao criar, de uma mistura racial, uma civilização “lusotropical” no Novo Mundo. (STEPAN, 2004, p. 379, *itálico da autora*).

A eugenia no Brasil tornou-se, então, um “importante elemento na reformulação ideológica do significado de raça para o futuro brasileiro” e, em síntese, “esteve embutida nos debates específicos de cada país sobre nacionalismo, identidade nacional, classe, raça, bem-estar infantil e imigração” (STEPAN, 2004, p. 381-382).

Para reivindicar o progresso, o modernismo e, por conseguinte, a criação de uma identidade nacional e a construção da brasilidade, para que se tornasse possível “a invenção de um estilo nacional”, seria necessária a valorização das origens culturais. Nesse movimento, a própria elite brasileira, ao estabelecer, incisivamente, uma crítica à valorização das origens culturais, que, de certo modo, intentou abandonar “o estilo europeu tradicional” e também as teses racistas no campo da saúde pública, significou a derrota de teorias autoritárias, preconizadas, principalmente, pelos eugenistas galtonianos, que tiveram, no Brasil, Renato Kehl como um dos seus principais representantes. Essa tomada de consciência e a busca pela valorização de suas origens levaram os higienistas brasileiros a perceberem “que a causa da debilidade do povo era a incapacidade das elites em cuidar dos problemas sociais” (GÓIS JUNIOR, 2009, p. 52) – aí inclui-se o próprio Estado, que, por sua vez, também deveria investir, de forma mais contundente, em tais problemas²¹. Nesse sentido, “a partir de muitos hibridismos, conciliações e conflitos, a identidade brasileira era reconstruída” (OLIVEN, 2001 citado por GÓIS JUNIOR *et al.*, 2021, p. 5).

²¹ Sobre a necessidade de convencer o Estado a cumprir o seu papel em relação aos problemas sociais, no período, consultar Góis Junior (2014).

3.1 A eugenia e o higienismo na conformação da educação física brasileira

Como vimos anteriormente, a construção do ideário nacional e da noção de brasilidade, permeada por conflitos, conciliações e hibridismos, esteve, no Brasil do final do século XIX e início do XX, imbricada aos movimentos eugênicos e higiênicos. Desse modo, para compreendermos como a educação física foi, ao longo das décadas de 1920 a 1940, forjando-se, é necessário considerarmos a influência exercida por tais movimentos.

As preocupações de natureza eugênica e higiênica, “as demandas do processo de modernização do país e o diagnóstico da debilidade da raça foram elementos presentes na construção de discursos sobre a educação do corpo no Brasil do século XIX” (GÓIS JUNIOR; MELO; SOARES, 2015, p. 347), estendendo-se por quase toda a primeira metade do século seguinte. Por consequência, tais preocupações influenciaram, sobremaneira, a conformação da educação física, que, já no século XX, para além de representar um campo “de cuidados ligados à higiene, à puericultura e também, de forma geral, à prática de atividades físicas” (PAIVA, 2003; GONDRA, 2004 citados por GÓIS JUNIOR; MELO; SOARES, 2015, p. 347), firmou-se também no âmbito educacional.

No campo da educação, os intelectuais (médicos higienistas, educadores civis e militares) assim como o Estado passaram a vincular a educação física ao civismo e ao discurso do fortalecimento da raça. Conforme afirma Góis Junior (2017, p. 709), a educação física “era percebida como instrumento de regeneração do povo, daí a necessidade de sua escolarização e presença em parques infantis”. Ainda segundo o autor, “nessa construção, determinadas práticas corporais, como a ginástica, eram enaltecidas como modernas e outras tradicionais, como a capoeira, eram silenciadas” (GÓIS JUNIOR, 2017, p. 709). Ampliando esse rol de práticas “enaltecidas”, autorizadas (ou não), também as esportivas vinham calcando seu lugar.

Aqui, cabe um adendo. Sobre a capoeira, em especial, segundo Góis Junior *et al.* (2021, p. 7), mesmo com a sua “legalização” e “valorização como referência nacional” e apesar “do culto à mestiçagem racial do povo brasileiro e da necessidade de busca de identidades próprias mediante o ‘moderno’”, no decorrer da década de 1930, “a educação física da juventude evidenciada e apoiada pela imprensa” e, também, por vários educadores ainda “era marcadamente inspirada nos modos de vida europeu e norte-americano”. Isso significa que a educação física se fundamentava nos diferentes métodos ginásticos estrangeiros que aqui chegaram e foram apropriados, e, somando-se a eles, em alguns casos, também os desportos passaram a compor a educação física do período, mesmo que também

continuassem a sofrer certas resistências, como veremos a seguir. Mas, voltando à capoeira, tanto na imprensa quanto no pensamento e nos discursos de muitos intelectuais e professores de educação física, por esta, ainda, ser associada à pobreza, à vadiagem e à violência, “sem nenhum tipo de vínculo com uma educação física considerada científica ou racional”, essa prática corporal seguiu silenciada.

Tal silenciamento acerca da capoeira, ou melhor, a completa negação de sua prática, perdurou por muito tempo. Somente na década de 1980, quando Inezil Penna Marinho, já consagrado no campo da educação física como um importante pesquisador, autor e professor, retomou os discursos sobre a necessidade de criação de um método genuinamente brasileiro de educação física, essa prática corporal voltou a ser mencionada como uma possibilidade, ainda que remota, de conformação da educação física nacional. Em seus dizeres, Inezil destacou o seguinte:

Após tantas e tantas influências estrangeiras, bastante variadas e complexas, creio que estamos amadurecidos para criar a nossa Ginástica Brasileira, cujo ritmo brote espontaneamente de nosso interior e cujos movimentos correspondam à nossa estrutura psico-somática e se insiram no nosso contexto histórico-social. [...] Depois de tantos sistemas e métodos de Educação Física estrangeiros, chegou a oportunidade da nossa sonhada GINASTICA BRASILEIRA, alicerçada na alma nacional e alimentada pela mística que sobrevive em nosso subconsciente. Viva a GINÁSTICA BRASILEIRA!²² (Caixa-alta do autor).

Aí sim, a “Ginástica Brasileira”, referida por Inezil, teria como fundamentos os preceitos da capoeira²³. Contudo, essa foi só mais uma de suas ideias que não saiu do papel²⁴. Vale ainda destacar que, conforme o próprio Inezil assinalou, a primeira tentativa de instituição de uma “Ginástica Brasileira” deu-se em 1907, com o “opúsculo *O Guia do Capoeira ou Ginástica Brasileira*”, cujo autor identificou-se com as iniciais O. D. C.

²² MARINHO, 1981. Mesmo ano de publicação de sua obra, intitulada *A Ginástica Brasileira (Resumo do Projeto Geral)*.

²³ Além da obra *Ginástica Brasileira (Resumo do Projeto Geral)*, Inezil Penna Marinho também publicou, em anos anteriores, as seguintes obras: *Subsídios para o Estudo da Metodologia do Treinamento da Capoeiragem* (1945), *Subsídios para a História da Capoeiragem no Brasil* (1956) e *Capoeiragem* (1959) (MARINHO, 1981, p. 15); e, ainda na década de 1940, na *Revista Brasileira de Educação Física*, foi publicado um de seus artigos, no qual, além de conceituar e historicizar a capoeira, ele relatou uma experiência vivida na Escola de Educação Física do Exército, em 1938, quando teve a oportunidade de “lutar contra um capoeira” e, justamente, por ter vivenciado esse momento, solicitava aos “poderes públicos” que fizessem “qualquer coisa para ressurgir a capoeiragem”, compilando “os seus inúmeros golpes”, estudando “cientificamente as suas bases” e integrando-a ao “folclore como um dos seus interessantes elementos” (MARINHO, 1945, p. 2-9).

²⁴ O mesmo ocorreu com o Método Nacional de Educação Física, por ele idealizado ao longo da década de 1940, como veremos no Segundo Momento desta Tese.

(MARINHO, 1981, p. 12-13)²⁵; e, decorridas mais de duas décadas, já em 1928, outro sujeito, chamado Annibal Burlamaqui, publicou um “opúsculo”, intitulado *Ginástica Nacional (Capoeiragem) Metodizada e Regrada*, que, segundo Inezil, “pode ser considerado o melhor trabalho no gênero aparecido, superior ao sugerido em 1907”, visto que seu autor, preocupado “em fazer ressurgir a capoeiragem”, defendeu fortemente que a capoeira deveria “ser considerada um método nacional de ginástica”²⁶. Isso quer dizer que, embora, nos anos 30, um sentimento nacional viesse se firmando, assim como a noção de brasilidade, no que se referia à educação física, esta não se pautaria em práticas genuinamente brasileiras, mesmo porque a capoeira permanecia (e isso afirma a sua história) vinculada ao povo negro e, por assim ser, não seria nesse lugar, com essa referência, que o nacionalismo no Brasil se identificaria.

Voltando à educação física relacionada diretamente ao discurso do fortalecimento e aprimoramento da raça e, ainda, considerando os anos 30, de acordo com Góis Junior e Lovisolo (2005, p. 324), Fernando de Azevedo, ao conceder uma entrevista à *Revista Educação Physica*, em 1933, foi categórico ao tratar das questões deterministas raciais. Segundo os autores, ao ser questionado se “acreditava na tão falada inferioridade física de nosso povo, ou julgava que a pobreza orgânica de nosso mestiço era produto de fatores sociais, como falta de alimentação e educação”, Azevedo respondeu da seguinte forma:

Existe sem duvida uma inferioridade physica, que se prende, porém, não á raça ou melhor, ás raças que entraram na composição de nosso povo, mas ás condições de vida de nossas populações rurais, sertanejas, ou praieiras. A inferioridade physica do nosso povo não é uma questão racial, mas um problema social e econômico, de saúde publica e de educação. A solução desse problema está numa política de engenharia sanitária ou de saneamento das regiões em que vegetam e se arruinam as nossas populações. [...] Melhoram-se as condições de vida de um povo, e o estado de saúde melhorará, em consequência.²⁷ (AZEVEDO, 1933 citado por GÓIS JUNIOR; LOVISOLO, 2005, p. 324).

Ainda conforme os autores, o pensamento de Fernando de Azevedo pautava-se “na democratização da educação e da saúde” e na certeza de que, por meio de reformas sociais, o povo brasileiro superaria o seu estado débil. Como já evidenciado, Góis Junior e

²⁵ De acordo com Marinho (1945, p. 8), segundo informações que lhe foram “fornecidas por Agenor Sampaio (Sinhôzinho), um dos mais valentes de seu tempo”, O. D. C. era um “oficial do Exército” que, julgando “prudente não revelar o nome pelos preceitos que então existiam contra a capoeiragem”, optou por manter o anonimato. Tal “folheto” foi organizado em “cinco partes que tratam respectivamente dos seguintes assuntos: I) Posições; II) Negaças; III) Pancadas simples; IV) Defesas relativas; V) Pancadas afiançadas” (MARINHO, 1945, p. 2-9).

²⁶ MARINHO, 1945, p. 9.

²⁷ AZEVEDO, 1933, p. 46.

Lovisoló (2005, p. 325) entendem que, para Azevedo, “a superioridade étnica de um povo era resultante de sua história e de sua formação genética”, sendo que o primeiro fator influenciaria o segundo, formando a raça, logo “se o povo tivesse melhores condições de vida, adquirisse hábitos saudáveis”, essas características adquiridas poderiam ser transmitidas a gerações posteriores. A educação física, por sua vez, seria a responsável por possibilitar a aquisição dessas tais características. Nesse sentido, faria ela parte de “um projeto de inculcação de novos hábitos, que por sua vez construiriam um novo homem brasileiro” (GÓIS JUNIOR; LOVISOLÓ, 2005, p. 325).

Imbuída de tal objetivo e considerando o contexto escolar, a educação física se daria por meio da ginástica obrigatória e seria executada em ambiente destinado a esse fim, sendo tanto a prática ginástica quanto o ambiente, regrados pelos preceitos higiênicos. A partir dessa concepção, a escola, do modo que vinha sendo organizada no período – décadas de 1920 e 1930 –, tida como tradicional, não atenderia a tais finalidades, uma vez que nem as suas instalações e muito menos a lógica de seu ensino eram adequadas – permanecia ainda o ensino intelectual sendo privilegiado, em detrimento do físico e do moral. Todavia, esses não eram os únicos obstáculos, era também necessária a criação de cursos de formação de professores de educação física, nos quais seriam ensinados os métodos científicos apropriados. Assim, de acordo com os autores, a opinião de Fernando de Azevedo “foi determinante para a estruturação, ainda insípida e precária em sua época, da educação física” (GÓIS JUNIOR; LOVISOLÓ, 2005, p. 325).

A década de 1930, em especial, foi, portanto, um período decisivo, tanto no que se referia “à construção de representações identitárias sobre o país” quanto em relação à estruturação e sistematização da educação física e do esporte nacional (DRUMMOND, 2008 citado por GÓIS JUNIOR; MELO; SOARES, 2015, p. 346), tendo sido no campo educacional que o nacionalismo manifestou-se mais acentuadamente (VELLOSO, 2003, p. 356). É o que observamos, por exemplo, no artigo publicado na revista *Educação Physica*, em dezembro de 1937, no qual a revista afirmara que a cultura física já havia se tornado “uma peça não só integral como essencial da educação”, tal como ocorria, “modernamente”, em todos os países cultos, que, por assim ser, cuidavam, “com especial interesse, da educação physica do seu povo, visando a formação de uma raça forte, o robustecimento geral”. Nesse sentido, os governos não só não poderiam desinteressar-se do “importante problema do fortalecimento dos povos”, como também “um imperioso dever patriótico” os induziria “a tratar, com maior empenho, de tão relevante questão”. Sendo assim, finalmente, o governo brasileiro havia resolvido “louvavelmente intervir no caso”, elaborando um projeto que

oficializaria a educação física brasileira e que, inclusive, abrangeria os esportes. Desse modo, se o problema da educação física no Brasil, “de interesse primacial a sua nacionalidade”, fosse “criteriosamente estudado”, sua solução culminaria em benefícios múltiplos, visto que teríamos

[...] um povo forte, capaz de, com exito, enfrentar a luta pela vida, de não se entibiar com as dificuldades que se lhe desaparecerão. Estamos em uma epoca em que, para vencer, não basta que o individuo tenha grande cultura intelectual, é imprescindível, também, que disponha de um organismo são que lhe permita, com eficiencia, exercer a sua [profissão].²⁸

Importa ainda mencionar que, nesse mesmo período, tanto a Igreja quanto o Exército assumiram uma “participação mais efetiva, criando projetos destinados a interferir mais diretamente na organização da sociedade”, existindo também um processo “de redefinição das instituições, predominando as diretrizes do autoritarismo político” (VELLOSO, 2003, p. 350). Além disso, foi no decorrer do Estado Novo, quando o poder público passou “a ser configurado como o poder máximo da organização social”, que os intelectuais, juntos à classe médica e vinculados diretamente ao aparelho estatal, assumiram “postos de comando”, criando, assim, “as bases legitimadoras do regime” e “apresentando as mais distintas versões de brasilidade” (VELLOSO, 2003, p. 350-351), como veremos, mais detidamente, a seguir.

Segundo Góis Junior (2014, p. 80-81), no decorrer dos anos 30, era possível observar uma influência mútua entre os intelectuais e os higienistas brasileiros, pois, “se, de um lado, os médicos exigiam do Estado uma atitude construtiva na melhoria das condições de vida da população, de outro, os intelectuais construíam explicações nacionalistas para o atraso do país”. Dessa maneira, “as condições sociais, econômicas e educacionais passaram a ser mais significativas que os determinantes raciais” (STEPAN, 2005 citada por GÓIS JUNIOR, 2014, p. 81).

Nesse sentido, Lourenço Filho, dialogando com Oliveira Vianna, Euclides da Cunha, Fernando de Azevedo, dentre outros intelectuais, assim se pronunciou acerca da educação física nacional e da sua relação com a eugenia e o higienismo: “longe de nós a ingenuidade imaginativa de supor que a educação física [seja] uma panacéia maravilhosa a retificar todas essas fraquezas” – e aqui leia-se: todos os problemas sociais, econômicos, culturais e educacionais –, pelo contrário, “pretendemos apenas que ela” contribua com o

²⁸ EDUCAÇÃO PHYSICA, 1937, p. 40.

“saneamento racial”, sendo ela “indispensável na obtenção de um Brasil Grande”²⁹. Desse modo, a educação física nos ajudaria

[...] a ramificar no espirito um sentimento de solidariedade e sociabilidade, que não temos bastante. Pela democratização, pelo conagraçamento, pela comunicabilidade, pela cooperação, que traz consigo a prática do esporte. [...] Infelizmente, o futebol, manifestação desportiva assustadoramente grassada entre nós, costuma desdizer um pouco, nos seus efeitos, dessas afirmações. A razão é que jogamos apaixonadamente o futebol, mas não temos mentalidade esportiva. Ele é, em muito, justamente, uma demonstração da urgencia da educação física em nossa educação. [...] A educação física vai ajudar-nos na nossa preservação contra o vício, o alcoolismo, a depravação. Ela é a melhor escola de sobriedade, de ensino da defesa do corpo contra os agentes desgastadores da saúde. [...] A eugenia muito lucrará. Disseminar-se-á o habito da higiene, de gosto apurado, do conforto.³⁰

Portanto, a tão almejada educação física nacional, constituída por determinadas e específicas práticas e fundamentada nos princípios eugênicos e higiênicos, seria capaz de contribuir para o fortalecimento, a regeneração e o aprimoramento da raça do povo brasileiro, tornando-o “grande”, assim como o próprio país, que intentava se forjar como uma forte e sadia nação.

3.2 Ginástica versus Esporte? A visão dos intelectuais na conformação da educação física brasileira

*A cultura athletica ou esportiva, que é o acabamento da educação physica e, por assim dizer, sua recompensa, pressupõe uma educação physica preparatoria, que deve começar desde a infancia pelos jogos e pela gymnastica rythmica, até a adolescencia pela gymnastica educativa de desenvolvimento e pela educação respiratória.*³¹

A ginástica, principalmente ao longo da segunda metade do século XIX e da primeira metade do XX, foi a prática corporal que mais se difundiu em terras brasileiras. Um dos motivos guardou relação com a presença significativa de imigrantes no país, os quais passaram a ensinar nas escolas e salas particulares (GÓIS JUNIOR; MELO; SOARES, 2015, p. 348). Nas instituições primárias e secundárias de ensino, a ginástica que convinha aos alunos era a de Ling, ou ginástica sueca, uma vez que, “fundada sobre principios seguros”, era

²⁹ FILHO, 1939, p. 10-12/60.

³⁰ FILHO, 1939, p. 10-12/60.

³¹ AZEVEDO, 1936, p. 67.

“perfeitamente graduavel para ser adaptada a ambos os sexos, a todos os casos e a qualquer idade”; somando-se a isso, era ela “scientifica, pedagogica, dosavel, respiratoria e orthopedica”³². Mas, além dela, outros métodos também figuravam nas aulas de educação física no período, tais como o alemão, o francês e a calistenia^{33, 34}.

Nesse mesmo período, várias Sociedades e Clubes Ginásticos foram fundados. No Rio de Janeiro, no ano de 1859, a “Sociedade Alemã de Ginástica” foi criada – inclusive, Góis Junior, Melo e Soares (2015, p. 348) afirmam ter sido ela a primeira Sociedade Ginástica fundada na América do Sul. Quatro anos depois de sua fundação, surgiu a “Sociedade Franceza de Gymnastica”, cujos objetivos eram o “ensino da gymnastica, musica e dansa, o gôso de uma muito rica Bibliotheca, diversos jogos e distracções, reuniões familiares, soirées dansantes, etc., etc.”. Todavia, conforme o art. 1º de seu Estatuto, ela não poderia “em tempo algum e sob nenhum pretexto renunciar ao seu principio – a gymnastica”³⁵. Passados mais cinco anos, em 1868, o “Club Gymnastico Portuguez” foi fundado, e as principais atividades proporcionadas aos seus sócios eram, “alem do ensino da gymnastica, esgrima, e musica, outros recreios como uma escolhida bibliotheca, jornaes illustrados, sala de bilhares, etc., etc.”³⁶; além disso, aos seus frequentadores eram oferecidas reuniões familiares, bailes e saraus³⁷, passeios campestres³⁸, apresentações de peças teatrais³⁹ e festas de caridade ou assistenciais⁴⁰; assim, o “Club Gymnastico” tinha por finalidade “proporcionar [a]os seus socios recreios honestos e agradáveis”⁴¹. Já em 1874, o “Congresso Gymnastico Portuguez” foi criado e aos seus sócios proporcionava o “ensino de musica, gymnastica e esgrima, e diferentes divertimentos: bilhar, jogos innocentes, etc., gabinete de leitura, jornaes politicos e

³² AZEVEDO, 1936, p. 67.

³³ A “callisthenia é a forma de exercicio methodico em que se assumem posições artificiaes, afim de produzir certos e definidos effeitos hygienicos e educativos. Os effeitos hygienicos da callisthenia são o estímulo da circulação, respiração, assimilação e eliminação (esta principalmente pela pelle). [...] Os objectivos educativos da callisthenia constituem na boa postura, no avivar da attenção e das reacções mentaes e na educação do aparelho neuro-muscular, de modo a dar ao individuo o governo do seu corpo. São estes effeitos da callisthenia que mais valiosa a tornam para as escolas” (EDUCAÇÃO PHYSICA, 1936, p. 15-18).

³⁴ Para mais informações sobre a chegada e a adoção de métodos ginásticos europeus no Brasil, consultar Ramos (1982) e Soares (1994, 2009, 2010). Especificamente sobre o Método Sueco, consultar Coelho (1907), Hasse (1999), Moreno (2001, 2003, 2015) e Ramos (1967). Sobre o Método Francês, consultar Goellner (1992) e Soares (1998). Sobre o Método Alemão, consultar Quitau (2012, 2014, 2015).

³⁵ ALMANAK..., 1875, p. 526.

³⁶ ALMANAK..., 1875, p. 525-526.

³⁷ Jornal *O Paiz*, 22 de junho de 1886, p. 2.

³⁸ Jornal *Gazeta da Tarde*, 13 de fevereiro de 1886, p. 2.

³⁹ Jornal *O Binoculo*, 01 de abril de 1888, p. 5.

⁴⁰ Jornal *Diario do Rio de Janeiro*, 31 de dezembro de 1876, p. 2.

⁴¹ Decreto nº 5026, de 24 de julho de 1872 – Artigo 1º. *Approva os estatutos da associação denominada – Club Gymnastico Portuguez*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5026-24-julho-1872-551233-publicacaooriginal-67473-pe.html>. Acesso em: 16 jul. 2014.

ilustrados”⁴², passeios campestres⁴³, saraus e bailes beneficentes⁴⁴, reuniões diárias “em que se [permitiam] entretenimentos inocentes”, além da “festa aniversária”^{45, 46}.

Um segundo motivo para a difusão da ginástica, no Brasil daquele tempo, foi sua adoção pelas Forças Armadas, que, também de acordo com Góis Junior, Melo e Soares (2015, p. 348), pôde ser compreendida como uma “estratégia de formação”, a qual “passou a ser considerada útil para a manutenção da boa forma do combatente e ferramenta eficaz de disciplinarização das tropas, algo que se tornara comum [também] em outros países” e que, brevemente, expandiu-se para o meio civil⁴⁷.

No território brasileiro, na segunda metade do século XIX, o Método Alemão de Ginástica foi, oficialmente, adotado pelo Exército, possivelmente, por conta da “expressiva presença de soldados prussianos, contratados para a campanha contra Oribe e Rosas em 1851, e que por aqui ficaram servindo ao país, tendo participado também dos combates da Guerra do Paraguai” (GÓIS JUNIOR; MELO; SOARES, 2015, p. 349). Inclusive, no ano de 1870, o governo imperial mandou

[...] distribuir o *Novo guia para o ensino da ginástica nas escolas públicas da Prússia*, traduzido por Joaquim Teixeira de Macedo, um dos intelectuais envolvidos com o desenvolvimento da educação pública nacional, defensor da adoção de princípios da pedagogia alemã. Esse é mais um indício de que a influência dos militares se estendeu ao meio civil, mesmo porque eles também lecionavam em escolas civis. (GÓIS JUNIOR; MELO; SOARES, 2015, p. 349, *itálico dos autores*).

No âmbito escolar, mais precisamente na escola secundária, podemos citar a inserção da ginástica no “Collegio de Pedro II”. Lá, sua prática foi incorporada ao currículo desde o ano de 1841. Criado em 1837 e, de acordo com Cunha Junior (2008), associado, desde o início de sua criação, à ideia de modernização e desenvolvimento da Capital do Império, como primeiro estabelecimento de ensino secundário organizado pelo governo central, o “Collegio de Pedro II” possuiu como finalidade a capacitação dos jovens da elite oitocentista que visavam seu ingresso nos cursos superiores. Os valores e princípios dessa instituição de ensino, servindo como referência para as demais escolas secundárias,

⁴² ALMANAK..., 1877, p. 560.

⁴³ *Jornal Gazeta de Noticias*, 02 de junho de 1879, p. 3.

⁴⁴ *Jornal Diario do Rio de Janeiro*, 04 de janeiro de 1877, p. 2.

⁴⁵ Decreto nº 5873, de 13 de fevereiro de 1875. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=56626&norma=72477>. Acesso em: 16 jul. 2014.

⁴⁶ Para mais detalhes sobre a criação e os modos de funcionamento dessas três instituições ginásticas, fundadas no Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, consultar Romão (2016) e Melo e Peres (2014).

⁴⁷ Esse ponto será, mais detidamente, abordado na Seção 5.

disseminaram-se pelo Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX e das décadas iniciais do XX. Sua fundação foi um importante marco histórico do ensino secundário brasileiro, visto que, até aquele momento, a instrução ofertada, tanto no município da Corte quanto nas demais províncias brasileiras, concentrava-se em aulas avulsas, em instituições particulares e seminários religiosos.

No que dizia respeito à organização e sistematização do ensino da ginástica, ao analisarmos os seus programas escolares⁴⁸, identificamos uma prática pautada nos diferentes métodos ginásticos europeus, sendo, dessa maneira, racional, científica, elementar, disciplinadora e moralizadora dos hábitos, com movimentos fragmentados, ordenados, sequenciados, progressivos e repetitivos, sistematizados sem excessos e sem dispêndio de energia; logo, essa prática era educativa, obrigatória, voltada ao endireitamento, correção, fortalecimento e aperfeiçoamento dos corpos dos escolares, sendo capaz, portanto, de intervir na formação do caráter e na aquisição de hábitos higiênicos, proporcionando a constituição de corpos fortes e saudáveis. Contudo, também, apresentava elementos característicos do universo circense, como os saltos, as piruetas e as acrobacias, que eram controlados por aparelhos ginásticos e executados sob a orientação de seus “mestres de gymnastica”, professores responsáveis pelo ensino dessa prática. As demonstrações coletivas, desafiadoras dos corpos daqueles que a praticavam – os educandos – e que, executadas, muitas vezes, nas ocasiões festivas, encantavam aqueles que as assistiam, não rompiam com a dimensão do controle. Destinada à formação do educando, à aquisição de hábitos e de comportamentos saudáveis, controlados e higiênicos, essa ginástica não desconsiderava a dimensão do divertimento (ROMÃO, 2016; ROMÃO; MORENO, 2018).

Considerando outro nível de ensino, no qual também houve a inserção da ginástica, podemos citar o ensino normal. Tendo a “Escola Normal da Côrte”, inaugurada em 1880, como referência, sua finalidade era a formação de professores e professoras que, futuramente, atuariam no ensino primário. Assim como ocorrido no “Collegio de Pedro II”, a prática ginástica sistematizada na Escola Normal foi inspirada nos diferentes métodos ginásticos estrangeiros, mas, também, apresentava elementos característicos do Circo e das Sociedades e Clubes Ginásticos existentes no Rio de Janeiro daquela época, sendo, assim, racional, científica, com movimentos ordenados, fragmentados, sequenciados, progressivos e repetitivos, auxiliados ou não por aparelhos, buscando simetrias e harmonia corporais; além

⁴⁸ Embora sua inserção date de 1841, foi somente no ano de 1879 que se deu a criação de seu primeiro programa de ensino, oficialmente reconhecido, o qual foi elaborado pelo professor/“mestre de gymnastica” Paulo Vidal (ROMÃO, 2016).

disso, era capaz de fortalecer, corrigir e endireitar os corpos, prevenindo-os contra doenças e vícios e conferindo-lhes hábitos saudáveis e higiênicos, mas, também, não menosprezando a dimensão do divertimento, do espetáculo. Assim, culminando na elaboração de programas de ensino⁴⁹, a ginástica passou a ser aceita também no âmbito da formação do professorado, como uma possibilidade educativa (ROMÃO, 2016; ROMÃO; MORENO, 2021).

Em Minas Gerais, ainda considerando o nível de formação de professores e professoras, a ginástica passou a integrar o currículo a partir da década de 1890⁵⁰. Com a criação da “Escola Normal Modelo da Capital” – Belo Horizonte – em 1906, o ensino normal mineiro passou a ser, por essa instituição, regulamentado. Isso quer dizer que, conforme indicava o seu nome, todas as demais escolas normais mineiras, existentes no período, deveriam se moldar a ela, no que se referia à sua forma de organização e funcionamento, e também adotar os mesmos programas de ensino que lá eram sistematizados. Porém, assim como ocorreu na “Escola Normal da Côrte” e no “Collegio de Pedro II”, situados no Rio de Janeiro, na “Escola Normal Modelo da Capital”, a prática ginástica demorou certo tempo para ser implementada. Foi somente em 1910, com a promulgação do Decreto nº 2.836, que “reorganizou as escolas normaes do Estado”⁵¹, que essa prática passou a compor o currículo escolar (ROMÃO, 2012).

Nessa instituição, diferentemente das outras até aqui mencionadas, a ginástica voltava-se à formação do corpo feminino⁵². A duração do ensino normal, no período, era de quatro anos e, no decorrer desse tempo, nos três primeiros, a prática ginástica objetivava o aperfeiçoamento físico das alunas e, apenas no quarto ano, destinava-se à preparação para o magistério. Analisando os programas de ensino da instituição, identificamos a constituição de uma ginástica também pautada nos diferentes métodos ginásticos europeus, voltada ao aperfeiçoamento do físico, à aquisição de hábitos higiênicos e saudáveis, visando à harmonia e à simetria corporais, por meio da prescrição de exercícios fragmentados, sequenciados,

⁴⁹ O primeiro programa oficial de ensino de ginástica da “Escola Normal da Côrte” foi elaborado pelo professor Capitão Ataliba Manoel Fernandes, em 1880/1881 (ROMÃO, 2016; ROMÃO; MORENO, 2021).

⁵⁰ Decreto nº 260, de 1º de dezembro de 1890 (ROMÃO, 2012).

⁵¹ Colleição das Leis e Decretos do Estado de Minas Geraes em 1910; Decreto n. 2.836, de 31 de maio de 1910 / Arquivo Público Mineiro (APM)/Belo Horizonte.

⁵² Houve, nesse período, em Minas Gerais, de forma paulatina, o que se convencionou chamar, na historiografia da educação, de “feminização do magistério”. Para mais detalhes sobre esse processo, consultar Faria Filho *et al.* (2005) e Nascimento (2011). Vale ressaltar que, em relação à ginástica, se, no início de sua implementação no ensino normal mineiro (ano de 1890), ela se constituiu, oficialmente, como uma prática autorizada apenas aos homens, decorridas, aproximadamente, duas décadas, ela passou a se constituir como uma prática quase que exclusiva às mulheres, uma vez que a maioria das escolas normais existentes em Minas Gerais, a partir de 1906, voltava-se à formação de professoras, ou seja, havia muito mais mulheres frequentando as escolas normais do que homens (ROMÃO, 2012).

progressivos e repetitivos (ROMÃO, 2012)⁵³. Portando tais características, a ginástica era introduzida “em todos os estabelecimentos de educação e também nas casas de famílias [especificamente na sociedade fluminense, também nos Clubes e Sociedades Ginásticas], como um dos melhores meios de corrigir defeitos orgânicos e também para o rápido desenvolvimento dos músculos”⁵⁴.

Até aqui foi possível perceber, mesmo que brevemente, como se deu, no Brasil de meados do século XIX e das primeiras décadas do XX, a difusão e afirmação da ginástica, seja observando as Sociedades e Clubes Ginásticos, seja voltando nossos olhares para as instituições educacionais. Entretanto, paralelamente a esse movimento, também os esportes vinham galgando o seu lugar no campo da educação física. A seguinte questão foi, então, colocada: “esporte ou ginástica: qual seria a melhor estratégia de educação corporal?” (GÓIS JUNIOR; MELO; SOARES, 2015, p. 345).

Fernando de Azevedo, em 1920, publicou o que teria sido o primeiro livro que, no Brasil, dedicando-se à educação física, trataria o esporte de forma positiva. O livro, intitulado *Da educação física, o que ela é, o que tem sido e o que deveria ser*, “ainda que desaconselhasse veementemente a prática esportiva para crianças”, em seu programa, possuía um lugar de destaque para a educação física, considerando os alunos maiores. No entanto, “o próprio Fernando de Azevedo oscilava quanto à sua avaliação” (SANTOS, 2000, p. 120). A primeira versão desse texto foi, originalmente, apresentada como Tese, para participar do Concurso para a Cadeira de Educação Física no Ginásio Estadual de Belo Horizonte. Nessa Tese, intitulada *A poesia do corpo ou a ginástica escolar* (1915), Azevedo, de certo modo, abordou o esporte de forma crítica, “tanto que o capítulo a ele dedicado chamava-se ‘Nada de atletismo. Os desportos’, inserindo-se na tradição de criticar os espetáculos esportivos e o ‘atletismo’”⁵⁵ (SANTOS, 2000, p. 120).

Na edição seguinte do livro (1920), ampliada e revista, seus argumentos foram atenuados e o capítulo, anteriormente citado, foi, então, denominado “Os esportes e sua justa situação num programa escolar. Atletismo e Atlética”, desaparecendo, assim, aquela visão negativa inicial, e a dimensão do atletismo era citada e não negada, como havia sido na

⁵³ Para mais detalhes sobre a prática ginástica desenvolvida na “Escola Normal Modelo da Capital”, consultar Fernandes (2013).

⁵⁴ Documento/obra: Assuntos Mineiros, autores diversos – Compendio Prático de Ginástica para uso das Escolas Normais e Primarias; Autor: Antonio Martiniano Ferreira; Ano: 1897; Volume: 006. Filme: 003/APM.

⁵⁵ Desse mesmo modo, Manoel Bomfim, embora não condenasse o esporte, visto que este apresentava determinadas “virtudes”, as quais seriam “adequadas à formação do caráter da juventude”, criticava “o dispêndio exagerado de energia muscular” que essa prática demandava. Assim, a sua recusa recaía sobre o atletismo, compreendido como espetáculo, que se relacionava à profissionalização de seus praticantes” (SANTOS, 2000, p. 117-119).

primeira edição. A essa reinterpretação soma-se o fato de que a prática esportiva, para Azevedo, desde que fosse precedida pela ginástica – como evidencia a citação que abre essa Seção –, só traria benefícios. Nesse sentido, a partir da década de 1920, Fernando de Azevedo já reconhecia “a importância do esporte no despertar da mocidade”, contudo o dividiu, hierarquicamente, em dois grupos: “o esporte anglo-saxão, o responsável pelo despertar, é inferior ao esporte grego, à atlética [...]. A grande virtude do primeiro teria sido a de abrir caminho no Brasil para o segundo, superior” (SANTOS, 2000, p. 120-121). Nessa perspectiva, em seu modo de conceber a prática esportiva, os

[...] esportes individuais, como eram os gregos, contribuem para o desenvolvimento do homem em força e destreza, aumentam-lhe a resistência e lhe superexcitam a energia; os esportes por “equipes”, como em geral os anglo-saxônicos, exaltam o espírito de solidariedade e disciplina de grupo livremente consentida.⁵⁶

Anos mais tarde, ao publicar a obra *Educação Physica* (1938, 1939), Fernando de Azevedo, criticando o funambulismo, esclareceu um pouco mais as suas opiniões acerca do esporte. Buscando evidenciar os limites da prática esportiva na infância e na adolescência, sua maior preocupação dizia respeito à necessária sistematização dos métodos de ensino, os quais deveriam se adequar às idades dos alunos, sendo, para ele, “impreterível que os jogos infantis precedessem a ginástica científica, que por sua vez precederia a prática esportiva” (AZEVEDO, 1939, p. 10 citado por GÓIS JUNIOR; MELO; SOARES, 2015, p. 354)⁵⁷. O momento ideal para introduzir o esporte seria, então, o da “vida adulta, podendo até ser iniciada na adolescência, desde que por sugestão médica. Em contrapartida, a ginástica seria insubstituível em todas as faixas etárias” (AZEVEDO, 1939, p. 10 citado por GÓIS JUNIOR; MELO; SOARES, 2015, p. 354).

Ainda no início da década de 1920, Carlos Sussekind de Mendonça escreveu a obra intitulada *O sport está deseducando a mocidade brasileira* (1921). Esse, segundo Santos (2000, p. 91), seria o “primeiro livro inteiramente dedicado a combater a prática de esportes escrito no Brasil”⁵⁸. Alcançando uma significativa repercussão, devido à “maneira virulenta e

⁵⁶ AZEVEDO, 1936, p. 68.

⁵⁷ AZEVEDO, 1939, p. 10-11.

⁵⁸ Nesse mesmo período, também na literatura, encontramos críticas diversas ao esporte. Góis Junior, Melo e Soares (2015, p. 345) afirmam que “Lima Barreto, em 1918, no artigo intitulado Sobre o *foot-ball*, entre várias outras crônicas, atacou a modalidade em função do seu caráter elitista e segregador. Para ele, até mesmo a, na ocasião usual, adoção de termos ingleses soava como ridículo”. Graciliano Ramos, por sua vez, “em *Traços a esmo*, crônica publicada em *O Índio* (1921), profetizava que o futebol seria ‘fogo de palha’, pois, tendo esportes nacionais em quantidade, não adotaríamos práticas ‘estrangeiras’. Sua ácida e irônica crítica coloca em questão a assimilação fútil da moda e dos estrangeirismos em detrimento da valorização da cultura brasileira. O autor

Continua...

articulada como atacou os defensores das virtudes pedagógicas do esporte” (SANTOS, 2000, p. 91) – e essa crítica, ele a fez, justamente, para contrapor a publicação *Da educação física*, de Fernando de Azevedo, anteriormente citada –, o livro levou os educadores a refletirem, de forma mais cuidadosa, sobre a prática esportiva.

Na ocasião, criticando, sobretudo, o futebol, que, segundo Sussekind de Mendonça, seria “o mais inadequado dos esportes”, afirmou esse autor que, “se a ‘nacionalidade’ [precisava] ser educada fisicamente[,] não [seria] através do esporte que se conseguiria este intento, uma vez que [era] prática estrita à ‘meia dúzia’”. Assim, esse educador, mesmo quando buscava encontrar algo de positivo no esporte, enfatizava que poucas seriam as pessoas que dele se beneficiariam (SANTOS, 2000, p. 94).

Entre 1921 e 1922, de acordo com Góis Junior, Melo e Soares (2015, p. 345), Artur Neiva, considerado “um dos mais importantes médicos das primeiras décadas do século XX” e sendo “membro da Sociedade Eugênica de São Paulo, publicou, em *O Estado de S. Paulo*, seis artigos nos quais enfaticamente sugeria que o esporte poderia ser uma verdadeira instituição redentora de nosso país”, porque, segundo ele, essa prática contribuiria, sobremaneira, “com a manutenção da saúde e com o aperfeiçoamento da raça brasileira, não devendo, todavia, ser praticado de forma desordenada”. Dessa maneira, Neiva dialogava com a recém-publicada obra de Carlos Sussekind de Mendonça (GÓIS JUNIOR; MELO; SOARES, 2015, p. 345). Todavia,

[...] Sussekind de Mendonça, ao contrário de Neiva, inferia que a prática de esportes trazia mais malefícios do que benefícios, na medida em que ocasionava, em tese, uma excessiva fadiga corporal que desequilibrava o organismo, sendo, portanto, anti-higiênico. Mais ainda, a prática, sobretudo o futebol, afastava a juventude dos livros e de uma vida intelectual saudável. (GÓIS JUNIOR; MELO; SOARES, 2015, p. 344).

Naquela ocasião, entretanto, o esporte, principalmente o futebol, já havia se difundido pelo Brasil afora, arrastando, com ele, uma expressiva parcela da população brasileira, tendo sido esse “um dos motivos que [explicou] o crescimento das preocupações relacionadas a seus valores formativos, algo que era notável desde os anos iniciais do século XX, quando a prática começara a se expandir” (GÓIS JUNIOR; MELO; SOARES, 2015, p. 345). Além disso, àquela altura, algumas escolas já utilizavam a prática esportiva “como estratégia educacional” – mesmo que ainda houvesse certo receio –, como foi o caso da

contrapõe o sertanejo ao homem da cidade grande, indicando a debilidade da raça como um importante tema, para o qual não teriam grandes contribuições as práticas esportivas, dado sua incapacidade regeneradora” (GÓIS JUNIOR; MELO; SOARES, 2015, p. 345).

“Escola Normal de São Paulo” e do “Collegio de Pedro II” (GÓIS JUNIOR; MELO; SOARES, 2015, p. 350)⁵⁹.

Vale ressaltar que, corroborando as ideias defendidas por Góis Junior, Melo e Soares (2015, p. 351-352), nesse movimento, tanto os esportes coletivos, em especial o futebol, quanto os individuais passaram a ser compreendidos como possibilidade para a consolidação da tão almejada unidade nacional, e, assim, a prática esportiva passou a ser interpretada como uma importante aliada, discursiva e pedagogicamente, no que se referia ao fortalecimento da “comunidade imaginada”, nos termos de Benedict Anderson (2008).

Arelado à ideia de fortalecimento do sentimento nacional,

[...] o esporte também esteve associado ao discurso eugenista, considerado como uma ferramenta que deveria estar a serviço do aperfeiçoamento da raça. Para Ramos (1936, p. 38): “Felizmente, todo o organismo, e, portanto, também o racial, procura algures o remédio de que carece. Cabe aos esportes suprir as falhas dos processos de seleção racial e do seu aperfeiçoamento. O esporte, qualquer que seja a modalidade, robustece o indivíduo, tornando-o inacessível aos males que possam debilitar. As nações sentem, nos seus sentimentos de existência coletiva, a necessidade incoercível de um organismo forte nos seus indivíduos”. (GÓIS JUNIOR; MELO; SOARES, 2015, p. 352).

Nos periódicos que circulavam no período, contudo, a prática esportiva nem sempre era elogiada. Existiram, sim, “manifestações que, se não totalmente contrárias, ao menos apresentavam com sérias restrições a utilização da prática como meio de educação de crianças e jovens” (GÓIS JUNIOR; MELO; SOARES, 2015, p. 352). Todavia, mesmo nesse cenário de não completa aceitação, na década de 1930, o futebol firmava-se como “paixão nacional” (SANTOS, 2000, p. 165).

No decorrer desses anos, o debate acerca de o esporte ser considerado uma estratégia de formação capaz de contribuir para a conformação da educação física brasileira continuou a ferver. Fernando de Azevedo, por exemplo, seguia com a sua defesa, afirmando que “o esporte era uma atividade útil na educação desde que restrita a certos limites” (SANTOS, 2000, p. 184). Se, para além do campo educacional, aumentava-se “o número dos adeptos e defensores do esporte” (SANTOS, 2000, p. 185), os quais, inclusive, lançavam mão de argumentos fundamentados na educação para legitimar sua prática, para muitos educadores, a sua prática deveria ser mais bem delimitada:

⁵⁹ Para mais informações sobre o esporte compreendido também como uma “estratégia educacional”, consultar Linhales (2006).

[...] esporte na infância, nunca; na adolescência, com muitas restrições; somente na fase adulta após os 18 anos, aproximadamente, é que o esporte deveria ser praticado mas mesmo aí não livremente, devendo ser precedido de exercícios ginásticos (uma prevenção terapêutica) e sem cair na “especialização”, ou seja, o atleta não deveria praticar uma única modalidade sob pena de prejudicar sua saúde física, pela exigência descompensada de apenas certas partes do corpo, e sua saúde moral, pela adesão ao profissionalismo. (SANTOS, 2000, p. 185).

No entanto, tal como nos adverte Santos (2000), não se pode considerar que todos os educadores possuíam a mesma opinião em relação à sua prática. Observamos as restrições que Fernando de Azevedo impunha e que continuavam sendo partilhadas por seus pares. Em contrapartida, outra interpretação afirmava-se, “vinda de homem que ocupou cargos relevantes na área da Educação no Governo Federal, durante a década de 30” (SANTOS, 2000, p. 186), Lourenço Filho. Este, mesmo tendo, junto a Fernando de Azevedo, assinado o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* e sendo um apoiador declarado no movimento *Escolanovista*⁶⁰, compreendia a prática esportiva como algo positivo – inclusive chegou a propor a sua utilização “como controle social” (SANTOS, 2000, p. 191). Lourenço Filho, que era um entusiasta, reconhecia e aprovava a influência exercida pelo esporte norte-americano, que, sobretudo nos anos 30, “maravilhava os aficionados brasileiros” (SANTOS, 2000, p. 191).

Também Anísio Teixeira, ao retornar dos Estados Unidos, onde estudou com John Dewey, passou a defender a excelência do esporte na conformação da educação física brasileira. Por sua vez, Afrânio Peixoto, que também estudou nos EUA, ao retornar ao Brasil, posicionou-se favorável à prática esportiva. Assim, esses três importantes educadores brasileiros, principalmente no decorrer da década de 1930, contrapunham-se às ideias defendidas, lá nos anos 20, por Fernando de Azevedo, o qual, havia criticado os “espetáculos esportivos norte-americanos”, uma vez que estes, em sua visão forjada naquela época, representavam a “degradação da educação física” (SANTOS, 2000, p. 188).

Existiram, ainda, outros educadores defensores da prática esportiva. Cyro de Moraes, para citar mais um importante nome no cenário brasileiro da época, “posicionou-se decisivamente a favor do esporte como formador do caráter” (SANTOS, 2008, p. 192). Para ele, os jogos esportivos deveriam ser considerados como “meios para o desenvolvimento de estados mentais, morais e emotivos, os quais [exerciam] poderosa influência na formação do caráter” (SANTOS, 2008, p. 192). Já para Celso Kelly, os esportes fixariam um “padrão de

⁶⁰ O esporte e o movimento da *Escola Nova* passaram, então, a ser vistos como “uma cunha de modernidade no tradicionalismo da sociedade brasileira” (SANTOS, 2000, p. 190). Esse movimento será, na Seção seguinte, abordado mais detidamente.

beleza nacional” e criariam “uma mentalidade comum” entre os brasileiros, como nenhuma outra prática seria capaz de fazê-los (SANTOS, 2000, p. 209). Nesse sentido, se

[...] o primeiro objetivo permaneceu inatingido, cabendo mais à dança (o samba) esse papel (pelo menos quanto à beleza feminina), o segundo de fato se realizou e a formação da nação brasileira, do sentimento de pertencer a uma nação, da brasilidade, foi encaminhada também (mas não só) por uma modalidade esportiva, o futebol. (SANTOS, 2000, p. 209).

Diante disso, corroboramos o autor quando diz que, embora as disputas interestaduais promovidas pelo futebol reforçassem os regionalismos, elas também forjaram uma “mentalidade comum” e um sentimento de pertencimento a uma comunidade (SANTOS, 2000, p. 257), ou seja, apoiando-nos nos dizeres de Anderson (2008), o futebol foi capaz de forjar uma comunidade imaginada no Brasil.

Para além dos intelectuais, os esportes, também pelas revistas especializadas da área, passaram a ser “vistos com bons olhos” e, inclusive, em alguns momentos, chegando a ser propostos mesmo em substituição à ginástica. Em *Educação Physica*, de julho de 1939, para citar um exemplo, foram traduzidas algumas considerações de uma revista norte-americana, as quais seriam “dignas da leitura de todos os mentores da educação física”, devendo também ser “postas nas mãos de todos os esportistas brasileiros”. Nessa reportagem, a educação física brasileira deveria “ser antes objetiva que subjetiva. A ginástica do passado era subjetiva. Os esportes atuais são objetivos”. Nessa construção, a “nova educação física” daria, justamente por isso, “grande importância à higiene”; ensinando “o homem a viver da melhor maneira possível”, faria “com que cada um dos seus hábitos físicos [contribuísse] para o aumento da sua eficácia e não para a sua diminuição”. Assim, os “tempos novos” reclamavam “líderes sociais, ação de conjunto, aptidão para cooperar com os demais”. A “nova educação física” seria, então, “altamente social”, pois orientaria “a atenção especialmente para o grupo, para a direção inteligente e preparada e para a ação coordenada”, exigindo “do indivíduo” que se preocupasse “com a saúde e com o bem estar coletivos. Dê-se atenção, portanto, de preferência, à higiene coletiva”. Por fim, a “nova educação física deveria formar um homem típico” que portasse as seguintes características:

[...] detalhe mais delgado que cheio, gracioso, de musculatura flexível, de olhos claros, pele sã, ágil, desperto, erecto, docil, entusiasta, alegre, viril, imaginoso, senhor de si mesmo, sincero, honesto, puro de actos e de pensamentos, dotado com o senso da honra e da justiça, participando no companheirismo de seus semelhantes.⁶¹

Assim, explicitados os traços que os brasileiros deveriam aparentar, graças à “nova educação física”, mais uma vez, a questão crucial do aperfeiçoamento racial, também aos esportes, foi inculcada.

Nesse processo, houve ainda quem, para além dos que defendiam, ou não, a prática esportiva, juntamente, ou não, à prática ginástica, assumisse uma posição, de certo modo, conciliatória. Esse, segundo Góis Junior *et al.* (2021, p. 15), foi o caso de Américo Netto⁶², que, ocupando lugares significativos para a educação física da época, tornava-se uma voz autorizada a defender determinados posicionamentos acerca da conformação da área⁶³. E ainda, esse mesmo posicionamento conciliador podia ser também observado nos periódicos de ampla circulação, publicados no período, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, os quais, por vezes, sugeriam que os “esportes e as ginásticas tornaram-se estratégias menos concorrentes ao longo da década de 1930, dando espaço para uma educação física eclética, congregando diferentes tradições europeias e norte-americanas” (GÓIS JUNIOR *et al.*, 2021, p. 15).

Entretanto, aqueles que defendiam claramente a prática esportiva consideravam que se deveria, sim, estabelecer uma hegemonia do esporte, e essa foi “apenas uma das faces das tensões pelos simbolismos que envolviam a consolidação de uma identidade nacional” (DALBEN *et al.*, 2019, p. 269), assim como a conformação da educação física brasileira. Especificamente sobre a afirmação de uma identidade nacional,

[...] era a identidade paulista que se colocava como responsável pela liderança do país, com manifestações de ideias e comportamentos, que se arvoravam justamente na particularidade, na autodeterminação, na modernidade, na singularidade paulista, que, concomitantemente, absorvia os símbolos nacionais (bandeira, hino, etc.). Ao tencionar uma identidade nacional centrada no Rio de Janeiro, São Paulo tentava constituir modelos de desenvolvimento da saúde e educação públicas, estabelecendo

⁶¹ FISHER, 1939, p. 9.

⁶² Para mais informações sobre o seu pensamento conciliador entre a ginástica e o esporte, consultar Netto, 1933, p. 29 (fonte desta pesquisa).

⁶³ Américo Netto envolveu-se com a criação da Escola de Educação Física de São Paulo, foi secretário geral do Departamento de Educação Física do mesmo Estado e manteve relações com a filial paulista da Associação Cristã de Moços – “entidade de grande relevância na promoção de esportes norte-americanos e ingleses; atuou como representante paulista do movimento olímpico brasileiro; e trabalhava na publicação da revista Educação Physica (1932-1945), primeira publicação periódica especializada no gênero. Ou seja, era um agente histórico importante no que se referia à institucionalização de uma área profissional no país” (GÓIS JUNIOR *et al.*, 2021, p. 15).

um solo fértil para a institucionalização do esporte e da educação física. Exaltava-se, no período, a necessidade de a educação física ser uma prática comum a todas as idades, defendendo-se tanto a regulamentação do esporte praticado por jovens e adultos quanto a inserção da ginástica nas escolas paulistas. (DALBEN *et al.*, 2019, p. 269-270).

Artur Neiva, que era um importante representante paulista, no que se referia à constituição da educação física brasileira e à conformação da identidade nacional, ao assinar o Decreto nº 4.855, de 27 de janeiro de 1931, enfatizou que os esportes aperfeiçoariam a raça e combateriam o alcoolismo – preocupações essas cruciais para o fortalecimento da nação. Tal argumentação alinhava-se

[...] às campanhas antialcoólicas promovidas por associações civis de caráter higienista e eugenista ao longo da década de 1920. O combate ao consumo de bebidas alcoólicas era, de fato, uma das principais bandeiras da eugenia preventiva no Brasil, uma vez que o alcoolismo era interpretado como um “veneno racial”, uma das grandes causas da degeneração da “raça brasileira”. Neiva acrescentou também ao decreto a consideração de que “o esporte atende aos mais altos interesses eugênicos” (SÃO PAULO, 1931a). O esporte seria pensado, nesse sentido, como uma forma de educação moral que impediria a propagação de vícios e males que supostamente poderiam prejudicar a hereditariedade da população brasileira. (DALBEN *et al.*, 2019, p. 272).⁶⁴

Ao criar o Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, Neiva desejava afirmar seu Estado “na vanguarda esportiva do país. Sua ideia principal era alavancar ainda mais o esporte em São Paulo, estado representado por ele pela metáfora da pujante locomotiva que carregava os demais vagões da economia brasileira” (DALBEN *et al.*, 2019, p. 281). A criação desse Departamento, que seria o “primeiro órgão oficial voltado à educação física”, efetuada em 1931, segundo Dalben *et al.* (2019, p. 282),

[...] não pode ser analisada tão somente a partir do momento político pelo qual passava o país com a ascensão de Vargas ao poder. Sua implantação esteve também relacionada aos debates próprios dos campos esportivo e intelectual paulistas, em intersecção com disputas e tensões em relação à identidade nacional. São Paulo, por parte de seus intelectuais e de suas políticas governamentais nas áreas da saúde, educação e esporte, almejava, ao constituir uma identidade paulista, se tornar o grande exemplo para o restante do país, tencionando a identidade nacional,

que, naquele período – primeiras décadas do século XX –, também era fortemente disputada, por exemplo, pelo Estado do Rio de Janeiro⁶⁵. Essa disputa, como vimos, também se refletiu

⁶⁴ Corroborando seu pensamento, também Fernando de Azevedo afirmava que os esportes seriam “um dos poderosos auxiliares na luta anti-alcoolica” (AZEVEDO, 1936, p. 68) (fonte desta pesquisa).

⁶⁵ “Para Benedict Anderson (2013, p. 32), a identidade nacional sempre está em disputa, nunca está acabada, pois no campo dinâmico da cultura ela é conflituosa, uma vez que é pautada pelo simbolismo de uma
Continua...

no campo da educação física brasileira, haja vista que, embora a prática esportiva viesse, cada vez mais, legitimando-se, a ginástica não havia sido completamente abandonada.

Um exemplo bastante significativo foi o da realização das Lingíadas, que, pensadas pela Sociedade Sueca de Ginástica (*Svenska Bymnastik för Bundet*) como sendo, “ao mesmo tempo, uma festa internacional de ginástica, um congresso mundial de educação física e um acampamento de ginástica”, teria Pier Heinrick Ling (1776-1839), conhecido como o “pai da ginástica sueca”, como o seu principal homenageado⁶⁶. Na primeira edição das Lingíadas, realizada em Estocolmo (Suécia), de 20 de julho a 4 de agosto de 1939, celebrando o centenário de sua morte, seu objetivo foi

[...] reunir, em uma festa internacional de proporções olímpicas, não só a diretores e ginastas voluntários, mas também aos condutores responsáveis da educação física do povo, a fim de que aprendam uns dos outros. Outros dos fins perseguidos eram o de elucidar e discutir problemas atuais de educação física.⁶⁷

Sobre a participação na I Lingíada, assim se manifestou Agne Holmström:

Em mil novecentos e trinta e nove, celebrou-se em Estocolmo uma magnífica festa de caráter muito pouco comum. Tão somente uma semana antes de começar a segunda guerra mundial, reuniram-se, no Estádio Olímpico de Estocolmo, o mesmo em que se celebraram os Jogos Olímpicos de mil novecentos e doze, sete mil e trezentos representantes de trinta e sete países de todos os continentes.⁶⁸ (Tradução nossa).

comunidade política imaginada, já que seus membros constituintes não se conhecem, ‘embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles’. Enquanto sentimento de pertencimento, a identidade nacional deve ser interpretada a partir das escolhas desses grupos limitados pelas fronteiras territoriais e políticas no que concerne ao que deve ser evidenciado ou silenciado na constituição da identidade. Desse modo, a comunidade não parte do zero, ela é imaginada destacando seus valores considerados positivos e criticando seus desvios, o que é bastante evidente quando identidades regionais se sobrepõem à nacional, criando tensões e disputas. Podemos perceber, a partir das fontes, que no caso de São Paulo, o seu papel estava situado nesta ideia de um ‘modelo a ser seguido’” (DALBEN *et al.*, 2019, p. 282).

⁶⁶ Para mais informações sobre Ling e a ginástica sueca, por ele idealizada, consultar Moreno (2015), Baía e Moreno (2020), Moreno e Baía (2019), Moreno, Baía e Bonifácio (2019).

⁶⁷ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1948, p. 56.

⁶⁸ Texto original: “En mil novecientos treinta y nueve se celebró en Estocolmo una magnífica fiesta de carácter muy poco común. Tan sólo un par de semanas antes de que comenzara la segunda guerra mundial, se reuniéron en el Estadio Olimpico de Estocolmo, en el mismo en que se celebraron los Juegos Olímpicos de mil novecientos doce, los siete mil trescientos representantes de treinta y siete países de todos los continentes” (HOLMSTRÖM, 1948, p. 39) (fonte desta pesquisa).

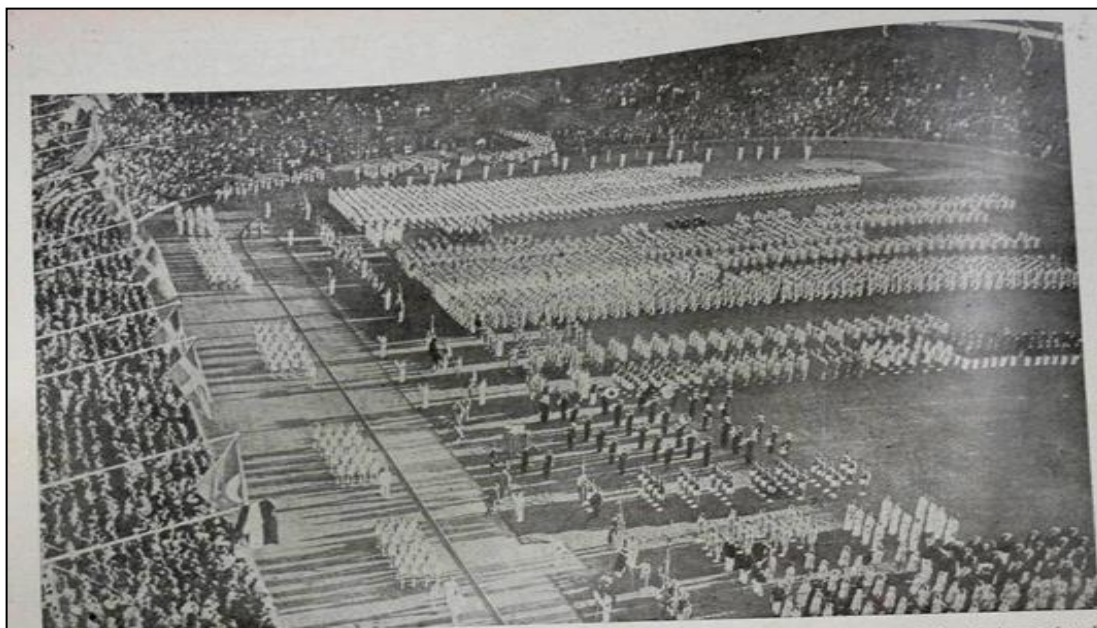


FIGURA 1 – I Língiada (1939)

Fonte: REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1949, p. 6.

Embora tenha reunido representantes de diversos países, o Brasil não participou desse grande certame. Todavia, de acordo com Cássia Lima (2021, p. 70), alguns periódicos que, em solo brasileiro, circulavam no período, como o *Diário de Notícias*, a *Revista da Semana* e o *Correio da Manhã*, noticiaram a sua realização.

Já a II Língiada, prevista para ser realizada entre 27 de julho e 18 de agosto de 1949⁶⁹, foi, em 1947, dois anos antes de sua concretização, aludida por Agne Holmström, secretário geral do evento, em uma conferência proferida na Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Na ocasião, Holmström

[...] enfatizou que desejaram criar um evento de educação física de repercussão internacional desvinculado da ênfase competitiva. E acrescentou, ainda, que, “Na Língiada, pelo contrário, reúnem-se os chefes técnicos da educação física mundial, e o que eles veem e aprendem na Língiada é algo que podem aplicar imediatamente, de maneira prática no trabalho que executam entre milhões de jovens do mundo inteiro”. (LIMA, 2021, p. 71).

O “Comité Brasileiro Pró Língiada” foi constituído pelos seguintes colaboradores: Major João Barbosa Leite (presidente), Comandante Levy Paiva Meira (vice-presidente), Dr. Octacílio de Souza Braga (1º secretário), Dr. Manoel Monteiro Soares (2º secretário), Dr. Inezil Penna Marinho (tesoureiro), Tenente Coronel Silvio Américo Santa Rosa (comissão

⁶⁹ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1949a, p. 7.

técnica de divulgação), Major Jair Jordão Ramos (comissão técnica de documentação), Professor Alfredo Colombo (assessor), Major Jeronimo Bastos (encarregado da representação) e Dr. Flavio Miguez de Melo (assessor)⁷⁰.

Constituída como uma “oportunidade de conhecer e aprender métodos e técnicas anunciadas como ‘modernas’” (LIMA, 2021, p. 71), a II Lingíada acabou estimulando a participação de várias figuras importantes da época, do cenário brasileiro, dentre os quais figuraram médicos, militares e professores. O Major João Barbosa Leite, então diretor da Divisão de Educação Física, foi designado como o Chefe da delegação e contou com os seguintes delegados:

[...] os professores Inezil Pena Marinho, Alfredo Colombo, Antônio Boaventura, Sylvio José Raso, Vicente Caselli, Carlos Alberto Nembry de Brito, José Benedito de Aquino, Aluizio Machado, e a professora – única mulher da comitiva – Maria Jacy Nogueira Vaz; os médicos Paulo Frederico de Figueiredo, Guilherme S. Gomes Junior, Humberto Ballariny, Otacílio de Sousa Braga, Manuel Monteiro Soares, Luís Maluf, Nilo Chaves Brito Bastos; e os militares Arrisson de Sousa Ferraz, Sílvio Américo Santa Rosa, Arnaldo Bezerril Fontenele, Levi Paiva, Jair Jordão Ramos, Gerônimo Bastos, Sílvio de Magalhães Padilha. (LIMA, 2021, p. 71).

De acordo com Lima (2021, p. 71), “mobilizados pelos conhecimentos e práticas pedagógicas” que ali foram reunidas, “alguns desses professores registraram suas experiências por meio de textos publicados em alguns periódicos e jornais de ampla circulação”, como a *Revista Brasileira de Educação Física* e os *ARQUIVOS da ESCOLA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA* e os jornais *Diario de Noticias* e *O Jornal*, do Rio de Janeiro, o *Jornal do Dia*, do Rio Grande do Sul, o *Diario de Pernambuco*, de Pernambuco, o *Correio Paulistano*, de São Paulo, e o *Diario da Tarde*, do Paraná. Além desses, também foram localizados textos, publicados por outros autores, no Acervo Pessoal do professor Germano Bayer. Esse conjunto de publicações expressou certa ênfase na ginástica sueca, que ainda era, por muitos educadores, vista como uma possível referência para a constituição da educação física brasileira. Contudo, também, “um desejo de conhecer melhor outras propostas e de criar outras oportunidades de intercâmbio” (LIMA, 2021, p. 72) foi manifestado⁷¹.

Portanto, no Brasil, entre as décadas de 1920 e 1930 percebemos a constituição de um campo de disputas, de um movimento paralelo, traçado pelo esporte e pela ginástica, em que ambos objetivavam ser legitimados como a prática central, responsável por conformar a educação física nacional, que, por sua vez, também se forjava, buscando sua afirmação e

⁷⁰ Para saber os cargos e funções desempenhados por cada colaborador desse Comitê, ver Apêndice A.

⁷¹ Para mais detalhes, consultar Lima (2021).

legitimidade no cenário brasileiro. Já no pós Segunda Guerra Mundial, com a adoção da Educação Física Desportiva Generalizada, que teve como seu principal idealizador o francês Auguste Listello⁷², esse campo de disputa foi minorado, ou seja, a prática ginástica foi, paulatinamente, “perdendo seu espaço” (GÓIS JUNIOR; MELO; SOARES, 2015, p. 356), e, em contrapartida, a esportiva foi se configurando na principal, quando não a única, prática trabalhada nas aulas de educação física e também nos diversos outros espaços não escolares, como os Clubes Esportivos existentes no país.

⁷² Para mais informações sobre a Educação Física Desportiva Generalizada e sobre Auguste Listello, consultar Cunha (2017).

4 UM NOVO MOMENTO DA HISTÓRIA DA ESCOLA, NO BRASIL, COMEÇAVA A SE DESENVOLVER: O MOVIMENTO *ESCOLANOVISTA*, O *MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA*, AS REFORMAS EDUCACIONAIS E A EDUCAÇÃO FÍSICA NACIONAL

O Estado Nacional não admitia, em sua política de governo, ações que pudessem “ameaçar a formação de uma ‘consciência patriótica’ e o fortalecimento de uma ‘cultura brasileira comum’” (GOMES, 2003, p. 456). Sobre os campos do trabalho e da educação, passou, então, a incidir, de forma mais acentuada, a sua política nacionalizadora. Em meio a esse contexto, surge um movimento que ficou conhecido como *Escolanovista*, que, nos dizeres de Fernando de Azevedo, não era, apenas, um aparelho de instrução, tinha, ainda, por finalidade

[...] uma **educação integral para um fim determinado e em harmonia com os novos ideais**. Afim de preparar o aluno para o trabalho, deve dar-lhe hábitos higiênicos, despertar e desenvolver-lhe o sentido da saúde e enrijar a sua resistência, para que ele encontre, na sua própria vitalidade e na higiene do trabalho, a alegria de viver. (Negritos do autor).⁷³

Em linhas gerais, o movimento *Escola Nova*, que começou a se difundir no Brasil em meados dos anos 20 e que apostava numa “educação integral” que, por conseguinte, estivesse em “harmonia com os novos ideais”, de acordo com Diana Vidal e André Paulilo (2003), sugeria uma convergência entre reformas educacionais e sociais. Por ter sido um “movimento de fervor e inquietação em relação ao estado da cultura nacional” (VIDAL; PAULILO, 2003, p. 375), apesar de rejeitar tudo aquilo que era considerado tradicional, apropriou-se de modelos, materiais e métodos que antes eram negados. Isto é, trouxe à tona “não uma alteração das questões acerca das relações ensino aprendizagem ou dos problemas enfrentados para o aumento do nível de escolaridade da população, mas de seus significados” (VIDAL; PAULILO, 2003, p. 375-376). Além disso, conforme Marta Carvalho (2000, p. 111, *itálico da autora*), a “pedagogia da *Escola Nova*” pretendia “subsidiar a prática docente com um repertório de saberes autorizados, propostos como os seus fundamentos ou instrumentos”.

Assim, na década de 1920, personagens como Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, dentre outros, começaram a ser vistos como os “porta-vozes do movimento de

⁷³ AZEVEDO, 1944, p. 9.

renovação educacional que se processava no país e no exterior” (CARVALHO, 2000, p. 112). Os diversos contatos que esses educadores tiveram com o movimento *Escolanovista* que se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos, no período entre guerras, “forneceram aos atores do movimento de renovação educacional brasileiro o acesso a um cardápio alargado de possibilidades de intervenção pedagógica”, a qual viabilizaria a implementação da escola de massas⁷⁴ (CARVALHO, 2000, p. 115). Caracterizada pela seriação, organização de classes homogêneas, implantação do ensino simultâneo, regulamentação e uniformização do tempo e do espaço escolares e pelo enquadramento disciplinar (CARVALHO, 2000), o objetivo central era o da incorporação de toda a população infantil, tornando o aluno o centro dos processos de ensino e aprendizagem (VIDAL, 2000), que, por sua vez, basear-se-ia

[...] nos progressos mais recentes da psicologia infantil, que reivindicava uma maior liberdade para a criança, o respeito às características da personalidade de cada uma, nas várias fases de seu desenvolvimento, colocando o “interesse” como o principal motor de aprendizagem. Era o que John Dewey, considerado o maior filósofo e educador norte-americano, pregava como uma verdadeira revolução – “a revolução copernicana” – em que o centro da educação e da atividade escolar passava a ser a criança, com suas características próprias e seus interesses e não mais a vontade imposta do educador. (LEME, 1984, p. 259).

Assim, no Brasil, com a sua imensidão territorial associada “à sua diversidade cultural e populacional”, educar o povo “significava, para além de nacionalizar o estrangeiro, ‘abrasileirar o brasileiro’” (VIDAL, 2000, p. 514). Para tanto, a expansão do movimento *Escolanovista* encontrou caminho a partir das iniciativas públicas. Instalando-se no interior das Diretorias de Instrução Pública, em diversos estados⁷⁵, seu objetivo foi a reestruturação de “saberes e práticas pedagógicas e escolares dos estabelecimentos públicos de ensino”⁷⁶, levando-os a se aproximarem de um “novo conceito de educação pública” (VIDAL; PAULILO, 2003, p. 377-378) – a escola de massas –, que aproximava esse movimento do campo da saúde, o qual guardava estreita relação com os preceitos eugênicos e higiênicos. Nesse sentido, a higiene, que “condensava princípios, ideias, que se traduziram não só em

⁷⁴ Esses contatos deram-se tanto por meio de viagens realizadas pelos educadores brasileiros ao exterior quanto por obras “que aqui chegavam e eram traduzidas, ou também em revistas especializadas”, fazendo, assim, circular as ideias preconizadas, principalmente, por: Claparède, Binet, Simon, Decroly, Ferrière, Montessori, Durkheim, Kerschenstein, Dewey, Kilpatrick, Wallon, Piéron e Thorndike (LEME, 1984, p. 261).

⁷⁵ São Paulo (Sampaio Dória, 1920-1925; Lourenço Filho, 1930-1931; Fernando de Azevedo, 1933; e Almeida Jr., 1935-1936), Pernambuco (Carneiro Leão, 1928-1930), Minas Gerais (Francisco Campos, 1927-1930), Ceará (Lourenço Filho, 1922-1923), Bahia (Anísio Teixeira, 1925-1927) e, especialmente, Rio de Janeiro (Carneiro Leão, 1922-1926; Fernando de Azevedo, 1927-1930; e Anísio Teixeira, 1931-1935) (VIDAL; PAULILO, 2003).

⁷⁶ Diferentemente do que ocorreu em outros países, como Argentina, Espanha ou França, nos quais a *Escola Nova* “emergiu como alternativa ao ensino oficial” (VIDAL; PAULILO, 2003, p. 377).

modelos de organização administrativa, orientando políticas públicas”, passou, também, a espelhar “uma forma de interpretação social” (FONSECA, 2003, p. 464).

Simultaneamente a esse movimento, as transformações políticas que ocorreram no país, a partir da Revolução de 1930, segundo Cristina Fonseca (2003, p. 465), “tiveram reflexos imediatos sobre as áreas da educação e da saúde”. Nesse contexto, ainda no final daquele ano, o Ministério da Educação e Saúde foi criado (Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930). Todavia, foi somente com a posse de Gustavo Capanema, em 1934, como Ministro da Educação e Saúde⁷⁷, “que se iniciou a implementação de um projeto político de mais longo prazo, desencadeado por um programa de reforma institucional”⁷⁸ (FONSECA, 2003, p. 465-466). Educação, saúde pública, assistência social e extensão cultural foram os eixos que passaram a orientar a organização administrativa do Ministério da Educação e Saúde, o qual, a partir de suas normativas ideológicas, passou a vislumbrar a implementação de projetos voltados à “formação de uma nova raça e uma nova nação” (FONSECA, 2003, p. 466). Nessa perspectiva, a construção de “um novo homem, saudável e trabalhador, o ‘homem nacional brasileiro’, que contribuiria para mudar os destinos do país”, enraizava-se, e Gustavo Capanema seguia reforçando a ideia de que as reformas pelas quais havia passado o seu Ministério “deveriam atender ao projeto político-ideológico do governo Vargas”, que, por sua vez, preocupava-se “com a consolidação de uma unidade nacional” (FONSECA, 2003, p. 567).

Marta Carvalho (2015, p. 89) também chama nossa atenção para esse período. De acordo com a autora, depois da Revolução de 1930, período no qual houve o crescimento do aparato estatal, assim como da disputa pela hegemonia política, o desejo de se controlar o aparelho escolar tornou-se central para determinados grupos de educadores brasileiros, fossem eles médicos, civis ou militares. A política de Vargas, ao incorporar “tópicos centrais dos discursos dos entusiastas da educação dos anos de 1920”, produzia a “expectativa de que era chegado o momento para tornar realidade o seu programa” (CARVALHO, 2015, p. 89). E assim como destacou Fonseca (2003), também Carvalho (2015, p. 89) enfatiza que a criação do Ministério da Educação e Saúde inaugurou

⁷⁷ Os Ministros que antecederam Gustavo Capanema foram: Francisco Campos, de novembro de 1930 a julho de 1931; Belisário Penna, de julho a dezembro de 1931; Francisco Campos, de janeiro a setembro de 1932; e Washington Pires, de setembro de 1932 a junho de 1934 (FONSECA, 2003).

⁷⁸ Esse “projeto de reforma foi apresentado à Câmara em dezembro de 1935, debatido ao longo do ano de 1936, tendo sido aprovado em dezembro, e transformado em lei em janeiro de 1937” (Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937) (FONSECA, 2003, p. 466). Essa Lei, inclusive, além de implementar ampla reforma no próprio Ministério da Educação e Saúde, foi a responsável pela criação da Divisão de Educação Física, órgão regulamentador, orientador e fiscalizador da área, que, como veremos na próxima Seção, no decorrer de todo Estado Novo, manteve estreitas relações com esse Ministério (FONSECA, 2003).

[...] espaços de poder de importância estratégica na configuração e no controle, técnico e doutrinário, do aparelho escolar. Com isso, o consenso em torno da *causa educacional* transformava-se em disputa pela implementação de programas político-pedagógicos concorrentes (itálicos da autora).

Além do âmbito ministerial, outras instâncias começaram a se organizar e a propor projetos que visavam o controle de tudo aquilo que dizia respeito à causa educacional. A Associação Brasileira de Educação (ABE), criada na década de 1920, foi uma dessas instituições, como veremos a seguir.

4.1 A Associação Brasileira de Educação e a publicação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*

Fundada, em outubro de 1924, “por um pequeno grupo de intelectuais convencidos de que na educação residia à solução dos problemas nacionais”, a Associação Brasileira de Educação foi “projetada como ‘órgão legítimo de opinião das classes cultas’, destinado a ‘colaborar em perfeita harmonia com os governos’ em questões de educação” (CARVALHO, 2015, p. 91). Tinha, assim, por finalidade promover, no país, a difusão e o aperfeiçoamento da educação em todos os ramos e cooperar em todas as iniciativas que tenderiam, direta ou indiretamente, a esse objetivo (CARVALHO, 1998, p. 479)⁷⁹. Foi ela, nos anos 20, “a principal instância de articulação do chamado *movimento de renovação educacional* no Brasil”, congregando, em uma “mesma campanha pela *causa cívico-educacional*” (CARVALHO, 2015, p. 89, itálicos da autora), grupos de educadores que disputavam, entre si, o governo do aparelho escolar.

A ABE reunia, então, em sua sede – o departamento carioca – diversos educadores, “homens e mulheres interessados em anunciar, propor e prescrever destinos e projetos de desenvolvimento e de modernização para o país” (LINHALES, 2006, p. 88), voltados à causa educacional. Inclusive, muitos dos seus integrantes ocupavam importantes cargos públicos, como, por exemplo, os Diretores da Instrução Pública, Carneiro Leão (1922-1926), Fernando de Azevedo (1927-1931) e Anísio Teixeira (1932-1935), que foram os responsáveis por três das principais reformas no Rio de Janeiro (PAULILO, 2003). Forjando-se “como um importante canal de expressão daqueles que queriam debater, organizar e pôr em prática projetos de educação que, de fato, intervissem na realidade brasileira” (SILVA, 2021,

⁷⁹ Para mais detalhes sobre a ABE, seu modo de organização e funcionamento e sujeitos que por ela circulavam e articulavam-se, consultar Carvalho (1998) e Linhales (2006).

p. 58), o grupo de *abeanos* produziu uma retórica pautada no patriotismo e no civismo, e, assim, a ABE foi se projetando no cenário nacional, angariando, cada vez mais, a adesão pública, por meio de suas festas, exposições, cursos, palestras, conferências e competições escolares (SILVA, 2021).

Especificamente sobre as Conferências Nacionais de Educação (CNEs), promovidas pela ABE ao longo de quatro décadas (entre os anos de 1927 e 1967), de um modo geral, tinham como objetivo debater propostas educacionais do país. Fazendo circular ideias defendidas pelos seus membros, as CNEs buscavam encontrar caminhos para solucionar os problemas da educação. Nesse sentido, “eram valorizadas enquanto instâncias de debate da educação, o grande cimento da unidade nacional, mas, principalmente, enquanto eventos cívicos da unificação ideológica de seus participantes” (CARVALHO, 1998, p. 310), como é possível verificar no texto que se segue:

Primeira Conferência Nacional de Educação
(Belisario Penna)

A Associação Brasileira de Educação encerrou brilhantemente o ano de 1927 com a realização da Primeira Conferência Nacional de Educação, reunida em Curitiba, de 18 a 26 de dezembro.

O meu patriotismo vibrou de entusiasmo ante aquelle espectáculo de uma assembléa de mais de duzentos brasileiros, entre professores e educadores, vindos de todos os Estados do paiz, acudindo ao apello de uma associação particular para tratar, sem favores officiaes do magno problema da educação nacional, os quaes, sem defecção, se congregavam duas vezes por dia, durante horas a fio, para discutir as theses em numero superior a 100, visando o saneamento physico, intellectual e moral do povo, e a grandeza da unidade da patria. [...].

Não ha como offuscar o brilho da Primeira Conferência Nacional de Educação, cujos annaes revelarão o esforço meritorio dos que para ella contribuíram, e o immenso e innegavel valor technico, didactico e scientifico de não poucos trabalhos apresentados cujas idéas, se forem realizadas, hão de collimar o nosso aneio de uma educação nacional, que vise regenerar physica, intellectual e moralmente o povo brasileiro, preparando-a para cumprir a sua finalidade biophysica de defesa e melhoramento incessante da vida individual, da familia, da sociedade e da especie, e poder criar, assim, uma mentalidade collectiva equilibrada e sadia, e uma consciencia nacional firmada no vigor, no trabalho productivo, na liberdade, na justiça, na solidariedade e na unidade da patria.⁸⁰

Realizadas anualmente, na maioria das vezes, as CNEs ocorriam em diferentes estados, além da Capital Federal, e, a cada evento, uma temática era privilegiada⁸¹. De acordo com Carvalho (1998, p. 308), o tom que marcou essas Conferências, principalmente na

⁸⁰ Jornal *Correio da Manhã*, 07 de janeiro de 1928, p. 2.

⁸¹ Ver Apêndice B. Nesta Tese serão abordadas apenas as Conferências realizadas entre as décadas de 1920 e 1940, respeitando, assim, o recorte temporal aqui estabelecido.

década de 1920, foi a realização de uma “festa ou certame” que congregava “altas autoridades e personalidades dotadas de notório saber e distinção social, prestigiados pelos poderes públicos constituídos que neles são também prestigiados”. As CNEs, como “certame luminoso”, destinavam-se ao debate sobre “o grande problema da educação nacional” e, como “festa cívico-nacionalista”, sua “finalidade última e razão de ser eram ‘a unidade e a grandeza da Pátria por um ensino bem orientado’” (CARVALHO, 1998, p. 308).

Ainda segundo a autora, o caráter das CNEs, “marcadamente nacionalista[,] fora consagrado no primeiro dos Regimentos elaborados para as Conferências” (CARVALHO, 1998, p. 308):

Art. 1º. As Conferências Nacionais de Educação, promovidas anualmente pela Associação Brasileira de Educação, nas Capitais dos Estados ou no Rio de Janeiro, têm por fim o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do ensino em todos os seus aspectos e tratar de todos os assuntos educacionais que interessam ao povo brasileiro, visando sempre a unidade nacional.

Já o Art. 2º expressava seu “caráter de evento para-oficial”, destacando, dessa maneira, o significativo diálogo estabelecido entre a realização das CNEs e o Estado, assim como com os demais poderes públicos, sendo “membros dessas Conferências: o Presidente da República e o Presidente do Estado em que se realizar a Conferência como presidente de honra” (CARVALHO, 1998, p. 308-309).

Carlos Eduardo Vieira (2017, p. 27) também evidencia esse aspecto ao afirmar que é “claramente perceptível, na documentação da entidade e dos eventos, a preocupação da associação em eleger o Estado como seu principal interlocutor”. Se por um lado, “a presença no interior do discurso *abeano* da crença no papel do Estado, como o agente político e administrativo capaz de produzir, em nível nacional, a reforma intelectual e moral da população brasileira pretendida pela associação” (VIEIRA, 2017, p. 27), por outro, observa-se também

[...] a permanente ação do Estado no sentido de manter a ABE tutelada nos marcos dos seus projetos políticos. Os temas discutidos na ABE e nas CNEs refletem demandas do Estado, assim como identificamos que os *abeanos* compreendiam os resultados das CNEs como subsídios para as políticas públicas de educação (VIEIRA, 2017, p. 27, *itálico do autor*).

Da parte do Estado, não faltaram acenos para ABE intervir na cena política, como se pode verificar na ocasião da IV CNE, realizada em 1931, quando Getúlio Vargas e o então Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, em seus discursos na abertura do evento,

pediram aos conferencistas que fornecessem ao governo provisório a “fórmula feliz”, o ‘conceito de educação’ da nova política educacional” (CARVALHO, 1998, p. 380).

Ainda sobre a realização dessa Conferência, conforme a Ata da Sessão do Conselho Diretor, de 6 de julho de 1931, o seu temário teve de ser “submetido à aprovação prévia do Ministério da Educação” (CARVALHO, 1998, p. 377). Teixeira de Freitas, do Ministério e, concomitantemente, integrado ao Conselho Diretor da ABE, foi apontado como o principal organizador da IV CNE, e, possivelmente, foi o próprio Francisco Campos quem convidou as delegações estaduais que daquela Conferência participariam. Além disso, no ano de 1931, as “fronteiras” entre a ABE e o Ministério da Educação e Saúde eram “de difícil demarcação”: Francisco Campos, Ministro da Educação e Saúde, foi eleito sócio mantenedor da Associação; Belisário Penna, então Presidente da Associação, exerceu “concomitantemente o cargo de Ministro interino da Educação por alguns meses” (CARVALHO, 1998, p. 377); e muitos foram os Conselheiros da ABE que prestaram colaboração no Ministério da Educação e Saúde.

Reforçando essa parceria estabelecida entre a Associação Brasileira de Educação e o Estado, foi uma constante, no decorrer do governo Vargas, a ocupação de cargos políticos pelos educadores *abeanos*, tanto em nível federal quanto estadual (VIEIRA, 2017, p. 29). Assim, as Conferências Nacionais de Educação foram, no decorrer da história da ABE, forjando-se “como lugares privilegiados para projetar a autoridade de uma *intelligentsia* autorizada a falar sobre os problemas e, sobretudo, sobre as metas e as prioridades da educação nacional” (VIEIRA, 2017, p. 32, *itálico do autor*), contando, inclusive, com o apoio declarado do Presidente Getúlio Vargas. As Conferências, nesse sentido,

[...] cumpriram múltiplas funções, entre as quais destacamos: dar visibilidade às ações do Estado; legitimar os intelectuais envolvidos com a direção das reformas; conquistar o consentimento da sociedade, em geral, e da comunidade escolar, em particular, para a implementação das mudanças pretendidas; e, finalmente, estruturar o discurso educacional que, a partir da combinação de termos e sentidos, pretendia afirmar valores e sensibilidades, definir hierarquias e prioridades e, sobretudo, mobilizar práticas sociais. (VIEIRA, 2017, p. 32)

Todavia, conforme Carvalho (1998, p. 309), “concebidas nos termos do Regimento”, as CNEs “traduziram orientação que se distanciou dos objetivos originais expressos nos Estatutos da ABE”. O Regimento “previa a realização de Conferências Nacionais que funcionassem como ‘órgão central da Associação’, reunindo representantes dos diversos Departamentos anualmente e de cada vez em uma cidade diversa do país” e não

como um prolongamento do Estado. De todo modo, ainda assim, elas se constituíram como a principal instância de organização nacional do movimento educacional no Brasil.

Como expressão desse importante lugar ocupado pela ABE no movimento de (re)orientação do país, via educação, talvez seja a publicação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, no ano de 1932⁸². Assinado por diversos intelectuais, em sua maioria *abeanos*⁸³, tal documento reivindicava a direção do movimento de renovação educacional brasileiro. Dirigido “ao povo e ao governo”, o *Manifesto* disputava “o controle dos órgãos públicos, pela orientação técnica e doutrinária do aparelho escolar” (CARVALHO, 2015, p. 89). Apresentando um texto denso, esse documento abordava

[...] os princípios doutrinários e os mecanismos de efetivação, os princípios republicanos; a importância da educação e a necessidade de reconstrução educacional; as bases e as diretrizes do movimento; as finalidades da educação, a questão de valores; a educação, função essencialmente pública; a laicidade, a gratuidade, a obrigatoriedade e a coeducação; a escola comum ou escola única; as linhas do plano; o conceito de universidade; a unidade de formação de professores; a democracia. (CARVALHO, 2015, p. 44).

Segundo Carvalho (2015, p. 90), a maioria dos seus signatários ocupava cargos governamentais e, enquanto profissionais empenhados em reformular os sistemas de ensino, fazia-se presente nas Conferências Nacionais de Educação, promovidas pela ABE, no decorrer dos anos 20 e 30. Chegando, inclusive, alguns deles, como Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, a assumirem posições de destaque na Associação no mesmo período de sua publicação.

Trazendo um novo debate, o *Manifesto* alterava as concepções que até então recaíam sobre a instituição escolar. Com ele, a escola passaria a ser pública, leiga, obrigatória,

⁸² Inicialmente, o *Manifesto* foi publicado na imprensa não especializada, em março de 1932; posteriormente, em junho daquele mesmo ano, “foi publicado um volume pela Companhia Editora Nacional, de São Paulo, precedido de uma introdução redigida por Fernando de Azevedo e seguida por algumas apreciações críticas de vários comentaristas e por um Esboço de um programa educacional extraído do Manifesto, em 10 itens” (LEME, 1984, p. 265). Para mais detalhes sobre o conteúdo do *Manifesto*, consultar Leme (1984).

⁸³ Foram estes os signatários do *Manifesto*: Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, A. de Sampaio Dória, Anísio Spinola Teixeira, M. Bergström, Lourenço Filho, Roquette-Pinto, J. G. Frota Pessoa, Julio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mário Casasanta, C. Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Jr., J. P. Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima, Atílio Vivacqua, Francisco Venâncio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meireles, Edgar Sussekund de Mendonça, Armanda Álvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nóbrega da Cunha, Paschoal Lemme, Raul Gomes (AZEVEDO, 2010). Compondo esse grupo, além de educadores, alguns deles também eram jornalistas, o que, de certo modo, promoveu uma maior circulação de seus ideais, como, por exemplo, “Cecília Meireles, que escrevia no *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro; J. G. Frota Pessoa, do *Jornal do Brasil*; Hermes Lima, da *Folha da Manhã/Folha da Noite*; Júlio de Mesquita Filho, de *O Estado de S. Paulo*; Roquete Pinto, fundador da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que difundia programas educativos em meados da década 1920, e Carlos Alberto Nóbrega da Cunha, jornalista representante da Associação Brasileira de Imprensa” (NUNES, 2015, p. 57).

gratuita, e a coeducação seria implementada. Assim, o que, na década de 1920, “era convergência em torno da *causa cívico-educacional* explicita-se como confronto de posições: *escola única x escola dual; ensino público x ensino particular; ensino leigo x ensino religioso*” (CARVALHO, 2015, p. 111, *itálico da autora*). Diante disso, esse foi “sem dúvida, um novo capítulo da história da escola brasileira que começava a se desenrolar” (CARVALHO, 2015, p. 111).

Como expressão do pensamento de um determinado grupo de intelectuais e apresentando eixos que deveriam guiar o movimento pedagógico brasileiro, o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, assim como o próprio movimento *Escolanovista*, apresentava-se “como um movimento político”, à medida que articulava “a questão educacional a um projeto de reconstrução nacional” (XAVIER, 2015, p. 133). Nessa perspectiva, conforme Clarice Nunes (2015, p. 61), o *Manifesto* “foi uma resposta ante a desilusão com o regime republicano em relação à educação no país”, tendo sido uma “de suas grandes contribuições na organização da esperança para a reconstrução da Nação” ter trazido “a escola como tema central da agenda pública, mesmo com as críticas à fragmentação das várias reformas da educação em curso nos Estados brasileiros”.

Por fim, vale ainda ressaltar, de acordo com Fernando de Azevedo (2015, p. 223-224), que não foi o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* “que desencadeou o movimento de renovação educacional, cujas origens, no país, remontam aos primeiros anos posteriores à guerra de 1914-1918”. Pois, quando, já na década de 1930, foi lançado,

[...] a aspiração de uma reforma profunda de todo o sistema escolar, no seu espírito e seus objetivos, na sua estrutura como em seus métodos, já era mais do que uma ideia em marcha, pois havia passado da fase de agitação, na arena dos debates, para a dos inquéritos e investigações, e desta para o contato áspero com a realidade, em vigorosas iniciativas. (AZEVEDO, 2015, p. 223-224).

Não foi, portanto, o *Manifesto* a “causa, mas [o] efeito – um dos mais importantes, que desfechou essa campanha, que, ganhando em intensidade, tendia a alargar cada vez mais o seu campo de ação” (AZEVEDO, 2015, p. 224). Assim, o *Manifesto*, como reflexo de um movimento

[...] e, traduzindo, em documento público, os princípios que o inspiraram, forneceu a bandeira e a “carta da escola” que nos faltava. Mas é certo que lhe deu notável impulso, não só com lhe imprimir orientação mais nítida e firme como também sistematizando, organizando em corpo de doutrina os conceitos fundamentais em que se baseava o movimento e as ideias diretrizes segundo as quais se conduzia ou pretendíamos orientá-lo. O que era ainda um pouco vago, impreciso e talvez obscuro, no espírito de muitos, tornou-se claro e corajosamente formulado nessa definição de princípios de uma nova política educacional. (AZEVEDO, 2015, p. 224).

Reunindo diversas diretrizes, inclusive ideológicas, que visavam reorientar o aparelho educacional, o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, que representava uma importante síntese de um movimento renovador das causas educacionais, em certa medida, impulsionou uma série de reformas do ensino, cuja necessidade, há tempos, já vinha sendo notada pelos intelectuais, assim como pelo poder governamental.

4.2 O movimento de renovação pedagógica e as reformas educacionais

As transformações que agitavam o país desde, pelo menos, o início dos anos 20 não podiam deixar de repercutir no campo da educação. Culminando em um ciclo de reformas educacionais por todo o país, as quais foram impulsionadas tanto pelas condições objetivas caracterizadas pelas mudanças econômicas, políticas e sociais quanto pela influência exercida pela Europa e pelos Estados Unidos, principalmente, que aqui chegaram, essas transformações trouxeram, para o centro do debate, a necessária renovação dos métodos e processos de ensino que, até então, vigoravam. Paulatinamente, foi-se construindo, no imaginário social, um anseio de que, por meio de uma educação renovada, seria possível forjar um homem novo, assim como uma nova nação.

Nessa ambiência, as reformas educacionais foram surgindo. A primeira delas foi em 1920, no Estado de São Paulo, realizada por Sampaio Dória. Na sequência, 1922 e 1923, Lourenço Filho, educador de São Paulo, foi chamado pelo Estado do Ceará para a concretização da segunda reforma na educação. Em 1924, foi a vez de Anísio Teixeira, no Estado da Bahia. Já no Rio Grande do Norte, José Augusto Bezerra de Menezes, entre os anos de 1925 e 1928, deu continuidade a esse movimento. No Distrito Federal, entre 1922 e 1926, e, posteriormente, em 1928, no Estado de Pernambuco, Antônio Carneiro Leão deu “prosseguimento a esse esforço de modernização do ensino público” (LEME, 1984, p. 260). No Estado do Paraná, essa reforma ocorreu nos anos de 1927 e 1928, com Lisímaco Costa, e, nesse mesmo período, Francisco Campos empreendeu, em Minas Gerais, a renovação do ensino público, criando, em Belo Horizonte, a Escola de Aperfeiçoamento para professores diplomados pelas escolas normais⁸⁴ (LEME, 1984, p. 260).

Mas, a mais importante e profunda dessas reformas foi, sem dúvidas, a realizada no antigo Distrito Federal, durante os anos de 1927-1930, liderada por Fernando de Azevedo. Dela resultou a elaboração de um verdadeiro código moderno de

⁸⁴ Para mais detalhes sobre a Escola de Aperfeiçoamento de Belo Horizonte, consultar Morais (2015).

educação, o que se verificava pela primeira vez no Brasil. Essa legislação foi aprovada pelo Decreto nº 3.281, de 23 de janeiro de 1928, e complementada por um regulamento que constava de 764 artigos, baixada pelo Decreto nº 2.940, de 22 de novembro de 1928. Essas datas incorporam-se definitivamente à história da educação, como marcos notáveis do movimento de modernização da educação e do ensino no Brasil. E, com toda a justiça, essa realização passou a ser conhecida como “Reforma Fernando de Azevedo”. (LEME, 1984, p. 260).

Para Paschoal Leme (1984, p. 261), a Reforma Fernando de Azevedo “incentivou também o aparecimento de toda uma leitura especializada, antes escassa ou mesmo inexistente, de autores brasileiros ou estrangeiros, dos mais conceituados”. Além disso, “muitas revistas especializadas começaram também a ser publicadas com os mesmos objetivos” (LEME, 1984, p. 261), registrando e fazendo circular por todo o território nacional um significativo repertório de iniciativas reformadoras do campo educacional.

Todas essas reformas, de um modo geral, “incluíram, além da expansão da rede pública de ensino primário, iniciativas relacionadas à formação do ‘novo homem brasileiro’”, tendo como fundamentação teórica os preceitos eugênicos, que, como vimos, no Brasil, diferiam “dos de outros países no grau em que levavam a eugenia para fora do laboratório e para dentro das políticas públicas” (DÁVILA, 2006, p. 55 citado por GONÇALVES, 2011, p. 152); sendo que se forjou um consenso entre os formuladores das políticas públicas de que as escolas atuariam “na linha de frente” contra a degeneração do povo brasileiro. Assim, as instituições escolares transformaram-se em lugares onde as “ideias sobre raça e nação eram testadas e aplicadas sobre as crianças”, e a “eugenia tornou-se a justificativa para expandir e alocar recursos educacionais” (DÁVILA, 2006, p. 55 citado por GONÇALVES, 2011, p. 152).

Além dessas reformas implementadas no âmbito regional, estado por estado, conforme Gomes (2003, p. 452), outras duas, no contexto geral, também “marcaram o período do primeiro governo Vargas, recebendo os nomes dos ministros que as encaminharam”. A primeira delas foi denominada Reforma Francisco Campos, de abril de 1931, “portanto, logo após a criação do ministério”, e a segunda recebeu o título de Lei Orgânica de Ensino Secundário de 1942, também conhecida como Reforma Gustavo Capanema, ambas as reformas, diferentemente das anteriores, deram uma atenção especial “à estruturação do ensino secundário no país”, visto que essa era “uma preocupação crescente nos debates que ocorreram durante os anos 1920” e que muito foi debatida no “VI Congresso Brasileiro de

Instrução Superior e Secundária, realizado em 1922, no Rio de Janeiro”⁸⁵ (GOMES, 2003, p. 452).

A primeira reforma deu-se em um contexto no qual as ideias renovadoras do campo educacional vinham sendo progressivamente discutidas por diferentes seguimentos da sociedade, em especial, pelos educadores, que tanto ocupavam cargos públicos quanto se faziam presentes nos encontros e debates ocorridos na ABE – Associação que, como vimos, consagrou-se, entre as décadas de 1920 e 1930, como uma importante entidade preocupada em solucionar os problemas educacionais existentes no Brasil.

Ou seja, já havia uma forte convicção de que mudanças nos níveis de ensino secundário e superior seriam inevitáveis, após os esforços transformadores encaminhados no ensino primário, durante os anos 1920. Mais do que isso, havia uma certa concordância de quais seriam tais mudanças e que elas não poderiam tardar, ante a precariedade existente nessas áreas da educação do país. (GOMES, 2003, p. 453).

A Reforma Francisco Campos, em especial, assinalou “um ponto de inflexão no curso dos debates que vinham ocorrendo, fixando um novo desenho para a educação nacional”, isto é, pela primeira vez no país, uma reforma instituiu “um sistema educacional de nível nacional que articulou e estruturou os ensinos primário, secundário e superior em novas bases”⁸⁶ (GOMES, 2003, p. 453). Além disso, ela “também criou um sistema nacional e centralizado na inspeção do ensino secundário, que devia fiscalizar tanto os seus aspectos burocráticos, quanto os pedagógicos”, uma vez que a intenção “era a maior uniformização do ensino, mobilizando-se, para tanto, mecanismos de controle centralizado” (GOMES, 2003, p. 453).

Em relação ao ensino universitário, “até 1930, havia no país duas Universidades em funcionamento. A Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920 por decisão do governo federal, e a Universidade de Minas Gerais, formada em 1927, como realização do governo desse estado” (GOMES, 2003, p. 455). Com a Reforma Francisco Campos, outras três foram criadas, quais sejam: a Universidade do Rio Grande do Sul e a Universidade de São

⁸⁵ “A literatura que trata do tema destaca que, entre 1925 e 1931, a questão educacional vinha sendo discutida por uma série de inquéritos (como os do jornal *Estado de São Paulo*, em 1926 e o da ABE, em 1928) e por importantes encontros promovidos pela ABE – as Conferências Nacionais de Educação – ocorridos no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e em São Paulo” (GOMES, 2003, p. 452-453). A Reforma Gustavo Capanema será melhor discutida no Segundo Momento deste estudo, uma vez que ela foi implementada já na década de 1940.

⁸⁶ “Em relação ao ensino secundário, ele foi dividido em dois cursos: o fundamental ou ginasial, de 5 anos, e o complementar, de 2 anos, voltado para as opções de carreira universitária a serem seguidas. O ensino secundário passou a ser organizado em séries, o que alterou sua característica de mero preparatório para o nível superior, tornando-o um espaço de formação obrigatório com objetivos próprios, fundados em um longo currículo que era alvo de avaliações sucessivas” (GOMES, 2003, p. 453).

Paulo, aquela reconhecida em 1934 e esta organizada nesse mesmo ano, e a Universidade do Distrito Federal, organizada em 1935 (GOMES, 2003).

Ainda que marcada pelo ideário modernista, renovador, essa reforma foi alvo de críticas, sendo uma delas baseada no fato de que “um ensino mais longo e complexo, somado a um controle na entrada e avaliações sucessivas”, limitaria “a procura desse tipo de curso às classes médias urbanas, sendo fator de aprofundamento e não de diminuição das desigualdades sociais” (GOMES, 2003, p. 454). Soma-se a isso a noção de que a reforma também “teve que enfrentar as desconfianças da Igreja Católica, que temia o avanço regulador do Estado em espaço onde mantinha um quase monopólio, e dos proprietários dos colégios particulares em geral” (GOMES, 2003, p. 454).

Francisco Campos, então, para contornar tais resistências, permitiu que o ensino religioso continuasse sendo ofertado nas escolas públicas, porém a sua matrícula seria facultativa, seu ensino ocorreria “fora do horário normal de aulas” e haveria “o reconhecimento – a equiparação – das escolas particulares e daquelas mantidas pelas municipalidades, por diversos tipos de associações”, isto é, os alunos matriculados em escolas secundárias privadas seriam, por estas, “avaliados e graduados, havendo, contudo, a fiscalização dos inspetores de ensino” (GOMES, 2003, p. 454).

Conformada por essas negociações, a Reforma Francisco Campos teve alguns pontos que acabaram desagradando parte dos educadores, defensores do movimento *Escolanovista*, os quais defendiam, por exemplo, a implementação de “uma educação gratuita, obrigatória e laica para toda a população em idade escolar e que discordavam das orientações tomadas, consideradas excessivamente centralizadoras e uniformizadoras” (GOMES, 2003, p. 454). Foram esses, então, alguns dos pontos que, justamente, levaram à publicação do já discutido *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, no ano de 1932 (GOMES, 2003).

Todo esse movimento pedagógico renovador, que implementou essas várias reformas educacionais e que foi responsável por suscitar reações diversas de determinados intelectuais brasileiros, no decorrer dos anos 20 e 30, deve ser interpretado como um período histórico, em que o objetivo central era o da melhoria das condições de vida do povo brasileiro, também, via educação, bem como o da constituição da tão almejada unidade nacional. Foi, então, nessa ambiência que a educação física foi, também, pouco a pouco, sendo forjada, reivindicando, também para si, o *status* de uma prática nacional, como veremos a seguir.

4.3 O movimento de renovação pedagógica e a educação física nacional

Na primeira metade do século XX, alguns intelectuais, principalmente aqueles pertencentes à classe médica, interpretavam e buscavam solucionar os problemas educacionais existentes no país relacionando-os às questões da saúde. Nesse sentido, essas duas áreas passaram a ser tratadas conjuntamente. Essa vinculação pode ser constatada, por exemplo, pela criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, no final de 1930, mas, também, conforme Fonseca (2003, p. 464), “mediante diversos serviços que compunham a estrutura administrativa desse setor e incluíram ações educativas nas atividades de saúde pública, particularmente nas que diziam respeito à saúde da criança e da mulher”. Além disso, outro indício dessa vinculação dizia respeito à noção de higiene.

Nessa ambiência, “campanhas cívicas, como a ‘defesa nacional’, a ‘construção do Estado’, o ‘entusiasmo pela educação’, o ‘otimismo pedagógico’ e o ‘saneamento dos sertões’”, culminaram em “políticas de modernização”, fazendo com que muitos higienistas apostassem “na ampla popularização da educação como ferramenta impreterível para a cura, já que o país estava doente” (GÓIS JUNIOR, 2014, p. 85). Era preciso, assim, “democratizar a educação”, e isso se daria, por exemplo, por meio de “uma escola única, laica e gratuita”, que “possibilitaria um desenvolvimento socialmente mais justo” (GÓIS JUNIOR, 2014, p. 88).

Com o advento do movimento *Escolanovista*, a política implementada pelo governo Vargas, cada vez mais, tendeu a priorizar, no campo educacional, programas voltados à conscientização sanitária e higiênica da população, articulando práticas que enfatizavam o sentimento de nacionalismo, o civismo e o patriotismo. Nesse cenário, a educação física foi, paulatinamente, forjando-se e afirmando-se. Nas palavras de Fernando de Azevedo, se

[...] a educação nova tem por objeto primordial **dirigir inteligentemente o desenvolvimento integral e natural do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento**; se a função educadora deve ser considerada como um **processo ou melhor como um organismo impossível de seccionar em partes igualmente vitais**, compreende-se que a educação física e higiênica do indivíduo constitua um dos elementos essenciais da escola nova.⁸⁷ (Negrito do autor).

⁸⁷ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944, p. 9.

Pautada no discurso modernista e partícipe do movimento *Escola Nova*, essa educação física almejava higienizar os corpos “pela crença em pedagogias sustentadas pelo discurso científico como progenitor de caminhos seguros de civilidade e progresso social” (GÓIS JUNIOR, 2017, p. 702). Conformada por métodos ginásticos europeus e também pelos esportes e jogos infantis, a educação física conferiu “certa homogeneidade à institucionalização de uma pedagogia especializada pautada pela modernidade” (GÓIS JUNIOR, 2017, p. 702). Desse modo, vislumbrou-se o papel de médicos e educadores (civis e militares)

[...] como personagens relevantes na construção da Educação Física com letras maiúsculas, ou seja, sistematizando práticas e conhecimentos no sentido de forjar uma ocupação especializada presente nas escolas, como também fora delas em associações e clubes esportivos. (GÓIS JUNIOR, 2017, p. 702).

No que se referia, especificamente, ao ambiente escolar, não se pretendia “formar acrobatas nem Hércules, mas desenvolver na criança o ‘quantum’ de vigor físico essencial ao equilíbrio da vida humana, à felicidade da alma, à preservação da pátria e a dignidade da espécie”⁸⁸. Em relação ao fortalecimento da raça, aumentava-se o “interesse de certos setores militares pelo sistema educativo”, os quais tornariam a educação física uma porta de entrada e consolidação de sua presença nas escolas, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1930 (HORTA, 1994, p. 2).

Nessa busca pelo moderno, “não se almejava apenas reformar as mentes ou os espíritos, mas havia uma intenção de mudança que se materializava nos corpos, com a operacionalização de estratégias educacionais” (GÓIS JUNIOR, 2017, p. 704). Os discursos modernos passaram então a conferir “importância e centralidade às estratégias pedagógicas que incidiam sobre o corpo, prescrevendo determinados comportamentos e práticas que aludiam a uma determinada educação física”, a qual se atrelava “a uma educação cívica no sentido de forjar uma identidade nacional” (GÓIS JUNIOR, 2017, p. 704). E, desse modo, a educação física passou a ser, cada vez mais, “privilegiada em um cenário de reformas educacionais que ocorriam desde a década de 1920, e se efetivavam na década de 1930” (GÓIS JUNIOR, 2017, p. 704). Inezil Penna Marinho, inclusive, chegou a afirmar que, “sem o mínimo de receio de contestação”, foi “sòmente depois de 1931” que

⁸⁸ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944a, p. 4.

[...] a Educação Física passou, no Brasil, a ser encarada como um problema de ordem nacional. Assim mesmo, só depois de 1937, foi o assunto considerado em toda a sua plenitude. [...]. Alguém já disse que “no Brasil tudo é grande, menos o homem”. Mas nós faremos, por intermédio da Educação Física, com que “no Brasil tudo seja grande, inclusive o homem”.⁸⁹

Desse modo, para que a sua obrigatoriedade “se tornasse medida efetiva”, foi necessária a sua inserção “dentro da matéria constitucional”:

[...] o Artigo 131 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, outorgada pelo Presidente Getúlio Vargas a 10 de novembro de 1937, considerou a educação física obrigatória em todas as escolas primárias, normais e secundárias, esclarecendo que não poderia nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que dispusesse dos meios para cumprir tal obrigatoriedade.⁹⁰

Logo, inicialmente, foram os argumentos vinculados à saúde

[...] os mais penetrantes no que diz respeito à justificação de uma Educação Física nas escolas. Se brincar era inútil, os jogos a partir de uma lógica científica promoviam o desenvolvimento infantil, garantindo-lhe uma infância e juventude preparadas para o mundo do trabalho, por isso utilitária. Mas também porque aquelas práticas conformavam nos corpos uma moralidade ao mesmo tempo da eficiência com os esportes e da ortopedia com as ginásticas. (GÓIS JUNIOR, 2017, p. 712).

Posteriormente, ressaltando a influência exercida pelo Exército, ao qual foram, pelo Estado, atribuídas as funções de orientar e disciplinar moral e corporalmente a sociedade como um todo (FERREIRA NETO, 1999), no decorrer do governo Vargas, as forças militares foram, paulatinamente, constituindo-se como uma de suas “principais colunas de sustentação” (MOURA, 2006). Tendo a questão da segurança nacional como justificativa para a sua inserção na política educacional, a educação física foi, justamente sob esse pretexto, tomada pelos militares. Em consonância aos interesses do governo, essa foi, adotando um termo de Michel de Certeau (1998), uma estratégia bastante viável de controle do povo brasileiro, o qual, necessariamente, passaria pelo corpo. Assim, corroborando Denise Corrêa (2009), além de a educação física ser controlada no âmbito ministerial, os militares intentaram garantir influência também nas escolas, seja atuando na formação de professores, seja assumindo diretamente a função de professor.

⁸⁹ MARINHO, 1944, p. 2.

⁹⁰ MARINHO, 1944, p. 2.

Contando com o apoio e o reconhecimento de Gustavo Capanema, já como Ministro da Educação e Saúde, para quem, também, a educação física assim como a educação moral e cívica pareciam “ser as chaves de um movimento em prol da socialização do novo homem para o Estado Novo” (BONEMY, 1999, p. 149), os militares lançaram mão dessa ideia, fazendo com que, naquele período, a Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx) assumisse um importante papel na construção desse movimento, que foi, ao mesmo tempo, simbólico e ideológico (FERREIRA NETO, 1999).

A educação física, então, principalmente a partir dos anos 30, passou a ser vinculada, cada vez mais, ao sistema militar, tendo, como ponto de partida, a

[...] reorganização, promovida pelo Ministério da Guerra em janeiro de 1930, do Centro Militar de Educação Física, o qual, a partir de 1933, passou a constituir a Escola de Educação Física do Exército, que se tornou referência na formação de professores para atuarem nos estabelecimentos de ensino e nas escolas de Educação Física civis, constituindo-se polo irradiador do Método Francês, instituído como método oficialmente adotado no Regulamento Geral da Educação Física.⁹¹ (CORRÊA, 2009, p. 43).

Dessa parceria, o discurso de se construir um povo disciplinado e obediente tornou-se crescente, e, não por mera coincidência, esses eram alguns dos mais caros princípios postulados pelo Exército Brasileiro no período. Tais elementos rapidamente se articularam à política educacional, tendo o Ministro Capanema como seu porta-voz e principal representante (CORRÊA, 2009; FERREIRA NETO, 1999). Assim sendo, principalmente ao longo do Estado Novo, os militares passaram, definitivamente, a ser vistos como o

[...] “ pilar de sustentação do regime” com total autonomia para interferir nas questões educacionais, não apenas introduzindo princípios e ideologias, mas “visando, sobretudo, conformar as políticas educacionais à política do exército, numa relação de total subordinação da primeira em relação à segunda”. (CORRÊA, 2009, p. 58).

A educação física, por sua vez, em muitos setores, passou, também, a ser gerida pela doutrina do Exército. Almejando a construção do homem-soldado, seu objetivo central era o da preparação física e moral das crianças e dos adolescentes, para que, futuramente, pudessem servir à guerra, caso isso fosse necessário. Tornando-se um importante instrumento para a concretização do poder militar, a educação física acabou por satisfazer os interesses

⁹¹ Na Seção 5, a seguir, discutiremos melhor como o Método Francês foi sendo difundido em terras brasileiras. No entanto, cabe, aqui, destacar que, sobretudo na concepção dos militares, seria ele o Método Nacional de Educação Física.

diretos do governo varguista, visto que havia uma estreita vinculação entre ela e a defesa da construção do ideário nacionalista⁹².

Embora reconheçamos essa significativa influência exercida pelos militares (e pelos seus espaços de formação) sobre a educação física, também não podemos ignorar que a esta, ao adentrar as escolas primárias, secundárias e normais, também, eram atribuídos elementos que se relacionavam, por exemplo, às experiências de seus professores – sujeitos que circulavam pelo Rio de Janeiro, por muitas e diferenciadas instituições escolares, ou não, militares e/ou civis. Desse trânsito, elementos diversos eram atribuídos aos modos de sistematização das práticas da educação física nas escolas, os quais podiam, inclusive, apresentar traços relacionados ao universo circense. Nesse movimento de sistematização da educação física no ambiente escolar, aqueles que eram os responsáveis pelo seu ensino traziam à cena a realização de uma prática corporal ordenada, disciplinada, racionalizada, mas também alegre e desafiadora, composta tanto pelos exercícios sequenciados, fragmentados e ordenados, característicos dos métodos europeus de ginástica, quanto pelos jogos ginásticos, saltos, acrobacias e piruetas, cujos movimentos também se relacionavam à prática desenvolvida no Circo, como também nos Clubes e Associações Ginásticas (ROMÃO, 2016; ROMÃO; MORENO, 2018, 2021).

Cabe, agora, compreendermos de que modo algumas instituições que visavam conformar, controlar, fiscalizar e orientar a educação física brasileira, tomada como uma prática nacional, foram as responsáveis pela constituição de um campo no qual os seus sentidos e significados eram disputados.

⁹² Vale destacar que, embora essa vinculação entre a educação física e os militares tenha se consolidado no decorrer do Estado Novo, esse movimento é anterior ao governo Vargas. Para citar um exemplo, ainda em 1929, o então Ministro da Guerra, General Nestor Sezefredo dos Passos, indicou um projeto de lei que previa a extensão da educação física, de inspiração militar, a todas as escolas brasileiras. Essa questão será abordada na próxima Seção.

5 A DISPUTA, NO ÂMBITO INSTITUCIONAL, PELA CONFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NACIONAL E O ESPRAIAMENTO DO MÉTODO FRANCÊS

Almejada por diferentes setores da sociedade – médicos, educadores (civis e militares) e o próprio Estado –, uma educação física com “alma nacional” passou a ser, entre as décadas de 1920 e 1930, cada vez mais debatida. A Associação Brasileira de Educação, que, como vimos anteriormente, interessava-se por tudo aquilo que dizia respeito à causa educacional, não se descuidou da educação física. O Estado, por intermédio do Ministério da Educação e Saúde, ocupou-se em fornecer o aparato legal, organizando, inclusive, a educação física administrativamente (Figura 2).

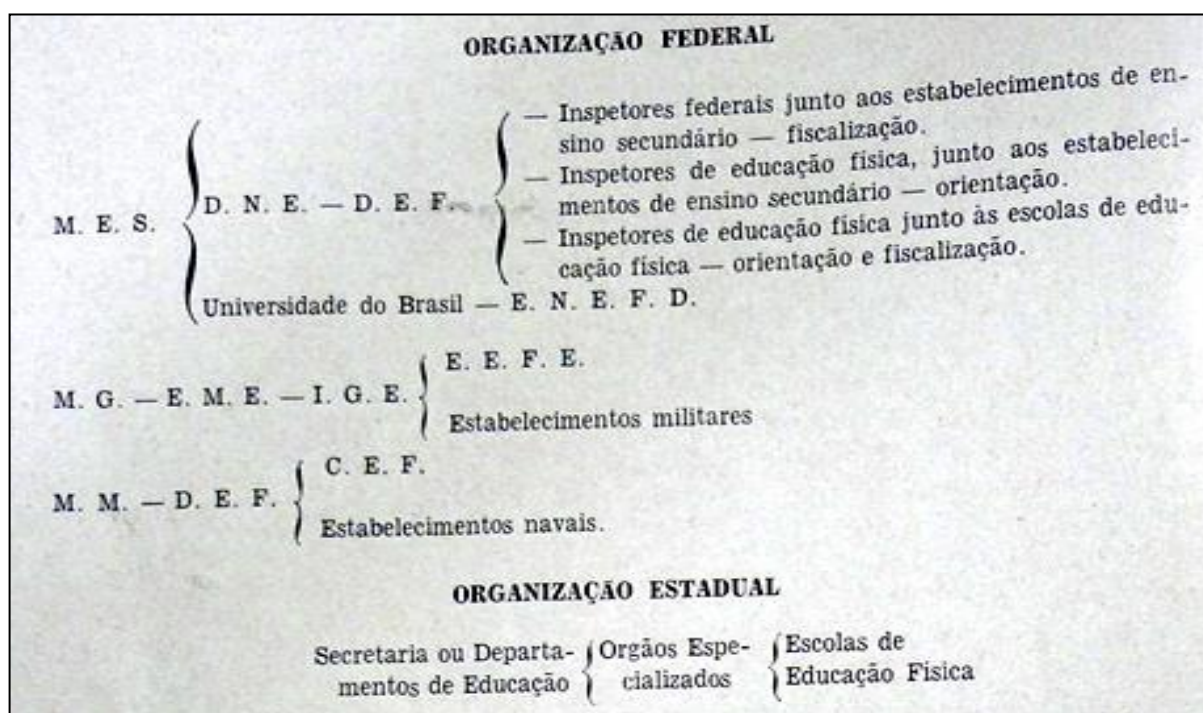


FIGURA 2 – Organização e Administração da Educação Física no Brasil⁹³

Fonte: REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944, p. 42.

Legenda: M.E.S. – Ministério da Educação e Saúde; D.N.E. – Departamento Nacional de Educação; D.E.F. – Divisão de Educação Física; E.N.E.F.D. – Escola Nacional de Educação Física e Desportos; M.G. – Ministério da Guerra; E.M.E. – Estado Maior do Exército; I.G.E. – Inspeção Geral do Ensino; E.E.F.E. – Escola de Educação Física do Exército; M.M. – Ministério da Marinha; D.E.F. – Departamento de Educação Física; C.E.F. – Curso de Educação Física.

⁹³ Sobre os Estados que possuíam órgãos especializados em educação física, ver Apêndice D.

As instituições militares encarregaram-se do aparato técnico, ora fornecendo as diretrizes para a sistematização da educação física, ora atuando na formação de professores e médicos especializados. O Centro Militar de Educação Física, que, posteriormente, foi transformado em Escola de Educação Física do Exército, e a Divisão de Educação Física são alguns exemplos desse aparato, assim como a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, a qual deveria servir de modelo a todos os cursos e demais escolas de ensino superior já existentes, bem como àqueles ou àquelas que, posteriormente, seriam criados⁹⁴.

Diante disso, para compreendermos como a educação física foi sendo forjada no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, tendo em vista um movimento crescente que visava à criação de um método genuinamente brasileiro, necessário se torna apreendermos o debate suscitado nas referidas instituições⁹⁵. Tomando o Estado Novo como um importante período dessa trama e cientes de que nele se potencializou o sentimento de devoção pela pátria, o ideário nacionalista, a busca pela construção da brasilidade e os esforços no sentido de doutrinar, regenerar e fortalecer corporalmente a população brasileira para servir aos interesses da nação, chegamos às seguintes questões: como se articularam os discursos em relação à necessidade de criação de um Método Nacional de Educação Física?; qual a influência exercida pelos militares nesse processo?; além deles, de que modo outras instâncias também disputaram os sentidos, os significados e a conformação da educação física brasileira, nesse período?.

5.1 A Associação Brasileira de Educação e a educação física nacional

O departamento carioca da ABE, constituindo-se como um lugar privilegiado para o debate acerca da educação nacional e seus problemas, organizava-se em “Secções”. Atentos às questões relativas à educação física, criou-se a “Secção de Educação Physica e Hygiene” (SEPH), na qual, além de ser debatida e proposta uma determinada conformação para a área, também a educação higiênica era pautada, sendo ambas, sobretudo nos anos iniciais de seu funcionamento, pensadas como dimensões complementares de um projeto sanitário de regeneração social (CARVALHO, 1998).

⁹⁴ Ver Apêndice E.

⁹⁵ No Segundo Momento desta Tese, veremos como esse movimento foi ainda mais impulsionado na década de 1940.

Ao longo de sua existência (1924/1925-1937)⁹⁶, foram estes os presidentes da SEPH: Dr. J. P. Fontenelle (1924), Dr. Faustino Espozel (1925/1926), Dr. Gasparini (1926), Dr. Belisário Penna (1926/1927), Dr. Gustavo Lessa (1928-1931), Dr. Jorge Figueira Machado (1929-1930) – responsável pela educação física, após esta ser desligada, por proposta do Dr. Gustavo Lessa, da “Secção de Hygiene”⁹⁷ –, Dr. Carlos Sá (1931) – responsável pela higiene, após a divisão da “Secção”⁹⁸ –, Dr. Renato Pacheco (1933-1936), Capitão Ignácio de Freitas Rolim (1936-1937) e Major Felix Azambuja Brilhante (1937) – quando os trabalhos da “Secção de Educação Physica e Hygiene” foram, definitivamente, encerrados^{99, 100}.

Embora prevista desde o ano de fundação da ABE¹⁰¹, a SEPH passou, efetivamente, a debater as questões relacionadas à educação física e à educação higiênica, a partir de maio de 1926. Em dezembro de 1925, entretanto, o Dr. Faustino Spozel, então presidente dessa “Secção”, após comunicar ao Conselho Diretor da ABE que, “por ter estado ausente do Rio, não [tinha] podido trabalhar muito pela sua secção”, acreditava ser necessário que comesçassem a se preocupar com algumas questões, dentre as quais, destacou as que se seguem:

[...] 1ª – dirigir-se a A.B.E. aos clubes esportivos, pedindo-lhes para cederem, pelos menos às 5as.feiras os seus campos alli permanecendo os instructores dos clubes ou da municipalidade afim de orientar as crianças das escolas publicas nos diversos exercicios physicos, jogos etc. 2ª – organizar a Secção uma serie de conselhos sobre educação

⁹⁶ Estudos anteriormente realizados (LINHALES, 2006; LIMA, 2008; OLIVEIRA, 2009; SILVA, 2021, para citar alguns) afirmam que a SEPH funcionou até o ano de 1937. Entretanto, localizamos duas fontes entre os documentos cedidos pela professora Meily Assbú Linhales, as quais indicam o desejo da ABE em manter as suas atividades após esse período: a primeira, encaminhada ao Major Ignácio de Freitas Rolim, em 1 de junho de 1939 – “Com grande prazer comunico que fostes eleito, por aclamação, Presidente da secção de Educação Física para o bienio 1938-1940”; e a segunda, encaminhada ao Capitão João Carlos Gross, de 2 de abril de 1941 – “Tenho o prazer de comunicar-vos que, por deliberação tomada pelo Presidente da Associação Brasileira de Educação, fostes designado presidente da Secção de Educação Física dessa Associação” (Sublinhado da fonte). Todavia, como nenhuma outra fonte foi localizada, também, neste estudo, consideramos 1937 como o ano de encerramento de suas atividades.

⁹⁷ Ofício encaminhado ao Dr. Jorge de Moraes, em 15 de outubro de 1929 (documento cedido pela professora Meily Assbú Linhales). De acordo com Lima (2008, p. 41-42), ainda “na 20ª sessão do dia 02 de maio de 1929, o presidente em exercício, Dr. Gustavo Lessa, notificou aos membros que a *Secção* seria dividida em sub-seções, para que os assuntos referentes à Educação Física ficassem a cargo de um especialista no assunto. Essa iniciativa pode se apresentar como um reconhecimento por parte do médico Gustavo Lessa de que a disciplina escolar Educação Física é possuidora de conhecimentos específicos que a diferem da higiene”.

⁹⁸ Ofício encaminhado ao Dr. Carlos Sá, em 1 de fevereiro de 1931 (documento cedido pela professora Meily Assbú Linhales).

⁹⁹ Para conferir as fontes consultadas, ver Apêndice F.

¹⁰⁰ Para mais detalhes sobre os presidentes da SEPH, consultar Linhales (2006), Lima (2008) e Oliveira (2009).

¹⁰¹ Acervo on-line da ABE: ATA da 2ª sessão, realizada em 2 de dezembro de 1924. Disponível em: <http://www.abe1924.org.br/acervo>. Acesso em: 15 jun. 2020.

physica adequada ao sexo feminino, regulamentando e indicando os esportes que lhes são mais apropriados, dando a taes conselhos a mais larga vulgarização.¹⁰²

Alguns estudos anteriores dividiram o funcionamento da SEPH em duas fases distintas: a primeira de 1925/1926 a 1930 e a segunda de 1933 a 1937, havendo, entre uma e outra, um “tempo de silêncio”, durante o qual os trabalhos na “Secção” foram interrompidos (LINHALES, 2006; LIMA, 2008)¹⁰³. Assim, durante a sua primeira fase, dentre os médicos que presidiram as sessões, o Dr. Gustavo Lessa foi quem ocupou, por um período mais longo, a presidência da SEPH, realizando, ao todo, 36 reuniões, cujas temáticas foram: o ensino da higiene, a influência médica nos estudos da educação física, os jogos como uma estratégia auxiliar de ensino, a disciplinarização do corpo, o civismo, a educação sexual dos escolares, a construção de espaços públicos destinados à recreação, e a elaboração de um parecer sobre um anteprojeto para a educação física¹⁰⁴ (LINHALES; LIMA; OLIVEIRA, 2009).

Até 1928, a higiene teve papel preponderante nas sessões da SEPH. Nesse período, campanhas instrutivas para higienização da população brasileira e cursos de aperfeiçoamento em higiene, destinados às professoras primárias, tornaram-se prioridades (LINHALES; LIMA; OLIVEIRA, 2009). Era evidente o desejo de se estabelecer uma relação direta entre a higienização dos corpos e a educação física escolar, representando, assim, o movimento higienista, no qual a educação física foi tomada, principalmente na concepção dos médicos, como uma estratégia para “pedagogizar a promoção da saúde naquele momento histórico” (OLIVEIRA, 2009, p. 11). No que se referia, particularmente, à educação física, a SEPH investiu esforços na organização de um inquérito sobre o seu ensino nas escolas, tendo sido os assuntos relacionados ao fazer pedagógico assumidos, prioritariamente, pelos professores Ambrósio Torres¹⁰⁵ e Gabriel Skinner:

¹⁰² Acervo on-line da ABE: ATA da 3ª sessão do Conselho Diretor, realizada em 29 de dezembro de 1925. Disponível em: <http://www.abe1924.org.br/acervo>. Acesso em: 15 jun. 2020.

¹⁰³ Nesse período, não foi possível encontrar registros em seu *Livro de Actas*, sendo que a 36ª sessão foi realizada em 19 de setembro de 1930 e a 37ª, somente em 3 de junho de 1933. Linhales, Lima e Oliveira (2009), apontam, inclusive, ter localizado outras fontes, as quais permitem identificar que alguns de seus membros envolveram-se com outras demandas da Associação. Além disso, vale ressaltar que, nessa mesma época, o país atravessava um período bastante tumultuado politicamente, decorrente da Revolução de 1930. Tais fatores podem justificar esse período de interrupção das atividades da SEPH.

¹⁰⁴ Voltaremos a esse parecer na Seção 6.

¹⁰⁵ Para mais informações sobre Ambrósio Torres, consultar Silva (2021).

8ª Reunião da Seção de Educação Física e Higiene

20/7/1927

Reuniram-se os membros desta Seção às 5½ horas, sob a presidência do Dr. Belisário Penna, Diretor da Seção. Aberta a sessão após a escolha e designação do Secretário “Dr. Savino Gasparini”, o Diretor expos o plano de uma campanha no sentido de serem ventilados os problemas da Educação Física e Higiene, em nosso meio. Em seguida solicitou aos presentes: Dr. Gustavo Lessa, Alair Accioly Antunes, Jansen de Mello, Savino Gasparini, Victor Lacombe e professores Gabriel Skinner e Ambrosio Torres, sugestões sobre o assunto.

Ficou resolvido, nesta 1ª sessão sob novo Diretor, dividir a atividade da Seção em duas partes:

1. Ação junto ao povo

2. Ação junto as escolas

Em relação à campanha instrutiva higiênica do povo alviltrou-se um entendimento com os senhores Diretores das Fábricas nesta Capital para uma série de conferências populares sobre higiene, ilustradas com projeções luminosas fixas e móveis, em dias previamente determinados.

Relativamente às escolas ficou resolvido: a) levar avante o inquérito sobre educação física pelos senhores professores Gabriel Skinner e Ambrosio Torres; b) entendimento com o sr. Diretor da Instrução Pública para a organização, por meio da Seção, de um programa de higiene para as escolas primárias; c) confecção de trabalhos sobre assuntos de higiene destinados a aumentar a cabedal de conhecimentos das professoras públicas, orientando-as sobre o modo de ensinar higiene às crianças; d) confecção de livros de higiene para a infância; e) fundação de um curso de férias para as professoras, facultativo, porém que fosse tomado em consideração pelo Diretor da Instrução, como mais um elemento de apreço para a promoção por merecimento; f) entendimento com os srs. médicos escolares do Distrito para colaborarem harmonicamente com a A. B. E. em tudo que se fizesse em benefício da higiene e da educação física nas escolas.

Savino Gasparini

(Secretário)¹⁰⁶

9ª Reunião da Seção de Educação Física e Higiene

29/7/1927

Sob a presidência do Dr. Belisário Pena reuniram-se, às 5½ do dia 27/7/1927 os membros desta “Seção”. Presentes: Dr. Antonio C. Albuquerque, Dr. Floriano Góes, Dr. Aliar Antunes, Savino Gasparini, Dr. Victor Lacombe, Prof. Ambrosio Torres e Gabriel Skinner.

Os dois últimos apresentaram em sessão o esboço de um questionário a ser feito nas escolas desta Capital sobre “Educação Física”. Submetido à crítica dos membros da Seção foi modificado, sendo apresentadas sugestões pelo Dr. Alair Antunes. Foi então redigido novo questionário definitivo afim de levar a efeito o “inquérito projetado”. [...].¹⁰⁷

De 1928 a 1935, a higiene, naquela perspectiva de uma educação sanitária, passou a figurar em um plano secundário, na “Secção de Educação Physica e Hygiene”. Em contrapartida, as questões relativas a um projeto nacional de educação física passaram a ser dominantes: seus membros concentraram esforços na criação de um *Projeto de Educação Física Nacional* e, posteriormente, na realização do *VII Congresso Nacional de Educação*

¹⁰⁶ Documento cedido pela professora Meily Assbú Linhales.

¹⁰⁷ Documento cedido pela professora Meily Assbú Linhales.

(VII CNED). A educação física passava, então, a “demarcar sua relativa autonomia, como prática pedagógica e discursiva, com lugar próprio no campo educacional” (LINHALES; LIMA; OLIVEIRA, 2009, p. 4). Logo, principalmente durante a segunda fase de seu funcionamento, a SEPH, sendo presidida por um médico e dois oficiais militares, no decorrer de suas 39 sessões, na maioria das vezes, discutiu sobre a conformação da educação física nacional.

Durante todo o período de funcionamento da SEPH, foram estabelecidas interlocuções com diferentes grupos, variando a frequência de participação de cada um, assim como variaram os entendimentos e desentendimentos que marcaram os debates e as proposições que lá ocorreram. Todavia, vale ressaltar as participações de Belisário Penna, Gustavo Lessa e Renato Pacheco,

[...] que, além do envolvimento com a Seção, participaram de forma ativa no Conselho Diretor da entidade. Esses médicos educadores coordenaram um projeto de Educação Física e Higiene sintonizado com o projeto educativo geral da ABE e conseguiram agregar um número significativo de associados para os debates da Seção. Para eles, a educação do corpo, em suas múltiplas acepções, era fonte permanente de preocupação. (LINHALES; LIMA; OLIVEIRA, 2009, p. 4).

Além dos médicos, também os professores fizeram-se presentes nas reuniões da SEPH, dentre os quais, muitos mantinham uma estreita relação com a Associação Cristã de Moços (ACM), bem como com a sua correspondente para moças, a Associação Cristã Feminina. Desse vínculo, diversos cursos, conferências e palestras sobre educação física, ginásticas e jogos foram ministrados. Já a presença dos militares passou a ser notadamente percebida a partir de 1933, permanecendo até 1937, período em que se acentuou um campo de disputas e luta de representações entre os variados e distintos projetos políticos e pedagógicos que foram debatidos na SEPH. Nota-se, portanto,

[...] que a existência da Seção comportou uma multiplicidade de sujeitos que, embora falassem de diferentes lugares e muitas vezes com contrastantes concepções de educação, possuíam algo em comum: o propósito de consolidar a presença da Educação Física como disciplina escolar, possuidora de um fazer pedagógico próprio e, ao mesmo tempo, sintonizada com as mudanças educacionais em debate no período. (LINHALES; LIMA; OLIVEIRA, 2009, p. 5).

De acordo com Linhales (2006), os debates lá ocorridos eram influenciados pelo contexto político e, principalmente, pelo mote nacionalista que, nos anos 20, tomava variadas proporções. Os educadores civis e os médicos, presentes no departamento carioca da ABE,

viam os seus anseios de nacionalização, muitas vezes, embaraçarem-se com outros não necessariamente similares àqueles que defendiam. Nesse sentido,

[...] se, por um lado, a doutrina militar engessava a educação para a autonomia, princípio pedagógico caro a alguns dos educadores, por outro, compunha, de bom tom, o projeto de nacionalização e de conformação de um ideário de saúde e formação moral e patriótica. (LINHALES, 2006, p. 197).

Assim, longe de ser apenas um embate polarizado entre educadores civis, militares e médicos, o que, de fato, pretendia-se no interior do departamento carioca da ABE era o enfrentamento do principal problema da educação nacional: a necessária reforma dos métodos de ensino – incluindo aí a educação física (LINHALES, 2006, p. 175). Nesse sentido, foram muitas as “proposições construídas a partir de um ponto de vista médico pedagógico, que, em vários sentidos e intencionalidades”, diferiam “dos propósitos da instituição militar”, sendo esta, convencionalmente, ainda hoje, “apresentada pela história oficial como a referência central do ordenamento escolar da Educação Física brasileira, na primeira metade do século XX” (LINHALES; LIMA; OLIVEIRA, 2009, p. 2).

Marcela Bruschi (2019, p. 202) destaca ainda que o debate sobre o processo de implantação da educação física no departamento carioca da Associação “girava em torno da definição de teoria e saberes que deveriam significá-la, principalmente, na escola, e oferecer uma formação ‘estável’ aos professores”. Aquele que era “um momento em que se iniciava uma formação especializada na área, em razão de a Educação Física começar a se inserir nos aspectos legais da educação”, na SEPH, tomou certa proporção, possibilitando a constituição de um campo de disputas e negociações entre diferentes grupos, os quais propuseram projetos diferenciados em vários aspectos, mas que, em sua origem, apostavam no “poder disciplinador do progresso” via educação, mais especificamente, via educação física.

Tendo em vista que todos os presidentes da SEPH, no decorrer da década de 1920 e em grande parte da década de 1930, eram médicos higienistas e/ou sanitaristas, com exceção do Capitão Ignácio de Freitas Rolim e do Major Felix Azambuja Brilhante, de acordo com Carmen Lúcia Soares (1994), “com o objetivo de rumar ao progresso, os médicos passaram a investir no corpo em prol da moral, do civismo, da reorganização de gestos e da disciplinarização da vontade através da educação física”. Gustavo Lessa, por exemplo, assim que assumiu a presidência da “Secção”, em 1928, sugeriu que organizassem as “bases de um

programa de hygiene e educação physica para ser adoptado em todo Brasil e um curso de aperfeiçoamento da hygiene, destinado aos professores primários”¹⁰⁸.

No ano seguinte, conforme notícia publicada pelo jornal *Correio da Manhã*, em maio de 1929, a SEPH realizaria um curso de educação física destinado apenas às professoras das escolas públicas primárias, tendo como responsável a professora norte-americana Helen Paulinson, da Associação Cristã Feminina. Os conteúdos ministrados seriam: “tacticas de marcha, gymnastica, jogos e danças regionaes”¹⁰⁹. Conforme Mattos *et al.* (2014, p. 6), corroborando a afirmativa de Soares (1994), as estratégias adotadas pela SEPH “pareciam estar bem articuladas com o objetivo de socializar o saber médico utilizando a educação física como estratégia higienista”. Ainda segundo os autores, na 18ª reunião da “Secção”, foi discutido que o ensino da educação física não se adaptava aos ensinos primário e secundário, tornando-se, assim, necessária a reorganização da educação física.

Dois meses depois, o mesmo jornal noticiou que,

[...] continuando a série de conferencias pela secção de educação physica e hygiene da A. B. C. [leia-se A. B. E.], no amphitheatro de physica da Escola Polytechnica, realizará o professor Ambrosio Torres, uma conferencia sobre methodologia do ensino dos exercicios physicos. Nesta conferencia que será illustrada com projecções, fará o professor Torres a exposição das bases de um methodo eclectico de educação physica nacional.

A entrada será franca para as pessoas que se interessam pelo assumpto.¹¹⁰

Os educadores presentes na SEPH passaram a reconhecer a necessidade de se pensar em novos rumos para o ensino da educação física nas escolas. Tornava-se evidente, naquele momento, a necessidade de modificar o seu método de ensino, o qual, por sua vez, deveria levar em consideração, além dos pressupostos higiênicos, uma base eclética. No decorrer dos anos 20, essa foi a primeira menção feita, na “Secção de Educação Physica e Hygiene”, à elaboração de um Método Nacional de Educação Física. Nesse mesmo período, porém, em outro espaço do Rio de Janeiro, a intenção também era a implementação de uma educação física nacional, todavia as suas bases se fundamentariam sob outras perspectivas. Assim noticiou o jornal *Correio da Manhã*:

¹⁰⁸ ATA da 10ª Reunião da Seção de Educação Física e Higiene, de 14 de dezembro de 1928. (Documento cedido pela professora Meily Assbú Linhales).

¹⁰⁹ Jornal *Correio da Manhã*, 23 de maio de 1929, p. 5.

¹¹⁰ Jornal *Correio da Manhã*, 14 de julho de 1929, p. 6.

Entrevista de acaso

O ministro da Guerra fala-nos da educação physica como base de organização militar

O general Sezefredo Passos atravessava lentamente o pateo do seu ministerio e olhava em torno, parecendo inspecionar o movimento interno. Entravam e saiam caminhões, uns com material de obras, outros com provisões bellicas. Um redactor do *Correio da Manhã* ali se achava, de serviço no quartel. Serviço de noticiario, é claro. O general, ao ver o nosso companheiro, sorriu. O nosso companheiro approximou-se d'elle e cumprimentou-o. Fez-se um começo de conversa, conversa ao acaso.

E o ministro, seguindo, talvez, o curso dos seus pensamentos, como se reatasse uma palestra, disse-nos:

– Alguns jornaes têm falado dos novos rumos que a administração militar vae dando quanto á educação physica nacional, base de uma futura organização militar. O seu é um delles.

E com a maior franqueza, simples e expansivo:

– Gosto da sinceridade. Estimo as coisas sem excessos de imaginação. Soldado e chefe, encaro as questões do meu officio de maneira essencialmente pratica.

E, após essa advertencia, o ministro da Guerra entrou a fazer considerações rapidas, sobre o que o impressionava, na actual organização militar. Vendo-se as nossas tropas, a impressão não é muito suggestiva, quanto ao aspecto do pessoal. Fere-nos os olhos a diversidade dos typos, nos pelotões militares. Demais, ha physicos de soldados doentios, mesmo acanhados.

Reconhece o ministro da Guerra que tudo isso concorre para uma orientação nacional intensa, em favor da educação physica. E, como essa, preparando o homem são e forte, interessa, assim, particularmente, ao aparelho de defesa nacional – suas forças armadas – era natural que os responsáveis pelas questões militares voltassem as vistas para um plano de intensificação desse ensino basico, em que se póde fundar a maior esperança do futuro do nosso povo.

O general Sezefredo dos Passos observa que foi dentro dessa ordem de idéias que se gerou a sua iniciativa em favor de fazer-se do exercito o nucleo mais vivo de uma nova *pousée* da educação physica. E, como o exercito não teria elementos, por si só, para promover a intensificação do ensino physico, ministrando-o, em todas as escolas, é que resolveu appellar, numa experiencia sã, para o proprio professorado, na capital do paiz, precedendo passo mais amplo. Para tornar um cidadão um homem forte e util, na accepção patriotica do termo, impunha-se que essa educação physica almejada tivesse as bases inspiradas na propria organização das fileiras. Dahi, a suggestão, que foi acceita pelo director da Instrucção Publica, e secundada com entusiasmo pelo professorado, de procurar este apoiar-se sobre um padrão de educação physica nacional numa escola de monitores militares. Déssarte, a educação physica, passando a ser ministrada nas escolas, pelos proprios professores, já encontra um molde nacional, fundido nas proprias fileiras. Nem poderá haver inefficiencia pela diversidade dos systemas, e até se dará que o espirito de disciplina tão util ás organização militares, é curado quando da formação do espirito das creanças.

Pensa o general que essa orientação prometterá grandes frutos para a futura organização militar do paiz, calcada na efficiencia physica do cidadão.

O ministro quer encerrar as suas considerações com uma observação quanto á nossa profissão:

– Ora, vejamos. É o senhor um reporter. Quantas vezes, no desempenho de uma missão, em que a presteza de movimentos se reclama, não se viu já prejudicado, porque a efficiencia, que só assegura a educação physica, lhe falha, por força precisamente do treno dos musculos? E assim se consta em todas as profissões sociaes...

O ministro afasta-se reaffirmado, ainda uma vez, a sua fé na acceitação do ensino physico, pelo paiz, nas bases em que vae sendo lançado.

Despedimo-nos. O general continuou tranquillamente a andar, inspeccionando o movimento do pateo....¹¹¹

Embora extensa, essa “conversa” é fundamental. Antes de analisarmos o seu conteúdo, cabe uma observação: centralizada no meio da reportagem, o referido jornal incluiu a fotografia de Belisário Penna, cuja legenda informava ser ele “higienista e um dos civis mais empenhados na saúde da educação physica da raça”. Com isso, estaria o *Correio da Manhã* querendo afirmar que Belisário Penna concordava com o pensamento exposto pelo Ministro da Guerra? Ou seria uma provocação, no sentido de enfatizar que, de fato, quem estaria autorizado a dizer sobre as bases de uma educação física nacional seria um médico higienista e não um militar?

Analisando seu conteúdo, a fala do Ministro da Guerra traz importantes elementos para compreendermos, além do modo como a educação física vinha sendo planejada e desenvolvida pelos militares, o projeto explícito de que esta adentrasse também as escolas, como base da formação física de todos os cidadãos do país. O General, para legitimar sua posição, atribuiu à educação física as funções de fortalecimento, endireitamento e disciplinamento/controlar dos corpos, não só dos soldados mas também de todo e qualquer cidadão brasileiro. Nessa linha de pensamento, estariam esses corpos isentos de doenças, aproximando-se, assim, dos argumentos utilizados pelos médicos, no período. Talvez, esse seja um possível motivo que justifique a inserção da imagem de Belisário Penna na reportagem.

Seguindo os argumentos, Sezefredo dos Passos também vinculou à educação física a questão da defesa nacional e apelou ao patriotismo. Outra estratégia legitimadora foi a busca por uma interlocução (aprovação) com outros setores da sociedade. Nesse caso, com o Diretor da Instrução Pública, na ocasião, Fernando de Azevedo, que, segundo o Ministro da Guerra, era favorável ao seu projeto, assim como com o professorado, que, por sua vez, manifestou entusiasmo frente a sua proposta. A educação física seria, então, sistematizada a partir do “molde nacional, fundido nas próprias fileiras” do Exército. Desse modo, não haveria “ineficiência pela diversidade dos sistemas”, já que o seu ensino seria único em todas as escolas brasileiras.

Estando convencido de que a educação física nacional deveria se moldar pelos princípios militares, no ano de 1929, o General Sezefredo dos Passos, presidindo uma

¹¹¹ Jornal *Correio da Manhã*, 03 de julho de 1929, p. 3.

comissão composta por diferentes sujeitos, com distintas inserções na sociedade¹¹², preparou um anteprojeto de lei, regulamentando o ensino da educação física em todo o país¹¹³. Elaborado a partir da experiência do Centro Militar de Educação Física, o anteprojeto foi encaminhado ao Congresso Nacional pelo Presidente Washington Luis, o qual defendeu sua aprovação:

[...] o problema da educação física não se inscreve ao Exército; e a sua solução deve preceder mesmo à entrada do brasileiro para o serviço militar. Deve esta educação começar nos primeiros anos de existência, de modo que o recruta seja recebido em condições de desenvolvimento e resistência que o tornem apto a suportar as exigências da vida militar. [...] Brilhantemente justificado, o projeto condensa demorados estudos feitos no Ministério da Guerra pelos órgãos próprios. [...] Visa ele estender a todos os brasileiros, desde a primeira infância, os benefícios da educação física, de acordo com os princípios comuns racionais e científicos já aplicados. (HORTA, 1994, p. 65).

A fala do Presidente é muito semelhante à “conversa” que o General Nestor Sezefredo dos Passos teve com o repórter do jornal *Correio da Manhã*: “o exercito não teria elementos, por si só, para promover a intensificação do ensino physico, ministrando-o, em todas as escolas”. Dessa maneira, “a educação physica, passando a ser ministrada nas escolas, pelos proprios professores”, formados no Centro Militar de Educação Física, não seria ineficiente, uma vez que não haveria “diversidade dos systemas” e o “espírito de disciplina tão util às organização militares” já seria “curado desde a formação do espirito das creanças”¹¹⁴.

Composto por quarenta e quatro artigos, distribuídos em sete seções¹¹⁵, o anteprojeto não se restringia ao âmbito escolar. Sobre esse aspecto, Linhales (2006, p. 168), afirma que “sua pretensão de abrangência revela-se como estratégia de organização de várias práticas sociais relativas à educação física”.

Nas “Disposições Gerais” do anteprojeto, foi estabelecido que a educação física deveria ser praticada por todos os brasileiros e “obrigatória em todos os estabelecimentos de

¹¹² Compuseram a comissão o General Nestor Sezefredo dos Passos, seu presidente; o Dr. Fernando de Azevedo, então Diretor da Instrução Pública; o Deputado Arthur Lemos; os Drs. Faustino Espozel, Renato Pacheco, Arnaldo Guinle e Jorge Figueira Machado; o Comandante Jair de Albuquerque e os Tenentes Ignácio Freitas Rolim e Jair Dantas Ribeiro (MARINHO, 1952). Esses dois últimos, segundo Linhales (2009, p. 1) foram professores da Escola de Sargentos e “importantes personagens da sistematização, aplicação e divulgação do ‘Regulamento Geral de Educação Física’, nome dado à versão brasileira do ‘Método Francês’”.

¹¹³ O anteprojeto pode ser conferido, na íntegra, em Marinho (1952).

¹¹⁴ Jornal *Correio da Manhã*, 03 de julho de 1929, p. 3.

¹¹⁵ São estas as seções: I – Disposições Gerais; II – Educação Física Escolar; III – Educação Física Post-escolar; IV – Dos professores, instrutores e monitores de Educação Física; V – Dos fundos da Educação Física; VI – Penas; VII – Disposições transitórias (MARINHO, 1952).

ensino, federais, municipais e particulares, a partir da idade de seis anos, para ambos os sexos” (Art. 1º) (MARINHO, 1952, p. 196)¹¹⁶. Além disso, o seu ensino seria fiscalizado pela União (Art. 2º) (MARINHO, 1952, p. 196), e as obrigações e deveres seriam “da alçada do Conselho Superior de Educação Física, com sede no Ministério da Guerra” (Art. 3º) (MARINHO, 1952, p. 196), que, por sua vez, teria por finalidade

[...] centralizar os trabalhos elaborados pelos órgãos técnicos, estudar os documentos provindos do estrangeiro, coordenar todos os elementos próprios à **criação do Método Nacional de Educação Física** e, finalmente, vulgarizar por todos os meios e modos tudo que disser respeito ao assunto. (MARINHO, 1952, p. 196, negrito nosso).

A educação física, “para a sua melhor fiscalização e regulamentação”, deveria se dividir em “Educação Física Escolar e Educação Física Post-Escolar”. A primeira se daria como “parte dos programas de ensino em todos os estabelecimentos de educação do país”, e a segunda ficaria a cargo da “iniciativa particular, porém, sob a vigilância e auxílio do Estado” (Art. 9º) (MARINHO, 1952, p. 197)¹¹⁷. A IV seção do anteprojeto estabelecia que a preparação dos professores, instrutores, monitores e médicos seria garantida por uma “Escola Nacional Superior de Educação Física, com sede no Distrito Federal” (Art. 30º, § 1º) (MARINHO, 1952, p. 201).

Nas “Disposições transitórias” do anteprojeto, definiu-se que, até que se fosse criado o Método Nacional de Educação Física, “o denominado Método Francês sob o Título de ‘Regulamento Geral de Educação Física’” seria o método oficial, “adotado em todo o território brasileiro” (Art. 41º) (MARINHO, 1952, p. 204), e, enquanto não fosse “organizada a Escola Nacional Superior de Educação Física”, os cursos poderiam “ser feitos no Centro Provisório de Educação Física, mantido pelo Ministério da Guerra” (Art. 43º). Por fim, o Exército ficaria autorizado a “fornecer instrutores para as escolas públicas, a juízo do Ministério da Guerra”, até que fosse feito “o recrutamento do pessoal civil” (Art. 44º) (MARINHO, 1952, p. 204).

Mesmo que a proposta de criação de uma Escola Nacional Superior de Educação Física¹¹⁸ bem como a de elaboração de um método nacional tenham sido mencionadas no

¹¹⁶ Como localizamos o Anteprojeto somente no texto de Marinho (1952), esta será sua referência.

¹¹⁷ Embora o recorte estabelecido para este estudo destine-se à educação física escolar, aqui, vale mencionar a parte III do anteprojeto que é voltada à “Educação Física Post-Escolar”, a qual trata, especificamente, sobre a prática dos desportos e sua fiscalização, iniciando no art. 19º até o art. 29º (MARINHO, 1952).

¹¹⁸ Em setembro de 1905, o Deputado amazonense Dr. Jorge de Moraes apresentou, na Câmara dos Deputados, um projeto, no qual, além de “condenar veementemente” a difusão do Método Alemão e demonstrar sua “simpatia” pelo Método Sueco, ressaltou a necessidade de “criação de duas escolas de educação física, uma civil

Continua...

anteprojeto, analisando os demais artigos do documento, percebemos que os pontos mais relevantes, em suas proposições, eram: a formação profissional ofertada pelos militares, a adoção do Método Francês – também de orientação militar – e a possibilidade de o Exército fornecer professores para as escolas públicas primárias, de acordo com o que se expressa nos dois últimos artigos apresentados (Art. 43º e 44º) (MARINHO, 1952, p. 204). Assim, tornava-se evidente o desejo dos militares, contrapondo-se aos anseios da ABE, em controlar e definir os rumos e a configuração que o ensino da educação física deveria tomar em terras brasileiras, mesmo ficando esclarecido que a adoção do *Regulamento Geral de Educação Física* (RGEF) se daria de modo provisório.

5.1.1 *O posicionamento da ABE frente à implementação do anteprojeto e o desejo dos abeanos em serem reconhecidos como os protagonistas de tudo aquilo que dizia respeito à causa educacional*

Embora a elaboração do anteprojeto tenha contado com contribuições de membros e pessoas próximas à ABE¹¹⁹, ao ser levado à apreciação do Conselho Diretor da entidade, após muitos estudos e discussões, o documento foi rechaçado. Na fala de Inezil Penna Marinho: “Êsse projeto mereceu uma severa critica por parte da Associação Brasileira de Educação, principalmente pelo fato de estabelecer a obrigatoriedade da adoção do Método Francês”¹²⁰.

Jorge Figueira Machado¹²¹, um dos membros da comissão elaboradora do anteprojeto, foi quem levou, em abril de 1929, à ABE a proposta de implementação desse documento. Na reunião do Conselho Diretor, sugeriu que fosse criada uma Comissão Nacional de Educação Física para que se pudesse avaliar, com maior cuidado, a intenção do Ministro da Guerra em “promover a diffusão da educação physica em Todo o Brasil”.

dedicando maior atenção ao que chama **ginástica** e outra militar” (MARINHO, 1945a, p. 3-4, negrito do autor). Entretanto, a concretização dessas escolas só ocorreu em 1939 e 1930, respectivamente.

¹¹⁹ Fernando de Azevedo, por exemplo, que havia participado da comissão de elaboração do anteprojeto e que, na época, era Diretor de Instrução Pública do Distrito Federal, ainda em 1929, enviou “vinte e dois professores civis do Distrito Federal para participarem do Curso Provisório de Educação Física, na Escola de Sargentos de Infantaria” (HORTA, 1994, p. 66). Nesse intercambio, tais professores entrariam em contato com os princípios e ensinamentos do Método Francês e a doutrina militar e, ao retornarem às escolas, os colocaria em prática.

¹²⁰ MARINHO, 1945a, p. 8.

¹²¹ Jorge Figueira Machado foi professor do Collegio de Pedro II e da Escola Normal do Distrito Federal. Na década de 1930, exerceu funções administrativas no Ministério da Educação e Saúde. Entre suas produções, destacaram-se aquelas que estabeleciam relações entre as políticas de educação e segurança nacional (LINHALES, 2006). Vale ressaltar que, para os militares, sobretudo, a educação física deveria ser encarada como um problema de segurança nacional.

Justificando seu encaminhamento, Machado, embora tenha participado da elaboração do anteprojeto, destacou que a ABE era a instância que deveria orientar as decisões no que se referia à dimensão educativa, não podendo, dessa maneira, desinteressar-se, naquele momento, dessa questão. Nesse sentido, ainda segundo ele, o “problema da educação physica era educativo”, e, por assim ser, caberia à Associação um contínuo envolvimento, “alem de secundar a acção do Ministro da Guerra, cuidar os [attentados] pedagogicos que [poderiam] surgir”. Lembrou também que já existiam “documentos officiaes” que recomendavam “a criação de escolas de educação physica dirigidas por instructores militares”¹²².

O então presidente da SEPH, Dr. Gustavo Lessa, encaminhou à sua “Secção” as propostas de Jorge Figueira Machado. Dando sequência ao debate, a SEPH tomou algumas providências, dentre as quais, a elaboração de um documento orientador das suas próximas ações. Assinado pelo próprio presidente, por Ambrósio Torres, por Margarida [Fryer] e por Consuelo Pinheiro, tal documento definiu que, inicialmente, a ABE deveria “enviar sem demora um questionario sobre as mesmas soluções a todos que no Brasil se têm dedicado ao assumpto bem como a diversas autoridades technicas residentes em paizes que tiveram de [defrontar] difficuldades idênticas ás nossas”. Essa proposta foi aprovada unanimemente pelos membros ali presentes. Em complemento às decisões, propôs Edgar Sussenkind de Mendonça que, “em additamento á proposta da Secção de Educação Physica e Hygiene”, a ABE enviasse “um officio ao Sr. Ministro da Guerra se congratulando-se por vel-o empenhado na educação physica do soldado brasileiro”. Também essa proposta foi aprovada unanimemente¹²³.

Em julho de 1929, a SEPH realizou “um grande inquérito afim de auscultar a opinião dos técnicos e administradores sôbre alguns dos problemas da Educação Física”¹²⁴, cujo principal responsável foi Ambrósio Torres¹²⁵. A partir das respostas obtidas, o objetivo da Associação era o de fundamentar um parecer justificando os motivos pelos quais se posicionava contra a implementação do anteprojeto. Após debaterem sobre quais bases se fundamentariam o inquérito e a quem este seria encaminhado, ficou resolvido enviá-lo “aos

¹²² Acervo on-line da ABE: ATA da 103ª sessão do Conselho Diretor, realizada em 08 de abril de 1929. Disponível em: <http://www.abe1924.org.br/acervo>. Acesso em: 15 jun. 2020.

¹²³ Acervo on-line da ABE: ATA da 106ª sessão do Conselho Diretor, realizada em 29 de abril de 1929. Disponível em: <http://www.abe1924.org.br/acervo>. Acesso em: 15 jun. 2020.

¹²⁴ MARINHO, 1945a, p. 8.

¹²⁵ Acervo on-line da ABE: ATA da 25ª reunião da Seção de Educação Física e Higiene, realizada em 20 de junho de 1929. Disponível em: <http://www.abe1924.org.br/acervo>. Acesso em: 15 jun. 2020.

técnicos no assunto [...] não somente aqui, no Brasil, mas também em outros países da América”¹²⁶, os quais responderiam às seguintes perguntas:

1ª – Quaes os methods de Educação Physica que julgaes aconselháveis nas escolas primarias e secundarias?

2ª – Deverá a Educação Physica nas escolas primarias ser ministrada por uma professora que leccione tambem outras disciplinas ou por um membro do magisterio especializado ou por outros?

3ª – Em que especie de instituição devem ser preparados os professores de educação physica destinados às escolas primarias e secundarias? Achais aconselháveis para tal fim escolas de Educação Physica no tipo do Instituto Central de Stocholmo, ou da Escola de Grand ou da Escola de Joinville-le-Pont?

4ª – Qual deve ser a acção respectiva dos governos, federal e estadual na solução do problema?.^{127, 128}

Responderam ao inquérito: Alfredo Wood, de Porto Alegre; Oswaldo Diniz Magalhães, de São Paulo; H. P. Clark, Ambrósio Torres, Faustino Espozel e Arthur Azevedo Filho, do Rio de Janeiro; James Summers, Cyro Moraes, Hugo Grassi e Emilio Chapella, de Montevideu; Alberto Regina e Frederico W. Dickens, de Buenos Aires¹²⁹. Considerados como personalidades que vinham se destacando pela competência no assunto, boa parte dos respondentes possuía vínculos com os Institutos Técnicos da ACM e com o movimento de formação educativa e esportiva da juventude, criado na Inglaterra e disseminado na América do Sul, desde a segunda metade do século XIX¹³⁰ (LINHALES, 2006; LINHALES; SILVA, 2008).

Segundo Linhales e Silva (2008, p. 5), os técnicos esportivos eram contrários aos anseios militares de preparação/formação de soldados e sargentos para atuarem em escolas. Esses técnicos “defendiam uma qualificação baseada nos preceitos educacionais de uma escola ativa e produtora de sujeitos autônomos” (LINHALES; SILVA, 2008, p. 5). Com isso,

¹²⁶ Acervo on-line da ABE: ATA da 26ª reunião da Seção de Educação Física e Higiene, realizada em 27 de junho de 1929. Disponível em: <http://www.abe1924.org.br/acervo>. Acesso em: 15 jun. 2020.

¹²⁷ Documento cedido pela professora Meily Assbú Linhales.

¹²⁸ Segundo Linhales (2006, p. 184), a “expressão ‘ou por outros’ aparece apenas na ata da SEPH. Nos demais documentos, consta ‘ou por ambos’. Na última questão a pergunta versa sobre a ação dos ‘governos’. No texto estabelecido por Marinho, a palavra ‘governos’ foi substituída por ‘professores’. Sutis modificações que alteram substantivamente a natureza das perguntas”. Diante dessa explicação, decidimos adotar, neste trabalho, a versão apresentada pela autora, por considerar mais coerente em relação à proposta do inquérito. Nesse mesmo sentido, a mesma versão também foi mobilizada no artigo *O inquérito sobre o problema da “Educação Physica” no Brasil: circulação de ideias e modelos educacionais na Associação Brasileira de Educação (1929)*, cuja autoria é de Meily Assbú Linhales e Pedrita Gonçalves Silva (2008).

¹²⁹ MARINHO, 1945a, p. 8. Documento cedido pela professora Meily Assbú Linhales.

¹³⁰ Vale ressaltar que, de acordo com Linhales (2006, p. 182), no período em que a ABE discutia sobre a implementação do anteprojeto, tornaram-se mais próximos da ABE os técnicos da ACM, os quais passaram “a frequentar com mais regularidade as reuniões da SEPH”.

seus objetivos entravam em conflito com os propósitos militares de uma formação mais centralizadora e orientada pelo controle e pela disciplina corporais.

Nas respostas obtidas em relação aos métodos de educação física aconselháveis às escolas primárias e secundárias, foram estas as ponderações feitas pelos respondentes:

- Alberto Regina – o método do Instituto Técnico da ACM, cujos fins corretivos, higiênicos, de saúde, de recreação, de maior atividade mental contribuirão com a formação do caráter, da mente e da personalidade, em seus aspectos físicos, morais e intelectuais dos jovens;
- Alfredo Wood – ginástica postural-corretiva, método progressivo, sem aparelhos, repetição rítmica e correta dos exercícios, usando, para tal fim, a demonstração, a execução por vozes de comando e a execução rítmica ao som da música, jogos recreativos e práticas higiênicas;
- Ambrósio Torres – um método eclético de educação física brasileira;
- Arthur Azevedo Filho – para as crianças: jogos infantis; para adolescentes e adultos: esportes moderados, sem exageros e sob a fiscalização de médicos e professores de educação física, sem abandonar a prática dos exercícios calistênicos;
- Emilio Chapella – há tantos métodos quanto professores, não podemos afirmar ou fixar um sistema fechado, contudo os exercícios rígidos (formais) não devem ser ensinados nem às crianças, nem aos adolescentes;
- Faustino Espozel – métodos que se preocupem mais com a respiração do que com os músculos, ou seja, o método de Ling, ou Método Sueco, seria o mais indicado;
- Frederico W. Dickens – para as crianças: jogos imitativos; em idade mais avançada: ginástica em seu aspecto mais amplo (ginástica corretiva); para os adolescentes: jogos de competência – portanto, o sistema seguido pela ACM que possui fins educativos, recreativos, de saúde e caráter;
- Hugo Grassi – um método determinado por um critério filosófico e educacional que busque resolver alguns dos problemas que a civilização moderna nos apresenta, um método guiado pela psicologia, que considere a natureza do indivíduo, procedendo de acordo com os instintos e impulsos individuais;
- H. P. Clark – a educação física escolar;
- James Summers e Cyro de Moraes – espera-se que o jogo constitua-se o motivo principal de um programa de educação física, adaptado a cada idade;

- Oswaldo Diniz Magalhães – há sempre inconvenientes em se adotar um determinado método, porque dificilmente satisfaz a todos os objetivos, o mais aconselhável é a organização de um programa baseado na psicologia infantil, considerando as características do ambiente, sendo que o ideal seria aproveitar a experiência de vários países e adaptá-las ao nosso meio.¹³¹

Observa-se que, conforme a fonte analisada, quando o assunto era a proposição/definição de um método de educação física, novamente, a possibilidade de um método eclético surgiu, dando a entender que o objetivo era forjar um método a partir da junção de vários outros já existentes e não, propriamente, a elaboração de um método genuinamente brasileiro¹³²; além disso, o método em questão deveria se pautar nos princípios da pedagogia moderna, assim como preconizava o movimento *Escola Nova* em curso no período.

Na segunda questão que indagava sobre quem melhor ensinaria a educação física nas escolas: se a professora que lecionava também outras disciplinas, ou se um membro do magistério especializado, ou se ambos, de um modo geral e diferentemente das respostas dadas na primeira pergunta, todos os respondentes mencionaram a necessidade da especialização na área (pessoas autorizadas ou especializadas – professores ou instrutores de educação física)¹³³.

Na sequência, na pergunta sobre que tipo de instituição deveria formar os professores de educação física destinados às escolas primárias e secundárias, as respostas, também de modo geral, defenderam a criação de Cursos e/ou Escola Superior de Educação Física. Possivelmente, essa resposta ocorreu porque a maneira como a SEPH propôs essa pergunta fez com que, de antemão, os respondentes optassem por um dos três modelos de formação anunciados/sugeridos. Desse modo, algumas respostas demonstraram posição favorável à adoção de modelos já existentes: escolas com métodos ginásticos específicos, tendo alguns deles uma base militar; já outras criticaram, justamente, a vinculação à formação militarista; e outras posicionaram-se contrárias à adoção desses modelos estrangeiros, sugerindo outros percursos, tais como: o Instituto Técnico de Formação de Professores da

¹³¹ Documento cedido pela professora Meily Assbú Linhales.

¹³² A primeira menção foi feita pelo Jornal *Correio da Manhã*, de junho de 1929, ao divulgar a realização de uma Conferência promovida pela ABE e ministrada pelo professor Ambrósio Torres, como vimos anteriormente.

¹³³ Documento cedido pela professora Meily Assbú Linhales.

ACM, ou mesmo uma formação mais eclética, mas que levasse em consideração a identidade brasileira¹³⁴.

Quanto à última pergunta, sobre qual deveria ser a ação dos governos federal e estadual na solução do problema, em linhas gerais, os respondentes disseram que deveriam apoiar a educação física, tornando-a obrigatória, construir locais apropriados para sua prática, viabilizar a participação de professores em cursos especializados, criar órgãos fiscalizadores e orientadores (Departamentos e Direções Nacionais de Educação Física), assim como escolas de ensino superior¹³⁵.

De posse dessas respostas e dando continuidade às ações da ABE, no mesmo mês de abril de 1929, Jorge de Moraes elaborou um primeiro parecer argumentando sobre os pontos considerados como “falhas” do anteprojeto. Contudo, ficou estabelecido que tal assunto demandava, ainda, análises mais demoradas, reforçando, desse modo, a existência de um campo de disputas e de lutas de representação no interior da própria “Secção de Educação Physica e Hygiene”, ou mesmo por parte da direção da ABE, em relação à adesão ou não do anteprojeto proposto pelo Ministério da Guerra e, conseqüentemente, em relação à configuração da educação física nacional e os seus novos rumos.

Decorridas algumas reuniões, outra versão do parecer foi encaminhada ao Conselho Diretor da ABE. Assinado, novamente, por Jorge de Moraes, como presidente, pelos professores Otacílio Braga, Silas Raeder e Arthur Azevedo, como relatores, e pela professora Cecília Muniz, como secretária (MARINHO, 1952), o novo parecer teve as suas argumentações iniciadas com um pedido para que o assunto do anteprojeto não fosse tratado apenas pelo Ministério da Guerra:

Depois de examinar o anteprojeto sôbre Educação Física organizado no Ministério da Guerra, devemos aplaudir a iniciativa de se agitar essa importantíssima questão no Parlamento, e fazemos um voto preliminar para que o assunto seja longa e refletidamente estudado, ouvindo-se a opinião de todas as corporações do país interessadas no magno problema, antes que se faça a lei. (MARINHO, 1952, p. 204).

Na sequência, foram apresentadas as “falhas” identificadas pelos membros da ABE, que, ao todo, foram quatro:

¹³⁴ Documento cedido pela professora Meily Assbú Linhales.

¹³⁵ Documento cedido pela professora Meily Assbú Linhales. Como vimos anteriormente, esse ponto já havia sido destacado no anteprojeto como sendo uma necessidade.

1º - Numa vasta federação como o Brasil, nenhum organismo burocrático da União, por mais poderoso que seja, poderá resolver um problema educativo nacional. Ainda que a União pudesse intervir no ensino primário e decretar nele a Educação Física, como faz o ante-projeto no seu art. 10, não é possível nem desejável que êle vá escolher um determinado método de Educação Física e impô-lo às escolas primárias e a todos os estabelecimentos de ensino do país, como faz o ante-projeto no art. 41. Seria o mesmo que fixar um método de ensinar ciências naturais. Os métodos pedagógicos estão em contínuo progresso nos países mais cultos do mundo.

2º - A história da Educação Física mostra que a fase contemporânea corresponde justamente ao abandono das suas feições militares. O desenvolvimento extraordinário da pedagogia possibilitou que se tornasse uma Educação Física Moral e Intelectual. Não é possível que se entregue a cultura física de crianças a pessoas que se especializaram no adestramento de adultos, sujeitos a uma disciplina de grupo especial, e providos de características fisiológicas e mentais muito diversas. O ante-projeto, entretanto, não só subordina ao Ministério da Guerra o Conselho Superior de Educação Física, como adota o denominado método francês elaborado sob a inspiração da Escola Militar de Joinville-Le-Pont.

3º - Os mais competentes no assunto proclamam que no Brasil há uma grande carência de verdadeiros técnicos em Educação Física. O ante-projeto cuida, é verdade, de uma Escola Nacional Superior de Educação Física, mas diz que, enquanto não for criada essa escola, os seus cursos poderão ser feitos no Centro Provisório mantido pelo Ministério da Guerra, na chamada Escola de Sargentos. Ora, esse Centro, além de fornecer atualmente um curso rápido de seis meses, padece, no ponto de vista da aplicação às crianças, dos graves defeitos apontados no item anterior.

4º - O movimento esportivo no Brasil tem sido uma causa inegável do nosso reerguimento físico. Êsse movimento tem processado principalmente graças à iniciativa particular, orientada por técnicos contratados. Como irá agora a administração manietá-lo nas correntes de um regulamentarismo minucioso, quando ela própria não está armada ainda da orientação profissional adequada? (MARINHO, 1952, p. 205).

Estruturando as argumentações, o parecer foi dividido em três itens, seguidos de uma conclusão. No primeiro, intitulado “O Método Francês de Educação Física”, os autores do parecer não visaram criticar a “parte pròpriamente técnica” do método, visto que, “inegavelmente, êsse método [constituía] uma excelente codificação de atividades físicas tendentes a resultados utilitários específicos” (MARINHO, 1952, p. 205-206). Mas, sim, criticaram o fato da adoção apressada “dêste ou de doutro qualquer método de Educação Física” (MARINHO, 1952, p. 206), tal como foi proposto no anteprojeto, para ser implementado nas escolas primárias. Buscando legitimar seus argumentos, eles trouxeram para o texto o “reputado higienista e educador americano” Thomas Wood, para o qual, em consonância com o pensamento defendido no parecer, era de uma inconveniência “transplantar para a América do Norte um sistema de Educação Física baseado nas necessidades sociais e políticas duma nação estrangeira” (MARINHO, 1952, p. 206).

Com a ênfase dada pelos autores do parecer à ideia de que a educação física deveria, primeiro, firmar-se “nas necessidades e tendências instintivas do indivíduo” e, em segundo lugar, adequar-se “à nacionalidade e exigências do meio” (MARINHO, 1952, p.

206), é possível afirmar que houve aí uma explícita defesa em relação à necessidade de criação de um método de educação física com “alma nacional”, que levasse em consideração a identidade do povo brasileiro, e não a adoção de um determinado método estrangeiro, seja ele qual fosse. Todavia, a crítica em questão referia-se, especificamente, à adoção do Método Francês, que, por sua vez, conforme o parecer, possuía como principal objetivo a preparação da criança, do adolescente e do adulto “para as exigências do estado de guerra permanente em que se [tinha] encontrado aquela nação” (MARINHO, 1952, p. 206).

Outras referências também chegaram ao texto do parecer, com a mesma intenção de legitimar os argumentos utilizados por seus autores. Como exemplos, temos o Dr. P. Tissié, que, mesmo atuando na França, também criticou a adoção do Método Francês de forma discriminada, e Leslie Mackenzie, que chamou a atenção para um “erro cardinal” que era separar a educação física da educação moral e da intelectual, tal como se verificava “na solução militar francesa do problema da Educação Física” (MARINHO, 1952, p. 208).

Assim, o que se observa, em concordância com Linhales (2006, p. 191), é a construção de um discurso que visava demonstrar a “incompetência militar para tratar de questões relativas à pedagogia científica e moderna”. Porém, como mencionado anteriormente, a comissão de elaboração do anteprojeto não se constituiu apenas por militares. Tecendo as considerações finais desse item, o parecer assumiu uma posição estratégica (para não dizer dúbia), visto que tinha abrandado, de certo modo, as críticas feitas aos militares no decorrer das argumentações:

Congregue-se a colaboração indispensável, espontânea e livre dos educadores, dos militares, dos médicos, dos especialistas e da administração do país para estudar o problema da Educação Física no Brasil. Só depois que essa colaboração for real e efetiva, estude-se o sistema de Educação Física que nos convenha, atendendo-se às necessidades nacionais, militares ou civis, políticas e sociais, mas, de acordo sempre com as leis fundamentais da educação. (MARINHO, 1952, p. 208).

No segundo item, nomeado “Questão Básica: a preparação técnica”, o mote inicial dos argumentos utilizados pelos autores do parecer foi a centralidade do poder: “a tendência a enfaixar numa autoridade central todas as diretrizes da Educação Física num país não corresponde às condições especiais do Brasil e da sua organização política” (MARINHO, 1952, p. 208). Nesse sentido, Chile e Uruguai foram citados como exemplos, nos quais essa centralização pôde ser aceita, uma vez que ambos os países possuíam uma “pequena extensão”, o que tornava possível apenas uma autoridade fiscalizar “o movimento educativo

com certa eficiência” (MARINHO, 1952, p. 208). Entretanto, mesmo considerando as especificidades desses contextos, uma ressalva foi feita:

Mesmo lá, quem estudar de perto o desenvolvimento dos problemas locais sem se ater superficialmente às criações legislativas ou regulamentares, verá que os resultados mais brilhantes obtidos, derivavam em última análise dos institutos de Educação Física que se criaram e dos técnicos que se encontraram, mais que dos organismos burocráticos. (MARINHO, 1952, p. 208).

Dando sequência aos argumentos, os relatores do parecer enfatizaram a importância de um estabelecimento de educação física – “sem dúvida o mais completo da América do Sul” – sediado em Montevidéu, desde 1922: “o chamado Instituto Técnico da Associação Cristã de Moços” (MARINHO, 1952, p. 209-210), evidenciando, assim, mais uma vez, uma sintonia entre alguns dos educadores da ABE e os técnicos da ACM, acerca do modo como a educação física brasileira deveria ser pensada e regulamentada. Concluindo, outros dois exemplos dos modos como a educação física vinha sendo fiscalizada e orientada foram apresentados: na Argentina, desde 1912, foi criado o Instituto Nacional Superior de Educação Física – instituição essa, “inteiramente civil” –, além de também ter existido por lá um Instituto Técnico da ACM (Buenos Aires); e no Chile, onde houve, sim, a criação de uma Comissão Nacional de Educação Física datada de 1923, entretanto o seu Instituto Superior de Educação Física já existia desde 1906 (MARINHO, 1952, p. 210).

Em relação aos “Recursos técnicos no Brasil”, próximo item do parecer, seus autores iniciaram suas argumentações destacando o lugar ocupado pelo esporte, o qual era considerado “o campo mais vasto da Educação Física”, tornando-se inegável que o mesmo já estivesse “influindo na reforma dos hábitos da população, prestigiando extraordinariamente o ideal da vida sadia” (MARINHO, 1952, p. 211). Ao comentarem sobre a orientação técnica, os autores do parecer mostraram que, novamente, a ACM se fez presente como a principal mediadora na contratação de pessoal capacitado para exercer a função de técnicos de educação física, sendo também essa Associação a responsável pela organização de Jogos Latino-Americanos e Campeonatos Esportivos no Rio de Janeiro. Mas, sem dúvida, sua maior contribuição foi a instalação, em solo brasileiro, de um dos seus Institutos Técnicos, sediado no Rio de Janeiro, tendo sido por lá diplomados figuras importantes para a educação física brasileira:

Renato Eloy de Andrade, que foi recentemente nomeado pelo Governo de Minas Gerais para ocupar o cargo de inspetor de Educação Física nas escolas desse Estado; Oswaldo D. Magalhães, que dirige o Departamento de Educação Física da

Associação Cristã de Moços de São Paulo; Frederico Guilherme Gaelzer, inspetor geral de Educação Física no Rio Grande do Sul; Silas Raeder, diretor da Secção de Menores da Associação Cristã de Moços do Rio; H. P. Clarck, diretor de Educação Física e ex-secretário geral da Associação do Rio; Ciro de Moraes, diretor-auxiliar de Educação Física na Associação do Rio; e Otacílio Braga, bacharelado em Educação Física, 2º auxiliar técnico da mesma Associação. (MARINHO, 1952, p. 211-212).

Cabe aqui lembrar que, conforme discutimos na terceira Seção desta Tese, para legitimar seus argumentos e, conseqüentemente, a sua posição contrária ao projeto idealizado pelo Ministério da Guerra, a ABE lançou mão de uma visão conciliatória entre a ginástica, ou melhor, os métodos ginásticos, e o esporte, evidenciando, assim, que a educação física nacional comportaria ambas as práticas. Finalizando esse item, mesmo reconhecendo a importância, enquanto instituição, e os principais feitos da ACM no Brasil, os pareceristas enfatizaram a necessidade de criação de uma Escola Oficial de Educação Física. Como conclusões, as seguintes sugestões foram apresentadas: criação de uma Escola de Educação Física pelo governo federal, anexa à Universidade do Rio de Janeiro, que teria “o fim precípua de preparar instrutores civis destinados às escolas primárias, secundárias e normais do país, conforme acôrdo que se fará com os governos do Estado”; até que essa Escola fosse criada, o governo federal ficaria autorizado a contratar técnicos, que seriam responsáveis pela orientação da educação física, e, “junto às respectivas diretorias de Instrução Pública”, eles mesmos seriam colocados à disposição dos Estados; além disso, tanto os futuros professores do Instituto quanto os técnicos seriam “escolhidos dentre indivíduos, nacionais ou estrangeiros, que [tivessem] certificados de institutos de Educação Física de reputação mundial” (MARINHO, 1952, p. 212-213); e, finalmente, nas palavras dos autores do parecer,

[...] para a regulamentação do Instituto em projeto e para a indicação dos estabelecimentos onde devem ser buscados os técnicos necessários, convém ser criada uma Comissão de Educação Física, subordinada ao Ministério do Interior, e composta de membros honorários representando os educadores, os médicos e os especialistas em Educação Física. (MARINHO, 1952, p. 213).

A partir desses termos e dessas justificativas apresentadas no parecer, tornou-se evidente que a ABE desejava inserir a educação física em um contexto maior da educação. A ideia principal era de que houvesse uma combinação entre os pensamentos médicos e pedagógicos – portanto, científicos –, reforçando, desse modo, as críticas em relação ao modo como os militares compreendiam a educação física e desejavam configurá-la e controlá-la no Brasil. Assim, mais uma vez, a proposição da ABE diferia das proposições dos militares, tão recorrentemente apresentadas pela história oficial como a referência central do ordenamento

escolar da educação física brasileira, na primeira metade do século XX (LINHALES; LIMA; OLIVEIRA, 2009, p. 2).

Apresentado na reunião do Conselho Diretor do departamento carioca da ABE, no final de dezembro de 1929, ficou decidido que apenas as conclusões do parecer seriam discutidas e colocadas em votação. Feita a leitura, um de seus membros presentes, o professor [Salvador] Fróes, enfatizou que as observações levantadas deveriam ser direcionadas apenas à educação física da infância, com o que concordou Jorge de Moraes, seu redator. No desenrolar da reunião, o professor Edgar Sussekind de Mendonça reafirmou que a adoção do anteprojeto poderia “acarretar a implantação do militarismo que era, a seu ver tudo quanto havia de mais deseducativo, nessas condições, a A. B. E. que na obra que procurava realizar não poderia admitir nada que destoasse do conjunto”, portanto a Associação não poderia “deixar de ser contra o projecto” (LINHALES, 2006, p. 188). Ao ser submetido à aprovação do Conselho, tal posicionamento foi aprovado por unanimidade¹³⁶. Depois de ser aprovado no Conselho Diretor da ABE, o parecer foi encaminhado ao Congresso Nacional, sob o título *A Educação Física no Brasil*, e, posteriormente, divulgado pela imprensa e também pela *Revista Schola* (produzida pelo departamento carioca da ABE), em março de 1930 (LINHALES, 2006).

Importa ressaltar que, quando Edgar Sussekind de Mendonça mencionou a questão do militarismo adentrando as escolas, ele se referia, especificamente, à adoção do Método Francês, porque era esse o indicado pelo anteprojeto e o que tinha por base os princípios militares, sendo, principalmente em relação a esse ponto, que a ABE posicionou-se contrária à sua implementação, inclusive indo ao encontro do que foi apresentado pelos respondentes do inquérito anteriormente abordado. Isso indica que a estratégia adotada pela Associação era, justamente, desautorizar os militares no processo de constituição da educação física nacional, assim como evidenciar que não era aceitável qualificá-los como uma instância competente para orientar a educação física desenvolvida no âmbito escolar e, menos ainda, considerá-los uma instância competente para ofertar uma formação ao professorado. Desse modo, era essa dimensão educativa e de orientação das questões pedagógicas uma função prioritária da Associação Brasileira de Educação, que tinha como ideal ser a principal referência no que se referia às questões educacionais brasileiras, naquele período.

¹³⁶ Acervo on-line da ABE: ATA da 137ª sessão do Conselho Diretor, realizada em 23 de dezembro de 1929. Disponível em: <http://www.abe1924.org.br/acervo>. Acesso em: 15 jun. 2020.

Todavia, as críticas feitas pela Associação ao anteprojeto proposto pelo Ministério da Guerra, segundo Linhales (2006, p. 197), “de certa forma, acabaram acelerando e intensificando o projeto pedagógico” que os militares tinham para a educação física, levando-os a incorporarem aos seus “modos de fazer educação física” muitas das prescrições pedagógicas estabelecidas pelos *abeanos*. Essa concepção também é reforçada por Ferreira Neto (1999), para o qual, principalmente a partir dos anos 30, os militares optaram por “pedagogizar” suas práticas de educação física, tomando como base as trocas estabelecidas com educadores e médicos, porém sem abandonar de vez as suas concepções doutrinárias de controle e disciplinarização dos corpos.

De acordo com Linhales (2006, p. 204), passado “o eufórico e positivo ano de 1929” vivenciado pela “Secção de Educação Physica e Hygiene”, o período seguinte foi marcado por uma fase diferenciada: no decorrer de 1930, foram realizadas apenas três reuniões, em que somente assuntos genéricos sobre estratégias para o bom funcionamento das Seções foram debatidos. Também Mattos *et al.* (2014, p. 1) afirmam ter sido 1929 o ano mais produtivo da SEPH, se comparados aos outros; pois, entre 1927 e 1928, foram realizadas, na “Secção”, quatro reuniões; em 1929, foram vinte e duas; e nos anos seguintes, 1931 e 1932, a SEPH não realizou reunião, visto corresponder esse período ao já mencionado “tempo de silêncio” (LINHALES, 2006; LIMA, 2008).

Em 1933, entretanto, o governo federal anunciou a construção de um novo projeto para a educação física brasileira. Nesse mesmo ano, Renato Pacheco, que havia participado da Comissão de elaboração do anteprojeto, tomou posse no cargo de presidente da “Secção de Educação Physica e Hygiene”. Como uma de suas primeiras ações, de acordo com Linhales (2006, p. 206), Pacheco elegeu uma Comissão de Educação Física, para a qual foram propostos quatro nomes: três capitães – Orlando Eduardo da Silva, Ciro R. Resende e o terceiro nome não identificado (ilegível na fonte) – e um médico – o Dr. Oswaldo Diniz Magalhães. Porém, apenas Orlando Eduardo da Silva e Oswaldo Diniz Magalhães contribuíram efetivamente para a Comissão¹³⁷.

¹³⁷ Orlando Eduardo da Silva, além de Capitão do Exército Brasileiro, foi também presidente da Confederação Brasileira de Atletismo e membro da Divisão de Educação Física – sobre a qual discutiremos a seguir. O Dr. Oswaldo Diniz Magalhães formou-se em educação física pelo Instituto Técnico da Associação Cristã de Moços, frequentando o Curso Técnico, realizado durante dois anos, no Rio de Janeiro, e, dois anos, em Montevideu. Em 1929, trabalhou na ACM de São Paulo e foi um dos respondentes do inquérito promovido pela SEPH. A partir de 1932, iniciou, pela Rádio Educadora Paulista, o programa diário *Hora da Ginástica*. Ao mudar-se para o Rio de Janeiro, ampliou o programa pela Rádio Mayrink Veiga, tendo como parceiro seu colega de ACM, o professor Silas Raeder (LINHALES, 2006).

Entre 1933 e 1934, as reuniões na SEPH voltaram a se intensificar, girando os debates em torno, especificamente, da elaboração de outro documento, dessa vez intitulado *Projeto de Educação Física Nacional*, cujo objetivo principal era a (re)organização da educação física brasileira:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO

[...] Reunir-se-á amanhã, às 5½ horas, sob a presidência do dr. Renato Pacheco, a secção de educação physica e hygiene. Será discutido o plano de organização da educação physica no Brasil.¹³⁸

Os membros da Comissão de Educação Física assumiram separadamente essa tarefa. Vale enfatizar que os dois principais membros pertenciam a lugares diferenciados: um era Capitão do Exército Brasileiro e o outro havia se formado no Instituto Técnico da ACM. Daí, como era de se esperar, foram muitas as reuniões para que se chegasse a um documento conciliador das ideias de ambos, que permaneceu em negociação até outubro de 1934 (LINHALES, 2006). Nesse processo, outras contribuições foram sendo propostas pelos demais membros e convidados da ABE, como, por exemplo: a de Otacílio Braga – da ACM e quem assinou, junto a Jorge de Moraes, o parecer da ABE contrário ao anteprojeto –, recém-chegado de uma viagem técnica feita aos Estados Unidos, em julho de 1933; em agosto desse mesmo ano, outra proposição foi apresentada pelo Major Francisco Dutra; em fevereiro de 1934, em sessão aberta realizada na “Secção de Educação Physica e Hygiene”, “os drs. Guilherme Gaelzer e Renato Eloy de Andrade, directores, respectivamente, dos serviços de educação physica no Rio Grande do Sul e em Minas”¹³⁹, que também se formaram na ACM, foram convidados para relatarem os serviços que ambos vinham desenvolvendo em seus Estados.

Dessa maneira, ficou evidente que, ao acolher tais contribuições, a SEPH, nesse processo de (re)organização da educação física nacional, vinha buscando conhecer e aproximar-se de diferentes experiências, tanto desenvolvidas no interior das escolas quanto fora delas:

¹³⁸ Jornal *Correio da Manhã*, 15 de agosto de 1933, p. 13.

¹³⁹ Jornal *Correio da Manhã*, [ilegível] de fevereiro de 1934, p. 5.

Noticia do Ministerio da Justiça

O ministro da Justiça recebeu o seguinte officio do dr. Renato Pacheco, presidente da secção de educação physica e hygiene da Associação Brasileira de Educação:

“Exmo. sr. Vicente Ráo, m. d. ministro da Justiça e Negocios Interiores. – A secção de educação physica e hygiene da Associação Brasileira de Educação, representada pelo seu presidente dr. Renato Pacheco, pelo superintendente de educação physica do Ministerio da Educação e Saude Publica, dr. J. Moreira de Souza, e pelo professor Ambrosio Torres, teve oportunidade de visitar em fevereiro p. p. a Casa de Correção do Districto Federal. O que esse estabelecimento, sob a jurisdição do Ministerio proficientemente dirigido por v. s. realizou no concernente a pratica de educação physica pelos sentenciados, que voluntariamente a exercem, foi especial objeto de nossa atenção e de nosso applauso. A escola de educação physica da Casa de Correção creada por iniciativa da direcção desse presidio e contando com o auxilio espontaneo de elementos do Centro de Educação Physica do Exercito, vem cumprindo tarefa de alta significação social, na re-educação daquelles que foram segregados exactamente para fins de conexão e regeneração. Queremos pois, testemunhar a v. ex. o nosso entusiasmo pelo que nos foi dado apreciar e aproveitar o ensejo para corroborar no pedido de approvação por v. ex. do projecto de regulamento da escola de educação physica da Casa de Correção, que foi objecto do officio n. 623 de 18 de fevereiro de 1935, do major director dessa penitenciaria, certos de que o reconhecimento official é condição indispensavel para tornar definitiva e plenamente efficiente a acção da novel escola, que colloca a Casa de Correção nesse particular ao nivel das organizações penitenciaras modernas. Saudações attenciosas, Dr. Renato Pacheco, presidente da secção de educação physica e hygiene da Associação Brasileira de Educação”.¹⁴⁰

Embora a ABE estivesse claramente buscando outras experiências que auxiliassem a construção da tão almejada educação física de “alma nacional”, a partir dessa reportagem, verificamos que, novamente, o presidente da SEPH buscou acompanhar o desenvolvimento de uma prática fundamentada nos preceitos militares, uma vez que a “escola de educação physica da Casa de Correção” contava com “o auxilio espontaneo de elementos do Centro de Educação Physica do Exercito”¹⁴¹.

Todavia, é inegável a pluralidade de projetos que vinham sendo apresentados e debatidos na “Secção de Educação Physica e Hygiene”, o que reflete, de certo modo, a constituição da ABE “como lugar de mediação cultural e de negociação permanente de sentidos e significados” (LINHALES, 2006, p. 209) e também como uma entidade relativamente fugidia, complexa e poliforme, visto que não havia um consenso “na própria concepção do que era ou do que deveria ser a Associação” (CARVALHO, 1998). No que se referia à constituição de uma educação física nacional, com o estabelecimento de seus órgãos oficiais e uma compreensão acerca da sua regulamentação e sistematização, o que ia além do contexto escolar, a ABE não defendia apenas um único método de ensino, menos ainda

¹⁴⁰ Jornal *Correio da Manhã*, 23 de março de 1934, p. 7.

¹⁴¹ Jornal *Correio da Manhã*, 23 de março de 1934, p. 7.

defendeu a adoção do Método Francês nas escolas brasileiras. O que não significou que os militares, diante dessa reprovação, tenham desistido de controlá-la nacionalmente, já que, para eles, o Método Francês, ou melhor, o que dele havia sido, aqui, adotado por meio de sua tradução conhecida como *Regulamento Geral de Educação Física*, cumpria perfeitamente a função de um método nacional.

No dia 28 de maio de 1934, Renato Pacheco apresentou ao Conselho Diretor do departamento carioca da ABE uma versão do *Projeto de Educação Física Nacional*. Nela, estabelecia-se a criação, no Ministério da Educação, de um Departamento Nacional de Educação Física, ao qual seriam subordinados os Departamentos Estaduais de Educação Física e também o Instituto Nacional de Educação Física – órgão este responsável pela formação de professores e técnicos e pelo estudo e pesquisa da prática científica dos exercícios físicos do brasileiro –, tal como já havia sido proposto no parecer discutido anteriormente. Apesar das várias negociações, o caráter centralizador, alvo de críticas pontuadas no parecer, permanecia também nessa proposta¹⁴².

Continuando o *Projeto* em discussão, vários foram os questionamentos e sugestões feitos, sobretudo, pelo Dr. Celso Kelly, na ocasião, membro do Conselho Diretor da ABE. Vejamos alguns deles: a necessidade de o projeto ser integrado, de forma mais orgânica, às concepções da ABE; a necessidade de rever a autonomia da educação física integrada ao sistema educacional, apontando a instituição militar como possível defensora dessa construção/integração; um apelo para que a SEPH pensasse a questão do nacional como uma orientação e não como um modo de centralização do poder¹⁴³.

Em outubro do mesmo ano, Renato Pacheco assinou outra versão do *Projeto*, que parecia ter incorporado algumas das sugestões do Dr. Kelly.

A nova proposta anunciava a criação de uma “Inspetoria de Educação Física” subordinada ao Ministério da Educação e Saúde e articulada “com as demais inspetorias federais de ensino, para a conjunção de esforços comuns e com a diretoria nacional de Saúde Pública, no que concerne ao auxílio da Assistência Médica”. No âmbito estadual, “uma Inspetoria Especializada de Educação Física, parte integrante dos Departamentos de Educação dos Estados, e articulada com as respectivas Diretorias de Saúde”. (LINHALES, 2006, p. 214).

¹⁴² Documento cedido pela professora Meily Assbú Linhales.

¹⁴³ Documento cedido pela professora Meily Assbú Linhales.

Com esses “ajustes”, houve também uma aproximação entre as ações da SEPH e os projetos políticos e educacionais da ABE. Em contrapartida, ao longo desse processo de negociações, os militares foram, aos poucos, afastando-se das discussões, não mais comparecendo às reuniões promovidas pela “Secção”.

Ausentes na ABE, os militares pareciam ter encontrado outros espaços com os quais pudessem melhor dialogar acerca da constituição e da orientação às quais a educação física nacional deveria seguir – além das revistas especializadas da área e dos cursos voltados aos professores/técnicos e médicos especializados. Em julho de 1934, havia rumores sobre a criação de uma Inspetoria Geral de Ensino Emendativo, no Ministério da Educação, que seria “encarregada, entre outras coisas, de ocupar-se das questões relacionadas com a educação física” (HORTA, 1994, p. 67). Para assumir essa Inspetoria, os militares seriam os indicados, estabelecendo, assim, um acordo entre o Ministério da Educação e Saúde e o da Guerra. Mesmo não tendo sido instalada a Inspetoria, uma “brecha” abria-se “para a entrada dos militares como professores de educação física nas escolas, e como orientadores da formação de professores desta disciplina para o sistema de ensino” (HORTA, 1994, p.68), o que configurava uma das principais críticas feitas pela ABE.

Nos registros das Atas das reuniões da SEPH, o *Projeto de Educação Física Nacional* constou, pela última vez, em janeiro de 1935. Nas reuniões do Conselho Diretor da ABE, tal discussão não retornou. Diante disso, é provável que esse *Projeto* sequer tenha saído do interior da ABE. Por outro lado, os membros da SEPH, após abandonarem o *Projeto*, envolveram-se com a realização de um grande evento voltado, especificamente, à educação física brasileira: o *VII Congresso Nacional de Educação*.

5.1.2 O VII Congresso Nacional de Educação e a educação física como tema central



FIGURA 3 – Registros do VII Congresso Nacional de Educação

Fonte: REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1935, p. 14-15.

O VII Congresso Nacional de Educação, destinado especialmente á educação physica, tem tratado com carinho, no decorrer das secções plenarias, da educação physica e sportiva, em todas as suas modalidades, e pelo calor e interesse com que tem sido discutidas as variadas theses, é de esperar que surja uma nova aurora para a educação physica e sportiva, no Brasil.¹⁴⁴

O VII Congresso Nacional de Educação, realizado entre os dias 22 de junho e 7 de julho de 1935¹⁴⁵, com sede no Instituto de Educação¹⁴⁶, na Capital Federal, em especial, possuiu características bem distintas se comparado às seis Conferências Nacionais realizadas anteriormente, entre os anos de 1927 e 1934. Além de o tema escolhido ter sido o da educação física e práticas esportivas, o Congresso trazia, também,

¹⁴⁴ Jornal *Correio da Manhã*, 27 de junho de 1935, p. 3.

¹⁴⁵ Jornal *Correio da Manhã*, 31 de maio de 1935, p. 2.

¹⁴⁶ Jornal *Correio da Manhã*, 22 de junho de 1935, p. 5.

[...] como slogan a representação de que uma “pátria forte quer filhos fortes”. Essa invenção monotemática expressava, sobremaneira, a dificuldade encontrada pela ABE para agregar educadores em um momento de grande tensionamento político e institucional que, prenunciando o Estado Novo, conferia à Educação Física o estatuto de causa nacional. (LINHALES, 2009, p. 79).

No âmbito do Conselho Diretor do departamento carioca da ABE, a discussão sobre o *VII Congresso Nacional de Educação* iniciou-se em outubro de 1934. Embora, na Associação, não se tenha retomado a discussão acerca do *Projeto de Educação Física Nacional*, muitas das finalidades estabelecidas para o *VII CNED*, em seu Regulamento Interno, referiam-se aos diferentes aspectos discutidos naquele momento, tais como:

- “ressaltar a necessidade da EP [Educação Physica] e o seu papel nas nações civilizadas;
- estudar a necessidade da EP e a complexidade que o problema envolve”;
- “mostrar como a EP pódia influir no aperfeiçoamento physico, moral e psychico dos individuos;
- mostrar a intervenção da sciencia nos methodos da EP”;
- “colher elementos para organização do historico da EP nacional”;
- “interessar todas as classes, principalmente os educadores, focalizando a sua atenção para esse problema de interesse nacional”;
- “estudar a EP do exterior e principalmente do Continente Americano”;
- “estudar as bases da organização da EP nacional”;
- “promover a nacionalização da Educação Physica e dos esportes”.¹⁴⁷

Contudo, um aspecto que, até então, não havia sido discutido em sua especificidade e que, no *Congresso*, ganhou centralidade foi o da questão da raça, traduzida nesta finalidade: “mostrar a importancia da Educação Physica como elemento preponderante na questão racial”¹⁴⁸.

Possivelmente, esses pontos foram eleitos porque representavam elementos importantes para se compreender qual educação física seria adequada ao tipo brasileiro e, por assim ser, encontravam sintonia com a questão da nacionalidade, tão em voga naquele período. A ligação estabelecida entre a educação física e o aperfeiçoamento da raça serviu, também, para justificar a importância dada àquela, sobretudo a partir da instalação do Estado

¹⁴⁷ REGULAMENTO INTERNO DO 7º C.N.E. – Documento cedido pela professora Meily Assbú Linhales.

¹⁴⁸ REGULAMENTO INTERNO DO 7º C.N.E. – Documento cedido pela professora Meily Assbú Linhales.

Novo, em 1937, quando “Getúlio Vargas evoca a necessidade da preparação de uma raça forte, capaz de amar e merecer esta Pátria engrandecida” (HORTA, 1994, p. 147). Do mesmo modo, essa ligação elucidou o slogan do referido *Congresso*: uma “pátria forte quer filhos fortes” (LINHALES, 2009, p. 79).

Como participantes desse evento, além dos militares, também “diferentes segmentos envolvidos com a educação física foram convidados a apresentar propostas e, principalmente, a demonstrar os seus feitos”¹⁴⁹:

O VII Congresso Nacional de Educação fez com que as mais eminentes figuras do país, no setor educacional e nas outras esferas da administração pública, voltem a sua atenção para a educação física, relegada, até aí, a um plano secundário.

Mais de um milheiro de especializados dissemina-se pelo Brasil, como se missionários fôssem de uma nova fé. E êsses diplomados assim se distribuía:

Professores normalistas especializados	114
Instrutores	202
Professores de educação física	42
Médicos especializados	47
Monitores	606
Monitores de esgrima	55
Mestres de armas	4
Massagistas desportivos	15
Soma	1.085. ¹⁵⁰

A sessão inaugural, realizada no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, foi “presidida pelo sr. Getulio Vargas e os congressistas” foram “saudados pelo sr. Pedro Ernesto, em nome da cidade do Rio de Janeiro”. Em nome da Associação promotora desse certame falou Lourenço Filho, seu presidente. Na sequência, discursou Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde, que iniciou seu pronunciamento dizendo de seu reconhecimento à ABE como sendo uma das “forças constructoras do paiz”¹⁵¹. Destacou serem as Conferências Nacionais de Educação “um vasto intercambio de idéas” e, ao mesmo tempo, uma possibilidade de “aproximação dos mestres vindos de diversos recantos da patria, cujas vantagens para o reconhecimento reciproco, para a colligação de esforços, não é dado desconhecer”. Dando prosseguimento, enfatizou ser a “preocupação maxima” da Associação o preparo das “bases para o plano de educação, para o qual não póde ser uma obra precipitada como alguns desejam”. Sendo esse plano “uma obra duradora, só [poderia] ser alicerçada num

¹⁴⁹ CULTURA POLÍTICA..., 1944. Aqui, importa a seguinte consideração: esse foi um convite feito pela revista *Cultura Política* a Inezil Penna Marinho, com o objetivo de realizar um panorama da educação física no Brasil, entre 1930 e 1937. Sendo assim, o autor trouxe para seu texto os principais acontecimentos que marcaram a história da educação física no decorrer desses sete anos e o VII CNED compôs esse cenário.

¹⁵⁰ CULTURA POLÍTICA..., 1944.

¹⁵¹ *Jornal Correio da Manhã*, 22 de junho de 1935, p. 5.

estudo acurado das necessidades do paiz”. Dessa maneira, o plano educacional não poderia “ser uma concepção abstracta de architectura educacional que convenha a toda e qualquer paisagem”, mas, sim, um “reflector das aspirações intimas da nação, as suas necessidades e os seus anseios”¹⁵².

O VII CNED reuniu uma programação bastante diversificada:

Alem do vasto programma de demonstrações sportivas, escoteiras, recreativas e educacionaes, que foi publicado, o Congresso que será dedicado especialmente aos problemas de educação physica, discutirá relatorios sobre alguns dos seus aspectos mais importantes, relatorios estes vindos dos differentes pontos do paiz. Assim é que: o dr. Arthur Ramos, a professora Diumira Campos de Paiva e a professora Dora Azevedo, tratarão da educação physica elementar; o dr. Arno Enge, o professor Guilherme Gaelzer, o Capm. Horacio Gonçalves, o prof. José de Oliveira Gomes, a prof. Lois Marietta Williams e o dr. Renato Eloy de Andrade, falarão sobre a organização dos serviços administrativos de educação physica; o prof. Enéas Martins Filho, a prof. Helena Antipoff e o dr. Hilario Freire, sobre a escola e o escotismo; o prof. Cyro Moraes, dr. Eriberto Paiva e cel. Newton Cavalcante sobre a organização dos Institutos ou escolas de educação physica; o prof. Ambrosio Torres e a prof. Ruth Gouveia sobre a educação physica nas escolas normaes; o dr. Arauld Bretas, o dr. Max Barros Erhart e o dr. Plinio Leite, sobre as bases scientificas da educação physica; o prof. Mario de Queiros Rodrigues, prof. Octacilio Braga e o dr. Orlando Silva, sobre a educação physica na escola secundaria. [...] Haverá tambem uma série de conferencias para as quaes o dr. Lourenço Filho, presidente da Associação Brasileira de Educação já convidou os drs. Affonso Penna Junior, Anisio Teixeira, e outras personalidades. [...].¹⁵³

Entre as várias demonstrações físicas e culturais realizadas ao longo de todo o Congresso, destacamos: as sessões cinematográficas, com a projeção de filmes sobre a educação física e os esportes; as diversas apresentações de canto orfeônico, dirigidas, em sua maioria, pelo maestro Villa-Lobos¹⁵⁴; as demonstrações de esgrima, pela Federação Carioca de Esgrima; as demonstrações de levantamento de pesos e halteres, por atletas do Clube de Regatas do Flamengo; demonstrações de box, savate e luta livre, pela Escola de Educação Física do Exército; de Jiu-jitsu, pela Liga de Esportes da Marinha; demonstrações de ginástica, pelo Clube Alemão; demonstrações de educação física realizadas pela ACM, pelos atletas da Polícia Especial, pelos alunos das escolas secundárias municipais, no estádio do América Foot-Ball Clube, sob a direção do professor Mário de Queiroz Rodrigues;

¹⁵² Jornal *Correio da Manhã*, 25 de junho de 1935, p. 3.

¹⁵³ Jornal *Correio da Manhã*, 31 de maio de 1935, p. 2.

¹⁵⁴ Villa-Lobos era uma figura muito estimada por Getúlio Vargas. Para o Presidente, era admirável a “inestacável energia, a febre de grandioso, do colossal, postas a serviço das cerimônias cívicas” (HORTA, 1994, p. 187-188). Por sua vez, “o músico retribuía, atribuindo a Vargas o ‘milagre’ de ‘aproveitar o sortilégio da música como um fator de cultura e de civismo e integrá-la na própria vida e na consciência nacional” (HORTA, 1994, p. 187-188). Assim, principalmente no decorrer do Estado Novo, esse artista ocupou “uma posição de destaque na burocracia do Ministério da Educação” (HORTA, 1994, p. 187-188).

apresentação feita por cerca de 3 mil alunos de escolas primárias do Distrito Federal, realizada no estádio do Fluminense Foot-Ball Clube, sob a direção da professora Lois Marietta Williams; demonstração de danças rítmicas e regionais com a parte de exercícios preparatórios, realizada pelas alunas da professora Naruna Sutherland; apresentações de educação física feminina, pelas alunas do Colégio Bennett, sob a direção da professora Polly Wettel; e apresentação de educação física pelos alunos das escolas secundárias, federais e particulares, realizadas também no estádio do Fluminense Foot-Ball Clube, sob a direção do professor Ambrósio Torres; demonstração do programa de marchas e evoluções rítmicas, de exercícios de plástica estética feminina e de danças infantis e cênicas, sob a direção do professor Pierre Michailowsky e da professora Vera Grabinska; apresentação de ginástica acrobática e ginástica de aparelhos (barra paralela); uma grande parada esportiva, em que tomaram parte 15 mil atletas filiados às corporações e escolas militares, polícia especial e polícia municipal, às entidades esportivas, aos estabelecimentos de ensino públicos e particulares e às associações escoteiras¹⁵⁵.

Além dessas atividades, ao longo do *VII Congresso Nacional de Educação*, também foram realizados passeios e visitas a diferentes espaços do Rio de Janeiro, tais como: Associação Cristã de Moços e Associação Cristã Feminina, Escola de Educação Física do Exército, Liga de Esportes da Marinha, Casa de Correção, Ginásio Vera Cruz, novos prédios escolares do Departamento de Educação do Distrito Federal, escolas experimentais do Departamento de Educação do Distrito Federal, Instituto de Pesquisas Educacionais, escolas secundárias do Departamento de Educação do Distrito Federal, Instituto de Educação, Colégio Militar, Ginásio do Instituto La-Fayette; além de excursão à Baía da Guanabara, de recepção aos congressistas pelo departamento carioca da ABE e, no último dia, de recepção aos representantes dos Estados pelo Prefeito do Distrito Federal¹⁵⁶.

Todas essas atividades contaram com uma significativa participação da sociedade carioca (poderes públicos, militares, civis, professores e alunos, famílias diversas), proporcionando à ação da ABE, traduzida no *VII Congresso Nacional de Educação*, uma considerável visibilidade. Especificamente no que se refere à educação física, podemos

¹⁵⁵ Para compor esse rol de atividades, cruzamos informações coletadas em diversos jornais (ver Apêndice G) e no documento intitulado “Anais do VII Congresso Nacional de Educação”, concedido pela professora Meily Assbú Linhales.

¹⁵⁶ Para compor esse rol de atividades, cruzamos informações coletadas em diversos jornais (ver Apêndice G) e no documento intitulado “Anais do VII Congresso Nacional de Educação”, concedido pela professora Meily Assbú Linhales.

classificar suas atividades, conforme Linhales (2006, p. 232, *itálico da autora*), como “demonstrações práticas de *como fazer* educação física”.

Em relação ao canto orfeônico, outra atividade bastante apreciada no período, pelo seu caráter “cívico-disciplinador”, ele pôde, ali, ser compreendido como “uma forma de desenvolver o sentimento patriótico” (HORTA, 1994, p. 147), fazendo com que a educação cívica fosse reintroduzida no discurso oficial e na legislação de ensino. O civismo, nessa perspectiva, “aparece em estreita ligação com a ideia de aperfeiçoamento físico, moral e intelectual da raça” (HORTA, 1994, p. 147), preceitos esses que compunham os ideais da educação física que vinha se forjando naqueles tempos.

Quanto às teses apresentadas nas sessões de trabalhos do referido *Congresso*, foram estas as suas temáticas: a educação física elementar; a organização de serviços administrativos de educação física, recreação e jogos; a escola e o escotismo; a organização de Institutos ou Escolas de Educação Física; a educação física nas escolas normais; as bases científicas da educação física; e a educação física nas escolas secundárias¹⁵⁷.

A sessão de encerramento do *VII Congresso Nacional de Educação*, realizada no Auditório do Instituto de Educação, foi presidida pelo Dr. Lourenço Filho, então presidente da ABE, em que foram lidas as conclusões da Comissão Especial e da Comissão de Relatores e Presidentes da “Secção sobre os problemas da educação physica, discutidos nas reuniões do VII Congresso”. Em linhas gerais, foram as seguintes as conclusões da Comissão Especial, as quais, posteriormente, seriam encaminhadas ao “Conselho Nacional de Educação, a titulo de contribuição dos educadores brasileiros para o plano nacional de educação, e ainda, aos governos dos Estados, como elementos para as respectivas leis organicas de educação”: cada Estado organizará o seu plano, de acordo com as diretrizes gerais do Plano Nacional de Educação; cada Departamento será dirigido por um Diretor, por um Órgão Executivo e por um Conselho (órgão consultivo e deliberativo), sendo que, para Diretores dos Departamentos, deverão ser escolhidos “educadores ou pessoas notoriamente conhecedoras dos problemas da educação”; cada Conselho Estadual de Educação será constituído de “educadores e de pessoas dedicadas ao estudo dos problemas sociaes”, sendo de quatro anos, no mínimo, o mandato dos seus membros, podendo ser renovado, “parcialmente, de dois em dois anos”.¹⁵⁸

¹⁵⁷ *Jornal Correio da Manhã*, 31 de maio de 1935, p. 2. Documento intitulado “Anais do VII Congresso Nacional de Educação”, concedido pela professora Meily Assbú Linhales. Para mais detalhes, consultar Linhales (2006) e Bruschi (2019).

¹⁵⁸ *O Jornal*, 09 de julho de 1935, p. 3.

Em relação à “Secção sobre os problemas de educação physica”, foi produzido um documento com “as conclusões aprovadas” pelos “relatores dos themas e presidente da secção”, que, inclusive, incluía parte dos debates ocorridos no decorrer dos anos anteriores, na SEPH. Dessa forma, “extrahidas das theses sobre a Educação Physica Elementar, a Educação Physica na Escola Secundaria, a Educação Physica nas Escolas Normaes e as bases scientificas da Educação Physica”, as seguintes conclusões foram obtidas:

1. – É um problema nacional de grande relevancia promover a educação physica da população escolar, em todos os graus, e, especialmente a feminina, que tem sido a menos cultivada.
2. – A orientação medica, sempre que possivel, deve ser dada por profissionais especializados, conhecedores dos principios fundamentaes da educação.
3. – O professor de educação physica deve ser um educador, no sentido amplo da palavra, para poder apreciar sempre a criança no seu aspecto global.
4. – Na escola primaria deve ser adoptada a educação physica sob uma forma recreativa, que concorra para um completo desenvolvimento organico.
5. – As escolas normaes e de professores devem incluir no seu curriculum um programma de noções de theoria e pratica de educação physica que habilite o professor primario a ministrar a mesma na escola elementar.
6. – A pratica de educação physica nas escolas secundarias e normal deve ter um caracter accentuadamente recreativo e attender ás condições bio-psychologicas do adolescente.
7. – De acordo com exame medico, em todos os niveis escolares, impõe-se nos casos de desequilibrio funcional, um programma de actividades corretivas, ministrado por tecnico especializado.
8. – Ha toda vantagem na homogenização das classes para a educação physica; o simples criterio de grupamentos dos escolares por idade chronologica ou escolar não basta. Ella deve ser estabelecida dentro do criterio caracteriologico no seu triplice aspecto – morphologico, temperamental e psychologico.
9. – A bio-tipologia, a endocrinologia e as noções de temperamento, são factores que a educação physica moderna não pode desconhecer nem delles prescindir, assim como não pode descurar dos conhecimentos, ainda que rudimentares, da psychologia, imprescindiveis na organização e na applicação de methodos modernos.¹⁵⁹

A partir dessas conclusões, foram sugeridos dois blocos de sugestões: um “de modo geral” e outro “de applicação imediata”. Para o primeiro tipo de sugestões, sugeriu-se que, aproveitando a elaboração do Plano Nacional de Educação, deveria também a educação física ser seu objetivo, levando em consideração que a sistematização dos seus conhecimentos científicos servisse de base no campo educacional e que houvesse uma organização material para execução do plano. Para as sugestões “de applicação imediata”, seis pontos foram levantados, dentre os quais, destacamos três: o desenvolvimento e a difusão dos cursos já existentes; a criação de cursos de aperfeiçoamento para professores que não tenham tido orientação nesse ramo da educação; e a intensificação dos atuais cursos de educação física –

¹⁵⁹ *Jornal do Commercio*, 13 de julho de 1935, p. 3-4.

aqui, podemos inferir que os cursos mencionados referiam-se àqueles ofertados pelas instituições militares. Por fim, também se levantou a necessidade de “influir junto aos poderes publicos para que a educação physica [fosse] considerada um serviço social respeitado¹⁶⁰.

Em relação às conclusões extraídas das teses sobre Organização de Institutos ou Escolas de Educação Física, a mais relevante é a seguinte: caberia ao governo criar uma “Escola Nacional de Educação Physica”, integrada à Universidade do Rio de Janeiro e com íntima articulação com a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, que também seria criada e para a qual, para compor inicialmente seu quadro docente, deveriam ser contratados “technicos de notoria competência”. No que tange aos cursos ofertados na referida Escola, seriam eles: “Cursos de professores de Educação Physica”; “Cursos de medicos especializados em educação physica”; e “Cursos Superior de Investigação e Aperfeiçoamento para professores já especializados”.¹⁶¹

Quanto às conclusões extraídas das teses sobre Organização dos Serviços Administrativos de Educação Física, cinco pontos foram apresentados, dentre os quais, salientamos três: o aconselhamento ao governo da União para a criação, junto ao Ministério da Educação, de “um orgao administrativo nacional que tenha a seu cargo estudar os problemas de educação physica e diffundil-a no paiz”; “agir junto a todos os Governos dos Estados, no sentido de criarem um aparelho identico e estabelecerem cursos para a formação de professores especializados”; e “introduzir a pratica da educação physica em todos os graus da educação publica, sendo para isto, conveniente ir construindo estadios para universidades e campos de educação physica ligados ás escolas ou em praças publicas”¹⁶².

Por fim, das conclusões extraídas das teses sobre a Escola e o Escotismo, dos nove pontos elencados, vale destacar que, apesar do “alto valor educativo do escotismo cuja acção se deve operar parallelamente e completamente á da escola”, não deveria ser a sua prática introduzida no interior das escolas primárias e secundárias, visto que dispersaria a atenção dos alunos e produziria uma dualidade de direcionamentos, sobretudo. No entanto, seria

[...] de toda conveniencia, para que exista uma perfeita collaboração entre a escola e o escotismo, que os quadros e effectivos do escotismo nacional sejam recrutados,

¹⁶⁰ *Jornal do Commercio*, 13 de julho de 1935, p. 3-4.

¹⁶¹ *Jornal do Commercio*, 13 de julho de 1935, p. 3-4. Esta Escola Nacional de Educação Física, com essa configuração, como veremos a seguir, foi criada em 1939.

¹⁶² *Jornal do Commercio*, 13 de julho de 1935, p. 3-4. Este órgão administrativo nacional, com todas as atribuições, foi criado em 1937, como veremos ainda nesta Seção.

respectivamente, entre o professorado, os universitários e os alumnos de escolas primarias e secundarias.¹⁶³

Logo, podemos concluir que a ABE, com a realização do *VII Congresso Nacional da Educação*, embora tenha estreitado a sua relação com o governo federal, inclusive demandando dele algumas iniciativas no que se referia à formação do professorado e à organização, sistematização, regulamentação e fiscalização da educação física, não teve como intenção o estabelecimento de diretrizes voltadas à elaboração de um Método Nacional de Educação Física¹⁶⁴. A ABE preferiu, ao invés disso, corroborando Bruschi (2019), apostar no ecletismo presente nas demonstrações e nos espetáculos referentes aos modos de “fazer” educação física, além de reforçar o sentimento cívico-patriótico como algo caro para a constituição de uma nação.

Assim, tornou-se evidente que nenhum dos projetos para a educação física seria abandonado, nem aquele defendido pela Associação, nem mesmo o defendido pelos militares, visto que, analisando as atividades desenvolvidas, o que mais se observou foi uma variedade de modelos, métodos e tendências. Os elementos da calistenia e dos Métodos Sueco, Francês e Natural, os pequenos e os grandes jogos, os esportes, as lutas, as ginásticas rítmica, de chão, acrobática e de aparelhos, as danças, todos esses modos de “fazer” educação física tiveram lugar no *VII Congresso Nacional de Educação*.

Concluído esse *Congresso*, Renato Pacheco deixou a presidência da “Secção de Educação Physica e Hygiene”. Em setembro de 1936, esse cargo foi assumido pelo Capitão Ignácio de Freitas Rolim, na ocasião, professor na Escola de Educação Física do Exército¹⁶⁵, que coordenou apenas uma reunião. Na sequência, quem assumiu essa função foi o Major Felix Azambuja Brilhante, e, em junho de 1937, os trabalhos da SEPH foram definitivamente encerrados.

¹⁶³ *Jornal do Commercio*, 13 de julho de 1935, p. 4.

¹⁶⁴ Todavia, como veremos na Seção 8, referente ao Método Nacional de Educação Física idealizado por Inezil Penna Marinho, muitos desses pontos, extraídos das teses apresentadas no referido *Congresso*, foram incorporados.

¹⁶⁵ O Capitão Ignácio de Freitas Rolim, como vimos anteriormente, colaborou com o anteprojeto apresentado pelo Ministério da Guerra, em 1929; junto ao Dr. Virgílio Alves Bastos, foi fundador e instrutor do Centro Provisório de Educação Física, o qual, também em 1929, foi transformado em Centro Militar de Educação Física e, em 1933, transformado em Escola de Educação Física do Exército (REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1949, p. 3). Anos mais tarde (1939), Ignácio de Freitas Rolim tornou-se diretor da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (Acervo on-line da ABE: ATA da reunião do Conselho Diretor, realizada em 27 de novembro de 1939. Disponível em: <http://www.abe1924.org.br/acervo>. Acesso em: 15 jun. 2020). Todas essas instituições serão discutidas nas próximas sub-seções.

Importa destacar que, exatamente no ano anterior ao encerramento da “Secção”, o Capitão Ignácio Rolim foi enviado, pelo Ministro da Guerra, ao Ministério da Educação e Saúde, “para discutir as possibilidades de um trabalho conjunto no campo da educação física” (HORTA, 1994, p. 68) – nesse período, no Ministério da Educação, discutia-se sobre a formulação do Plano Nacional de Educação, ou seja, se, no *VII Congresso Nacional de Educação*, o projeto de educação física, almejado pelos militares, misturou-se a diversas outras propostas, não conferindo a estes o controle e, menos ainda, o protagonismo daquele, assim como eles também foram “barrados”, anteriormente, pela ABE nesse intento, tal situação levou-os, no decorrer da década de 1930, a se inserirem em outras instâncias, as quais também intentavam controlar e sistematizar a educação, assim como forjar uma educação física nacional.

5.2 Os militares: importantes atores políticos na configuração da educação física brasileira

Para compreendermos a influência exercida pelos militares “no desenvolvimento da educação física no Brasil, tanto no que se refere à sua concepção e aos seus métodos quanto à sua prática”, a qual foi “real e duradoura” (HORTA, 1994, p. 53), analisaremos, aqui, três de suas instituições: o Centro Militar de Educação Física, a Escola de Educação Física do Exército e a Divisão de Educação Física.

José Murilo de Carvalho (1999, p. 341) afirma ter ocorrido, nos anos iniciais da década de 1930 e, mais especificamente, em 1937, com a instauração do Estado Novo, “a construção mútua de dois atores políticos centrais: Vargas e os militares”. O Exército, entretanto, anos antes, já vinha se firmando como um importante “ator político” no cenário brasileiro, de forma mais ampla, e, de forma mais específica, na configuração da educação física brasileira. Influenciado pela Missão Militar Francesa¹⁶⁶, “em termos doutrinários, organizacionais e de instrução” (CASTRO, 1997, p. 341), o Exército brasileiro via-se como o responsável pela defesa da nação. Nesse sentido, os militares acreditavam que se constituiriam como “uma espécie de ‘escola da nacionalidade’”, visto que idealmente “recrutariam” elementos de todos os setores da população, de todas as origens sociais,

¹⁶⁶ De acordo com Inezil Penna Marinho, “o ano de 1921 assinala a influência oficial da doutrina francesa no nosso Exército, influência essa que já fôra marcada no meio civil com o livro de Arnaldo Guinle e Mário Polo, publicado em 1920, e que retomava à ação da Missão Militar Francesa junto à Escola de Educação Física da Fôrça Policial do Estado de São Paulo” (MARINHO, 1945a, p. 6). Vale lembrar que Arnaldo Guinle foi um dos redatores do anteprojeto proposto pelo Ministério da Guerra, como visto anteriormente.

“dotando-os de um sentimento de unidade nacional” (CASTRO, 1997, p. 341). Para a nação, o Exército seria mais do que um guardião, seria o seu formador. Nesse cenário¹⁶⁷, a educação física era por ele compreendida, bem como por outros setores do Estado e da sociedade, como uma atividade militar. Com isso, no Brasil, sob a orientação francesa, a educação física “foi crescentemente utilizada no Exército durante toda a década de 20” (CASTRO, 1997, p. 341).

Vimos anteriormente que, no correr de 1929, o Ministro da Guerra, convencido da significativa importância da contribuição dos militares no processo de conformação da educação física nacional, elaborou um anteprojeto de lei, que foi apresentado a diferentes instâncias. A ABE posicionou-se contrária à sua implementação, sobretudo porque, na interpretação feita pelos seus membros, a principal intenção dos militares era controlar o ensino da educação física por meio da difusão do militarismo nas escolas. No entanto, além de prever as diretrizes para a educação física nacional, o anteprojeto indicava também a criação do Centro Militar de Educação Física, instituição que também se dedicaria à formação do professorado. Lá formado, este seguiria os princípios estabelecidos no *Regulamento Geral de Educação Física*, ou seja, os do Método Francês de Ginástica.

Diante disso, no ano de 1932, em resposta à interpretação da ABE, assim se pronunciou João Ribeiro Pinheiro, na *Revista de Educação Física*:

MILITARISMO E EDUCAÇÃO FÍSICA

Ao Exército deve-se a unidade do Brasil-Imperio. Ao Exército deve-se a Abolição. Ao Exército deve-se a primeira e a segunda Republica. Inumerar o que tem sido a obra dos militares dentro do organismo nacional é contar quasi a propria vida nacional. Mas ainda hoje pouca gente compreende o valor silencioso, nem por isso menos formidavel, da obra de alfabetisação, nacionalisação e higienisação social que o Exército realiza implacavelmente entre os jovens que vêm annualmente servir nas suas fileiras. Agora o Exército prepara-se febrilmente para realizar mais uma grande obra. Ele vai ser o escultor da raça como foi o escultor da nacionalidade. O Regulamento de Educação Fisica, em vistas de aprovação pelo Estado Maior, preconiza que dentro de breve praso qualquer joven só poderá ingressar na Escola de Soldado depois de ter dois anos de educação fisica. Aos olhos mais indiferentes ás necessidades nacionais resalta logo os beneficios maravilhosos e oportunos de tal medida. No entanto elementos civis da alta administração, associações pedagogicas, num mau véso, propagam maldosamente, anti-patrioticamente, que se pretende fazer uma obra de militarismo. Confundidas na definição

¹⁶⁷ No cenário mundial, “há uma estreita relação entre o surgimento dos estados nacionais, a criação de exércitos nacionais e o desenvolvimento da educação física” (CASTRO, 1997, p. 63). Nessa perspectiva, acreditava-se que “a ginástica poderia afetar positivamente o estado-nação” (CASTRO, 1997, p. 63). Assim, ainda no século XIX, “surgiram diversos ‘métodos’ nacionais, desenvolvidos por pioneiros como o dinamarquês Franz Nachtegall (1777- 1847), que criou e dirigiu o Instituto Militar de Ginástica em 1804 e foi um dos responsáveis pela adoção compulsória da educação física nas escolas dinamarquesas em 1814; o sueco Per Henrik Ling (1776-1839), fundador, em 1813, do Real Instituto Central de Ginástica, que dirigiu até sua morte; e o alemão Friedrich Ludwig Jahn (1778-1852), iniciador do movimento das *turnvereine* (sociedades de ginástica) e construtor da primeira *turnplatz* (área especial para exercícios) em 1811” (CASTRO, 1997, p. 63-64).

medieval da palavra militarismo, sem refletirem que a vida moderna, com a guerra moderna, faz da Nação armada o seu proprio exercito. Todavia, estou certo, que lenta, mas seguramente, o Brasil inteiro tomará conhecimento da grande obra nacional óra iniciada pelo C. M. E. F. e fará justiça aos seus realizadores.¹⁶⁸

Com essa declaração, evidencia-se o quanto os militares estavam certos de suas ações na conformação da “propria vida nacional”. Em decorrência disso, viam-se como o setor da sociedade mais preparado a esculpir a raça brasileira, o que se daria por meio da educação física, sistematizada pelo *Regulamento Geral de Educação Física*. Mesmo que, diante de todas as suas “grandes obras” já realizadas, alguns “elementos civis da alta administração, associações pedagogicas, num mau véso”, continuassem a propagar, “maldosamente” e de forma antipatriótica, que a sua intenção era, única e exclusivamente, a expansão do militarismo, o qual, por sinal, também era, por esses “elementos”, compreendido de maneira errônea, visto que, ainda naquele momento, confundiam a “definição medieval da palavra militarismo, sem refletirem que a vida moderna, com a guerra moderna, faz da Nação armada o seu proprio exercito”. Contudo, seguiam os militares seguros de que, logo, “o Brasil inteiro” tomaria “conhecimento da grande obra nacional iniciada pelo C. M. E. F.”, fazendo, assim, “justiça aos seus realizadores”¹⁶⁹.

5.2.1 *O início da grande obra promovida pelos militares: a criação do Centro Militar de Educação Física*

Em 10 de janeiro de 1922, João Pandiá Calógeras, na ocasião Ministro da Guerra, baixou a Portaria Ministerial nº 70, estabelecendo a criação do Centro Militar de Educação Física¹⁷⁰. No entanto, em decorrência da Revolta Tenentista ocorrida nesse mesmo ano, deu-se o seu fechamento. Passados sete anos, em 1929, o então Presidente da República, Washington Luís, acompanhado pelo General Nestor Sezefredo dos Passos, em visita à Escola de Sargentos da Infantaria, entusiasmou-se com o trabalho físico que lá era realizado pelos Tenentes Ignácio de Freitas Rolim e Virgílio Alves Bastos, os quais receberam sua formação de Pierre de Ségur, “um acatado tecnico da Missão franceza” que chegou ao Brasil, em 1928. Contratado pelo governo para, além de traduzir o *Regulamento Geral de Educação Física*, orientar o ensino da educação física “no seio do Exército nacional e particularmente na Escola

¹⁶⁸ PINHEIRO, 1932, p. 1.

¹⁶⁹ PINHEIRO, 1932, p. 1.

¹⁷⁰ *Jornal Correio da Manhã*, 11 de janeiro de 1922, p. 3.

Militar e no Centro de Educação Física”, o comandante Pierre Ségur, desempenhando a função de instrutor, permaneceu no Brasil por, aproximadamente, quatro anos.¹⁷¹

Após essa visita de Washington Luís, o Ministro da Guerra determinou, por meio de um Aviso Ministerial, providências imediatas para a criação do *Curso Provisório de Educação Física*, anexo à referida Escola, reestabelecendo, assim, o Centro Militar de Educação Física, na Fortaleza de São João¹⁷². Inaugurado em 20 de janeiro de 1930, “com a presença do presidente da República, ministros de Estado e altas autoridades do poder judiciário”¹⁷³, o CMEF teve a condução dos seus trabalhos sob a responsabilidade dos mesmos Tenentes anteriormente mencionados, Ignácio de Freitas Rolim e Virgílio Alves Bastos, e a sua direção sob o comando do Major Newton Cavalcanti¹⁷⁴.

Compreendendo que o problema da educação física “não podia se restringir ao Exército”, Newton Cavalcanti “empenhou-se a fundo na sua ampliação [da educação física] no meio civil”. O Major, “galgando coroado de louros os degraus da hierarquia militar em todos os postos e em inúmeros comandos que assumiu”, jamais deixou de ser o “<<leader>> e trabalhador infatigável da nobre causa da educação física”¹⁷⁵. Foi, então, com esse empenho que o Major coordenou as atividades do CMEF, que, destinado a “dirigir, coordenar e difundir o método de educação física militar e suas aplicações desportivas”, ofertava os cursos de educação física para oficiais e sargentos, e o curso de demonstração, para os oficiais (Capitães, Majores e Tenentes-Coronéis)¹⁷⁶.

Além dos “officiaes subalternos e de todas as armas, medicos e sargentos”, o CMEF era também autorizado a admitir, em seus cursos, a matrícula de “civis, de preferencia, professores municipais e medicos”. Os cursos do CMEF eram ministrados por “um oficial da Missão Militar Francesa”, indicado pelo Estado Maior do Exército, com o auxílio de “dois oficiais brasileiros conhecedores do novo método de educação física”¹⁷⁷, isto é, o Método Francês. Em sua primeira turma, matricularam-se,

¹⁷¹ *Jornal Correio de S. Paulo*, 12 de janeiro de 1933, p. 1.

¹⁷² *Jornal Correio da Manhã*, 19 de janeiro de 1930, p. 1.

¹⁷³ *Jornal Correio da Manhã*, 19 de janeiro de 1930, p. 8.

¹⁷⁴ REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. 1933. A direção do CMEF, no início de maio de 1933, passou ao Major Raul Mendes de Vasconcellos, “que vinha exercendo, interinamente, o cargo de director, devido ao impedimento do coronel Newton Cavalcanti, actual commandate da circumscrição militar do Mato Grosso” (*Jornal Correio da Manhã*, 07 de maio de 1933, p. 5).

¹⁷⁵ REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1949, p. 3.

¹⁷⁶ MARINHO, 1945a, p. 7.

¹⁷⁷ *Jornal Correio da Manhã*, 10 de novembro de 1932, p. 3.

[...] além dos oficiais designados, inúmeros professores públicos primários, para cuja matrícula Fernando de Azevedo concedera tôdas as facilidades. Essa primeira turma estava integrada por 8 primeiros tenentes, 2 primeiros tenentes médicos, 20 professores civis e 60 monitores.¹⁷⁸

Fernando de Azevedo, além de ter composto a comissão de elaboração do anteprojeto do Ministério da Guerra, enquanto Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, enviou professores para, no CMEF, formarem-se. Desse modo, ele foi um dos responsáveis por estabelecer uma ponte entre o meio civil e os militares, no que se referia à formação do professorado e ao ensino da educação física nas escolas civis brasileiras, no período, sendo o método de educação física adotado no CMEF “aquêl expresso no Regulamento Geral de Educação Física”¹⁷⁹. Assim, esclarecia o Major Newton Cavalcanti, diretor do CMEF e também “um estudioso do problema da cultura physica”, sobre os “methodos scientificos”¹⁸⁰ adotados no Centro Militar:

A orientação ao ensino é dada de molde a que, cada alumno ao terminar o respectivo curso, esteja em condições de ministrar e dirigir racionalmente a educação physica e desportiva, deixando de lado o empirismo que ate bem pouco presidia esse assumpto, impedindo o seu surto progressivo.

Modernamente, não é mais tolerado um tal estado de coisas; nessas condições, as incertezas surprehenderes do primeiro methodo acham-se agora substituidas por affirmações positivas e certas de resultados infalliveis.

Essa infallibillidade e certeza resulta da inspiração scientifica que norteia o ensino e a pratica de uma tão importante especialidade. Assim, entre as disciplinas theoricas dos varios cursos do Centro [Curso de Instructores; Curso de Medicina Especialisada; Curso de Massagista Desportivo; Curso de Monitores e Curso de Curso de Esgrima], podemos destacar, a Anatomia, a Psycologia, Cinesiologia, a Hygiene, a Pedagogia, a Orthopedia, a Historia da Educação Physica, principalmente a do Brasil, etc., que servem de base á parte pratica constante da execução da educação physica abrangendo a todas as edades e sexos, os desportos, a massagem desportiva e soccorros de urgencia nos accidentes desportivos, as applicações physiotherapicas necessarias á correcções e a ajuda dos trenamentos.

Dessa fórmula o especializado recebe todos os elementos que lhe permitem executar e dirigir a execução da educação physica desportiva segundo os principios anatomo-physiologicos em que se funda o methodo adoptado no estabelecimento em questão.¹⁸¹

Ainda conforme Newton Cavalcanti, o Método Francês adotado no CMEF destinava-se à educação física de todo e qualquer indivíduo, seja qual fosse seu sexo, sua idade ou mesmo sua profissão (desde os 4 aos 55 anos em diante), “tendo passado pela educação physica elementar (4 a 13 annos); pela secundaria, pubertaria e port-pubertaria (13 a

¹⁷⁸ CULTURA POLÍTICA..., 1944a.

¹⁷⁹ REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1933a, p. 2.

¹⁸⁰ Jornal *Correio da Manhã*, de 10 de novembro de 1932, p. 3.

¹⁸¹ Jornal *Correio da Manhã*, de 10 de novembro de 1932, p. 3.

18 annos) e pela educação physica superior (de 18 aos 30 ou 35 annos)”¹⁸². Desse modo, o Major seguia, justamente, os preceitos destacados pelo Ministro da Guerra, Nestor Sezefredo dos Passos, naquela “conversa” que este tivera com o repórter do jornal *Correio da Manhã*, em junho de 1929¹⁸³, como visto anteriormente.

O CMEF, ao dar início às suas atividades, iniciou também uma verdadeira cruzada cívica e eugênica¹⁸⁴. Nessa perspectiva, ao realizar um

[...] trabalho fecundo, cheio de altruismo e **inspiração patriótica**, vai aquêlê estabelecimento cumprindo o programa que se traçou, alicerçando fundo as bases grandiosas do Brasil futuro.

O Centro Militar de Educação Física já possui um espirito proprio que o anima e orienta na senda das expectativas brilhantes de seu alevantado empreendimento. Esse espirito gerado pelo confinamento psíquico de um pugilo de fervorosos patriotas, não encontra [obices] á sua difusão e vai progressivamente se insinuando e se espargindo, creando uma mentalidade sã, capaz de assegurar ao Brasil a consecução de sua finalidade historica.

Este estabelecimento educacional não é mais que a manifestação visível da fé e do sentimento que congregou e irmanou esses benemeritos patricios enamorados do **ideal eugénico**.

E’ mistér que os novos elementos que nêlê ingressam, no corrente ano, se deixem penetrar do espirito que presidia a sua atividade renovadora, facilitando destarte a [colimação] de seu objetivo. Este não se limita ao bem inestimavel do individuo – a saude, compreende ainda o **apuro das qualidades raciais**.

Pugnando, por essa forma, pelo bem individual, social e humano, êsse **instituto de educação não encontra simile, na relevancia de sua finalidade**.

E’ notoria a importancia da Educação Física moderna pelas reações sociais que suscita pelo papel que representa para a destinação etnica da nacionalidade. **Robustecendo o corpo, não descuidando do intelecto, retemperando e vivificando o moral, se afirma um poderoso instrumento etnico-social, altamente civilizador**. Prodigalizando-a segundo **um método** que [sobrexcele] aos demais seus congeneres pelos seus **fundamentos puramente científico, já conseguiu o Centro um conceito desvanecedor refletindo-se a sua ação em muitas sociedades desportivas e inumeraveis estabelecimentos, oficiais e particulares**. Ele constitui, sem dúvida, uma **grandiosa instituição**, filha do animo operante da geração moderna que mais se contenta com o subjetivismo e as figuras literarias dos **problemas nacionais**, procurando para êstes soluções objetivas, resultados palpaveis, realizações, emfim.

O C.M.E.F. é bem o coração, o musculo vigoroso, a impelir o plasma vivificador de todas as células do organismo no nosso Pais. Nêlê, atualmente, em seus variados cursos, alguns de criação recente, **se acham matriculados, civis e militares provenientes da maioria dos Estados da Federação**. Todos êsses elementos levarão, por certo, para onde quer que se dirijam futuramente, o influxo dêsse espirito regenerador, integrante **do patrimonio moral dâquele estabelecimento de educação**.

Que assim seja, **para o bem da raça e felicidade e grandêsa da nossa Patria**.¹⁸⁵ (Negrito nosso).

¹⁸² Jornal *Correio da Manhã*, de 10 de novembro de 1932, p. 3.

¹⁸³ Jornal *Correio da Manhã*, 03 de julho de 1929, p. 3.

¹⁸⁴ REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1933b.

¹⁸⁵ REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1933b.

Esse trecho, embora extenso, é relevante, pois evidencia diversas características e finalidades às quais o Centro Militar dizia se propor, buscando, assim, convencer o seu leitor da sua primordial importância na construção da educação física nacional. Nesse sentido, por meio de uma estratégia discursiva, nos termos mobilizados por Ana Maria de Oliveira Galvão e Juliana Ferreira de Melo (2019), o CMEF explicita o lugar que almejava assumir perante a sociedade do período. Visto que, como afirmam as autoras, quem produz um texto, ao se valer de determinados “artifícios linguísticos”, por meio de um “jogo com as palavras”, “tem como objetivo convencer o leitor a construir, na leitura, o mesmo sentido desejado na geração textual” (GALVÃO; MELO, 2019, p. 234).

Assim, como bem escreveu/afirmou o autor do trecho acima, que, no caso, trata-se de um militar, muito provavelmente, pertencente ao Centro Militar: com a sua “inspiração patriótica, com o seu ideal eugénico e com o apuro das qualidades raciais, essa grandiosa instituição, a qual não encontra simile na relevância de sua finalidade”, vai se constituindo como um importante Centro, no que tange à educação física brasileira. O CMEF, “robustecendo o corpo, não descuidando do intelecto, retemperando e vivificando o moral, se afirma um poderoso instrumento etnico-social, altamente civilizador”, enfrentando e visando solucionar, por meio de seu “método e fundamentos puramente científicos”, os problemas nacionais, “para o bem da raça, felicidade e grandêsa da nossa Patria”¹⁸⁶. Estaria, portanto, nessa instituição, a educação física sendo forjada da melhor maneira possível, pois, em consonância com os interesses governamentais, contribuía para a conformação de uma sociedade patriótica, sadia e vigorosa, por meio da aplicação do melhor método, o Francês. Logo, a implementação do Método Francês, em terras brasileiras, estava em curso, e a doutrina militar afirmava-se.

Especificamente sobre a “infiltração do método francês” no país, Inezil Penna Marinho convida-nos a voltarmos um pouco na história, para melhor compreendê-la¹⁸⁷. Em suas palavras:

A Escola de Educação Física da Fôrça Policial do Estado de São Paulo, que iniciara os seus primeiros passos em 1902, com a vinda da Missão Militar Francesa, sofre, em 1906, modificações que a tornam mais eficiente. Fica, nessa segunda fase de sua existência, constituída de duas partes distintas – uma seção de ginástica e outra de esgrima – dirigidas pelos Capitães da Missão Lemaitre e Balancier, o primeiro com o comando ainda de toda a Escola. Adota-se o método suéco, com as alterações nêle introduzidas pela França para seu uso. No ano seguinte, a Missão Militar Francesa funda na Fôrça uma

¹⁸⁶ REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1933b.

¹⁸⁷ MARINHO, 1945a, p. 6.

Sala de Armas, verdadeira origem da Escola de Educação Física da Fôrça Policial do Estado de São Paulo, o mais antigo estabelecimento especializado de todo o Brasil. E, em 1909, institui-se oficialmente à Escola de Educação Física da Fôrça Policial do Estado de São Paulo, que nesse mesmo ano forma os seus primeiros “mestres de ginástica” e “mestre de armas”. E essa Escola por tradição e por convicção sempre seguiu a orientação francesa, mesmo depois do regresso da Missão Militar Francesa.¹⁸⁸

Foi, então, com a chegada da Missão Militar Francesa e com a sua implementação na “Escola de Educação Física da Fôrça Policial” que o espraçamento do Método Francês teve início no Brasil. Retornando ao ano de 1930, o então Presidente, Washington Luís, “na mensagem apresentada ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da Terceira Sessão da Decima Terceira Legislatura”¹⁸⁹, assim afirmou sobre a educação física e o Método Francês:

Por entendimento com as autoridades municipais, está sendo adotado, nos estabelecimentos civis de ensino primário, o método de educação física seguido no Exército. Uniformiza-se a educação física, constituindo mais um elemento para a unidade do povo. O método adotado no Exército é o da Escola de Joinville, reconhecido como um dos melhores.

Atualmente frequenta a Escola de Sargentos da Infantaria um grupo de professores municipais. É a primeira turma de instrutores civis, educados naquele estabelecimento.

Ao mesmo tempo, intensificam-se nos estabelecimentos de ensino, onde se ministra a instrução militar, os exercícios físicos compatíveis com a idade dos alunos. No Distrito Federal, foram chamados a um estágio de aperfeiçoamento todos os sargentos instrutores dos referidos estabelecimentos e sociedades de tiro.

Os governos estaduais, consultados pelo Ministério da Guerra, solícitamente declaram-se prontos a secundá-lo nessa útil iniciativa.¹⁹⁰

Em 1931, por iniciativa do governo de São Paulo e por intermédio do Departamento de Educação Física, foi criada a primeira escola civil de formação de instrutores e professores de Educação Física: a “Escola Superior de Educação Physica”. Todavia, funcionando somente a partir de 1934, quando foi publicado seu regulamento e convocada a sua primeira turma, no dia 1º de agosto de 1934, essa instituição teve, também, uma significativa influência militar, pois parte de seu corpo docente havia se formado nos cursos do CMEF (GÓIS JUNIOR, 2017; CORRÊA, 2009).

Nesse mesmo ano (1931), Francisco Campos, então Ministro da Educação, ampliou o controle exercido pelo Exército no âmbito escolar. Pelo Decreto nº 19.890, de 18 de abril, reformulou o ensino secundário e tornou “obrigatórios os exercícios de educação física em todas as classes”. Pouco tempo depois, ignorando, inclusive, o parecer feito pela

¹⁸⁸ MARINHO, 1945a, p. 6.

¹⁸⁹ CULTURA POLÍTICA..., 1944a.

¹⁹⁰ CULTURA POLÍTICA..., 1944a.

Associação Brasileira de Educação, mandou “adotar as normas e diretrizes do Centro Militar de Educação Física” (Portaria nº 70, de 30 de junho de 1931)¹⁹¹, o que, mais uma vez, implicou na adoção oficial do Método Francês.

Ainda em junho de 1931,

[...] o Decreto n. 1.450, do govêrno do Estado do Espírito Santo baixou as “Instruções” para o funcionamento do Curso de Educação Física, a que se referia o art. 4º do Decreto n. 1. 366, de 26-6-931. Sob a influência direta do Centro Militar de Educação Física, adotou êsse Curso o Regulamento Geral de Educação Física.¹⁹²

Em abril de 1932, o Decreto nº 21.324 aprovou as partes 1ª e 3ª do *Regulamento Geral de Educação Física*,

[...] passando-se então a dotá-lo em tôdas as unidades do Exército, inclusive no Centro Militar de Educação Física, onde apenas a situação foi oficializada pelo poder executivo. Êsse Regulamento é a tradução do “Reglement Général de Éducation Physique” (Méthodo Française), editado em caráter definitivo pelo “Ministère de la Guerra”, também em 1932.¹⁹³

Segundo Priscilla Kelly Figueiredo (2016, p. 113), o Tenente Laurentino Lopes Bonorino, “além de defensor do Método Francês como forma de uniformizar o ensino”, foi também um dos seus protagonistas no que se referia à sua inserção no interior do Exército brasileiro. Juntos, o Tenente Antonio Molina¹⁹⁴ e o Comandante Pierre Ségur, da Missão Militar Francesa, instalado no Brasil, foram os responsáveis pela tradução e adaptação “ao temperamento brasileiro” das partes 1ª e 3ª do “Reglement Général de Éducation Physique”¹⁹⁵. Desse modo, Bonorino e Molina contribuíram para a regulamentação e a difusão do Método Francês em território nacional. Sob a denominação *Regulamento nº 7* ou *Regulamento Geral de Educação Física*, esse *Regulamento* passou, então, a orientar muitos dos níveis de ensino do país: o secundário, o normal e o superior.

Em 1933, o Decreto nº 25.252, de 19 de outubro, transformou o CMEF em Escola de Educação Física do Exército, e, como era de se esperar, o *Regulamento nº 7* também lá foi adotado. Em 1936, o governo do Estado de São Paulo organizou a “Escola de Educação Física da Fôrça Pública”, que também adotou o *Regulamento Geral de Educação Física* (Decreto nº

¹⁹¹ MARINHO, 1945a, p. 9.

¹⁹² MARINHO, 1945a, p. 9.

¹⁹³ MARINHO, 1945a, p. 9.

¹⁹⁴ Para mais informações acerca dos Tenentes Laurentino Bonorino e Antonio Molina na sistematização da educação física no Brasil, consultar Figueiredo (2016).

¹⁹⁵ MARINHO, 1945a, p. 9.

7.688, de 28 de maio de 1936). No ano seguinte, a Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, criou, na Capital Federal, a Divisão de Educação Física, que, responsável pela “administração das atividades relativas à educação física, recomenda e faz adotar nos estabelecimentos de ensino secundário o Método Francês” (Art. 12). Em 1938, o Decreto nº 508, de 18 de agosto, do governo de Santa Catarina, “regulamentou o Curso Provisório de Educação Física, que, entrando em funcionamento, adotou o Regulamento Geral de Educação Física”.¹⁹⁶

Ainda em 1938, a Divisão de Educação Física fez funcionar um Curso de Emergência para a formação de professores de educação física, sob o patrocínio do Departamento Nacional de Educação Física, e com a colaboração da Escola de Educação Física do Exército e do Instituto de Educação. Nesse Curso, que habilitou 165 professores de educação física e 78 médicos especializados, foi adotado o Método Francês.¹⁹⁷

Em março de 1939, o Decreto-Lei nº 168 criou o Curso Especial de Educação Física no Estado do Piauí, determinando, em seu art. 6º, que, enquanto não se estabelece “um método de educação física nacional, fica adotado nos estabelecimentos de ensino o Método Francês de Educação Física, por ser o mesmo racional, científico, moderno e eclético, perfeitamente adaptável ao nosso temperamento”. Nesse mesmo ano, foi criada a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, anexa à Universidade do Brasil (Decreto-Lei nº 1.212, de 17 de abril de 1939), que, oficialmente, adotou o Método Francês. Já na década de 1940, pelo Decreto nº 7.219, de 27 de maio de 1941, a Escola de Educação Física do Estado do Rio Grande do Sul foi autorizada a funcionar, adotando como método oficial de ensino o *Regulamento Geral de Educação Física*, assim como o fizeram o Curso Normal de Educação Física do Estado de Pernambuco (Decreto nº 8.919, de 4 de março de 1942) e a Escola de Educação Física e Desportos do Estado do Paraná (Decreto nº 9.890, de 7 de julho de 1943).¹⁹⁸

Foi, então, a partir do surgimento, ano após ano, de decretos regulamentando a sua obrigatoriedade em todo o território nacional, que o *Regulamento Geral de Educação Física*, ou *Regulamento nº 7*, ou ainda Método Francês do Brasil, difundiu-se por todo o país. Contudo, segundo Góis Junior (2014, p. 83), “a história não caminha por decreto”. Assim sendo, concomitantemente à sua adoção oficial, também, outros métodos ginásticos europeus assim como outras sistematizações seguiram sendo aplicados. É o que se pode observar nos

¹⁹⁶ MARINHO, 1945a, p. 9-10.

¹⁹⁷ MARINHO, 1945a, p. 10.

¹⁹⁸ MARINHO, 1945a, p. 10.

dados obtidos em inquéritos realizados pela Divisão de Educação Física, no ensino secundário, referentes aos anos de 1938, 1939 e 1940:

O resultado dos referidos inquéritos:

1938: Adoção do Método Francês – 154 estabelecimentos; Sueco – 32; Alemão – 18; Diversos – 46; Sem especificação – 25; Total: 275 estabelecimentos;

1939: Francês – 645; Sueco – 43; Alemão – 2; Diversos – 62; Sem especificação – 25; Total: 597 estabelecimentos;

1940: Francês – 543; Sueco – 34; Alemão – 2; Diversos – 20; Sem especificação – 12; Total: 611 estabelecimentos (p. 54).

A percentagem apresentada pelo Método Francês sobre a soma dos métodos era a seguinte:

Em 1938 --- 61,6%

Em 1939 --- 81,3%

Em 1940 --- 90,6%.¹⁹⁹

Esses dados evidenciam que o campo de disputas pelos sentidos e significados da educação física nacional seguia fervilhando, pelo menos até o decorrer da década de 1930, tendo em vista a variedade de métodos que seguiam sendo adotados nas escolas secundárias. Em contrapartida, também não se pode negar que o fato do Método Francês ter sido oficializado, em certa medida, “conquistou lugar” entre alguns setores da sociedade. Um exemplo que pode ser dado, nessa perspectiva, é que, em 1932, o jornal *Diario da Manhã*, do Estado do Espírito Santo, noticiou sobre a realização de uma “sessão cinematográfica”, cujo tema era o “Metodo Francês de Educação Fisica”²⁰⁰:

No Teatro Carlos Gomes foi focalizado o filme intitulado “Metodo Francês de Educação Física”, tirado na Escola de Joinville Le Pont, na França, e cedido ao Departamento de Educação Física deste Estado, pelo Centro Militar de Educação Física do Rio. O sr. Interventor Federal se fez representar por seu ajudante de ordens.

A assistencia foi numerosissima, tendo havido super-lotação. Comparecerem turmas dos nossos principais estabelecimentos de ensino e de grande numero de interessados pelo grande problema da melhoria da nossa raça, cuja base principal é o exercicio fisico, já hoje grandemente praticado desde os primeiros anos escolares.

Feliz criação foi, sem duvida, o nosso Departamento de Educação Física que está entregue á competente direção do comandante Carlos Marciano de Medeiros, um apaixonado estudioso das questões da eugenia. O seu esforço para que aquele Departamento atinja ao maximo de eficiencia, está evidenciado na serie de providencias tomadas constantemente, entre ellas destacando a filmagem do metodo francês, considerado o melhor no genero.

¹⁹⁹ Dados extraídos do livro *Ante-Projeto do Método Nacional de Educação Física – Tomo I – 1ª parte* (MARINHO, 1946, p. 54). Cabe ressaltar, conforme Inezil, que, em 1941, essa porcentagem apresentada pelo Método Francês sobre a soma dos outros métodos “é praticamente integral devido à fiscalização exercida pela Divisão de Educação Física no sentido de compelir os estabelecimentos de ensino ao cumprimento das disposições legais” (MARINHO, 1946, p. 55).

²⁰⁰ Jornal *Diario da Manhã*, Vitoria – Estado do Espírito Santo, 16 de junho de 1932, p. 1.

Trouxeram os nossos educadores, educandos e o publico a melhor impressão do que assistiram.²⁰¹

Além dessa defesa explícita, também outras “roupagens” ao Método Francês, para que seguisse se consolidando, foram, ao longo da história brasileira, sendo colocadas. Esse foi o caso do Editorial publicado pela revista *A Defesa Nacional* – de cunho militar – no ano de 1926. Conforme Celso Castro (1997, p. 78), a mensagem passada aos leitores reforçava, sim, o discurso de que o método nacional deveria ser “genuinamente brasileiro” e “elaborado com liberdade em relação ao francês, tendendo para a ginástica nacional e sem que fosse esquecida a capoeira”. Entretanto, e nesse ponto concordamos com o autor que ressalta:

[...] é interessante observar que a importância atribuída pelos militares à criação de um Método Nacional de Educação Física está diretamente relacionada ao próprio Método adotado inicialmente – como o nome diz, *Francês*. No próprio Método Francês adotado no Brasil encontra-se a origem das idéias de criação de um Método Nacional, pois havia uma vinculação direta entre *método de educação física e temperamento nacional*. (CASTRO, 1997, p. 18, *itálico do autor*).

Nesse sentido, é possível afirmar que, entre as décadas de 1920 e 1930, embora houvesse o reconhecimento da necessidade de criação de um Método Nacional de Educação Física, este figurou, por vezes, apenas, no plano dos discursos, porque, na prática, o Método Francês do Brasil seguiu, com seus princípios e doutrina militares, sendo oficializado e adotado pelo Brasil afora – mesmo havendo outros –, inicialmente, em 1921, por influência da Missão Militar Francesa e, posteriormente, com a chancela do Estado e dos militares, principalmente, permanecendo como método oficial até o final do Estado Novo.

Marcela Bruschi (2019) também chama nossa atenção para esse aspecto:

No momento em que o Método Francês era implementado no Brasil pela MMF [Missão Militar Francesa], havia o entendimento de que esse modelo, nutrido por práticas ecléticas, era uma grande síntese conhecida pelos militares brasileiros. Essa percepção não foi negada pelos militares franceses e nem pelos militares brasileiros, mais acentuada, compreendendo-se, assim, que o Método Francês poderia se adequar e se adaptar às diversas situações de escolarização e de formação de indivíduos encontrados no Brasil. (BRUSCHI, 2019, p. 194).

Assim, corroborando a autora, podemos inferir que “ao realizarem a abertura para os demais métodos”, os defensores do Método Francês, no Brasil, estavam agindo de forma estratégica, uma vez que, mesmo não excluindo “a possibilidade de estabelecer interlocução

²⁰¹ Jornal *Diario da Manhã*, Vitória – Estado do Espírito Santo, 16 de junho de 1932, p. 1.

com outros métodos”, não deixavam de afirmar a “institucionalização de um modelo centralizado no Método Francês” (BRUSCHI, 2019, p. 231). Assim sendo é que, no preâmbulo do *Regulamento Geral de Educação Física*, havia a seguinte informação: “Não sendo, pois, um regulamento nacional, a sua aplicação irá encontrar certas dificuldades que a Escola de Educação Física do Exército [...] irá remover, [...] fazendo a sua adaptação ao elemento nacional” (BRUSCHI, 2019, p. 231).

O trecho acima evidencia “uma preocupação em construir sentidos próprios para as práticas culturais que chegavam da França” (BRUSCHI, 2019, p. 231), ou seja, ao Método Francês elementos característicos da identidade nacional brasileira seriam incluídos. Sendo essa estratégia de apropriação e adaptação do Método Francês, no Brasil, uma função assumida pelos dos militares. Nessa perspectiva, conforme Bruschi (2019, p. 231), a adoção do Método Francês em terras brasileiras só foi possível devido à produção e elaboração de outras “leituras, interpretações e sínteses”. Nesse sentido, os militares

[...] não apenas promoveram a circulação ou o trânsito de elementos e saberes culturais novos, como também produziram novas configurações culturais deles resultantes. A operação dos agentes recaiu sobre o movimento de apropriação e reelaboração de sentidos, prescrições e práticas do Método Francês em experiências de escolarização no Brasil. (BRUSCHI, 2019, p. 231).

Vale ressaltar que, mesmo com essas estratégias postas, o que, de fato, interessava aos militares era o controle da educação física, era a disputa por seus sentidos e significados, era o desejo de se forjarem como os verdadeiros protagonistas do processo de construção da educação física nacional. Assim, “o objetivo era fazer de cada corpo individual”, via aplicação do Método Francês, “o corpo de um soldado, e com isso forjar o *corpo da nação*” (CASTRO, 1997, p. 77-78, *itálico do autor*). Essa era a principal contribuição atribuída à educação física, tanto pelos militares quanto pelo Estado, no período. Com isso, nesse processo, o Exército foi se fortalecendo enquanto “escola da nacionalidade”, gerando a ideia de que “a organização militar seria o modelo ideal para a organização da sociedade” (CASTRO, 1997, p. 78). Desse modo, seguiam os militares adentrando, cada vez mais, o meio civil, visto que, “aplicada inicialmente no âmbito da própria instituição, logo os militares projetaram a educação física sobre a nação” (CASTRO, 1997, p. 78). Junto a outras iniciativas, como a educação cívica e moral, por exemplo, a educação física também seguiu contribuindo para a criação do “novo homem brasileiro”, e, nessas trocas, a nação brasileira forjava-se.

5.2.2 *A Escola de Educação Física do Exército: a afirmação de uma pedagogia do Exército para a educação física brasileira*

HOMENS PARA O BRASIL!

Até ontem, limitávamo-nos ao narcisismo da Terra: “O Brasil tem a natureza mais bela do mundo! O Brasil é o paraíso do universo!”

O homem era aquilo que a pena de Rui, sublimando, com seu gênio verbal as trágicas documentações de Lobato sobre o Géca, pintava com a força e o colorido de um Goya: o monstro, consumido pelo amarelão, ventre timpânico, memória dormente, anestesiado pela inércia e pela doença. O homem era o contraste da terra. Era a nódoa da terra...

Hoje tudo vai mudando. Focalizado o problema, nosso patriotismo poz de lado o contemplativismo platônico, deixou de parte o lirismo, para, com sadia objetividade, reacionar no sentido de estabelecer uma harmonia entre o homem e o meio. A raça é capaz de todos os milagres. No Géca apalermado, modorrento, sobrava, indene, a fibra boa, o cerne não roído pela malária, pelo amarelão e, sobretudo, pela preguiça. Há, corrente em todos os espíritos, a nova senha: “Dêmos homens sadios para o Brasil!”

O higienista e o pedagogo associaram-se na dura empreitada. O quinino e o livro. A ginástica e a lição. O laboratório, a caserna e a escola.

Tenho uma vaga idéia dos contingentes paulistas que partiram para Canudos. A moral não era alta. O físico, porém, era pitoresco. [...] Agora o contraste: dia 15 de novembro de 1934, em S. Paulo. Um desfile! Que mocidade admirável! Os batalhões passam: uma parada de atletas no jôgo festivo de uma olimpíada? Não: é o Exército Nacional que marcha! “Homens”. Homens no sentido integral.

A compreensão salvadora do quanto vale a educação física, racionalizada pela técnica moderna, orientada pela especulação científica, foi a sábia e oportuna escultora dêsses [torsos] apolíneos, cuja viril beleza nos enche hoje de orgulho. [...].

O corpo sadio e forte, flexuoso e harmonioso é sempre atestado da presença de um espírito resoluto, lesto, capaz de entusiasmos e energia. Uma escola de educação física é um laboratório de saúde e de varonilidade. [...] A beleza de uma geração pode ser criada pelo treino e pela vontade paciente, dentro da festiva alegria dos ginásios, laboratórios que apuram as qualidades plásticas

*da Raça. Felizmente o Brasil, nas suas escolas, nas suas casernas, nas suas associações desportivas, preparou a usina humana, onde, em músculos treinados em corpos sadios, vai represando uma formidável energia, capaz de abrir novos horizontes aos destinos sempre mais gloriosos da nossa terra. Exemplo de quando pode êsse critério dá-o, hoje, o Exército Nacional. E cada soldado que marcha, firme, erecto, garboso, parece que leva, na expressão individual da própria fôrça, uma parcela da Pátria nos braços. Para o Futuro! Para a Vitória! Estamos, afinal, dando “homens” ao Brasil.*²⁰²

Em 19 de outubro de 1933, pelo Decreto nº 25.252, o Centro Militar de Educação Física foi transformado em Escola de Educação Física do Exército:

Creada a Escola de Educação Physica do Exercito
Disposições do decreto assignado pelo chefe do governo

Foi assignado decreto pelo chefe do governo provisorio, creando a Escola de Educação Physica do Exercito, com séde nesta capital, pela transformação do actual Centro Militar de Educação Physica, a qual terá por objectivo proporcionar o ensino do methodo de Educação Physica regulamentar; e orientar e diffundir a applicação do methodo; ficando directamente subordinada ao Estado Maior do Exercito. O commandante da Escola será official superior combatente, com o curso de educação physica ou que se tenha especializado no ensino, na organização ou na direcção da educação physica e será nomeado por decreto, sendo os demais officiaes nomeados pelo ministro da Guerra, mediante proposta do comandante.²⁰³

Ao que tudo indica, conforme Linhales (2006, p. 197), as críticas feitas pela Associação Brasileira de Educação, em 1929, sobretudo, fizeram com que os militares intensificassem o “projeto pedagógico para a Educação Física. E mais, muitas das prescrições pedagógicas e esportivas estabelecidas pelos educadores foram rapidamente incorporadas ao modo militar de fazer educação física no Brasil”. Instalada na Fortaleza de São João, a EsEFEx teve como seu patrono o Major Newton Cavalcanti, que foi merecedor dessa homenagem devido ao reconhecimento dos trabalhos realizados, anteriormente, como diretor do Centro Militar de Educação Física.

A criação da EsEFEx, segundo Ferreira Neto (1999, p. 51), representava “a consolidação das ações já em andamento no ‘velho’ Centro”. Desse modo, os objetivos determinados pelo CMEF, anteriormente, foram pela EsEFEx reforçados, quais sejam:

²⁰² REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1935a.

²⁰³ Jornal *Correio da Manhã*, 28 de outubro de 1933, p. 9.

proporcionar o ensino do método de educação física regular e orientar e difundir a aplicação do método, ou seja, “como seria natural”, o método em questão era o *Regulamento Geral de Educação Física*²⁰⁴.

Com essa nova denominação, a Escola de Educação Física do Exército, sob a direção do Major Raul de Vasconcellos²⁰⁵, continuava com a missão de preparar instrutores, mestres de armas, monitores de esgrima e médicos especializados para os estabelecimentos militares, e era responsável pela formação, “para fins não militares, de instrutores e monitores de educação física, recrutados no meio civil” (Decreto nº 25.252 – Art. 2º)²⁰⁶. Especificamente em relação à participação dos civis, ficou estabelecido que “na Escola de Educação Física do Exército seria permitida sua matrícula, mediante uma contribuição mensal e desde que se sujeitassem integralmente aos regulamentos em vigor” (Art. 3º)²⁰⁷.

Ainda de acordo com o Decreto nº 25.252, o plano de ensino²⁰⁸ da EsEFEx, “organizado pela comissão encarregada da elaboração do Regulamento da Escola de Educação Física, na Secção de Educação Física e Desportos”, compreendia os Cursos de “informações, de instrutores de educação física, de monitores de educação física, complementar de monitores de educação física, eventualmente, Cursos de instrutores e monitores civis, de revisão para instrutores e monitores” (Art. 32)²⁰⁹. Particularmente, o “Curso de instrutores e monitores civis, destinados aos professores federais e municipais ou outros civis que satisfaçam as condições exigidas para a matrícula”, tinha como finalidade “prepará-los para as funções de instrutores e monitores de educação física dos estabelecimentos civis de ensino” (Art. 41). Com duração de nove meses, os programas de ensino do “Curso de instrutores e monitores civis”, “semelhantes aos dos cursos de instrutores e monitores militares” (parágrafo único)²¹⁰, tinham como objetivo proporcionar aos referidos sujeitos o “conhecimento integral do método de educação física adotado no Exército, a capacidade pedagógica para agirem como orientadores do ensino da educação física das mais

²⁰⁴ MARINHO, 1945a, p. 9.

²⁰⁵ Raul de Vasconcellos permaneceu nesse cargo até 1936, quando foi substituído pelo Tenente-Coronel Octavio Saldanha Mazza. Já em 1940, a EsEFEx era dirigida pelo Coronel Amaral (*Jornal Correio da Manhã*, 21 de dezembro de 1940, p. 3).

²⁰⁶ MARINHO, 1945a, p. 9.

²⁰⁷ Como vimos anteriormente, a participação dos civis nos cursos do Centro Militar de Educação Física/Escola de Educação Física do Exército, já ocorria, pelo menos, desde 1929, primeiro, devido à contribuição de Fernando de Azevedo ao encaminhar professores públicos do Distrito Federal para, no CMEF, capacitarem-se e, na sequência, devido à participação de professores de outros Estados, tais como: São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia (*Jornal do Brasil*, 20 de fevereiro de 1936, p. 12).

²⁰⁸ Embora esse plano refira-se a 1932 e a EsEFEx tenha sido criada no ano seguinte, sabemos que o currículo por esta adotado era o mesmo do antigo Centro Militar de Educação Física.

²⁰⁹ REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1932, p. 4.

²¹⁰ REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1932, p. 6.

variadas classes de alunos” (Art. 34) e a “perfeição da execução de todos os exercícios prescritos no método” (Art. 37)^{211, 212}.

Quanto ao cumprimento dos regulamentos estabelecidos pelos militares aos civis, ele parece ter se efetivado, pois, no ofício que Fernando de Azevedo encaminhou ao diretor da Escola, indicando quinze professores civis para o Curso de 1933, constavam as seguintes regras:

- [...] nos deveres de cada professor, e com anuência escrita dos mesmos:
1. Cumprir rigorosamente os dispositivos do Regulamento do C.M.E.F.;
 2. Votar absoluto respeito aos seus superiores hierarquicos e tratar com inteira urbanidade, todos os colegas, especialmente os de outros Estados da Federação.
- (FERREIRA NETO, 1999, p. 52).

A EsEFEx representou, portanto, mais um canal de difusão da educação física preconizada pelos militares e, nesse sentido, ao implementá-la tanto para a tropa quanto para a sociedade civil, consolidava a “pedagogia do Exército” para a educação física brasileira (FERREIRA NETO, 1999). Reforçando esse aspecto, essa era uma das estratégias utilizadas pelos militares para manter a unidade de sua doutrina, a qual esteve diretamente conectada aos discursos de modernidade, progresso, eugenia, fortalecimento da raça, patriotismo e identidade nacional.

Estavam, assim, estabelecidas as bases que orientariam/controlariam a educação física brasileira, as quais seriam de responsabilidade dos militares. No ano de 1935, vimos também que o Ministro da Guerra enviou ao Ministério da Educação o Capitão Ignácio de Freitas Rolim, para discutir as possibilidades de um trabalho conjunto no que se referia à educação física nacional. De acordo com Horta (1994, p. 68), o Ministério da Educação acolheu essa parceria, chegando, inclusive, Gustavo Capanema a afirmar que, sendo um conhecedor e apreciador da “obra já realizada pelo Exército no tocante à educação física”, estava pronto a contribuir “para que ela mais se [desenvolvesse], em ligação com os trabalhos idênticos, que [devessem] ser realizados nos institutos civis de ensino”.

Nesse período, o que se discutia no Ministério da Educação era a elaboração do Plano Nacional de Educação e a reforma do próprio Ministério. Com relação ao primeiro assunto, não houve participação direta dos militares (HORTA, 1994). Porém, vale, aqui, lembrarmos dois ocorridos. O primeiro é que, mais ou menos nesse mesmo período, a

²¹¹ REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1932, p. 5.

²¹² Para conhecimento das disciplinas ofertadas, ver Apêndice H. Cabe ainda informar, conforme Fonseca (2020), que a sistematização dos Cursos perdurou durante duas décadas.

Associação Brasileira de Educação também buscava formular um Projeto para a Educação Física Nacional e, também, discutia diretrizes para o Plano Nacional de Educação – sem contar que também o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932) já havia sido lançado. Já o segundo é que, no ano de 1936, o mesmo Capitão Ignácio Rolim assumiu a presidência da “Secção de Educação Physica e Hygiene” do departamento carioca da ABE, justamente após a realização do *VII Congresso Nacional de Educação*, que teve como temática central a educação física. Isso quer dizer que os militares, no decorrer dos anos 30, estavam ocupados em controlar e orientar a educação física, conferindo-lhe uma unidade de doutrina, tanto no âmbito das tropas quanto no das escolas civis, e, para isso, fizeram-se presentes tanto no Ministério da Educação quanto na Associação Brasileira de Educação, lugares esses onde a educação física vinha sendo debatida e forjada²¹³.

5.2.2.1 Os militares “invadem” as escolas civis: os Cursos de Emergência destinados à formação de professores de educação física

A partir da promulgação da Constituição de 10 de novembro de 1937, pela qual a obrigatoriedade da educação física não só foi reforçada no ensino secundário mas também estendida ao primário e ao normal, a Escola de Educação Física do Exército percebeu a necessidade de “apressar” a formação de professores e médicos especialistas. Assim, além dos cursos voltados à formação de monitores e instrutores de educação física, para os quais também os civis podiam se matricular, a partir de outubro de 1938, a EsEFEx passou a acolher também o *Curso de Emergencia*²¹⁴:

Funcionamento de um curso de emergencia na Escola de Educação Física

O ministro da Guerra, depois de se entender com os inspetores gerais do Ensino do Exército, autorizou o funcionamento, na Escola de Educação Física do Exército, durante o corrente ano do curso de emergencia, destinado à formação de professores e médicos especializados nos moldes indicados pela mesma Inspeção. O projeto de instrução e programa do referido curso serão elaborados na citada escola.²¹⁵

²¹³ Nas Seções seguintes, veremos que, para além desses lugares, os militares também assumiram a direção de outros, cuja finalidade era justamente a regulamentação, orientação e fiscalização da educação física brasileira. Referimo-nos, primeiro, à Divisão de Educação Física, criada pelo Ministério da Educação e Saúde, em 1937, que terá como seu diretor o Major João Barbosa Leite, e, segundo, à Escola Nacional de Educação Física e Desportos, criada em 1939, que seguirá o mesmo regulamento da Escola de Educação Física do Exército.

²¹⁴ ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, 1942, p. 55.

²¹⁵ Jornal *A Noite*, 25 de outubro de 1938, p. 18.

Criado a partir da parceria estabelecida entre o Ministério da Guerra, via EsEFEx, o Ministério da Educação e Saúde, via Divisão de Educação Física, e o Instituto de Educação do Distrito Federal e tendo como seu diretor Tarso Coimbra²¹⁶, o *Curso de Emergencia* cumpriria a função de formar, em um curto espaço de tempo, o maior número possível de professores de educação física e médicos especializados para atuarem nas escolas estaduais e municipais, tanto no Rio de Janeiro quanto nos demais Estados²¹⁷. Com essa formação, esses professores estariam capacitados a uniformizar o método de ensino em todo o país, isto é, a divulgar o Método Francês. No *Curso de Emergencia*, cada turma seria composta de duas seções: a masculina, funcionando na própria EsEFEx, e a feminina, no Instituto de Educação²¹⁸.

O Curso de Emergência foi uma marcha forçada. A carência imediata de técnicos não permitia cursos mais dilatados. E foi assim que os Snrs. Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, Dr. Abgar Renault, Diretor do Departamento Nacional de Educação e o Major Barbosa Leite, Diretor da Divisão de Educação Física, todos patrioticamente empenhados no preparo rápido de professores capaz de atender á grande necessidade nacional, deliberaram a instalação dos Cursos de Emergencia de Educação Física.²¹⁹

Sua inauguração representou para a EsEFEx um momento “de justa ufania”, uma vez que reforçava a ideia de que essa Escola não era um “centro de educação restrito aos seus cursos que [funcionavam] dentro dos seus muros”; era antes “um centro de difusão e assistência” do qual se irradiava “os princípios, os conselhos e o método para a educação física da mocidade brasileira”. O curso que ali se instalava iniciou um “período promissor”, pois significou uma “feliz colaboração entre o Ministério da Educação e o da Guerra em matéria que a ambos [interessava] de muito perto – a instrução e a educação da juventude pátricia”. Com isso, “na obra educativa de um país extenso como o Brasil, e ainda com um equipamento incipiente nesse sentido, o papel das fôrças armadas terá que ser considerado na sua merecida conta”.²²⁰

Na solenidade de abertura do *Curso de Emergencia*, o Ministro Gustavo Capanema foi saudado pelo General Pedro Cavalcante de Albuquerque, o qual salientou que a

²¹⁶ Em 1938, Tarso Coimbra era “Assistente Técnico” na Divisão de Educação Física.

²¹⁷ Foram professores e professoras no *Curso de Emergencia*: Hermilio Gomes Ferreira, Dr. Waldemar Areno, Dr. Paulo Frederico Figueiredo de Araújo, Cap. Orlando Eduardo da Silva, Cap. Horacio Gonçalves e Prof. Tarso Coimbra – a maioria funcionários da Divisão de Educação Física; o ensino prático foi ministrado pelas professoras Luiza [ilegível], Odette Pereira da Silva, Ruth Pereira da Silva, Branca Margarida Hamilton Leal e pelo Cap. [Ilidio] Fontoura (EDUCAÇÃO FÍSICA, 1939, p. 38).

²¹⁸ EDUCAÇÃO FÍSICA, 1939, p. 40.

²¹⁹ EDUCAÇÃO FÍSICA, 1939, p. 38.

²²⁰ CAVALCANTE, 1939, p. 1.

instalação de tal curso abria “novas perspectivas á educação física no Brasil”²²¹. Na sequência, enfatizou a figura do Ministro da Educação,

[...] que tão segura compreensão vinha revelando do problema de tal magnitude, congratulando-se com o Ministério da Educação por mais essa oportunidade de estreitamente colaborarem esse Ministerio e o da Guerra, em beneficio de tão grande causa nacional.²²²

Gustavo Capanema, em agradecimento às palavras do General, iniciou sua fala dizendo que “todo o problema de ensino continuava sendo o da preparação de professores”, mas via “com grande jubilo” a Divisão de Educação Física iniciar suas atividades, as quais tinham como objetivo o cuidado com a “formação de professores, os quais, tecnicamente preparados”, possibilitariam ao governo dar “ao povo brasileiro a unica fórma de educação realmente compreensível, isto é, a educação integral”. Na sequência, “passaram todas as autoridades a presenciar os exercicios de elementos” da EsEFEx e, posteriormente, visitaram as suas instalações. Ao final, Capanema declarou que “renovava com prazer aqueles justos conceitos” e que aquele momento representava um “vivo atestado da grande obra que o Exercito” vinha “realizando e [uma] prova segura do espirito de sobriedade, de metodo e de segurança com que seus dirigentes [levavam] a cabo os seus empreendimentos”.²²³

A primeira turma do *Curso de Emergencia* iniciou-se em dezembro de 1938 e contou com a matrícula de 300 alunos e alunas, os quais foram “submetidos a rigorosas provas”²²⁴. Desse total, formaram-se 109 professoras de educação física²²⁵. Embora não saibamos precisar o número exato de alunos e alunas matriculados separadamente e, além disso, se esses 191 alunos restantes todos eram homens, sabemos que, ao final do curso, em maio de 1939, formaram-se “165 professores e 78 médicos, de ambos os sexos”²²⁶ e que os alunos e as alunas que tinham ficado “dependentes de uma materia” ou que tinham sido reprovados foram autorizados pelo Ministro da Educação a fazerem “exames em segunda época”²²⁷.

²²¹ *Jornal do Brasil*, 13 de dezembro de 1938, p. 11.

²²² *Jornal do Brasil*, 13 de dezembro de 1938, p. 11.

²²³ *Jornal do Brasil*, 13 de dezembro de 1938, p. 11.

²²⁴ *Jornal do Brasil*, 13 de dezembro de 1938, p. 11.

²²⁵ *Jornal A Noite*, 31 de maio de 1939, p. 1.

²²⁶ ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, 1942, p. 55.

²²⁷ *Jornal A Noite*, 31 de agosto de 1939, p. 2; *Jornal Correio da Manhã*, 7 de setembro de 1939, p. 7.

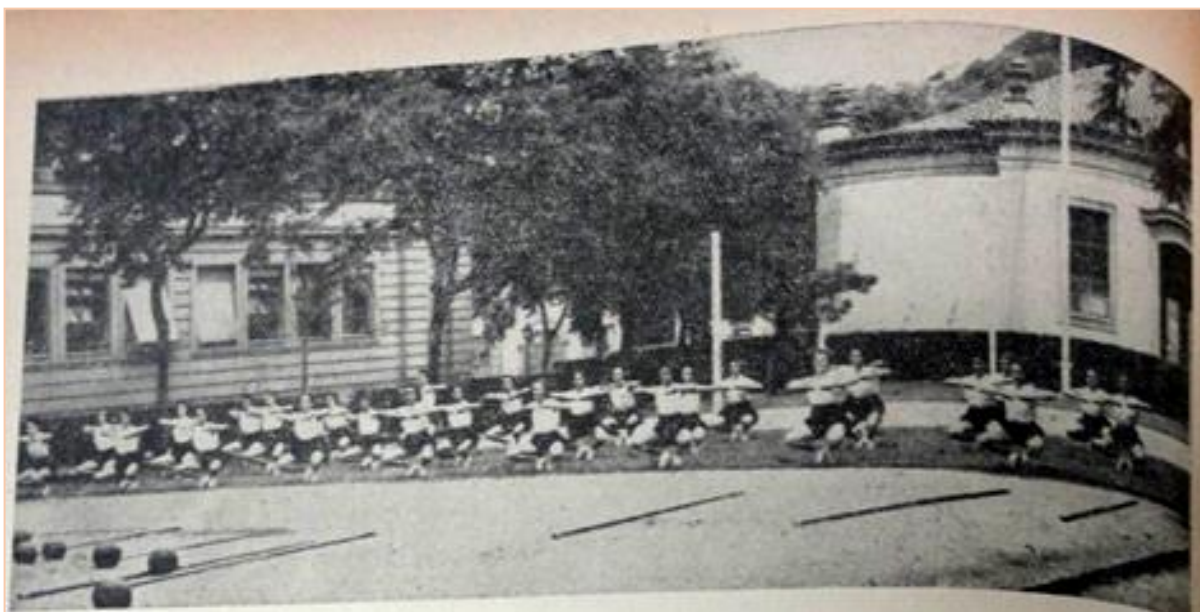


FIGURA 4 – Aula de ginástica feminina no Estádio do Instituto de Educação

Fonte: EDUCAÇÃO FÍSICA, 1939, p. 40.

A formação ofertada pela EsEFEx a civis, nos anos de 1938 e 1939, conforme Ferreira Neto (1999, p. 149), não significou a “desmilitarização da área”. Pelo contrário, representou a extensão do controle militar no ensino da educação física nas escolas, em cursos de formação profissional e também em instituições não escolares. Como evidência dessa extensão, em 20 de junho de 1939, foi publicado no *Jornal do Brasil* – coluna *Noticias dos Ministerios* – uma mensagem do Departamento Nacional de Educação, do Ministério da Educação, informando que, no dia anterior, esse Departamento havia promulgado a Portaria nº 275²²⁸, a qual estabelecia o seguinte:

O Diretor Geral, considerando que os medicos e professores que concluíram, em Maio ultimo, os cursos de educação fisica instituídos pelo Ministerio da Educação e Saude e os anteriormente diplomados pela Escola de Educação Fisica do Exercito, vêm possibilitar no Distrito Federal a rigorosa observancia das disposições do artigo 9º do decreto n. 21, 241, de 4 de abril de 1932.

Resolve determinar que, a partir de 1º de Julho proximo, nos estabelecimentos de ensino secundario do Distrito Federal, seja exigida para as aulas de educação fisica, a assistencia efetiva de professores e medicos, ambos especializados, devendo ser ministradas por professoras destinadas ao sexo feminino.

Os estabelecimentos que não cumprirem as determinações da presente portaria ficarão sujeitos ás penalidades previstas pelo artigo 57 do citado decreto.²²⁹

²²⁸ *Jornal do Brasil*, 20 de junho de 1939, p. 14.

²²⁹ *Jornal do Brasil*, 20 de junho de 1939, p. 14.

Além dessa determinação, o Decreto-Lei nº 1.380, de 28 de junho de 1939, estendeu “aos alunos do Curso de Emergência de Educação Física as regalias dos licenciados em educação física e dos médicos especializados em educação física e desportos”²³⁰. Além disso, ainda em 1939, começaram a surgir, nos jornais, anúncios informando que “instrutores diplomados pela Escola de Educação Física do Exército e registrados no Departamento de Educação” começavam a “oferecer seus préstimos a estabelecimentos de ensino e particulares”, os quais também se encarregariam da “confecção de fichas biometricas, etc.”²³¹.

Assim, como doutrina militar, a educação física era regulamentada. Inspirada no *Regulamento nº 7*, a tentativa era a de “captar a doutrina pedagógica do Exército aplicada à Educação Física na tropa”, sendo também “razoável concluir que o caminho da Educação Física da ‘caserna à escola’ civil tenha aberto algumas ‘fendas’ no aludido Regulamento, na forma em que foi aplicado à tropa no Brasil” (FERREIRA NETO, 1999, p. 58). Portanto, o objetivo central da EsEFEx era

[...] colocar em relevo um projeto pedagógico para a Educação Física, construído sob a chancela dos militares, mas que não lhes pertence exclusivamente, pois vai além do que a Doutrina do Exército possibilita na tropa. Entretanto, é o que se vai materializar na sociedade civil. (FERREIRA NETO, 1999, p. 58).

Nessa perspectiva, muitos professores civis, médicos e funcionários ligados ao Estado passaram a enfatizar o viés militar da educação física e o papel importante que essa atividade exercia na defesa nacional. Um exemplo é a mensagem do Dr. P. F. Ribeiro, Chefe do Departamento de Educação Física do Instituto Rabello, na qual ele afirmou que a indicação do Método Francês, prevista na Portaria Ministerial de 30 de junho de 1931, “seguido em suas linhas gerais pela benemérita Escola de Educação Física do Exército, como o orientador da nossa educação física escolar realizou, além de uma escolha felicíssima, uma uniformização indispensável”²³². Assim, corroborava o Doutor a uniformização do ensino proposta pelos militares, bem como reforçava a sua unidade de doutrina.

Todavia, esse processo não se deu sem resistências. Entre os civis, “embora a conjuntura política nacional não favorecesse de forma alguma a demonstração de divergências”, principalmente porque o Ministério da Educação, via Gustavo Capanema, demonstrava plena concordância, o poderio militar sobre a educação física não deixou de encontrar críticos (CASTRO, 1997, p. 13). Sendo a ABE uma das primeiras entidades civis a

²³⁰ EDUCAÇÃO FÍSICA, 1942, p. 43.

²³¹ *Jornal do Brasil*, 09 de abril de 1939, p. 28.

²³² EDUCAÇÃO PHYSICA, 1938, p. 12.

se posicionar contrária à doutrina militar que se instituía, outros exemplos vinham de outros Estados, nos quais os cursos promovidos, mesmo a partir da instalação da EsEFEx, seguiam outros modelos pedagógicos.

Em Minas Gerais, por exemplo, em 1935, ficou evidente que, orientando-se principalmente pela concepção de educação física forjada no âmbito da Associação Cristã de Moços e, desse modo, fazendo “apologia ao método calistênico”²³³, o Método Francês, “apesar de instituído como norma pelo Ministério da Guerra” e contando com o apoio do Ministério da Educação, “não era unanimidade entre seus professores e dirigentes” (FIGUEIREDO, 2016, p. 100). Esse foi também o caso “do curso intensivo para professoras normalistas, realizado também em Minas, proposto por Renato Eloi de Andrade”, então Inspetor de Educação Física do Estado, o qual afirmava que esse curso tinha como finalidade “preparar intelectual e tecnicamente as professoras, capacitando-as a bem desempenharem as funções do magistério mineiro sob orientação moderna e científica” (FIGUEIREDO, 2016, p. 89).

Em São Paulo, ainda no ano de 1935, também, outro setor da educação física buscou orientações pedagógicas em outra direção. Instituído o “Serviço Municipal de Jogos e Recreio”, que, posteriormente, foi substituído pela “Divisão de Educação e Recreio do Departamento de Cultura” – e aí está um dado interessante, uma vez que tal serviço não pertencia ao Departamento Nacional de Educação, mas, sim, ao da Cultura – e “ao qual eram atribuídos os parques da municipalidade”, este tomava “por base a orientação americana para a educação física das crianças”, e esta, por sua vez, era “baseada por excelência na recreação”²³⁴.

O Exército, ciente dessa situação, resolveu regularizar os modos como a educação física vinha sendo sistematizada. Ao tomar essa decisão, a EsEFEx passou a legitimar saberes oriundos de outros lugares, mas que também eram reconhecidos como produtos de conhecimento no que se referia à formação de professores de educação física. Assim, os militares, mesmo optando por estabelecer um caminho diferente da sua unidade de doutrina, seguiram mantendo o controle da educação física. Figueiredo (2016, p. 100) afirma que “essas revalidações vão além da tentativa de enfrentar a ausência de legislação que regulasse a prática da Educação Física em nível nacional” e que, além disso, representavam, na verdade,

²³³ MARINHO, 1945a, p. 9.

²³⁴ MARINHO, 1945a, p. 10.

“uma fragilidade institucional da Educação Física”, a qual, também, vinha se constituindo em meio a uma diversidade de práticas e de concepções acerca do que ela deveria ser.

Com essa interpretação, a autora, de certo modo, contrapõe-se aos argumentos apresentados por Ferreira Neto (1999), para o qual os Estados e Municípios só conseguiram legitimar suas rubricas acerca da educação física, ao longo do governo de Getúlio Vargas e, sobretudo, a partir do Estado Novo, com a promulgação da Constituição de 10 de novembro 1937, a qual tornou os exercícios físicos obrigatórios em todos os estabelecimentos de ensino, e isso se dava, segundo o autor, pela primeira vez na história constitucional do Brasil.

Acreditamos que os argumentos defendidos por ambos os autores sejam válidos e que não se contrapõem, como sugere Figueiredo (2016). Pelo contrário, eles se complementam. Como foi nossa intenção, até o momento, evidenciar que a educação física brasileira, entre as décadas de 1920 e 1930, sobretudo, vinha se constituindo em um campo permeado por embates, disputas de sentidos e significados, verificamos que, por assim ser, ela foi passível de negociações, avanços e retrocessos. Isso ocorreu tanto no âmbito da ABE, que defendia a necessidade de criação de um Método Nacional de Educação Física, negando, desse modo, a adoção do Método Francês, quanto no âmbito das instituições controladas pelo Exército, as quais, por mais que sustentassem o discurso de que a educação física por lá pautava-se no Método Francês, mostraram que a diversidade de práticas também no Exército esteve presente, uma vez que o Método Francês adotado no país comportava certo ecletismo, corroborando, assim, a Tese defendida por Bruschi (2019). Nesse ínterim, o Exército, via Ministério da Guerra, estabelecia parcerias junto ao Ministério da Educação e Saúde, tendo Gustavo Capanema como porta-voz direto do Estado e apreciador dos trabalhos que vinham desenvolvendo no campo da educação física.

Desse modo, é plausível reconhecermos que essas revalidações, para utilizar o termo de Figueiredo (2016), foram, na verdade, uma tentativa dos militares de, mais uma vez, controlar a educação física e, nesse caso específico, controlar a formação de professores. Portanto, não podemos negar que também os militares contribuíram para a constituição da educação física brasileira, no decorrer dos anos 30, uma vez que grande parte dos professores era militar, e, além disso, a maioria dos civis foi por eles formada, ou na Escola de Educação Física do Exército ou em cursos ministrados em diversos outros Estados, os quais seguiam o padrão de ensino militar.

5.2.3 A Divisão de Educação Física: novos e promissores horizontes se abrem para o problema da educação physica nacional²³⁵

RECENTEMENTE, agigantou-se a nossa satisfação, por vermos que, em uma das Casas do Poder Legislativo, transita um projecto referente á regulamentação da educação physica no Brasil e a criação de organismo dirigente.

Um paiz vasto como o nosso, com o typo racial ainda por definir-se, sobre o influxo de varios factores, e intercorrença de elementos diversos, necessita, obrigatoriamente, da educação physica e deve cuidar, com o mais vivo interesse, da eugenia do Homem. E' indispensavel haver uniformidade de methodos e, sobretudo, seleção dos mais racionaes e producentes, o que nem sempre se tem verificado.

*Os nossos ardentes votos são para que o projecto receba aprovação tão breve quanto seja possivel e entre em execução, para que, dentro de um decennio, possamos orgulhar-nos de ver uma juventude forte, robusta, destemida, desenvolvida sadiamente graças á educação physica, que tambem é admiravel escola de cavalheirismo.*²³⁶

A mensagem publicada no Editorial da revista *Educação Physica*, em 1937, anunciou, de maneira entusiasmada, o trâmite de “um projecto referente á regulamentação da educação physica no Brasil e a criação de organismo dirigente”, visto que era “indispensavel” que houvesse “a uniformidade de methodos e, sobretudo, a seleção dos mais racionaes e producentes”, o que nem sempre vinha sendo “verificado”²³⁷. O órgão dirigente mencionado era a Divisão de Educação Física, que, criada pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, seria responsável por administrar as atividades relativas à educação física, recomendando e fazendo “adotar nos estabelecimentos de ensino secundario o Método Francês” (Art. 12)²³⁸. Assim, o objetivo de estabelecer a unidade de doutrina militar, a qual, inicialmente, foi preconizada pelo Centro Militar de Educação Física e, na sequência, pela Escola de Educação Física do Exército, com a criação da DEF, foi, mais uma vez, reforçado.

Estabelecida após a reforma do Ministério da Educação e da Saúde, a qual extinguiu, definitivamente, a possibilidade de criação da Inspetoria Geral do Ensino

²³⁵ Jornal *Correio da Manhã*, 22 de janeiro de 1938, p. 3.

²³⁶ *EDUCAÇÃO PHYSICA*, 1937a.

²³⁷ *EDUCAÇÃO PHYSICA*, 1937a.

²³⁸ MARINHO, 1945, p. 10.

Emendativo, que, como vimos, seria coordenada por militares, a princípio, essa “porta se fechou”. No entanto, “outra se abriu”, visto que aos militares foi confiada a organização e a direção da DEF. Desse modo, também através desse órgão dirigente, os militares continuariam no controle, organizando a educação física, sobretudo a escolar, tendo como seu diretor o Major João Barbosa Leite. Tal colaboração foi solicitada diretamente por Gustavo Capanema ao Ministro da Guerra, em abril de 1937, “em nome da segurança nacional”, sendo este “um serviço a mais que o Ministério da Guerra [prestaria] à causa da educação nacional” (HORTA, 1994, p. 69).

Em maio de 1937, o Major Barbosa Leite assumiu a direção da Divisão de Educação Física²³⁹. Instalada no “7º andar do Edifício Regina”²⁴⁰, a DEF exerceria “sua função em todo o território nacional, por meio das delegacias federais de educação”, as quais tornariam efetiva “a colaboração entre os serviços educacionais da União e dos Estados”²⁴¹. Como “órgão técnico-administrativo de educação física”, suas finalidades eram:

- I – difundir e aperfeiçoar a educação física e os desportos, a fim de contribuir para melhoria das condições de saúde e de educação do povo;
- II – realizar estudos que permitam estabelecer as bases da educação e da recreação física no país;
- III – estabelecer normas, programas e construções metodológicas, para a educação física nos diferentes graus e ramos de ensino;
- IV – orientar e fiscalizar o funcionamento das escolas de educação física que lhe forem subordinadas, nos diferentes graus e ramos de ensino;
- V – promover a criação dos centros de educação física orientar e fiscalizar seu funcionamento;
- VI – incentivar a formação e promover o aperfeiçoamento de profissionais especializados em educação física e desportos.²⁴²

Além disso, também ficaria incumbida de “manter uma publicação periódica, intitulada ‘Boletim da D.E.F.’ destinada à divulgação de assuntos relativos à educação física” (Art. 18 – Decreto nº 40.296). Em relação aos “pareceres, informações, relatórios,

²³⁹ O Major João Barbosa Leite, naquele período, já era considerado um importante sujeito para a educação física. Além de ter se envolvido, no decorrer da década de 1920, no desenvolvimento e na difusão da educação física na Escola de Sargentos de Infantaria, ele, nesse mesmo período, também foi autor de um manual de instrução física, junto ao Tenente Jair Dantas Ribeiro.

²⁴⁰ A instalação da Divisão de Educação Física nesse local, situado à Rua Alcindo Guanabara, foi improvisada. Na sequência, ela foi transferida para o Edifício Martineli, na Av. Rio Branco, “e, mais tarde, em acomodações próprias, mas ainda insuficientes”, para o Palácio da Educação (BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1957, p. 14-15).

²⁴¹ REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1937.

²⁴² Essas informações foram extraídas de seu Regimento, que pode ser lido, na íntegra, no *Portal de Legislação* (DECRETO Nº 40.296, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1956. *Aprova o Regimento da Divisão de Educação Física, do Ministério da Educação*. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/94490-aprova-o-regimento-da-divisao-de-educacao-fisica-do-ministerio-da-educacao.html>. Acesso em: 23 jun. 2019.).

representações e demais atos oficiais da Divisão”, estes só poderiam “ser divulgados com a autorização do Diretor (Art. 19 – Decreto nº 40.296), podendo este “valer-se da colaboração de outros órgãos do Ministério para a fiscalização de estabelecimentos de ensino, mediante entendimentos dos respectivos diretores” (Art. 20 – Decreto nº 40.296) e, “enquanto não [dispusesse] de pessoal especializado suficiente para orientar e fiscalizar a educação física em todo território nacional”, a DEF poderia “promover convênios” com os “governos estaduais” (Art. 21)^{243, 244}.

Como ações imediatas, ainda em janeiro de 1938, a DEF

[...] projectou a criação da Escola Nacional de Educação Physica e do Instituto Nacional de Educação Physica, a primeira com a finalidade principal de formar pessoal technico habilitado para o ensino e o segundo com missão fundamental de realizar pesquisas em torno da adaptação dos processos de cultura physica ao nosso meio, emfim, ambos visando facilitar as relações entre os órgãos technico-administrativos e os de ensino, com o proposito de estabelecer-se, em favor da educação physica nacional, um systema de muita cooperação scientifica e didactica.²⁴⁵

A DEF também colaborou, simultaneamente, com os estudos que visavam à organização da Universidade do Brasil, fornecendo os dados para o projeto de seu Parque Olímpico, onde se realizariam “as maximas festividades desportivas nacionaes e internacionaes”; além de sugerir modificações no “Plano Nacional de Educação”, no que se referia ao “conceito moderno da educação physica”²⁴⁶.

Fortalecendo-se enquanto órgão dirigente, a DEF teve registros profissionais pertencentes às seguintes instituições de ensino: Escola de Educação Física do Exército (72 instrutores, 35 médicos especializados e 181 monitores), Escola Superior de Educação Física do Espírito Santo (31 professoras e 11 professores), Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo (93 professoras e 67 professores), Escola Nacional de Educação Física e Desportos (15 licenciadas, 9 licenciados, 4 médicas, 31 médicos, 18 técnicos e 30 normalistas – 29 mulheres e 1 homem); além daqueles profissionais que se formaram no

²⁴³ Essas informações foram extraídas de seu Regimento, que pode ser lido, na íntegra, no *Portal de Legislação* (DECRETO Nº 40.296, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1956. *Aprova o Regimento da Divisão de Educação Física, do Ministério da Educação*). Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/94490-aprova-o-regimento-da-divisao-de-educacao-fisica-do-ministerio-da-educacao.html>. Acesso em: 23 jun. 2019.

²⁴⁴ Para conhecimento de seu quadro profissional de 1937 até o ano de 1945 (após a saída de Getúlio Vargas da presidência, a DEF sofreu algumas modificações, como veremos no Segundo Momento desta Tese), ver Apêndice I.

²⁴⁵ *Jornal Correio da Manhã*, 22 de janeiro de 1938, p. 3.

²⁴⁶ *Jornal Correio da Manhã*, 22 de janeiro de 1938, p. 3.

Curso de Emergencia, de 1938 a 1939 (101 professoras, 58 professores, 8 médicas especializadas e 51 médicos especializados)²⁴⁷.

Enquanto órgão fiscalizador e tendo sob sua responsabilidade a orientação e regulamentação da educação física em todo o território nacional, a DEF, por vezes e em diferentes momentos, para se legitimar, recorria a figuras que, naquela época, já tinham marcado a história da educação física no Brasil, dentre as quais destacamos: Rui Barbosa, Jorge de Moraes e Fernando de Azevedo.

Para a DEF, Rui Barbosa era considerado um “vulto exponencial da cultura brasileira”, o qual “se fez Pioneiro nº 1 da Educação Física e maior credor tanto de nosso respeito, quanto de nossa gratidão”²⁴⁸. Sua memória era invocada, principalmente, para fazer lembrar ao Estado a sua obrigatoriedade em cumprir “os indicativos pedagógicos por ele propostos no Parecer de quase sessenta anos antes”, uma vez que, apesar da obrigatoriedade da educação física, definida por lei, em todos os estabelecimentos de ensino, esta, ainda nos anos de 1930, permanecia “em processo de consolidação no Brasil” (FIGUEIREDO, 2016, p. 33). Diante disso, nada seria mais legitimador do que trazer os ensinamentos de Rui Barbosa “como forma de ‘orientar os passos e clarear os caminhos’” de uma educação física que visava ser “devidamente escolarizada”, tal como se almejava a DEF (FIGUEIREDO, 2016, p. 33).

Jorge de Moraes também era, pela DEF, muito lembrado. Segundo Inezil Penna Marinho, Jorge de Moraes, ingresso na política, primeiro, como Deputado Federal por duas legislaturas, pelo Estado do Amazonas, e, depois, como Senador, distinguiu-se no Congresso Nacional pelo seu “interesse pelas questões educacionais de nosso povo e principalmente no que diz respeito à sua educação física e às condições de higiene”. Do mesmo modo que Rui Barbosa, Jorge de Moraes também foi, pela DEF, considerado um “símbolo para a educação física no Brasil”, estando ambos “ligados pelos mesmos ideais, pelo mesmo desejo de servir o Brasil, pela mesma compreensão de nossos problemas educacionais, pelo mesmo destino inglório que tiveram seus magníficos trabalhos, demasiadamente avançados para a época em que viveram”.²⁴⁹

De Jorge de Moraes, Inezil rememorou o projeto por ele apresentado, em 1905, na Câmara dos Deputados, tendo sido esse projeto retomado anos depois, em 1927. Naquela ocasião, o Deputado ressaltou a necessidade de criação de “duas escolas de educação física,

²⁴⁷ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1941, p. 91-108.

²⁴⁸ LEITE, 1949, p. 4.

²⁴⁹ DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947, p. 10-15.

sendo uma militar e outra civil”, e também a necessidade de o governo instituir “a prática da ginástica suéca e os jogos ao ar livre nos seguintes estabelecimentos: Ginásio Nacional, Colégio Militar e Escolas de Aprendizes de Marinheiros”. Embora aprovado, “êsse projeto nunca foi posto em execução”. De todo modo, na concepção da DEF, tantos os pareceres de Rui Barbosa quanto o projeto de lei de Jorge de Moraes eram importantes documentos para a educação física brasileira e, ao invocar seus nomes, conferiam legitimidade à história da educação física, a qual almejava forjar.²⁵⁰

Fernando de Azevedo, por sua vez, também era ressaltado pela DEF, especialmente por Inezil Penna Marinho, em diversos textos que este publicou nas revistas especializadas da área. Como professor, escritor e Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1927-1930) e de São Paulo (1933), Fernando de Azevedo contribuiu, desde a década de 1920, para o debate acerca da necessidade da formação de professores, inserindo, assim, a educação física no plano geral da educação. Como Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal, em 1928, ele implementou uma ampla reforma educacional na Capital da República e, posteriormente, como Diretor Geral da Instrução Pública de São Paulo, participou ativamente da fundação da Universidade neste Estado. Além disso, preocupando-se com a formação do professorado em educação física, como vimos anteriormente, Azevedo enviou professores primários para se especializarem nos cursos ofertados pela Escola de Educação Física do Exército, a qual, até então, era considerada a instituição mais capacitada para esse fim.

A reforma educacional proposta por Fernando de Azevedo previu a criação de uma Escola Profissional de Educação Física destinada à formação de professores para os estabelecimentos de ensino no Distrito Federal. Todavia, tal como ocorreu com Rui Barbosa e Jorge de Moraes, também seu projeto não alcançou êxito, pelo menos não no âmbito oficial, fazendo com que Azevedo o retomasse em 1932, no *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, do qual foi seu redator e o qual propunha uma completa renovação educacional.

Corroborando Figueiredo (2016), esses três sujeitos, em comum, tiveram projetos que visavam à formação de profissionais especializados: Rui Barbosa, no final do século XIX; Jorge de Moraes e Fernando de Azevedo, nas duas primeiras décadas do século XX. Assim, ao longo de suas trajetórias, constituíram-se como autoridades pertencentes à história da educação física brasileira. Tanto que as suas produções – pareceres, projetos de lei e obras – são constantemente citadas nas publicações tanto da DEF como dos artigos das revistas

²⁵⁰ DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947, p. 10-15.

especializadas da área de educação física, constituindo-se, assim, como documentos históricos, fundadores de uma história da educação física nacional, à qual, também, a DEF almejava dar sua parcela de contribuição. Isso nos diz que a DEF, ao “vivificar” Rui Barbosa e trazer os pensamentos defendidos por Jorge de Moraes e Fernando de Azevedo, intentava forjar uma “história da Educação Física representativa, a partir da produção e da memória desses atores” (FIGUEIREDO, 2016, p. 41). Além disso, visava disseminar valores e normas, legitimadas por um passado reconhecido, para a educação física nacional, e, desse modo, essas vozes “do passado” legitimavam “as práticas do presente”.

5.2.3.1 Encaminhamentos dados pela DEF: a regulamentação, orientação e fiscalização da educação física em território nacional

Preocupada com a regulamentação da educação física no Brasil, a DEF iniciou, a partir de sua fundação, a produção de uma série de textos que, sob o tom de denúncia, afirmava que, até aquele momento, pouco se havia feito, sobretudo, em relação à formação de professores de educação física. Incumbido dessa tarefa, Inezil Penna Marinho publicou, em diversos impressos, uma série de reportagens, intitulada *Evolução*, em que ele narrava os feitos e também os não feitos na área, até aquele momento – anos finais da década de 1930 e início da década de 1940. Denunciando que o problema da educação física ainda estava posto, Inezil, para resolvê-lo, reforçava o importante lugar ocupado pela Divisão de Educação Física, a qual vinha, nesse processo, desenvolvendo ações fundamentais, e, além disso, enfatizava a importante iniciativa do Estado Novo ao criar esse órgão federal, responsável pela regulamentação e fiscalização da educação física, em nível nacional.

A educação física considerada como um problema nacional, até a Constituição de 1937, assim se apresentava numericamente, ou seja, no que se referia aos recursos destinados à sua organização, ao material e ao pessoal, com os quais pudesse contar para que esse problema fosse solucionado:

Órgão federal especializado em educação física: 1 (Ministério da Educação).
Órgãos estaduais especializados em educação física: 5 (Espírito Santo, Pará, Paraíba, Paraná e São Paulo).
Órgãos municipais especializados em educação física: 2 (São Paulo e Distrito Federal).
Escolas federais de educação física: 2 (Exército e Marinha).
Escolas estaduais de educação física: 3 (Espírito Santo, 1 e São Paulo, 2).
Professores de educação física diplomados por escolas especializadas: 1.134.
Técnicos desportivos ou assemelhados, diplomados por escolas especializadas: 74.

Médicos especializados em educação física e desportos, diplomados por escolas de educação física: 47.

E a situação atual, expressa em números, é esta:

Órgãos federais especializados em educação física: 3 (Ministérios da Educação, Marinha e Aeronáutica).

Órgãos estaduais especializados em educação física: 12 (além dos anteriormente enumerados mais os da Bahia, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina).

Órgãos municipais especializados em educação física: 3 (Distrito Federal, São Paulo e Porto Alegre).

Escolas federais de educação física: 3 (Exército, Marinha e Universidade do Brasil).

Escolas estaduais de educação física: 8 (Espírito Santo, São Paulo, duas; Piauí, Pernambuco, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Escolas estaduais de educação física em organização: 2 (Bahia e Minas Gerais).

Professores de educação física diplomados por escolas especializadas até 31 de dezembro de 1943: 2.637.

Técnicos desportivos ou assemelhados, diplomados por escolas especializadas: 275.

Médicos especializados em educação física e desportos diplomados por escolas de educação física: 286.

Técnicos de educação especializados em educação física: 3.²⁵¹

Com a obrigatoriedade da educação física em todos os estabelecimentos de ensino e a respectiva regulamentação, como encaminhamento inicial, foi enviado pela DEF, em dezembro de 1937, ao Departamento Nacional de Educação, o “Projeto de Decreto-Lei”, que dispunha sobre a educação física e os desportos. Nesse Projeto, foram previstas a criação do Departamento Nacional de Educação Física e Desportos, com três divisões: uma voltada à educação física; a outra, ao desporto; e a terceira, à medicina especializada, e a criação do Conselho Nacional de Desportos, da Escola Nacional de Educação Física e do Instituto de Educação²⁵². Na sequência, algumas providências também foram tomadas para que se criasse o cargo de inspetor de educação física, pelo Ministério da Educação e Saúde, para que se fizesse a implementação de provas de habilitação, para provimento dos cargos de professor de educação física de todas as escolas técnicas mantidas pelo governo federal nos Estados, bem como para que houvesse a inclusão de uma “secção de Educação Física no Concurso para Técnicos de Educação”, para que estes demonstrassem “sobejamente a influência que a Educação Física [exercia] sobre os administradores do País”. No mesmo ano de 1938, a DEF iniciou a “organização de uma biblioteca especializada em educação física e assuntos correlatos”²⁵³.

Sobre a promoção de eventos, cursos, concursos e congressos da área, destacamos a realização dos que se seguem: o *Curso de Emergencia* (1938-1939) e o *Curso de*

²⁵¹ CIÊNCIA POLÍTICA, 1942.

²⁵² DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1941, p. 10-11.

²⁵³ DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1941, p. 16.

Informações (1938 e 1945); os “*Concursos de Trabalhos sobre Educação Física*, promovidos anualmente, a partir de 1940”; os *Concursos de Contribuições ao Método Nacional de Educação Física*, instituídos a partir de 1942 e realizados até 1944; e o *I e II Congressos Panamericanos de Educação Física*, o primeiro foi “levado a efeito em 1943”, no Rio de Janeiro, e o segundo foi, em 1946, realizado no México²⁵⁴.

Foram também importantes as publicações oficiais sobre educação física, editadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do Ministério da Educação e pela Divisão de Educação Física, sendo “distribuídas gratuitamente aos interessados”. Além dessas, tiveram seu lugar as palestras e as conferências

[...] promovidas principalmente, de um lado, pela Divisões de Educação Física do Ministério da Educação e de Aperfeiçoamento do Departamento Administrativo do Serviço Público e pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos e, de outro lado, pelas Associações Brasileiras de Educação e de Educação Física, Associação Cristã de Moços e Instituto Nacional de Ciência Política.²⁵⁵

Especificamente sobre os cursos promovidos ainda na década de 1930, o primeiro idealizado pela DEF foi o *Curso de Conferências*, realizado em junho de 1938, destinado a “inspetores federais de ensino, simultaneamente no Rio e em São Paulo”. Naquele momento, os objetivos principais da DEF eram informar aos inspetores sobre os “principais problemas da educação física em nosso país e esclarecer sobre o modo por que deveriam proceder relativamente às suas exigências de inspetoria”. As conferências desse curso foram “em número de três” e ficaram “a cargo dos próprios funcionários da Divisão”.²⁵⁶

Também no ano de 1938, instalou-se o já mencionado *Curso de Emergencia*, realizado de dezembro de 1938 a maio de 1939, que, como visto, teve o objetivo de formar, em um curto espaço de tempo, o maior número possível de professores e médicos especializados em educação física. Desse modo, “sentindo desde o início que a educação física não poderia ser levada avante sem pessoal habilitado para ministrá-la, a Divisão de Educação Física procurou remover o entrave que ameaçava paralisar a sua ação”²⁵⁷, representando, assim, mais uma parceria entre os Ministérios da Educação e da Guerra.

²⁵⁴ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945, p. 1. No Segundo Momento desta Tese, Seção 6, enfatizaremos as ações realizadas pela DEF a partir dos anos 40.

²⁵⁵ CIÊNCIA POLÍTICA, 1942.

²⁵⁶ CULTURA POLÍTICA..., 1944.

²⁵⁷ CULTURA POLÍTICA..., 1944.

5.2.4 *A Escola Nacional de Educação Física e Desportos e a formação de professores: “um abrandamento das estruturas da Escola de Educação Física do Exército”*²⁵⁸

A importância da criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos já vinha sendo anunciada/indicada há muito tempo²⁵⁹. Diante de várias indicações, em 27 de janeiro de 1939, Gustavo Capanema enviou uma carta ao Presidente da República, na qual fez uma “exposição de motivos” para que fosse, finalmente, criada a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Capanema iniciou seus argumentos pautando-se no art. 131 da Constituição de 1937, o qual estabelecia que a educação física fosse obrigatória em todas as escolas primárias, normais e secundárias, e mesmo naquelas em que, na ocasião, a sua prática ainda não era obrigatória, ela era aconselhada. No entanto, para que seus objetivos fossem alcançados, não bastava a promulgação de “leis e regulamentos dispondo sobre sua prática [da educação física] nas escolas” e nem mesmo a construção de “estádios, ginásios, piscinas e outras instalações próprias”. Era, sobretudo, necessário que existissem “professores instruídos, possuidores da ciência e da técnica dos exercícios físicos e capazes de os empregar como meios eficientes de melhorar a saúde e dar ao corpo solidez, agilidade e harmonia”.²⁶⁰

Por outro lado, Capanema também destacou que havia uma necessidade urgente de “elevar o nível dos desportos” no país. Também, por isso, tornava-se imprescindível a “preparação do pessoal técnico destinado a orientar e dirigir os desportos das diferentes modalidades”. Cabe ainda enfatizar que “tanto a educação física como os desportos não podiam ser praticados sem uma continuada assistência médica”, a qual, apenas, deveria “ser dada por médicos que se tenham especializado em educação física e desportos”. Diante disso, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos resolveria essa necessidade, uma vez que seria ela, “antes do mais, um centro de preparação de todas as modalidades de técnicos ora reclamados pela educação física e pelos desportos”. Nesse sentido, funcionaria “como um

²⁵⁸ MELO, 1996, p. 40.

²⁵⁹ Primeiramente, por Rui Barbosa, que, ainda no século XIX (Parecer de 1882), indicou a necessidade de construção de uma instituição destinada à preparação de professores. Já no século XX (1905), Jorge de Moraes também afirmou a necessidade de criação de duas Escolas, uma civil e uma militar, cujo objetivo seria a preparação de professores de educação física. Em 1929, a Associação Brasileira de Educação enfatizou essa mesma necessidade de criação de uma escola civil voltada à formação de professores, ao elaborar um parecer que fazia oposição à implementação do anteprojeto proposto pelo Ministério da Guerra para a educação física nacional. Na sequência, no ano de 1935, durante a realização do *VII Congresso Nacional de Educação*, o professor Cyro de Moraes, ao apresentar um trabalho intitulado *A organização de Institutos ou Escolas de Educação Física*, também enfatizou a necessidade da criação de uma Escola Superior de Educação Física, a qual deveria se vincular à Universidade, uma vez que seria esse o lugar mais indicado para se realizar a especialização em educação física. Três anos depois, também a Divisão de Educação Física reconheceu a necessidade de criação da ENEFD, atuando diretamente nesse projeto.

²⁶⁰ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945a, p. 24.

padrão para as demais escolas do país”, constituindo-se “como um estabelecimento destinado a realizar pesquisas sobre o problema da educação física e dos desportos e a fazer permanente divulgação dos conhecimentos relativos a tais assuntos”.²⁶¹

Após a apreciação da exposição de motivos feita pelo então Ministro da Educação e coroando os esforços que há muito vinha fazendo a Divisão de Educação Física²⁶², Getúlio Vargas decidiu criar a ENEFD – a primeira escola civil de Educação Física voltada à formação de professores e médicos especialistas, que, desde a sua fundação, já nasceria vinculada a uma Universidade: a Universidade do Brasil (UB).

Criada em 1937, a UB, segundo Helena Bomeny (1999, p. 140), fez parte de um projeto universitário iniciado em 1934, que previu sua fundação a partir da junção entre a “antiga Universidade do Rio de Janeiro” e a Universidade de São Paulo (USP). Tendo como um dos seus principais objetivos a implantação, em todo o país, “de um padrão nacional e único de ensino superior, ao qual a própria USP se deveria amoldar”, a UB trazia consigo a “normatização de procedimentos” (BOMENY, 1999, p. 140) voltados à nacionalização do ensino superior, característica essa que, de acordo com a autora, pode ser considerada a herança mais significativa oriunda do Estado Novo e presente no Ministério da Educação.

Visando essa normatização, no mesmo ano de fundação da ENEFD, o professor Arthur Victor anunciou também a criação de um Departamento de Educação Física, que seria um “órgão suficientemente aparelhado para centralizar, dirigir, desenvolver a prática racional dos exercícios e dos desportos entre os estudantes superiores” e que entraria em funcionamento já “no início do período letivo de 1940”. Constituído por três seções – “uma de educação física encarregada da ginástica, outra de desportos” e uma terceira “destinada aos exames clínicos dos alunos, à organização de fichários, à assistência médica, ao estudo fisiológico do treinamento e etc.” –, esse Departamento estaria “de acordo com as necessidades pedagógicas de uma educação física racional e científica”. Desse modo, ainda nas palavras do professor, “a Universidade da Capital Federal não podia ficar indiferente à importância que a educação física representava na educação de um povo”. Por esse motivo, acreditava ele ser “fundamental para a grandeza da nação o fortalecimento físico da mocidade” – o que era “uma questão de urgência” e que tornaria “a educação satisfatória deste problema”, por meio da educação física.²⁶³

²⁶¹ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945a, p. 24.

²⁶² MARINHO, 1944.

²⁶³ VICTOR, 1939, p. 48.

A chegada da educação física à UB, segundo José Tarcísio Grunennvaldt (1997, p. 204), pode se justificar por três elementos principais: primeiro, devido ao trânsito facilitado que os militares tinham no governo de Getúlio Vargas; segundo, pelo modelo de sociedade que estava sendo planejado para o Brasil; e terceiro, pelo fato de os militares terem tido uma participação decisiva na feitura do Decreto-Lei de sua criação. Estabelecida, então, pelo Decreto-Lei nº 1.212, de 17 de abril de 1939²⁶⁴, a ENEFD teria como finalidades:

- a) formar pessoal técnico em educação física e desportos;
- b) imprimir ao ensino da educação física e desportos, em todo o país, unidade teórica e prática;
- c) difundir, de modo geral, conhecimentos relativos à educação física e aos desportos;
- d) realizar pesquisas sobre a educação física e os desportos, indicando os métodos mais adequados à sua prática no país (cap. I – art. 1º).²⁶⁵

Para tanto, sob sua responsabilidade estariam os cursos “superior de educação física, normal de educação física, de técnica desportiva, de treinamento e massagem” e o “curso de medicina da educação física e desportos” (cap. II – art. 2º). O “curso superior”, único com duração de dois anos, teria como disciplinas (cap. II – art. 3º) aquelas dispostas no Quadro 1, abaixo.²⁶⁶

QUADRO 1 – Disciplinas do “curso superior”

PRIMEIRA SÉRIE	SEGUNDA SÉRIE
1. Anatomia e fisiologia humanas 2. Cinesilogia 3. Higiene aplicada 4. Socorros de urgência 5. Biometria 6. Psicologia aplicada 7. Metodologia da educação física 8. História da educação física e dos desportos 9. Ginástica rítmica (ministrada, somente, ao sexo feminino) 10. Educação física geral 11. Desportos aquáticos 12. Desportos terrestres individuais 13. Desportos terrestres coletivos 14. Desportos de ataque e defesa	1. Cinesilogia 2. Fisioterapia 3. Biometria 4. Psicologia aplicada 5. Metodologia da educação física 6. Organização da educação física e dos desportos 7. Ginástica rítmica (ministrada, somente, ao sexo feminino) 8. Educação física geral 9. Desportos aquáticos 10. Desportos terrestres individuais 11. Desportos terrestres coletivos 12. Desportos de ataque e defesa

Fonte: REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945a, p. 24/26.

²⁶⁴ Como esse Decreto-Lei somente foi encontrado na *Revista Brasileira de Educação Física* (1945a, p. 24-31), a sua referência passa a ser esta.

²⁶⁵ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945a, p. 24.

²⁶⁶ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945a, p. 24.

correspondente” (cap. III – art. 13º). Cada professor catedrático poderia indicar um assistente “de sua confiança”, o qual seria admitido como “extranumerário” (cap. III – art. 14º), sendo que as cadeiras de “ginástica rítmica, educação física geral, desportos aquáticos, desportos terrestres individuais” e “coletivos” e “desportos de ataque e defesa” seriam “providas sempre mediante contrato, não podendo o professor catedrático ser admitido com idade superior a 35 anos, nem permanecer no exercício da função depois dos 40 anos de idade” (cap. III – art. 15º).²⁶⁷

Os provimentos “interino” ou por “contrato” seriam realizados por meio da aplicação de uma prova que comprovasse “a capacidade física, moral e técnica do candidato” (cap. III – art. 16º). Tanto o diretor quanto o secretário seriam “designados pelo Presidente da República”, sendo que aquele deveria pertencer também ao quadro de professores catedráticos da Escola e este, ao quadro de funcionários efetivos do Ministério da Educação (cap. III – art. 18º, parágrafos 1º e 2º).²⁶⁸

Em relação ao regime escolar, “o candidato à matrícula na primeira série do curso superior de educação física ou em qualquer dos outros cursos [deveria] apresentar provas de identidade e sanidade, submeter-se a rigorosa inspeção de saúde e prestar exame vestibular” (cap. IV – art. 20º). Seria ainda exigida “do candidato à matrícula na primeira série do curso superior de educação física, no curso de técnica desportiva ou no curso de treinamento e massagem, a apresentação de certificado de conclusão do curso secundário”; já “do candidato à matrícula no curso normal”, seria exigida “a apresentação de diploma de normalista”, e “do candidato à matrícula no curso de medicina da educação física e dos desportos, a apresentação de diploma médico” (cap. IV – art. 21º).²⁶⁹

Todos os cursos teriam aulas teóricas, práticas e de exercícios, sendo que as disciplinas “Organização e História da educação física e dos desportos” seriam somente teóricas, as de “Ginástica rítmica, Educação Física geral” e “os Desportos” seriam na forma de exercícios e todas as demais seriam teóricas e práticas (cap. IV – arts. 24º e 25º)²⁷⁰. Cada professor catedrático ficaria incumbido de elaborar o programa de ensino de sua disciplina, o qual deveria ser aprovado pelo Conselho Técnico Administrativo. Ademais, os “programas de

²⁶⁷ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945a, p. 27.

²⁶⁸ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945a, p. 27-28.

²⁶⁹ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945a, p. 28.

²⁷⁰ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945a, p. 28.

educação física e desportos destinados aos alunos do sexo masculino” deveriam ser “diferentes dos destinados aos alunos do sexo feminino” (cap. IV – arts. 29º e 31º)²⁷¹.

Quanto à diplomação, aos alunos que concluíssem o “curso superior de educação física” seria conferido o diploma de “licenciado em educação física”; aos que concluíssem o “curso normal”, o diploma de “normalista especializado em educação física”; àqueles que concluíssem o “curso de técnica desportiva”, o diploma de “técnico desportivo”; os alunos que concluíssem o “curso de treinamento e massagem” receberiam o diploma de “treinador e massagista”; e, finalmente, os alunos que concluíssem o “curso de medicina da educação física e desportos” seriam diplomados como “médicos especializados em educação física e desportos” (cap. V – art. 32º). Diante disso, “nenhum estabelecimento de ensino ou qualquer outra instituição” estariam, a partir daquele momento, autorizados a “expedir os diplomas”, nem qualquer outro título correspondente, sem que tivessem o reconhecimento do governo federal (cap. V – art. 34º).²⁷²

Em relação às “regalias conferidas pelos diplomas”,

A partir de 1 de janeiro de 1941, será exigido, para o exercício das funções de professor de educação física, nos estabelecimentos oficiais (federais, estaduais ou municipais) de ensino superior, secundário, normal e profissional, em toda a República, a apresentação de diploma de licenciado em educação física. (cap. VI – art. 35º).²⁷³

Essa mesma “regalia” se estenderia “aos estabelecimentos particulares de ensino superior, secundário, normal e profissional, de todo o país, a partir de 1 de janeiro de 1943” (cap. VI – parágrafo único)²⁷⁴. Também a partir do dia 1º de janeiro de 1941, seria

[...] exigido, para o exercício das funções de professores de educação física, nos estabelecimentos oficiais de ensino primário, no Distrito Federal, nas capitais dos Estados ou em quaisquer outras cidades de população superior a 50.000 habitantes, a apresentação do diploma de normalista especializado em educação física. (cap. VI – art. 36º).²⁷⁵

Além disso, “nos estabelecimentos de ensino superior, secundário, normal e profissional”, a educação física, assim como os desportos, contaria com “a assistência de médicos especializados em educação física e desportos” (cap. VI – art. 39º)²⁷⁶.

²⁷¹ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945a, p. 29.

²⁷² REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945a, p. 29.

²⁷³ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945a, p. 29.

²⁷⁴ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945a, p. 29.

²⁷⁵ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945a, p. 29-30.

²⁷⁶ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945a, p. 30.

A ENEFD teria também como responsabilidade a publicação de uma revista, intitulada *ARQUIVOS da ESCOLA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS*, que deveria “sair pelo menos duas vezes por ano” e que seria “destinada à divulgação de suas realizações [da Escola] no terreno do ensino e da pesquisa” (cap. VII – art. 41º). Além disso, teria também de publicar textos avulsos com esse mesmo objetivo (cap. VII – art. 42º).²⁷⁷

De acordo com a seção “Das Disposições Gerais e Transitórias”, a ENEFD era autorizada a organizar cursos de aperfeiçoamento e/ou de especialização relacionados às disciplinas que compreendiam todos os seus cursos, assim como os cursos avulsos (cap. IX – art. 44º). Aos alunos que concluíssem esse tipo de formação seria conferida a certificação de aprovação (cap. IX – art. 44º, parágrafo único). Já os alunos ouvintes não receberiam diplomas, nem qualquer outra certificação. Em contrapartida, também não seriam obrigados à frequência, nem à prestação de exames (cap. IX – art. 45º, parágrafo único).²⁷⁸

Tendo em vista que o primeiro ano escolar da ENEFD teve início em 1º de junho de 1939 e foi concluído em 30 de novembro desse mesmo ano, houve, naquele momento, a realização de apenas um “período letivo”, um “período de exames” e um “período de férias”, tendo sido os “exames vestibulares” realizados no mês de maio (cap. IX – art. 47º). Por fim, ficou determinado que, nos cinco primeiros anos de funcionamento da ENEFD, poderia “o Presidente da República comissionar funcionário público civil ou militar para exercer qualquer dos cargos ou funções” nessa Escola (cap. IX – art. 50º).²⁷⁹

Diante de todas essas determinações, a promulgação do Decreto-Lei que criou a ENEFD, além de difundir a educação física em nível universitário, o qual pretendia, pelo menos a princípio, fazer dela uma instituição diferente das demais existentes até aquele momento, conferiu também uma “unidade teórica e prática” da educação física e dos desportos que deveria se estender por todo território nacional. Todavia, esse “caráter universitário” pretendido para a Escola parece não ter se concretizado, pelo menos não nos seus primeiros cinco anos de funcionamento (FIGUEIREDO, 2016), uma vez que, tal como estabelecia o art. 50º, o Presidente da República poderia “comissionar funcionário público civil ou militar para exercer qualquer dos cargos ou funções”²⁸⁰ na ENEFD, e assim foi feito.

Por solicitação direta de Gustavo Capanema, os militares, além de projetar a criação da ENEFD, participaram também, ativamente, de sua organização. Inclusive, a sua

²⁷⁷ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945a, p. 30.

²⁷⁸ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945a, p. 30.

²⁷⁹ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945a, p. 30-31.

²⁸⁰ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945a, p. 31.

direção foi assumida pelo Major Ignácio de Freitas Rolim, indicado direto do Ministro da Educação. Ocupando esse lugar, os militares puderam, então, conferir à ENEFD uma orientação nos mesmos moldes da Escola de Educação Física do Exército. Essa situação era realmente vista pelo governo federal como algo bastante positivo, como podemos observar em um trecho do discurso proferido por Capanema, durante a inauguração dessa Escola:

Não me furto a uma palavra de agradecimento ao Exército Nacional pela colaboração que emprestou ao Ministério da Educação na organização da nova Escola. O Exército já vinha servindo suplementariamente à causa da educação com a formação de mestres de educação física em suas escolas. Recentemente na emergência por que passou o Ministério da Educação, foi com o Exército, principalmente, que contou para o pleno êxito de seu empreendimento. E ainda gora, na organização desta escola, não faltou ao Ministério da Educação essa cooperação inestimável. (HORTA, 1994, p. 72).

Assim, a criação da ENEFD representou a concretização de mais um esforço conjunto entre o governo federal, mediado principalmente por Gustavo Capanema, e os militares. Nesse cenário, os militares, gozando de prestígio junto à estrutura organizacional burocrática do Estado Novo, concretizavam os seus projetos de intervenção na sociedade civil, os quais vinham sendo gestados há mais de uma década, desde os cursos ofertados pelo Centro Militar até as formações promovidas pela Escola de Educação Física do Exército. A educação física, ajustando-se, desse modo, aos mecanismos acionados pelos militares, tinha para si atribuídas ainda mais as noções de ordem, progresso, senso de civismo, controle e disciplinamento (MELO, 1996; GRUNENVALDT, 1997).

Além da diretoria, por uma solicitação feita pelo próprio diretor ao então Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, os militares também ocuparam as cadeiras de ensino da ENEFD. Seu corpo docente, nos anos iniciais, sobretudo, foi basicamente constituído por militares e médicos oriundos da Escola de Educação Física do Exército e da Polícia Especial, os quais se tornaram professores catedráticos dessa instituição de ensino superior – os militares eram responsáveis pelas disciplinas práticas e os médicos ficaram responsáveis pelas disciplinas teóricas. Diante disso, era esperado que a estruturação das aulas de educação física se pautasse no método por eles defendido, ou seja, o Método Francês. Tornou-se, assim, evidente o modo como os militares forjavam um sólido terreno de influência e de controle sobre a educação física brasileira: primeiro, via formação profissional, e, segundo, ao determinar como ela deveria ser ensinada nos estabelecimentos de ensino municipais, estaduais e federais, assim como o que poderia ser ensinado sobre ela nessas instituições. Portanto, aos militares que foram transferidos para essa Escola, também dirigida por um

militar, foi incumbida a responsabilidade de conduzir uma educação física civil, e, nessa configuração, a ENEFD apresentava-se como um “abrandamento da estrutura da EsEFEx”, conforme Victor Melo (1996, p. 40)²⁸¹.

Segundo Melo (1996), não se pode negar que, por trás da fundação da ENEFD, encontravam-se os mais diversos interesses. Criada no Rio de Janeiro, então Capital da República e, por assim ser, sede do poder público, uma escola de ensino superior com as finalidades que a ENEFD possuía “seria de grande utilidade”, uma vez que se constituiria como uma “verdadeira *‘escola de civismo e probidade’*” (MELO, 1996, p. 35, *itálico do autor*). Além disso, para os militares, especificamente, e para os civis não médicos, a ENEFD seria, naquele período, o meio mais viável de acesso à cátedra. Os médicos, por sua vez, em sua maioria, já eram reconhecidos catedráticos e/ou professores em faculdades, porém, nessa Escola, eles teriam “mais um campo de atuação e de propagação de seu prestígio, obviamente aliado ao seu interesse pela área em questão” (MELO, 1996, p. 36).

Esses grupos começaram, então, a se articular em torno do projeto de uma educação física que almejava ser nacional e “que, aliás, estava diretamente ligada aos interesses do governo de exceção em decurso” (MELO, 1996, p. 37). Os militares que possuíam “certa ascendência, possivelmente pelo lugar que ocupavam no cenário político nacional”, começaram a estreitar um diálogo maior com os médicos presentes na ENEFD, e, desse modo, à educação física foi, cada vez mais, atribuindo-se um viés científico, o que conferiu à área “certo *status*” (MELO, 1996, p. 37, *itálico do autor*). Paralelamente, “os movimentos mais ligados à área educacional, movimentos do *meio civil*”, também começaram a participar dessas discussões, mas, mesmo que “numericamente menores”, não podiam ser desconsiderados no “quadro nacional geral que se apresentava” (MELO, 1996, p. 37, *itálico do autor*). A ABE, inclusive, chegou a parabenizar Gustavo Capanema, por meio de uma mensagem enviada ao jornal *Diario Carioca*, em maio de 1939, pela criação da ENEFD, o

²⁸¹ Todavia, a presença militar na Escola Nacional de Educação Física e Desportos, conformando as diretrizes de seu ensino, não deixou de sofrer resistência. Por exemplo, Peregrino Júnior, professor catedrático da cadeira de Biometria, em 26 de dezembro de 1940, enviou uma carta endereçada ao Ministro da Educação denunciando a “implantação de uma ‘disciplina militar’” (HORTA, 1994, p. 90) em uma Escola que se propunha civil. Nesse sentido, afirmava ele ter sido “um dos erros mais graves” na organização da Escola “a sua subordinação integral ao padrão militar da Escola de Educação Física do Exército” (HORTA, 1994, p. 90). Essa denúncia, porém, não surtiu maiores efeitos, permanecendo os militares à frente da ENEFD até meados da década de 1940, período no qual o setor médico assumiu a sua direção, e novos rumos começaram a ser projetados para a educação física brasileira, como veremos no Segundo Momento desta Tese, Seção 9.

que, para essa Associação, representou um “acto mais que justificavel”, visto que, “de certo”, ela seria “uma verdadeira pioneira da Educação Physica”²⁸².

A ENEFD constituiu-se, então, como uma escola nacional de caráter civil, pertencente a uma Universidade, e, por esses motivos, deveria ser considerada uma “Escola Padrão” ou um “Centro de Excelência”, cujos objetivos eram: formar profissionais para a área de educação física; imprimir unidade teórica e prática no ensino em todo o território nacional; difundir conhecimentos ligados à área e realizar pesquisas que apontassem caminhos mais adequados para a educação física brasileira, tendo na sua sistematização, como principais características, a hierarquia, a disciplina, a rigidez nas formas e condutas e um acentuado senso de civismo (MELO, 1996, 2007; GRUNENVALDT, 1997).

Assim, o dia a dia da ENEFD, de acordo com Melo (1996, p. 41), assemelhava-se à “rotina da ordem militar”, qual seja: o dia escolar iniciava-se com as formaturas matinais, obrigatórias a todos – alunos, professores e funcionários –, em que, invariavelmente, observavam-se os aspectos de ordem unida e os comandos no modelo dos quartéis; em seguida, ocorria o hasteamento da Bandeira e o cantar do Hino Nacional; na sequência, o diretor lia a ordem do dia, e, após essa leitura, um professor lia a palavra do dia. Portanto, essa rotina evidencia, além de uma completa subordinação à doutrina militar, um forte traço do nacionalismo e um profundo sentimento patriótico, traços característicos do período em vigor.

Além dessa rotina, a ENEFD também era “presença marcante e cativa nos desfiles e paradas cívicas” (MELO, 1996, p. 41) realizados, com frequência, no decorrer do Estado Novo: Dia da Raça, Dia da Bandeira, Comemoração do Dia da Independência, dentre outras datas pátrias. Inicialmente, sua presença dava-se com a “participação de seus alunos nos desfiles e em demonstrações” (MELO, 1996, p. 41); mais tarde, essa presença ampliou-se, fazendo com que seus alunos também participassem dos treinos e ensaios junto às outras escolas que também iriam desfilar. A importância do envolvimento da ENEFD nesse tipo de atividade era “algo que soava como o cumprimento de suas responsabilidades institucionais” (MELO, 1996, p. 41), como ficou evidenciado na declaração do Major Ignácio de Freitas Rolim:

[...] tendo a ENEFD por finalidade precípua a formação de bons brasileiros, adestrados de corpo e finos de espírito, acentua-se que ao lado do aperfeiçoamento físico, insiste-se na adequada formação cívica de cada um, pelo que nunca perderá a

²⁸² Jornal *Diario Carioca*, 17 de maio de 1939, p. 6. Vale lembrar que neste período, final dos anos 30, a ABE havia sido totalmente cooptada pelos militares. Mais detalhes consultar LINHALES (2006).

oportunidade das datas pátrias mais memoráveis para manifestações e aprimoramento de nossos sentimentos patrióticos. (MELO, 1996, p. 42).

Essa declaração evidencia a preocupação maior da ENEFD, principalmente nos anos iniciais de seu funcionamento: a formação de um cidadão em acordo com os parâmetros projetados pelo Estado Novo (MELO, 1996, 2007). Comprovando, desse modo, que o objetivo de sua participação nesses tipos de atividade era, na verdade, “uma forma de demonstrar, inclusive aos dirigentes do Estado Novo, que a Escola estava atuando em consonância com suas propostas” (MELO, 1996, p. 42).

Logo, em seus primeiros anos de existência, a educação física sistematizada na ENEFD fundamentava-se no Método Francês, não havendo, assim, a preocupação em forjar um método genuinamente brasileiro. Contudo, como veremos a seguir, nos anos posteriores, meados da década de 1940, outras práticas foram sendo incluídas, e o modo de sistematizar e organizar o ensino da educação física foi se alterando, o que culminou na elaboração de um, como ficou conhecido, Método Eclético de Educação Física, idealizado pelo Capitão Antônio Pereira Lyra, o qual, ainda que militar, conferiu à educação física, sistematizada na ENEFD, outros contornos.

SEGUNDO MOMENTO

**A DÉCADA DE 1940 E A TENTATIVA DE CRIAÇÃO DE UM MÉTODO
NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

6 AÇÕES E ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA VISANDO À ELABORAÇÃO DE UM MÉTODO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Vimos, anteriormente, que a Divisão de Educação Física, em seus dois primeiros anos de funcionamento, promoveu cursos, concursos, palestras e conferências visando à conformação de uma educação física em âmbito nacional. Em 1940, nenhuma dessas atividades foram realizadas²⁸³, sendo somente retomadas em março do ano seguinte, com a inauguração do *Curso de Informações*²⁸⁴, destinado a “professores de educação física, médicos especializados, técnicos desportivos, treinadores e massagistas”²⁸⁵. A inscrição nesse Curso só seria permitida àqueles que fossem “diplomados pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos, escolas congêneres reconhecidas ou autorizadas, Escola de Educação Física do Exército e pelo Curso de Emergência”²⁸⁶. Promovido pelo Departamento Nacional de Educação, suas finalidades eram:

I – Colocar os professores de educação física e os médicos especializados em condições de desempenhar satisfatoriamente as suas funções nos estabelecimentos de ensino secundário.

II – Fixar os limites do campo de ação dos professores de educação física, médicos especializados, técnicos desportivos, treinadores e massagistas.

III – Esclarecer em definitivo todas as dúvidas que ainda subsistem em certos casos e o modo por que deve ser fiscalizada a prática dos exercícios físicos.²⁸⁷

Ao todo, foram realizadas dez conferências, entre os dias 12 e 25 de março de 1941, as quais versavam sobre um tema para cada dia:

Dia 12 – Qualidades do Professor de Educação Física.

Dia 13 – Organização da Educação Física no Brasil.

Dia 14 – Exigências a que devem satisfazer os estabelecimentos de ensino secundário quanto à educação física.

Dia 17 – Limites do campo de ação do professor de educação física, do médico especializado, do técnico desportivo, do treinador e do massagista.

Dia 18 – Obrigações dos professores de educação física nos estabelecimentos de ensino secundário.

²⁸³ Nesse ano, a Divisão de Educação Física ocupou-se, apenas, das atividades administrativas e da fiscalização do ensino (BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1942, p. 15-16).

²⁸⁴ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1941a, p. 5-142.

²⁸⁵ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1941a, p. 5.

²⁸⁶ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1941a, p. 7.

²⁸⁷ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1941a, p. 6.

Dia 19 – O exame médico-biométrico.
 Dia 20 – Provas práticas e certificados de educação física.
 Dia 21 – O grupamento homogêneo.
 Dia 24 – Os deficientes e acidentados.
 Dia 25 – A fiscalização da educação física.²⁸⁸

Os responsáveis por ministrá-las foram: Inezil Penna Marinho, que ficou com a primeira, segunda, terceira, quinta, sétima e décima conferências; o Major João Barbosa Leite, que ficou com a quarta conferência; e o Dr. Paulo Araújo, que se responsabilizou pela sexta, oitava e nona conferências²⁸⁹.

No *Curso de Informações*, “aos alunos regularmente matriculados, com frequência integral e bom aproveitamento”, foi expedido um certificado. Esse aproveitamento dos alunos era “verificado mediante um trabalho de livre escolha”, o qual poderia ser apresentado “até 20 dias após a terminação do curso e que deveria conter um máximo de contribuição pessoal”²⁹⁰. Inscreveram-se no Curso 135 professores, 52 médicos, 17 técnicos desportivos e 1 treinador massagista, totalizando 205 inscrições²⁹¹. Apenas 83 alunos receberam os seus “certificados de aproveitamento”, sendo 49 professores (20 do sexo masculino e 29 do feminino), 24 médicos (22 do sexo masculino e 2 do feminino), 9 técnicos desportivos e o treinador massagista inscrito²⁹².

Ainda como meio de orientar, divulgar e expandir a educação física brasileira, a DEF, a partir daquele ano, passou a editar o *Boletim de Educação Física*, cujo objetivo, nas palavras de seu diretor, era:

[...] divulgar os trabalhos técnicos e as medidas administrativas que vêm marcando as atividades da Divisão de Educação Física dentro do Departamento Nacional de Educação, de modo que se consiga melhor entendimento e colaboração mais perfeita entre o Poder Público, os estabelecimentos de ensino e o pessoal especializado. [...] Com a periodicidade de três meses e a tiragem inicial de dois mil exemplares, o ‘Boletim de Educação Física’ promete contribuir para a formação da unidade de doutrina

²⁸⁸ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1941a, p. 5-6.

²⁸⁹ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1941a, p. 9-138. Os textos de Inezil Penna Marinho, produzidos para essas conferências, segundo Figueiredo (2016), representaram um primeiro interesse em documentar o que se constituiria como uma historiografia da educação física nacional. Até a realização desse Curso eram mais recorrentes as publicações vindas do exterior, indicando, assim, que a educação física, no Brasil, pautava-se numa historiografia estrangeira, sobretudo europeia. Sendo assim, pode-se dizer que esse foi um dos primeiros exercícios feitos por Inezil Penna Marinho na busca de documentação, tendo como resultado “um amplo levantamento de datas e fatos sobre o que seria uma história da educação física nacional” (FIGUEIREDO, 2016, p. 34), que foi narrada a partir de fontes como: legislações, periódicos, teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e de Pernambuco e da Faculdade de Direito, livros de educação física, esportes, livros sobre a História do Brasil e memorialistas, súmulas, dentre outras, todas localizadas em arquivos diversos.

²⁹⁰ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1941a, p. 6.

²⁹¹ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1941a, p. 7.

²⁹² BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1941a, p. 139-142.

indispensável aos especialistas encarregados de fortalecer, física e moralmente, a sadia juventude que ha de conduzir o Brasil aos seus verdadeiros destinos.²⁹³

Conforme Gyna de Ávila Fernandes (2020, p. 93), o *Boletim* representou “a voz da Divisão de Educação Física onde quer que fosse lido”. Nele, eram divulgadas publicações e editais, transcrições de conferências, cursos e concursos, publicação de decretos, portarias, informes sobre a organização e realização de congressos, além de ser divulgado o expediente da entidade, por meio de relatórios apresentados ao Ministro da Educação e Saúde. Também, nele, ganharam visibilidade os escritos de Inezil Penna Marinho, estando este, inclusive, diretamente envolvido com o processo de edição e impressão desse periódico²⁹⁴. As publicações de Inezil, além de serem endossadas e elogiadas pela DEF, tornava o *Boletim* um lugar privilegiado, que viabilizava os debates acerca da educação física brasileira, balizados, claro, pelos crivos do autor e do Departamento Nacional de Educação²⁹⁵.

No ano de 1941, o Departamento Nacional de Educação, por intermédio da DEF, promoveu ainda uma série de “concursos sobre trabalhos referentes à educação física”, cujos participantes receberam “prêmios em dinheiro, medalhas e diplomas para os melhores classificados”²⁹⁶.

Para o primeiro concurso da série, intitulado *Concurso de trabalhos sobre educação física*, foram exigidos a “inscrição de trabalhos e não de autores e um requerimento para cada trabalho”, no qual deveriam vir especificados “o título do trabalho”, “a condição de editado ou inédito” e “o nome, a residência, a nacionalidade, o estado civil e a profissão do autor”. Para esse Concurso, só puderam ser inscritos “trabalhos de autores brasileiros, natos ou naturalizados”, sendo “grupados nas secções de ‘pedagogia aplicada à educação física’ e de ‘medicina aplicada à educação física’, conforme os assuntos”²⁹⁷.

O segundo intitulou-se *Concurso entre os estabelecimentos de ensino secundário que melhores instalações e organização apresentam para a educação física*. A inscrição para esse Concurso deveria ser feita “pelo diretor do educandário, mediante requerimento”, constando nome do estabelecimento, endereço (rua, bairro, cidade e estado), bem como “o regime de inspeção em que se achava e acompanhado por plantas, fotografias, relação de material, etc., de modo a facilitar o trabalho da Comissão Julgadora”. Os concorrentes classificados foram premiados com medalha de ouro para os 1º e 2º lugares, com medalha de

²⁹³ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1941a, p. 3.

²⁹⁴ Para mais detalhes sobre os “afazeres editoriais” de Inezil Penna Marinho, consultar Fernandes (2020).

²⁹⁵ Para mais detalhes sobre o *Boletim de Educação Física*, consultar Fernandes (2020) e Fonseca (2020).

²⁹⁶ CULTURA POLÍTICA..., 1944.

²⁹⁷ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1941b, p. 143-145.

prata para os do 3º ao 5º lugar e medalha de bronze para os do 6º ao 10º lugar. Especificamente, aos médicos especializados em educação física e aos professores de educação física com diploma registrado na Divisão de Educação Física, pertencentes aos colégios classificados nos dez primeiros lugares, foram “conferidos prêmios idênticos, em recompensa aos serviços prestados à educação física nacional”.²⁹⁸

O *Concurso de sentença sobre Educação Física*, o terceiro da série, teve como objetivo a divulgação dos benefícios da educação física. Assim como no primeiro, nesse Concurso, a inscrição deveria ser feita a partir da sentença e não do autor, fazendo-se também necessário o preenchimento de um requerimento. Além disso, só puderam ser inscritas sentenças criadas por brasileiros, as quais teriam de conter, no máximo, 25 palavras. Quanto à premiação, para os colocados do 1º ao 5º lugar, a recompensa seria em dinheiro e, para os do 6º ao 10º, uma menção honrosa.²⁹⁹

Para o quarto concurso, nomeado *Concurso de cartazes para a propaganda da Educação Física*³⁰⁰, caberia ao material produzido “formar um ambiente favorável aos exercícios físicos e evidenciar os efeitos benéficos que os mesmos exercícios proporcionam, de modo que os jovens” fossem “estimulados à sua prática metódica e constante”³⁰¹. Também nesse Concurso, a inscrição seria feita através do cartaz, e, no requerimento, deveria constar nome, residência, nacionalidade (somente brasileiros podiam inscrever seus cartazes), estado civil, profissão e o pseudônimo adotado pelo autor. Quanto às premiações, para os colocados do 1º ao 3º lugar, o prêmio seria em forma de dinheiro e, para os 4º e 5º lugares, uma menção honrosa³⁰².

O quinto e último concurso, realizado em 1941, teve como título *Concurso de desenhos para uma “medalha de Educação Física”*. A referida medalha se destinaria “a compensar o mérito e estimular as pessoas e instituições que [prestassem] relevantes serviços à educação física nacional”, podendo “ser redonda, oval ou cruciforme, pendendo por uma coroa de carvalho de uma fita cujas cores e modo de dispô-la” ficariam a cargo do concorrente. Os desenhos inscritos nesse Concurso, “compreendendo o anverso e o verso da medalha”, deveriam sintetizar as ideias de força, inteligência e generosidade, características

²⁹⁸ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1941c, p. 145-147.

²⁹⁹ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1941d, p. 147-148.

³⁰⁰ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1941e, p. 148-150.

³⁰¹ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1941e, p. 149-150. Esse Concurso desdobrou-se em uma exposição realizada em novembro de 1941, “no saguão do Liceu de Artes e Ofícios, gentilmente cedido pela Sociedade Propagadora de Belas-Artes”, na qual foram expostos 38 cartazes (BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1941g, p. 121).

³⁰² BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1941e, p. 149-150.

essas inerentes ao “homem forte”. Além dos desenhos, as inscrições deveriam ser acompanhadas de um requerimento com as mesmas especificações do Concurso anterior, e aos concorrentes classificados seriam conferidos prêmios em dinheiro, para os do 1º ao 3º lugar, e uma menção honrosa, para os 4º e 5º lugares.³⁰³

Em 1942, a DEF, prosseguindo com seu plano de atividades, promoveu outro *Concurso de Trabalhos sobre Educação Física*, para o qual não puderam “concorrer os trabalhos classificados nos concursos realizados em 1940 e 1941”, ficando também “impedidos os trabalhos, cujos autores fossem funcionários”³⁰⁴ da DEF. As inscrições e requerimentos seguiram o mesmo formato dos concursos anteriores. Todavia, nesse Concurso, especificamente, foi determinado que os trabalhos apresentados deveriam “enquadrar-se rigorosamente nos seguintes assuntos”:

a) Seção Técnico-Pedagógica:

I – Bases científicas de educação física.

II – Psicologia aplicada à educação física.

III – Sociologia aplicada à educação física.

IV – **Análise dos métodos de educação física adotados pelos principais países.**

V – **Condições a que se deverá satisfazer um método nacional de educação física.**

VI – Críticas e sugestões às provas práticas e certificados de educação física.

VII – Críticas e sugestões aos programas de educação física para os estabelecimentos de ensino secundário.

VIII – Sugestões para programas de educação física destinados às escolas primárias.

b) Seção Técnico-Biológica:

I – Biologia Aplicada à Educação Física.

[...]

V – Grupamento homogêneo em educação física.

[...]

Seção Técnico-Desportiva:

I – Bases gerais da Metodologia do Treinamento Desportivo. [...].³⁰⁵ (Negrito nosso).

Aos concorrentes classificados em cada uma das seções seriam concedidos prêmios em dinheiro, como: primeiro lugar, “3:000\$0”; segundo lugar, “2:000\$0”; e terceiro lugar, “1:000\$0”, e uma medalha comemorativa seria entregue aos classificados em 4º e 5º lugares e uma menção honrosa, aos do 6º ao 10º lugar³⁰⁶. Os trabalhos premiados da Seção Técnico-Pedagógica foram: “Sugestões para programas de educação física destinados às escolas primárias, com 90,50 pontos”; “Bases científicas e fundamentos filosóficos da educação em geral e da educação em particular, com 87,50 pontos”; e “Críticas e sugestões

³⁰³ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1941f, p. 150-152.

³⁰⁴ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1942a, p. 62-64.

³⁰⁵ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1942a, p. 63-64.

³⁰⁶ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1942a, p. 64.

aos programas de educação física para os estabelecimentos de ensino secundário, 87,00 pontos”³⁰⁷ – representando, respectivamente, os primeiro, segundo e terceiro lugares nesse Concurso.

Nota-se que foi a primeira vez que, em um concurso promovido pela DEF, sugeriu a proposta de se discutir sobre os métodos de educação física que vinham sendo adotados pelos principais países³⁰⁸, assim como foi a primeira vez que se mencionou algo sobre a criação do Método Nacional de Educação Física – denominado desse modo pela própria DEF. Possivelmente, a intenção era coletar informações acerca dos métodos nacionais desenvolvidos em outros países, para que, aqui, inspirassem a criação do Método Nacional de Educação Física. Se, antes, havia uma defesa explícita com relação ao Método Francês – o qual era considerado a melhor opção até aquele momento –, após o *Concurso de Trabalhos sobre Educação Física*, a Divisão de Educação Física iniciou uma nova fase em relação à escolha do método que deveria ser adotado em território nacional. Nesse sentido, a DEF elaborou um plano de atividades voltado à criação do “futuro Método Nacional de Educação Física”³⁰⁹. Esse Concurso foi novamente realizado no ano seguinte, seguindo as mesmas orientações apresentadas anteriormente³¹⁰.

Ainda em 1942, paralelamente às iniciativas desenvolvidas pela DEF, o governo federal, via Ministério da Educação, promulgou a Lei Orgânica de Ensino Secundário, também conhecida como Reforma Gustavo Capanema³¹¹. Tal como a Reforma Francisco Campos, implementada em 1931, também essa voltava-se à estruturação do ensino secundário no país. Embora seguisse muitas das proposições que já tinham sido encaminhadas, nos anos 30, pela Reforma anterior, na Reforma Gustavo Capanema, algumas inovações podem ser elencadas, tais como: a obrigatoriedade da frequência nas escolas secundárias; o curso ginásial com quatro anos e o complementar com três; o estabelecimento de um currículo mais humanístico do que técnico; e, junto ao ensino complementar, dividido em clássico e científico, a proposição de cursos profissionalizantes, voltados àqueles que não ingressariam nas universidades³¹².

³⁰⁷ Para saber sobre os trabalhos classificados nas outras duas seções, consultar o BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944, p. 21.

³⁰⁸ Embora a fonte não especifique, nesse momento – década de 1940 –, acreditamos que se refira aos países da Europa, Estados Unidos e países da América Latina, sobretudo.

³⁰⁹ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1943, p. 15.

³¹⁰ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1943a, p. 19-21.

³¹¹ Para conhecimento dessa Lei, na íntegra, consultar *Boletim de Educação Física* (1942b, p. 17-39).

³¹² Conforme Angela de Castro Gomes (2003, p. 455), esse ensino profissionalizante destinava-se aos jovens menos abastados, “sendo proibido aos estabelecimentos que o ministravam o uso das denominações de ginásios

Especificamente sobre a educação física, tempos antes da implementação dessa Lei, assim já anunciava a revista *Educação Physica*:

Uma vez mais, cogita-se de reformar o nosso plano educacional. Já se tornou praxe [ilegível] entre nós, as reformas periódicas. Não ha estabilidade. Pouco depois da adoção de um projecto, antes de produzir os resultados previstos, já se pensa em modificações, em traçar novas diretrizes.

Consequencia dessa instabilidade é a desorganização permanente. Mudam-se e remudam-se os programas e os processos de ensino. Agora, está em elaboração, mais uma reforma de ensino. Cumpre que a educação physica seja devidamente considerada, que a sua prática se torne obrigatoria. É inadmissivel que se pense em desenvolver apenas o cerebro, em detrimento do restante do organismo, deixando atrophiar-se, ademais disso, não seria possivel ministrar com eficiencia, amplos ensinamentos intellectuaes, os individuos doentes, torturados sofrimentos physicos, que lhes diminuem a percepção, a compreensão e os impossibilitam de dedicar-se aos estudos, atidos como estão ás doenças, compelidos a trocar os livros pelos vidros de remedio.

A educação physica deve fazer parte dos programmas de ensino, mas não com o [ilegível] de facultativa, deve ser obrigatoria. De que nos servira ter milhões de doutores que representam milhões de docentes? Não podemos deixar de tratar, com o maior empenho possivel, de nosso aprimoramento racial, do robustecimento do nosso povo.

Os estabelecimentos de ensino secundario deverão possuir gymnasios, os seus alumnos deverão obrigatoriamente praticar exercicios physicos.

Nos Estados Unidos, os sports são intensamente praticados nas universidades, o que tambem [acontece] na Inglaterra e no Japão. São famosas, entre nós, as competições universitárias [entre] Oxford e Cambridge, Yale e Haward.

Não ha porque desprezar o exemplo, que tão expressivo é.

O basketball, as corridas rasas, por exemplo, podem ser facilmente praticados nas escolas e com grande proveito para os estudantes. É de presumir que os redactores do novo plano de ensino, obedecendo ao espirito moderno e de accordo com as necessidades impostas pelas actuaes condições de vida, encarem, devidamente, a imprescindibilidade da pratica da educação physica nas escolas, a adoção de um regimen educacional cujo objetivo não seja apenas “fabricar” doutores e sim homens aptos a enfrentar os problemas que a situação de agora offerece e, para a solução dos quaes, não basta apenas um excessivo theorismo, são precisas tambem condições physicas especiais.³¹³

A educação física, fundamentada em um discurso nacionalista, que voltado à regeneração da raça e ao robustecimento dos corpos do povo brasileiro, indicava determinadas práticas corporais, sobretudo as esportivas, objetivando “certa homogeneidade à institucionalização de uma pedagogia especializada pautada pela modernidade” (GÓIS JUNIOR, 2017, p. 702). Seguindo tais argumentos e atrelando-os à saúde, justificava-se a presença da educação física nas escolas. Desse modo, para o autor:

e colégios”, ou seja, “uma orientação que confrontava com a defesa da ‘escola única’, garantidora de uma educação comum básica a todos os educandos, como queriam os pioneiros”.

³¹³ EDUCAÇÃO PHYSICA, 1937b, p. 6.

Se brincar era inútil, os jogos a partir de uma lógica científica promoviam o desenvolvimento infantil, garantindo-lhe uma infância e juventude preparadas para o mundo do trabalho, por isso utilitária. Mas também porque aquelas práticas conformavam nos corpos uma moralidade ao mesmo tempo da eficiência com os esportes e da ortopedia com as ginásticas. (GÓIS JUNIOR, 2017, p. 712).

Implementada a Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, em julho do ano seguinte, o Departamento Nacional de Educação baixou a Portaria nº 467, consolidando “as disposições em vigor sobre a prática da educação física nos estabelecimentos de ensino”, sob a fiscalização federal, isto é, sob a fiscalização da Divisão de Educação Física/Ministério da Educação e Saúde. Em relação à obrigatoriedade dessa prática, a sua frequência seria “obrigatória para todos os alunos menores de 21 anos matriculados em qualquer série ou ciclo” (art. 1º), e os “alunos que, por serem militares em serviço ativo no Exército, na Marinha, na Aeronáutica e nas forças auxiliares, já estivessem obrigados aos exercícios físicos” seriam suspensos das aulas (art. 3º). Sobre a frequência, propriamente dita, na prática da educação física, apresentavam-se as seguintes diretrizes: não poderiam “prestar prova final, na primeira época, os alunos que tivessem faltado a vinte e cinco por cento da totalidade das sessões de educação física e, na segunda época, os que tivessem faltado a cinquenta por cento” (art. 4º); “aos alunos que, por motivo de acidente durante os exercícios físicos,” ficassem “impossibilitados de praticá-los, não se contariam faltas enquanto [perdurasse] o impedimento, o qual seria verificado pelo médico assistente de educação física” (art. 5º); e, por fim, os alunos com “defeito físico ou deficiência orgânica” seriam submetidos “a exercícios especiais prescritos pelo médico assistente” (art. 6º). Quanto ao horário da prática, “as sessões de educação física se realizariam exclusivamente nas primeiras horas da manhã ou nas últimas da tarde” (art. 16).³¹⁴

Essas diretrizes, de certo modo, corroboram o que foi destacado pela revista *Educação Physica* como sendo importantes pontos que orientariam a educação física, principalmente nos estabelecimentos de ensino secundário, ainda em 1937. Particularmente sobre qual método deveria ser aplicado, a Reforma Gustavo Capanema não o especificou, destacando, apenas, que os programas de ensino deveriam ser “simples, claros e flexíveis” (art. 18). Contudo, esses programas seriam “sempre organizados por uma comissão geral ou por comissões especiais, designadas pelo Ministro da Educação”³¹⁵, que, até aquele momento, enfatizava e apoiava o trabalho desenvolvido pelos militares, em suas Escolas formadoras. O que nos leva a crer que, até então, se essa Reforma fosse estabelecer algum método, seria ele

³¹⁴ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944c, p. 47.

³¹⁵ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944c, p. 47.

o Método Francês, mesmo porque, no âmbito da própria DEF, o futuro Método Nacional de Educação Física ainda estava sendo gestado.

Voltando às ações da DEF, em 1943, realizou-se o concurso de *Contribuições para o Método Nacional de Educação Física*³¹⁶, para o qual foi exigida a inscrição de trabalhos – e não de autor –, sendo, novamente, reforçada a determinação de que apenas autores brasileiros estariam autorizados a inscrever seus trabalhos³¹⁷, os quais seriam avaliados conforme os seguintes critérios:

Quanto à forma:

- a) Plano ou estrutura geral – até 10 pontos;
- b) Clareza e correção de linguagem – até 20 pontos;

Quanto ao fundo:

- a) Precisão técnica – até 25 pontos;
- b) Contribuição pessoal ao assunto – até 30 pontos;
- c) Documentação – até 15 pontos.³¹⁸

Somente seriam classificados os trabalhos que obtivessem nota mínima igual a 60, devendo se enquadrar nas seguintes seções:

- a) Plano geral – críticas e sugestões;
- b) Assuntos de cada título e sub-título – desenvolvimento de qualquer dêles;
- c) Exercícios – sugestões sobre exercícios, estudos especiais sobre seus efeitos, análises de movimento, etc., acompanhados, ou não, de documentação gráfica;
- d) Construções – estudos sobre planos e detalhes de construções desportivas ou parques infantis; sugestões sobre projetos – tipos, etc..³¹⁹

Obedecidos esses critérios, os trabalhos classificados receberiam prêmios em dinheiro, medalha comemorativa e menção honrosa: o 1º receberia Cr\$ 5.000.00, o 2º, Cr\$ 3.000.00 e o 3º, Cr\$ 2.000.00, os 4º e 5º lugares receberiam uma medalha comemorativa, e do 6º ao 10º lugar, menção honrosa³²⁰.

Segundo Inezil Penna Marinho, foram inscritos cinco trabalhos, sendo que a DEF mandou imprimir para distribuição os três primeiros trabalhos classificados³²¹, quais sejam: “Bases Científicas da Educação Física, com 90,05 pontos” (1º lugar); “Metodologia do

³¹⁶ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1943b, p. 29-31.

³¹⁷ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1943b, p. 29-30.

³¹⁸ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1943b, p. 30.

³¹⁹ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1943b, p. 30.

³²⁰ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1943b, p. 30.

³²¹ CULTURA POLÍTICA..., 1944.

Treinamento Desportivo, com 82,5 pontos” (2º lugar); e “Valor individual, com 75 pontos” (3º lugar)³²².

Importa destacar que, nesse Concurso, diferentemente dos demais, definiu-se que os concorrentes perderiam “os seus direitos autorais, não lhes sendo permitida a divulgação de assuntos contidos nos trabalhos apresentados, de forma geral ou parcial”³²³. Isso indica que a Divisão de Educação Física, ao receber as contribuições ao Método Nacional de Educação Física, automaticamente se tornaria a responsável pela ideia, evidenciando-se, assim, uma de suas estratégias para garantir o lugar como protagonista do processo de criação do método nacional.

Como o *Concurso de Contribuições para o Método Nacional de Educação Física* não determinou que os funcionários da própria DEF não puderiam inscrever seus trabalhos, o trabalho vencedor, *Bases Científicas da Educação Física*, foi de autoria de Inezil Penna Marinho, tendo sido publicado no ano seguinte, 1944, pela *Imprensa Nacional*, sob a chancela da Divisão de Educação Física/Departamento Nacional de Educação³²⁴.

Novamente, em 1944, o *Concurso de Trabalhos sobre Educação Física* foi repetido e seguiu as mesmas regras definidas nas edições anteriores – 1940, 1941, 1942 e 1943³²⁵. Repetiu-se, também, o *Concurso de Contribuições para o Método Nacional de Educação Física*, sendo que o trabalho vencedor, apresentado na Seção Técnico-Pedagógica, intitulou-se *Condições a que se deverá satisfazer um Método Nacional de Educação Física*³²⁶, mais uma vez, de autoria de Inezil Penna Marinho. Também, esse trabalho foi publicado pela *Imprensa Oficial*, no ano seguinte à realização do Concurso, levando, como da vez anterior, o nome da Divisão de Educação Física/Departamento Nacional de Educação estampado em sua capa. Anteriormente a essa publicação oficial, ainda em 1944, foram distribuídos, pela DEF, 1000 (um mil) de seus exemplares³²⁷.

Em 1945, esse mesmo Concurso foi mais uma vez realizado, porém, nesse ano, o assunto “Condições a que se deverá satisfazer um método nacional de educação física” já não mais constou entre as sugestões, permanecendo apenas o tema “Análise dos métodos de educação física adotados pelos principais países”³²⁸. Diante disso, podemos supor que, a partir daquele momento, a DEF desacelerava os seus esforços no sentido de criar o Método

³²² BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944, p. 21.

³²³ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1943b, p. 30.

³²⁴ Discutiremos sobre esse trabalho na Seção 8 desta Tese.

³²⁵ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944a, p. 31-33.

³²⁶ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945, p. 14-15. Também, esse trabalho será discutido na Seção 8.

³²⁷ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945, p. 15.

³²⁸ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945a, p. 65-67.

Nacional de Educação Física, optando por, apenas, continuar tomando conhecimento acerca do que se produzia no exterior, em relação aos métodos aplicados à educação física.

Todavia, a Divisão de Educação Física permanecia afirmando que, no Brasil, sobretudo no ensino secundário, a educação física continuava sendo trabalhada de forma ineficiente. Assim sendo, ainda no ano de 1945, ela repetiu a oferta do *Curso de Informações*, que, como vimos, teve sua primeira edição sete anos antes. Destinado aos professores de educação física e médicos especializados em educação física e desportos, esse Curso teve como objetivo, justamente, “ajustá-los às reais necessidades da educação física nos estabelecimentos de ensino secundário”. Nesse Curso, ao todo, foram realizadas dez conferências, mas nenhuma versou, especificamente, sobre a elaboração do Método Nacional de Educação Física.³²⁹

A partir daquele ano, as ações realizadas pela Divisão de Educação Física, visando, especificamente, à criação do método nacional, tornaram-se cada vez mais escassas, bem como as suas publicações no *Boletim de Educação Física*. Nesse mesmo período, o Estado Novo chegou ao fim, o que acarretou mudanças políticas nos cenários nacional e mundial, as quais “influenciaram diretamente a política educacional brasileira”, e, como consequência, “por certo, os planos de ação da Divisão foram diretamente afetados por esse período de transição de governos” (CUNHA, 2017, p. 65). Diante dessa realidade, o processo de tentativa de criação do Método Nacional de Educação Física também foi, na DEF, paulatinamente, enfraquecendo-se.

Inezil Penna Marinho, contudo, continuou ainda, por certo tempo, investindo nesse projeto de construção de uma educação física genuinamente brasileira. Utilizando-se de seu cargo como um reconhecido e autorizado funcionário desse órgão oficial, regulamentador, orientador e fiscalizador da educação física em âmbito nacional, possivelmente, para que seus argumentos não perdessem a legitimidade construída ao longo daqueles anos, Inezil permaneceu insistindo que, sim, a Divisão de Educação Física continuava interessada na “contínua colaboração de professores, técnicos e estudiosos para a elaboração do Método Nacional” (CUNHA, 2017, p. 65) – essa fala de Inezil Penna Marinho foi concedida ao jornal *Folha da Noite*, em 1946.

A última ação que identificamos como sendo promovida pela DEF, visando, particularmente, à criação de um método nacional, foi a realização do concurso intitulado *Ante-Projeto do Método Nacional de Educação Física*, no ano de 1946. Contrapondo-se,

³²⁹ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945b, p. 53-54.

justamente, a outras proposições que, naquele período, surgiam, esse Concurso só permitia ser nele “inscritos os trabalhos de autores brasileiros, natos ou naturalizados”. Esses trabalhos, “apresentados em três vias e devidamente datilografados”, deveriam conter “pelo menos cem páginas” e se basear no Inquérito distribuído pela DEF, lá no início da década de 1940, a qual retomava, assim, a sua influência e legitimidade exercida nesse campo. Ao trabalho classificado em 1º lugar seriam conferidos, como premiação, “Cr\$ 10.000,00, medalha de vermeil e diploma”; ao 2º lugar, “Cr\$ 6.000,00, medalha de prata e diploma”; e ao 3º lugar, “Cr\$ 4.000,00, medalha de bonze e diploma”. Estabeleceu-se, ainda, que os concorrentes perderiam “os seus direitos autorais não lhes sendo permitida a divulgação de assuntos contidos nos trabalhos apresentados, de forma geral ou parcial”³³⁰. Determinação essa que, mais uma vez, evidenciava o desejo da DEF [mesmo que enfraquecido] de se tornar a protagonista na criação do, ainda, almejado Método Nacional de Educação Física.

Nesse Concurso, apenas um concorrente ocupou os três lugares de trabalhos vencedores, sendo ele Inezil Penna Marinho. O trabalho intitulado *Ante Projeto do Método Nacional de Educação Física – Tomo I – 1ª Parte* (254 páginas) ocupou o 1º lugar, com 87 pontos; o 2º lugar foi para o trabalho *Ante Projeto do Método Nacional de Educação Física – Tomo I – Introdução* (153 páginas), escrito em colaboração com Yesis Ilcia y Amoedo, que obteve 83 pontos, e o 3º lugar foi para o trabalho intitulado *Ante Projeto do Método Nacional de Educação Física – Tomo I – 2ª Parte* (112 páginas), obtendo 77 pontos³³¹.

Importa destacar que Inezil Penna Marinho, ainda nesse período, permanecia como Técnico de Educação da DEF. Nesse sentido, é, no mínimo, curioso que os trabalhos vencedores fossem todos de autoria daquele que, em várias e distintas ocasiões, vinha veementemente defendendo a criação de um Método Nacional de Educação Física, seja como representante da Divisão, seja como um projeto pessoal. Vale também ressaltar que, nesse processo, Inezil Penna Marinho intentava forjava-se como um protagonista, assim como a própria instituição da qual era funcionário. Assim, embora todos esses trabalhos tenham sido inscritos em um Concurso ofertado pela Divisão de Educação Física, diferentemente dos anteriores, em suas capas, não constava a chancela da DEF, nem a do Departamento Nacional de Educação, mas, sim, a do próprio Inezil Penna Marinho, sendo que, somente na contracapa dos três volumes (Introdução, 1ª e 2ª partes), constava a seguinte inscrição: “[...] êste trabalho se encontra rigorosamente enquadrado no item 9 do edital do ‘Concurso para o Ante-

³³⁰ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1946, p. 28.

³³¹ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947, p. 17. Essas três obras serão analisadas na Seção 8 desta Tese.

Projeto do Método Nacional de Educação Física’, promovido pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde”³³².

Diante disso, podemos afirmar que entre Inezil Penna Marinho e a própria DEF estabeleceu-se uma relação de trocas na qual ambos se beneficiavam. Por um lado, Inezil, nesse processo, foi se constituindo enquanto um intelectual capaz de sistematizar um projeto nacional para a educação física brasileira; por outro, a DEF, como uma instância que subsidiava os trabalhos de Inezil, conferia a este um lugar de reconhecimento, já que pertencia àquela que era a instituição oficial e responsável pela orientação, regulamentação e fiscalização da educação física em território nacional.

Ademais, corroborando essa perspectiva, é possível afirmar, segundo André Dalben (2011, p. 71), que, após seu ingresso na DEF, Inezil Penna Marinho

“[...] iniciou sua trajetória intelectual, a qual seria bastante beneficiada pelas relações estabelecidas entre a educação física e o governo militar de Getúlio Vargas, relações essas que ele próprio ajudou a formular”. Desse modo, podemos compreender que o contato que manteve com os militares auxiliaram-no a alavancar sua carreira na educação física, principalmente durante o Estado Novo, oferecendo-lhe, se não as melhores condições de trabalho, ao menos o período histórico em que a educação física ganharia grande relevância política, em que se instituíram estruturas administrativas diretamente ligadas ao governo militar imposto.

Todavia, na primeira metade da década de 1940, mesmo com todos os investimentos feitos, especialmente, por Inezil Penna Marinho, o desejo da criação de um Método Nacional de Educação Física foi se esmorecendo. Em contrapartida, crescia, novamente, a retomada do Método Francês, uma vez que ele, nutrido pelo ecletismo (BRUSCHI, 2019), ideia essa sempre reforçada, sobretudo, pelos militares, poderia ser adaptado às necessidades do povo brasileiro, tal como se seguia fazendo nas escolas militares. Além da recuperação desse Método, outras sistematizações e, ainda, outro método, denominado eclético, passaram a ser defendidos por outras instâncias na Capital Federal³³³. Sem contar que, em outro Estado, além do Rio de Janeiro, algumas palestras eram realizadas no sentido de “ventilar esses problemas de suma importância, no momento em que se pretendia a adoção de um método nacional”³³⁴.

Em junho de 1946, a Associação de Professores de Educação Física do Estado de São Paulo (APEF-SP) realizou uma série de palestras, denominada *Semana de Exposição de*

³³² MARINHO, 1946.

³³³ Veremos melhor esse processo acontecer na Seção 9, quando retornaremos à Escola Nacional de Educação Física e Desportos.

³³⁴ ASSOCIAÇÃO..., 1946.

Métodos, que, “aproveitando a época de férias dos professores”³³⁵, reuniu brasileiros e estrangeiros em torno da discussão que, em terras brasileiras, ainda se fazia necessária: a criação de um Método Nacional de Educação Física. Participaram desse evento os professores uruguaios Juan Haenz, Sra. Ofelia Torres de Gobbra e J. S. Summers, o professor sueco Fritjof Detlkow³³⁶ e os professores brasileiros Oscar da Silva Musa, Antonio Boaventura da Silva e João Lotufo³³⁷, debatendo, respectivamente, as seguintes temáticas: “*La orientación profesional em las esquelas especiales del Uruguay*”³³⁸, “*Plazo de deportes del interior*”³³⁹, “O Método Sueco de Ginástica”³⁴⁰, “Método Esportivo”³⁴¹, “Curriculum Escolar Americano em Educação Física”³⁴², “Calistenia”³⁴³ e “*Sistemas*”³⁴⁴.

Nas palavras de Lima (2021, p. 63), a variedade dos assuntos expostos nesse evento demonstra como o processo de tentativa de criação de um Método Nacional de Educação Física demandou “diferentes discussões que se respaldavam em práticas e referências bastante diversas”. Alguns métodos foram intensamente defendidos como sendo mais adequados e/ou mais eficientes ao povo brasileiro, visto que, fundamentada em bases científicas, a maioria dos autores/palestrantes enfatizou a importância das trocas de conhecimentos entre o Brasil e os países vizinhos. No evento, foi possível, também, identificar “a necessidade de fomentar uma educação para a vida democrática e o valor dos

³³⁵ ASSOCIAÇÃO..., 1946.

³³⁶ Em diferentes e diversas fontes, sobretudo jornais e revistas localizados na Hemeroteca Digital, encontramos variações da grafia de seu nome. Nesta Tese, especificamente, optei por manter tal como consta na fonte consultada. No entanto, a professora Andrea Moreno, que pesquisa a trajetória desse professor articulada ao Método Sueco de Ginástica, no Brasil, utiliza, em seus estudos, “Fritjof Detthow”. Para mais informações sobre Fritjof e a sua relação com a ginástica sueca, consultar Moreno e Baía (2019).

³³⁷ De acordo com as informações sobre os palestrantes constantes na Associação: Haenz foi diretor da Praça de Esportes de Pando, cidade do interior da República Oriental do Uruguai; Gobbra foi professora da Comissão Nacional de Educação Física; J. S. Summers foi professor do Instituto Técnico da A. C. M., em Montevideu; Detlkow foi um dos diretores responsáveis pelo Instituto Jaguaribe, Rio de Janeiro e a “quem, ha muitos anos atrás, o Governo do Estado contratou para organizar a educação física nas nossas Escolas” (p. 23); Musa foi Inspetor Geral do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo, formado pela EsEFEx, Diretor do Departamento de Educação Física do Santos Futebol Clube e Assistente Técnico da Comissão Central Organizadora do XIº Campeonato dos Jogos Aberto do Interior; Silva foi Inspetor Geral do Departamento de Educação Física de São Paulo, formado pela Escola Superior de Educação Física do mesmo Estado, “onde atualmente ocupa a cadeira de professor de ginástica da secção masculina”, sendo “premiado com uma bolsa de estudos nos Estados Unidos, tendo feito o curso de graduado no Michigan College State” (p. 58); Lotufo foi Diretor do Departamento de Educação Física da Associação Cristã de Moços e “autor de diversas obras de divulgação sobre técnica e regras de bola ao cesto e voleibol e ginástica calistenia” (p. 69) (ASSOCIAÇÃO..., 1946).

³³⁸ ASSOCIAÇÃO..., 1946, p. 5-16.

³³⁹ ASSOCIAÇÃO..., 1946, 17-22.

³⁴⁰ ASSOCIAÇÃO..., 1946, 23-43.

³⁴¹ ASSOCIAÇÃO..., 1946, p. 44-57.

³⁴² ASSOCIAÇÃO..., 1946, p. 58-68.

³⁴³ ASSOCIAÇÃO..., 1946, p. 69-70.

³⁴⁴ ASSOCIAÇÃO..., 1946, p. 71-86.

jogos para estimular princípios como liberdade, responsabilidade, cooperação e sociabilidade” (LIMA, 2021, p. 63). Ademais, a presença de

[...] tais discursos estavam atrelados a uma sensibilidade partilhada por diversos setores em diferentes países que, tocados pela Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos, passaram a defender a educação para a democracia como um fator vital de qualquer sistema educativo. (LIMA, 2021, p. 63).

O professor Boaventura, ao discorrer sobre o currículo escolar americano de educação física, iniciou seu texto problematizando o termo “Método de Educação Física”. Segundo Boaventura, no Brasil, havia se construído uma “errônea concepção de ‘método’ em educação física”, uma vez que, não raramente, ouvia-se “por exemplo referências a demonstração de ‘métodos’ de ginástica na exibição de apenas uma aula”, sendo que, na verdade, o que se passava era “apenas a demonstração de um dos processos desse Método...”³⁴⁵. Além dessa crítica, o professor também se demonstrou contrário à ideia da elaboração de um método específico para a educação física:

Si é certa a conclusão a que temos chegado de considerar a educação como um processo de evolução integral (físico, moral e intelectual), jamais poderemos conceber a idealização de um método para cada uma dessas partes. E a verdade disso podemos observar no fato de que as bases científicas em que repousa a educação física, são as mesmas em que se fundamenta a educação geral.³⁴⁶

Segundo Boaventura, no que se refere ao ensino, o termo método

[...] é o conjunto de meios ou processos convenientemente dispostos para o alcance do objetivo almejado. Tal objetivo entretanto precisa ser sobejamente conhecido, interpretado e compreendido para que possamos usar os meios ou processos ao nosso alcance da maneira mais satisfatória, em busca do objetivo almejado.

E ainda em matéria de ensino o objetivo a que o método se propõe, quer no setor intelectual ou físico, é a EDUCAÇÃO PARA A VIDA.

[...]. E nós brasileiros temos sido inteligentes bastante para a interpretação e compreensão do conceito geral de educação, porém infelizmente não temos sido suficientemente fortes para atacar o problema com a honestidade de propositos e espírito de cooperação e sacrifício com que outros povos o tem feito. Falam em geral com veemencia os nossos oradores (note-se, eu me refiro a oradores), lançando mão quasi sempre de uma frazeologia bonita que chega mesmo a entusiasmar auditórios, mas cujo real proveito pratico resultante, não passa de “tempo inutilmente tomado aos semelhantes”, pois que tudo fica apenas em linguagem escrita ou falada.³⁴⁷

³⁴⁵ ASSOCIAÇÃO..., 1946, p. 58.

³⁴⁶ ASSOCIAÇÃO..., 1946, p. 58.

³⁴⁷ ASSOCIAÇÃO..., 1946, p. 58-59.

Nesse aspecto, especificamente, se inicialmente pudéssemos pensar que Antonio Boaventura corroborava Inezil Penna Marinho na conceituação do termo método, no decorrer de sua explanação, Boaventura evidencia uma opinião oposta, já que, para ele, não fazia sentido a criação de um método para a educação física, o qual a apartaria da concepção de educação, compreendida de forma mais ampla. Nessa perspectiva, de certo modo, seus argumentos se aproximam daqueles defendidos pela Associação Brasileira de Educação, no decorrer das décadas de 1920 e 1930, que, como vimos, preocupava-se com os rumos que o ensino da educação física nacional deveria tomar e não com a elaboração, propriamente dita, de um método específico.

Particularmente sobre a tentativa de criação do tão almejado Método Nacional de Educação Física, sobretudo no decorrer da década de 1940, cujos sentidos e significados eram disputados tanto pelos civis quanto pelos militares, o referido professor afirma, ainda, que

[...] os líderes de nossa educação física só tem logrado chegar até então ao mais amplo desentendimento. Discute-se ainda o problema da educação física no ensino secundário, e o resultado não tem sido menos surpreendente.

Não discutamos métodos. Metodizamos as nossas discussões de maneira a evitar qualquer divergencia ou aborrecimento, pois que é de entendimentos e cooperação que mais necessitamos no momento.

Não discutamos por este ou aquele método, uma vez que no fundo, como temos observado no transcorrer das nossas próprias conferencias, todos os chamados métodos são fundamental e cientificamente identicos na sua finalidade e se propoem aos mesmos objetivos – Educar para a vida.

[...]. Discutamos a organização de um programa de atividades em ed. física e o encaminhemos aos nossos colegas que batalham em todos os setores do Estado, para que na sua experimentação colham dados abundantes sôbre o seu aproveitamento, para que possamos aquilatar a eficiencia desse programa e melhorá-lo cada vez mais, pois que um programa de ensino jamais poderá ser estático.

E enquanto lá no Rio os líderes se debatem pelas grandes realizações, nós cá em baixo, os professores de ed. física, estamos compreendendo a realidade do dilema “salve-se quem puder”.³⁴⁸

Boaventura foi categórico ao criticar os esforços realizados tanto pela Divisão de Educação Física/Inezil Penna Marinho quanto pelos militares presentes em suas Escolas formadoras, como a Escola de Educação Física do Exército e a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Visto que todos desejavam ser reconhecidos como aquele que criou um Método Nacional de Educação Física.

No que se referia às bases científicas da educação física, o professor afirmara que essas instituições sabiam “sempre justificar o aproveitamento dos principios de Fisiologia,

³⁴⁸ ASSOCIAÇÃO..., 1946, p. 59-60.

Anatomia, Biologia e Psicologia, porém nem sempre se referiam com entusiasmo idêntico aos princípios da sociologia”³⁴⁹. Nesse ponto, Boaventura, embora não tenha reconhecido isto em sua explanação, aproximava-se novamente das concepções defendidas por Inezil Penna Marinho, uma vez que este, recorrentemente e principalmente no decorrer dos anos 40, defendia a proposição do conceito “Bio-Sócio-Psico-Filosófico da Educação Física em oposição ao Anátomo-Fisiológico”³⁵⁰.

Dando prosseguimento às suas argumentações, Antonio Boaventura da Silva enfatizou a “necessidade de cooperação entre os homens, que o mundo civilizado procura estendê-la para além fronteiras, numa verdadeira campanha de intercâmbio social e cultural”³⁵¹. Assim sendo, registrava “com maior satisfação a permanência entre nós dos nossos colegas uruguaios”, assim como as parcerias que também eram estabelecidas com os “nossos amigos – os americanos do norte”³⁵², evidenciando, dessa maneira, elementos que, em sua concepção, deveriam compor a educação física brasileira, cuja ênfase recairia sobre os jogos, os esportes e as atividades de competição – e aqui retomamos a discussão feita no início deste estudo acerca de qual prática seria a mais “adequada” à constituição da educação física brasileira: se a ginástica ou a esportiva. Para Lima (2021, p. 65), “mesmo estando mais preocupado com os fins de uma ‘educação geral’”, Boaventura parecia ter se seduzido “pelos interesses esportivos e seus imperativos, sendo o principal deles a competição”.

Sobre a possibilidade de estender, “além fronteiras”, as parcerias no campo da educação física, as quais eram almejadas por alguns sujeitos/instituições, ao longo da década de 1940, intensificou-se a observação daquilo que se fazia em outros países. Embora ocorressem desde os anos 20 (LINHALES, 2006; SILVA, 2017), essas trocas/parcerias estreitaram-se, segundo Lima (2021, p. 66), com a realização dos *Congressos Panamericanos de Educação Física*³⁵³, como veremos a seguir.

³⁴⁹ ASSOCIAÇÃO..., 1946, p. 61.

³⁵⁰ Para mais detalhes sobre esse conceito defendido por Inezil Penna Marinho, consultar os números 2 e 46 da *Revista Brasileira de Educação Física* (1944) e o número 10 do *Boletim de Educação Física* (1948).

³⁵¹ ASSOCIAÇÃO..., 1946, p. 61.

³⁵² ASSOCIAÇÃO..., 1946, p. 60.

³⁵³ Além dos *Congressos Panamericanos de Educação Física*, as conferências, os cursos, os encontros entre associações e “a intensa circulação de textos, em variados formatos, em língua espanhola (ou traduzidos desse idioma), promovida por órgãos e instituições vinculados ao campo no Brasil”, também foram responsáveis por promover essa aproximação com outros países, principalmente com “os vizinhos sul-americanos”. Para mais detalhes, consultar Lima (2021).

6.1 Os Congressos Panamericanos e as Exposições de Educação Física

Além dos cursos, concursos, conferências e palestras, a Divisão de Educação Física também promoveu congressos e exposições, cujo objetivo era debater a educação física que, entre as décadas de 1930 e 1940, forjava-se em território nacional. Segundo F. Venâncio Filho, os congressos eram “antes mais do que encontros de afinidades”, eram uma “oportunidade insubstituível”, porque resumiam, “na concentração de alguns dias consagrados, inteligências e corações” que lavravam “o mesmo campo”, e ocasionavam “a leitura de monografias, memórias, estudos, que, sem isto, [ficariam] relegados e talvez desprezados os conhecimentos”³⁵⁴.



FIGURA 5 – Sessão Inaugural do I Congresso Panamericano de Educação Física

Fonte: Fotografia obtida na *Revista Brasileira de Educação Física* (1944d, p. 19).

³⁵⁴ CULTURA POLÍTICA..., 1943.



FIGURA 6 – Entrega da medalha comemorativa do *I Congresso Panamericano de Educação Física* ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Major Barbosa Leite

Fonte: Fotografia obtida na *Revista Brasileira de Educação Física* (1944d, p. 21).

O *I Congresso Panamericano de Educação Física* foi um exemplo dessa definição³⁵⁵. De “iniciativa da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação, sob a proficiente direção do Major Barbosa Leite e auxiliado por seus dedicados secretários Inezil Penna Marinho, Nilo Alves de Moraes e Paulo de Araújo”, o *I Congresso Panamericano de Educação Física*, de acordo com o seu Regimento aprovado pelo Departamento Nacional de Educação (Portaria nº 310, de 16 de abril de 1943), realizou-se na “cidade do Rio de Janeiro, Capital dos Estados Unidos do Brasil, de 19 a 31 de Julho”³⁵⁶ de 1943. Esse Congresso teve como objetivo “fomentar o estudo dos problemas relacionados com a educação física e colaborar com os Governos das Nações Americanas na coordenação das atividades dêste ramo de educação integral dos povos”³⁵⁷, em que se fizeram representar 13 países do Continente Americano: Bolívia, Brasil (delegado: Major João Barbosa Leite), Chile,

³⁵⁵ Para informações sobre as reuniões que antecederam a realização do *I Congresso Panamericano de Educação Física*, ver a *Revista Brasileira de Educação Física* (1944d, p. 18).

³⁵⁶ CULTURA POLÍTICA..., 1943.

³⁵⁷ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1943c, p. 39.

Colômbia, Costa Rica, Cuba, Guatemala, Estados Unidos, México, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai³⁵⁸.

Aderiram também ao Congresso as seguintes instituições nacionais e estrangeiras: Associação Brasileira de Educação, Associação Brasileira de Educação Física, Associação Brasileira de Imprensa, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Sociedade de Medicina Aplicada à Educação Física de São Paulo, Divisão do Ensino e Seleção da E. F. Central do Brasil, Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo, *Instituto de Educación Física y Técnica de la Universidad de Chile*, *Asociación de Profesores de Educación do Chile* e *Consejo Nacional de Cultura Física do Paraguay*³⁵⁹. Como membros do Congresso, inscreveram-se, ao todo, 11 estrangeiros e 225 nacionais³⁶⁰.

O Congresso foi constituído por uma Secretaria Geral Provisória e pelas Comissões de Honra, Executiva, de Pedagogia Aplicada à Educação Física, de Biologia Aplicada à Educação Física, de Política de Educação Física, de Organização e Administração da Educação Física, de Assuntos Correlatos e de Resoluções³⁶¹; sendo, assim, definidas suas sessões:

- a) duas solenes – de abertura e encerramento do Congresso;
- b) duas plenárias – uma para instalação do Congresso e outra para votação das resoluções e recomendações apresentadas pela Comissão de Resoluções bem como estudo de outros assuntos a juízo da Mesa, inclusive estabelecimento de rodízio para a escolha da sede dos próximos Congressos;
- c) cinco gerais, destinadas a debates em torno dos temas, comunicações e pareceres das Comissões.³⁶²

O Ministro Gustavo Capanema foi quem definiu as Comissões de Honra, Executiva e a Secretaria Geral Provisória, e as demais foram definidas por votação entre os membros da DEF, demonstrando, assim, a estreita relação estabelecida, naquele período, entre o Ministério da Educação e a Divisão de Educação Física. Em relação àqueles que foram designados pelo Ministro para integrar a Comissão Executiva, destacamos o Tenente-Coronel Ignácio de Freitas Rolim, então diretor da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, e, para compor a Secretaria Geral, o Professor Inezil Penna Marinho e os Doutores Paulo

³⁵⁸ Informações sobre os delegados de cada país, ver a *Revista Brasileira de Educação Física* (1944d, p. 20), e *Divisão de Educação Física* (1943, p. 52).

³⁵⁹ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944d, p. 20; DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1943, p. 53.

³⁶⁰ Para saber os nomes de cada membro e as suas respectivas regiões, ver a *Revista Brasileira de Educação Física* (1944d, p. 20-25).

³⁶¹ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944d, p. 20.

³⁶² BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1943c, p. 40.

Frederico de Figueiredo Araújo e Nilo Alves de Moraes, todos os três funcionários da DEF. O Major João Barbosa Leite fez parte das Comissões de Pedagogia e Biologia Aplicadas à Educação Física, tendo como seus secretários Inezil Penna Marinho, então Técnico de Educação, e o Doutor Paulo Frederico de Figueiredo Araújo, Assistente de Educação³⁶³.

Foram os seguintes os temas que deveriam versar os trabalhos:

Secção de Pedagogia Aplicada à Educação Física:

Tema n. 1 – A mecanização do exercício ou a sua orientação voluntária e consciente.

Tema n. 2 – Influência dos exercícios sobre o funcionamento dos órgãos dos sentidos normais e anormais.

Tema n. 3 – Que será mais proveitoso para o educando? Praticar os exercícios físicos diariamente em sessões de pouca duração ou periodicamente em sessões de maior duração com dias de intervalo para descanso?

Tema n. 4 – É recomendável a separação por sexo para a prática dos exercícios físicos?

Tema n. 5 – O jogo como meio de educação física. Seu valor bio-psico-social.

Tema n. 6 – A recreação orientada e a delinquência infantil – A educação física nos institutos penais e reformatórios.

Tema n. 7 – Estudos e determinação de boas posturas para a vida escolar. Plano de ginástica especial para esse fim.

Tema n. 8 – Como deverão ser feitas as provas físicas para avaliar os resultados dos exercícios após um determinado período de atividades? Semestral ou anual? Os certificados de educação física.

Secção de Biologia Aplicada à Educação Física:

Tema n. 9 – A Educação Física e o fator geográfico – Regiões altas e regiões baixas. Indumentária apropriada para os exercícios.

Tema n. 10 – Assistência médica e educação física escolares. Determinação do valor físico individual. Adaptação do exercício ao valor físico. Grupamento homogêneo.

[...].

Secção de Política Educacional:

Tema n. 15 – O Instituto Consultivo Panamericano – Seu alcance e suas finalidades.

Tema n. 16 – Confederação de profissionais dedicados à educação física.

Tema n. 17 – É recomendável a criação de métodos nacionais para cada país americano ou de um método panamericano? Até que ponto devem indicar os planos de educação física na América? Que ramos fundamentais ou secundários de educação física devem ingressar nesse plano?

Tema n. 18 – Estímulo ao professorado de educação física – Bolsas.

[...].

Secção de Organização e Administração da Educação Física:

Tema n. 20 – Que sistema administrativo deverá ser empregado para assegurar a melhor orientação da educação física? Os organismos estabelecidos devem subordinar-se diretamente ao Ministério da Educação, aos Estados ou aos Municípios?

[...].

Tema n. 27 – A carreira do Professor de Educação Física: Ingresso no serviço, qualificação e promoções do professorado; condições de saúde física e mental para o

³⁶³ Para saber os nomes que constituíram cada uma das Comissões, ver a *Revista Brasileira de Educação Física* (1944d, p. 20/25).

exercício da profissão – ficha médica periódica; sua garantia, remuneração e aposentadoria.

Secção de Assuntos Correlatos:

[...].

Tema n. 29 – O cinema a serviço da Educação Física.

[...].³⁶⁴ (Itálico do autor).

Ao todo, foram apresentados 78 trabalhos: 44, por intermédio do Brasil; 17, pelo Uruguai; 10, pelo Peru; 4, pelo México; e 3, pelo Chile³⁶⁵. Dentre esses, os que maior “interêsse despertaram” foram:

O jogo como meio de educação física; seu valor biofísico-social, na secção de Pedagogia. Na de Biologia, *O agrupamento homogêneo*, sôbre o qual foram apresentados 18 trabalhos. No de Política educacional, o tema palpitante foi o seguinte: “*É recomendável a criação de métodos nacionais para cada país americano ou de um método pan-americano? Até que ponto convém indicar os planos da educação física na América? Que raros fundamentais ou secundários de educação devem integrar este plano?*” Para a sua discussão, a Divisão de Educação Física apresentou as bases do inquérito criteriosamente elaborado em tôdas as minúcias, em novembro passado, e cujos resultados virão permitir uma sondagem mais objetiva de opiniões sôbre o *método nacional de educação física*. A sua apresentação despertou interêsse e vivo debate.³⁶⁶ (Itálico do autor).

Como atividades previstas no *I Congresso Panamericano de Educação Física*, ocorreram visitas à Divisão de Educação Física, à Escola de Educação Física do Exército, à Escola Nacional de Educação Física e Desportos, à Escola Naval, à Escola de Aeronáutica, à Escola Técnica Nacional, ao Instituto de Educação, aos colégios de ensino secundário, aos Departamentos de Educação Física da Marinha e de Educação Física da Estrada de Ferro Central do Brasil, ao Conselho Nacional de Desportos, ao Preventório D. Amélia, aos Clubes Desportivos Fluminense Futebol Clube, C. R. Vasco da Gama e Tijuca Tênis Clube, e à Casa Rui Barbosa, com “inauguração da placa oferecida pelos congressistas, em homenagem a este grande pioneiro da educação física no Brasil”. Além das visitas, houve ainda as seguintes atividades: demonstrações de educação física pelos alunos do Colégio Militar; demonstrações de atividades femininas e masculinas desenvolvidas por alunas e alunos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos; exibição natatória pelos alunos da Associação Cristã de Moços; exibição de filmes sobre educação física, oferecida pelo Escritório da Coordenação Interamericana; inauguração da *I Exposição Nacional de Educação Física*; almoço oferecido

³⁶⁴ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1943c, p. 41-43.

³⁶⁵ Para saber os títulos dos trabalhos apresentados, ver *Revista Brasileira de Educação Física* (1944d, p. 26-30).

³⁶⁶ CULTURA POLÍTICA, 1943.

aos congressistas pelo Departamento de Imprensa da Associação Brasileira de Imprensa; um jantar ofertado pela Divisão de Educação Física, no Cassino da Urca; e um *cock-tail*, oferecido pelos delegados estrangeiros no Automóvel Clube.³⁶⁷



FIGURA 7 – Visita dos congressistas ao Departamento de Educação Física da Marinha

Fonte: Fotografia obtida na *Revista Brasileira de Educação Física* (1944d, p. 22).



FIGURA 8 – Visita dos congressistas ao Departamento de Educação Física da Estrada de Ferro Central do Brasil

Fonte: Fotografia obtida na *Revista Brasileira de Educação Física* (1944d, p. 22).

³⁶⁷ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944d, p. 31-32.

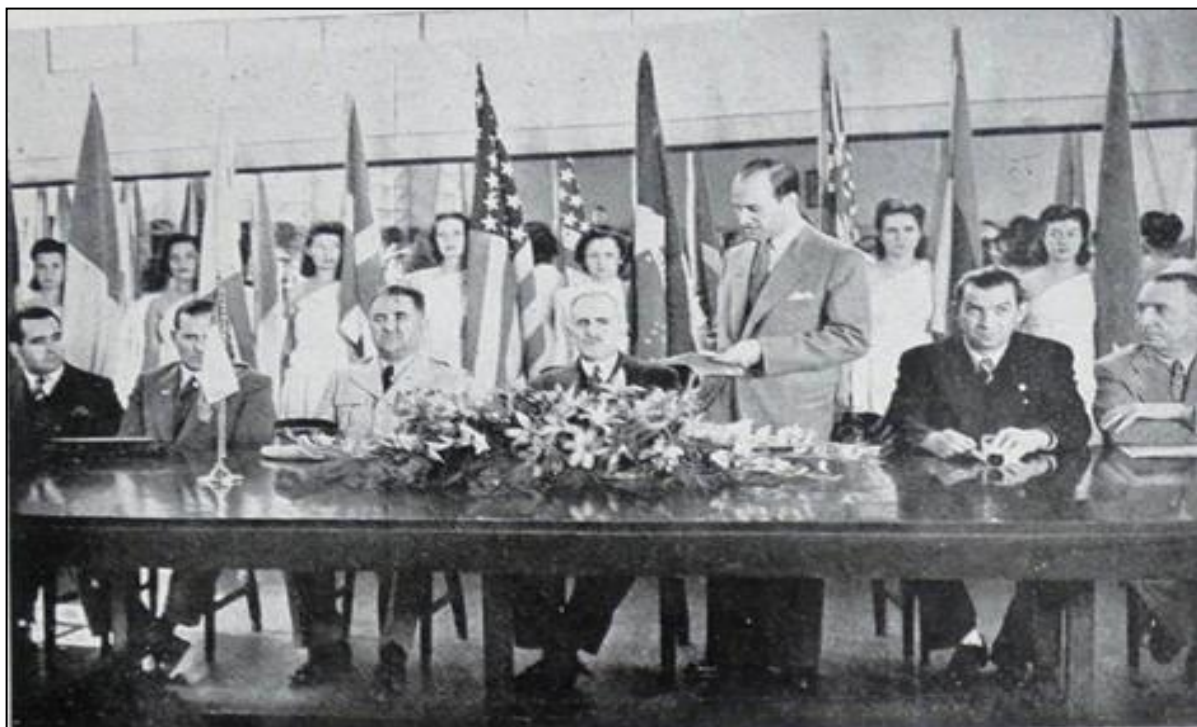


FIGURA 9 – Recepção aos congressistas na Escola Nacional de Educação Física e Desportos

Fonte: Fotografia obtida na *Revista Brasileira de Educação Física* (1944d, p. 24).



FIGURA 10 – Visita à Escola de Educação Física do Exército

Fonte: Fotografia obtida na *Revista Brasileira de Educação Física* (1944d, p. 28).



FIGURA 11 – Inauguração da placa oferecida pelos congressistas à Casa Rui Barbosa

Fonte: Fotografia obtida na *Revista Brasileira de Educação Física* (1944d, p. 26).

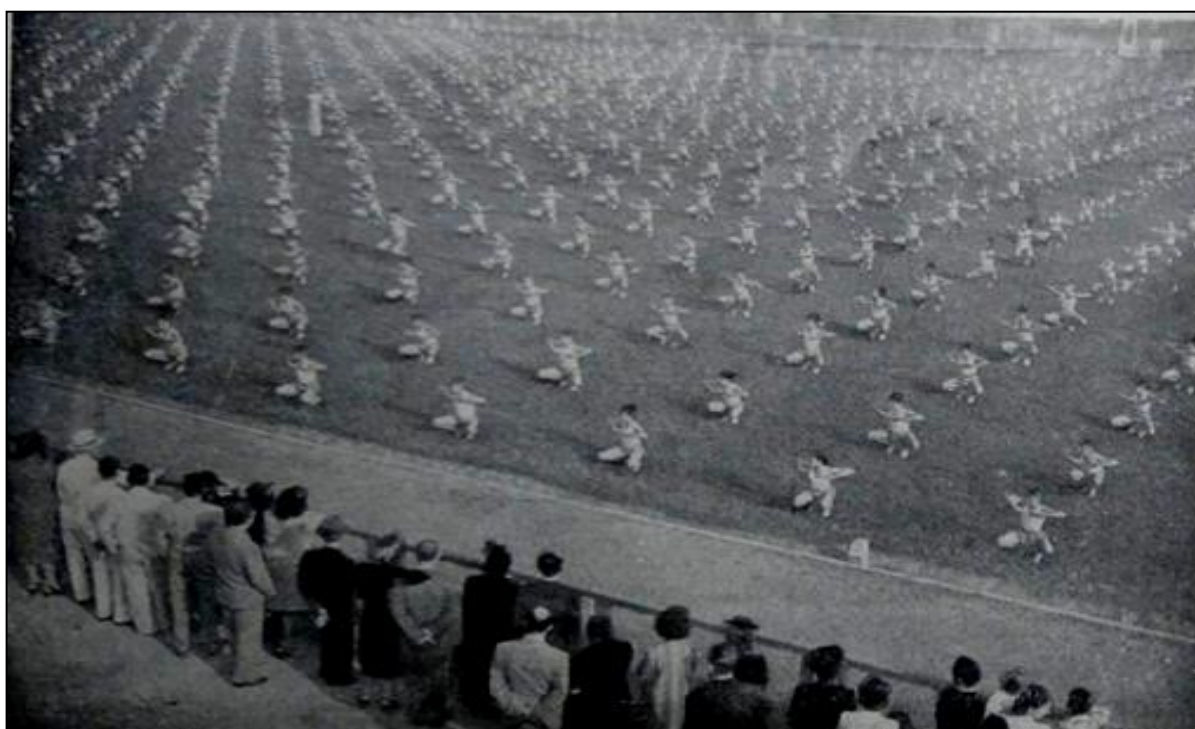


FIGURA 12 – Demonstração de educação física dos alunos do Colégio Militar

Fonte: Fotografia obtida na *Revista Brasileira de Educação Física* (1944d, p. 23).



FIGURA 13 – Demonstração de atividade feminina da Escola Nacional de Educação Física e Desportos

Fonte: Fotografia obtida na *Revista Brasileira de Educação Física* (1944d, p. 24).

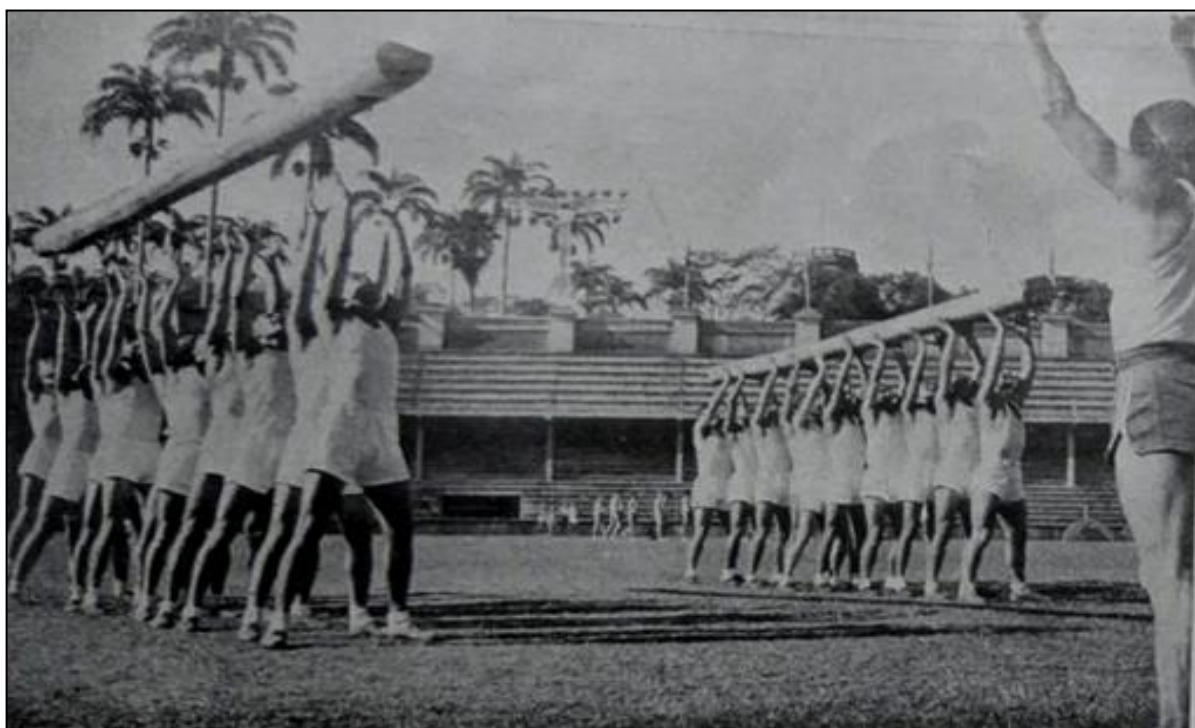


FIGURA 14 – Demonstração de atividade masculina da Escola Nacional de Educação Física e Desportos

Fonte: Fotografia obtida na *Revista Brasileira de Educação Física* (1944d, p. 25).



FIGURA 15 – Gustavo Capanema no encerrando do *I Congresso Panamericano de Educação Física*
 Fonte: Fotografia obtida na *Revista Brasileira de Educação Física* (1944d, p. 30).

Ao final do Congresso, seus congressistas chegaram a 21 conclusões³⁶⁸. Todavia, embora a discussão referente ao Método Nacional de Educação Física, proposta pela DEF, tenha despertado “interêsse e vivo debate”³⁶⁹, observamos que nenhuma conclusão a esse respeito foi formada. Em resumo, as conclusões apenas apontaram diretrizes gerais para a organização da educação física, assim como enfatizaram a necessidade de formação especializada, a parceria entre professores e médicos de educação física e a importância de se manter o intercâmbio entre as repúblicas americanas, sendo essas as mesmas questões que Antonio Boaventura viria a destacar, três anos depois da realização do Congresso, em sua palestra na *Semana de Exposição dos Métodos*, analisada anteriormente.

Quanto aos registros efetuados ao longo do Congresso, especificamente em relação às atividades desenvolvidas por alunos e alunas da ENEFD, é possível perceber que no Congresso se evidenciou alguns dos sentidos e significados que vinham sendo incutidos na educação física nacional, como, por exemplo: a prática feminina vinculada à leveza dos movimentos, à plasticidade, à harmonia e ao equilíbrio corporal; e a prática masculina fortemente atrelada à força e à rigidez físicas, representando, assim, o homem forte, o soldado pronto a servir a sua pátria.

³⁶⁸ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1943d, p. 7-9.

³⁶⁹ CULTURA POLÍTICA..., 1943.

Nessa perspectiva, concordamos com Galvão e Melo (2019, p. 241) ao afirmarem que também as imagens representam “estratégias discursivas”, uma vez que também elas são capazes de produzir determinados sentidos àquilo que está sendo analisado, neste caso, a conformação da educação física brasileira.

Voltando ao *I Congresso Panamericano de Educação Física*, em seu último dia, 31 de julho de 1943, foi inaugurada a *I Exposição Nacional de Educação Física*, composta pelos seguintes setores: ensinos primário, secundário, normal e industrial; ensinos superior e especializado; parques infantis; colônias de férias; estádios; organização e administração; material padronizado; estatística; e bibliografia nacional. A finalidade dessa Exposição foi “demonstrar às delegações estrangeiras e congressistas de um modo geral o trabalho que vinha sendo desenvolvido no Brasil”.³⁷⁰



FIGURA 16 – Aspecto da *I Exposição Nacional de Educação Física*

Fonte: Fotografia obtida na *Revista Brasileira de Educação Física* (1944e, p. 21).

Realizada por iniciativa de Gustavo Capanema, essa Exposição

[...] permaneceu aberta durante 40 dias e foi visitada por centenas de pessoas. Entre estas, além do grande número de curiosos que ali acorreram, atraídos principalmente pelas fotografias, quase tôdas verdadeiramente artísticas, destacaram-se dezenas de técnicos,

³⁷⁰ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1943d, p. 9.

professores e médicos, que por muitas horas a fio ali permaneceram, tomando anotações dos dados expostos e consultando livros quase desconhecidos ou há muito esgotados.³⁷¹

Sobre os ensinos primário, secundário, normal e superior e acerca dos parques infantis e das colônias de férias, foram expostas, aproximadamente, 300 fotografias e 22 álbuns com 1.130 fotos menores. Em relação ao ensino especializado e aos estádios, além das fotografias, foram também expostas maquetes da Escola Nacional de Educação Física e Desportos e do Estádio Nacional. Além disso, foram apresentados organogramas, cujo objetivo foi permitir uma apreensão acerca da organização da educação física no Brasil, “destacando-se o que dizia respeito à organização didática dos vários cursos de formação de especializados”. Pela DEF, foi apresentado um “material padronizado” sobre os estabelecimentos de ensino secundário, o que “proporcionou àqueles que pelo assunto se interessavam informações objetivas e preciosas”.³⁷²

De todos os setores da Exposição, o que mais atraiu aos técnicos foi o de estatística, por “permitir conhecer exatamente o número de diplomados por sexo, curso, por escola e por ano até 1942”. Complementando esse material, foram expostas “obras raras existentes em bibliotecas particulares e cujos proprietários só a custo” consentiram o empréstimo delas, durante o período de realização da Exposição, quais sejam: “quatro coleções de revistas especializadas e 369 obras de autores diversos”. Vale ressaltar a exposição de um grande painel intitulado “A Contribuição da Educação Física para o Esforço na Guerra”, que “despertou grande interesse”³⁷³, possivelmente, por relacionar-se, diretamente, aos sentidos e significados que à educação física eram atribuídos naquele período, bem como por relacionar-se ao período de guerra pelo qual o país atravessava, ou seja, com esse painel, colocava-se em relevo os sentimentos de patriotismo e nacionalismo tão almejados pelo governo.

³⁷¹ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1943d, p. 9-10.

³⁷² BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1943d, p. 10.

³⁷³ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1943d, p. 10.

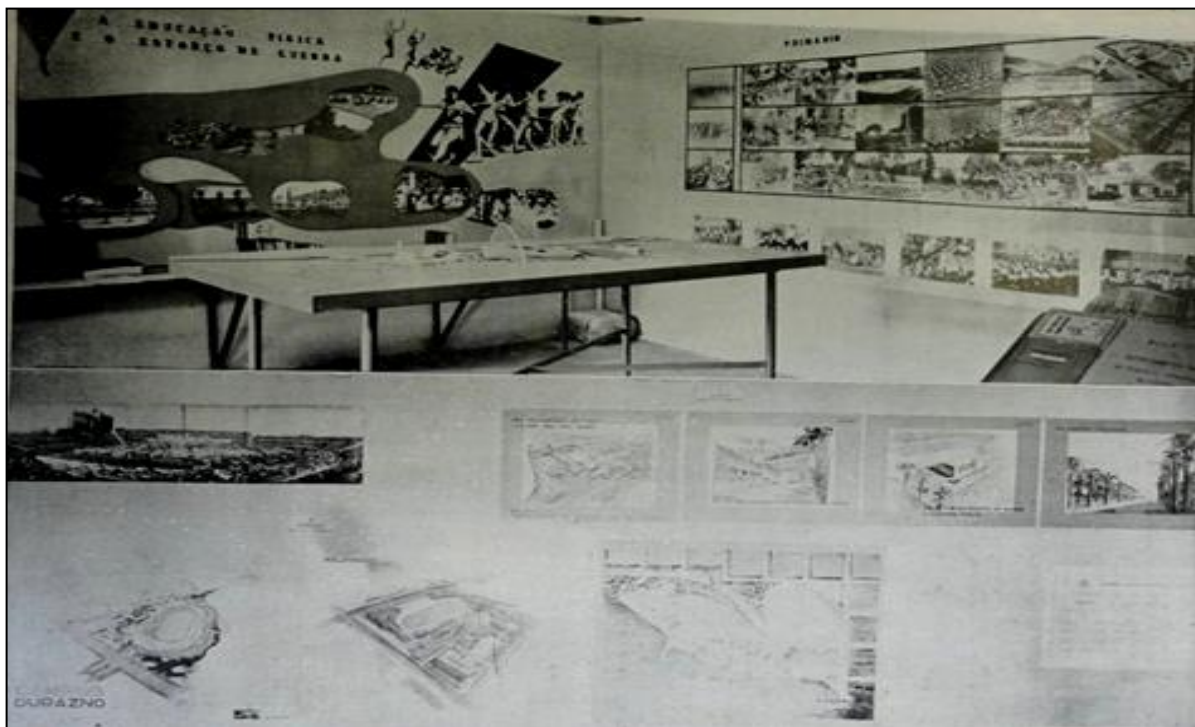


FIGURA 17 – O painel “A Contribuição da Educação Física para o Esforço na Guerra”, os campos de Educação Física do Uruguai e o esquema da organização da Educação Física no Paraguai

Fonte: Fotografia obtida na *Revista Brasileira de Educação Física* (1944f, p. 17).

Também o Uruguai e o Paraguai “contribuíram para o maior êxito da Exposição”; aquele, “com projetos e planos de parques infantis, colônias de férias e campos desportivos, e esse, com o esquema da sua organização nacional de educação física”³⁷⁴.

Visando guardar na memória de todos os envolvidos no *I Congresso Panamericano de Educação Física* e na *I Exposição Nacional de Educação Física*, como produto final desses eventos, a DEF produziu um álbum (com 78 páginas) “todo em papel couché, fartamente ilustrado”, sendo composto de duas partes: uma destinada ao Congresso e a outra destinada à Exposição³⁷⁵.

Como desdobramento do *I Congresso Panamericano de Educação Física*, ficou decidida a realização de um segundo, previsto para ocorrer em 1945, na cidade do México. Na fase preparatória do *II Congresso Panamericano de Educação Física*, a DEF realizou, entre 11 e 17 de dezembro de 1944, no Rio de Janeiro,

[...] a Reunião de Educação Física da qual participaram diretores de órgãos especializados, escolas e cursos de educação física, assim como instituições relacionadas com essa especialidade, tendo por objetivo estudar problemas relacionados com a

³⁷⁴ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1943d, p. 10.

³⁷⁵ Para mais detalhes, consultar *Boletim de Educação Física* (1943d, p. 10).

educação física no Brasil e firmar os pontos de vista nacionais, quer doutrinários, quer técnicos, para o Segundo Congresso Panamericano de Educação Física, a realizar-se de 2 a 16 de maio de 1945, na cidade do México.³⁷⁶

Desejosas por “marcar uma nova época para a Educação Física no Brasil”, as seguintes instituições se fizeram representar oficialmente, nessa Reunião: o Departamento Estadual e a Escola de Educação Física e Desportos do Estado do Rio Grande do Sul; a Inspetoria de Educação Física do Estado do Paraná e a sua Escola de Educação Física e Desportos; o Departamento e a Escola de Educação Física e Desportos do Estado de São Paulo; o Serviço de Educação Física do Departamento de Educação Nacionalista do Distrito Federal; o Departamento de Educação Física da Escola de Aeronáutica; a Escola de Educação Física do Exército; a Escola de Educação Física da Fôrça Policial do Estado de São Paulo; e o Serviço de Educação Cívico-Física do Acre³⁷⁷.

Na Reunião de Educação Física, ao todo, foram realizadas doze sessões, sob a presidência do Major Barbosa Leite, tendo Inezil Penna Marinho como seu secretário. O Major, “a fim de orientar o desenvolvimento dos debates”, fez a leitura de dois de seus trabalhos – “CONCEITO DE EDUCAÇÃO FÍSICA” (tema 1) e “NUTRIÇÃO E EDUCAÇÃO FÍSICA” (tema 22) –; já Inezil Penna Marinho “apresentou um resumo de suas idéias para cada tema” proposto, totalizando 47 temas, dentre esses, destacamos três: o “CONCEITO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, CONDIÇÕES A QUE DEVERÁ SATISFAZER UM MÉTODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA e O LUGAR DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO PLANO EDUCACIONAL”.³⁷⁸

Em relação ao primeiro desses três temas – conceito de educação física –, ficou compreendido que a educação física deveria ser considerada como “parte integrante e indissociável da educação”. Nesse sentido, ela deveria representar “um objetivo a alcançar e seus exercícios físicos” seriam os meios pelos quais ele seria alcançado, os quais poderiam ser reunidos em “3 classes: ginástica, jogos e desportos”. Havia, porém, a necessidade de distinguir “os exercícios físicos como objeto de ensino e os exercícios físicos como meio de educação”; aqueles devendo ser praticados nas escolas especializadas, e estes nas escolas primárias e secundárias.³⁷⁹

³⁷⁶ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945, p. 1.

³⁷⁷ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945, p. 1.

³⁷⁸ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945b, p. 38. Sobre todos os temas debatidos, ver a *Revista Brasileira de Educação Física* (1945b, p. 38-45).

³⁷⁹ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945b, p. 38.

No que se refere ao segundo tema – condições a que se deveria satisfazer um método de educação física –, embora Inezil Penna Marinho viesse, a tempos, discutindo e publicando sobre esse assunto, durante a Reunião de Educação Física, seus participantes não chegaram a uma conclusão, ficando, apenas, resolvido que se deveria “solicitar aos órgãos especializados, escolas, cursos e demais instituições relacionadas com a educação física”, que remetessem, “até 31 de janeiro de 1945, a sua contribuição no sentido de precisar as condições a que deverá satisfazer um método de educação física”³⁸⁰.

Quanto ao terceiro tema – lugar da educação física no plano educacional –, ficou determinado que ela não deveria ser considerada apenas como um “elemento integrante” da educação, visto que “o lugar que lhe cabia era o da base, alicerce sobre o qual deveriam repousar todos os demais elementos” integrantes de “um plano educacional”. Desse modo, na infância, principalmente, a educação física deveria “desempenhar papel preponderante sobre as demais seções de oportunidades de que se vale a educação”.³⁸¹

Terminada a referida Reunião, decidiu-se tornarem públicas suas conclusões “tão logo o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos se pronunciasse a respeito”. Noticiando sobre a sua realização e, nesse sentido, divulgando o empenho da Divisão de Educação Física no que dizia respeito à busca por soluções para o problema da educação física no Brasil, a *Revista Brasileira de Educação Física* parabenizou a DEF “por essa feliz iniciativa” e fez “votos para que outras reuniões de tal natureza [permitissem] solucionar os últimos problemas com os quais nos debatemos e, principalmente,” pudessem contribuir “para fundar o futuro Método Nacional de Educação Física”.³⁸² Vale destacar que, nesse período (anos iniciais da década de 1940), o diretor da *Revista* era o próprio diretor da DEF, o Major João Barbosa Leite, o que evidencia mais uma das estratégias da Divisão de Educação Física para se promover e se legitimar no campo da educação física nacional.

Das conclusões e encaminhamentos obtidos nessa Reunião, percebe-se que, passados mais de 16 anos desde a primeira menção feita pela Associação Brasileira de Educação, em 1929, continuava em discussão o Método Nacional de Educação Física, bem como os seus possíveis elementos constituintes, sem que se chegasse a conclusões definitivas, mesmo tendo a DEF/Inezil Penna Marinho muito se empenhado em sua criação, sobretudo na primeira metade da década de 1940. Isso demonstra que esse foi um processo moroso e que

³⁸⁰ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945b, p. 40.

³⁸¹ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945b, p. 40.

³⁸² REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945, p. 2.

requereu muitas idas e vindas, diversas negociações, seja entre os próprios militares, seja entre os militares e os representantes civis, principalmente.

Dando continuidade à organização do *II Congresso Panamericano de Educação Física*, em fevereiro de 1945, a *Revista Brasileira de Educação Física* tornou público o seu “Ante-Projeto de Regulamento e Temário”³⁸³. Contando com as sugestões enviadas pelo Chile, Equador, Guatemala, México, Peru, Uruguai, além das reunidas no Brasil, o II Congresso teve sua abertura definida para se dar em 2 de maio e seu encerramento seria no dia 16 do mesmo mês, e seus objetivos seriam:

- a) Promover os estudos dos problemas relacionados com a Educação Física dos Países Americanos e colaborar com os governos das Nações do Continente no melhoramento das atividades desse ramo da Educação integral dos povos;
- b) Estudar os assuntos recomendados no Primeiro Congresso Panamericano;
- c) Estudar os problemas assinalados no temário.³⁸⁴

Quanto aos temas abordados, destacamos, na “Seção de Pedagogia e Metodologia da Educação Física”, os seguintes:

- “Conviria a adoção de um plano de Educação Física Panamericano? Quais seriam suas bases e diretrizes fundamentais? E quais suas finalidades comuns?”;
- “Condições a que deverá satisfazer um Método ou Sistema de Educação Física”;
- “Conceito de Educação Física como parte da Educação”;
- “Lugar da Educação Física no Plano Educacional e horário escolar”;
- “Que atividades físicas (Jogos e Desportos) são mais apropriadas para integrar os programas de Educação Física destinados às Escolas Primárias, Secundárias, Superiores, Profissionais ou Industriais?”.³⁸⁵

Na “Seção de Biologia, Medicina e Ciências aplicadas à Educação Física”, salientamos os temas:

- “Grupamento homogêneo dos indivíduos para a Educação Física”;
- “Dados que influenciam na determinação do Valor Individual”.³⁸⁶

Na Seção seguinte, “Organização da Educação Física”, sobressaem-se as temáticas:

³⁸³ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945c, p. 33-37.

³⁸⁴ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945c, p. 33.

³⁸⁵ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945c, p. 34.

³⁸⁶ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945c, p. 34.

- “Quais devem ser os elementos conceituais para unificar a Estatística da Educação Física Panamericana?”;
- “Organização da Educação Física extra-escolar, com especial estudo das instituições desportivas não filiadas ou livres (sindicatos, grêmios ou ligas) que requerem orientação e controle técnico por parte do Estado”;
- “Formação do professorado de Educação Física e função social das Escolas de Educação Física. Unificação dos planos e valor dos títulos que se outorguem nas diversas repúblicas americanas”.³⁸⁷

Na IV Seção, “Política e Sociologia Educacional – Panamericanismo – Professorado de Educação Física”, realçamos os assuntos:

- “A Educação Física e os problemas de após guerra e sua contribuição para a organização social da Paz depois da Vitória”;
- “Leis Nacionais de Educação Física – Obrigatoriedade da Educação Física para os estabelecimentos e empresas fiscalizadas, municipais e particulares que possuam um número apreciável de trabalhadores e operários”;
- “Educação Física para os indígenas dos países americanos”;
- “Importância da Educação Física como meio para se realizarem os postulados do Panamericanismo”.³⁸⁸

Por fim, na “Seção de Técnica Desportiva – Temas Livres”, avultamos os temas:

- “Qual deve ser o caráter do Desporto na Escola?”;
- “Investigações nacionais, sôbre assuntos relacionados com a Educação Física dos países da América”.³⁸⁹

Também, foi definido que haveria a realização de outra exposição conjunta ao II Congresso, tal como ocorreu no primeiro. Para tanto, “os organismos oficiais, as Escolas especializadas em Educação Física e Associações de Professôres” seriam, pelo Comitê Organizador do Congresso, convidados a enviarem seus trabalhos gráficos, pois, dessa forma, poderiam “ser demonstradas as normas que caracterizavam os diferentes sistemas e métodos” que vinham sendo empregados “nas nações americanas, assim como pormenores valiosos das

³⁸⁷ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945c, p. 35.

³⁸⁸ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945c, p. 35-36.

³⁸⁹ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945c, p. 36. Sobre os demais temas elencados, consultar *Revista Brasileira de Educação Física* (1945, p. 34-36). Todos esses temas, de certo modo, foram abordados por Inezil Penna Marinho, em seus estudos publicados entre os anos de 1942 e 1946, como veremos na Seção 8.

construções desportivas”³⁹⁰. A cargo da Secretaria Geral³⁹¹, essa exposição teria “como objetivo dar uma oportunidade aos países americanos para mostrar os adiantamentos materiais, as experiências e outras realidades alcançadas no vasto campo da Educação Física”³⁹².

Mesmo com toda essa organização prévia, o *II Congresso Panamericano de Educação Física* acabou se realizando somente no final de 1946, entre os dias 1º e 15 de outubro³⁹³. Sobre os seus desdobramentos, tivemos acesso a poucas informações. Sabemos apenas que houve a criação de um “Instituto Panamericano de Educação Física, com sede nos Estados Unidos e integrado por membros que [representavam] as Américas do Norte, Central e Sul”³⁹⁴. Já no segundo semestre de 1950, Inezil Penna Marinho publicou, na *Revista Brasileira de Educação Física*, um artigo tratando, especificamente, dos Congressos Panamericanos de Educação Física. Todavia, também nesse artigo, as informações sobre o II Congresso foram breves e esparsas, sendo que de novidade só nos foi apresentado o seguinte: houve o comparecimento de 45 delegados, os quais representaram 16 nações americanas (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Estados Unidos, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, Uruguai, Venezuela e México); o número de membros que aderiram a ele foi de 13, sendo esses pertencentes à Argentina, Brasil, Costa Rica, Equador, Guatemala e Peru, mais 47 de diferentes Estados ou instituições mexicanas; ao todo, foram apresentados 70 trabalhos; a “Memória do Congresso” havia sido “devidamente ilustrada com numerosas fotografias”, constituindo um “volume de 428 páginas”; e o seu presidente havia sido o General Antonio Gómez Velasco³⁹⁵.

Acreditamos que essa escassez de informação acerca dos eventos relacionados à educação física, após 1945, guarda relação com o fim do Estado Novo, visto que uma nova organização política estabeleceu-se, provocando, assim, mudanças no que se referia ao modo de como lidar com o problema da educação e, por consequência, com os problemas da educação física. Embora já tenhamos identificado que, após a queda de Getúlio Vargas, os investimentos na elaboração do Método Nacional de Educação Física enfraqueceram-se, é válido prosseguirmos um pouco mais nesse período e trazermos outro texto publicado por Inezil Penna Marinho, em janeiro de 1947, também na *Revista Brasileira de Educação Física*,

³⁹⁰ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945c, p. 34.

³⁹¹ Embora a fonte não especifique, acreditamos que essa “Secretaria Geral” refira-se a todo o Congresso.

³⁹² REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945c, p. 33-37.

³⁹³ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1946a, p. 1.

³⁹⁴ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947a, p. 1.

³⁹⁵ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1950, p. 1.

no qual o autor evidenciou o seu total descontentamento frente aos novos rumos da educação física brasileira.

No artigo intitulado *1946 – Desilusões!... 1947 – Esperanças!...*, Inezil Penna Marinho despediu-se daquele ano com a seguinte frase: “Felizmente 1946, com tôda a sua apocalíptica bagagem, acaba de passar!”; e para o ano que iniciava, Inezil fez votos de ser uma “nova era para a Educação Física no Brasil”, já que um “novo ministro” assumiria a “pasta de Educação e Saúde”. Diante dessas primeiras frases, já nos foi possível identificar o tom de denúncia presente em seu texto, no que se referia ao período de descaso em que, no Brasil, a educação física foi lançada. Entretanto, com a chegada de 1947, retornaria a esperança. Apostando no Senhor Clemente Mariani, quem havia assumido o Ministério da Educação e se comprometido em reunir “os mais destacados valores no cenário da educação nacional”, Inezil, então, solicitou ao novo Ministro uma “especial atenção para a Educação Física no Brasil”, a fim de que fosse “reconquistada a situação impar que desfrutávamos no Continente”, e, assim, finalizou o seu texto: “Se 1946 foi cheio de desilusões, 1947 se apresenta pleno de esperanças. Esqueçamos o passado e pensemos somente no futuro! Que 1947 seja o ano mais próspero para a educação no Brasil, mais venturoso para a causa da Educação Física que defendemos”.³⁹⁶

Vimos até aqui que Inezil Penna Marinho, sobretudo no decorrer da década de 1940, muito se envolveu com o processo de constituição da educação física brasileira. Mas, de fato, quem foi esse sujeito? Como se deu a sua relação com a educação física no Brasil? Essas e outras questões serão abordadas na Seção 7; antes, porém, veremos quais as impressões do *I Congresso Panamericano de Educação Física* chegaram a outros países da América Latina.

6.1.1 *As impressões do I Congresso Panamericano de Educação Física que “viajaram” pela América*

Se, após a realização do *II Congresso Panamericano de Educação Física*, não houve muita repercussão desse evento, pelo menos não a ponto de chegar às páginas das revistas brasileiras especializadas da área, a mesma situação não ocorreu com o *I Congresso*. Muitos dos congressistas que deste participaram, ao retornarem aos seus países de origem, compartilharam as principais impressões que obtiveram desse evento, e elas foram pelas revistas brasileiras divulgadas.

³⁹⁶ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947b, p. 1.

No Uruguai, por exemplo, os seus representantes no I Congresso foram convidados a palestrar sobre aquele “grande certame continental”³⁹⁷. O Tenente-Coronel José A. Baudean, sendo um dos escolhidos, iniciou sua fala dizendo que, no Brasil, havia se formado “uma consciência nacional com relação ao problema da educação física”, e, mais do que isso, para ele, havia uma “unidade de doutrina”, que só se tornou possível graças às exigências governamentais à Escola de Educação Física do Exército, a qual, passados mais de 19 anos de sua fundação, permitia “vê cumpridos os anelos dos sonhadores que reiniciaram o movimento educativo que tivera em Rui Barbosa sua figura consular”³⁹⁸.

Especificamente sobre o Major Barbosa Leite, que havia sido o presidente do I Congresso, Baudean afirmou que ele possuía um “fino espírito, competente e sólidas convicções”, sendo um “condutor de rara energia”³⁹⁹. Isso nos leva a dizer que os militares, presentes tanto na Divisão de Educação Física quanto nas Escolas por eles ministradas, conseguiram transmitir a esse congressista a mensagem que tanto desejavam, qual seja: estavam desenvolvendo um significativo trabalho no que dizia respeito à educação física brasileira e, com isso, mantinham a sua unidade de doutrina. Assim, mais uma vez, reforçava-se a ideia de que o Brasil não se fazia sem a colaboração dos militares, sobretudo em relação à educação física, os quais seguiam contando com o total apoio do Estado.

Julio Rodriguez foi outro professor uruguaio a palestrar. Para ele, a realização do *I Congresso Panamericano de Educação Física* foi uma “interessante iniciativa brasileira”, e, por assim ser, seu país

[...] não podia deixar de acompanhar o Brasil nessa nova cruzada em favor da educação popular, na qual se lançou nesse instante em que devia fazer face a tôdas as responsabilidades da guerra por haver tomado posição na vanguarda da defesa do Continente Americano.⁴⁰⁰

Prosseguindo em sua fala, o professor enfatizou a contribuição do Brasil na guerra, destacando a sua vitória, que somente foi possível graças ao “seu povo” que se atirou “à luta pelo triunfo da democracia”. Nessa perspectiva, “o país inteiro” caracterizava-se como “uma imensa fábrica na qual se produziam materiais indispensáveis para o esforço bélico das Nações Unidas”. Para o professor Julio Rodrigues, todos os militares brasileiros trabalharam “com decisão e entusiasmo”, dirigindo “todos os esforços” à guerra. No entanto, isso não

³⁹⁷ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944g, p. 8.

³⁹⁸ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944g, p. 11.

³⁹⁹ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944g, p. 11.

⁴⁰⁰ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944g, p. 12.

impediu o Brasil (leia-se: os militares) de também encarar os “outros problemas que, embora não estivessem relacionados diretamente com o esforço de guerra”, eram “fundamentais para a boa organização da Sociedade e para o melhoramento das condições de vida do povo”, sendo tais problemas “de índole educativa” e relacionados à educação física.⁴⁰¹

Em relação ao Major Barbosa Leite, Julio Rodriguez destacou ter ele realizado um “trabalho eficiente e fecundo”, permanecendo, desse modo, coerente com o lugar que ocupava no Brasil: “o alto cargo de Diretor da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde”. Sobre os trabalhos apresentados pelo Major, afirmou que, ao serem “publicados nos Anais do Congresso”, representavam “um enriquecimento da bibliografia científica sobre estes assuntos educativos e uma valiosa contribuição para o desenvolvimento da educação física em todos os países do Hemisfério Ocidental”. Por fim, o professor comentou sobre a maioria dos temas debatidos, mas, em nenhum momento, mencionou as contribuições ao Método Nacional de Educação Física, se este seria um método criado por cada nação ou se o melhor seria um “Método Panamericano...”. Ao que parece, tendo em vista as visitas que os congressistas realizaram à Escola do Exército, à Escola Nacional de Educação Física e Desportos e a diversos Colégios de ensino secundário, nos quais puderam apreciar algumas demonstrações práticas de educação física, o método trabalhado nessas instituições vinha cumprindo, de forma satisfatória, o papel destinado à educação física – isto é, o Método Francês.⁴⁰²

Por último, palestrou o professor Luis Sampedro, que, com uma fala inicial direcionada aos seus colegas, ou seja, aos “professores primários e professores de educação física”, ressaltou o trabalho desenvolvido, em especial, em três estabelecimentos: o Preventório D. Amélia, o Instituto de Educação e o Colégio Militar, os quais poderiam “ser considerados, cada um deles, verdadeiros modelos”. Sobre o trabalho desenvolvido na primeira instituição, destacou ele dois pontos principais. Sobre o primeiro ponto, atrelando sua fala ao discurso higienista, enfatizou a importância da relação com a natureza lá existente, “proximidade com o mar, excelência de seu clima” e o “solo de surpreendente fertilidade”, e o fato de os dormitórios e as salas de aulas, “por suas amplas janelas”, receberem “o ar e o sol em abundância”. Quanto ao segundo ponto, afirmou que o maior benefício lá observado era o fato de as crianças viverem com seus professores “ao ar livre”.⁴⁰³

⁴⁰¹ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944g, p. 12.

⁴⁰² REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944g, p. 13.

⁴⁰³ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944g, p. 15-16.

Especificamente em relação à educação física, Luis Sampedro disse ter assistido a uma “magnífica sessão realizada com um conjunto de pequenos alunos”, na qual pôde observar que, “como qualquer outro aspecto da educação integral”, a educação física era realizada

[...] simultaneamente com outras atividades, e que, enquanto os meninos [jogavam] ao ar livre fortalecendo seus organismos, um professor inteligente e engenhoso [podia] exercitar em seus discípulos muitas faculdades e despertar, ao mesmo tempo, sentimentos e aspirações que não conseguiriam talvez por outros meios. [...] enquanto os alunos, executando variados exercícios, entoavam alegres canções.⁴⁰⁴

Note-se que o método adotado nessas aulas de educação física conjugava “variados e interessantes jogos”, o que nos remete ao ecletismo característico do Método Francês que aqui foi adotado (BRUSCHI, 2019), sobretudo no que se refere à educação física desenvolvida no ensino primário, assim como à adoção de outros modos de sistematização da educação física nas escolas brasileiras. Nesse sentido, dando continuidade à sua palestra, sobre o Instituto de Educação – composto por três seções: “um jardim de infância, uma escola primária e o que nós chamaríamos aqui [em seu país] um instituto normal”, nas palavras do professor –, Luis Sampedro afirmou ser este um “centro docente de extraordinária importância, freqüentado por cerca de três mil e duzentos alunos”, cujo objetivo era “formar professores de ensino primário e realizar investigações e experiências de caráter pedagógico”.⁴⁰⁵ No que dizia respeito à educação física, que figurava “nos programas das três seções”, o professor comentou que os delegados do I Congresso tiveram a “oportunidade de presenciar duas magníficas demonstrações” e, sobre as quais, teceu a seguinte afirmativa:

[...] [elas] evidenciaram a nova orientação e organização que autoridades, professores e médicos têm dado à educação física no país irmão, organização e orientação que devemos apressar-nos em adotar no país se não quisermos ficar relegados e expostos a escutar justas reprovações dos homens de amanhã, por cujo desenvolvimento físico e educação integral não realizamos, no momento, o trabalho correspondente.⁴⁰⁶

Sobre o terceiro estabelecimento destacado pelo professor Luis Sampedro, o Colégio Militar, de ensino secundário, por sua vez, também a sua “organização e eficiência da educação física” os congressistas não puderam “deixar de admirar”. Em relação às instalações dessa instituição de ensino, novamente, o discurso do professor pautou-se em elementos

⁴⁰⁴ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944g, p. 16.

⁴⁰⁵ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944g, p. 18-20.

⁴⁰⁶ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944g, p. 20.

higiênicos ao dizer que havia lá “esplendidas e modernas instalações de toda ordem, imensa cozinha e amplos e higiênicos dormitórios”. Concluiu sua palestra formulando votos para que, em seu país, Uruguai, fosse iniciada “imediatamente uma intensa campanha em favor da educação física, ou melhor, da educação integral”, a qual pudesse assegurar “o futuro da raça”, mantendo os uruguaios, assim, “no elevado plano de nação culta e pioneira que sempre os caracterizou”.⁴⁰⁷ Em seu discurso, é possível identificarmos alguns dos principais elementos que à educação física, naquele período, eram atribuídos, ou seja, vinculada ao higienismo, a educação física seria capaz de regenerar, fortalecer e tornar saudáveis todos aqueles que a praticassem.

Já em outro país, no Chile, as impressões do *I Congresso Panamericano de Educação Física* chegaram mediadas pelo professor Horacio Godoy Ylufiz, que publicou, na *Revista de Educación* (editada pelo *Ministério de Educación Pública do Chile*), breves palavras em um artigo intitulado *El Primer Congreso Panamericano de Educación Física*. Horacio Ylufiz iniciou seu artigo agradecendo ao “Exmo. e Ilustre Primeiro Mandatário da Nação Dr. Getúlio Vargas, e ao Exmo. Sr. Ministro da Educação, Dr. Gustavo Capanema”, por terem-no convidado a participar daquele “tão importante certame continental”, no qual seus participantes passaram quinze dias “estudando os mais variados e interessantes problemas de Educação Física”.⁴⁰⁸

Segundo Horacio Ylufiz, tendo sido nessa “magna assembléia cuidadosamente esclarecidas as diferentes fases da Educação Física”, o I Congresso constituiu-se como um “crisol em que se purificaram os diversos sistemas de ensino e de organização; os métodos de trabalho e todos os aspectos técnicos da Educação Física”⁴⁰⁹. O professor continua seu texto elogiando o Major Barbosa Leite, que, desempenhando “desde alguns anos o cargo de Diretor da Divisão de Educação Física do Brasil”, vinha desenvolvendo uma “obra em benefício da educação física” que merecia a “aprovação do Governo” e que somente se tornava possível porque ele seguia acompanhado por um

[...] selecto núcleo de funcionários jovens, estudiosos e possuidores de um sólido acervo profissional, entre os quais podemos mencionar os nomes dos Drs. Paulo Frederico de Figueiredo Araújo, Nilo Alves de Moraes e finalmente o Prof. Inezil Penna Marinho, cuja vasta cultura profissional pude aquilatar de perto uma vez que nos coube trabalhar juntos na Comissão de Pedagogia Aplicada à Educação Física.⁴¹⁰

⁴⁰⁷ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944g, p. 22.

⁴⁰⁸ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944h, p. 42.

⁴⁰⁹ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944h, p. 42.

⁴¹⁰ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944h, p. 42-43.

Finalizando seu relato, o professor afirmou que o Brasil, “com tão consideráveis valores intelectuais, e tomando em consideração a sólida base científica dada à Educação Física”, deveria “forçosamente alcançar um elevado grau de perfeição e progresso neste importante ramo da Educação”⁴¹¹.

Como podemos observar, em todas as falas apresentadas, houve o reconhecimento acerca do trabalho que os militares vinham desenvolvendo no Brasil, no que se referia ao problema da educação física, seja considerando a atuação da Divisão de Educação Física, seja levando em conta o que se realizava nas Escolas, fossem elas de ensino primário, secundário, superior ou especializado. Assim, podemos concluir que o *I Congresso Panamericano de Educação Física* alcançou o objetivo que, naquele período, era caro aos militares, qual seja: a expansão, divulgação e o reconhecimento de sua unidade de doutrina acerca da educação física nacional. Em todos os relatos dos participantes estrangeiros desse evento, o trabalho dos militares foi enfatizado, entretanto também foram merecedores de elogios alguns civis, dentre eles, Inezil Penna Marinho. Mas, por quais razões ele se destacou entre os muitos sujeitos presentes no I Congresso? Qual foi o lugar ocupado por Inezil nesse processo de constituição da educação física brasileira? Vejamos a seguir.

⁴¹¹ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1944h, p. 43.

7 INEZIL PENNA MARINHO E O MÉTODO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM PROTAGONISTA NO SEU PROCESSO DE CRIAÇÃO

Nascido no Rio de Janeiro, em 15 de agosto de 1915, Inezil Penna Marinho, durante a sua infância e juventude, cursou o ensino primário no Instituto La-Fayette, turma de 1927, e secundário no Internato do Collegio de Pedro II, turma de 1933⁴¹². Segundo Dalben (2011, p. 65), Inezil, quando “jovem, compartilhou as horas dedicadas aos estudos clássicos e à escrita literária com outra atividade que em muito lhe entusiasmava e que seria central em sua vida pessoal e profissional: as práticas corporais”, sobre as quais o próprio Inezil comenta: “[...] era grande a minha atração pelos desportos; sua prática me proporcionava estado de verdadeira euforia”⁴¹³.

Como aluno, confirmando sua “atração pelos desportos”, Inezil Penna Marinho compôs a equipe esportiva do Pedro II (DALBEN, 2011, p. 66), consagrando-se um campeão em diversas modalidades, o que o levou a constituir “um exímio quadro de troféus e medalhas”. Entretanto, “seu nome seria reconhecido na educação física brasileira principalmente por seus feitos intelectuais, que tiveram início logo após concluir seus estudos superiores de educação física” (DALBEN, 2011, p. 68). Além de se formar como instrutor pela Escola de Educação Física do Exército, em 1938, ele tornou-se técnico desportivo pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos, três anos depois. Anos mais tarde, fez os seguintes cursos: Direito na Universidade Federal Fluminense, de 1939 a 1943; Psicologia Geral e Psicotécnica no Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil, entre 1944 e 1945; Filosofia na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, de 1949 a 1953; e Literatura Grega na Universidade de Brasília, em 1980. Sete anos após essa última formação, Inezil Penna Marinho faleceu, em sua cidade natal, em 2 de abril de 1987⁴¹⁴.

Tudo aquilo que poderia representar um impasse na trajetória escolar de Inezil,

[...] conferiu um suporte bastante inovador para suas pesquisas acadêmicas na educação física, pois lhe permitiu analisar os esportes, a ginástica e a educação física a partir das ciências humanas. Nesse sentido, o caráter inovador de seus estudos foi

⁴¹² CURRICULUM VITAE abreviado de Inezil Penna Marinho, Candidato ao provimento da cadeira nº 14 da Academia Brasiliense de Letras. Fonte garimpada no LUME Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/>. Acesso em: 22 ago. 2020.

⁴¹³ MARINHO, 1949, p. 3.

⁴¹⁴ CURRICULUM VITAE abreviado de Inezil Penna Marinho, Candidato ao provimento da cadeira nº 14 da Academia Brasiliense de Letras. Fonte garimpada no LUME Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/>. Acesso em: 22 ago. 2020.

possível exatamente por reunir durante a sua vida, mais precisamente durante a sua formação escolar e os anos de juventude, condições para se dedicar tanto a prática dos esportes quanto aos estudos literários e clássicos, campos que poderiam lhe surgir como opostos, ou incongruentes, acrescentaram à sua carreira o suporte teórico para se destacar em sua atuação profissional. (DALBEN, 2011, p. 72-73).

Conhecedor de diversos estados e países, Inezil Penna Marinho foi, ao longo de sua trajetória acadêmica, garimpando importantes documentos e informações relacionados ao campo da educação física, os quais resultaram na publicação de inúmeros trabalhos do autor. Segundo ele próprio, esses trabalhos foram, até a década de 1940, “melhor aproveitados no estrangeiro” do que em seu próprio país:

Conheço dezenas e dezenas de cidades de quase todos os Estados do Brasil, viajei por dezoito países e recolhi pacientemente, em mais de dez anos de pesquisas, valiosíssimas informações, raríssimos documentos e copiosíssima bibliografia. E o resultado de toda essa experiência vem sendo divulgado em mais de trezentos artigos técnicos, cerca de cem monografias e uma dezena de livros, melhor aproveitados no estrangeiro do que em nosso próprio país. Não tenho vaidades, não desejo funções, não quero coisa alguma. Aumenta-me unicamente o desejo de transmitir tudo o que aprendi, de expor os resultados de minhas meditações, de ser útil ao meu povo, de não perder um patrimônio tão penosamente acumulado.⁴¹⁵

Embora tenha afirmado, conforme citação acima, não ter desejado “coisa alguma”, vimos que ele, no decorrer da década de 1940, principalmente, muito se empenhou em forjar um Método Nacional de Educação Física. Todavia, este não saiu dos papéis, nem mesmo do plano discursivo, haja vista que, já na segunda metade dos anos 40, esse método ainda não havia sido implementado em terras brasileiras. Pelo contrário, a partir dessa época, o projeto de criação de um método com “alma nacional” pareceu “dar lugar ao acolhimento de diferentes formas de organizar o ensino” (LIMA, 2021, p. 37), e, assim, diversos outros modos de sistematização da educação física foram surgindo, os quais, não necessariamente, traziam consigo o ideário nacionalista⁴¹⁶.

Contudo, essa não concretização de seu projeto não impediu que Inezil Penna Marinho se tornasse, mais ou menos da década de 1990 para cá, objeto de estudos de muitos pesquisadores e pesquisadoras da História da Educação/História da Educação Física no Brasil⁴¹⁷. Esses estudos abordam desde a sua biografia até a sua influência como um dos

⁴¹⁵ MARINHO, 1947, p. 1.

⁴¹⁶ Para mais detalhes, consultar Cunha (2017) e Lima (2021).

⁴¹⁷ Dentre esses pesquisadores e essas pesquisadoras, podemos destacar Nascimento (1997, 1997a), Ferreira Neto (1999), Melo (1998, 2007, 2009), Goellner (2005), Goellner e Silva (2009), Dalben (2011), Oliveira (2012), Figueiredo (2016), Fernandes (2020).

maiores intelectuais da educação física, no Brasil, e baseiam-se em sua produção humanista, a qual lhe permitiu discutir sobre variados temas – dentre eles: Pedagogia, Psicologia, Filosofia e História –, além de ter lhe permitido ser autor de diversos poemas. Nesse lugar de autor múltiplo e polissêmico, Inezil Penna Marinho tomou a história da educação física como um dos eixos centrais de suas discussões, a qual o acompanhou ao longo de toda sua trajetória enquanto pesquisador da área. Como membro de importantes instituições para a educação física brasileira, circulou por diferentes espaços e, nesse percurso, foi se forjando como professor, pesquisador, autor e editor, sendo autorizado a tecer e a narrar uma história da educação física nacional. Isto é, Inezil Penna Marinho foi um verdadeiro intelectual de sua época, como veremos adiante.

7.1 Dos lugares que ocupou às relações que estabeleceu: Inezil Penna Marinho e a educação física que almejou forjar

Para começar, apresentamos o seguinte cenário: o Estado Novo, com Getúlio Vargas como Presidente da República e Gustavo Capanema como seu Ministro da Educação e Saúde; a Divisão de Educação Física como um órgão federal criado para regulamentar, orientar e fiscalizar a educação física em âmbito nacional, sendo dirigida por um militar, o Major João Barbosa Leite, e outorgada pela Constituição de 1937, a qual tornou obrigatório o ensino da educação física em todas as escolas primárias, secundárias, normais, agrícolas e industriais, fossem elas municipais, estaduais ou federais, obrigatória essa reforçada pela Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942. Foi nessa ambiência que Inezil Penna Marinho inseriu-se – um cenário, como ele mesmo afirmou, “bastante proveitoso à Educação Física e aos Desportos no Brasil” (MARINHO, 1954, p. 9).

O Estado Novo, de acordo com Lucia Lippi Oliveira (2008, p. 14), ofereceu

[...] um exemplo significativo de construção de identidade na medida em que, nesse período da história brasileira, foi explicitado o trabalho simbólico de inúmeros intelectuais, ideólogos do regime, ocupados em definir e implementar uma política que expressasse, que representasse, que produzisse a unidade nacional.

Essa característica desse regime de governo, além de presente em outros campos, também marcou a educação e a educação física brasileira, a qual teve Inezil Penna Marinho como um dos seus principais representantes e defensores.

Ao longo desse regime governamental, foram muitos os intelectuais que produziram e divulgaram ideias favoráveis ao governo e às suas políticas centralizadoras. O Estado atribuía a esses intelectuais os seguintes papéis: “o de colaboradores com a ação política, como expressão da sociedade civil e da opinião pública e como exemplo de ‘um ator social coletivo’” (PRADO, 2000, p. 5), sendo a principal tarefa deles a de “construir um ‘Estado novo e um homem novo’ identificado com os ‘ideais nacionais’”, fazendo “com que os intelectuais colocassem suas inteligências a serviço do projeto oficial”, para o qual o problema nacional passava, em grande parte, pela questão da identidade e da unidade nacionais (PRADO, 2000, p. 4). Esses papéis foram incorporados por Inezil Penna Marinho no decorrer de sua trajetória profissional-acadêmica, o que, de certo modo, tornou-o um importante debatedor das questões educacionais e, por consequência, um expressivo defensor dos problemas da educação física, no Brasil.

Mas, como Inezil Penna Marinho se aproximou desse campo? Tomemos como ponto de partida sua matrícula na EsEFEx, sobre a qual ele relata:

Em meio de uma vida mais ou menos despreocupada, sem outras responsabilidades que não fôssem as relativas a minha própria pessoa, alguém me perguntou por que não tirava eu o curso na Escola de Educação Física do Exército. Dois antigos colegas do Pedro II – Francisco Luiz Inneco e Archimedes Vargas da Costa Filho – tinham feito o curso em aprêço e me explicavam sempre as suas vantagens. E, em um dia do mês de fevereiro de 1938, transpus a entrada de Fortaleza de São João para efetuar a minha matrícula na E.E.F.E. Após rigorosos exames, fui incluído em uma das turmas do curso de instrutores, **impressionado pelo fato de ter como colega, entre outros distintos oficiais do Exército** o grande Padilha – campeão brasileiro e sulamericano quinto do mundo nos 400 m com barreiras. As atividades curriculares começavam às 7,15 e iam até às 16 horas, com 4 a 5 aulas práticas pela manhã e duas ou três pela tarde. O regime era duro, a frequência rigorosíssima e a disciplina severa. Fui obrigado a interromper meu curso de direito, pois era impossível realizar os dois simultaneamente, como a princípio havia pretendido. Um ano duro. Verdaderamente duro, não somente sob o ponto de vista de esforço físico como também intelectual. [...] **Como civil que eu era, acostumado ao regime universitário, com aquela liberdade que desfruta o estudante, de nossas escolas superiores, estranhei o rigor militar, mas a ele me adaptei sem maiores dificuldades.** E, assim, em dezembro de 1938, recebi o meu diploma de “Instrutor de Educação Física”, sem saber ao certo a expressão de seu justo valor.⁴¹⁸ (Negrito nosso).

Habilitado como instrutor de educação física e iniciando sua convivência com “distintos oficiais do Exército”, Inezil Penna Marinho estreitou suas relações com a área da educação física inscrevendo-se “em uma prova de habilitação, disputando com mais três concorrentes um cargo de sub-assistente técnico na Divisão de Educação Física do Ministério

⁴¹⁸ MARINHO, 1949, p. 3.

da Educação e Saúde”. Ao ser aprovado, ele ingressou nessa instituição em 1939. Nesse órgão de significativa preeminência para o Estado Novo, Inezil foi se constituindo como uma referência nos assuntos educacionais, mais precisamente relacionados ao campo da educação física, em que, por várias vezes, foi convidado, como representante da DEF, por diferentes instituições a palestrar sobre temas relacionados à área. Também ocupando o lugar de referência nos assuntos educacionais, foi responsável por ministrar seis das dez conferências do *Curso de Informações* ofertado pela DEF, em 1941 – naquele momento, atuando diretamente na formação de professores de educação física.⁴¹⁹

No ano anterior a essa formação para instrutor de educação física, em 1937, Inezil Penna Marinho havia se inscrito “no concurso para técnico em educação, apresentando a tese ‘Especialização – Fatos preponderantes na técnica da Educação Física’”⁴²⁰. Composta por seis capítulos, sua tese foi, assim, organizada: no primeiro capítulo, Inezil relata:

[...] [busco] demonstrar o que se entendeu e o que actualmente se comprehende por Educação, apresentando as concepções [antiga], medieval, moderna, contemporanea e por fim a Escola Nova. Evidencia de maneira insophismavel a posição que a educação physica occupou e aquella em que, no momento, se encontra dentro da Educação.⁴²¹

No segundo capítulo, “admittida assim a educação physica dentro da Educação”, Inezil Penna Marinho analisa “a importancia da educação physica, ja através dos seculos na vida dos povos, ja no desenvolvimento de qualidades physicas, moraes e intellectuae, quer como factor de desenvolvimento physico, quer ainda em varios outros setores”⁴²².

No terceiro capítulo, o autor da tese discute sobre

[...] a “influencia da educação physica na formação da raça”. Inicialmente são apresentados alguns exemplos historicos de tenacidade e força moral, que universalmente consagram a educação physica. Segue-se um estudo succinto das bases para a formação de uma raça, onde são apreciados os elementos que entram na sua composição. Logo após é feita apreciação dos typos antagonicos que entraram para a formação posterior da nossa raça e apresentados os productos de taes cruzamentos. São também apresentados os typos de brasileiro cuja divergencia se accentua. O effeito das correntes imigratorias, discriminado as características de certos povos tambem integra este capitulo. Trata ainda da correcção de defeitos mórbidos nos debeis intellectuae e debeis physicos, entrando, por fim, no problema de “selecção de especie”, quando são focalizados assumptos da [ilegível] a eugenia, a [eutenia], a eutanasia e a selecção inversa. Uma exposição do papel

⁴¹⁹ MARINHO, 1949, p. 3.

⁴²⁰ Jornal *O Imparcial*, 20 de abril de 1941, p. 4.

⁴²¹ Jornal *O Imparcial*, 20 de abril de 1941, p. 4.

⁴²² Jornal *O Imparcial*, 20 de abril de 1941, p. 4.

do Estado cabe ainda no III capítulo que tem a [ilegível] varias observações colhidas pessoalmente pelo autor, em certos Estados do sul.⁴²³

Na primeira parte do quarto capítulo, ele aborda “o problema da educação physica como agente decisivo a ser empregado na campanha nacionalizadora”; na sequência, conceitua “nação, Estado e soberania”, analisa “a actual campanha nacionalizadora” e propõe “os meios mais efficazes a serem empregados” nessa campanha. Na segunda parte, Inezil estuda “o sentido e sentimento do patriotismo na mocidade e as diversas organizações existentes na Italia, Alemanha, Tcheco-Slovaquia, Finlandia, Portugal e, finalmente, Brasil”.⁴²⁴

No capítulo cinco, ele faz

[...] uma ligeira exposição do logar que a educação physica occupa na administração escolar de diversos paizes europeus e americanos. Após essa introdução, são expostas as principaes tentativas levadas a effeito no Brasil, para que a educação physica integrasse os programas escolares, e descortinando um panorama geral da situação do momento, com os seus órgãos administrativos especializados existentes no Distrito Federal e em 3/5 dos Estados que constituem a nossa Republica.⁴²⁵

No último capítulo de sua tese, Inezil expõe “a forte tendencia á especialização nas atividades humanas” e, baseado em uma “farta documentação”, afirma a necessidade da formação de “technicos especializados para a educação physica”⁴²⁶. Por fim, o autor chegou às seguintes conclusões:

- 1) Os educadores hodiernos [de 1937] são unanimes em admittir a educação physica como parte integrante e primordial da educação.
- 2) A educação physica sempre desempenhou papel preponderante na vida dos povos.
- 3) A educação physica desenvolve não só as qualidades physicas, como tambem as moraes e intellectuaes, contribuindo de forma efficiente para a formação do caracter e correcção de anomalias psychicas.
- 4) A influencia da educação physica na formação de uma raça é factor que não deve ser desprezado de maneira alguma, muito ao contrario, cumpre que seja utilizado intelligentemente de modo a proporcionar resultados promptos e decisivos.
- 5) A educação physica deve ser aproveitada, sob as suas varias formas, como agente decisivo na campanha nacionalizadora.
- 6) É na mocidade que o sentimento de patriotismo encontra campo mais fertil á sua proliferação e, portanto, a organização da juventude em instituições representa um verdadeiro seguro para a integridade do Estado e a soberania nacional.

⁴²³ Jornal *O Imparcial*, 20 de abril de 1941, p. 4.

⁴²⁴ Jornal *O Imparcial*, 20 de abril de 1941, p. 4.

⁴²⁵ Jornal *O Imparcial*, 20 de abril de 1941, p. 4.

⁴²⁶ Jornal *O Imparcial*, 20 de abril de 1941, p. 4.

- 7) A educação physica já marcou posição de destaque na administração escolar de varios paizes, que lhe concederam órgãos administrativos especializados, inclusive o Brasil.
- 8) Hoje em dia todas as atividades humanas tendem á especialização, consequencia logica do progresso.
- 9) A especialização é um factor preponderante na technica da educação physica, pelo conjunto de determinados conhecimentos que ella exige para a sua applicação racional, assim os technicos especializados são de imprescindivel necessidade para que a educação physica não estacione ou tumultue, para que possa acompanhar o progresso, evoluindo na applicação de seus methodos e nos methodos de sua applicação.
- 10) A realização do Concurso para Technicos de Educação Physica, nos moldes apresentados pela monographia, viria adotar os órgãos encarregados de administrar a educação physica do pessoal de que carece para a ampliação de seu programma e para maior efficiencia dos seus serviços.⁴²⁷

Além da especialização de técnicos, Inezil Penna Marinho propõe a

[...] criação de um Instituto de Educação Physica, destinado a realizar estudos e pesquisas inherentes á educação physica, de accordo com as condições, climas e meios nacionaes, argumentando do seguinte modo: “Sem um Instituto de pesquisas permaneceremos estacionados, sem possibilidade de evolução e sem perspectivas de progresso em materia de Educação Physica. Este Instituto poderia funcconar junto á Escola Nacional de Educação Physica e Desportos, que apresentaria optimo campo e melhor material para toda a sorte de pesquisas. Estudaria o mesmo problema concernentes à educação physica e á medicina especializada; realizaria pesquisas em torno da adaptação dos processos de cultura physica ao nosso meio, coordenaria os elementos scientificos que pudessem fundamentar a elaboração do methodo de educação physica a ser seguido no paiz.”⁴²⁸

Esse trabalho/tese foi considerado de “importante valor” para a área da educação física, uma vez que a abordou “por um prisma inteiramente novo”, despertando, inclusive, o “interesse até por parte dos leigos”. Graças a esse trabalho, Inezil Penna Marinho classificou-se entre os primeiros no referido concurso para técnico em educação e, em 1941, foi nomeado Técnico de Educação da Divisão de Educação Física. Nessa instituição, Inezil foi conquistando seu espaço, chegando até mesmo “a desempenhar, por várias vezes, as funções de diretor”.⁴²⁹

Ainda em 1941, simultaneamente, Inezil Penna Marinho ingressou no Curso de técnico desportivo da ENEFD e, paralelamente, retomou seu Curso de Direito, concluindo ambos em 1943. Todavia, os laços que ele estabeleceu, sobretudo, com a DEF mantiveram-no vinculado à educação física, relegando à advocacia, naquele momento, um segundo plano. Em suas palavras:

⁴²⁷ Jornal *O Imparcial*, 20 de abril de 1941, p. 4.

⁴²⁸ Jornal *O Imparcial*, 20 de abril de 1941, p. 4.

⁴²⁹ MARINHO, 1949, p. 3.

[...] a advocacia me atraía bastante, mas as raízes que a E.E.F.E. havia lançado em meu espírito eram tão profundas que faziam minhas idéias e minhas atividades convergirem exclusivamente para a Educação Física, à qual eu me dedicava cada vez mais. Não poucas vezes pensei em mudar o rumo de minha vida pois o meu cargo de técnico de educação e a minha qualidade de advogado me ofereciam tentadoras oportunidades. E não consigo explicar nem a mim mesmo as profundas razões que me determinaram a continuar ligado à causa da Educação Física.⁴³⁰

No campo da educação física, Inezil Penna Marinho teceu uma ampla “rede de sociabilidades” (GOMES, 1993), que se tornou importante, inclusive, porque foi justamente por meio dela que ele começou a se forjar enquanto uma referência da área, fazendo com que sua voz fosse ouvida tanto em seu país quanto fora dele. Representando a Divisão de Educação Física, Inezil viajou por diversos países, participou de vários congressos – nacionais e internacionais⁴³¹ –, ministrou conferências⁴³², publicou diversas obras e também foi o responsável por organizar e editar as informações que a DEF almejava fazer circular, por meio de seu *Boletim*, acerca da educação física, tanto de ordem administrativa quanto em relação à sua regulamentação. Desse modo, concordamos com Fernandes (2020, p. 90) quando afirma que “Inezil Penna Marinho e a Divisão de Educação Física estabeleceram uma relação de benefícios mútuos”. Ao mesmo tempo que Inezil constituía-se como “uma das mais brilhantes inteligências postas a serviço da educação física no Brasil”⁴³³, a DEF seguia fortalecendo-se enquanto órgão federal responsável pela regulamentação, orientação e fiscalização da educação física em âmbito nacional. Nessa perspectiva, o *Boletim de Educação Física*, impresso que dava visibilidade às ações da DEF, forjava-se como um legítimo espaço de debates acerca da educação física que almejava ser nacional, ao mesmo tempo que também conferia visibilidade ao pensamento de Inezil.

⁴³⁰ MARINHO, 1949, p. 3.

⁴³¹ Inezil Penna Marinho participou do *Primeiro Congresso Paulista de Educação Física* (RJ, 1940), do *I e do II Congressos Panamericanos de Educação Física* (RJ, 1943 e México, 1946, respectivamente), do *I e II Congressos Sul-Americanos de Medicina Desportiva* (Lima, 1939 e Buenos Aires, 1940, respectivamente), do *I Congresso Argentino de Educação Física* (1943), dentre outros eventos (CIÊNCIA POLÍTICA, 1944, p. 72).

⁴³² Inezil Penna Marinho, após sua participação no *I Congresso Argentino de Educação Física*, como representante da Divisão de Educação Física, “conquistou as simpatias gerais dos seus pares e levou a Associação Argentina de Professores de Educação Física a solicitar do Ministro Gustavo Capanema, por intermédio do Embaixador Batista Luzardo, autorização para o técnico Inezil Marinho realizar, em Buenos Aires, uma série de conferências sobre assuntos de sua especialidade” (REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945d, p. 1). Ainda no correr da década de 1940, Inezil foi também convidado a ministrar uma Conferência no “Gynasio Piedade”, na qual ele abordou a relação entre a Psicologia e a Educação Física na infância (*Jornal dos Sports*, 24 de maio de 1940, p. 4); e, no *Instituto Nacional de Ciência Política*, ministrou a Palestra intitulada “Estado Nacional e a Educação Física” (*Jornal A Manhã*, 12 de novembro de 1944, p. 5).

⁴³³ *Jornal Diário de Notícias*, 03 de fevereiro de 1946, p. 3.

Nesse percurso, Inezil Penna Marinho estreitava seus laços com os militares. O Major João Barbosa Leite foi um dos maiores exemplos dessa relação. Considerado pelos seus pares como um “administrador de aguda visão, capaz e dinâmico”, o Major, na direção da DEF, realizou “um verdadeiro milagre. É que não era apenas o dirigente: do servente ao diretor exerceste as funções. E todos, tomando o teu exemplo, te seguiam. Foi assim que nasceu a Divisão de Educação Física”.⁴³⁴ Com ele, Inezil compartilhou diversos projetos, tanto no âmbito da DEF quanto no da *Revista Brasileira de Educação Física*, o que resultou em uma parceria de mútua admiração. Por diversas vezes, o Major elogiou Inezil, não só devido às funções que este exercia naquela instituição, mas também pelas publicações de seus estudos.

Sobre a obra de Inezil, *Contribuições para a História da Educação Física no Brasil*, editada pela DEF, em 1943, Barbosa Leite assim se expressou:

Trata-se, sem dúvida, da obra mais importante sobre educação física, apreciada em 1943 e quiçá até hoje. O seu autor exhibe uma documentação verdadeiramente surpreendente, com bibliografia de quase cem páginas. [...] No meu entender, este trabalho não é apenas uma cronologia da educação física no Brasil. Ele reúne, num estudo cuidadoso, apoiado em pesquisas minudentes, os acontecimentos e os atos oficiais que hão de concorrer para a formação definitiva da História da Educação Física e dos Desportos em nossa terra. É uma contribuição valiosa para nós porque se baseia em farta documentação pública e em vasta bibliografia, que facilitará aos interessados no assunto as investigações com que pretendam ampliar conhecimentos. Sua publicação, por isso, seria de grande utilidade, principalmente para as escolas de educação física....⁴³⁵

Com o mesmo tom elogioso, o Major também comentou sobre outra publicação do referido autor, intitulada *A oportunidade da criação da carreira de Técnico de Educação Física*:

Trata-se de um trabalho premiado no Concurso de Monografias de 1942, promovido pelo Departamento Administrativo do Serviço Público. O autor é um dos maiores estudiosos dos assuntos de educação física e seu nome está estritamente ligado a todas as grandes realizações neste sector educacional, levadas a efeito nos últimos quatro anos. Na monografia em aprêço, além da grande cultura educacional que exhibe, demonstra um conhecimento profundo da filosofia da educação física, esclarecendo subtilezas que geralmente passam despercebidas a quase todos os outros especialistas o que entrava o desenvolvimento da educação física e lança confusão sobre os seus verdadeiros objetivos.⁴³⁶

⁴³⁴ Discurso proferido por Alfredo Colombo, na ocasião, diretor da Divisão de Educação Física, em homenagem aos seus ex-diretores (COLOMBO, 1957, p. 13-20).

⁴³⁵ LEITE, 1944, p. 45.

⁴³⁶ LEITE, 1944, p. 46.

Na *Revista Brasileira de Educação Física*, Inezil Penna Marinho foi um dos seus autores que mais publicou estudos na década de 1940, quando o seu diretor era, justamente, o Major João Barbosa Leite. Assim, tanto Inezil quanto Barbosa Leite representaram, no período, um elo entre estas duas instituições: a DEF, que tinha como uma de suas responsabilidades regulamentar a educação física no Brasil, e a referida *Revista*, que tinha como uma de suas finalidades fazer circular o saber produzido na área. Publicada mensalmente pela Empresa “A Noite”, a *Revista Brasileira de Educação Física* era

[...] mais uma expressão da vontade do Cel. Luiz Carlos da Costa Neto e representava mais um esforço seu no sentido de dar maior amplitude, no setor educativo à cooperação que já vem prestando ao Governo e às instituições particulares por intermédio dos seus jornais, revistas, estações de rádio, etc..⁴³⁷

Nesse sentido, seu programa traduzia-se por uma “única palavra: colaboração – em todo o alcance do vocábulo”.

Colaboração, sem restrições, com os Governos, nos diversos escalões administrativos, com educadores, com associações e com o público, na grande obra do revigoreamento físico, moral e intelectual da mocidade brasileira, [...]. Colaboração que se traduzirá, principalmente, pela difusão dos conhecimentos acumulados sobre a matéria de sua especialidade, pela propagação e defesa dos ideais modernos que inspiraram a estrutura educacional do nosso país, assim como pela divulgação esclarecida dos atos governamentais interessantes para os leitores. Colaboração, enfim, no sentido de proporcionar os debates mais amplos em torno dos assuntos controvertidos, à feição da índole e dos sentimentos democráticos de nossa gente.⁴³⁸

O Major Barbosa Leite foi seu diretor de 1944, ano de sua fundação, até abril de 1946, quando a *Revista* foi suspensa definitivamente. Mas, antes que isso ocorresse, “em junho de 1945, estive a ‘Revista Brasileira de Educação Física’ ameaçada de suspender sua circulação”, uma vez que a Empresa “A Noite”, “por determinação do Governo”, já havia interrompido “a publicação de diversas revistas do seu acervo”. Porém, essa suspensão não se concretizou naquele momento, “graças aos esforços desenvolvidos por seu Diretor, Major Barbosa Leite, que não poupou sacrifícios para revogar a deliberação da Empresa ‘A Noite’”. Situação que não durou por muito tempo, já que, em abril de 1946, “surgiu a ordem definitiva para suspender, em caráter irrevogável”, a impressão da *Revista*.⁴³⁹

Esse ocorrido significou

⁴³⁷ LEITE, 1944a, p. 2.

⁴³⁸ LEITE, 1944a, p. 2-3.

⁴³⁹ MARINHO, 1946, p. 3.

[...] mais de dois anos perdidos num trabalho insano de defender a Educação Física contra aqueles que desejavam destruí-la. E o mais grave de tudo era que tal ordem surgia justamente no momento em que a Educação Física no Brasil, aturdida, com os duros golpes recebidos na administração do Sr. Leitão da Cunha, precisava de todas as forças ainda disponíveis para colocá-las a serviço de sua redenção.⁴⁴⁰

Nesse mesmo período, também a Divisão de Educação Física sofreu com as medidas tomadas pelo governo instalado em substituição ao de Getúlio Vargas. Nesse período, foi promulgado o Decreto-Lei nº 8.535, de 2 de janeiro de 1946, o qual “desintegrou completamente o Departamento Nacional de Educação”, ao qual a DEF era subordinada. Desse modo, a educação física brasileira, com a queda de Getúlio Vargas do poder, teve de enfrentar duas “batalhas” concomitantes, uma no âmbito da *Revista* e outra, ainda mais grave, no âmbito da DEF, sendo que, nessa “luta”, estiveram presentes tanto Inezil Penna Marinho quando o Major João Barbosa Leite.⁴⁴¹ Vale aqui lembrar o texto intitulado *1946 – Desilusões!... 1947 – Esperanças!...*, publicado por Inezil na *Revista Brasileira de Educação Física*, no qual ele solicitava do novo Ministro da Educação uma “especial atenção para a Educação Física no Brasil”, a fim de que fosse reconquistado o importante lugar que desfrutava no Continente, até aquele período, mas que havia se perdido graças ao último governo⁴⁴².

Diante desse cenário desolador para a educação física, tornava-se imprescindível que a *Revista Brasileira de Educação Física* resistisse, visto que esta representava “um dos últimos baluartes” que possuíam os defensores dessa prática “para defender o pouco” que dela restava e, se ainda fosse possível, para “reconquistar a imensidão do terreno perdido na luta contra aqueles” que desejavam “subordinar aos seus caprichos, aos seus recalques e, o que é mais grave, aos seus interesses particulares, os supremos interesses e as reais necessidades do povo brasileiro”⁴⁴³. Assim, para reverter a determinação de seu encerramento definitivo, os próprios fundadores da *Revista* entraram, novamente, em acordo com a Empresa “A Noite” e tomaram para si a responsabilidade de continuar editando a “única revista especializada que ainda sobrevivia, como tenaz baluarte na defesa da causa da Educação Física no Brasil”⁴⁴⁴. Foi nesse momento que Inezil Penna Marinho assumiu a direção da *Revista* e o Major Barbosa Leite passou a ser anunciado como seu fundador. Inezil permaneceu nesse cargo até 1952, período em que, conforme Antônio Sérgio Oliveira (2012, p. 57), também foi o seu proprietário e que marcou o fim definitivo da *Revista Brasileira de Educação Física*.

⁴⁴⁰ MARINHO, 1946, p. 3.

⁴⁴¹ MARINHO, 1946, p. 3.

⁴⁴² MARINHO, 1947, p. 1.

⁴⁴³ MARINHO, 1946, p. 3.

⁴⁴⁴ MARINHO, 1949a, p. 1.

Concordamos com Oliveira (2012, p. 57-58, grifos do autor) quando este afirma que a inserção de Inezil Penna Marinho nesse campo editorial

[...] evidencia o forte *capital simbólico* adquirido e produzido ao longo dos primeiros anos de sua carreira na área de Educação Física, na Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, desempenhando a função de Técnico em Educação, na qual, por diversas vezes e por diferentes ocasiões, teve a oportunidade de representar aquela divisão na área da Educação Física, divulgando seu pensamento pedagógico no Brasil e no Exterior em nome daquilo que ele chamava de “defesa da causa” da Educação Física brasileira.

Além disso, parece-nos que, ao se utilizar dos impressos especializados em geral – Revista *Educação Physica*, Revista de Educação Física e os ARQUIVOS da ESCOLA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS – e, especificamente, da Revista Brasileira de Educação Física, Inezil tinha a intenção de difundir o conhecimento por ele produzido, fortalecendo, desse modo, o seu lugar enquanto “intelectual criador”⁴⁴⁵ (GOMES; HANSEN, 2016), no que se referia à educação física brasileira.

Formado, em 1938, pela EsEFEx, para instrutor de educação física e sendo funcionário da DEF, inicialmente, como Assistente Técnico e, posteriormente, como Técnico em Educação, Inezil Penna Marinho conviveu diretamente com os militares. E mais do que isso, junto a estes e às suas instituições, ele compartilhou projetos para a educação física nacional, ao mesmo tempo que também se forjou enquanto um importante intelectual da área. Tudo isso reflete o que ele mesmo afirmou no início de sua convivência com os militares, ainda durante o curso da EsEFEx: “[...] como civil que eu era, [...], estranhei o rigor militar, mas a êle me adaptei sem maiores dificuldades”⁴⁴⁶.

Ocupando esse lugar de reconhecimento no campo da educação física, Inezil Penna Marinho mantinha relações diretas com outras estruturas de poder do país: o Departamento Nacional de Educação, ao qual a DEF era subordinada; e o Ministério da Educação e Saúde, sob a responsabilidade de Gustavo Capanema, ao qual esse Departamento vinculava-se. Foi através desse órgão governamental que os primeiros e importantes trabalhos de Inezil Penna Marinho para a área da educação física foram publicados e, também, foi pela DEF que pôde viajar por diferentes países, fazendo com que suas ideias circulassem.

Autorizado a transitar pelo país, fiscalizando e orientando o processo de constituição da educação física brasileira, e também pelo exterior, expandindo sua rede de

⁴⁴⁵ Para conhecer o perfil desses periódicos e a quantidade de trabalhos que Inezil Penna Marinho neles publicou, ver Apêndice J.

⁴⁴⁶ MARINHO, 1949, p. 3.

sociabilidades e sua influência na área, Inezil Penna Marinho seguia se afirmando enquanto autoridade nos assuntos relacionados à educação física. Nesse percurso, pôde, constantemente, estabelecer contato com Capanema, fazendo com que, de certo modo, no decorrer do governo Vargas, quando o assunto era a educação física, rapidamente o seu nome fosse lembrado. Sem contar que sua própria função na DEF demandava de Inezil ações centralizadoras no campo da educação física, sendo essa mais uma característica que o aproximava do governo Vargas.

Dessa maneira, Inezil Penna Marinho, como funcionário da Divisão de Educação Física, conseguiu estabelecer vínculos com dois importantes setores da sociedade, na época: os militares e o próprio governo de Getúlio Vargas. Nesse sentido, se era um desejo do Estado Novo “recriar uma tradição nacional”, esse mesmo desejo era também manifestado por Inezil, o que “foi providencial para sua grande contribuição para a História da Educação Física e o desenvolvimento dos temas nacionais, antes pouco abordados pelas bibliografias afins” (FIGUEIREDO, 2016, p. 199). Isso, de certo modo, também conferiu a ele legitimidade para, inclusive, vislumbrar ser o protagonista do processo de criação do Método Nacional de Educação Física no Brasil.

Essa aliança entre Inezil Penna Marinho e o Estado Novo foi, portanto, um importante elemento na constituição da educação física brasileira. Ao mesmo tempo, é provável que essa aliança tenha contribuído para que Inezil expandisse sua rede de sociabilidades⁴⁴⁷ e seus lugares de atuação, uma vez que, após a queda de Getúlio Vargas, nos termos de Figueiredo (2016, p. 201-202), ele, como um “alinhado ao Estado Novo” e um “exímio crítico do novo momento de redemocratização do país e da substituição de Gustavo Capanema no [Ministério da Educação]”, ao renunciar ao seu cargo na Divisão de Educação Física, em 1946, foi designado, no ano seguinte, ainda como Técnico de Educação concursado desse Ministério, para exercer suas funções de secretário da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, na qual havia se especializado no ano de 1941.

Passados dois anos nessa instituição escolar, Inezil passou a compor o seu quadro docente, tendo sido aprovado, por meio de um concurso público, para se tornar Livre-Docente da Cadeira de Metodologia da Educação Física e do Treinamento Desportivo, com a tese intitulada *Crítica aos exercícios analíticos em face dos fundamentos bio-psico-sócio-filosóficos dos programas de Educação Física destinados a escolas primárias* (OLIVEIRA,

⁴⁴⁷ Sobre sujeitos e instâncias que contribuíram para que Inezil Penna Marinho expandisse a sua rede de sociabilidades, ver Apêndice K.

2012). Como responsável por essa Cadeira, Inezil ocupou-se de temas mais próximos à Pedagogia, à Recreação e aos Sistemas e Métodos, todavia sem abandonar as abordagens históricas, as quais eram marcas de seus estudos (FIGUEREDO, 2016).

Segundo Figueiredo (2016), anos mais tarde, em 1956, Inezil Penna Marinho e Aluizio Accioly, um pouco antes do falecimento deste, escreveram juntos o livro *História e Organização da Educação Física e dos Desportos*. Dividido em três volumes, essa obra teria como finalidade “prover alunos e escolas de Educação Física de material de estudo”, sendo que “os dois primeiros volumes, segundo os autores, seriam o próprio programa da Cadeira X da ENEFD que passaria a vigorar a partir de 1956” (FIGUEREDO, 2016, p. 194). Naquele momento, Inezil era “Chefe do Departamento de Pedagogia que agregava cátedras afins, entre elas a de Metodologia da Educação Física e dos Desportos sob sua tutela e a de História e Organização de Accioly” (FIGUEREDO, 2016, p. 194). Essa proximidade dos dois autores “não somente desencadeou essa publicação como também fez com que Inezil, no mesmo ano, assumisse a regência da disciplina de História e Organização após a morte de Accioly” (FIGUEREDO, 2016, p. 194), acumulando, assim, ambas as funções: a de regente da Cadeira de História e Organização e a de Catedrático de Metodologia. Todavia, no ano seguinte, 1957, Inezil optou pela cátedra de História e Organização da Educação Física e dos Desportos, provavelmente porque era seu desejo voltar a lidar, mais diretamente, com a história da educação física, tema caro aos seus estudos, que fundamentou muitas de suas publicações, tornando-o uma das mais importantes referências para esse campo, até os dias atuais.

Impedido de migrar automaticamente de uma Cadeira a outra, porém, nesse momento, já reconhecido como um importante autor, professor e pesquisador da área, Inezil Penna Marinho submeteu-se a outro concurso, no qual apresentou, a título de análise, 12 livros, 44 monografias e ensaios, 4 teses para concursos, 419 artigos publicados em boletins e revistas da área (FIGUEIREDO, 2016)⁴⁴⁸, além de ter defendido a Tese intitulada *Interpretação Histórica da XIV Olimpíada de Píndaro*, obtendo “a média final 9,53”. Após tomar posse da Cadeira de História da Educação Física e dos Desportos, permaneceu por bem pouco tempo na ENEFD, pois, conforme o próprio Inezil afirmou, em 1958, transferiu-se para Brasília, “a convite do Presidente Juscelino e do Ministro Clovis Salgado e, após servir durante alguns anos como Assessor do Gabinete do Ministro”⁴⁴⁹, pediu exoneração, no ano de 1971, passando a se dedicar exclusivamente à advocacia. Diante dessa declaração, Inezil

⁴⁴⁸ Para mais informações sobre sua atuação como professor da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, consultar Figueiredo (2016).

⁴⁴⁹ Jornal *Correio da Manhã*, 29 de junho de 1957, 2º caderno, p. 2.

afastou-se do campo da educação física por volta de 1960. Foi também indicativo desse seu afastamento o fato de que as suas produções na área, se comparadas às décadas de 1940 e 1950, tornaram-se cada vez mais escassas e repetitivas, ao mesmo tempo que crescia a sua produção na área de Direito (FERREIRA NETO, 1999, p. 127).

Sem contar que a ida de Inezil Penna Marinho para Brasília não se deu

[...] porque ele era, à época, um importante nome na área da Educação Física, mas por ter quinze anos de atuação como advogado e pertencer ao clã dos Penna Marinho, cujos maiores representantes foram o cônsul Ildefonso Ayres Marinho, seu pai, e o embaixador Ilmar Penna Marinho, seu irmão, que chegou a presidir a Organização dos Estados Americanos (OEA). (FERREIRA NETO, 1999, p. 127-128).

Portanto, tomar conhecimento, mesmo que brevemente, da trajetória profissional-acadêmica e dos lugares estrategicamente ocupados por Inezil Penna Marinho no cenário político e de formação, entre as décadas de 1930 e 1950, revela-nos sob quais influências esteve submetida a sua produção e a construção de seu pensamento no campo da educação física brasileira, o que o permitiu se forjar enquanto um “intelectual criador”, termo este cunhado por Ângela de Castro Gomes e Patricia Santos Hansen (2016).

7.2 As publicações de Inezil Penna Marinho e a sua construção como um intelectual criador



FIGURA 18 – Inezil Penna Marinho em sua biblioteca particular situada em sua residência no Rio de Janeiro (1952)

Fonte: Fotografia obtida no acervo on-line do LUME – Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul da UFRGS. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/>. Acesso em: 22 ago. 2020.

De acordo com Melo (2009), Inezil Penna Marinho, recorrentemente, defendeu que um “intelectual pleno” não poderia se forjar, somente, com as contribuições da Ciência mas também da Filosofia e das Artes⁴⁵⁰. Inicialmente, como um intelectual criador e defensor da causa da educação física e, anos mais tarde, já na década de 1960, voltando-se para a área do Direito, Inezil sempre demonstrou que a Filosofia, a Ciência e a Arte deveriam manter-se em constante diálogo. Essas três dimensões são facilmente percebidas como fortes influenciadoras no seu exercício de escrita e “em sua multifacetada produção” (MELO, 2009, p. 137). Desse modo, influenciado também pelo humanismo, Inezil Penna Marinho parecia “não compreender o desenvolvimento de uma educação física que não fosse fundada em uma matriz filosófica clara” (MELO, 2009, p. 138), além da Didática e da Pedagogia. Aliás, para esse intelectual, fundamentalmente, as compreensões acerca da educação física deveriam se basear na História da Filosofia, sendo “também por esse viés que se tornou um dos pioneiros da área ao aproximar-se da Psicologia e Sociologia” (MELO, 2009, p. 138).

A década de 1940 foi o momento de maior publicação de Inezil Penna Marinho, sendo que, não por coincidência, justamente nesse mesmo período, ele era Técnico de Educação da Divisão de Educação Física e também diretor e proprietário da *Revista Brasileira de Educação Física*⁴⁵¹. Além de artigos, Inezil Penna Marinho também produziu uma série de livros, ensaios e monografias⁴⁵². A partir do levantamento de suas publicações, percebemos que Inezil, no decorrer dos anos 40, escreveu sobre a educação física de um modo geral, abordando as questões relacionadas às seguintes temáticas: epistemologia, política educacional, valorização e formação do professor de educação física, prescrição de exercícios físicos e metodologias de ensino. Além disso, escreveu também sobre estes temas: a história da educação física brasileira, as conferências e os congressos específicos da área, as teorias da educação física, destacando métodos diversos, criticando a adoção do Método Francês e enfatizando a necessidade de criação de um Método Nacional de Educação Física; além de desenvolver estudos relacionados à Psicologia, à Filosofia e à Sociologia, e textos literários, corroborando, assim, o fato de que seus estudos basearam-se na Ciência, Filosofia e também

⁴⁵⁰ Inezil Penna Marinho, desde a sua juventude, envolveu-se com a literatura; “de suas mais de 90 obras publicadas em vida, cerca de uma dezena são de produção literária”; inclusive, chegou a receber o “Prêmio da Literatura de Academia de Ciências e Letras”, em 1933, “com o poema *Tetrólogo dos Cavalheiros do Apocalipse*” (MELO, 2009, p. 126-127).

⁴⁵¹ Para acessar os títulos dos trabalhos de Inezil Penna Marinho, publicados na década de 1940, nos periódicos da área, ver Apêndice L. E, a título de comparação, para acessar os títulos dos artigos publicados na década de 1950, ver Apêndice M.

⁴⁵² Ver Apêndice N.

nas Artes, o que lhe possibilitou se tornar um “intelectual pleno”, conforme Melo (2009), e um “intelectual criador”, nos termos de Gomes e Hansen (2016).

Com todas essas influências, Inezil Penna Marinho, ao longo de sua trajetória de vida, foi se forjando como um intelectual múltiplo e polissêmico. Como autor, pesquisador e professor de educação física, era autorizado a falar em nome de sua causa, em diversos espaços: na própria Divisão de Educação Física, nos impressos especializados da área, nos congressos e conferências nacionais e internacionais e nas instituições públicas e particulares. Como uma estratégia bastante significativa para se legitimar no campo da educação física brasileira, Inezil Penna Marinho, ao publicar em diferentes suportes, fazia com que o seu pensamento circulasse Brasil afora, assim como pelo exterior. Outra estratégia utilizada por ele para esse mesmo fim diz respeito à publicação de seus estudos em diferentes fases de desenvolvimento: primeiro, publicava um artigo em um determinado periódico, posteriormente, ampliava as reflexões acerca do mesmo assunto e o divulgava de outras formas, fosse em congressos, palestras, conferências, fosse em monografias, ensaios e/ou livros⁴⁵³. Além disso, como uma terceira estratégia legitimadora, Inezil lançou mão da repetição, reproduzindo muitas de suas publicações em diferentes suportes, o que, de certo modo, contribuiu para o aumento quantitativo de sua produção, tornando-o um autor cada vez mais conhecido, reconhecido e lido no campo da educação física brasileira⁴⁵⁴.

7.3 Inezil Penna Marinho e a história da educação física brasileira

Ao narrar uma história da educação física brasileira, Inezil Penna Marinho buscou construir um “percurso histórico que pudesse, ao final, descrever a importância da Divisão de Educação Física como órgão que, a partir daquele conjunto histórico, se legitimaria como o grande administrador da Educação Física na escola” (FIGUEIREDO, 2016, p. 35). Integrando o seu quadro profissional, Inezil envolveu-se com a publicação de *Pioneiros da Educação Física no Brasil*, em comemoração ao 20º aniversário de morte de Rui Barbosa, e, como desdobramento das conferências promovidas pela DEF e por ele ministradas, publicou dois

⁴⁵³ Isso ocorreu, por exemplo, com a maioria de suas obras que tematizavam sobre o Método Nacional de Educação Física que ele almejava criar. É possível encontrar, nos diferentes impressos especializados da área, trechos que, mais tarde, foram introduzidos nessas obras, alguns mais trabalhados, outros idênticos às publicações anteriores.

⁴⁵⁴ Essa estratégia, especificamente, pode ser observada, por exemplo, em relação ao seu estudo sobre o “grupamento homogêneo”, o qual foi apresentado no *I Congresso Panamericano de Educação Física* (1943), publicado no *Boletim de Educação Física* (dezembro de 1944), e na *Revista Brasileira de Educação Física* (fevereiro de 1945), e, mais tarde, voltou a ser discutido no *II Congresso Panamericano de Educação Física* (1946).

livros, *Organização da Educação Física no Brasil* e *Educação Física – Estatística*, que podem ser considerados os seus primeiros estudos dedicados à história da educação física brasileira e que também marcaram a historiografia dessa área (FIGUEIREDO, 2016).

Outra de suas obras que, segundo Figueiredo (2016, p. 200), significou um dos “impulsos editoriais” da DEF, visando à construção de uma história da educação física nacional, foi a *Contribuição para a História da Educação Física no Brasil*. Publicada em 1943, essa obra foi prefaciada pelo Major Barbosa Leite, que reputou a ela as características de um “estudo cuidadoso” e uma “contribuição valiosa” para a educação física⁴⁵⁵. Baseada em suas vivências ao longo do Curso de técnico desportivo, realizado na ENEFD, dois anos antes, Inezil fazia anotações e avaliações das aulas de cada um de seus professores e professoras, as quais foram reunidas em um caderno que, ao final, constituiu-se em uma espécie de *Diário Escolar*, como ele mesmo o denominou⁴⁵⁶.

Para citar algumas de suas observações inscritas nesse diário, assim escreveu Inezil Penna Marinho acerca de uma parte da aula ministrada pelo professor Alberto Colombo, sobre as “considerações gerais sobre o método francês; exposição do plano a seguir no decorrer do ano”:

Outro fato digno de nota é a insistência com que o Prof. utiliza as expressões “ensino da educação física” e “aulas de educação física”. Não pode existir “ensino de educação” e as aulas a que o Prof. certamente se desejava referir eram de “exercícios físicos”.⁴⁵⁷

Sobre a aula do professor Alberto Latorre, cujo tema era “Ataque e Defesa”, Inezil registrou:

Dentre as modalidades compreendidas nesta disciplina o Prof. citou a luta greco-romana, luta suíça, box inglês, box francês, jiu-jitsu, judo, etc, sem admitir no quadro que organizou a capoeiragem, tipo de defesa nacional por excelência. Mais uma vez se evidencia a preferência pelas coisas estrangeiras e isso tem constituído a maior infelicidade para o Brasil.⁴⁵⁸

⁴⁵⁵ Jornal *Diário de Notícias*, 27 de novembro de 1943, p. 6.

⁴⁵⁶ Essa informação foi escrita por Inezil na página inicial de seu caderno, o qual foi localizado no Acervo *on-line* do LUME – Repositório Digital da UFRGS. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/>. Acesso em: 22 ago. 2020.

⁴⁵⁷ Caderno de Inezil Penna Marinho (1941), localizado no Acervo *on-line* do LUME – Repositório Digital da UFRGS. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/>. Acesso em: 22 ago. 2020.

⁴⁵⁸ Caderno de Inezil Penna Marinho (1941), localizado no Acervo *on-line* do LUME – Repositório Digital da UFRGS. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/>. Acesso em: 22 ago. 2020.

Esses dois registros, em especial, já evidenciavam alguns dos pontos que seriam, anos mais tarde, explorados por Inezil Penna Marinho em suas obras, na tentativa de elaboração de um Método Nacional de Educação Física.

Ainda sobre as suas anotações no diário, em alguns casos, Inezil apenas registrava breves comentários, seguidos de classificações, tais como: boa aula, aula monótona, aula regular, aula um pouco confusa para quem não tem conhecimento do assunto, aula muito interessante, aula normal. Contudo, pudemos observar que, em comparação com as demais aulas, as que mais sofreram críticas foram aquelas ministradas pela professora Maria Lenk, que, responsável pela Cadeira Organização da Educação Física e dos Desportos, de acordo com os escritos de Inezil Penna Marinho, referia-se, por exemplo, erroneamente, à estrutura da educação física no Ministério da Educação e Saúde, ou, ainda, confundia-se acerca dos nomes dos Delegados das Confederações Desportivas. Em uma de suas observações, Inezil chegou, inclusive, a afirmar que essa havia sido “a pior de todas as aulas até agora, sob o ponto de vista técnico”, e, em outra, finalizou, assim, os seus comentários: “Enfim... tenhamos paciência”⁴⁵⁹.

Retomando a obra *Contribuição para a História da Educação Física no Brasil*, Inezil Penna Marinho, ao delimitar os marcos legislativos utilizando publicações de cada período, demonstrou que foi

[...] a partir do Brasil República que a Educação Física passou a ter o devido reconhecimento, especialmente a partir da criação da Divisão. A maior parte da obra é dedicada a esse período, dividida entre os três marcos políticos: de 1889-1930, marco da independência, popularmente conhecido como República Velha, de 1930-1937, momento de estabelecimento do Governo Provisório e de 1937-1941, momento de outorga da Constituição de 1937 pelo Governo Vargas e estabelecimento do Estado Novo. (FIGUEIREDO, 2016, p. 210-211).

Voltando seu olhar à estruturação dos cursos e à formação dos professores através dos Decretos-Lei, Inezil Penna Marinho dedicou grande parte do seu estudo para demonstrar que “o ponto de culminância da obra estaria na ascensão do Estado Novo” (FIGUEIREDO, 2016, p. 211), visto que esse regime governamental havia assegurado a educação física graças à promulgação da Constituição de 1937, a qual possibilitou, até mesmo, a criação da Divisão de Educação Física, que, por sua vez, foi a responsável pela ampliação dos cursos de formação de professores especializados. Então, estas foram duas das conclusões a que chegou Inezil na obra *Contribuições para a História da Educação Física no Brasil*: entre os anos de

⁴⁵⁹ Caderno de Inezil Penna Marinho (1941), localizado no Acervo *on-line* do LUME – Repositório Digital da UFRGS. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/>. Acesso em: 22 ago. 2020.

1937 e 1941, a educação física atingiu, no país, o máximo do seu desenvolvimento e foi “também nesse período que se ampliou consideravelmente o número de publicações, decretos e instituições dedicados à formação em Educação Física”, fazendo com que os professores e instrutores especializados a disseminassem pelo Brasil, “como se fossem ‘missionários de uma nova fé’” (FIGUEIREDO, 2016, p. 211).

Essa obra foi produzida em um período em que havia também “um movimento de grandes intelectuais” interpretando e fazendo sínteses sobre a história nacional, como, por exemplo, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Foi também nesse momento que houve um movimento de institucionalização do saber no âmbito do ensino superior, “provocando um engajamento de perspectivas nacionais e desenvolvimentistas” (FIGUEIREDO, 2016, p. 208). Nesse contexto, a DEF, reconhecendo a necessidade de prover as Escolas de Educação Física com material didático eficiente, indicou a referida obra, *Contribuição para a História da Educação Física no Brasil*, para cumprir tal função, expandindo, desse modo, o seu projeto de regulamentação e orientação da educação física no país (FIGUEIREDO, 2016).

A obra *Contribuição para a História da Educação Física no Brasil* é a maior publicação de Inezil Penna Marinho (616 páginas), tanto em volume quanto em relação ao conjunto documental, garimpado nas diversas bibliotecas por ele visitadas. Embora seja essa sua obra de maior fôlego, ela não foi a versão mais conhecida e estudada pelos pesquisadores e pesquisadoras da área, mas o foi, sim, sua republicação, com algumas modificações e dividida em quatro volumes, intitulada *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil*⁴⁶⁰. Assim, embora Inezil não tenha inaugurado o movimento de escrita da história da educação física brasileira⁴⁶¹, ele, possivelmente, foi o autor mais consultado e citado pelos trabalhos que abordaram esse tema, pelo menos até a década de 1980⁴⁶². A sua produção foi uma significativa colaboradora para a redefinição das análises em torno da história da

⁴⁶⁰ Para mais detalhes sobre essa obra, consultar Fernandes (2020).

⁴⁶¹ Esse movimento também foi realizado, por exemplo, em 1931, por Laurentino Lopes Bonorino, Antônio de Mendonça Molina e Carlos Marciano de Medeiros, ao publicarem o compêndio *Histórico da Educação Física*.

⁴⁶² Dalben (2011, p. 60) informa-nos que, na década de 1980, essa obra “foi criticada por diversos autores, os quais argumentavam principalmente que o seu estudo historiográfico consistia tão somente de um levantamento de datas, fatos e autoridades, apresentados cronologicamente sem que houvesse análises críticas dos objetos abordados”. Todavia, na década seguinte, novos estudos “procuraram compreendê-la a partir das características da produção historiográfica do período em que foi escrita, apaziguando assim o tom pejorativo das críticas estabelecidas na década anterior” (DALBEN, 2011, p. 60). Com isso, “tais argumentos corroboraram para que a obra continuasse a ser utilizada nos dias atuais como um ‘catálogo historiográfico’ para o levantamento de fontes de pesquisa” (DALBEN, 2011, p. 60).

educação física no Brasil, ao tratar de um passado pelo viés dos temas nacionais⁴⁶³. Amarílio Ferreira Neto (1999) e Victor de Andrade Melo (2009) chegaram, inclusive, a considerá-lo como um dos maiores estudiosos da educação física brasileira do século XX.

Logo, concordamos com Figueiredo (2016, p. 201) quando afirma que “a produção sobre a História da Educação Física de Inezil, ainda que linear, cronológica e estruturada pelos marcos políticos do país”, evidenciou que a educação física possuía, sim, um passado nacional, o qual poderia, ou melhor, deveria ser reconfigurado, sobretudo, pelas ações da Divisão de Educação Física, como também por outras instituições vinculadas ao modelo centralizador do Estado Novo. Uma dessas ações pode ser expressa pelo investimento realizado, principalmente nos anos 40, na tentativa de elaboração do Método Nacional de Educação Física.

Nesse aspecto, Inezil Penna Marinho foi um dos principais sujeitos a defender a necessidade de criação de um método de educação física genuinamente brasileiro, ou seja, que, de fato, tivesse a “alma nacional”. Ainda como funcionário da DEF, produziu diversos trabalhos, dentre os quais destacamos: *Bases Científicas da Educação Física (Contribuição ao Método Nacional de Educação Física)* e *Valor Individual (Contribuição ao Método Nacional de Educação Física)*, ambos de 1944; *Condições a que deverá satisfazer um Método Nacional de Educação Física (Contribuição ao Método Nacional de Educação Física)* e *O Método Nacional de Educação Física – Evolução*, de 1945; e *Ante-Projeto do Método Nacional de Educação Física* (Introdução, 1ª e 2ª partes), publicado em 1946. E, embora Inezil não tenha, teoricamente, escrito os livros *O Método Nacional de Educação Física – Inquérito realizado pela Divisão de Educação Física*, de 1942, e *O Inquérito sobre o Método Nacional de Educação Física realizado pela Divisão de Educação Física (Contribuição ao Método Nacional de Educação Física)*, de 1944, ele os organizou⁴⁶⁴.

Assim, a partir dessa instituição, a DEF, e do levantamento sempre da bandeira do Método Nacional de Educação Física ao longo de sua trajetória de vida, Inezil Penna Marinho constituiu-se como um importante sujeito para a construção da história da educação física brasileira. Forjando-se como um intelectual mediador, mas também criador, tornou-se um professor referência, assim como um pesquisador incansável das causas nacionais relacionadas à educação física.

⁴⁶³ Essa constatação também é reforçada por Ferreira Neto (1999), Oliveira (2012), Figueiredo (2016) e Fernandes (2020), só para citar alguns exemplos.

⁴⁶⁴ Fazemos essa afirmação, uma vez que, ao analisarmos as suas demais obras, identificamos vários trechos idênticos, como veremos a seguir.

Possuidor de um poder simbólico, conforme Bourdieu (1989), Inezil Penna Marinho contribuiu para a construção de uma mentalidade nacional no campo da educação física brasileira, tornando-se um sujeito produtor de conhecimento e responsável pela comunicação e difusão de ideias, as quais estiveram em consonância com o contexto político em voga na sua época. Isso nos inspira a dizer que Inezil bem como os demais intelectuais, nessa perspectiva, devem ser pensados “como sujeitos conectados entre si, com genealogias e passados imaginados, além de em diálogo com as questões políticas e sociais do seu tempo” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 12).

Ocupando cargos estratégicos em diferentes instituições e tecendo sua rede de sociabilidades, Inezil Penna Marinho protagonizou diferentes projetos que impactaram o processo de constituição da educação física no Brasil. Como intelectual mediador e, ao mesmo tempo, intelectual criador, necessitou “de um grande empenho para se especializar em escrever/falar/fazer/gerir/organizar livros e revistas” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 21) e, nesse ínterim, acumulou funções e posições diversas ao longo de sua trajetória profissional. Nesse sentido, aplicar essa noção de intelectual à sua pessoa demandou uma reflexão acerca das funções por ele desempenhadas, requereu, ainda, que lançássemos um olhar para os lugares institucionais, sociais, políticos e culturais que ele ocupou, além de nos ter levado a analisar as contribuições e “repercussões de seus esforços”, conforme nos orientou Libânia Nacif Xavier (2016, p. 473).

8 A TENTATIVA DE ELABORAÇÃO DE UM MÉTODO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA PELA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA/INEZIL PENNA MARINHO

De acordo com Inezil Penna Marinho, no início do século XX, o conceito de educação física que predominou no Brasil “foi puramente anatômico”. Prevalencia, então, “a idéia de desenvolver a força, de aumentar o volume dos músculos, sem qualquer consideração de ordem fisiológica”. Dessa maneira, “o que verdadeiramente existia era mesmo” o enaltecimento de uma “cultura física”, não havendo, portanto, “a preocupação em educar fisicamente”. Entretanto, “como não poderia deixar de suceder”, “uma forte reação contra este exagerado conceito anatômico” surgiu.⁴⁶⁵

O *Regulamento Geral de Educação Física*, ou *Regulamento nº 7*, ou, ainda, o Método Francês do Brasil,

[...] adotado primeiramente no Exército e, posteriormente, pelo Ministério da Educação e Saúde (1931) e ainda em um cem número de instituições particulares, introduziu a importância da fisiologia como base da educação física, relegando a plano secundário a anatomia. É importante frisar que não abandonou totalmente o conceito anatômico, mas criou a concepção anátomo-fisiológica.⁴⁶⁶

Esse *Regulamento* pode ser resumido em uma “breve fórmula: saúde, força, resistência, destreza, têmpera de caráter e harmonia das formas”, e, desse modo, “as qualidades sociais, indispensáveis à existência das comunidades, foram inteiramente esquecidas”. A concepção psicológica, por sua vez, ao analisarmos a sua aplicação, relaciona-se apenas a uma de suas quatro regras: a “atração do exercício”. Ainda assim, o que é consagrado “à referida regra psicológica, não chega a oito linhas, enquanto para as regras de ordem fisiológica quase oito páginas são dedicadas”.⁴⁶⁷

A Divisão de Educação Física, criada em 1937, “três anos depois de sentir intimamente o problema” da aplicação do Método Francês, em solo brasileiro, concluiu que as “suas bases não correspondiam integralmente às nossas necessidades”⁴⁶⁸.

⁴⁶⁵ MARINHO, 1944b, p. 28.

⁴⁶⁶ MARINHO, 1944b, p. 28.

⁴⁶⁷ As outras três regras são: “grupamento dos indivíduos”, “adaptação do exercício” e “verificação periódica da instrução” (MARINHO, 1944b, p. 29).

⁴⁶⁸ MARINHO, 1944b, p. 29.

A função social da educação física entre nós deveria ser muito importante e o Regulamento nem sequer a considerava; por outro lado, a parte psicológica deveria merecer um cuidado todo especial, para que os programas pudessem ser executados sem que os exercícios constituíssem para os educandos “trabalhos forçados”, utilizando a feliz expressão de Claparède.⁴⁶⁹

Diante disso, entre os anos de 1940 e 1942, a DEF “amadureceu o assunto até lançar o ‘Inquérito sobre o Método Nacional de Educação Física’”, sendo esse “um trabalho gigantesco, cujo esquema representa já o arcabouço geral do futuro Método Nacional de Educação Física”⁴⁷⁰.

A DEF, ao lançar, em 1942, *O Método Nacional de Educação Física – Inquérito realizado pela Divisão de Educação Física* (Figura 19, abaixo), conforme Inezil Penna Marinho, “avançou bastante no campo doutrinário, propondo inicialmente que o nosso método viesse repousar sobre as mesmas bases que [fundamentaram] a educação, mesmo porque nem de outra forma se poderia considerar o problema”. Dessa maneira, “a biologia (vida orgânica), a sociologia (vida social) e a psicologia (vida psíquica) forneceriam fundamentos para o método em questão”.⁴⁷¹

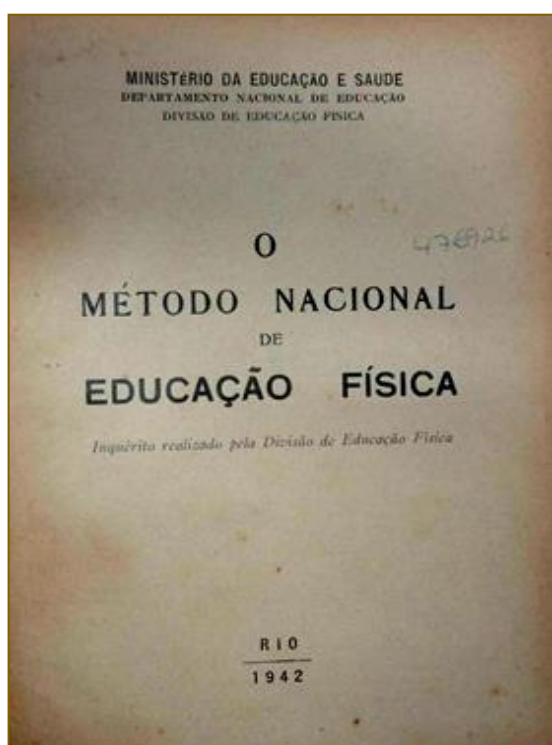


FIGURA 19 – Capa do Inquérito realizado pela DEF, em 1942

Fonte: Fotografia tirada da capa da obra (BRASIL, 1942).

⁴⁶⁹ MARINHO, 1944b, p. 29.

⁴⁷⁰ MARINHO, 1944b, p. 29.

⁴⁷¹ MARINHO, 1944b, p. 29.

Com o objetivo de orientar todos aqueles que desejassem, de algum modo, cooperar na elaboração do Método Nacional de Educação Física, o *Inquérito*, composto por 40 páginas, trazia em seu opúsculo um “quadro sinótico”, que daria aos “estudiosos uma visão geral do plano” idealizado pela DEF, mas esse quadro não era definitivo, uma vez que poderia “ser até totalmente modificado, se as sugestões apresentadas fossem bastante convincentes”⁴⁷². Sendo assim, os interessados em contribuir poderiam se manifestar “de quatro maneiras”: “quanto ao plano geral”; “quanto aos assuntos de cada título e subtítulo”; “quanto aos exercícios”; e “quanto às construções”⁴⁷³.

A DEF, compreendendo o futuro Método Nacional de Educação Física como “um conjunto sistemático de princípios e práticas, tendentes a orientar, no meio brasileiro, o trabalho de educação que, por essa especialidade”, poderia “ser exercido, tanto nas escolas, como no lar e nos meios desportivos, ou ainda, em centros especiais”, entendia a educação física,

[...] no sentido próprio da expressão, como prática do desenvolvimento físico, e assim também de desenvolvimento psíquico e social, com o aproveitamento das experiências e oportunidades da vida social, que oferece; é entendida como prática de conservação da saúde e das qualidades fundamentais do caráter, no adulto; é entendida, enfim, como atividade higiênica em geral, e, particularmente, para pessoas de mais avançada idade, que nela encontram recursos para retardar os efeitos da velhice.⁴⁷⁴

Assim, relacionada aos “Princípios Fundamentais do Método”, a “metodologia da educação física” teria “como base os quatro princípios seguintes, que resumem os fundamentos biológicos, psicológicos e sociológicos da educação física”: “Valor individual”, “Adaptação do exercício ao indivíduo”, “Atração do exercício” e “Verificação periódica do aproveitamento”⁴⁷⁵. Observa-se que o objetivo primeiro da Divisão de Educação Física, nesse momento, era a criação de um Método Nacional de Educação Física. Para isso, ela passou, por intermédio de Inezil Penna Marinho principalmente, a elaborar uma série de críticas ao então método oficialmente adotado, o Método Francês. No entanto, até esse momento, foi feita apenas a substituição de termos – de “regras de aplicação”, tal como era denominado no *Regulamento Geral de Educação Física*, para os “princípios fundamentais do método” –, visto que os princípios/regras continuavam os mesmos, claro, com outra nomenclatura: se, no Método Francês, a primeira regra era “grupamento dos indivíduos”, no método projetado pela

⁴⁷² BRASIL, 1942, p. 3.

⁴⁷³ BRASIL, 1942, p. 4.

⁴⁷⁴ BRASIL, 1942, p. 5.

⁴⁷⁵ BRASIL, 1942, p. 11-12.

DEF, ela seria “valor individual”; se, no primeiro método, apenas constava “adaptação do exercício”, no segundo, denominava-se “adaptação do exercício ao indivíduo”, e as demais regras (ou princípios) permaneciam as mesmas: “atração do exercício” e “verificação periódica do aproveitamento”. Diante disso, cabe questionarmos: mas o que, realmente, diferenciava o método que a DEF almejava forjar do método oficialmente adotado?.

Voltemos à análise do conteúdo do *Inquérito*. O Método Nacional de Educação Física seria, então, “apresentado em uma obra de três Tomos”. O primeiro deles, intitulado “Tomo I – Metodologia da Educação Física e do Treinamento Desportivo”, compreendia uma Introdução que se desmembrava nos seguintes tópicos: “Conceito de educação”, “Bases científicas da educação (Biológica, Psicológica e Sociológica)”, “Objetivos da educação física (de ordem mediata e imediata)”, “Concepção de Método”, “Condições a que deverá satisfazer um método de educação física”, Regras de aplicação do método (“Quanto às Particularidades Individuais”, “Condições Orgânicas”, “Sexo”, “Idade”, “Biotipo”, “Estado”, “Anomalias”, “Defeitos”, “Condições Sociais”, “Gênero de Vida” e “Profissão”) e os “meios a se empregar” o método (“Sintéticos e Analíticos”)⁴⁷⁶. Sendo sua finalidade “demonstrar que a educação física apresentava um grande número de oportunidades para o desenvolvimento integral do homem”⁴⁷⁷. Há, aqui, um primeiro indício de tentativa de diferenciação: o objetivo explícito do futuro método nacional era o desenvolvimento integral do homem e não apenas anátomo-fisiológico, como afirmou Inezil Penna Marinho ser o objetivo do Método Francês.

Na sequência, o Tomo I apresenta uma Metodologia composta por duas partes, “1ª) – Da Educação Física”; “2ª) – Do Treinamento Desportivo”, e “um resumo histórico” em que se faz “apreciar a origem e a evolução do Método Nacional, completado por este estudo [o *Inquérito*] comparativo dos métodos adotados em outros países”⁴⁷⁸.

Posteriormente, ainda nesse Tomo, reuniram-se “os princípios de racionalização do trabalho físico”. No que se refere à “1ª Parte – Da Educação Física”, os princípios seriam: formas, elementos, organização, execução e controle do trabalho⁴⁷⁹. Especificamente sobre as “formas de trabalho visando o ensino”, só seriam “empregadas nas escolas de educação física, cuja finalidade fosse a formação de profissionais especializados”. Nas “Sessões de estudo”, os alunos deveriam aprender “a técnica dos exercícios”, isto é, como os executar “com habilidade”, conhecendo “os seus efeitos” e sabendo aplicá-los, sendo esses exercícios os

⁴⁷⁶ BRASIL, 1942, p. 6-10.

⁴⁷⁷ BRASIL, 1942, p. 10.

⁴⁷⁸ BRASIL, 1942, p. 10-11.

⁴⁷⁹ BRASIL, 1942, p. 14.

seguintes: “exercícios formais” – “artificiais e de efeitos localizados”; “exercícios naturais” – aqueles “que o homem executava instintivamente e que foram denominados aplicações pelo regulamento francês” (mais uma mudança, apenas, de nomenclatura); “jogos” – que constituíam “uma das melhores formas de exercícios sintéticos”; “desportos” – “individuais ou coletivos, terrestres ou aquáticos”, que representassem “ótima forma de trabalho educativo, desde que orientados convenientemente”; e ginásticas “rítmica”, “de aparelhos” e “higiênica”.⁴⁸⁰

Sobre “o ensino das Sessões de Demonstração”, também presente na 1ª Parte do Tomo I, teria como objetivo fazer com que os alunos adquirissem “condições de promovê-las de modo atraente, aproveitando da melhor maneira todos os elementos favoráveis e evitando os contrários” – terceiro princípio/regra de aplicação esboçado em ambos os métodos. Já as “Sessões Educativas” seriam as responsáveis pelo desenvolvimento do processo educativo. Quanto às “Sessões Historiadas”, consistiriam “na dramatização de uma história, narrada no momento; a cada ponto da narrativa, os educandos realizariam movimentos, “como exercício natural”. As “Sessões de Exercícios de Imitação” corresponderiam a movimentos que representassem a movimentação “de certos animais ou figuras animados”. Nas de “Recreação Orientada”, seriam realizadas “sessões das atividades” que demandariam “o uso de aparelhos diversos”, sendo “a escolha da atividade livre e a orientação” consistiria “na seleção de aparelhos apropriados a cada idade”. As “Sessões de Exercícios Rítmicos (Musicados)” consistiria “na execução de movimentos, acompanhando determinado ritmo, com o fim de despertar o sentimento de harmonia e naturalidade”. Nas “Compleatas”, seriam reunidos “exercícios analíticos, atuando sobre os braços, pernas, tronco e pescoço, e exercícios sintéticos”. Por fim, nas “Sessões de Natação”, essas figurariam “à parte das de desportos por constituírem elemento educacional por excelência, aproveitável antes mesmo de ser permitida a iniciação desportiva”.⁴⁸¹

Em relação à constituição de tais Sessões, quaisquer que fossem elas, constituir-se-iam “sempre de três partes: inicial, principal e final”. Essas denominações, conforme afirmava a DEF, pareciam-lhes “mais simples e menos sujeitas a confusões do que as de sessão preparatória, lição ou sessão propriamente dita e volta à calma”, apresentadas pelo Método Francês – e aqui outra crítica a esse método é evidenciada, todavia, novamente, só houve a proposição da substituição de termos.⁴⁸²

⁴⁸⁰ BRASIL, 1942, p. 15-17.

⁴⁸¹ BRASIL, 1942, p. 16.

⁴⁸² BRASIL, 1942, p. 17.

A “Parte inicial” constaria, então, “de evoluções” – “deslocamentos coletivos e regulares, em marcha ou corrida”. Contudo, para as crianças, haveria a “conveniência na sua substituição pelas rodas ou exercícios analíticos” – “movimentos de braços, pernas, pescoço, tronco, combinados e assimétricos”.⁴⁸³

Já a “Parte principal” consistiria das “Aplicações” – “exercícios sintéticos”, que representassem “atividades naturais do homem” e “exercícios complementares”, sendo esses correspondentes “aos educativos do método francês, denominação pouco precisa em face da idéia dominante de que todos os exercícios devem ser **educativos**”⁴⁸⁴. Ainda nessa Parte, haveria também a possibilidade de introduzir “elementos eventuais”, os quais, embora não estivessem previstos, se tornariam “necessários por motivo imperioso”. São eles: “exercícios de relaxamento”, “exercícios de respiração”, e os “Jogos”, os quais seriam “motivo de prazer e de estímulo ao indivíduo para preservar na prática do exercício físico e a empregar-se nele com toda a sua energia”⁴⁸⁵. Por fim, todas as Sessões, nesta “Parte principal”, deveriam obedecer aos “preceitos higiênicos” (exercícios realizados ao ar livre, utilização de “uniformes apropriados”, “adaptação do trabalho físico às condições climáticas e de temperatura”, “banho após os exercícios, etc.”)⁴⁸⁶.

Na “Parte final” também constariam os já mencionados “exercícios respiratórios”, a “marcha com canto ou assobio e exercícios de ordem”, cujo objetivo seria o desenvolvimento da “atenção, da acuidade sensorial e disciplinar o espírito”⁴⁸⁷.

No que se referia aos “elementos de trabalho”, esses compreenderiam três categorias: pessoal – médicos especializados em educação física, professores de educação física e auxiliares –; instalações – campos de exercícios ou estádios, ginásios, piscinas, gabinete médico-biométrico –; e material para subsidiar as aulas⁴⁸⁸.

Em relação à “organização do trabalho”, seria exigido um “Plano” que apresentasse “uma visão geral do trabalho a ser executado” e que permitisse “a sua divisão em tarefas”, além da elaboração de “Programas”, os quais considerassem “o tempo de que se dispõe” o professor; “o número de educandos; os recursos de que se podem lançar mão e finalmente os meios que deveriam ser empregados”⁴⁸⁹.

⁴⁸³ BRASIL, 1942, p. 17.

⁴⁸⁴ BRASIL, 1942, p. 17 (Negrito do autor).

⁴⁸⁵ BRASIL, 1942, p. 18.

⁴⁸⁶ BRASIL, 1942, p. 26.

⁴⁸⁷ BRASIL, 1942, p. 18.

⁴⁸⁸ BRASIL, 1942, p. 19-20.

⁴⁸⁹ BRASIL, 1942, p. 21.

Quanto ao “controle do trabalho”, seriam exigidas “provas práticas”, cuja finalidade seria “verificar a melhoria da aptidão física de indivíduos submetidos durante algum tempo a certo regime de trabalhos físicos e, desta forma, julgá-los ou não em condições de se subordinarem a regimes mais intensos e mais complexos”. Diante disso, elas serviriam “como meio de verificação ou de avaliação, mas nunca poderiam ser consideradas como um fim a atingir”.⁴⁹⁰

Considerando ainda o Tomo I, em sua “2ª Parte – Do Treinamento Desportivo”, a “Metodologia do Treinamento Desportivo” compreenderia: os “Princípios fundamentais” e a “Aplicação do método”. Sobre os Princípios, o opúsculo destacava quatro: “Valor do desportista”; “Preparação do desportista”; “Controle do desportista”; e “Verificação do aproveitamento do desportista – Competição”. Em relação aos “elementos de trabalho” seriam os mesmos especificados na “1ª Parte” com uma alteração apenas no pessoal que, além dos médicos especializados, professores de educação física e auxiliares, incluiriam também os técnicos desportivos, os treinadores e os massagistas. Quanto à “execução do trabalho”, ela deveria obedecer ao seguinte desenvolvimento: “Exame médico-biométrico”; “Indicação de desportos”; “Adaptação do exercício à aptidão física”; “Treinamento geral – Ginástica de compensação”; e “Treinamento especial”. Por fim, acerca do “controle do trabalho/do desportista” seria “fisiológico e técnico, servindo a competição como meio de verificação do aproveitamento”.⁴⁹¹

No Tomo II, “Análises dos Exercícios”, diferentemente do primeiro Tomo, a DEF, somente, informou que seriam apresentados os exercícios “julgados uteis”, os quais seriam “devidamente ilustrados e apreciados quanto à sua mecânica, seus efeitos, ritmo e intensidade” e, no Tomo III, “Ginástica”, apenas, especificou quais seriam os seus tipos: rítmica, de aparelhos e higiênica⁴⁹².

Seria esse, então, o plano geral de sistematização do futuro Método Nacional de Educação Física, idealizado pela Divisão⁴⁹³, que, construído em um formato de inquérito, intentava estimular aqueles que, interessados em contribuir com a sua elaboração, enviassem, à DEF, as suas contribuições. Juntamente a esse objetivo, almejava esse órgão federal se tornar o protagonista desse processo e, para tanto, teria ele que apresentar, de fato, elementos que justificassem a criação de um novo método, já que, em sua compreensão, aquele que era

⁴⁹⁰ BRASIL, 1942, p. 28-29.

⁴⁹¹ BRASIL, 1942, p. 30-37.

⁴⁹² BRASIL, 1942, p. 38-40.

⁴⁹³ Idealizado pela DEF, mas fundamentado pelos escritos de Inezil Penna Marinho, como veremos adiante.

tido como oficial já não atendia às necessidades do povo brasileiro. Não bastaria, portanto, dizer, apenas, que o Brasil necessitava de um método com “alma nacional”. Mesmo porque essa já havia sido uma das justificativas utilizadas pelos militares ao adotarem o Método Francês, uma vez que, nesse processo de apropriação, adaptações ao tipo brasileiro, tinham sido realizadas, devido, como vimos, ao viés eclético que foi atribuído ao Método Francês do Brasil.

Porém, como observamos, até aquele momento, a DEF, somente, esmiuçou quais deveriam ser os seus elementos constitutivos – muitos dos quais também pertencentes ao método adotado oficialmente –, enfatizou a importância do conceito criado, e ainda muito discutido⁴⁹⁴, por Inezil Penna Marinho, o “Conceito Bio-Sócio-Psico-Filosófico”, em oposição ao “Conceito anátomo-fisiológico” que, segundo ele, era a base que fundamentava o Método Francês e tentou aproximar ainda mais o futuro Método Nacional de Educação Física da educação, em uma compreensão mais alargada – isto é, deveria o futuro método nacional “repousar sobre as mesmas bases que fundamentam a educação”⁴⁹⁵.

O *Inquérito* foi distribuído, e à Divisão de Educação Física chegaram algumas contribuições. De posse desse material, a Divisão produziu um livro, de 232 páginas, que se intitulou *O Inquérito sobre o Método Nacional de Educação Física realizado pela Divisão de Educação Física (Contribuição ao Método Nacional de Educação Física)*. Embora não possamos dizer que esse livro seja da autoria de Inezil Penna Marinho, uma vez que ele reúne as contribuições (crítica, elogios e sugestões) enviadas à DEF, podemos, no mínimo, afirmar que Inezil Penna Marinho, por ter sido um dos seus organizadores (se não, o organizador), além de reunir tais contribuições, aproveitou para também, por meio dele, divulgar várias de suas ideias, as quais também foram retratadas em suas outras obras, assim como nos diversos artigos publicados nas diferentes revistas especializadas da educação física na época.

⁴⁹⁴ Esse conceito foi insistentemente apresentado por Inezil Penna Marinho em diferentes Congressos, dos quais ele participou, além de ter sido publicado nas diferentes revistas especializadas da área, em especial na *Revista Brasileira de Educação Física*, no decorrer de toda a década de 1940.

⁴⁹⁵ MARINHO, 1946a, p. 2.

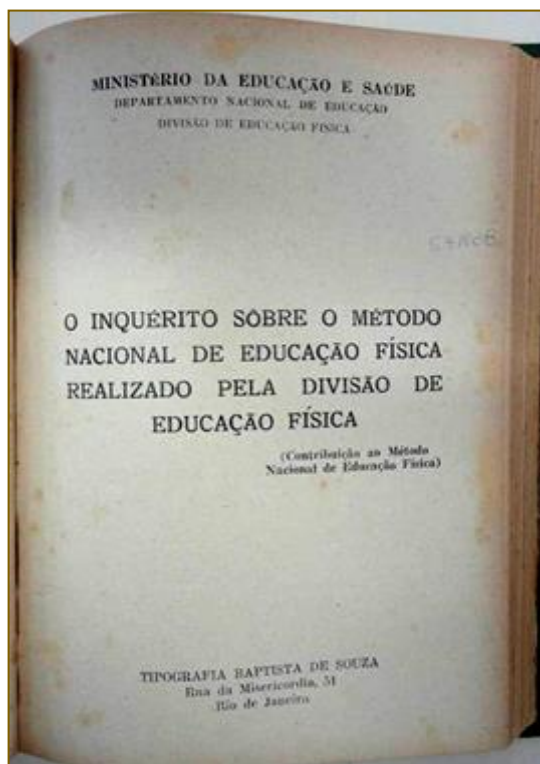


FIGURA 20 – Capa do livro que reúne as contribuições enviadas à DEF em resposta ao Inquérito lançado em 1942

Fonte: Fotografia tira da capa da obra (BRASIL, 1944).

A primeira Seção foi destinada a uma breve apresentação, assinada pelo Major João Barbosa Leite, na qual ele justificava a produção de tal livro⁴⁹⁶. A segunda, apesar de anunciar em seu título a evolução dos métodos adotados no Brasil, apresenta, apenas, uma síntese de como o Método Francês foi se difundindo por todo o território nacional, no decorrer das décadas de 1920 e 1930⁴⁹⁷. Na Seção seguinte, “as bases do inquérito realizado pela Divisão de Educação Física”, foram apresentadas, retomando, desse modo, as orientações escritas nas primeiras páginas do *Inquérito*, já abordado⁴⁹⁸. Na quarta Seção, “Expediente especial”, a DEF, elencou algumas “autoridades” e delas solicitou que enviassem “a relação nominal com os enderços das pessoas que vos pareçam interessar-se em cooperar na realização dessa iniciativa mediante o inquérito cuja documentação vos foi remetida”⁴⁹⁹. A quinta Seção, denominada “Relação nominal dos destinatários”, e a sexta “Distribuição do Inquérito”, informam, respectivamente, sobre a quantidade de *Inquéritos* distribuídos (1.675

⁴⁹⁶ BRASIL, 1944, p. 5.

⁴⁹⁷ BRASIL, 1944, p. 7-11.

⁴⁹⁸ BRASIL, 1944, p. 11-14.

⁴⁹⁹ BRASIL, 1944, p. 15-16.

coleções)⁵⁰⁰ e a sua localização (Estados e suas respectivas cidades)⁵⁰¹. A sétima informa sobre o trabalho “referente às condições em que realizara o ‘Inquérito’”, o qual foi apresentado pelo Major João Barbosa Leite, diretor da DEF, no *I Congresso Panamericano de Educação Física* (1943), tendo como título *O Inquérito sobre o futuro Método Brasileiro de Educação Física e as possibilidades da aplicação de suas bases aos demais países americanos, feitas as necessárias adaptações*⁵⁰². A comissão julgadora, “depois de estudar o extenso e bem documentado trabalho”, formulou considerações, as quais evidenciam alguns dos quais seriam os elementos constitutivos do futuro Método Nacional de Educação Física. Por ser um “trabalho de grande entidade técnica”, ou seja, projetado pela DEF, respaldava-se na ciência. Propondo-se mesmo a ser um método nacional, inspiraria, inclusive, às demais nações americanas. Relacionado diretamente ao campo educacional e à saúde, cumpriria o papel de uma educação integral/geral e, dessa maneira, melhoraria, de forma harmônica, o homem física e psiquicamente, contribuindo “com a sua educação e elevação moral”. Voltando-se tanto à individualidade do sujeito, quanto à “solidariedade continental”, concretizaria um “ideal definitivo”⁵⁰³, cujas características retomam o que discutíamos, principalmente, no primeiro momento desta Tese: o movimento de construção da identidade nacional, a qual, rompendo “com o passado português” e compreendendo a “República como o governo ideal”, vislumbrava uma “integração ao mundo americano”, sendo esse “o caminho da brasilidade” (VELLOSO, 2003, p. 352-353).

Por assim ser, um projeto de tamanha grandeza, não poderia ser gestado da noite para o dia, fazendo com que a comissão julgadora o recomendasse para que fosse “motivo de particular debate no próximo Congresso Panamericano de Educação Física a se realizar” três anos depois, “dada a transcendente importância que se reveste”⁵⁰⁴. Todavia, também como foi discutido, com a queda de Getúlio Vargas no final de 1945, e, ainda, com a ascensão do esporte, este movimento de elaboração daquele que seria o Método Nacional de Educação Física foi enfraquecendo-se e, desse modo, tal discussão não foi retomada de forma tão verticalizada como tinham imaginado aqueles que participaram, três anos antes, do *I Congresso Panamericano de Educação Física*.

Dando continuidade à análise do conteúdo, a oitava Seção abordou o *Concurso de Contribuições ao Método Nacional de Educação Física* que, realizado no ano de 1943, teve

⁵⁰⁰ BRASIL, 1944, p. 17-62.

⁵⁰¹ BRASIL, 1944, p. 62-68.

⁵⁰² BRASIL, 1944, p. 69.

⁵⁰³ BRASIL, 1944, p. 71.

⁵⁰⁴ BRASIL, 1944, p. 71.

como objetivo “incentivar aqueles que se [dedicavam] ao estudo do grande problema nacional”. Naquele momento foi, então, solicitado que, à DEF, fossem enviados trabalhos, os quais, caso fossem classificados, receberiam prêmios em dinheiro; contudo, os participantes perderiam os direitos autorais. Além disso, ficou estabelecido que tais trabalhos se orientassem pelo *Inquérito* distribuído em 1942⁵⁰⁵. As três próximas Seções, nona, décima e décima primeira, voltaram-se, respectivamente, à “Circular reinterando a solicitação de contribuições ao Método Nacional de Educação Física”, à relação de nomes e as localidades daqueles que “acusaram o recebimento do ‘Inquérito’”, assim como as “devoluções” do material “por não terem sido encontrados os destinatários”⁵⁰⁶. Na sequência, penúltima Seção, foram apresentadas “as sugestões de caráter geral” daqueles que enviaram as suas contribuições à Divisão de Educação Física. Vejamos, a seguir, de que modo esses sujeitos visavam contribuir com a criação do Método Nacional de Educação Física.

➤ Contribuições do Dr. Lucílio Briggis Brito

Ressaltando o lugar ocupado pela DEF na “obra grandiosa” que é a educação física, a qual “consubstancia princípios e práticas para o desenvolvimento físico, social e psíquico do nosso povo”, Lucílio Briggis volta a sua análise ao “material de esporte”. Considerando que a Divisão é um órgão “de grande alcance técnico e econômico” para “a padronização do material para a educação física”, sugere que estabeleça os tipos ou modelos, as dimensões, os pesos e a qualidade do material empregado. Diante disso, cabendo à Divisão “estudar e propor a fixação de especificações de materiais para uso nos serviços públicos”, o resultado seria “um trabalho de real valor no campo de padronização dos materiais de esporte” e, quanto aos “elementos correspondentes à parte técnica dos diferentes desportos”, teriam de “ser estudados necessariamente pela E. N. E. F.,” visto que “habilitada pelo seu quadro de professores, com longa experiência”, os seus “conselhos” seriam “imprescindíveis”.⁵⁰⁷

➤ Contribuições do Capitão Américo Silveira d’Avila

Focando a sua análise no método adotado, oficialmente, no Brasil, o Método Francês, o Capitão d’Avila, afirma que o mesmo “não se adapta bem ao nosso meio”, tornado, assim, “necessária a organização de um método nacional”. Porque, por exemplo, “os regimens

⁵⁰⁵ BRASIL, 1944, p. 72-74.

⁵⁰⁶ BRASIL, 1944, p. 74-78.

⁵⁰⁷ BRASIL, 1944, p. 78-81.

de trabalho” por ele indicados “para os diferentes graus e ciclos, carecem de modificações”; visto que “êles não atendem às nossas necessidades, nem condizem com o nosso temperamento”. As crianças “não se conformam com certas formas de treinamento físico recomendadas pelo respectivo regulamento”, com isso, as aulas de educação física tendem, “na maioria”, serem “monótonas e deficientes”.⁵⁰⁸

Os nossos patrícios, desde a mais tenra idade, preferem exercícios mais enérgicos e movimentados. Os exercícios mímicos, por exemplo, são aplicáveis sómente aos menores de seis anos. Pretender ministrá-los aos que ultrapassaram a esta idade, será sujeitar-se ao ridículo perante os alunos. Conforme prescreve o Regulamento, não é lícito indicar “aplicações” aos meninos do terceiro grau do ciclo elementar. Tal preceito não nos parece razoável, quando sabemos que êstes mesmos elementos, nas suas horas de folga, entregam-se a jogos e diversões onde êles são executados com considerável intensidade. Assim é que nos parece aconselhável a adoção das “aplicações” desde o 3º grau do ciclo elementar, graduadas em intensidade, segundo a aptidão física dos instruendos.⁵⁰⁹

Quanto aos exercícios de “flexionamento da caixa torácica”, afirma ter lhe causado “surpresa o fato de não figurarem no inquérito”. Em contrapartida, há a indicação dos “jogos respiratórios”, os quais “apenas os pequeninos os executam sem constrangimento. Entre os meninos de seis e mais anos, não tem bôa aceitação”. Assim, “julgamos, de bom alvitre, substituí-los pelos “Flexionamentos da caixa torácica”.⁵¹⁰

Sobre os “exercícios de ordem”, devem ser aplicados aos educandos menores de 07 anos; aos demais, optamos pelos “exercícios de ordem unida”, uma vez que “além da uniformidade, êsses exercícios despertam aos alunos, mais entusiasmo e disciplina”. Em relação aos desportos, de acordo com o Método Francês, “sòmente depois dos dezoitos anos podem os jovens” praticá-los. No entanto, na compreensão do Capitão, poderiam alguns deles (os de “pouca intensidade” e de “fácil controle”) serem praticados, “e mesmo recomendados, desde os treze anos”.⁵¹¹

Já as “rodas”, outra “forma de trabalho” que “aliás muito interessante”, somente são praticadas “com real satisfação pelas crianças até seis anos”. A partir dessa idade, passam a ser contra indicadas, “pois, os alunos se reputa, excessivamente infantís. Daí a inconveniência de recomendarmos aos que atingiram a idade escolar”.⁵¹²

⁵⁰⁸ BRASIL, 1944, p. 81.

⁵⁰⁹ BRASIL, 1944, p. 81-82.

⁵¹⁰ BRASIL, 1944, p. 82.

⁵¹¹ BRASIL, 1944, p. 82-83.

⁵¹² BRASIL, 1944, p. 83.

Sobre o “grupamento homogêneo”, assunto muito discutido por Inezil Penna Marinho e apresentado principalmente na *Revista Brasileira de Educação Física*, no decorrer da década de 1940, segundo o Capitão, continuava ele sendo “um dos maiores problemas da educação física”, por vários motivos, dentre os quais: a falta do médico especializado e a “dificuldade de estabelecer um horário especial para a educação física nos Estabelecimentos de Ensino”⁵¹³.

Quanto às excursões, para Américo Silveira d’Avila, elas seriam formas de trabalho compatíveis “com o nosso temperamento e meio” e, por isso, eram “favoráveis a sua adoção”. Já a “verificação periódica”, carecia de modificações: o exame médico deveria “ser realizado três vezes ao ano” e algumas provas práticas deveriam ser “canceladas”.⁵¹⁴

➤ Contribuições do Jornalista João Ricardo Borell Du Vernay

Apesar de não se reconhecer como um sujeito capacitado para discutir a questão do método, propriamente dita, João Ricardo faz uma defesa, explícita, à prática esportiva, em detrimento da ginástica, assim como à necessidade de se apoiar as instâncias particulares para que elas pudessem contribuir com a expansão da educação física, inclusive, no ambiente não escolar. Afirmando, então, possuir “alguma credencial para dizer algo, visto que há muitos anos [se dedicava] aos desportos, na qualidade de dirigente de entidades, adquirindo certos conhecimentos a respeito”, Du Vernay acredita que o “desporto deve ser praticado como meio de educar-se a mocidade para formar cidadãos úteis à Sociedade e à Pátria”. Todavia, a situação “atual dos desportos” é merecedora de críticas. “A falta de mentalidade dos administradores regionais”, com exceção de “São Paulo e Distrito Federal, onde se leva a educação física a sério, causa piedade a noção que predomina nos ginásios espalhados pelo país”. Além disso, “precária” é a “ginástica de levantar a perna ou o braço”, a qual não tem apresentado “resultado prático algum”. Nesse contexto, “a iniciativa particular” não negaria a “ajudar economicamente o desenvolvimento dos desportos educativos”. Finalizando suas contribuições, como soluções, propõe primeiro que haja “auxílio oficial às instituições privadas que se dedicam ao assunto”, uma vez que “isto trará efeitos benéficos e resultados concretos” e, segundo, que praças de desportos sejam construídas “pelo Brasil afóra!”.⁵¹⁵

⁵¹³ BRASIL, 1944, p. 83-84.

⁵¹⁴ BRASIL, 1944, p. 84-85.

⁵¹⁵ BRASIL, 1944, p. 85-90.

➤ Contribuições do Professor de Educação Física Celso Rodrigues

Esse professor, partindo de algumas noções que, no *Inquérito* de 1942, foram apresentadas, apenas, faz duas questões que, em sua concepção, são centrais e que, de certo modo, complementam-se: “Como poderá a educação física alcançar tais finalidades? Criando-se um corpo docente especializado, um método aperfeiçoado de ginástica e esportes?”⁵¹⁶.

Na sequência, ele mesmo responde, categoricamente, que “não será o suficiente. Por mais que se trabalhe nas aulas práticas para que seja conseguido do educando diretrizes que alcancem estas finalidades, é deficiente o esforço dispendido” e finaliza com a seguinte pergunta: “Por ventura, o plano de educação física que se pretende realizar visa apenas alunos dos cursos secundários?”.⁵¹⁷

Vimos que não. No entanto, podemos supor que a intenção do professor Celso Rodrigues tenha sido, justamente, criticar o peso que o plano apresentado pela DEF em seu *Inquérito* conferiu ao ensino secundário em comparação aos demais níveis de ensino. Vale lembrar que naquele mesmo ano foi promulgada a Reforma Gustavo Capanema, a qual teve como principal objetivo a estruturação desse ensino.

➤ Contribuições do Dr. Waldemar Januário Chaves

Waldemar Chaves, “agradecendo a honra” que lhe “foi conferida em poder dizer algo sobre o plano geral que visa formar uma unidade de doutrina que deve presidir os trabalhos referentes à educação nacional”, concentrou, inicialmente, as suas contribuições no modo de registro médico que a educação física vinha adotando. Segundo ele, a “confecção do fichamento de dados” era antes de interesse da antropologia do que da educação física, propriamente dita. No entanto, para que os “perfis morfo-fisiológicos” se aproximassem mais dessa área, e em sintonia com as ideias defendidas por Inezil Penna Marinho, para Chaves, deveriam os fichamentos serem construídos de acordo com as necessidades locais; porém que houvesse uma padronização quanto às idades, “isto é, de uma ficha única, suprimindo certas medidas, até porque com a complexidade das fichas, difícil se torna a confecção das tabelas de graus de normalidade para todas as idades”. Além disso, “o ideal seria a adoção de uma ficha em que se pudesse acompanhar a evolução da criança pelos diversos perfis na mesma traçados”. “Quanto a alguns dados presentemente exigidos para as meninas, como perímetro do pescoço, etc., poderiam ser abolidos”.⁵¹⁸

⁵¹⁶ BRASIL, 1944, p. 91.

⁵¹⁷ BRASIL, 1944, p. 91.

⁵¹⁸ BRASIL, 1944, p. 92.

Levando em consideração o plano como um todo, para Chaves, deveria ele voltar-se a “tôdas as fases do desenvolvimento humano, profissões, atividades, etc”, uma vez que, somente, as aulas de educação física não alcançariam os objetivos propostos no método, pela Divisão, esboçado. Mesmo porque, “a maioria, senão a quase totalidade dos alunos praticam educação física, somente enquanto se acham presentes nas aulas”, fora delas, “em casa ou na rua, cometem atentados contra a saúde, entregando-se a vícios, como o tabagismo, alcoolismo, masturbação, etc.”. Assim, “o pouco que se constrói nas aulas, destrói-se na vida prática. Tal não deverá acontecer com o ‘MÉTODO NACIONAL DE ED. FÍSICA’”, devendo ele ser um método que “melhore de fato o estado presente do nosso povo”, que seja capaz de desenvolver nos educandos “a verdadeira consciência da educação física”. Diante disso, não poderá ser, “apenas, um Método de exercícios práticos”. Mas ter “a sua parte especializada em conhecimentos teóricos indispensáveis ao fim visado”.⁵¹⁹

Logo, junto à prática da educação física, deverá “haver a ministração, aos alunos, de conhecimentos indispensáveis afim de que sejam verdadeiros ginastas, auto-didatas futuros, educadores dos seus possíveis filhos, e verdadeiros soldados da vida salutar”. Haja vista que, “o que tem acontecido com todos os métodos de educação física no Brasil, sobretudo o Francês”, é que, embora possam ser considerados bons métodos, “não têm encontrado campo propício – o aluno. Êste, não raro, é um produto de concepções doentias, de desenvolvimento anormal, pela deficiência alimentar, pelos vícios, pela vida sedentária, etc...”. Desse modo, “igual prognóstico” poderá ser atribuído ao futuro método, caso não sejam “melhoradas as partes mais interessadas – os praticantes”. Diante disso, seriam estes alguns “dos conhecimentos teóricos indispensáveis” à educação física, ou seja, seriam estes os “conhecimentos elementares” de seu plano: a “organização e execução dos exercícios e aulas nas diversas fases da evolução humana”; a “importância e valor da educação física”; as “noções de alimentação racional”; e a “higiene geral sexual e dos desportos”. E, dessa maneira, Waldemar Chaves atrelava a educação física aos princípios higiênicos, tal como se pensava, nas décadas de 1920 e 1930, os médicos higienistas. Tais conhecimentos deveriam, então, ser “desenvolvidos no Tomo IV” ou criado “um Apêndice ao Método”. Na sequência, questiona e ele mesmo apresenta a resposta: mas “quem ministrará tais conhecimentos aos alunos? O próprio professor, que perceberá uma remuneração extraordinária, por aula, ou um professor especialmente destacado para isso”.⁵²⁰

⁵¹⁹ BRASIL, 1944, p. 93.

⁵²⁰ BRASIL, 1944, p. 94-95.

Finalizando as suas contribuições, especificamente sobre os itens “Profissão” (28) e “De Trabalho” (342), Chaves enfatiza ser

[...] necessário que o Método seja bastante claro nestas duas formas de ginástica para que uma não entre em conflito com a outra. A primeira em última análise não será outra coisa senão “educativos” da profissão, isto é, ginástica que interessam, sobretudo, os segmentos ósseos, sinergias musculares e articulações empregados no trabalho individual. A segunda espécie será uma prática corretiva, isto é, ginástica que interesse sobretudo os segmentos que permanecem em repouso durante o trabalho.⁵²¹

Ou seja, “diante dessas duas modalidades, sobretudo numa Escola Industrial, o professor necessita discernir muito bem uma da outra para que as duas não se choquem”. Entretanto, na dúvida, “seria preferível” suprimir a primeira, sendo que, a “ginástica ideal” seria “a compensadora acompanhada da corretiva, dos desportos e outras práticas”.⁵²²

➤ Contribuições do Dr. Othon dos Santos Mercadante

Também esse médico, antes de apresentar as suas contribuições, agradece ao convite e, sendo muito pontual, destaca apenas duas questões: “a introdução do estudo da alimentação do atleta” e a necessidade de “um estudo das aptidões dos diversos biotipos para cada um dos desportos”⁵²³. Em relação à primeira, afirma que tal estudo

[...] chamaria mais ainda atenção do povo em geral, sobre tão momentoso problema, e contribuiria indubitavelmente para a propaganda da boa alimentação. Pois quando o povo souber que tal ou qual atleta venceu uma competição graças a uma alimentação adequada, pensará com certeza em comer melhor.⁵²⁴

Quanto à segunda, “um estudo das aptidões dos diversos biotipos para cada um dos desportos, e a seleção dos desportistas segundo este critério, e a educação do atleta neste sentido, melhorariam consideravelmente nossas ‘equipes disputantes’”⁵²⁵.

➤ Contribuição do Dr. Lavoisier de França Silveira

Também muito pontual, esse médico, embora tenha aprovado integralmente o plano apresentado pela DEF acerca do futuro Método Nacional de Educação Física, sugeriu

⁵²¹ BRASIL, 1944, p. 95.

⁵²² BRASIL, 1944, p. 96-97.

⁵²³ BRASIL, 1944, p. 97-98.

⁵²⁴ BRASIL, 1944, p. 98.

⁵²⁵ BRASIL, 1944, p. 98.

que fosse criada, nas Faculdades de Medicina, “uma Cadeira Obrigatória de Medicina Esportiva”⁵²⁶.

➤ Contribuições do Padre Francisco Czapla

Considerando o plano geral do Método Nacional de Educação Física, proposto pela DEF, “perfeito no gênero”, o Padre Francisco aplaudiu os “esforçados organizadores, pela obra grandiosa e de primeira importância em prol da Nação Brasileira” e também muito brevemente comentou apenas dois itens: “para facilitar aos professores a escolha dos cantos e melodias necessários à marcha, seria útil juntar ao ‘Método’ um apêndice musical apropriado” e “a idéia das competições não podia ser mais feliz, pois por meio delas as autoridades competentes poderão fiscalizar a aplicação do ‘Método’ e, corrigir os defeitos que se introduziriam”, além disso, também serviriam “para incentivar à Mocidade Brasileira na cultura de ginástica indispensável para seu completo desenvolvimento físico”⁵²⁷.

➤ Contribuições do Sr. José Rodrigues Seabra

Na condição de Diretor Geral do Colégio de Itajubá e por solicitação do médico de seu Departamento de Educação Física, o Sr. José Seabra apresentou sugestões, as quais julgaram “ser de utilidade para trabalho de tão alta relevância, como seja o da realização do Método Nacional de Educação Física”, que a Divisão propunha-se a realizar. Em linhas gerais, trataram da alimentação e, mais especificamente, do fato de ser essa a proposição de um método nacional. Como conclusões, afirmaram que essa era uma “obra de maior relevância, quiçá de benemerência”, mas que “tudo ficaria perdido” se não fizessem “tudo e por toda parte um estudo consciencioso dos meios e modos de tornar realmente Nacional, em sua aplicação, o Método assim organizado”. Nesse sentido, “a lei ou o método nacional para a ‘constituição’ do físico de nosso elemento humano”, não deveria “ser prevista para ser de uma execução possível somente nas capitais ou nos grandes centros, onde o elemento verdadeiramente nacional já se encontra com seus índices alterados pelo maior contato com os centros mais civilizados ou de outras civilizações”.⁵²⁸ Assim, merecerá

[...] a designação de Nacional, o Método que, esquecendo-se a preocupação da síntese ou da apresentação somente das últimas conquistas da ciência na educação física, vier

⁵²⁶ BRASIL, 1944, p. 99.

⁵²⁷ BRASIL, 1944, p. 99.

⁵²⁸ BRASIL, 1944, p. 100-101.

resolver com o sistema nacional, o problema de fortalecimento de nossa gente, ainda que, inicialmente, se tenha como realidade tão somente o problema alimentar.⁵²⁹

Partindo, então, do conceito de educação, “só se poderá tornar nacional o método que para a sua aplicação procurar transformar sua existência em realidade através de ‘centros de irradiação de cultura’”, os quais deverão possuir “material próprio e abundante”. A música, nesse sentido, não poderá “ser esquecida como auxiliar de grande valia que é”, sendo ela capaz de imprimir um “espírito de unidade e de disciplina, com caráter verdadeiramente nacional”.⁵³⁰ Do mesmo modo o cinema deverá ser

[...] utilizado como elemento de demonstração de padrões vivos de estética, sincronismo e habilidade, imprimindo-se em seus filmes tôdas as práticas recomendáveis para uma vulgarização obrigatória, objetivando-se ainda a unidade de interpretação e entendimento para um mesmo fim ou atitude de caráter nacional.⁵³¹

➤ Contribuições do Dr. Olavo Felicíssimo de Paula Xavier

Como médico do Colégio Estadual de Minas Gerais, o Dr. Olavo Xavier também enfatizou a “importância da alimentação sadia junto ao curso de E. F.”, a necessidade de considerar “o estado dos dentes” dos alunos, visto que “falta-lhes a mais rudimentar educação sanitária a êsse respeito” e, para finalizar, criticou a prática física desenvolvida, por vezes, “nos clubes particulares” pontuando que outra dificuldade para o controle médico” nos colégios “é decorrente da frequência dos estudantes nos clubes particulares onde eles geralmente se excedem nas diversas modalidades de exercícios físicos, o que frequentemente tem reflexos prejudiciais à saúde”. Diante disso, sugere que medidas sejam tomadas visando limitar a “atividade esportiva” do “estudante colegial matriculado ou não nos clubes particulares”.⁵³²

➤ Contribuições do Professor Francisco de Paula Santos

Destacando a questão do “Pessoal”, mais especificamente referindo-se à formação do médico especializado em educação física, o professor Francisco de Paula ressaltou que se a “educação física racional” é firmada nas “bases biológicas”, é necessário que “todos os Ginásios por obrigatoriedade” possuam “um médico com o devido *Curso de Medicina*

⁵²⁹ BRASIL, 1944, p. 101.

⁵³⁰ BRASIL, 1944, p. 101-102.

⁵³¹ BRASIL, 1944, p. 102.

⁵³² BRASIL, 1944, p. 103-104.

Especializada, pois não sendo assim, o verdadeiro sentido da educação física do jovem, não poderá ser realizado com verdadeira concretização”⁵³³.

➤ Contribuições do Professor Júlio Xavier Teixeira

Acusando “o recebimento de um livrinho de cultura física”, o qual foi lido “em companhia de um amigo que de longa data estuda as bases de um método Nacional de Educação Física”, apesar de reconhecer em diversos pontos o trabalho que a DEF vinha desenvolvendo no campo da educação física, de pronto, o professor Júlio Teixeira afirmou discordar do método por ela pretendido porque, segundo ele, embora os títulos fossem “bonitos”, foram “apresentados sem harmonia, sem método e sem oportunidade”. Nesse sentido, “pretender obter um método de educação física, que se aplique aos débeis e as diferentes idades é coisa impraticável”.⁵³⁴

Além desse ponto, outro que também reúne “vários enganos” é quando “se recomenda o estabelecimento de uma grande variedade de exercícios para que o exercício se torne atraente e se evitem frequentes repetições”. Engano porque, primeiro, em sua concepção, “os exercícios que se fazem numa mesma sessão, devem ser sempre os mesmos até que o aluno os faça perfeitamente”; segundo, porque “a repetição do movimento não enfastia. O aluno vai adquirindo o senso dos músculos que trabalham, vai adquirindo precisão e elasticidade, ficando intimamente satisfeito”. Em contrapartida, “o exercício novo é feito com a contração de músculos não necessária, e isso cansa e desgosta”, sendo natural que “a intensidade [varie] com a idade e possibilidades físicas de cada indivíduo”. Assim, “aos médicos especializados compete orientar o professor nos casos de anormalidades, debilidades, insuficiências orgânicas, mas os exercícios serão sempre os mesmos”.⁵³⁵

Quanto à formação especializada, “todo o estabelecimento de ensino [deveria] ter um médico especializado em educação física, para evitar dificuldades ao professor de educação física”, o qual, assim como o médico, também deverá “ser especializado, dotado de todos os conhecimentos indispensáveis”, pois, só assim, poderá ele “seguir o que o médico idealizou”⁵³⁶.

Na sequência, Francisco de Paula foi categórico ao afirmar que “criar um método nacional, com os poucos preparos científicos que temos” seria um “êrro” e, nesse sentido,

⁵³³ BRASIL, 1944, p. 104-105 – Itálico do contribuinte.

⁵³⁴ BRASIL, 1944, p. 106.

⁵³⁵ BRASIL, 1944, p. 106-108.

⁵³⁶ BRASIL, 1944, p. 107.

fazendo uma comparação com a “ginástica nacional francesa”, também ela representou um erro. O que não ocorreu na Suécia, onde havia, sim, criado-se “uma ginástica nacional estudada com tôda a minúncia e exatidão científica”. Comparando ambas, “a ginástica francesa, para diferenciar-se da suéca, afastou-se do rigor científico e condenou erradamente o exercício da extensão do dorso, alegando ser êle um exercício estático, o que não é verdade”. Porém, vale destacar, em suas palavras, que “em França, há grandes médicos especializados na educação da ginástica suéca como o Dr. Phelipp Tissié” e, por assim ser há “além do método oficial, alguns outros. Mas sempre as bases científicas são as mesmas”.⁵³⁷

Para concluir e fazendo, novamente, uma defesa à ginástica sueca, o professor informa ter “o Dr. Tissié” publicado na França, “um trabalho feito para o govêrno Belga sôbre a organização da educação física”, o qual foi por ele oferecido a uma comissão responsável pela elaboração do Regulamento do Departamento de Educação Física de São Paulo, o que resultou em um trabalho “muito bom” e, somando-se a isso, outra contribuição seria a “tradução para o Alemão, de um livro de lições de ‘ginástica suéca’, o qual, pensava o professor, “ser o que há de melhor sôbre educação física”⁵³⁸.

➤ Contribuições do Professor Mário Leal Bacellar

Com uma análise bastante minuciosa, o professor Mário Bacellar já, de início, refere-se ao método esboçado como “Método Brasileiro de Educação Física” por lhe parecer “mais Nacional” do que “Método Nacional de Educação Física”, sugerindo, assim, uma primeira alteração. Na sequência, ainda que reconheça que “sòmente depois de sua aplicação”, “por espaço não inferior a 3 anos, poder-se-á emitir juízo aproximado da verdade – do que será a projeção prática e útil do M. B. E. F. – e, então, sôbre o que deverá ser corrigido ou completado”, não obstante, inicia as suas contribuições.⁵³⁹

Nas partes do plano denominadas “Metodologia da Educação Física e do Treinamento Desportivo – METODOLOGIA (b) – 1ª Parte – Da Educação Física – Aplicação do Método – Formas de Trabalho – *Visando à Educação*”, especialmente, no que diz respeito ao

[...] trabalho em que se visa puramente a educação física, concordo que UM DOS OBJETIVOS seja – “proporcionar aos educandos, atividades racionalmente orientadas, por intermédio da qual lhes seja proporcionado o melhor desenvolvimento de seus

⁵³⁷ BRASIL, 1944, p. 109.

⁵³⁸ BRASIL, 1944, p. 109.

⁵³⁹ BRASIL, 1944, p. 111.

organismos”, porém acho que deve ser também seu OBJETIVO – o ensino de encadeamento e da execução dos exercícios que melhor lhes desenvolvem os seus organismos. E até que este conhecimento pelos educandos, deve ser motivo de GRAU em Educação Física.⁵⁴⁰

No item “Constituição das Sessões”, ao perceber que, ao ser organizado o método, “no artigo 89 (Exercícios Analíticos) do ‘Inquérito’”, não constaram “os ‘movimentos da caixa torácica’”, questiona: “Seria proposital essa omissão? ou falta tipográfica?”. Prosseguindo, na parte referente às “Características das Sessões”, afirma que seria “interessante que o M. B. E. F.” enfatizasse que, “na organização das sessões”, o professor de educação física dosasse a “parte principal”, alternando “a intensidade dos exercícios escolhidos, observadas as complexidades das sessões, e não somente alternar os exercícios conforme vem sendo observado”.⁵⁴¹

Na “Execução do Trabalho” compreende que seria “absolutamente necessária” a aplicação de um “exame prático”, realizado “por todos os educandos NORMAIS, maiores de 11 anos e menores de 21 anos de idade, logo após o 1º Exame Médico-Biométrico”, o qual teria “lugar durante a 2ª quinzena de maio”. Quanto ao “primeiro exame prático”, teria por finalidade

[...] verificar a – APTIDÃO FÍSICA – dos educandos normais e, por ela, grupá-los HOMOGENEAMENTE – segundo a classificação (prática) estabelecida pelos “limites mínimos” de que tratam as FICHAS publicadas no “Diário Oficial” n. 198, de 25 de agosto de 1939 [...] – OU CONFORME OUTRA “CLASSIFICAÇÃO PRÁTICA” INSTITUÍDA PELO “MÉTODO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA”, – a fim de, então, submetê-lo à Educação Nacional.⁵⁴²

Ainda sobre o exame prático, as suas respectivas fichas teriam como fim “INDICAR o comportamento e atividade físicos do educando, durante o ano”; “ORIENTAR o Professor no modo de conduzir as últimas sessões e dos conselhos a dar aos educandos” e “GUIAR os educandos à prática racional da Educação Física – durante o longo período de suas férias”.⁵⁴³

Para concluir, apresenta um modelo de um longo programa de ensino do Ginásio de São Cristovão, organizado em semanas. Nele, destaca o horário das aulas, uniforme, o local e a materialidade; o modo como eram realizadas as sessões, descrevendo cada um dos

⁵⁴⁰ BRASIL, 1944, p. 111.

⁵⁴¹ BRASIL, 1944, p. 111-112.

⁵⁴² BRASIL, 1944, p. 112-113.

⁵⁴³ BRASIL, 1944, p. 114.

exercícios e as respectivas partes do corpo que eram trabalhadas – evoluções; exercícios analíticos dos membros superiores, inferiores, tronco e pescoço, caixa torácica; exercícios combinados; exercícios assimétricos; elementos constantes (marchar, trepar, saltar, levantar e transportar, correr, lançar, atacar e defender-se); e elementos eventuais (pequenos jogos, exercícios de relaxamento e respiratórios).⁵⁴⁴

➤ Contribuições do Dr. Nilo Jardim Júnior

Em linhas gerais, três foram os pontos abordados pelo médico Nilo Júnior: “novo critério de promoção dos alunos de um a outro ciclo”; “reajustamento das provas de todos os ciclos, unificando o seu número”; e “um método de classificação geral dos alunos, por pontos, que possa dar uma impressão rápida a respeito da capacidade de cada aluno, no respectivo ciclo, e, em relação aos colegas dos demais ciclos”⁵⁴⁵.

Em relação ao primeiro ponto, o médico afirma que o critério adotado era “falho” e não condizia “com o fim colimado: obter do educando uma elevada média de produção em todos os exercícios físicos”. Como solução, sugere que “o critério da classificação dos alunos” se dê “por pontos obtidos de acordo com suas performances”. Quanto ao segundo, com o objetivo de evitar as “discordâncias no total de pontos”, a proposta seria a aplicação de “um mesmo número de provas para todos os alunos, independentemente do ciclo ou sexo”. Por fim, considerando o “Método da Classificação Geral dos alunos, por pontos, nas provas de Educação Física”, os resultados deveriam ser assim classificados: “péssimo – de 0 a 19 pontos; Mau – de 20 a 60; Regular – de 70 a 79 (com este resultado o aluno já poderá mudar de ciclo); Bom – de 80 a 129; Ótimo – de 130 a 140”⁵⁴⁶.

Como “observações finais”, afirma que a DEF deveria regularizar “os jogos individuais e coletivos mais indicados à cada ciclo e sexo, afim de evitar que, nos Ginásios, alunos de pouca idade pratiquem, por exemplo, o basquetebol ou o futebol e outros, mais velhos, se dediquem a desportos infantís” e também os Ginásios deveriam possuir piscina porque assim seria possível “exigir, dos educandos, provas de nado livre a 25, 50, 75 e 100 metros, no mínimo, conforme os alunos (masculinos ou femininos) pertencessem respectivamente ao 4º do Ciclo Elementar, 1º grau secundário, 2º grau secundário e Ciclo Superior”⁵⁴⁷.

⁵⁴⁴ BRASIL, 1944, p. 131-135.

⁵⁴⁵ BRASIL, 1944, p. 136-137.

⁵⁴⁶ BRASIL, 1944, p. 137-140.

⁵⁴⁷ BRASIL, 1944, p. 149.

➤ Contribuições do Dr. Poli Marcelino Espírito

No lugar de médico e professor de higiene da Escola de Educação Física de Porto Alegre, o Dr. Poli Marcelino, antes de iniciar as suas contribuições, diz ter tido uma “ótima impressão” do

[...] conjunto do projeto em estudo, revelando o cuidado e competência com que foi organizado. O “Método Nacional de Educação Física”, aproveitando o que as boas fontes apresentam de útil para nós, fazendo a adaptação às condições próprias e acrescentando o que já a observação nos indicou de proveitoso, constituirá uma obra básica para aplicação e desenvolvimento de um dos ramos essenciais da educação. As diversas partes que o compõem formam um todo harmônico, que atende às exigências individuais e associa com as atividades coletivas. É fácil, portanto, deduzir a relevância da obra em aprêço e a influência que terá em favor da solução do problema da educação nacional, [...]. Não podemos, por isto, silenciar nossa satisfação quando consideramos que, dia a dia, mais se estende e intensifica a ação educacional em nosso País e que terá na Educação Física um fundamento sólido para maior grandeza do Brasil.⁵⁴⁸

A seguir, expôs uma série de sugestões. O primeiro ponto abordado foi o “Conceito de Educação’ e de suas bases”. Em sua concepção, deveria, sim, focar na “finalidade da vida humana” e no “objetivo moral do homem”, porém, de forma sucinta, uma vez que o assunto era “delicado” e relacionava-se a “debates filosóficos” que ainda não tinham conciliação. Mesmo porque a “orientação cristã da nossa nacionalidade” não poderia “ser esquecida quando se cogita de estabelecer um método nacional para um dos ramos fundamentais da educação”, cujo “objetivo geral, mediato” é o de “alcançar a formação integral do Homem”. De outro modo, “fácilmente a prática tão salutar da educação física se deixará influenciar por uma tendência unilateral, adquirindo talvez a forma de um néo-paganismo, com profunda repercussão nos hábitos tradicionais que o Cristianismo implantou em nosso País”, o que acarretará em “efeitos perniciosos para a vida e o progresso da nacionalidade”. Nesse sentido, “o aperfeiçoamento morfo-fisiológico do homem deve ser acompanhado paralelamente de seu aperfeiçoamento espiritual”. Porque, somente assim, o método em questão atenderá “aos princípios a que está subordinado o desenvolvimento regular do organismo humano”, alcançando “o justo equilíbrio do ‘mens sana in corpore sano’”. Assim, a sugestão feita pelo Dr. Poli Marcelino Espírito seria o acréscimo da “religião entre os elementos da psicologia social”.⁵⁴⁹

A segunda sugestão seria “incluir entre os fundamentos científicos os ‘higiênicos’, pois, como é sabido, a Educação Física deverá adotar os princípios estabelecidos pela

⁵⁴⁸ BRASIL, 1944, p. 149-150.

⁵⁴⁹ BRASIL, 1944, p. 150-151.

‘Higiene’, como ciência, para a preservação da saúde”. O terceiro ponto se refere aos “meios a empregar”, que, abrangendo no plano proposto, somente, “os dois conjuntos de recursos sintéticos e analíticos”, excluiu o “analítico-sintético, que emprega simultaneamente os exercícios de interesse para as funções gerais associados a algum de particularidade especial para determinada função ou órgão”. O quarto, “ao tratar dos princípios fundamentais do método, a apreciação do valor individual é básico para a prática proveitosa dos exercícios”, a sugestão seria, então, a aplicação de um “exame dos vários fatores em que se apoie o valor individual, além dos previstos nos ns. 40 a 47”, incluindo “um item especialmente destinado à exposição das ‘Causas patológicas’ que podem influir no referido valor individual”. O quinto ponto refere-se “à atração dos exercícios”, questão essa também muito cara a Inezil Penna Marinho que, por vezes, é por ele utilizada para criticar, justamente, a adoção do Método Francês, no Brasil. Nesse aspecto, o médico e professor higienista afirma que “certos métodos, úteis em si, não conseguiram impôr-se à prática corrente por falta de atrativo”. Sendo assim, “é de toda conveniência, pois, como prevê o projeto em estudo, dedicar a atenção a esta particularidade, para tornar o método mais difundido e proveitoso”.⁵⁵⁰

Voltando-se ao campo da higiene, o sexto e o sétimo pontos abordados sugerem, respectivamente, que, primeiro, nos “Princípios fundamentais do método” haja “o acréscimo do sub-título ‘Orientação higiênica’, com uma sub-chave compreendendo: ‘Aplicada ao indivíduo’ e ‘Aplicada aos meios’”; segundo, “em relação à Ginástica higiênica”, considerando “as fôrmas que visam ao ensino”,

[...] somos de opinião de que, em conceito geral toda a ginástica, toda a educação física, deve revestir-se da característica de higiênica, caso contrário incorre no risco de tornar-se prejudicial. Interpretamos a expressão “Ginástica higiênica” como significando a prática de exercícios tendentes a preservar a saúde, mantendo-a como justo equilíbrio das funções. Neste caso, tomamos a liberdade de sugerir o emprêgo do título “Ginástica Preservativa”. Em consequência, as Ginásticas corretiva e emendativa deixariam de figurar englobadas como estão no n. 338 e passariam a constituir uma nova alínea “Corretiva e emendativa”, ou seriam reunidas em chave sob a designação “Ginástica retificadora”, abrangendo as duas modalidades “Corretiva” e “Emendativa”.⁵⁵¹

No último ponto, “análise dos exercícios”, o Dr. Poli Marcelino Espírito retoma a “sugestão de classificar os exercícios em analíticos, sintéticos e analítico-sintéticos” e, caso seja aceita essa sugestão, “deverá ser acrescida a respectiva consignação, incluindo-se sob a

⁵⁵⁰ BRASIL, 1944, p. 151-153.

⁵⁵¹ BRASIL, 1944, p. 153-154.

epígrafe ‘Exercícios analítico-sintéticos’ algumas modalidades que figuram entre os exercícios combinados, assimétricos, jogos, lutas e outros mais”⁵⁵².

➤ Contribuições da Professora Célia Gomes Cruz

Iniciando a sua exposição, a professora diz que fará um “pronunciamento franco, a respeito do Método Nacional de Educação Física, que, na sua excelente elaboração, denota o trabalho ingente de um pugilo de idealistas”, sendo as suas contribuições “fruto de uma vontade não menos idealista” que, “há 10 anos, se pôs ao serviço da Educação Física”⁵⁵³.

Fundamentada em um discurso moral-religioso, Célia Gomes Cruz elenca uma série de questões, entre os quais destacamos: a relação que ela estabelece entre a educação física e a Igreja Católica, algumas críticas pontuais ao Método Francês, à formação do professor e ao uniforme utilizado nas aulas de educação física.

Sobre o primeiro ponto, assim, ela afirma:

O Brasil nasceu e cresceu à sombra da Igreja Católica, que é indiscutivelmente a religião da maioria dos Brasileiros. O Método Nacional deve respeitar a moral católica que combate o despudor, pregando o recato. Não se pode formar no espírito do educando um conflito entre a sua religião e a prática dos exercícios físicos; aquela não se opõe a êstes, mas apenas os deseja dentro das normas que prega.⁵⁵⁴

Prosseguindo em sua análise,

É preciso estudar-se um meio de tornar-se obrigatória a separação dos sexos nas sessões de ed. física e nas demonstrações, [...]. É preciso que seja levada muito a sério a questão das demonstrações. Há professores que têm mentalidade funambulesca e passam o ano inteiro a exigir que os alunos executem com perfeição um plano para a demonstração do final do tempo letivo, com o sacrifício das finalidades da ed. física suprimindo os jogos e passando-se as sessões debaixo de uma disciplina rija, sem que os alunos tenham oportunidade de expandir-se, constituindo os ensaios uma verdadeira tortura. [...]. Nos ensaios para as demonstrações tenho observado promiscuidades desrespeitosas, favorecidas pela difícil vigilância de centenas de alunos de sexos diferentes, sem se falar nos intrusos que vão para os estádios a dar piadas pesadas, provocadas, em parte, pelas atitudes de certos alunos e pelos uniformes pouco decentes. [...]. Emfim, as demonstrações são um triste espetáculo de despudor e um verdadeiro sacrifício da raça, pela falta de medidas higiênicas adequadas, com uma finalidade apenas de iludir o público e exaltar o nome dêste ou daquele professor.⁵⁵⁵

⁵⁵² BRASIL, 1944, p. 155-156.

⁵⁵³ BRASIL, 1944, p. 156.

⁵⁵⁴ BRASIL, 1944, p. 157.

⁵⁵⁵ BRASIL, 1944, p. 157-158.

Quanto ao Método Francês pontua que “é preciso que o Método Nacional apresente um número maior de exercícios, do que o apresentado pelo Método Francês, particularmente de evoluções” ou mesmo que “o número de evoluções do Método Francês” seja “aumentado com elementos de outros métodos”⁵⁵⁶.

Em relação à formação do professor de educação física, a qual deveria ser “muito cuidada”, Célia Cruz faz uma crítica direcionada ao *Curso de Emergencia*, já discutido, visto que esses professores

[...] são em geral mais estimados pelas crianças do que os de letras e têm, portanto, uma forte influência sobre a formação do caráter dos educandos. [...]. Os professores formados por cursos de emergência (de três meses, como os que há no Estado do Rio) não podem ter a formação que era para desejar. Notamos em muitos colegas falta de idealismo, predominância de interesses financeiros, comodismo e, o que é mais grave, falta de formação moral. Os professores de educação física precisam ser elementos selecionados. Não basta apenas olhar-se para as suas aptidões físicas, mas para as suas qualidades de educadores. Uma vontade idealista, um caráter bem formado suprem deficiências físicas. Mas um atleta, embora perfeito na sua estrutura física, não pode orientar bem seus educandos, se lhe faltam qualidades morais e pedagógicas.⁵⁵⁷

Por fim, no que se refere ao uniforme, “seria ideal a adoção” de um mesmo modelo “para todo o país, respeitando o pudor dos alunos que se regem pelas normas da moral cristã. O uniforme padrão evitaria o exagêro dos professores que não levam em conta o pudor de seus alunos”. Além disso, “faz-se mistér seja adotado um uniforme para o inverno”.⁵⁵⁸

➤ Contribuições do Professor João Alves dos Santos

Com uma exposição relativamente extensa, o professor inicia seus argumentos fazendo uma defesa explícita ao Método Francês do Brasil:

“O método francês é o método do futuro, sua base positiva repousa na própria natureza. Longe de querer impôr-se, êle confia resultados ao contrôlle experimental e não sendo “intangível” evolue continuamente para um grau de perfeição cada vez maior; admite modificações a uma adaptação incessante, imitando assim tudo que existe e tudo o que vive...”⁵⁵⁹.

A partir desse posicionamento, afirma ser o “futuro Método Nacional de Educação Física” um “sistema eclético” e, por assim ser, “é inegavelmente um sistema

⁵⁵⁶ BRASIL, 1944, p. 157-158.

⁵⁵⁷ BRASIL, 1944, p. 158-159.

⁵⁵⁸ BRASIL, 1944, p. 161-162.

⁵⁵⁹ BRASIL, 1944, p. 164.

apoiado no ecletismo do método francês”⁵⁶⁰. Nesse ponto em questão, o professor João Alves dos Santos afasta-se (ou simplesmente ignora) completamente de tudo aquilo que Inezil Penna Marinho vinha produzindo, visando à elaboração do Método Nacional de Educação Física, já que, pelo menos no plano do discurso, era justamente do Método Francês que Inezil desejava demarcar um distanciamento, inclusive, para justificar a necessidade de criação de um método que, de fato, fosse nacional.

Em relação ao “I – TOMO – Formas de trabalho – Visando ao ensino – Sessão de estudo”, sugere que “seria interessante” a inclusão da “GINÁSTICA MILITAR”, a qual seria composta por “Combate a baionêta – Esgrima – aplicações militares – educação física do atirador – marchas, etc.”, tendo como objetivo “o preparo do combatente – infante, cavaleiro, aviador, naval, etc.”. Com essa conformação, acreditava o professor que seria evitada “a inconveniência de vários métodos (3ª Parte do Reg. n. 7, Suéco e outros) prejudicando a unidade de doutrina tão necessária aos grandes empreendimentos”.⁵⁶¹ O interessante aqui é observar que, apesar de ter iniciado suas contribuições elogiando o Método Francês, para ele, a tradução da 3ª Parte do *Regulamento Geral de Educação Física*, tal como vulgarizou o Método Francês no Brasil, é tratada como uma inconveniência.

Quanto à “Ginástica higiênica”, ele critica a utilização desse termo para designar apenas um de seus “ramos”, visto que era, justamente, através da educação física que a saúde se conservava e, nessa perspectiva, todos os aspectos do método em questão deveriam ser higiênicos. Assim, sugere a alteração do subtítulo “Ginástica higiênica” para “Ginástica médica”, “uma vez que seu fim é tratar ou corrigir defeitos e deformações”, exigindo, desse modo, “cuidado especial do médico”. Logo, “o fim sendo tratar é terapêutico e não podemos dizê-lo higiênico”.⁵⁶²

Ao se referir à “constituição das sessões”, outra crítica ao plano geral proposto pela DEF foi tecida e, novamente, uma defesa a um aspecto do Método Francês foi evidenciada:

A Sessão Preparatória e a Volta à Calma jamais perderão os seus nomes quando procurarmos definir as suas finalidades. Qual o valor da Sessão Preparatória? – respondemos o fim: AQUECER E PREPARAR o organismo progressivamente... e a Volta à Calma? – fazer VOLTAR À CALMA o organismo....⁵⁶³

⁵⁶⁰ BRASIL, 1944, p. 164.

⁵⁶¹ BRASIL, 1944, p. 164.

⁵⁶² BRASIL, 1944, p. 165.

⁵⁶³ BRASIL, 1944, p. 165.

Acerca dos “exercícios analíticos”, também ele afirma não ter compreendido a exclusão do “flexionamento da caixa torácica”, “quando sabemos os benéficos resultados desses exercícios”. Sobre as “características das sessões”, “a liberdade que está prevista para os exercícios sintéticos, quanto a alternância, creio mais prudente, quando fôr o caso, evitar que remediar”. E, finalizando, diz ser “bem verdade que podemos graduar a intensidade de uma ‘Sessão de estudo’ mesmo sem observar a alternância dos exercícios; menos fácil é o efeito de conjunto em harmonia fisiológica”. Assim, ele acredita “que a sequência das atividades é desnecessária à graduação, mas a falta de alternância [seria] um perigo nos casos de estafa”.⁵⁶⁴

➤ Contribuições do Professor Rosalvo Florentino de Souza

Com uma análise bastante minuciosa, o professor Rosalvo Florentino inicia sua exposição com a seguinte observação:

Cumpre-nos, a nós professores de educação física, uma vez elaborado o Método Nacional, pô-lo em execução de modo que a sua *prática* corresponda precisamente aos princípios fundamentais de sua *teoria*, sem o que passaríamos do Método Francês para um *nacionalismo empírico*.⁵⁶⁵ (Itálico do contribuinte).

Em seguida, também ele afirma ser o futuro Método Nacional de Educação Física um projeto inspirado no Método Francês do Brasil, sendo esse um método adotado, no Brasil, “desde há muito, causando efeitos já susceptíveis de serem observados, nada mais justo e criterioso, que se inspirasse nas linhas gerais do seu ecletismo para a feitura do Método Nacional. E tal é, ao que parece, a orientação seguida”.⁵⁶⁶

Nesse sentido, assim como o professor João Alves dos Santos, também Rosalvo Florentino de Souza simplesmente ignora tudo aquilo que Inezil Penna Marinho vinha produzindo acerca da elaboração do Método Nacional de Educação Física. No entanto, essas duas contribuições, em especial, levam-nos a pensar se, realmente, Inezil conseguiu propor um método de educação física, verdadeiramente, brasileiro. Ou se, de fato, o seu objetivo era, único e simplesmente, forjar-se enquanto um protagonista deste processo de criação daquilo que ele denominou como Método Nacional de Educação Física, mesmo que as suas bases o aproximasse do método já implementado, oficialmente, o Método Francês.

⁵⁶⁴ BRASIL, 1944, p. 166-167.

⁵⁶⁵ BRASIL, 1944, p. 167.

⁵⁶⁶ BRASIL, 1944, p. 167.

Inezil Penna Marinho teria, então, estrategicamente, somente no plano do discurso, buscado se distanciar do Método Francês e, assim, forjar-se um protagonista na criação do método de educação física com “alma nacional”, mesmo que, o que de fato tenha se alterado, fosse a sua denominação, acrescida de algumas críticas pontuais a alguns dos elementos constitutivos do Método Francês e, claro, como era característica de Inezil, a partir de uma narrativa extensa, constituída por bonitas frases⁵⁶⁷ – frases de efeito –, cujo apelo principal era a questão do patriotismo e a construção da tão almejada brasilidade?

Voltemos às contribuições do professor. No que se referia ao plano geral do Método Nacional de Educação Física, não houve “nenhuma objeção ou crítica a fazer”, mesmo porque, como ele mesmo afirmou, o método em questão foi inspirado no Método Francês. Quanto ao “conceito de educação física” e, nesse aspecto, corroborando com o pensamento de Inezil Penna Marinho,

[...] a educação física não tem hoje o antigo conceito que se lhe dava, restrita como era à prática de movimentos estáticos e por isso mesmo monótonos, dos quais os alunos fugiam, quando se lhes anunciava uma “aula de ginástica”. Ao contrário, compreende tódia uma série de exercícios capazes de dar ao corpo um desenvolvimento harmônico, compatível com as condições de saúde do indivíduo, ministrados de forma atraente e agradável. O moderno conceito de educação física abrange a totalidade dos exercícios físicos que possam influir nesse desenvolvimento. Sob a forma agradável dos esportes, atrai e diverte a juventude de tódas as nações, dando-lhes filhos fortemente constituídos.⁵⁶⁸

Por extensão, também o conceito de professor responsável pelo ensinamento desses exercícios foi ampliado.

A expressão “professor de ginástica” tende a desaparecer, para dar lugar a esta outra “professor de educação física”, tal como vem sendo empregada razoavelmente em tódia parte, dada a maior significação que tem. Mas não apenas o desenvolvimento físico do indivíduo se obtem com a prática racional da educação física. Esta é, também, uma aula de disciplina, onde o indivíduo tem oportunidade de adquirir hábitos e preceitos que muito influirão sôbre a sua conduta moral, social e higiênica.⁵⁶⁹

Na sequência, o professor abordou a situação da educação física em diferentes níveis de ensino. Nas escolas primárias, lançando mão de dados obtidos em São Paulo, enfatizou que, até aquele momento, o ensino da educação física não era satisfatório e, menos

⁵⁶⁷ Vale lembrar que também o professor Júlio Teixeira, que, inclusive, discordou veemente do Método Nacional de Educação Física, em suas contribuições, concordou que o plano projetado por Inezil Penna Marinho, apenas, apresentava “títulos bonitos” (BRASIL, 1944, p. 106).

⁵⁶⁸ BRASIL, 1944, p. 167-168.

⁵⁶⁹ BRASIL, 1944, p. 168.

ainda, havia se expandido como o deveria ser, e que, além disso, faltava formação adequada às professoras primárias. Nesse sentido, “um plano nacional de educação física” deveria voltar-se, sobretudo, às escolas primárias, “como base para aplicação de um Método Nacional”.⁵⁷⁰ Somando-se a isso,

[...] em cada Grupo Escolar, um dois professores *substitutos efetivos*, poderiam ser designados para essa *emergência*, com direta assistência da inspetoria de educação física, fazendo jús a remuneração. Nos lugares onde já existem fisiocultores [...], êstes prestariam auxílio, sugerindo, explicando, orientando e removendo algumas dificuldades iniciais. Em municípios mais prósperos, o concurso de clubes e parques infantís seria reclamado – criando-se sessões especiais para os alunos das escolas com frequência obrigatória para a prática de jogos esportivos os mais variados.⁵⁷¹ (Itálico da contribuinte).

Considerando a educação física no ensino secundário e a aplicação do Método Francês, Rosalvo Florentino enfatiza que a sua prática “requer um aparelhamento de que não dispomos dadas as precárias condições da maioria dos estabelecimentos de ensino secundário, no que se refere à educação física”, visto que “poucos são os ginásios que possuem instalações favoráveis a uma eficiente aplicação pedagógica do método”. Nesse cenário, “um método nacional deve ser de fácil aplicação em todos os estabelecimentos de ensino, ou que êstes sejam convenientemente aparelhados para recebê-lo”.⁵⁷²

Já em relação à educação física praticada nas escolas profissionais, “por se tratar de um ramo especializado da educação é óbvio que aí também deve variar”, visto que nesses estabelecimentos de ensino

[...] os alunos estão sujeitos a um regime de trabalho quase integral exercendo as mais variadas atividades físicas, impossibilitando o aluno de participar, com prazer, das aulas de educação física, mormente nas escolas profissionais agrícolas. Como *compensação* a ginástica de grade, a exemplo do que se ministra na Associação Cristã de Moços, seria de grande conveniência desde que a mesma faculta pôr em atividades os músculos *menos trabalhados* nas diferentes sessões. A intensificação dos diferentes esportes, sobretudo a natação, o cestobol e o voleibol, de fácil aprendizagem e muita aceitação, é medida salutar considerando-se os já indiscutíveis benefícios dêstes esportes. Uma sessão de jogo coletivo, finalizaria, assim, cada aula aí ministrada, suprimindo-se os pequenos jogos, no meio da lição, muitos dos quais servem, também, para tornar a aula indisciplinada.⁵⁷³ (Itálico do contribuinte).

⁵⁷⁰ BRASIL, 1944, p. 168.

⁵⁷¹ BRASIL, 1944, p. 169-170.

⁵⁷² BRASIL, 1944, p. 170.

⁵⁷³ BRASIL, 1944, p. 178.

Quanto aos “processos de verificação do rendimento”,

[...] com o fichamento correspondente visa a D. E. F. verificar os resultados, coligir e fixar dados biométricos da população escolar brasileira, com as suas variações características, pela variedade de raças que a integram, e fazer pesquisa para a organização de um *Método Nacional de Educação Física*. Se fácil será conseguir o primeiro objetivo, o segundo carece de mais demoradas investigações e somente póde ser levado em conta quando o método adotado tiver a sua completa aplicação em todo o território nacional e a *verificação periódica* corresponder à expressão da verdade, o que nem sempre acontece, atualmente, em que as fichas nos exames práticos, são preenchidas, muitas vezes, sem a realização dos mesmos. Isto se explica muito facilmente pelas razões já expostas: não dispor o estabelecimento de locais apropriados para a realização dos exames.⁵⁷⁴ (Itálico do contribuinte).

Em relação ao horário, outro ponto também bastante discutido pela maioria dos contribuintes, Rosalvo Florentino, assim, manifesta-se:

Sobrecarregado como está, o curso secundário, com o número de aulas, é bem difícil conciliar o horário, abrangendo tôdas as disciplinas em um só período, com educação física para tôdas as classes, a menos que seja empregado um número maior de fisiocultores para cada estabelecimento, o que não agrada muito aos diretores. Essa dificuldade cresce à medida que cresce o número de alunos, dificultando ainda o *grupamento homogêneo*, incompatível com a organização de turmas por *séries*, devido a diversidade de idades e é o que se verifica na maioria dos casos. O que tem acontecido é que a educação física fica prejudicada em benefício das outras disciplinas, sem horário próprio, sem local apropriado e sem material, dificultando a execução *prática* de qualquer programa. Com isto as aulas perdem muito de atração, variedade, continuidade e eficiência, devido a impossibilidade de uma revisão completa dos elementos do método.⁵⁷⁵ (Itálico do contribuinte).

Sobre os “Jogos educativos e aplicações”, o professor apresenta uma concepção muito próxima da defendida por Inezil Penna Marinho: tais jogos devem completar “a lição de educação física tornando-a mais atraente e utilitária, devendo ser utilizados “não só por seus efeitos fisiológicos, mas principalmente como fator educativo por excelência, suceptível de desenvolver, favoravelmente, as faculdades morais do aluno”⁵⁷⁶. Dialogando com Dewey, assim como o fez Inezil Penna Marinho, Rosalvo afirma que

[...] “sempre que a atividade física tem que ser aprendida, tem valor intelectual ou mental. O lugar do exercício das funções do corpo, no desenvolvimento do espírito foi praticamente reconhecido”. Os jogos estão incluídos na lição de educação física como

⁵⁷⁴ BRASIL, 1944, p. 171.

⁵⁷⁵ BRASIL, 1944, p. 171-172.

⁵⁷⁶ BRASIL, 1944, p. 172-173.

fator de educação moral (e social) facultando ao educador observações interessantes e proveitosas.⁵⁷⁷

E acrescenta: “porém a maioria dêles, os *pequenos jogos*, só podem despertar interêsses no ciclo elementar”, sendo que, no ensino secundário como um todo, os “jogos esportivos” deveriam ser privilegiados, visto que os alunos poderiam competir, tendo “primazia os jogos de bola (bola ao cêsto, voleibol, handebol, futebol, etc.)”. Portanto, ressalta ser favorável “a um método em que os seus praticantes tenham oportunidade de *competir* nas diferentes provas ensinadas”.⁵⁷⁸

Quanto aos “exercícios educativos”, eles “crescem de interêsse, intensidade e importância, à medida que tenham aplicação”.

Isto é tanto mais verdade quando diz respeito aos esportes: quando o estudante não pratica o esporte, cujos educativos vêm sendo sistematicamente ensinados, desinteressasse pelos dois. Poder-se-ia dizer que não é bem êsse o objetivo do ensino da educação física no curso secundário; no entanto, as fichas de educação física, para aprovação do aluno, exigem uma maior aplicação dos educativos correspondentes. De outra parte, o esporte invadiu de tal maneira a vida moderna que embora restringindo, não se pode proibir a prática dos mais populares por parte dos alunos.⁵⁷⁹

Vale dizer que nesse ponto, em especial, Inezil Penna Marinho tecia uma série de críticas, uma vez que, para ele, toda a lição de educação física deveria ser educativa, não fazendo sentido algum demarcar, apenas, uma de sua parte para que ela, sim, fosse educativa, tal como orientava o Método Francês.

Em relação às “provas para o certificado em educação física”, Rosalvo Florentino, de forma explícita, critica o que estabelece o Método Francês:

A ORIENTAÇÃO DO ENSINO DA EDUCAÇÃO FÍSICA, NESTE CASO, TEM QUE MUDAR; UMA NOVA VERIFICAÇÃO DOS RESULTADOS SE IMPÕE. UM NOVO *MÉTODO* tem aí aplicação vantajosa, seguidos de jogos coletivos de fácil realização: bola ao cêsto, handebol, voleibol, etc. como no método calisténico. É muito mais fácil o ginásio dispor de local para a prática dêstes jogos do que para a realização dos exames, instalações que sòmente os modernos clubes possuem, ressaltando daí a conveniência de uma mais estreita colaboração entre os clubes esportivos e os estabelecimentos de ensino, pelo menos no que diz respeito a realização das provas.⁵⁸⁰ (Itálico do contribuinte).

⁵⁷⁷ BRASIL, 1944, p. 173.

⁵⁷⁸ BRASIL, 1944, p. 173.

⁵⁷⁹ BRASIL, 1944, p. 173-174.

⁵⁸⁰ BRASIL, 1944, p. 175.

Do mesmo modo, também em relação aos “Exercícios ginásticos”, o Método Francês foi criticado, fazendo, assim, uma defesa à criação de um método nacional, mesmo que esse “copiasse” determinados exercícios de outros métodos já existentes.

Um número considerável de exercícios ginásticos, flexionamentos de braços, pernas, pescoço, tronco, combinados e assimétricos, em todos os sentidos, e exercícios educativos de todas as categorias, além dos já conhecidos, devem ser introduzidos no Método Nacional, mesmo *copiados* de outros métodos, e de comprovada eficiência já que a educação é universal e como tal deve ser os seus meios. Isto porque o Método Francês traz pouco exercícios e os professores, em geral, a eles se prendem sem introduzir inovações fáceis, talvez devido a carência de tempo, talvez devido a falta de imaginação.⁵⁸¹

Para finalizar, Rosalvo Florentino de Souza sintetiza as suas conclusões em oito pontos e, de certo modo, acaba por reconhecer a necessidade de criação de um método de educação física que viesse substituir o método então adotado e que, por ele, inicialmente, havia sido tão fielmente defendido⁵⁸².

➤ Contribuições do Professor Alfredo Ebert

Voltadas, especialmente, à defesa da prática esportiva, o professor Alfredo Ebert afirma que

[...] um método de Educação Física só poderá ser eficiente quando elaborado de maneira a poder servir diretamente às massas. Por isso deverá, antes de mais nada, considerar os locais destinados a sua prática; esclarecer com precisão qual a verdadeira finalidade da Educação Física; e, finalmente orientar os dirigentes das escolas, clubes esportivos, etc. para que não desvirtuem a finalidade da Educação Física como se tem dado até aqui. Assim sendo, facilmente se distinguirá as duas fases da Educação Física:

O lado educativo ou salutar, que urge seja incentivado em benefício da própria nação, porquanto se ocupa com a coletividade, e o lado recreativo ou espetacular, em si uma consequência do primeiro, mas até aqui erroneamente tida como a principal finalidade do esporte máxima instância da Educação Física, que assim é ministrada apenas a um reduzido grupo de fisicamente privilegiados, capazes de mostrar a sua agilidade física, ao envez de se ocupar com os sedentes de uma racional Educação Física.⁵⁸³

➤ Contribuições do Professor e Chefe de Educação Física da Guarda Civil de São Paulo, Court Edgar Knoepfel

Diferentemente dos demais contribuintes, Court Edgar Knoepfel, apenas, ressaltou que “o Curso para professor de Educação Física que atualmente é de 2 anos”, para

⁵⁸¹ BRASIL, 1944, p. 177.

⁵⁸² BRASIL, 1944, p. 179.

⁵⁸³ BRASIL, 1944, p. 191.

ser mais “produtivo”, deveria ser prolongado a três anos, incluindo-se “disciplinas úteis e indispensáveis aos Técnicos Desportivos, completando assim os estudos e o preparo técnico de um Professor de Educação Física, sobre todos os pontos de vista”. Para concluir, referiu-se à Seção de “Pessoal”, destacando as suas respectivas funções.⁵⁸⁴

➤ Contribuições da Professora Nela Testa e da Inspetora de Ensino Secundário, Dra. Eponina de Sousa Ruas

De forma bastante elogiosa, iniciam as suas análises afirmando que o plano geral do Método Nacional de Educação Física, proposto pela DEF, de maneira clara e minuciosa, “se firma com rigor sobre todos os pontos fundamentais da Educação Física moderna da infância e da mocidade” e, baseando-se “nos princípios rigorosos da Ciência”, “através da Anatomia, da Fisiologia e da Patologia”, estuda “o organismo humano em tôdas as suas modalidades de aperfeiçoamento passível de cura e correção”, sendo, “o papel destinado aos exercícios”, a “mais ampla visão” e o “maior fruto coletivo para a formação de um povo forte”⁵⁸⁵.

Na sequência, enfatizam que a “Educação física feminina”, merecia “especial atenção”, visto ser ela um “problema de elevada importância” e que, por assim ser, precisava “ser bem meditado”. Nesse sentido, observam que “as mulheres fortes procriam uma raça forte e bela, e da harmonia dos seus movimentos depende o seu encanto”. Além disso, “o movimento controlado, dosado, quanto à capacidade do seu emprego e de suas possibilidades”, redundam “em eficiência, beleza e graça”. Nesse sentido, as danças “feitas de extensões e flexões contínuas”,

[...] dão à mulher maternidade fácil, aumentando-lhe a flexibilidade do tronco, solidificando as paredes abdominais, concorrendo para o desenvolvimento completo da bacia. Em suma, eugénisa a raça futura.

A educação física da mulher deve ser, portanto, integral, profundamente higiênica e plástica, compreendendo exercícios de elasticidade e de equilíbrio, praticados com acordes musicais e interpretação de música, por meio de movimentos, em forma coreográfica.⁵⁸⁶

Já “a ginástica rítmica é uma combinação de movimentos coordenados que não somente emprestam ao corpo plasticidade, como lhe trazem graça e vigor”. Em contrapartida,

⁵⁸⁴ BRASIL, 1944, p. 192.

⁵⁸⁵ BRASIL, 1944, p. 199-200.

⁵⁸⁶ BRASIL, 1944, p. 200.

[...] os exercícios práticos de fim de ano que se submetem as meninas, como as provas de corrida, saltos em distância e em altura, transporte de fardos de 15 quilos, são para muitas moças provas que lhe trazem o desapontamento e, muitas vezes, sofrimento ao organismo. São provas que não correspondem aos esforços por elas despendidos, apesar de treçadas para tal!.⁵⁸⁷

Especificamente sobre a fase da adolescência/puberdade, “os exercícios de força e de fundo” deveriam ser “excluídos, assim como todos os exercícios violentos”. Não devendo, “pois, procurar desenvolver os músculos da mulher e evitar-se-á aplicar-lhe, sem as devidas precauções, os processos de educação física reservados aos rapazes”. Nessa perspectiva,

*[...] a marcha, os exercícios rítmicos e de suspensão de curta duração com tempos de impulsão, e saltos na corda, o lançamento de disco, dardo e pêso (menores que os dos homens), os jogos de raquete (pêla e tenis), o transporte de pesos leves em equilíbrio na cabeça, a esgrima de dois braços que exigem em definitivo apenas um trabalho moderado e que põe em ação, sobretudo os músculos da bacia, serão, em princípio, os exercícios próprios à mulher.*⁵⁸⁸ (Itálico das contribuintes).

Para concluir, ressaltaram que “procurando cooperar na melhoria da nossa raça, visando a Eugenia para a obtenção de uma raça forte, bela, cônica dos seus deveres” permaneciam atentas “ao chamamento do nosso caro País, quer na Guerra, quer na almejada Paz!”⁵⁸⁹, enfatizando, assim, alguns dos princípios caros à constituição do povo brasileiro, a qual seria viabilizada por meio da educação física, incluindo aí, também a educação física feminina.

➤ Contribuições da Professora Leopoldina Polly Wetli

Como última pessoa a enviar as suas contribuições acerca do Método Nacional de Educação Física à Divisão de Educação Física, agradecendo a “remessa da circular”, Leopoldina Polly Wetli diz ser “com prazer” que colocaria à disposição da DEF “as observações adquiridas durante os longos anos” em que havia lidado “com moças entre 11 e 18 anos”, dando-lhe “por satisfeita em cooperar neste patriótico tentamen em que se acha empenhada essa Divisão na elaboração do *Método Nacional de Educação Física*”. Entre os itens contemplados no plano geral, a professora optou por abordar, entre outros: a Ginástica

⁵⁸⁷ BRASIL, 1944, p. 201.

⁵⁸⁸ BRASIL, 1944, p. 203-204.

⁵⁸⁹ BRASIL, 1944, p. 204.

Corretiva, a Classificação e o Grupamento Homogêneo, a Prova Prática, Certificado, Plano e Programas e os Pequenos Jogos.⁵⁹⁰

Iniciando pela ginástica corretiva, afirma que as suas observações convenceram-na de que deveriam “dar-lhe uma atenção especial”, o que fez com ela se dedicasse “mais profundamente a êsse assunto, colecionando, selecionando e aplicando os diversos exercícios, aproveitando também movimentos de ginástica rítmica, observando seus efeitos, adaptando-os às necessidades” das suas discípulas. Na sequência, salienta que “é muito comum confundir-se a ginástica corretiva com a ortopédica”, visto que os “seus característicos pouco diferem, pois ambas visam a mesma finalidade, que é corrigir ou fortificar órgãos que apresentam defeitos, desvios ou qualquer fraqueza funcional”. No entanto, “apenas a ginástica ortopédica deve ser aplicada por médicos e massagistas especializados ao passo que a ginástica corretiva poderá ser ministrada pelo professor de Educação Física em benefício dos que apresentam os tão conhecidos vícios de postura”. Diante disso, acredita “que os exercícios de ginástica corretiva pelo seu real valor devem fazer parte dos planos das sessões de Educação Física”, não sendo “necessário organizar sessões especiais, bastando uma aplicação moderada nas aulas comuns, de preferência no início das sessões”.⁵⁹¹

Referindo-se ao método adotado oficialmente, diz ele oferecer “limitada variedade de movimentos, referente aos flexionamentos”. Sendo assim, “o professor encontra poucos exercícios no início da aula, parte esta que deveria preparar o aluno para a parte principal da sessão”. Aplicando a ginástica corretiva, no entanto, seria obtida “uma grande variedade de movimentos que permitiriam ao professor incluir muitos novos elementos com o que se tornaria o plano das aulas mais atraente”. Sendo que, “uma grande parte dos movimentos da ginástica corretiva” poderia “ser sistematicamente ministrados a todos os alunos, devido a seus excelentes efeitos higiênicos, reservando-se ao médico ortopédico todos os casos de deformações do sistema ósseo ou defeitos físicos pronunciados”.⁵⁹²

Exigindo uma “perfeita coordenação respiratória”, na ginástica corretiva, “os exercícios em posição suspensa pelos braços são ótimos para a coluna vertebral e todos os exercícios de apoio, utilizando parede, cadeira, chão, bancos, barra, etc., são excelentes para fortificar a musculatura do torax, ombros e braços”, sendo a sua dosagem “de grande importância afim de evitar a fadiga”. Além disso, alguns jogos, utilizados “como elementos

⁵⁹⁰ BRASIL, 1944, p. 204-205.

⁵⁹¹ BRASIL, 1944, p. 205-206.

⁵⁹² BRASIL, 1944, p. 206.

complementares” à ginástica corretiva, podem apresentar “bom êxito, para combater os vícios da postura”.⁵⁹³

Prosseguindo com a “classificação e grupamento homogêneo” – tema constantemente debatido por Inezil Penna Marinho –, Leopoldina Polly também enfatiza que

[...] conforme o processo até agora usado é, às vezes, impraticável, devida a complicada ficha biométrica e a complexa organização do colégio ou escola, acarretando no 1º caso numa grande perda de tempo; no 2º, devido a várias circunstâncias, a distribuição dos alunos não pode corresponder corretamente ao grupamento homogêneo como devia ser pela classificação.⁵⁹⁴

Todavia, para corrigir essa “falha”, sugere ela, assim como outros contribuintes sugeriram, “que deve-se antes de tudo”, simplificar “a ficha biométrica, o que aliás já consta estar em via de execução e em seguida atender, em parte, às exigências da complexa organização da vida de um colégio”⁵⁹⁵.

Em relação ao horário das aulas, ministradas “nas primeiras e últimas horas da tarde facilitam em grande parte o horário das demais atividades escolares, porém, não misturando demais as séries entre si”. Quanto à prova prática, “é necessária para controlar e verificar os efeitos das diversas atividades físicas e deve ser realizada unicamente no fim do ano letivo”. Sobre a certificação, até o momento, servia, apenas, “para estimular a aluna a passar de um ciclo para outro”; porém, sendo “exigido como documento indispensável para promoção de um ano para o outro, o certificado ocupará então um lugar importante na vida do estudante e ganhará real valor”.⁵⁹⁶

Por fim, para “evitar prejuízo para os alunos da turma dos poupados ou mesmo dos alunos dispensados por motivo de saúde ou de defeitos físicos, seria desejável uma Junta Médica especializada em Educação Física”, que “examinasse êstes alunos e dispensasse-os da prova prática”, pois, desse modo, “êste aluno não seria obrigado a apresentar o certificado correspondente ao seu ciclo e grau para passar de uma série para a seguinte”⁵⁹⁷.

Quanto ao plano e programas de ensino, cada grupo deveria conter “de 30 a 35 alunos, no máximo”, com “3 aulas semanais ou no mínimo duas aulas por semana”, cada uma com duração de 55 minutos, sendo os 10 últimos minutos destinados a “mudar roupa e banho (quando possível)”. As aulas semanais constariam, então, de “duas sessões de educação

⁵⁹³ BRASIL, 1944, p. 207-209.

⁵⁹⁴ BRASIL, 1944, p. 215.

⁵⁹⁵ BRASIL, 1944, p. 215.

⁵⁹⁶ BRASIL, 1944, p. 215-220.

⁵⁹⁷ BRASIL, 1944, p. 220-221.

física” (sessão de estudo ou sessão completa incluídos [...] exercícios de ginástica corretiva e rítmica, as últimas acompanhadas ao piano) e uma sessão de grandes jogos para as maiores ou pequenos jogos para as menores”. E, de 15 em 15 minutos, seria realizada “uma sessão de *ordem unida*, ou *treinamento da marcha* em conjunto” e “de vez em quando uns ensaios de *dansas regionais* poderiam servir para alegrar as aulas evitando-se assim a monotonia”. Particularmente sobre os pequenos jogos, a professora Leopoldina Polly Wetli diz sentir dificuldade em incluir “os dois pequenos jogos que fazem parte da sessão completa, corretamente entre as demais atividades, sem quebrar a norma da alternância entre membros superiores e inferiores”. E, também aqui, uma crítica às orientações do Método Francês do Brasil é feita.⁵⁹⁸

Prosseguindo, afirma que “em muitos casos os jogos fazem parte tanto de uma como de outra categoria, por exemplo: “*A bola passa pelo túnel*”, “esse jogo entra tanto na categoria de correr como também de transportar”, já o “Foge da bola” reúne o “saltar e o arremessar”; tornando-se, dessa maneira, “difícil de resolver qual das categorias deve seguir depois de um jogo ter sido usado”. Além disso, há ainda “o fator *tempo*”: “os jogos devem sempre variar; para isso há uma considerável perda de tempo com as explicações e ensaios, perda essa que prejudica a sessão completa”. Por fim, o interesse do aluno pelo jogo

[...] é mal correspondido com os 3 minutos reservados aos jogos durante a aula. Mal começa o aluno a gostar de um determinado jogo, esgota-se o tempo e o professor muda de atividade. Os alunos que inevitavelmente, nem sequer conseguiram uma única vez correr ou pegar a bola, ficam desapontados, sentido-se logrados, pois todos querem brincar e jogar, ficando dessa maneira mal humorados, sem prestar atenção durante o resto da sessão.⁵⁹⁹

No Método Francês, portanto, “o jogo durante a sessão completa é considerado elemento de atração”. No entanto,

[...] mesmo sem êsses *fragmentos de jogos*, a sessão deve ser atraente e interessante. Fazendo justiça aos pequenos jogos, tão queridos pelos alunos, parece-me que não devem ser colocados num plano inferior, sendo antes um precioso elemento na organização da educação física da criança e do adolescente, e, porisso, merecem mais atenção e melhor aplicação.⁶⁰⁰ (Itálico da contribuinte).

⁵⁹⁸ BRASIL, 1944, p. 221-222.

⁵⁹⁹ BRASIL, 1944, p. 222.

⁶⁰⁰ BRASIL, 1944, p. 222.

Complementando, não lhe cabendo “salientar a importância dos pequenos jogos”, visto que é de conhecimento de “todos os técnicos de educação [as] suas vantagens e seu valor pedagógico”, questiona: “Por que, então, não organizamos dentro dos planos de sessões, sessões de pequenos jogos, para alunas menores, tal qual como existem as sessões de grandes jogos para as maiores?”⁶⁰¹.

Foram, portanto, essas as pessoas que, à DEF, encaminharam as suas contribuições, visando à criação de um Método Nacional de Educação Física; contribuições essas que dizem de suas experiências, seja em relação, ou não, à adoção do Método Francês no Brasil. Finalizando, então, esse livro, em seu último Capítulo foram reunidos os dados estatísticos sobre a distribuição do *Inquérito* e as suas respectivas respostas: ao todo, foram remetidos 1.675 inquéritos; dos quais, vinte foram “devolvidos por não terem sido encontrados os destinatários”, sete “acusaram recebimento”, duas pessoas fizeram comentários na imprensa, quinze manifestaram acordo “com o esquema proposto”, vinte e três “apresentaram contribuições” e 1.608 “deixaram de responder ou acusaram recebimento”, o que representou a percentagem de 2,83% das respostas e 1,37% de contribuições⁶⁰². Esses dados, em especial, suscitam alguns questionamentos: de um modo geral, as pessoas estavam mesmo interessadas no assunto? O povo brasileiro, mais especificamente, os sujeitos que de algum modo relacionavam-se ao universo da educação/educação física desejavam mesmo elaborar um método realmente nacional? Ou o modo como a educação física vinha sendo trabalhada, sobretudo no âmbito escolar, era satisfatório, fosse ela fundamentada no Método Francês ou em qualquer outro método?

Não nos é possível responder, de forma definitiva, essas questões, visto não possuímos fontes que nos permitam fazer tais afirmações. Contudo, nos é claro que o projeto de criação de um Método Nacional de Educação Física, principalmente no decorrer da década de 1940, foi, sobretudo, almejado pela Divisão de Educação Física, sendo que a sua sistematização, ou, melhor dizendo, o “desenho” de como seria esse método ficou a cargo de Inezil Penna Marinho e os seus escritos, tal como veremos na subseção seguinte.

⁶⁰¹ BRASIL, 1944, p. 223.

⁶⁰² BRASIL, 1944, p. 231.

8.1 As obras de Inezil Penna Marinho: trabalhos vencedores dos Concursos de Contribuições ao Método Nacional de Educação Física

Prosseguindo com as ações em busca de alcançar o lugar de protagonista no processo de elaboração do Método Nacional de Educação Física, no ano seguinte ao lançamento do *Inquérito* (1942), a Divisão de Educação Física promoveu o *Concurso de Contribuição para ao Método Nacional de Educação Física*, para o qual, como vimos anteriormente, teve como trabalho vencedor o *Bases Científicas da Educação Física* (*Contribuição ao Método Nacional de Educação Física*), cuja autoria era de Inezil Penna Marinho.

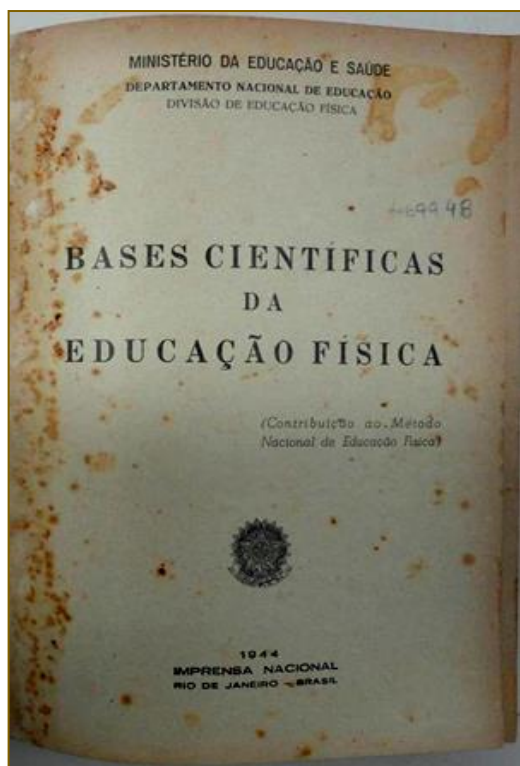


FIGURA 21 – Capa do livro classificado em primeiro lugar no *Concurso de Contribuições para o Método Nacional de Educação Física*, realizado pela DEF, em 1943, de autoria de Inezil Penna Marinho

Fonte: Fotografia da capa da obra (BRASIL, 1944a).

Esse trabalho, constituído por 148 páginas, que, nas palavras de seu próprio autor,

[...] trouxe verdadeiramente uma das mais importantes contribuições: a da discussão filosófica do Método Nacional, permitindo assim que se constituísse o moderno conceito bio-sócio-psico-filosófico da educação física, em oposição ao conceito anátomo-

fisiológico que caracteriza em seus detalhes o Método Francês, que vínhamos adotando no Ministério da Educação e Saúde há mais de uma década,⁶⁰³

discute o conceito de educação, as bases científicas e os objetivos da educação física, bem como a concepção de método. No entanto, ele não visa representar

[...] um encaixe para o futuro “Método Nacional de Educação Física”, mas o desenvolvimento de um tema, cuja argumentação exige um grande número de conceitos, opiniões e transcrições, que aí figuram como documentações – elementos de defesa das idéias que veiculamos. Dêste modo, no trabalho definitivo do “Método Nacional de Educação Física”, somente as linhas mestras serão aproveitadas, impondo-se, destarte, a necessidade de uma adaptação para que aquela grande obra fique coerente em todos os seus pontos e obedeça a um estilo arquitetônico único. A bibliografia que apresenta as nossas fontes de consulta – com indicação de autores, obras, editores, cidades e ano da edição e ainda das páginas em que a matéria figura – constitui, por si só, uma valiosa contribuição, permitindo, em qualquer tempo, esclarecimentos de dúvidas ou desenvolvimentos de pontos revestidos de forma que possa ser julgada sucinta.⁶⁰⁴

Essa obra foi, então, organizada em uma Introdução e sete Capítulos. Na Introdução, Inezil Penna Marinho inicia sua discussão afirmando que as “bases científicas da educação” seriam a filosofia, a sociologia, a psicologia e a biologia⁶⁰⁵.

No Capítulo I, intitulado “Conceito de educação através do tempo e do espaço”, para conceituar educação, Inezil Penna Marinho estabelece diálogos com diversos pensadores. Iniciando seus argumentos, diz que a educação trata-se de “um fenômeno eminentemente social e a sua manifestação, na forma mais simples, vamos encontrar nas sociedades primitivas”. Recorrendo a Paul Monroe, retrata a “vida do homem primitivo”, a qual se reduzia à aquisição dos “meios para satisfazer as suas necessidades corporais” – “alimentos, roupas e habitação” – e à tentativa de “evitar e aplacar a ira do mundo dos espíritos pela adoração”. Os processos educativos, por conseguinte, resumiam-se “na repetição pura e simples das rudimentares técnicas de caçar, pescar, fazer fogo, esfolar e aproveitar as peles como roupas, construir abrigos, proteger-se contra a fúria dos elementos naturais, etc.”, as quais eram transmitidas de geração a geração. Nesse sentido, concordando com Fernando de Azevedo, “quando afirma que ‘a tradição é em verdade o que se transmite’”, Inezil Penna Marinho afirma que “a educação é a transmissão de conhecimentos, preceitos, de hábitos, de atitudes, de tudo enfim que as gerações passadas acumularam”. Por assim ser, apoiando-se em Duprat,

⁶⁰³ MARINHO, 1944b, p. 29-30.

⁶⁰⁴ BRASIL, 1944a, p. 5.

⁶⁰⁵ BRASIL, 1944a, p. 7.

[...] observa que “as gerações têm o dever de transmitir acrescido sem cessar àquelas que seguem o bem coletivo legado pelas que as precederam, pois as sociedades apresentam os organismos individuais: não se separam uns dos outros os momentos sucessivos de sua existência senão no pensamento que os representa; em realidade a interdependência constante dos mais velhos e dos mais jovens faz com que não haja nunca solução de continuidade na transformação social. Os novos vindos à vida coletiva, fazem, perto dos mais velhos, a aprendizagem de todos os meios de conhecimento e da ação que permitem a civilização e o progresso”.⁶⁰⁶

Por fim, diz não ser possível negar que “a educação seja um fenômeno social”⁶⁰⁷.

Na sequência, Inezil Penna Marinho apresenta vários conceitos de educação, passando pela educação grega, romana, até chegar em Dewey⁶⁰⁸, o qual compreende a educação como um “processo contínuo de reconstrução da experiência, destinado a dotar a vida do indivíduo de um conteúdo sempre mais rico e mais largo e, ao mesmo tempo”, de conferir a tal indivíduo “um poder de controle sempre maior sobre o próprio processo educativo”⁶⁰⁹. Também menciona Claparède que, segundo Inezil, foi o criador da educação funcional, assim, conceituando-a: “a educação funcional é a que toma a necessidade da criança, seu interesse por alcançar um fim, como preparação da atividade que se deseja despertar nela”. Já em Durkheim, a educação deve ser considerada

[...] como “a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que ainda não se encontrem preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver na criança um certo número de estádios físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança particularmente se destina”. Isto significa que “longe da educação ter por objeto único ou principal o indivíduo e seus interesses, ela é, acima de tudo, o meio pelo qual a sociedade renova perfeitamente as condições da própria existência”.⁶¹⁰

Para Anísio Teixeira, “a finalidade da educação se confunde com a finalidade da vida”. Para Lourenço Filho, “na verdade só há um educando, o indivíduo; um educador, o meio social”, que, apoiando-se em Durkheim, “completa o seu pensamento” afirmando que “o que nos ensinam hoje os estudos de caráter mais objetivo é que a educação é a socialização da criança” e, por assim ser, “a educação visa a um equilíbrio interno, a integração da personalidade”.⁶¹¹

⁶⁰⁶ BRASIL, 1944a, p. 8.

⁶⁰⁷ BRASIL, 1944a, p. 9.

⁶⁰⁸ Citando outros teóricos mencionados por Inezil: Platão, Juvenal, James Mill, W. C. Bagley, Thorndike, Gustave Le Bon, Snedden, (BRASIL, 1944a, p. 9-12).

⁶⁰⁹ BRASIL, 1944a, p. 10.

⁶¹⁰ BRASIL, 1944a, p. 11.

⁶¹¹ BRASIL, 1944a, p. 11-12.

Finalizando esse Capítulo, Inezil Penna Marinho diz que, entre todos os conceitos expostos, os que mais mereciam a sua preferência eram os de “DURKHEIM e DEWEY, que apresentam grande semelhança, e os de ANÍSIO TEIXEIRA E LOURENÇO FILHO”⁶¹².

No Capítulo II, “A educação física, elemento indissociável da educação”, Inezil Penna Marinho inicia fazendo um retrospecto do lugar ocupado pela educação física desde a “dinastia de Hoang-Ti, 2698 A. C.”, indicando que seu “berço” teria sido constituído nas “civilizações orientais”. Na sequência, relata sobre a prática dos exercícios físicos realizada pelos egípcios, babilônios, assírios, persas, chegando à Índia e à Grécia, que segundo ele, teria sido onde “a educação física atingiu o seu mais perfeito desenvolvimento”: “dela fizeram os gregos uma instituição nacional, destinada a preservar o corpo e enaltecer o espírito”. Posteriormente, destaca o plano educativo desenvolvido por Platão, “quatro séculos A. C”. Em Aristóteles, “pouco depois de PLATÃO, isto é, três séculos A. C.”, afirma que “a doutrina aristotélica constitui um verdadeiro esboço de educação progressiva, sendo surpreendente a coincidência de suas idéias com as que modernamente predominam” e também apresenta o seu plano educacional. Os romanos, por sua vez, antes de

[...] conhecerem o adiantamento da ginástica entre os gregos, já praticavam exercícios com um cunho atlético-militar, visando, pelo arremesso de discos e dardos, manejo das armas sob couraça e natação, a desenvolver a força muscular e adestrar os futuros guerreiros. A educação física em Roma sempre teve um caráter eminentemente militar.⁶¹³

Com o advento do Cristianismo, houve

[...] o maior entrave ao progresso da educação física e isso se explica por dois motivos: primeiro, pelo horror que os cristãos experimentavam aos jogos, visto que inicialmente vários milhares de crenes tinham sido atirados às arenas dos circos como alimento de famintas feras, aos olhos do povo romano embriagado pela sede de sangue; depois, pela renúncia aos bens terrestres e cuidados corporais para merecer o reino celeste pelo aperfeiçoamento da alma. E assim, “a conservação da força e da beleza corporal, os princípios higiênicos da saúde foram banidos completamente dando lugar ao espírito de sacrifício, ao sentimento da caridade, à exaltação moral, ao abandono do próprio corpo e ao inebriamento do misticismo, visando uma vida supra-terrestre”.⁶¹⁴

Já no século XIV, Inezil Penna Marinho afirma terem surgidos “os precursores de um movimento a favor das artes e das ciências em geral”. “Os séculos XV e XVI assinalam o

⁶¹² BRASIL, 1944a, p. 12.

⁶¹³ BRASIL, 1944a, p. 13-16.

⁶¹⁴ BRASIL, 1944a, p. 17.

reerguimento da educação física”.⁶¹⁵ Dialogando com Rabelais, apresenta-nos o trabalho físico desenvolvido com Gargântua, o qual teria sido

[...] um dos mais intensos, em franca oposição ao desprêso pelas coisas do corpo que então predominava. O filho de Grandgousier montava a cavalo, manejava o machado para cortar lenha, jogava esgrima, empunhava a adaga, caçava, corria, saltava, nadava, trepava em árvores, transpunha fossos com auxílio de uma vara, gritava em altas vozes para exercitar os pulmões, suportava grandes pesos durante muito tempo, brincava com a barra, atirava pedras o mais longe que pudesse e fazia tudo aquilo que lhe exercitasse os nervos e os músculos.⁶¹⁶

Já na Inglaterra, citando Thomas Morus, Inezil Penna Marinho afirma não ter ele deixado de “emprestar um grande valor aos exercícios físicos – entre os quais recomenda especialmente a natação – como elemento indispensável à completa felicidade do homem”. Ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX,

[...] muito evoluiu a educação física, adquirindo cunho científico. FRANCIS BACON, o impulsor do método de observação, FRANÇOIS FÉNELON, J. J. ROUSSEAU, EMMANUEL KANT, JOÃO HENRIQUE PESTALOZZI, FREDERICO FROEBEL, J. F. HERBART, GUTHS MUTHS, HERBERT SPENCER, HORACE MANN, CARL MARX e muitos outros nomes não menos ilustres defenderam a educação física com argumentos convincentes, demonstrando de maneira clara e insofismável que ela é parte integrante da educação, nem pode de outra maneira ser considerada. Dos pedagogos e filósofos acima enunciados dois há que merecem especial menção: ROUSSEAU e SPENCER.⁶¹⁷

Especialmente em relação ao Rousseau, Inezil Penna Marinho destaca o trabalho desenvolvido com Emilio, o qual, concedeu “à atividade física um cuidado especial”, uma vez que, sendo o objetivo “cultivar a inteligência do aluno”, deverá, pois, cultivar “as forças que ela deve governar”, deverá exercitar “continuamente o seu corpo”, tornando-o “robusto e são para tornar sábio e sensato; que o aluno “trabalhe, aja, corra, grite, esteja sempre em movimento; que êle seja homem pelo vigor e em pouco tempo o será pela razão”⁶¹⁸.

De Spencer, Inezil Penna Marinho ressalta a relação entre a filosofia e a natureza, sendo essa a “principal inspiradora de suas ideias”, cuja obra, “na qual o grande filósofo inglês procurou expor as suas idéias sobre educação, foi um ensaio a respeito da educação intelectual, moral e física”⁶¹⁹.

⁶¹⁵ BRASIL, 1944a, p. 17.

⁶¹⁶ BRASIL, 1944a, p. 18.

⁶¹⁷ BRASIL, 1944a, p. 19.

⁶¹⁸ BRASIL, 1944a, p. 20-21.

⁶¹⁹ BRASIL, 1944a, p. 21.

Finalizando esse Capítulo, Inezil Penna Marinho enfatiza que, no século XX, o movimento *Escolanovista* favoreceu “grandemente o desenvolvimento da educação física, graças a uma melhor compreensão das necessidades da criança, suas reais necessidades, para usar da expressão de ROUSSEAU”. Entre os precursores da *Escola Nova*, destaca: Leon Tolstói, Thomas Arnold, Sanderson, Badley, Leitz, Kerschensteiner, Helena Parhurst, Wash-Burne, Cousinet, Maria Montessori, Ovidio Décroly, John Dewey e, “merecendo especial menção”, William Heard Kilpatrick, Edoard Claparède, Émile Durkheim e M. B. Lourenço Filho. Segundo ele, nesse período, os pedagogos já eram “unânicos em dar à educação física um lugar de destaque dentro da concepção moderna de educação integral”. E, citando Lourenço Filho, enfatiza que “a maneira de compreender a educação transformou-se muito, nos últimos decênios, tanto em seus objetivos como em seus métodos. Essa transformação devia atingir, como seria natural, o domínio daqueles problemas próprios à educação física”.⁶²⁰

No terceiro Capítulo, “Ciências básicas da educação e contribuição específica de cada uma”, Inezil Penna Marinho, ao tratar da filosofia, citando Sócrates e, novamente, Platão e Aristóteles, inicia argumentando que foi ela “a ciência que primeiro reuniu os conhecimentos humanos, por mais díspares que se apresentassem e, desse modo, foi a primeira [ciência] a contribuir de maneira decisiva e real para a [compreensão da] educação”⁶²¹. Dando sequência, se a filosofia permitia a discussão daquilo que deveriam entender por educação, a biologia permitia conhecer [corporalmente] aquele que seria educado. Já a sociologia, mais especificamente, a sociologia educacional⁶²², dialogando com Fernando de Azevedo, afirma que seu objeto seria

[...] o estudo dos fatos e das instituições de educação, cuja natureza sociológica já não precisaria ser demonstrada. Cabe, pois, à sociologia a determinação dos fins em educação, isto é, da finalidade que deverá ser alcançada pelo educando, para que ele se torne um elemento útil a si mesmo e aos membros da comunidade em que vive. Como o ambiente social varia de uma sociedade para outra e considerando que a educação é a socialização da criança, fácil nos será deduzir que as finalidades da educação não poderão ser as mesmas para todos os grupos sociais.⁶²³

⁶²⁰ BRASIL, 1944a, p. 24-25.

⁶²¹ BRASIL, 1944a, p. 26-27.

⁶²² Inezil Penna Marinho, citando Durkheim, diz que a sociologia poderia ser dividida em “tantas partes quantas fôssem as categorias de fenômenos sociais. Assim teríamos a sociologia religiosa, a sociologia moral, a sociologia jurídica, a sociologia econômica, a sociologia educacional, etc” (BRASIL, 1944a, p. 28-29).

⁶²³ BRASIL, 1944a, p. 29.

Por fim, sobre a psicologia educacional, Inezil Penna Marinho afirma ser “a parte da psicologia que se ocupa em aplicar os seus princípios e leis ao comportamento do indivíduo, quando sob a ação educativa”⁶²⁴. Nesse sentido, o seu objeto se resumia ao estudo

[...] do comportamento do educando-inato e adquirido; de como se desenvolve o educando – ação da hereditariedade e do meio; das diferenças individuais; da psicologia da aprendizagem; da psicologia das matérias escolares e práticas educativas; a organização de programas; e da medição do desenvolvimento individual e das diferenças individuais.⁶²⁵

Sendo os seus métodos científicos a “observação e a experimentação”. Assim, com essa “sintética exposição”, Inezil Penna Marinho pretendeu demonstrar “que a educação repousa sobre bases filosóficas, biológicas, sociológicas e psicológicas”.⁶²⁶

Nos Capítulos seguintes (IV ao VII), Inezil Penna Marinho enfatiza os fundamentos de cada uma das bases que repousariam a educação. Iniciando com os fundamentos filosóficos, e, mais uma vez, mencionando Rabelais, ressalta que o mesmo deveria ser “considerado um símbolo” no campo da educação física. Citando Kant, diz ele se aproximar dos pensamentos de Rousseau, “se bem que sem os exageros dêste”.⁶²⁷ Já no diálogo com Dewey, afirma ter os seus pontos de vista relação com os “reflexos da revolução industrial e do desenvolvimento da democracia”; segundo Inezil Penna Marinho, Dewey reagiu

[...] fortemente contra as relações clássicas e os métodos autoritários das épocas aristocráticas, quando a educação consistia em aprender mais a maneira de falar sobre as coisas do que fazê-las. Manifesta grande fé na educação como o instrumento mais adequado à construção social, política e moral, consideradas a maleabilidade dos instintos e a capacidade ilimitada de progresso da Humanidade.⁶²⁸

Quanto à filosofia da educação,

[...] qualquer opressão que venha a ser exercida sobre o nosso sistema educacional, seja de origem política seja de origem religiosa, há de encontrar sempre uma natural resistência quer dos educadores, quer dos próprios educandos. E nós temos um exemplo bem frisante e recente: a imposição do Método Francês de Educação Física pela Missão Militar Francesa, apoiada pelo Exército e oficializada pelo Ministério da Educação e Saúde. Cinco anos depois de criada a Divisão de Educação Física, foram tão sérios os

⁶²⁴ BRASIL, 1944a, p. 29.

⁶²⁵ BRASIL, 1944a, p. 29-30.

⁶²⁶ BRASIL, 1944a, p. 30.

⁶²⁷ BRASIL, 1944a, p. 35.

⁶²⁸ BRASIL, 1944a, p. 39.

tropeços encontrados na sua aplicação, tantas as falhas de ordem psicológica e social, que se iniciaram as pesquisas para um Método Nacional de Educação Física. E este método não sairá dos gabinetes para ser aplicado nas instituições educacionais, mas nascerá das necessidades das instituições educacionais, que os gabinetes sempre desconhecem.⁶²⁹

Sobre o termo nacional, contido no método de educação física que Inezil Penna Marinho almejava forjar, significaria aquilo

[...] que se aplica a toda a nação, é o que brota de uma comunidade cujos membros estão ligados entre si, desde o berço, por um traço especial de solidariedade, que se origina de uma certa e determinada identidade de necessidades e interesses – de natureza política, econômica, moral e afetiva – e se manifesta na unidade de tradições, aspirações e sentimentos, distintos ou contrários aos das outras nações. Nunca, de acordo com o temperamento do povo brasileiro, um método estrangeiro, qualquer que seja o seu rótulo, poderá por nós ser considerado *nacional*, da mesma forma que jamais adotariamos uma Constituição estrangeira, por melhores que fossem os seus fundamentos.⁶³⁰

Especificamente sobre a filosofia da educação física, Inezil Penna Marinho afirma que a

[...] sociedade está atualmente procurando um novo molde para a civilização; o trabalho está procurando um novo molde para a indústria; a educação está procurando um molde que esteja em harmonia com a mais recente filosofia social de todos os tempos; os indivíduos estão procurando um molde para viver num nível mais elevado. Reconciliar e interpretar estes esforços é uma das tarefas da educação. À educação física caberá aí papel de maior importância.⁶³¹

Mas o que devemos entender por educação física? – pergunta Inezil Penna Marinho. Segue a resposta:

Inúmeras têm sido as definições com que diversos autores a procuraram precisar. Dos mais interessantes é o conceito a que chegou, nos Estados Unidos, uma comissão composta de vários especialistas, após nove anos de pesquisas e um inquérito entre centenas de professores de educação física, conceito esse que a comissão reputou provisório: “O fim, em última análise, da educação física deve ser o desenvolvimento e a educação geral do indivíduo através de atividade física sadia e interessante por intermédio da qual ele alcançará o seu máximo de capacidade física e mental e aprenderá a usar todas as suas qualidades inteligente e cooperativamente, como um bom cidadão, mesmo sob o mais violento estado emotivo”.⁶³²

⁶²⁹ BRASIL, 1944a, p. 41.

⁶³⁰ BRASIL, 1944a, p. 41-42.

⁶³¹ BRASIL, 1944a, p. 43.

⁶³² BRASIL, 1944a, p. 43.

Relacionando a educação física à educação, que para Inezil significa “um processo evolutivo interior, que representa a reação do indivíduo a certos estímulos do meio externo” e, por assim ser,

[...] se verifica sempre de dentro para fora, ao contrário do ensino que se processa de fora para dentro. Conseqüentemente, parece-nos que a educação física seja uma reação capaz de suscitar, desenvolver e aprimorar as qualidades físicas do indivíduo, estimular o funcionamento de seus órgãos e assegurar-lhe a saúde, de modo a torná-lo apto a utilizar as suas forças, quando solicitadas, de maneira a mais inteligente, isto é, com o maior rendimento.⁶³³

Diante disso, as atividades relativas à educação física

[...] apresentam sempre objetivos gerais e objetivos especiais. Êstes últimos só poderão ser distinguidos por quem se encontre perfeitamente familiarizado com todos os problemas inerentes à educação física e possa precisar sutilezas que a outros passariam inteiramente despercebidas. E esta situação não se poderá criar da noite para o dia, porque ela procede não apenas de acurados estudos, mas, e principalmente, de profundas meditações; não da designação para o desempenho de determinada função ou exercício de certo cargo, mas, e sobretudo, do resultado das longas experiências vividas, que lhe possibilitam definir novas situações com a solução obtida das situações velhas, isto é, resolver novos problemas baseados nos resultados de antigos problemas.⁶³⁴

Verticalizando as suas críticas ao Método Francês e justificando a necessidade de criação de seu Método Nacional de Educação Física, Inezil Penna Marinho faz “uma ligeira crítica aos conceitos de disciplina e de interesse” presentes naquele método, os quais não resistem a uma “análise psico-filosófica”⁶³⁵. Além disso,

[...] estabelece o Regulamento Geral de Educação Física n. 7, vulgarmente denominado Método Francês, a inclusão de dois jogos no regime de trabalho dos ciclos elementar e secundário e um, facultativo, no ciclo superior. Três são os motivos que condenam a inclusão desses jogos, além dos exercícios previstos para cada família:

I – A sessão de exercícios físicos compõe-se de três partes: a) sessão preparatória; b) sessão propriamente dita; c) volta à calma. A primeira parte deve tomar 2/10, a segunda 7/10 e a terceira 1/10 do tempo total da sessão. Ora, a sessão propriamente dita compõe-se de sete famílias, sendo pois lógico que, se a sua duração é de 7/10, a cada família seja consagrado 1/10 do tempo total, afim de se tornar equitativa a distribuição do esforço em cada sentido. A introdução, nesse período, de mais de dois jogos altera profundamente êste equilíbrio, pois é muito difícil retirar parcelas de tempo iguais de cada uma das famílias para obter o tempo necessário à execução dos jogos.

II – Os pequenos jogos do “Regulamento” estão classificados de acôrdo com as famílias em que os exercícios foram grupados, excetuando-se a de marchar para a qual não foram

⁶³³ BRASIL, 1944a, p. 43-44.

⁶³⁴ BRASIL, 1944a, p. 44.

⁶³⁵ BRASIL, 1944a, p. 46.

arranjados jogos. Assim sendo, duas famílias serão solicitadas o dobro de vezes das outras cinco o que não é racional.

III – Prescreve o “Regulamento”: O instrutor deverá, pois, esforçar-se para tornar a sessão de trabalho físico atraente, pela escolha judiciosa dos exercícios, que variará freqüentemente, *pela introdução de jogos no momento oportuno*, no decorrer da lição e, principalmente, pela emulação e disposição para o trabalho que provocará em sua classe” (Pág. 35). “Dois jogos, (um só, facultativo, para a *lição* do ciclo superior) completam o programa da *lição propriamente dita*” (Pág. 42). “A *lição é atraente* quando os exercícios de cada família são freqüentemente variados, quando os jogos são introduzidos na lição no momento oportuno e quando o instrutor por seu exemplo e sua atividade, sabe manter a alegria na sua escola” (Pág. 43).⁶³⁶ (Itálico do autor).

Ainda, de acordo com Inezil Penna Marinho, o *Regulamento Geral de Educação*

Física

[...] não esclarece o que se deve entender por *introdução de jogos no momento oportuno*, mas a doutrina, tanto da Escola de Educação Física do Exército como da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, estabelece que o *momento oportuno* será aquele em que o professor ou instrutor sentir que o interesse da turma está fugindo ou tenha desaparecido. Para atrair, então, novamente os alunos, introduz os jogos. Mas, perguntamos, essa diminuição de interesse não se poderá dar uma vez só ou mais de duas? Não poderá também deixar de existir? Por que, assim, tornar obrigatória a introdução desses dois jogos durante a sessão de exercícios físicos, num momento chamado *oportuno*? Isto significa uma de duas: ou a falência do método ou do professor. No primeiro caso, os exercícios reunidos e as formas por que são ministrados não conseguem manter o interesse das crianças e adolescentes; no segundo, o professor não possui qualidades suficientes para impedir que a intenção dos alunos se disperse.⁶³⁷ (Itálico do autor).

Diante do exposto, Inezil Penna Marinho ressalta ter sido seu objetivo demonstrar “a importância da filosofia para a educação, qualquer que seja o aspecto considerado”⁶³⁸, o que incluía, certamente, a educação física.

Na sequência, Inezil apresenta, dialogando com vários filósofos, “as qualidades julgadas indispensáveis aos professores de um modo geral” e, posteriormente, as qualidades que os professores de educação física deveriam possuir⁶³⁹. Assim ele argumenta: “outroa o professor de educação física denominava-se instrutor de cultura física”, não havendo, portanto,

[...] a preocupação de educar fisicamente, mas tão só a de cultivar o físico, isto é, desenvolver músculos. O cuidado era apenas com a forma e nunca com a função. Assim,

⁶³⁶ BRASIL, 1944a, p. 46-47.

⁶³⁷ BRASIL, 1944a, p. 47.

⁶³⁸ BRASIL, 1944a, p. 47.

⁶³⁹ BRASIL, 1944a, p. 56.

o instrutor de antanho se recomendava pelo desenvolvimento muscular exagerado, inharmonioso, mas de volume assustador; não se concebia um instrutor de constituição normal; o que conceituava o mestre era a hipertrofia muscular, a sua habilidade no manejo de certos aparelhos e a agilidade nos saltos acrobáticos. O professor de educação física de hoje impõe-se pela dose de conhecimentos científicos de que está dotado. A sua formação não é empírica, autodidática; ciências básicas a alicerçaram; os seus conhecimentos provieram da biologia educacional, da psicologia educacional, da sociologia educacional. O professor de vinte anos trás obrigava seus alunos a seguirem o regime de trabalho por êle observado, do qual lhe adviera o super-desenvolvimento muscular, sem a mínima preocupação de que os discípulos pudessem deixar de resistir a meios tão violentos.

O professor contemporâneo ministra exercícios adequados ao valor físico de cada indivíduo, não se preocupando, como o de outrora, exclusivamente com a morfologia, mas, principalmente, com a fisiologia. Um conceito errôneo que, porém, ainda perdura até os nossos dias, é o de que o professor de educação física deve ser um atleta. As suas “performances” são sempre comparadas às dos campeões nesta ou naquela especialidade. Nada mais falso, nada mais absurdo.

O atleta é apenas um executante, que pratica esta ou aquela modalidade desportiva; êle é um especialista. Luta apenas contra o espaço e o tempo.

O professor de educação física é um condutor em todos os sentidos; indica a cada indivíduo os exercícios de que carece; os desportos que melhor se coadunam com a sua constituição biotipológica; êle é um eclético. Não luta contra o cronometro ou a trena, mas a favor da natureza.

O bom professor de educação física não é o que sòmente obtém excelentes “performances”, mas o que não contraria as leis da natureza, forçando os alunos a resultados incompatíveis com a sua constituição orgânica.⁶⁴⁰

Com isso, em relação ao modo “como se deve conduzir o professor nas diversas situações em que se possa encontrar”, nas escolas especializadas, ele deve “agir só como professor”; isto é, “com a preocupação máxima de ensinar, em todos os seus detalhes, as disciplinas que integram o currículo exigido para a formação do professor de educação física. Aí, êle está ensinando”. Nas escolas primárias e secundárias, ele deve deixar de “ser um professor para ser um educador; seu maior interêsse está em orientar, do modo mais útil, na criança ou adolescente, o seu desenvolvimento físico. Aí, êle está educando”. Porém, “a ação do professor de educação física” a isso não se limita; “dentro da comunidade êle passa a ser um líder social. Não poucas vezes será solicitado para organizar êste ou aquele movimento, liderar está ou aquela iniciativa. Aí, êle está conduzindo”.⁶⁴¹

No que se refere à concepção filosófica de método, Inezil Penna Marinho define ser o método

[...] o conjunto dos meios dispostos convenientemente para chegar a um fim que se deseja. Podemos pois afirmar que método é uma adequação de *meios* a *fins*. É de suma

⁶⁴⁰ BRASIL, 1944a, p. 56-57.

⁶⁴¹ BRASIL, 1944a, p. 57-58.

importância não confundir método com processo; êste tem um sentido muito mais restrito, representa um dos modos, uma das maneiras de que podemos utilizar certo meio. O método encerra a globalização dos meios conjugados para atingir um determinado objetivo. “A falta de cuidado no uso dos termos, chegou a levar os educadores a chamar todo e qualquer processo ou artifício de ensino de método. O modo de ensinar cada matéria seria um método e daí a multiplicidade de métodos, tantos quantas fôssem as matérias que tivéssemos de ensinar. Isso levou muita gente a tomar o método como sendo a maneira pela qual cada matéria está disposta nas ciências. O método de ensino seria o mesmo que a disposição da matéria, conforme se encontra nas ciências. Para ensiná-la, bastaria o professor apresentá-la tal qual se encontra nos compêndios, isto é, na ordem lógica, desprezando-se completamente a ordem psicológica, que se deve seguir no ensino primário. Isto levou, também, muitas pessoas a suporem que método geral nada mais é do que um conjunto rígido de princípios referentes a cada matéria, e que devem ser seguidos no seu ensino”. “A concepção de método geral de ensino há de ser tão ampla como a própria vida. Não se confunde com as técnicas gerais”.⁶⁴²

Assim definido, e já “que a civilização está em constante mudança e que tal fato exige um reajustamento ininterrupto dos meios aos fins”, Inezil Penna Marinho complementa seus argumentos dizendo que de forma alguma se poderia “admitir um método rígido, inflexível, porque, se assim o fizermos, êsse método terá uma duração efêmera, exigindo ao fim de pouco tempo, a sua substituição por outro; e a cena se repetirá indefinidamente”⁶⁴³. Nesse sentido,

[...] um método deverá apresentar uma unidade de princípios, de idéias, para que tôdas as forças agindo harmoniosa e sincrônicamente, sejam conjugadas, não apenas na mesma direção, mas também no mesmo sentido, de modo a obter a maior resultante possível. O método significará a unidade de princípios e idéias, mas não a uniformidade dêsses mesmos princípios e idéias. Para que vingue, principalmente entre nós, onde as diferenças não apenas individuais como ainda as sociais, se apresentam de forma tão marcante, o método deverá ser flexível, elástico, plástico, moldando-se com facilidade, sem se quebrar, às necessidades características desta ou daquela instituição, dêste ou daquele grupo social.⁶⁴⁴

Particularmente no que se refere ao tão almejado Método Nacional de Educação Física, em relação a essa construção, para que ele

[...] fôsse rígido, necessário se tornava que todo o povo brasileiro constituísse um bloco homogêneo, definisse sempre a sua situação do mesmo modo, quaisquer que fôssem as circunstâncias em que se encontrasse. O nosso método de educação física, para ser nacional, não apenas no título, mas no espírito da sua concepção, não poderá de forma alguma ser rígido e isso se explica nestas duas frases de EUCLIDES DA CUNHA: “Não temos unidade de raça”. “Não há um tipo antropológico brasileiro”.⁶⁴⁵

⁶⁴² BRASIL, 1944a, p. 62-63.

⁶⁴³ BRASIL, 1944a, p. 63.

⁶⁴⁴ BRASIL, 1944a, p. 63-64.

⁶⁴⁵ BRASIL, 1944a, p. 64.

Retomando, assim, os discursos da raça e da eugenia no campo da educação física, Inezil Penna Marinho diz que

[...] ouvimos com freqüência que a educação física melhorará a raça brasileira. Já demonstramos que não existe uma raça brasileira e agora verificaremos que o melhoramento de uma raça é questão eugênica e não eutênica, é um problema de hereditariedade e não de meio. Só da criança congenitamente sadia pode emergir o homem sadio. A criança é a unidade biológica da raça e a raça só poderá ser grande e perfeita, se antes de tudo for sadia, se a constituírem seres hígidos e normais.

Assim, a solução do problema de um povo como o nosso, cuja raça se encontra em estado embrionário, reside sobretudo na procriação sadia e na perpetuação da espécie por seres hígidos e perfeitos, sem estigmas nem deformidades, defeitos orgânicos ou funcionais. Para ALMEIDA JÚNIOR “é indiscutível que os indivíduos genéticamente inferiores precisam ser recusados”.⁶⁴⁶

Nessa perspectiva, afirma Inezil Penna Marinho haver “um limite, o qual a educação física não pode ultrapassar, limite êsse fixado pelo patrimônio hereditário de cada um dos indivíduos”. Diante disso,

[...] a primeira medida a ser tomada consiste no melhoramento dêsse patrimônio hereditário, para que a educação física possa encontrar um campo fértil, que permita ampla exploração, [...]. Esclarecemos, destarte, que a educação física vai apenas melhorar as qualidades inatas de cada um de nós, procurando desenvolvê-las ao máximo.⁶⁴⁷

Concluindo esse Capítulo IV, Inezil Penna Marinho afirma que o “futuro Método Nacional de Educação Física” deverá considerar todos os aspectos expostos, “considerar todos os pontos divergentes”, “enfim deverá representar um conjunto harmônico e ter uma consistência não rígida, fácil de partir-se, mas plástica, capaz de moldar-se sem dificuldade a tôdas as exigências, quer regionais, quer étnicas, já sociais, já individuais”⁶⁴⁸.

Sobre a “Discussão dos fundamentos biológicos da educação”, título/assunto do Capítulo V, Inezil Penna Marinho argumenta que

[...] a educação, sendo a preparação para a vida, ou a própria vida, vale-se da biologia como uma das principais ciências auxiliares. Não se conceberia mesmo que, tendo de atuar sobre determinado elemento – no caso em aprêço o homem – não se preocupasse, antes de mais nada, conhecê-lo profundamente em sua morfologia, funcionamento, evolução, etc. Com êsse objetivo existe hoje a biologia educacional, disciplina básica para os estudantes de educação.⁶⁴⁹

⁶⁴⁶ BRASIL, 1944a, p. 65-66.

⁶⁴⁷ BRASIL, 1944a, p. 66.

⁶⁴⁸ BRASIL, 1944a, p. 66.

⁶⁴⁹ BRASIL, 1944a, p. 69.

E, citando Almeida Júnior, define que a

[...] “Biologia educacional é o estudo das causas biológicas que determinam as diferenças e as variações individuais na espécie humana, e dos meios com que o educador pode atuar sobre essas causas, afim-de atingir, para o indivíduo, o máximo de saúde, quer física, quer mental”.⁶⁵⁰

Por fim, relacionando a biologia à educação física, Inezil Penna Marinho conclui esse Capítulo dizendo: o “contingente de conhecimentos” que pertencem àquela “é dos mais importantes” a essa⁶⁵¹.

No Capítulo VI, intitulado “Discussão dos fundamentos sociológicos da educação”, entre os conceitos abordados, Inezil Penna Marinho destaca o de Snedenn que diz sobre a sociologia educacional de uma forma “simples e concisa”: “a sociologia educacional tem por principal encargo a determinação dos objetivos educacionais”⁶⁵². Na sequência, conceitua nação, para o qual significa a “última e mais vasta, complexa e compreensiva das modalidades com que se tem apresentado as sociedades humanas”. Assim sendo, ela

[...] se caracteriza por vários fatores comuns dentre os quais a identidade de língua e religião, os limites naturais do território, a unidade política e uniformidade de usos e costumes. Mas não apenas sobre isso repousam as bases da unidade nacional; a comunidade de tradições, aspirações e necessidades criam a solidariedade nacional, que se traduz pelo patriotismo. A nação, portanto, “é uma forma de sociedade inconfundível com qualquer das outras manifestações da vida coletiva; é uma formação social infinitamente vasta e complexa, cujos membros são ligados entre si por um traço especial de solidariedade que se origina de uma certa e determinada identidade de necessidades e interesses – de natureza política, econômica, moral e afetiva – e se manifesta na unidade de tradições, aspirações e sentimentos, distintos ou contrários aos das outras nações”.⁶⁵³

Apelando ao sentimento patriótico tão em voga à época e que por vezes foi utilizado para justificar, por exemplo, a presença da educação física nas escolas, Inezil Penna Marinho enfatiza “que não é possível aplicar os exercícios físicos indiferentemente a todos os indivíduos” e, por assim ser, “um método ideal de educação física deverá ter por principal escopo as condições sociais dos indivíduos, levando em conta principalmente aqueles que se encontram desajustados”, os quais podem ser classificados como: “desajustados da condição (miséria e pauperismo)”, “do espírito (alienação)”, “dos sentidos (cegueira, surdez e mudez)”, “da saúde (alcoolismo, lepra, moléstias em geral e vícios)”, “da economia (desemprego e

⁶⁵⁰ BRASIL, 1944a, p. 69.

⁶⁵¹ BRASIL, 1944a, p. 70.

⁶⁵² BRASIL, 1944a, p. 93.

⁶⁵³ BRASIL, 1944a, p. 96.

greves)”, “da conduta (delinquência e crime)” e, por fim, “desajustado do político (revolução e guerra)”⁶⁵⁴.

Partindo dessa compreensão, Inezil Penna Marinho retoma a ideia da eugenia que, segundo ele, “consiste no melhoramento científico da espécie humana, ou, como quer ALMEIDA JÚNIOR, ‘no melhoramento das qualidades da espécie, mediante seleção do plasma germinativo’”⁶⁵⁵. Vale lembrar que, ao longo de pelo menos as primeiras três décadas do século XX, também para justificar a sua presença nas escolas, a educação física sempre era relacionada ao movimento eugênico, como vimos no primeiro momento desta Tese. Apresentando outra definição e no diálogo com Francis Galton, a eugenia significava “o estudo dos meios subordinados à ação social, capazes de melhorar ou de prejudicar as qualidades raciais das gerações futuras quer física, quer mentalmente” – retomando, desse modo, outro aspecto fundamental no período: a raça do povo brasileiro. E, assim, conclui Inezil Penna Marinho:

Com esta ou aquela definição, o fim da eugenia é sempre o mesmo: evitar ou reduzir ao mínimo a produção de indivíduos tarados, que surgem para a vida inferiorizados por estigmas hereditários, agravados por defeitos de criação e de educação. Essa finalidade pode ser traduzida por duas ordens de medidas: a multiplicação das famílias eugênicas em detrimento das não eugênicas, e o aperfeiçoamento constante dos métodos de educação social do homem, afim de que os bons genótipos, produto das famílias eugênicas, encontrem um ambiente capaz de orientar e conduzir o seu desenvolvimento, proporcionando-lhes os resultados mais vantajosos.⁶⁵⁶

Prosseguindo, Inezil Penna Marinho aborda, como no Capítulo anterior, os objetivos gerais e especiais da educação física. Nesse ponto, segundo o autor, “a maior confusão que tem existido a respeito é a de não se distinguir a *educação física* dos *exercícios físicos*”, ou seja, “a orientação do desenvolvimento físico dos educandos do ensino dos exercícios físicos aos alunos das escolas especializadas”⁶⁵⁷. Desse modo, Inezil Penna Marinho buscou demonstrar “os objetivos gerais e especiais da educação física no ensino primário, secundário, superior, industrial, normal, comercial e emendativo, nas escolas especializadas e nos play-grounds, parques infantís e colônias de férias”. Assim, no ensino primário, bem como no secundário, a sua finalidade deveria ser

⁶⁵⁴ BRASIL, 1944a, p. 98.

⁶⁵⁵ BRASIL, 1944a, p. 101.

⁶⁵⁶ BRASIL, 1944a, p. 101-102.

⁶⁵⁷ BRASIL, 1944a, p. 107-108.

[...] “proporcionar aos alunos o desenvolvimento harmônico do corpo e do espírito, concorrendo para formar o homem de ação, física e moralmente sadio, alegre e resoluto, cômico do seu valor e das suas responsabilidades, e preparar a mulher para a sua missão no lar, dando-lhe ainda a possibilidade de substituir o homem em trabalhos compatíveis com o sexo feminino; tornar cada brasileiro, de ambos os sexos, apto a contribuir eficientemente para a economia e a defesa da Nação”.⁶⁵⁸

Mas que, “infelizmente”, nos dizeres de Inezil Penna Marinho, essa finalidade

[...] tem sido deturpada pelos próprios professores de educação física, exclusivamente por falta de orientação técnica nas escolas especializadas. Os alunos egressos destas escolas, alcançando o diploma que os habilita ao exercício da profissão, preocupam-se, não em orientar e assistir ao desenvolvimento físico das crianças e jovens que lhes são confiados, mas em lhes *ensinar* todos exercícios que aprenderam durante o curso, como se a sua tarefa consistisse em transformar cada ginásio em professor de educação física. E, assim, ao invés de *educadores*, fazem-se meros *instrutores*.⁶⁵⁹ (Itálico do autor).

Diante dessa análise, Inezil Penna Marinho faz uma crítica direta aos cursos de formação de professores de educação física existentes. Isto é, os cursos ofertados na EsEFEx e na ENEFD. Cursos esses que seguiam a doutrina militar, por meio do *Regulamento Geral de Educação Física*, ou seja, o Método Francês do Brasil.

Assim, no que se referia ao ensino superior, Inezil Penna Marinho acreditava que a educação física deveria

[...] processar-se por meio de atividades atlético-desportivas, que são o coroamento do trabalho sistematizado, cujo início se deverá verificar nas escolas pré-primárias e primárias. [...]. Estas atividades deverão ser organizadas de modo tal que todos os alunos delas participem e para isso se faz mister agrupá-los sempre segundo a sua aptidão. As competições e torneios deverão ser desenvolvidos de acordo com os grupos, de modo que o valor da capacidade física dos seus componentes seja sempre equivalente.⁶⁶⁰

Nesse aspecto, Inezil afirma que, na educação superior, deveria haver a predominância da prática esportiva, em detrimento da ginástica, mesmo porque, teoricamente, já nesse estágio de formação, os educandos já teriam se constituindo corporalmente, visto que, nos estágios anteriores – ensinos primário e secundário – já teriam vivenciado a ginástica.

No ensino industrial, por sua vez, a educação física, “como objetivo geral”, deveria “suscitar, desenvolver e aprimorar as qualidades físicas do educando, estimular o funcionamento dos seus órgãos e assegurar-lhe a saúde” e, “como objetivo especial,

⁶⁵⁸ BRASIL, 1944a, p. 108.

⁶⁵⁹ BRASIL, 1944a, p. 108.

⁶⁶⁰ BRASIL, 1944a, p. 109.

desenvolver excepcionalmente certas qualidades físicas que a natureza da profissão escolhida exige para um rendimento de trabalho maior”. Assim organizada, a educação física não teria “nenhum caráter de ensino e as sessões a ela destinadas comportariam exclusivamente trabalhos de aplicação”; os educando seriam, então, “reunidos em turmas homogêneas, segundo o seu sexo, idade, atividade profissional e aptidões gerais para os diversos desportos”, comportando o programa de ensino em duas partes distintas: a primeira, com a finalidade de assegurar-lhes “um desenvolvimento harmonioso estabelecendo um perfeito equilíbrio morfo-fisiológico de seu organismo”; e a segunda de “explorar qualidades específicas exigidas para o melhor desempenho das atividades profissionais escolhidas” – “profissões que exigem precisão de movimentos (ou movimentos de precisão)”, “profissões que exigem fôrça muscular” e “profissões que exigem o adestramento no mar”. A partir daí, cada grupo seria subdividido, e submetido às práticas esportivas, em três turmas: os “não iniciados”, os “iniciados” e os “adestrados nas referidas práticas”.⁶⁶¹ E, novamente, aqui, haveria a predominância dos esportes.

Já no ensino comercial que, conforme o próprio autor, encontrava-se “divorciado da educação física – e isso se explica principalmente por serem as aulas noturnas e funcionar a maior parte dos cursos em acanhados edifícios, quase todos situados nos centros das cidades” –, o seu objetivo deveria ser o mesmo dos ensinos primário e secundário⁶⁶².

Quanto ao ensino emendativo, Inezil Penna Marinho, apoiando-se no pensamento do Dr. René Rachou, afirma que a educação física seria “de grande importância tanto para a higiene geral dos cegos, quanto para a sua inteligência e caráter, ensinando-lhes o domínio sobre si mesmos”. Exercendo essas características, nesse estágio, deveria, ela se fundamentar na prática da “ginástica e da dança como atividades físicas que melhor se coadunam com a sua forma de desajustamento dos sentidos”, uma vez que a sua principal finalidade seria “possibilitar a êsses desajustados um desenvolvimento orgânico harmonioso e, especialmente, desenvolver-lhes capacidades e habilidades que, se não supram, pelo menos diminuam a falta que lhes faz o perfeito funcionamento dos órgãos afetados”.⁶⁶³

Em relação às escolas especializadas, os alunos

[...] precisam *aprender* os exercícios a que se submetem, isto é, executá-los com habilidade, conhecer perfeitamente a sua cinesiologia, ter consciência dos seus efeitos sobre o organismo, afim de que os possam, quando necessário aplicá-los, escolher com o

⁶⁶¹ BRASIL, 1944a, p. 110.

⁶⁶² BRASIL, 1944a, p. 110-111.

⁶⁶³ BRASIL, 1944a, p. 111-112.

critério de um médico que receita e dosar com o cuidado de um farmacêutico que manipula o remédio receitado.⁶⁶⁴ (Itálico do autor).

E aí, sim, “os exercícios físicos (imprópriamente denominados educação física)” constituiriam disciplina porque os alunos receberiam notas, fariam provas parciais e se submeteriam a exames finais⁶⁶⁵.

Por fim, nos parques infantis, *play-grounds* e colônias de férias, as crianças seriam submetidas a uma educação física fundamentada na “recreação”, no primeiro caso, na “recreação com uso de aparelhos diversos”, no segundo e no terceiro caso seriam ofertados “exercícios físicos, jogos, atividades artísticas e culturais, alimentação sadia e adequada, tudo sob a mais rigorosa assistência médica”⁶⁶⁶.

Para finalizar esse Capítulo, Inezil Penna Marinho enfatiza que “a elaboração do Método Nacional de Educação Física não poderá deixar de estabelecer, com rigoroso cuidado, os objetivos gerais e especiais da educação física em cada um dos setores apontados”, sendo esta a “contribuição da sociologia como ciência básica: determinar os fins da educação”⁶⁶⁷.

Finalizando sua obra, em seu último Capítulo, “Discussão dos fundamentos psicológicos da educação”, após abordar a evolução, as principais tendências e a psicologia da aprendizagem, Inezil Penna Marinho volta a dialogar com o movimento *Escolanovista*, o qual

[...] defendendo o princípio de que o trabalho em grupo ou feito pela classe toda é muito mais animado e interessante que o trabalho individual, propõe um grande número de métodos, entre os quais se distinguem: o método de projetos, o método de complexos ou centros de interesse, o método de jogo, o método de conversação ou discussão, o método de desenvolvimento, o método de THAYER, o método de problemas, etc..⁶⁶⁸

A partir dessa definição, reafirma que o método que o interessa é o método em educação física, o qual “varia muito de um país para outro, do mesmo modo que sempre se diferencia em todos os tempos, desde os atenienses e espartanos da heróica e lendária Grécia”. Nesse sentido, ele apresenta os diferentes métodos encontrados em diversos países – França, Alemanha, Suécia, Inglaterra, Dinamarca, Finlândia, Bélgica, Rússia, Portugal, Japão, Estados Unidos, Chile, Argentina e Uruguai –, finalizando com aqueles desenvolvidos no Brasil – reforçando, mais uma vez, que, em solo brasileiro, embora tenha se oficializado um

⁶⁶⁴ BRASIL, 1944a, p. 112.

⁶⁶⁵ BRASIL, 1944a, p. 112.

⁶⁶⁶ BRASIL, 1944a, p. 112-113.

⁶⁶⁷ BRASIL, 1944a, p. 113.

⁶⁶⁸ BRASIL, 1944a, p. 130.

método específico, na prática, houve mesmo foi a adoção de muitos e distintos métodos de educação física e isso guarda relação, por exemplo, como buscamos demonstrar no primeiro momento desta Tese, com a experiência daqueles que eram responsáveis pelo seu ensino nas instituições escolares e também nas não escolares.⁶⁶⁹

O método oficialmente adotado em nosso país é o Método Francês da Escola de Joinville le-Pont, aqui introduzido pela Missão Militar Francesa, que orientava o nosso Exército, em 1921; a calistenia, no entanto, ainda se encontra bastante arraigada, principalmente no Estado de Minas Gerais e nas Associações Cristãs de Moços e Associações Cristãs de Moças. Há também alguma influência americana no Distrito Federal e no Estado de São Paulo, caracterizada pela recreação orientada e pelos jogos infantís. O Método de LING também dispõe de adeptos, principalmente em São Paulo. Atualmente, a Divisão de Educação Física, sentindo que o Método Francês apresenta grande número de falhas, está empenhada na realização de um grande inquérito, tendo por objetivo colher elementos básicos para a elaboração do Método Nacional de Educação Física. Êste trabalho é digno dos maiores encômios pela maneira segura como está sendo realizado e pelo especial cuidado que as autoridades dele encarregadas estão dedicando no sentido de incentivar todos os estudiosos a que prestem a sua colaboração nessa monumental obra.⁶⁷⁰

Na sequência, Inezil Penna Marinho apresenta qual deveria ser a organização de um programa, compreendido como um “meio para atingir um fim”, logo, “antes de elaborá-lo”, necessário é determinar os seus objetivos:

[...] o programa deverá ser organizado de maneira tal que permita um rendimento certo ao fim do curso e não é isso o que temos observado. Verificamos sempre a existência de dois programas: um *formal* e outro *real*. O primeiro, de caráter freqüentemente enciclopédico, é o elaborado pelas autoridades orientadoras, pelas congregações ou ainda pelos professores ávidos em demonstrar conhecimentos aos seus colegas; o segundo é aquele que o professor realmente cumpre e fica muito aquém do outro, não apresenta homogeneidade e quase sempre termina bruscamente. Isso nos leva à conclusão de que cada professor realiza o seu próprio programa, principalmente quando êste é centralizado pelo órgão diretor – no caso do ensino secundário, entre nós – muitos de cujo assunto são completamente ignorados pelo professor que vai ministrar. Cumpre que os programas sejam organizados não com aquilo que os alunos *devem* aprender, mas com o que eles *podem* aprender, o que é bastante diferente.⁶⁷¹

Em diálogo com Kilpatrick, Inezil retoma a ideia de que “a civilização está em constante mudança, o que significa que os seus fins estão variando a todo momento, exigindo conseqüentemente um ajustamento freqüente dos meios, que os programas representam”⁶⁷².

⁶⁶⁹ BRASIL, 1944a, p. 130-131.

⁶⁷⁰ BRASIL, 1944a, p. 131-132.

⁶⁷¹ BRASIL, 1944a, p. 132.

⁶⁷² BRASIL, 1944a, p. 133.

Mencionando a reforma do ensino secundário, de 1931 (Reforma Francisco Campos), a qual previa que “os programas sofreriam uma revisão trienalmente, não se pode negar a influência política dos administradores sobre os programas”, o que, de algum modo, refletia as suas ideias. “Tanto isto é verdade que os programas têm variado de acordo com o conceito da escola”. Citando alguns exemplos: em uma “escola memorista”, o objetivo do programa seria “decorar a lição”; em uma “intelectualista”, “compreender a lição”; na “ativa”, o objetivo seria “interessar o aluno”; na “escola funcional”, “entender a necessidade do aluno”; na “pragmatista”, “preparar o aluno para a vida social”; já na “escola realista”, o objetivo de seu programa seria “preparar o aluno para a vida real”.⁶⁷³

Assim, “ao elaborarmos um programa, [...], devemos considerar as possibilidades, os interesses e as necessidades dos educandos, isto é, o que eles *podem, devem e necessitam* obter”. No que se refere às “provas objetivas e subjetivas como meio de verificação da aprendizagem”, Inezil Penna Marinho diz que “muito se tem discutido” sobre elas e que a maioria dos educadores “opta pelas primeiras”, apresentando, na sequência, as “vantagens e desvantagens” de cada uma.⁶⁷⁴

Concluindo esse Capítulo, assim como a sua obra, Inezil Penna Marinho tece algumas “considerações de ordem geral”. Sobre “as questões objetivas”, elas “são vulgarmente conhecidas sob a denominação de testes, muito embora os testes não representem tôdas as formas de questões objetivas”. Todavia, eles sempre devem medir exatamente aquilo que se deseja, podendo eles ser “psicológicos ou pedagógicos”; aqueles, “como meio de avaliação” e esses, “de verificação”.⁶⁷⁵

Por fim, sobre o “papel da educação na formação da personalidade”, a qual deve ser compreendida como o “resultado de muitos comportamentos que surgem em resposta às tensões encontradas no campo da energia psicológica”, o professor não deve se esquecer que o EU se constrói no meio social. A formação da personalidade deverá, então, “constituir especial cuidado”, por exemplo, porque a “educação nos países totalitários faz homens para obedecer; nas democracias, para mandar, quando não nos outros, pelo menos em si próprios”. Nessa perspectiva,

[...] no primeiro caso, a educação exclue completamente o desenvolvimento da personalidade do indivíduo, não permite de forma alguma que ela se manifeste, enquanto

⁶⁷³ BRASIL, 1944a, p. 133.

⁶⁷⁴ BRASIL, 1944a, p. 133-135.

⁶⁷⁵ BRASIL, 1944a, p. 135-136.

no último a educação tem por objetivo primordial desenvolver ao máximo a personalidade do indivíduo, fazendo de cada homem, sempre que possível, um líder;⁶⁷⁶

sendo esse também um dos objetivos caros à educação física, na concepção de Inezil Penna Marinho.

O segundo livro, escrito por Inezil Penna Marinho e lançado no ano de 1944, também vencedor no *Concurso de Contribuições para o Método Nacional de Educação Física*, de 1943 (3º lugar), intitula-se *Valor Individual (Contribuição ao Método Nacional de Educação Física)*.

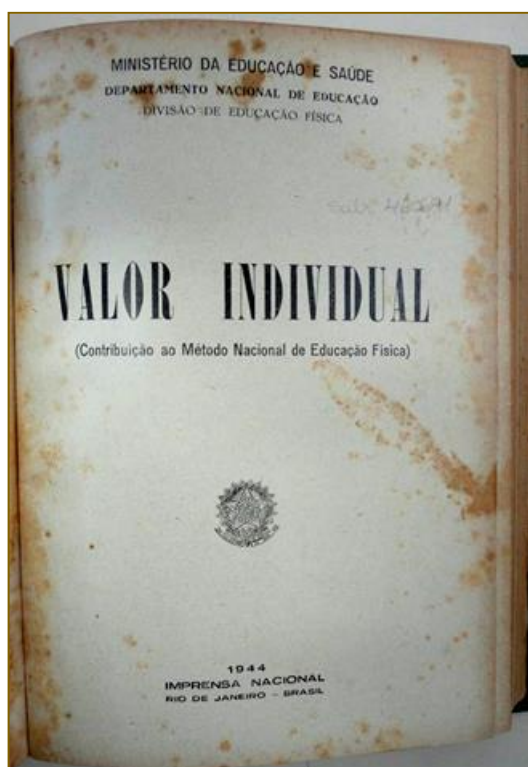


FIGURA 22 – Capa do livro classificado em terceiro lugar no *Concurso de Contribuições para o Método Nacional de Educação Física*, realizado pela DEF, em 1943, de autoria de Inezil Penna Marinho

Fonte: Fotografia da capa da obra (BRASIL, 1944b).

Com 74 páginas, distribuídas ao longo de uma Introdução e quatro Capítulos, o objetivo de Inezil Penna Marinho, ao escrever essa obra, foi discutir o primeiro dos “princípios fundamentais do método”, o “Valor Individual”⁶⁷⁷, sendo ele

⁶⁷⁶ BRASIL, 1944a, p. 138.

⁶⁷⁷ Ao todo, são quatro os *princípios fundamentais do futuro Método Nacional de Educação Física*: *Valor Individual*, *Adaptação do Exercício ao Indivíduo*, *Atração do Exercício* e *Verificação Periódica do Exercício* (BRASIL, 1944b, p. 5).

*[...] o mais importante e talvez o mais difícil de ser convenientemente tratado. E isso porque a orientação imprimida no esquema do Método Nacional de Educação Física difere fundamentalmente da do Método Francês, por nós adotado, e demais métodos conhecidos.*⁶⁷⁸ (Itálico do autor).

Influenciado por Pende e Claperède, a escrita de tal princípio demonstra que “os organizadores do inquérito estavam a par do que mais moderno havia nos campos biológico e psicológico”. Assim, para a determinação do “Valor Individual”, a “inclusão da idade mental é de grande alcance, que só poderá ser avaliado por aqueles que se interessam pela moderna técnica educacional”; representando, desse modo, “um progresso notável sobre o célebre perfil morfo-fisiológico, que entre nós tanta aceitação teve e que na prática demonstrou ser de difícil aplicação”. Além da idade mental, a “inclusão da aptidão física é outra conquista”, uma vez que,

*[...] nas práticas desportivas das nossas escolas especializadas para a formação de professores de educação física, sempre notamos que o fato de não ser tal elemento levado em consideração trazia um desequilíbrio profundo dentro das turmas, muito embora as mesmas estivessem homogêneamente grupadas, de acordo com os critérios estabelecidos pelos perfis morfo-fisiológicos.*⁶⁷⁹ (Itálico do autor).

Assim, expressou-se Inezil Penna Marinho na Introdução. Já no Capítulo I, seu objetivo foi dissertar, “cientificamente”, sobre as “fases por que se passa o organismo humano, destacando e estudando pormenorizadamente a sua evolução, a estabilização que a esta sucede e, por fim, a involução a que, de modo inevitável, está sujeito”. No Capítulo II, a intenção foi discutir a “idade cronológica e a idade fisiológica, esclarecendo que nos anômalos a primeira não coincide com a última, donde decorre a necessidade de determinar esta”. No III, sendo esse “um dos mais importantes” Capítulos, o objetivo foi “informar que o nível do desenvolvimento da inteligência num indivíduo pode coincidir ou não com as normas do desenvolvimento próprio de sua idade cronológica”. No último Capítulo, foi exposto o que, “verdadeiramente se deverá entender por aptidão física”, além de sugerir “alguns meios para determiná-la”.⁶⁸⁰ Vejamos quais as principais ideias e argumentos, Inezil Penna Marinho utilizou em cada Capítulo.

No Capítulo I, “Fases por que passa o organismo humano”, Inezil Penna Marinho, no diálogo com vários autores, busca esclarecer o que deve ser feito “para que o crescimento

⁶⁷⁸ BRASIL, 1944b, p. 5.

⁶⁷⁹ BRASIL, 1944b, p. 5.

⁶⁸⁰ BRASIL, 1944b, p. 7.

se processe bem”. Segundo o autor, uma alimentação adequada, assim como “os agentes físicos exercem sôbre o crescimento uma ação indiscutível”, sendo que, a “luz é o mais importante dêsses fatores”; além dela, “outros agentes que merecem citação são os raios X, a eletricidade, o exercício físico, a habitação, etc.”.⁶⁸¹

Na sequência, Inezil Penna Marinho focalizando a infância, discute sobre o “desenvolvimento orgânico durante os diferentes períodos” que a caracterizam, relacionando-o à educação física. Assim afirma Inezil: na primeira infância, o jogo exerce uma importante influência em seu desenvolvimento. Nessa fase, para a criança, ele

[...] parece ser um estimulante indispensável à sua atividade involuntária. O jogo tonifica os músculos, educa o sistema nervoso e ativa as funções orgânicas. É pois um estimulante indispensável para o crescimento. [...]. Por meio do jogo a criança adquire numerosas noções sôbre tudo que a rodeia, e isso se faz sem esforço. O jogo é uma manifestação de alegria, e pode-se dizer que a criança que não brinca, está ou é doente e precisa de cuidados médicos.⁶⁸²

Já na segunda infância, fase em que “a educação sensorial se aperfeiçoa”, o desenvolvimento do tato dever ser a prioridade. As “professoras das escolas maternas e jardim de infância” devem, assim, utilizar “êste sentido em numerosos exercícios que desenvolvam a habilidade manual”.⁶⁸³

Passando ao “estudo do desenvolvimento dos órgãos durante a grande infância, dos sete anos até a puberdade” e que “compreende as crianças das escolas primárias e as primeiras séries dos ginásios”, Inezil Penna Marinho afirma que essa fase “compreende duas épocas distintas”: “a primeira que é a continuação da média infância e durante a qual o desenvolvimento é relativamente lento, e a segunda, na qual se observa, ao contrário, uma progressão rápida do crescimento da estatura”; sendo que esse período “é mais curto no sexo feminino que no masculino, por causa do aparecimento mais precoce da puberdade naquele”: entre os meninos, estende-se dos sete aos quatorze ou quinze” e, entre as meninas, “dos sete aos doze ou treze”⁶⁸⁴. Nessa fase,

[...] a fôrça é reduzida e a criança não pode executar exercícios que importem em grande dispêndio de energia muscular. Desde o início da grande infância, os caracteres distintivos dos dois sexos começam a se acentuar; êles vão progredindo de ano para ano, até a puberdade.

⁶⁸¹ BRASIL, 1944b, p. 20.

⁶⁸² BRASIL, 1944b, p. 30.

⁶⁸³ BRASIL, 1944b, p. 30.

⁶⁸⁴ BRASIL, 1944b, p. 30.

O desenvolvimento psíquico também evolue. Os brinquedos dos meninos tornam-se mais ruidosos e os saltos e as corridas passam a constituir os elementos essenciais. As crises de desenvolvimento físico alternam com as de desenvolvimento da inteligência. É um fato que precisa ser conhecido porque o trabalho cerebral e a força física podem ficar reduzidos.⁶⁸⁵

Na fase seguinte, a puberdade, em ambos os sexos, “observam-se modificações no organismo, tanto física, como intelectual e moralmente”⁶⁸⁶. Sendo que “no sexo feminino o aparecimento dos primeiros sinais da puberdade é mais precoce do que no masculino”: “observa-se uma progressão rápida no pêso, ao contrário do fenômeno verificado na fase anterior, quando o aumento rápido é na estatura”. Também o “sistema muscular se desenvolve rapidamente entre quatorze e dezesseis anos”. Todavia, “as principais modificações” são observadas “nos órgãos genitais”.⁶⁸⁷

Na fase “post-puberal”,

[...] o jovem toma o aspecto viril, aparece a barba e o desenvolvimento do tronco faz desaparecer o aspecto desarmônico da idade ingrata.

No rapaz, a partir dos dezessete anos, a estatura aumenta cerca de 3 cm e meio por ano e 2 e meio nos dois últimos anos desta fase. Na moça, o aumento de estatura de 3 cm e meio aos quinze anos, baixa para 2 e meio, e depois para 17 milímetros. Nos dois sexos, entretanto, o pêso continua a aumentar, mercê do desenvolvimento dos músculos e do tecido adiposo.⁶⁸⁸

Essa fase se encerra “aos dezoito anos no sexo feminino e aos vinte no masculino”, quando ambos apresentam um “organismo aperfeiçoado, com tôdas as células especializadas em condições de cumprirem o papel que lhes está reservado”. Contudo, “observa-se ainda, durante algum tempo, ligeiro crescimento na estatura, que persiste no sexo masculino mais tempo do que no feminino”.⁶⁸⁹

No Capítulo II, “Conceito de idade, idade cronológica e idade fisiológica”, Inezil Penna Marinho afirma ser a idade “um fator importante na determinação do valor individual”. Dialogando com Faria de Vasconcelos, Inezil diz que “a realização de certos esforços”, do mesmo modo que “a prática de certas atividades, o exercício de determinadas ocupações, não devem ser aconselhadas nem permitidas sem levar em consideração a idade”. Nesse sentido, “os dados referentes aos caracteres físicos individuais, ao seu desenvolvimento, às

⁶⁸⁵ BRASIL, 1944b, p. 32.

⁶⁸⁶ BRASIL, 1944b, p. 32.

⁶⁸⁷ BRASIL, 1944b, p. 34-35.

⁶⁸⁸ BRASIL, 1944b, p. 35.

⁶⁸⁹ BRASIL, 1944b, p. 36.

possibilidades e recursos, são sempre referidos á idade, expressa em termos cronológicos – anos, meses e dias” e que, “além da idade cronológica, há outras espécies de idades: anatômica, fisiológica, mental, moral e social”. Assim sendo, “o desenvolvimento normal de uma pessoa consiste na progressão de tôdas essas idades” e a “observação do desenvolvimento geral dos indivíduos de determinado agrupamento humano permitirá estabelecer” a maneira “como evoluem os órgãos e funções, as capacidades e as faculdades, e indicar a média normal, tomando como referência a idade cronológica”.⁶⁹⁰

Quando um “exame revela ausência de sinais que indiquem anormalidades de qualquer natureza, deve-se fazer menção unicamente à idade cronológica”; porém, quando há a identificação de “qualquer desvio de normalidade, deve-se indicar qual a natureza dessa deficiência, se mental, anatômica, fisiológica, etc. e então a idade a ser referida será a que indica a qualidade da deficiência”. Desse modo, “quando se tratar de indivíduos normais, tôdas as referências são feitas exclusivamente à idade cronológica”. Caso haja “menção à idade fisiológica, por exemplo, já se sabe que há anormalidade” dessa natureza. Finalizando o Capítulo, Inezil Penna Marinho diz ter analisado, nesse estudo, o desenvolvimento humano, relacionado à idade, levando em consideração os indivíduos normais, “nos quais, portanto, se verifica a coincidência das idades cronológica, mental, fisiológica, etc.”; sendo que, “tal estudo é a base da determinação da idade real que os indivíduos apresentam”.⁶⁹¹

No Capítulo III, que trata da “Idade mental”, Inezil Penna Marinho afirma que ela pode ser medida por testes, em um determinado momento, “em relação à média das crianças com a mesma idade”. Assim sendo, uma criança é classificada “como normal” quando a sua “idade mental” coincidir com a “idade cronológica”, “como subnormal, quando a sua idade cronológica” for maior que a “idade mental” e “como supranormal, quando a idade cronológica” for menor que a “idade mental”.⁶⁹²

Quanto ao desenvolvimento mental da criança, segundo Inezil Penna Marinho, ele se processa “obedecendo a certas normas gerais, que permitem a formulação de leis” e, não sendo tão preciso quanto o desenvolvimento físico, ele só será conhecido através da observação da “conduta da criança”. Citando Sylvio Rabelo, Inezil diz que o desenvolvimento

⁶⁹⁰ BRASIL, 1944b, p. 39-40.

⁶⁹¹ BRASIL, 1944b, p. 40.

⁶⁹² BRASIL, 1944b, p. 44-45.

mental poderá, então, ser expresso por determinadas leis⁶⁹³, entre as quais, a “Lei do exercício”.⁶⁹⁴

No Capítulo IV, intitulado “Aptidão Física”, Inezil Penna Marinho inicia diferenciando aptidão física de capacidade física. A primeira diz “das possibilidades naturais do indivíduo”, enquanto a segunda “está representada pela facilidade, presteza e segurança com que o indivíduo possa mobilizar as suas forças e aptidões, no exercício, nos jogos ou nos desportos”. Sendo assim, a capacidade física pode “ser representada pela seguinte fórmula: capacidade física = aptidão física + treinamento”. Todavia, “é importante esclarecer que existe um limite de possibilidades, o qual o treinamento não poderá ultrapassar, limite êsse fixado pelo patrimônio hereditário de cada um dos indivíduos sôbre os que vai agir”.⁶⁹⁵

Prosseguindo, Inezil Penna Marinho afirma que “as aptidões podem ser determinadas pelos testes psicológicos, que são meios de avaliação, diferentes dos testes pedagógicos, que são meios de verificação”. Em relação às atividades físicas, o indivíduo pode apresentar “aptidão para algumas formas de atividade, enquanto para outras manifestar pouca habilidade motora”. Quanto às aptidões locomotoras, informa que elas “foram estudadas nos Estados Unidos principalmente por BRACE, que se dedicou aos testes de aptidão motora, e ROGERS, que denominou os seus testes de ‘testes de aptidão física’”. Tais aptidões podem ser identificadas “em sua forma mais pura no atletismo, ginástica e desportos de uma maneira geral”.⁶⁹⁶

Concluindo seu estudo, Inezil Penna Marinho afirma que, “se o professor primário, como diz CLAPAREÈDE, é o mais indicado para estabelecer o grau de correlação entre grande número de aptidões diferentes exigidas do aluno na escola primária, o professor de educação física não lhe fica atrás no que diz respeito à aptidão física”. Contudo, embora muitos desses professores façam “constantemente comentários sôbre as provas de eficiência física a que estão obrigados os alunos dos estabelecimentos de ensino secundário, faltam-lhes sistematização nas observações e êles não conseguem explorar o magnífico campo de que dispõem”. Por ser assim, mais uma vez, Inezil Penna Marinho ressalta “a falta de uma instituição para pesquisas em educação física”.⁶⁹⁷

⁶⁹³ As leis são as seguintes: lei da sucessão, lei da adaptação, lei do exercício, lei da anatomia, lei da individualidade, lei do ritmo e lei da alternância (BRASIL, 1944b, p. 47-48).

⁶⁹⁴ BRASIL, 1944b, p. 48.

⁶⁹⁵ BRASIL, 1944b, p. 65.

⁶⁹⁶ BRASIL, 1944b, p. 67.

⁶⁹⁷ BRASIL, 1944b, p. 69.

Dando sequência às obras de Inezil Penna Marinho, que visavam à elaboração do Método Nacional de Educação Física, analisaremos, a seguir, outra que também “obteve o primeiro lugar no ‘Concurso de Trabalhos sobre Educação Física de 1944’ – Secção Técnico-Pedagógica”, promovido pela DEF⁶⁹⁸.

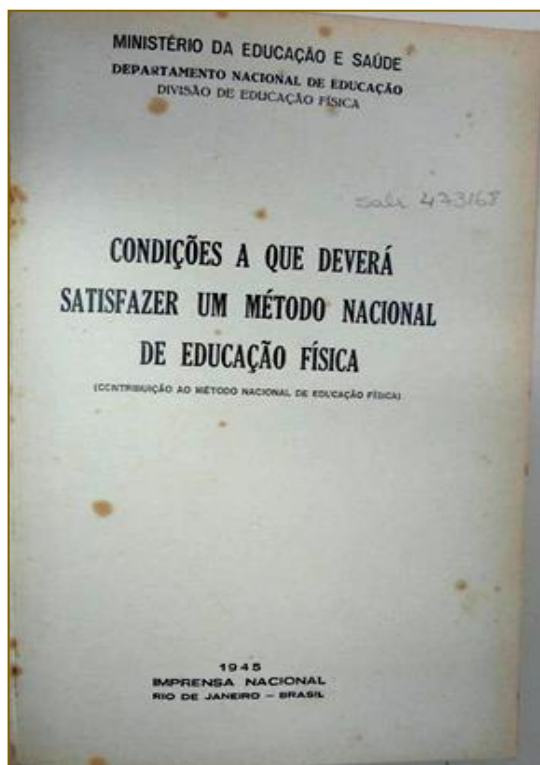


FIGURA 23 – Capa do livro classificado em primeiro lugar no *Concurso de Contribuições para o Método Nacional de Educação Física*, realizado pela DEF, em 1944, de autoria de Inezil Penna Marinho

Fonte: Fotografia da capa da obra (BRASIL, 1945).

Intitulado *Condições a que deverá satisfazer um Método Nacional de Educação Física (Contribuição ao Método Nacional de Educação Física)*, reúne, em suas 36 páginas, uma Apresentação, um Plano e três Capítulos, cujos títulos são, respectivamente: “Concepção de Método”, “Conceito de Nacional” e “Condições a que deverá satisfazer um Método Nacional de Educação Física”⁶⁹⁹.

Iniciando com a concepção de método, Inezil Penna Marinho, em diálogo com Descartes, afirma que

⁶⁹⁸ BRASIL, 1945, p. 3.

⁶⁹⁹ BRASIL, 1945, p. 7.

[...] “a diversidade das nossas opiniões não provém do fato de uns serem mais razoáveis do que os outros, mas apenas do fato de conduzirmos o nosso pensamento por diferentes caminhos e não considerarmos as mesmas coisas”. É provável, portanto, que muitos discordem do presente trabalho, mas isso apenas significará que o nosso pensamento está sendo conduzido por diferentes caminhos. Não resta a menor dúvida de que necessitamos de um método nacional de educação física e vários são os caminhos que ele nos poderão levar; esta monografia pretende, tão somente, ser um desses caminhos.⁷⁰⁰

Sob o ponto de vista educacional, define “método como um conjunto dos meios dispostos convenientemente para chegar a um fim que se deseja”. Logo, “método é uma adequação de *meios* a *fins*”. Torna-se necessário, portanto, não confundi-lo “com processo, porque êste apresenta um sentido muito mais restrito; em última análise não passa de um dos modos, de uma das maneiras de que poderemos utilizar certo meio”. A concepção de método encerra, então, “a globalização dos meios conjugados para atingir um determinado objetivo”.⁷⁰¹

Dialogando com Penteado Júnior, que, “com grande acêrto”, afirma que “a falta de cuidado, no uso dos termos, chegou a levar os educadores a chamar todo e qualquer processo ou artifício de ensino de método”, “levou muita gente a tomar o método como sendo a maneira pela qual cada matéria está disposta nas ciências”. Nesse sentido, “a concepção de método geral de ensino há de ser tão ampla como a própria vida. Não se confunde com as técnicas gerais”.⁷⁰²

A civilização, por conseguinte, estando em “constante mudança”,

[...] exige um ajustamento ininterrupto dos meios aos fins, uma vez que êstes estão variando a cada momento. Dentro desta concepção, e considerando que método é um conjunto de meios dispostos convenientemente para chegar a um fim de que se deseja, não podemos admitir um método rígido, inflexível, porque, se assim o fizermos, estaremos concomitantemente trabalhando para que êsse método tenha duração efêmera. E, ao fim de pouco tempo, de imperiosa necessidade se tornará a sua substituição por outro ou êle reclamará tais modificações, que a sua estrutura ficará ameaçada de sofrer abalos profundos; e isso se repetirá indefinidamente, enquanto forem adotados métodos de princípios rígidos. E isso, justamente, é o que, entre nós, está acontecendo com o Regulamento Geral de Educação Física Nº 7, impròpriamente aqui denominado Método Francês.⁷⁰³

Sendo assim,

⁷⁰⁰ BRASIL, 1945, p. 7.

⁷⁰¹ BRASIL, 1945, p. 8.

⁷⁰² BRASIL, 1945, p. 8.

⁷⁰³ BRASIL, 1945, p. 8-9.

[...] o método deverá representar uma unidade de princípios, de idéias, para que tôdas as fôrças, agindo harmoniosa e sincrônica, sejam conjugadas, não apenas na mesma direção, mas também no mesmo sentido, de modo a obter a maior resultante possível. É preciso, no entanto, não confundir essa *unidade* de princípios e de idéias, com a *uniformidade* dos mesmos princípios e das mesmas idéias. Esta última é rígida, inflexível, não admite adaptações, enquanto a primeira é flexível, moldável às particularidades de cada região ou grupo social. E para que um método vingue, principalmente entre nós, onde as diferenças, não apenas individuais como as sociais, se apresentam de forma tão marcante, o método deverá ser flexível, plástico, elástico, atendendo e moldando-se com facilidade, sem se quebrar, às necessidades características desta ou daquela instituição, dêste ou daquele grupo social. No presente caso, do Método Nacional de Educação Física, para que êste fôsse rígido, necessário se tornaria que todo o povo brasileiro constituísse um bloco homogêneo, definisse sempre a sua situação do mesmo modo, quaisquer que fôssem as circunstâncias em que se encontrasse.⁷⁰⁴ (Itálico do autor).

Por conseguinte, “para ser nacional, não apenas no título, mas no verdadeiro espírito da sua concepção, não poderá de forma alguma” o Método Nacional de Educação Física ser “rígido e, para isso, encontramos a devida explicação nestas duas expressivas frases de Euclides de Cunha: ‘Não temos unidade de raça’ e ‘Não há um tipo antropológico de brasileiro’”. Somos, portanto, “o produto de entrelaçamento de três grupos de raças distintas pela sua cultura, pelos seus hábitos, pelos seus sentimentos, pela sua morfologia, originários de três continentes diversos e aqui submetidos a uma interfusão biológica”.⁷⁰⁵

Assim, o futuro Método Nacional de Educação Física deverá considerar esses aspectos; deverá, enfim, “representar um conjunto harmônico e ter uma consistência não rígida, fácil de partir-se, mas plástica, capaz de moldar-se sem dificuldades e a tôdas as exigências, quer regionais, quer étnicas, já individuais, já sociais”; sendo, sua função, destaca Inezil Penna Marinho, ainda no diálogo com Penteado Júnior, “dirigir a ação do educando no sentido de que acumule aquelas experiências que lhe desenvolvam capacidades exigidas pela sociedade atual”.⁷⁰⁶

Relacionando o método à educação, que é

[...] una e indivisível, jamais poderemos adotar um método para cada uma das suas faces; e tanto isso é verdade que as bases científicas sobre as quais a educação física repousa são as mesmas sob que se fundamenta a educação. Assim, para sermos coerentes, deveríamos estabelecer os fundamentos do método em educação e retirar desses fundamentos gerais o que devesse ser particularmente aplicado neste ou naquele caso.⁷⁰⁷

⁷⁰⁴ BRASIL, 1945, p. 9.

⁷⁰⁵ BRASIL, 1945, p. 9.

⁷⁰⁶ BRASIL, 1945, p. 10.

⁷⁰⁷ BRASIL, 1945, p. 10-11.

No entanto, “se só admitimos um método em educação, já que a educação é integral ou deixa de ser educação, não será um verdadeiro contrasenso tratar de *método nacional de educação física*?”. Essa pergunta, afirma Inezil Penna Marinho, poderia, “naturalmente”, ser feita por aqueles que lessem seu trabalho. Inezil Penna Marinho então responderia que sim; seria “absurdo falar-se em *método* de educação física”, porque isso “seria admitir método de educação intelectual ou método de educação moral”. Devendo, portanto, somente, “existir um método em educação, apoiado em fundamentos tais que lhe seja possível atender a tôdas as seções de oportunidades de que se vale a educação”. Todavia, perguntaria o autor:

Será justo que a educação física continue a ser orientada cheia de falhas, sem que o trabalho apresente não apenas um resultado compensador mas a maior compensação, sômente porque os nossos educadores ou as nossas autoridades educacionais ainda não se resolveram a considerar o assunto sèriamente? Não será muito mais razoável que se estudem as bases de um método de educação física, cujos fundamentos sejam, tanto quanto nos permitam os nossos conhecimentos, a nossa observação e a nossa experiência, os mesmos devem servir, mais desenvolvidos e ampliados, ao método a ser estabelecido para a educação?”.⁷⁰⁸

Em resposta a tais questionamentos, Inezil Penna Marinho afirma que sim e que, inclusive, a própria DEF compreendia

[...] por *Método Nacional de Educação Física* um conjunto sistemático de princípios e práticas, tendentes a orientar, no meio brasileiro, o trabalho de educação que, por essa especialidade, pode ser exercido, tanto nas escolas, com no lar e nos meios desportivos, ou ainda, em centros especiais.⁷⁰⁹ (Itálico do autor).

Assim, “a expressão utilizada ‘tendentes a orientar, no meio brasileiro, o trabalho de educação’ é bastante significativa, pois não considera a educação física fora do quadro geral da educação, nem tal seria admissível”. Dessa maneira, esclarece que tanto ele, quanto a DEF, não consideravam “absurdo que se cogite e que se trabalhe intensamente no sentido de criar o método nacional de educação física”, embora considerem “de que muito maior relevância seria a instituição do método nacional de educação nacional”.⁷¹⁰

Sobre o conceito de nacional, discutido no segundo Capítulo, Inezil Penna Marinho afirma, inicialmente, que “nacional é tudo o que pertence à nação e que lhe diz respeito diretamente”. Mas, diante de tal definição, questiona: “o que se deve entender por

⁷⁰⁸ BRASIL, 1945, p. 12.

⁷⁰⁹ BRASIL, 1945, p. 12.

⁷¹⁰ BRASIL, 1945, p. 12.

nação para que se possa aplicar com acêrto a expressão *nacional*?”. Para responder a essa questão, Inezil Penna Marinho reflete, em diálogo com vários pensadores, sobre os termos “população, povo, nação, pátria e estado”, afirmando que todos eles “têm sentido próprio, inconfundível e exigem aplicação adequada”.⁷¹¹

Assim, de acordo com Inezil Penna Marinho, sobretudo, “o aspecto da nacionalização não poderá deixar de ser encarado em se tratando do problema do método nacional de educação física”. Nesse sentido,

[...] êle deverá reunir princípios tais que representem um excelente meio de cooperação na campanha nacionalizadora, a qual não poderemos deixar de apoiar constantemente, de emprestar o máximo de nossos esforços, no sentido de fazer com que se fortaleça a unidade nacional pela criação de uma mentalidade verdadeiramente nacional.⁷¹²

A nação, portanto, não pode ser identificada, apenas,

[...] pela unidade de raça, [...]. A uniformidade de usos e costumes, a comunidade de tradições, aspirações e necessidades são os fatores que concorrem para a formação de uma nacionalidade, sem o que nenhuma nação [...] pode subsistir. E o método nacional de educação física que pretendemos há de concorrer decisivamente para criar êsse sentir comum, manifestado pela unidade de aspirações e sentimentos que fará de milhões de brasileiros um único cidadão. Não poderá êsse método sair dos gabinetes para ser aplicado nas instituições educacionais, mas nascerá das necessidades das instituições educacionais que os gabinetes sempre desconhecem, das exigências que a índole do nosso povo reclama, da conjugação dos esforços de todos os que se dediquem ao estudo de tão transcendental problema, dos recursos totais que conseguirmos mobilizar. E, se assim não fôr, jamais poderá receber o nome de *nacional*.⁷¹³

Visto que, “nacional é o que se aplica a tôda a nação”, “que se origina de uma certa e determinada identidade de necessidades e interesses” e que “se manifesta na unidade de tradições, aspirações e sentimentos, distintos ou contrários aos das outras nações. Desse modo,

[...] nunca, de acôrdo com o temperamento do povo brasileiro, um método estrangeiro, qualquer que seja o seu rótulo, poderá por nós ser considerado *nacional*, da mesma forma que jamais admitiríamos uma Constituição estrangeira, por melhores que fôssem os seus fundamentos.

E o Método Nacional de Educação Física [...] há de ser dentro em breve uma realidade e, com isso, um dos fatores mais eficientes para a cimentação dos alicerces de uma unidade nacional forte e duradora.⁷¹⁴ (Itálico do autor).

⁷¹¹ BRASIL, 1945, p. 14.

⁷¹² BRASIL, 1945, p. 22.

⁷¹³ BRASIL, 1945, p. 22-23.

⁷¹⁴ BRASIL, 1945, p. 23.

Mas de que modo esse método será organizado? A quais condições deverá o futuro Método Nacional de Educação Física satisfazer? Essas são as perguntas respondidas por Inezil Penna Marinho, no terceiro Capítulo desse livro que, assim, iniciam: “as condições a que deverá satisfazer um Método Nacional de Educação Física poderão ser reunidas em dois grandes grupos: condições gerais e condições especiais”.⁷¹⁵

As “condições gerais” resumem-se em oito aspectos: “Poder ser esquematizado, isto é, reduzido a chaves”; “Atender aos interesses nacionais”; “Repousar sobre os mesmos fundamentos em que poderia e deveria repousar um método nacional de educação”; “Considerar sempre a educação física como parte integrante e indissociável da educação”; “Apresentar as mesmas bases científicas da educação”; “Considerar as particularidades individuais e as condições sociais, isto é, o indivíduo isoladamente e dentro do grupo social a que pertence”; “Apreciar a evolução do indivíduo sob o aspecto biológico, psíquico e social” e “Indicar, de modo geral, os meios a empregar”.⁷¹⁶

Já as “condições especiais”, “como não poderia deixar de suceder”, apresentam-se “em muito maior número”, sendo estas as principais: “separar o trabalho educacional”, da “formação profissional”, do “treinamento desportivo” e da “atividade ginástica”, estabelecendo cada um dos seus “princípios”.⁷¹⁷, uma vez que,

[...] cada um desses setores apresenta objetivos próprios, diversos dos demais e que exigirão caminho especial que a eles possam conduzir quem quer que seja. Assim, o trabalho educacional é o que diz respeito a todos os indivíduos que ainda não atingiram a maturidade, que ainda se encontram em evolução e que, portanto, são suscetíveis de educar. A formação profissional, onde existirá a preocupação de ensino, não deve e não pode ser confundida com o trabalho educacional, como vem sucedendo nas nossas escolas de educação física por um lado e nos ginásios e colégios por outro. O treinamento desportivo também se reveste de características próprias, uma vez que tem por fim desenvolver capacidades específicas, especializar o indivíduo em determinada atividade física de maneira tal que ele possa produzir o que normalmente seria impossível; o objetivo de treinamento desportivo é levar o indivíduo à forma e, por conseguinte, uma situação instável, a um estado de desequilíbrio. A atividade ginástica, idênticamente, se reveste de particularidades que deverão ser atendidas cada um de per si; aqui poderemos considerar dois aspectos: a ginástica de especialização e a ginástica higiênica.⁷¹⁸

São essas, portanto, as condições que Inezil Penna Marinho/Divisão de Educação Física julgam ser “indispensáveis” a um Método Nacional de Educação Física. Para concluir seu estudo, Inezil retoma a ideia de Descartes, para o qual “a diversidade das nossas opiniões

⁷¹⁵ BRASIL, 1945, p. 25.

⁷¹⁶ BRASIL, 1945, p. 25-27.

⁷¹⁷ BRASIL, 1945, p. 27-32.

⁷¹⁸ BRASIL, 1945, p. 27-28.

não provém do fato de uns serem mais razoáveis do que outros, mas apenas do fato de conduzirmos o nosso pensamento por diferentes caminhos e não considerarmos as mesmas coisas”. Assim, “seja por êste ou seja por aquêlê caminho o importante é que se alcance o Método Nacional de Educação Física de que tanto já nos ressentimos”.⁷¹⁹

8.2 Inezil Penna Marinho e as estratégias de demarcação de seu lugar enquanto o protagonista no processo de elaboração do Método Nacional de Educação Física

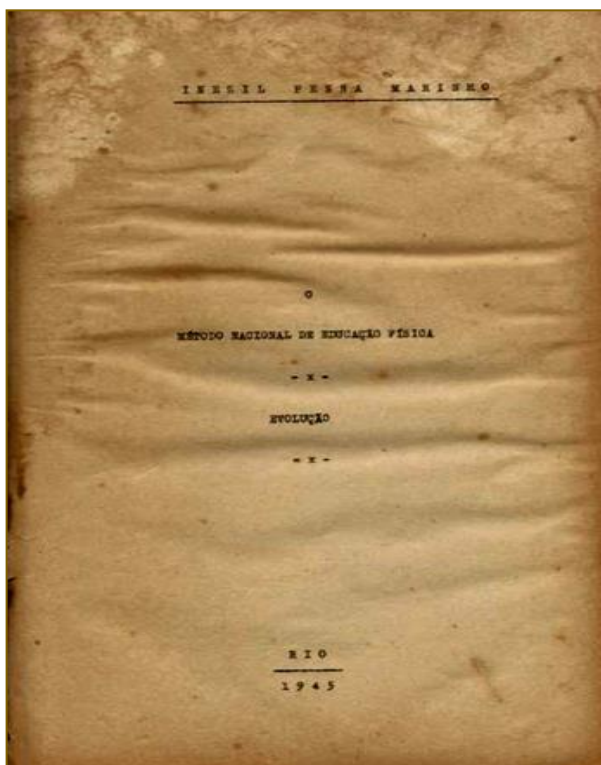


FIGURA 24 – Capa do livro escrito por Inezil Penna Marinho, em 1945

Fonte: Fotografia da capa da obra (MARINHO, 1945).

O próximo livro, intitulado *O Método Nacional de Educação Física – Evolução* (Figura 24), também foi escrito no ano de 1945, e como era característica de Inezil Penna Marinho, ao longo de suas 89 páginas, foram compilados muitos dos assuntos que até aqui já foram abordados. Assim, também, ele teve como objetivo contribuir para a elaboração do Método Nacional de Educação Física. Todavia, diferentemente das obras analisadas anteriormente, esse não trazia em sua capa a chancela, nem da Divisão de Educação Física, nem do Departamento Nacional de Educação, assim como também não há indicação de

⁷¹⁹ BRASIL, 1945, p. 32.

nenhuma Imprensa ou Tipografia, sendo ele um documento todo datilografado, o que nos leva a crer que esse tenha sido um investimento pessoal de seu autor.

Organizada em seis Capítulos, essa obra,

[...] se algum mérito apresenta, é o de não permitir que se esqueçam os nomes daqueles que, de alguma forma, contribuíram para os primeiros passos do nosso Método Nacional de Educação Física, nem que se percam os dados escondidos entre centenas de processos e milhares de documentos de uma repartição pública.⁷²⁰

Assim, no Capítulo I, cujo título é “A distribuição do ‘Inquérito sobre o Método Nacional de Educação Física’ e as contribuições recebidas”, Inezil Penna Marinho apresenta, inicialmente, a relação de Inquéritos distribuídos até aquele momento (um total de 1.835 exemplares), afirmando que, pelos dados obtidos, “fácilmente” verifica-se que o “Inquérito” foi distribuído por todo o território nacional, havendo ainda notável interesse por parte de diversos países americanos”⁷²¹. Na sequência, Inezil Penna Marinho apresenta outra relação, dessa vez, contendo os destinatários e seus respectivos cargos ou funções desempenhadas⁷²². Foram ainda enumerados, nominalmente, e destacados os respectivos Estados daqueles que, à DEF, enviaram as suas contribuições, o que gerou as seguintes percentagens: 30,43% residiam em São Paulo, 21,63% em Minas Gerais, 13,04% no Distrito Federal, 8,69% na Bahia, 8,69% no Estado do Rio, 4,34% em Santa Catarina, Paraná, e Goiás, respectivamente⁷²³; bem como as profissões e as suas percentagens – Funcionários Públicos, 4,34%; Jornalistas, 4,34%; Religiosos, 4,34%; Médicos, 30,43% e Professores de educação física, 56,55%⁷²⁴. Finalizando esse Capítulo, Inezil Penna Marinho fez um resumo de todas as

⁷²⁰ MARINHO, 1945, p. 7.

⁷²¹ Foram destacando a quantidade de destinatários em seus respectivos Estados, além dos *Inquéritos* distribuídos no *I Congresso Panamericano de Educação Física* (86 exemplares), no *Primeiro Congresso Argentino de Educação Física* (2) e também aqueles enviados a outros países. A saber: Argentina (10), Uruguai (3), México (2), Paraguai (1), Chile (2), Perú (1) e Equador (1) (MARINHO, 1945, p. 9-10).

⁷²² Foram os seguintes cargos ou funções desempenhadas informadas por Inezil Penna Marinho: Ministros (2), Diretores de Divisões e Chefes de Serviços do Ministério da Educação e Saúde (32), Diretores de Escolas, Faculdades, etc. (24), Técnicos de Educação (73), Funcionários diversos do Ministério da Educação e Saúde (35), Professores de educação física (833), Médicos especializados (171), Técnicos desportivos (15), Professores diversos (20), Diretores de Divisões e Chefes de Serviços de outros Ministérios (12), Funcionários públicos de outros Ministérios (15), Presidentes de Sociedades, Associações, Ligas, etc. (26), Médicos (241), Militares (170), Religiosos (25), Jornalistas (12), Congressistas ao Primeiro Congresso Panamericano de Educação Física (86), Diversos (43) (MARINHO, 1945, p. 10-11).

⁷²³ MARINHO, 1945, p. 12-14. Os nomes dos contribuintes aqui apresentados foram os mesmos que abordamos anteriormente, quando analisamos a obra intitulada *O Inquérito sobre o Método Nacional de Educação Física realizado pela Divisão de Educação Física (Contribuição ao Método Nacional de Educação Física)*. Sendo assim, embora houvesse passado cerca de um ano, entre um e outro estudo, à Divisão de Educação Física, nenhuma outra contribuição foi remetida.

⁷²⁴ MARINHO, 1945, p. 14.

“contribuições apresentadas por aqueles que se deram ao trabalho de estudar o grande esquema apresentado pela Divisão de Educação Física no seu gigantesco ‘Inquérito’”⁷²⁵.

No Capítulo II, que trata do “Concurso de Contribuições para o Método Nacional de Educação Física”, de 1943”, sendo esse o seu título, Inezil Penna Marinho retomou, brevemente, a sua organização, enumerou os trabalhos inscritos, destacou a comissão julgadora que havia sido designada pelo Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação – constituída pelo Major Barbosa Leite (diretor da DEF) e pelo Dr. Waldemar Areno (catedrático da ENEFD) – e elencou os três trabalhos vencedores, entre os quais, dois, como vimos, de sua autoria (1º e 3º lugares): *Bases Científicas da Educação Física* (1º lugar); *Metodologia do Treinamento Desportivo* (2º lugar); e *Valor Individual* (3º lugar). Em seguida, sucintamente, analisou cada um deles, começando pelo *Valor Individual*, depois, pelo *Metodologia do Treinamento Desportivo*, e, por fim, sintetizou o *Bases Científicas da Educação Física*.⁷²⁶

Especificamente sobre o segundo trabalho vencedor do referido Concurso, Inezil Penna Marinho afirmou que, “na nossa opinião” – possivelmente na opinião dele e da DEF –, esse tinha sido

[...] o trabalho em que a contribuição pessoal **dos autores** se fez sentir mais notadamente, uma vez que nada possuímos sobre tal assunto. Os programas de metodologia do treinamento desportivo nas escolas de educação física são deficientíssimos por falta de elementos, bibliografia e fontes de consulta.⁷²⁷ (Negrito nosso).

Aqui, vale destacar que, no ato da inscrição, a Sociedade de Estudos dos Problemas de Educação Física foi indicada como sua autora. Todavia, conforme a fonte citada anteriormente, esse trabalho foi escrito por mais de um autor. Isso nos leva a crer que é bem provável que, um deles, tenha sido justamente, Inezil Penna Marinho, visto que em outras fontes garimpadas, assim como nessa obra, hora analisada, os trabalhos vencedores de sua autoria, também foram vinculados a essa mesma Sociedade:

Cinco foram os trabalhos inscritos nesse concurso:

- 1) – “Bases Científicas da Educação Física”, da Sociedade de Estudos dos Problemas de Educação Física (S.E.P.E.F.).
- 2) – “Fadiga”, do Prof. José Vieira de Aquino.

⁷²⁵ MARINHO, 1945, p. 14-27.

⁷²⁶ MARINHO, 1945, p. 28-43.

⁷²⁷ MARINHO, 1945, p. 33.

- 3) – “Valor Individual”, da Sociedade de Estudos dos Problemas de Educação Física (S.E.P.E.F.).
- 4) – “Críticas e Sugestões”, do Prof. Arthur Francisco dos Santos.
- 5) – “Metodologia do Treinamento Desportivo”, da Sociedade de Estudos dos Problemas de Educação Física (S.E.P.E.F.).⁷²⁸

Ou seja, no *Concurso de Contribuições para o Método Nacional de Educação Física*, realizado em 1943, Inezil Penna Marinho não só foi autor de dois dos trabalhos vencedores, como havíamos afirmado anteriormente, mas de todos eles. O que reforça algumas de nossas hipóteses. Primeiro que Inezil Penna Marinho buscava, sim, nesse processo de criação de um Método Nacional de Educação Física, tornar-se o seu protagonista, para tanto, produziu, incansavelmente, muitos estudos. Segundo, que ambos, Inezil Penna Marinho e Divisão de Educação Física, mantinham uma relação de mutualidade, na qual ambos se legitimavam no campo da educação física. Terceiro, e esse fato, talvez nesse processo, seja o mais conflituoso, é que, conforme estabeleceu a DEF, os concorrentes perderiam “os seus direitos autorais, não lhes sendo permitida a divulgação de assuntos contidos nos trabalhos apresentados, de forma geral ou parcial”.⁷²⁹ Isto é, a DEF, ao receber as contribuições ao futuro Método Nacional de Educação Física, escritas por Inezil Penna Marinho, seu funcionário, automaticamente, se tornaria a responsável pela ideia, evidenciando-se, assim, mais uma das estratégias adotadas também pelos militares, já que a sua direção era da responsabilidade do Major João Barbosa Leite, em garantir o lugar de protagonista desse mesmo processo de criação de um método de educação física nacional e, mais do que isso, estariam eles reforçando a ideia de a nação brasileira não se constituiria, inclusive corporalmente, sem as suas contribuições.

Diante disso, retomamos a ideia defendida, na Seção anterior, na qual identificamos Inezil Penna Marinho como um sujeito múltiplo e polissêmico, um intelectual mediador e, ao mesmo tempo, criador, o qual para se tornar o protagonista do processo de criação do Método Nacional de Educação Física, lançou mão de diversas e distintas estratégias para se legitimar. Nesse sentido, conforme Giovanni Levi (2006, p. 175), “a época, o meio e a ambiência” podem ser considerados “como fatores capazes de caracterizar uma atmosfera que explicaria a singularidade das trajetórias”. E, ainda, que “a reconstituição do contexto histórico e social em que se desenrolam os acontecimentos permite compreender o que à primeira vista parece inexplicável e desconcertante” (LEVI, 2006, p. 175).

⁷²⁸ MARINHO, 1945, p. 29-30.

⁷²⁹ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1943b, p. 30.

A partir dessas reflexões, conseguimos compreender os “elementos contraditórios que constituem a identidade de um indivíduo e das diferentes representações que dele se possa ter conforme os pontos de vista e as épocas” (LEVI, 2006, p. 171). Ou seja, Inezil Penna Marinho, embora almejassem ser o protagonista no processo de criação do Método Nacional de Educação Física, e, para isso, muito se empenhava, ele, até esse momento, não havia se apartado da Divisão de Educação Física, que também disputava esse lugar, justamente porque, como seu Técnico de Educação e um dos seus principais representantes em diversas instâncias, fosse no Brasil ou no exterior, Inezil Penna Marinho seguia se legitimando no campo da educação física, reforçado o lugar de um sujeito autorizado, tanto pelos seus estudos publicados, quanto pela instituição que representava, a defender e a problematizar questões relacionadas ao futuro da nação, já que esse relacionava-se, diretamente, à resolução dos problemas educacionais, dos quais a educação física, no período, era uma peça fundamental, uma vez que, por meio dela, se constituiria uma nação forte, de homens, corporalmente, fortalecidos.

Voltando ao trabalho vencedor, classificado em segundo lugar no Concurso, de 1943, foi ele organizado em cinco Capítulos, os quais tematizavam sobre “Os desportos como meio de educação, recreação e competição”, Capítulo I; “O valor do desportista”, Capítulo II; “Preparação do desportista”, III; “Contrôle do desportista”, IV; e “Verificação do aproveitamento do desportista – Competição”, Capítulo V⁷³⁰.

No Capítulo I, “de grande interesse”, em linhas gerais, os autores abordaram, “de forma erudita”, a influência dos desportos na formação do caráter, na formação da vontade e a influência dos desportos na educação física. No Capítulo II, os autores discutiram acerca dos “fatores de que depende o valor do desportista”: condições morfológicas, fisiológicas, psicológicas e aptidão física⁷³¹. No Capítulo III, ao tematizaram sobre a “preparação do desportista”, afirmaram ela comportar “duas ordens de considerações”: a primeira que “diz respeito à sua preparação física e a segunda à sua preparação técnica”. No Capítulo IV, ao discutirem sobre o “contrôle do desportista em treinamento”⁷³², afirmaram que seria por “intermédio” deste que se tornaria “possível saber se o regime de trabalhos físicos a que está sendo submetido não lhe está prejudicando o organismo e ainda se esse mesmo regime poderá ser intensificado de modo que, em determinada época” (competição), “venha o desportista a

⁷³⁰ MARINHO, 1945, p. 34-36.

⁷³¹ MARINHO, 1945, p. 34.

⁷³² Esse “contrôle” seria exercido tanto pelo médico – “contrôle fisiológico” –, quanto pelo técnico desportivo – “contrôle técnico” (MARINHO, 1945, p. 35).

entrar em seu estado de forma”⁷³³. No último Capítulo, os autores empossaram “a idéia de que a verificação do aproveitamento do desportista deverá ser a própria competição”, incluindo, ainda, a “necessidade de que seja desenvolvida a preparação tática dos desportistas, de modo que eles possam mobilizar os seus recursos técnicos e empregá-los de acôrdo com as condições do momento”⁷³⁴.

Prosseguindo com o livro *O Método Nacional de Educação Física – Evolução*, em seu terceiro Capítulo, do mesmo modo que no anterior, Inezil Penna Marinho retoma o *Concurso de Contribuições para o Método Nacional de Educação Física*, realizado em 1944. Nele, afirma que, apenas, dois trabalhos foram inscritos, cujos títulos, autorias e classificações foram: “O Problema da Educação Física dos Cegos – (Subsídios para a sua solução)”, do Prof. Inezil Penna Marinho”, “1º lugar, com 83 pontos” e “A importância da Ginástica de Compensação”, do Prof. Inezil Penna Marinho e Dr. Paulo Frederico de Figueiredo Araújo”, 2º lugar, “75 pontos”. Sendo sua comissão julgadora constituída pelo Major Barbosa Leite e pelo Professor Mário de Queirós Rodrigues.⁷³⁵

Importa aqui, ressaltar um fato curioso. Vimos na Seção 6 desta Tese que, nesse Concurso, o trabalho vencedor, foi aquele, também da autoria de Inezil Penna Marinho, intitulado *Condições a que se deverá satisfazer um Método Nacional de Educação Física*. Inclusive, vimos que ele chegou a ser publicado, pela *Imprensa Oficial*, no ano seguinte a realização do Concurso e que, anteriormente a essa publicação, ainda em 1944, foram distribuídos, pela DEF, 1000 (um mil) exemplares⁷³⁶. Diante disso, por que Inezil Penna Marinho omitiu tal informação ao escrever o livro *O Método Nacional de Educação Física – Evolução*? Passado um ano, teria ele mudado de opinião acerca do havia defendido anteriormente no que se referia às condições que o Método Nacional de Educação Física deveria satisfazer e, por isso, resolveu não mencioná-lo? O que mudou, na concepção de Inezil Penna Marinho, acerca das diretrizes gerais, as quais o método projetado deveria se fundamentar?⁷³⁷ O fato é que na fonte analisada, *Boletim de Educação Física* (abril de 1945), todos os três trabalhos, entre outros, foram mencionados. Porém, os trabalhos *O Problema da Educação Física dos Cegos* e o *Ginástica de Compensação* foram relacionados diretamente à classificação “De Contribuições ao Método Nacional de Educação Física” e o *Condições a que deverá satisfazer um Método Nacional de Educação Física* à “De Trabalhos sobre

⁷³³ MARINHO, 1945, p. 35.

⁷³⁴ MARINHO, 1945, p. 35-36.

⁷³⁵ MARINHO, 1945, p. 45-46.

⁷³⁶ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945, p. 15.

⁷³⁷ A seguir, veremos que não.

Educação Física” – “Seção Técnico Pedagógica”⁷³⁸. Além disso, vale ressaltar que o *Condições*, de certo modo, sintetiza as bases, as quais o método nacional deveria se fundamentar, sendo ele uma estruturação mais ampla e geral do método; já *O Problema da Educação Física dos Cegos* e o *Ginástica de Compensação* são dois pontos específicos que o Método Nacional de Educação Física deveria atentar-se.

Voltando ao livro *O Método Nacional de Educação Física – Evolução*, do mesmo modo que no Capítulo anterior, também nesse, Inezil Penna Marinho sintetizou ambas as obras. Sobre o *Ginástica de Compensação* transcreveu o “Prolegômenos” e o “Plano”. No “Prolegômeno”, ressaltou que o “tomo terceiro do ‘Método Nacional de Educação Física’, de acôrdo com o esquema elaborado pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, destina-se ao que foi convencionado sob a denominação Ginástica”, a qual representaria três tipos: “a rítmica, a de aparelhos e a higiênica”.⁷³⁹

Já no “Plano”, Inezil Penna Marinho apresentou a divisão dos Capítulos e os seus objetivos. No primeiro Capítulo, intitulado “Considerações sôbre a ginástica de compensação”, demonstrou “a necessidade imprescindível” dessa ginástica “para aqueles que se dedicam a uma única forma de atividade”, quer relacionada “ao trabalho”, quer referente à “especialização esportiva”. No segundo, “A ginástica de compensação do trabalho industrial”, foram “apreciados os males decorrentes do exercício de certas atividades profissionais e indicados os meios de compensar os desequilíbrios pelas mesmas provocados”. No terceiro, “A ginástica de compensação do trabalho burocrático”, um “interessante estudo estatístico”, fundamentado “em dados colhidos no Serviço de Biometria Médica do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos”, foi apresentado tendo como objetivo “demonstrar a imperiosa necessidade de proporcionar ao burocrata atividade que compense a sedentariedade a que está condenado”. No último Capítulo, denominado “A ginástica de compensação do desportista”, Inezil Penna Marinho abordou “os principais inconvenientes da especialização desportiva” e sugeriu “meios capazes de atenuar a gravidade do problema”.⁷⁴⁰

Subdividido em “Desportos aquáticos – Ginástica de compensação para natação, saltos, polo aquático e remo”; “Desportos mecânicos – Ginástica de compensação para ciclismo, automobilismo, motociclismo, barco a motor, aviação”; “Desportos de armas – Ginástica de compensação para a esgrima”; “Desportos de ataque e defesa – Ginástica de compensação para o boxe, jiú-jitsú, judo, luta, savata e capoeira”; “Desportos coletivos –

⁷³⁸ BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1945, p. 14.

⁷³⁹ MARINHO, 1945, p. 46.

⁷⁴⁰ MARINHO, 1945, p. 47.

Ginástica de compensação para o basquetebol, futebol e voleibol”; e “Desportos individuais – Ginástica de compensação para corridas, saltos, arremessos, pesos e alteres, tenis, pelota de mão”, chegou “à conclusão de que os praticantes de desportos passíveis de determinar desvios orgânicos como os apontados”, precisavam “dedicar-se a uma ginástica” que restabelecesse “o equilíbrio ou a simetria corporal”, a qual, por Inezil Penna Marinho, foi denominada “ginástica de compensação do desporto”. Por fim, destacou que a “essa ginástica, em alguns casos”, deveriam “juntar-se práticas fisioterápicas e higiênicas” que visassem “à normalização de condições viciosas ou em vias disso se tornarem”.⁷⁴¹

Em relação ao segundo trabalho, *O Problema da Educação Física dos Cegos – (Subsídios para a sua solução)*, também o “Prolegômenos” e o “Plano” foram transcritos. No “Prolegômenos”, Inezil Penna Marinho enfatizou que essa era “mais uma pequena contribuição ao futuro método nacional de educação física”, que, enquadrou-se à “chave subordinada ao título geral da ‘Ginástica’” e, particularmente, “à epígrafe ‘Higiênica’”, não abrangeria, dessa maneira, “todos os assuntos que compreendem a ‘ginástica higiênica’, circunscrevendo-se apenas à emendativa”. Ainda assim, Inezil Penna Marinho afirma ter “a certeza de estarmos contribuindo para a solução de um dos grandes problemas sociais que o Brasil apresenta, sem que jamais alguém dêle cogitasse e pudesse pesar a sua importância: a educação física dos cegos”. Por assim ser, “quase nenhuma bibliografia” foi apresentada nesse trabalho”, justamente, “porque êle se fundamenta principalmente na experiência” que realizaram no Instituto Benjamin Constant, “na mais íntima convivência entre crianças cegas, de ambos os sexos, com idade compreendida entre quatro e dezesseis anos”.⁷⁴²

O “Plano”, por sua vez, apresenta a organização do trabalho: uma Introdução e seis Capítulos. Na Introdução, Inezil Penna Marinho demonstrou, “de maneira sucinta”, os motivos que os levaram “a estudar o problema da educação física dos cegos” e como esse assunto passou, a cada passo descoberto, interessar-lhes “profundamente”. No Capítulo I, “Considerações de ordem geral sobre o problema da cegueira”, abordou “as causas que determinam a cegueira”, acompanhada de: estudo estatístico, “número de estabelecimentos educacionais para cegos” e “uma síntese histórica do Instituto Benjamin Constant”. No Capítulo II, “Como integrar o cego na sociedade”, Inezil Penna Marinho discute de que modo “suruiu o interesse pela sorte do cego, a evolução dessa assistência protetora, até o moderno conceito de integrar o cego na sociedade, como todos os direitos e deveres comuns aos

⁷⁴¹ MARINHO, 1945, p. 49-50.

⁷⁴² MARINHO, 1945, p. 50-51.

cidadãos”. No III, “A necessidade de educação física do cego”, “ilustrado com o depoimento de vários cegos”, assim como o Capítulo anterior, e, incluindo um “Inquérito realizado no Instituto Benjamin Constant entre as crianças cegas e amblíopes”, evidenciou-se que “o próprio cego sente a necessidade de exercícios físicos”. No IV Capítulo, Inezil Penna Marinho tematizou “a forma pela qual o problema da educação física dos cegos está sendo atendido na Argentina” – “Instituto Rosell”. No V, denominado “O que aprendemos com a nossa experiência no Instituto Benjamin Constant”, como o próprio título evidencia, foi relatada toda a experiência vivenciada naquele espaço, a qual lhes permitiu concluir que, por meio da educação física, o cego tomará “o lugar que lhe cabe” e desempenhará “o papel que lhe assiste dentro da comunidade”, a qual pertença. Por fim, no Capítulo VI, foram destacados as instalações e o material “adequados para a educação física dos cegos”, os quais foram “apresentados com desenhos e descrições”.⁷⁴³

O IV Capítulo do livro *O Método Nacional de Educação Física – Evolução* foi destinado à “Reunião de Educação Física, promovida pela Divisão de Educação Física, em 1944”, que, realizada entre 11 e 16 dezembro, teve como finalidade “estudar os problemas” relacionados à educação física brasileira “e formar os pontos de vista nacionais, quer doutrinários, quer técnicos”, para o *II Congresso Panamericano de Educação Física*⁷⁴⁴. Nesta Reunião, embora, como vimos anteriormente, Inezil Penna Marinho não tenha mencionado o seu livro *Condições a que deverá satisfazer um Método Nacional de Educação Física* entre os trabalhos vencedores do último Concurso promovido pela DEF, visando à elaboração do Método Nacional de Educação Física, esse tema foi por ele abordado. Inezil Penna Marinho, então, nesse Capítulo, apresentou, de forma resumida, cada um dos pontos discutidos naquele livro⁷⁴⁵ e “considerando a complexidade do assunto”, a Reunião concluiu que haveria a necessidade de “solicitar aos órgãos especializados, escolas, cursos e demais instituições relacionadas com a educação física”, que remetessem, “até 31 de janeiro de 1945, a sua contribuição no sentido de precisar as condições a que deverá satisfazer um método de educação física”⁷⁴⁶.

As instituições que posteriormente pronunciaram-se a esse respeito foram a Escola de Educação Física e Desportos do Estado do Paraná e os Departamentos Estadual de Educação Física do Rio Grande do Sul e o de Educação Física do Estado de São Paulo. As

⁷⁴³ MARINHO, 1945, p. 51-52.

⁷⁴⁴ MARINHO, 1945, p. 58.

⁷⁴⁵ MARINHO, 1945, p. 60-63.

⁷⁴⁶ MARINHO, 1945, p. 63.

duas primeiras instituições manifestaram aprovação e endossaram “o trabalho apresentado pelo Dr. Inezil Penna Marinho”⁷⁴⁷; já o último Departamento, embora também tenha sinalizado acordo às condições às quais o Método Nacional de Educação Física deveria satisfazer, segundo as proposições de seu idealizador, sugeriu algumas modificações pontuais que diziam respeito à reorganização e à subdivisões de itens⁷⁴⁸. E, com essas contribuições Inezil Penna Marinho concluiu esse Capítulo, reforçando que todas elas foram resultados da Reunião de Educação Física que visava à elaboração de um Método Nacional de Educação Física, o qual ainda seguia em construção.

No último Capítulo, Inezil Penna Marinho abordou o *Concurso de Contribuições para o Método Nacional de Educação Física*, realizado em 1945, e as conferências patrocinadas pela Divisão de Educação Física, conforme evidencia o seu título. Sobre o Concurso, apenas, comentou que havia se realizado da mesma maneira que os anteriores, porém, com “a diminuição do valor dos prêmios” e, caso a DEF pretendesse mantê-lo no ano de 1946, fizesse com que o mesmo girasse “em torno do ante projeto de cada um dos temas previstos no esquema, permitindo a utilização do material por ela já acumulado e quase todo divulgado em publicações sob a sua direção” e que se instituisse “prêmios compensadores”, os quais pudessem “interessar a todos” e que correspondesse “ao empreendimento de uma grande obra”.⁷⁴⁹

Na sequência, apesar de reconhecer a importância desses concursos, para os quais recorrentemente se inscreveu, saindo, sempre, com trabalhos vencedores, Inezil Penna Marinho afirmou que “das iniciativas mais interessantes da Divisão de Educação Física na sua campanha para a realização do ‘Método Nacional de Educação Física’”, era, “sem dúvida, a série de conferências sobre êsse tema, que está promovendo”⁷⁵⁰.

A primeira dessas conferências foi por ele mesmo ministrada,

[...] a 31 de maio do corrente ano, no auditório do Ministério da Educação e Saúde, e repetida a 5 de junho no Instituto de Educação de Pôrto-Alegre, a 9 de mesmo mês na Escola de Professôres de Curitiba e a 13, ainda de junho, em São Paulo, no Estádio do Pacaembú, a 21 de julho na Escola Normal na cidade de Vitória, no Estado do Espírito Santo.⁷⁵¹

⁷⁴⁷ MARINHO, 1945, p. 64.

⁷⁴⁸ MARINHO, 1945, p. 64-65.

⁷⁴⁹ MARINHO, 1945, p. 69.

⁷⁵⁰ MARINHO, 1945, p. 69.

⁷⁵¹ MARINHO, 1945, p. 70.

Como assuntos debatidos, Inezil Penna Marinho destacou: a “Concepção de Método”; os Conceitos “de Nacional” e “de Educação Física”; e “os trabalhos da Divisão de Educação Física para o Método Nacional de Educação Física” – assuntos esses presentes em vários de seus estudos, publicados nas revistas especializadas da área, assim como em suas obras até então analisadas. Finalizando as referidas conferências, Inezil Penna Marinho não deixava de ressaltar o seu lugar nesse movimento de criação do Método Nacional de Educação Física, bem como também reconhecia o lugar ocupado pela DEF.⁷⁵²

Concluindo o seu livro, Inezil Penna Marinho enfatiza que “os atos e fatos” nele “assinalados até a presente data” (ano de 1945), “influenciaram as primitivas idéias sobre o ‘Método Nacional de Educação Física’, expostas pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde no grande ‘Inquérito’ que realizou” e que,

[...] até a cristalização definitiva do assunto, [...], alguns anos decorrerão e com eles se concluirá o ciclo evolutivo do “Método Nacional de Educação Física”, aspiração de quantos militam nesta seção de oportunidades da Educação. E, concluídos os seus trabalhos, ouvidas tôdas as instituições e pessoas interessadas na matéria, deverá ser feita uma edição provisória do “Método Nacional de Educação Física”, afim de que a prática possa confirmar o acêrto dos meios indicados ou apontar os inconvenientes que resultaram de sua aplicação. Só depois dessa consagração no campo prático, [...] poderemos considerá-lo realmente nacional. E êle será nacional, não porque as formas de trabalho que utiliza, ou os fundamentos em que se baseia, ou os conceitos filosóficos que encerra, ou os processos que emprega, tenham sido inventados por nós, mas porque êsses fundamentos, êsses conceitos, êsses processos, essas formas de trabalho correspondem às reais necessidades, desejos e aspirações de tôda a Nação Brasileira.⁷⁵³

Diante de tais reflexões, apesar de Inezil Penna Marinho sempre se referir no plural, nos é evidente a sua intenção de ser reconhecido como o protagonista do processo de criação do Método Nacional de Educação Física. Assim, embora Inezil “ouça” instituições e pessoas interessadas em contribuir, não deixa de demarcar que as ideias, ou, melhor dizendo, que o plano geral desse método foi por ele idealizado e transformado em registros; transformado escritos de uma educação física brasileira que almejava ser nacional. Assim o é que no ano seguinte à publicação de *O Método Nacional de Educação Física – Evolução*, Inezil Penna Marinho fez circular outra significativa obra, organizada em três volumes (Introdução, 1ª e 2ª Partes), tematizando o mesmo assunto, a qual, inclusive, pode ser

⁷⁵² MARINHO, 1945, p. 70-75.

⁷⁵³ MARINHO, 1945, p. 75-76.

considerada a “edição provisória do ‘Método Nacional de Educação Física’”⁷⁵⁴, tal como se referiu na conclusão de seu livro, anteriormente analisado, como veremos a seguir.

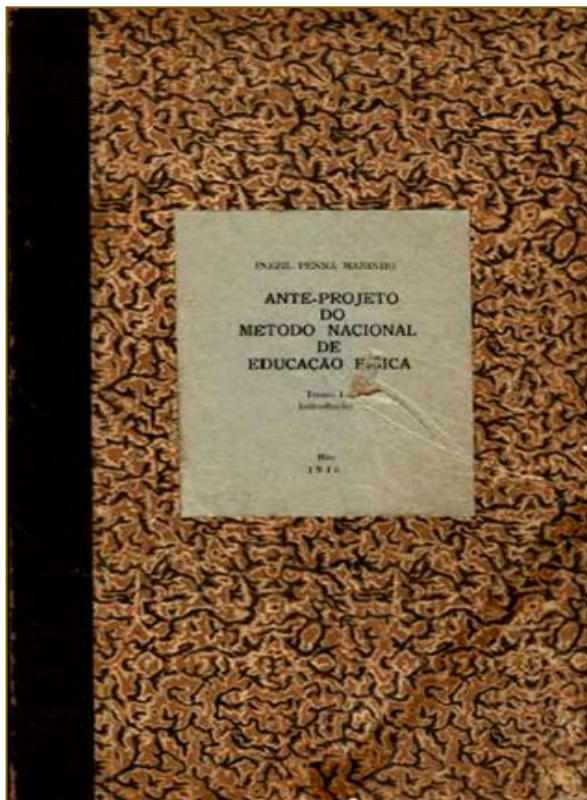


FIGURA 25 – Capa do livro de Inezil Penna Marinho, escrito em 1946 (Introdução)

Fonte: Fotografia da capa da obra (MARINHO, 1946).

⁷⁵⁴ MARINHO, 1945, p. 76.



FIGURA 26 – Capas do livro de Inezil Penna Marinho, escrito em 1946 (1ª e 2ª Partes)

Fonte: Fotografia da capa da obra (MARINHO, 1946a, 1946b).

Com 151 páginas, o *Ante-Projeto do Método Nacional de Educação Física – Introdução*, segundo seu autor, teria sido também ele escrito a partir de uma demanda da DEF, a qual ainda desejava criar o Método Nacional de Educação Física. No entanto, diferentemente dos outros trabalhos de Inezil Penna Marinho que concorreram aos concursos promovidos por essa instituição regulamentadora, orientadora e fiscalizadora da educação física, em âmbito nacional, não foi ele impresso e distribuído, em larga escala, como ocorreu com alguns dos anteriores, bem como também não recebeu a chancela, nem da Divisão, nem do Departamento Nacional de Educação/Ministério da Educação e Saúde, como havia ocorrido com os demais. Esse fato, em especial, representaria certo apartamento de Inezil Penna Marinho em relação à Divisão de Educação Física, no que se referia ao projeto de criação do Método Nacional de Educação Física?

Possivelmente, sim. Porque, embora ele continuasse a ela vinculado, como seu Técnico de Educação, no decorrer desses mais de cinco anos, Inezil Penna Marinho, paulatinamente, foi demarcando o seu lugar nesse processo. Tanto é que Inezil diz nas mensagens iniciais desse livro que a Introdução do esquema do Método Nacional de Educação Física elaborado pela DEF estruturava-se de um modo. Contudo, “depois de

bastante meditarmos sobre o assunto”⁷⁵⁵, algumas substituições foram propostas e, a partir delas, todos os assuntos discutidos por Inezil Penna Marinho ao longo desse período e que, inclusive, compuseram os seus trabalhos vencedores nos *Concursos de Contribuição para o Método Nacional de Educação Física*, realizados na década de 1940, foram evidenciados.

Ainda em outra passagem, também presente nesse livro, o desejo de Inezil Penna Marinho ser, de fato, reconhecido como o protagonista do processo de criação do Método Nacional de Educação Física é, sobremaneira, evidenciado, uma vez que ele próprio afirma, claramente, que, para a elaboração desse estudo foram utilizados “material já divulgado pela Divisão de Educação Física”, mas que, julgando “de nosso dever tornar claro”, “todo esse material, embora dêle tenhamos perdido os respectivos direitos autorais porquanto está representado por monografias premiadas em concursos anteriores, é de nossa propriedade intelectual”. Ou seja, “nenhuma das publicações da Divisão de Educação Física” não foi utilizada “que não fosse de nossa autoria. Por esta forma, temos a certeza de estar contribuindo em larga escala para que o ‘Método Nacional de Educação Física’, que todos nós desejamos, seja, dentro em breve, uma realidade”.⁷⁵⁶

Dando continuidade à apresentação do livro, Inezil Penna Marinho informa que seria ele organizado em uma Introdução e sete Capítulos e que esse volume poderia ser julgado como “indispensável para as escolas de educação física, que muito se ressentem da falta, no seu currículo, de uma cadeira sobre bases gerais da Educação”, uma vez que “os alunos entram no estudo da especialização sem terem conhecimentos gerais indispensáveis e básicos que os façam melhor compreender os conhecimentos que lhes são transmitidos”.⁷⁵⁷ Portanto,

[...] a “Introdução” ao Método Nacional de Educação Física será o traço de união que ligará finalmente a Educação Física à Educação em nosso País. E tal fato virá, por certo, alargar os horizontes dos professores de educação física, colocando-os em contacto com uma cultura pedagógica mais ampla e mais profunda e, assim, lhes fornecendo maior equipamento de recursos para o desempenho da missão de que estão investidos.⁷⁵⁸

Feita a alerta da importância desse estudo e, simultaneamente, justificada a sua elaboração, Inezil Penna Marinho, então, afirma, claramente, que o Método Nacional de Educação Física se fundamentaria nos demais métodos existentes, isto é, nos métodos

⁷⁵⁵ MARINHO, 1946, p. 4.

⁷⁵⁶ MARINHO, 1946, p. 9.

⁷⁵⁷ MARINHO, 1946, p. 5.

⁷⁵⁸ MARINHO, 1946, p. 5-6.

ginásticos europeus, assim como “as suas formas de trabalho”⁷⁵⁹. Por isso mesmo, ao analisarmos, por exemplo, as condições a que deveria o Método Nacional de Educação Física satisfazer, por vezes, notamos muitas semelhanças se comparado ao Método Francês do Brasil, às sistematizações propostas pela Associação Cristã de Moços e uma significativa importância às práticas esportivas no desenvolvimento físico e moral do homem. Ou seja, do mesmo modo que a língua nacional, também o Método Nacional de Educação Física não seria uma criação, genuinamente, brasileira. Contudo, aplicar-se-ia a toda a nação. Por isso, nacional. E, portando tais características, esse trabalho representaria o “Ante-Projeto do Método Nacional de Educação Física”. Ante-Projeto porque, como recorrentemente enfatizou Inezil Penna Marinho, citando Kilpatrick, “a civilização está em constante mudança” e, por assim ser, exige, constantemente, um ajustamento freqüente dos meios”⁷⁶⁰.

Na sequência, Inezil Penna Marinho confere os devidos créditos à professora Yesis Ilcia y Amoedo, cuja “prestimosa colaboração” prestou à escrita dos Capítulos I, II e III⁷⁶¹, cujos títulos são, respectivamente: “Conceito de Educação”, “Fundamentos filosóficos da Educação” e “Fundamentos científicos da Educação”. Embora tais assuntos, como vimos, já tivessem sido discutidos por Inezil Penna Marinho em suas outras obras, notamos que nesse estudo, particularmente, eles foram abordados de forma mais demorada e, em alguns trechos, outros aspectos foram incorporados. Como é o caso, por exemplo, no Capítulo II, no qual foram incluídas o que Inezil Penna Marinho denominou de “Evolução do conceito de Filosofia” e “Filosofia da Educação”⁷⁶². Do mesmo modo que no Capítulo III acrescentou-se uma discussão acerca da “Sociologia educacional”⁷⁶³.

Nos Capítulos IV e V, “Concepção de Método” e “Educação Física, elemento indissociável da Educação”, Inezil Penna Marinho transcreve o que já havia escrito nos trabalhos anteriores, da mesma maneira que o fez no Capítulo VI, intitulado “Objetivos da Educação Física”. Entretanto nesse Capítulo, Inezil Penna Marinho trabalha, de forma mais detalhada, “o papel que a Educação Física desempenha em cada tipo de instituição educacional”⁷⁶⁴, sendo que tal assunto já havia sido abordado no *Bases Científicas da Educação Física* (1944). Referindo-se ao ensino pré-primário, afirma que a “orientação” da educação física “deverá ser inicialmente recreativa”, e “os exercícios artificiais

⁷⁵⁹ MARINHO, 1946, p. 8.

⁷⁶⁰ BRASIL, 1944a, p. 133.

⁷⁶¹ MARINHO, 1946, p. 10.

⁷⁶² MARINHO, 1946, p. 30-38.

⁷⁶³ MARINHO, 1946, p. 71-78.

⁷⁶⁴ MARINHO, 1946, p. 105.

(flexionamentos)” só sendo “indicados a título de ginástica corretiva”⁷⁶⁵. Ao ensino primário, a educação física “deverá ser recreativa e utilitária”, sendo que “os exercícios analíticos só serão empregados como ginástica corretiva ou em caso de falta de espaço” e “os jogos, a recreação em aparelhos – orientada, mas não dirigida – e os exercícios naturais – correr, trepar, saltar, lançar, etc. – serão as formas de trabalho mais indicadas”⁷⁶⁶. Quanto ao ensino secundário, a educação física

[...] deverá ser utilitária e estética para os alunos do sexo feminino e utilitária para os alunos do sexo masculino. Para os primeiros os exercícios naturais e as atividades rítmicas, aos quais poderão ser acrescentados, conforme a idade, certos jogos e o volibol, constituem as formas de trabalho físico mais indicadas; para os últimos, os exercícios naturais, os desportos e certos jogos, de acordo com a idade, deverão constituir o quadro das atividades físicas.⁷⁶⁷

Em relação ao ensino industrial, a “orientação da educação física” deverá ser “nitidamente profissional”. Já no ensino comercial, “as características que se deve revestir a educação física” serão “idênticas às do de ensino secundário, quer quanto aos objetivos, quer quanto aos processos a empregar”, nesse sentido, a sua “orientação” “deverá ser estética e utilitária para os alunos do sexo feminino e essencialmente utilitária para os alunos do sexo masculino”. No ensino normal, a “orientação da educação física deverá ser: no primeiro ciclo – estética e utilitária para os alunos do sexo feminino e utilitária para os do sexo masculino” e “no segundo ciclo – profissional”. No ensino superior, “atlético-desportiva”. No ensino emendativo, “educação física dos surdos-mudos deverá ser essencialmente socializadora e utilitária”. No ginástico-desportivo (Escolas de Educação Física), “técnica e científica”, sendo que “as atividades rítmicas, das mais elementares às mais complexas, deverão integrar o programa dos alunos do sexo feminino”. Nas instituições de assistência social, “a orientação da educação física” deverá ser “recreativa, utilitária e socializadora”.⁷⁶⁸ E, finalmente, nas instituições extra-escolares,

[...] nos play-grounds a educação física assume aspecto nitidamente recreativo; nos parques infantís a orientação é recreativa e higiênica; nas colônias de férias a idéia recreativa deverá dominar, associando-se a esta a de revigorar o organismo da criança ou adolescente; nas associações ou clubes desportivos, [...], a educação física poderá ter carácter recreativo, utilitário, estético e desportivo, conforme a idade de seus associados [...]; nos centros de educação física [...] as características correspondem às das escolas de

⁷⁶⁵ MARINHO, 1946, p. 106.

⁷⁶⁶ MARINHO, 1946, p. 107.

⁷⁶⁷ MARINHO, 1946, p. 108.

⁷⁶⁸ MARINHO, 1946, p. 110-114.

graus diversos, consoante as idades dos neles matriculados, equivalentes às previstas para as escolas que estão ou deveriam estar frequentando.⁷⁶⁹

O último Capítulo é um resumo do trabalho *Condições a que deverá satisfazer um Método Nacional de Educação Física* (1945), incluindo algumas das contribuições daquele grupo que respondeu ao *Inquérito* realizado pela DEF e que foram reunidas no livro *O Inquérito sobre o Método Nacional de Educação Física realizado pela Divisão de Educação Física (Contribuição ao Método Nacional de Educação Física)* (1942), do qual Inezil Penna Marinho foi o organizador, passando pelo conceito de nacional, pelas “condições gerais” – as quais devem “atender aos interesses nacionais”, “repousar sobre os mesmos fundamentos em que poderia e deveria repousar um método nacional de educação”, “considerar sempre a educação física como parte integrante e indissociável da educação”, “apresentar as mesmas bases científicas da educação”, “considerar as particularidades individuais e as condições sociais, isto é, o indivíduo isoladamente e dentro do grupo social a que pertence”, “apreciar a evolução do indivíduo sob o aspecto biológico, psíquico e social” e “indicar, de modo geral, os meios a empregar” – e, finalizando, com as “condições especiais” – que devem “separar o trabalho educacional, a formação profissional, o treinamento desportivo e a atividade ginástica”, bem como estabelecer os seus princípios.⁷⁷⁰

O *Ante-Projeto do Método Nacional de Educação Física – 1ª Parte*, por sua vez, contém 253 páginas e quatro anexos⁷⁷¹. Nele, Inezil Penna Marinho concentrou a discussão acerca da “Metodologia da Educação Física” – presente também no Tomo I, do *O Método Nacional de Educação Física – Inquérito realizado pela Divisão de Educação Física* (1942) – destacando que, apesar de concordar com o que propunha a DEF acerca da Metodologia da Educação Física, não pôde se “furtar à oportunidade de introduzir-lhe numerosas modificações”, visto que certos pontos, a partir de suas contribuições, seriam melhorados⁷⁷².

Esse livro foi, então, organizado em três Capítulos. Em suas “Palavras Finais”, Inezil Penna Marinho enfatiza que “o presente trabalho representa um esforço que dificilmente poderá ser estimado, já pelo trabalho material em si, já pela coordenação dos dados e a sistematização da exposição” e que, por vezes,

⁷⁶⁹ MARINHO, 1946, p. 114-115.

⁷⁷⁰ MARINHO, 1946, p. 130-139.

⁷⁷¹ São estes os anexos: Certificado de Inezil Penna Marinho, na condição de presidente da Confederação Brasileira de Desportos Universitários e do Comitê Dirigente, dos X Jogos Universitários Brasileiros, realizado em Recife, de 2 a 9 de setembro de 1950; Diploma de Inezil Penna Marinho correspondente ao 1º prêmio de poesia – Livro: “Tetrálogo dos Cavaleiros do Apocalipse”, Uruguaiana – 20 de julho de 1985; Documento da UB especificando um “ponto para a prova didática”.

⁷⁷² MARINHO, 1946a, p. 4.

[...] tivemos de nos afastar bastante do esquema elaborado em 1942 pela Divisão de Educação Física, inclusive nos seus princípios fundamentais em número de quatro: “Valor individual”, “Adaptação do exercício ao indivíduo”, “Atração do exercício” e “Verificação periódica do exercício”. Se meditarmos sobre o assunto, verificaremos sem grande esforço que o princípio “Atração do exercício” terá de ficar compreendido no item “Adaptação do exercício ao indivíduo”, pois nessa adaptação teremos de levar em consideração as necessidades psíquicas do indivíduo, sobre as quais repousará a atração do exercício. Nas “Formas de trabalho” também introduzimos grandes modificações, incluindo uma chave “Visando ao público”, a fim de que as sessões de demonstração figurassem fora do quadro da educação e também do ensino, caracterizando-se assim como simples espetáculo.⁷⁷³

Assim, segundo Inezil Penna Marinho, “muitas outras modificações foram introduzidas” e, nesse sentido, tinha ele “a certeza de que a nossa contribuição pessoal ao assunto não poderá ser negada e isso nos dá a grande satisfação de estar contribuindo para um trabalho que merece o completo apoio de todos os brasileiros”⁷⁷⁴.

Finalizando a análise das obras referentes à criação do Método Nacional de Educação Física, projetado por Inezil Penna Marinho, a seguir, deteremo-nos ao *Ante-Projeto do Método Nacional de Educação Física – 2ª Parte*. Assim como na primeira, também nessa obra foram anexados alguns documentos, os quais evidenciam o fato de Inezil ter circulado, inclusive pelo exterior, divulgando as suas ideias em prol da criação do método, ao mesmo tempo em que se forjava um importante e reconhecido intelectual e porta-voz no que se referia à construção de uma educação física nacional, a qual era também por ele idealizada⁷⁷⁵.

Em relação ao conteúdo abordado, se na 1ª Parte, Inezil Penna Marinho voltou-se à “Metodologia da Educação Física”, nesse, discutiu sobre a “Metodologia do Treinamento Desportivo”. Debate esse também presente em seu livro, classificado em 2º lugar no *Concurso de Contribuições para o Método Nacional de Educação Física* (1943) e que leva esse mesmo título, e também no Tomo I, do *O Método Nacional de Educação Física – Inquérito realizado pela Divisão de Educação Física*. Do mesmo modo que enfatizou na 1ª Parte, também aqui, Inezil Penna Marinho destacou que, embora concordasse com as

⁷⁷³ MARINHO, 1946a, p. 242.

⁷⁷⁴ MARINHO, 1946a, p. 242.

⁷⁷⁵ São estes os anexos: duas sínteses de Conferências realizadas por Inezil Penna Marinho, a primeira intitulada *Concepto bio-psico-filosofico de la Educación Física*, a convite do *Departamento de Educación Física del Ministerio de Educación Pública* [sem data], e a segunda, intitulada *La Educación Física em Brasil*, a convite da *Comisión Nacional de Educación Física*, em 28 de maio de 1947, além de um sumário de uma terceira Conferência, cujo título é *Trabajos para el Metodo Nacional de Educación Física y conclusiones al respecto*, pronunciada por Inezil Penna Marinho, em 03 de junho de [1947], cujo local não foi especificado.

proposições da DEF, “algumas modificações, suprimindo um ou outro sub-título e acrescentando-lhe novos, quando isso se tornava imperioso” foram feitas.⁷⁷⁶

Contendo 111 páginas, esta 2ª Parte foi estruturada em duas Seções. A primeira intitulada “Princípios Fundamentais do Método” reúne quatro Capítulos e a segunda, cujo título é “Aplicação do Método”, agrupa outros cinco⁷⁷⁷. Logo, essa obra em específico, evidencia, bem como outros estudos, uma das grandes estratégias adotadas por Inezil Penna Marinho, sobretudo, no decorrer da década de 1940, para se legitimar no campo da educação física, a qual, ao mesmo tempo em que contribuía para que ele se forjasse o protagonista do processo de criação do Método Nacional de Educação Física, também colaborava para que se tornasse um autor, pesquisador e professor mais lido e reconhecido na história da educação física brasileira.

Assim, analisando todas as obras de sua autoria, publicadas ou não pela Divisão de Educação Física/Departamento Nacional de Educação, percebemos que eram, na verdade, repetições daquilo que, já no *Inquérito* realizado em 1942 pela DEF e por Inezil Penna Marinho organizado, havia sido previsto. Isso nos leva a crer que, desde sempre, quem esteve à frente dos escritos relativos ao projeto de elaboração de um Método Nacional de Educação Física, na Divisão, e também fora dela, foi mesmo Inezil Penna Marinho. Desse modo, embora a criação de tal método tenha sido vislumbrada por várias e distintas instâncias/sujeitos (instâncias civis e militares, principalmente), os quais buscavam ser protagonistas, um Método Nacional de Educação Física, de fato, foi “desenhado” a partir dos escritos de Inezil Penna Marinho – subsidiado, por vezes, pela Divisão de Educação Física, por meio de seus concursos.

Todavia, a partir da segunda metade dos anos 40, com a queda de Getúlio Vargas do poder, o que acarretou mudanças significativas no Ministério da Educação e Saúde e, conseqüentemente no interior da DEF, uma vez que a esse Ministério ela se subordinava, também os caminhos que a educação física vinha trilhando foram se alterando. Outras instâncias, também de grande reconhecimento na área, foram se apropriando do debate que intentava a criação de uma educação física nacional, assim como outras sistematizações do seu ensino começaram a surgir, é o que veremos na Seção seguinte.

⁷⁷⁶ MARINHO, 1946b, p. 4.

⁷⁷⁷ MARINHO, 1946b, p. 4-6.

9 O SEGUNDO MOMENTO DA ESCOLA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS E A PROPOSIÇÃO DO MÉTODO ECLÉTICO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A partir de meados da década de 1940, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos iniciou um segundo momento de sua existência. Naquele período, a ENEFD havia alcançado o “auge de sua atuação no cenário da Educação Física Nacional”, cujos elementos propulsores foram as mudanças ocorridas nas relações de poder internas à instituição, as quais também foram influenciadas pelas transformações em âmbito nacional, desencadeadas pelo fim do Estado Novo, ou, melhor dizendo, com a saída de Getúlio Vargas da presidência⁷⁷⁸ (MELO, 1996, p. 54).

Na gestão do Capitão Antônio Pereira Lyra (1944-1946), sucessor do Major Ignácio de Freitas Rolim na direção da ENEFD, importantes mudanças ocorreram. Foi ele quem primeiro sugeriu modificações no regimento interno e na estrutura curricular da Escola. Sobre as mudanças no regimento (Decreto-Lei n. 8.270, de 03 de dezembro de 1945)⁷⁷⁹, destacamos duas, em especial: se antes o curso superior tinha a duração de dois anos, a partir de dezembro de 1945, passou a ter três; e, se anteriormente o professor catedrático não poderia “permanecer no exercício da função depois dos 40 anos de idade” (Decreto-Lei n. 1.212, de 17 de abril de 1939, cap. III – Art. 15º)⁷⁸⁰, com a modificação, esse limite de idade foi extinto, visto que a parte prática da aula ficaria sob a responsabilidade de seus assistentes⁷⁸¹. Em relação à reforma do currículo, seu objetivo foi realizar no método de educação física, até então trabalhado, adaptações ao “tipo brasileiro”⁷⁸². Nessa perspectiva, várias práticas de diferentes métodos começaram a ser incorporadas fazendo com o Método

⁷⁷⁸ Cabe essa ressalva, pois, conforme Victor Melo (1996, p. 54), o fim do Estado Novo “não significou exatamente uma ruptura, mas antes uma distensão e aperfeiçoamento das suas características populistas e uma continuidade da influência de Vargas, eleito senador pelo Estado do Rio Grande do Sul. Sua atuação na campanha presidencial de 1945 foi primordial para a eleição de um candidato que inicialmente não entusiasmara, chegando mesmo a pensar em abandonar a candidatura. O presidente eleito, Eurico Gaspar Dutra, tinha ligações diretas com o governo anterior (nele fora Ministro da Guerra). A máquina política montada pelo Estado Novo mostrava-se eficiente e seria responsável, junto com o carisma e identificação com as classes populares, pelo retomo de Getúlio Vargas à presidência, em 1951, desta feita eleito diretamente”.

⁷⁷⁹ DECRETO-LEI Nº 8.270, 1946, p. 10-12.

⁷⁸⁰ DECRETO-LEI Nº 1.212, 1945, p. 24-31.

⁷⁸¹ DECRETO-LEI Nº 8.270, 1946, p. 10-12.

⁷⁸² ARQUIVOS..., 1945, p. 3.

Francês já não mais fosse visto como única alternativa, uma vez que dele só se manteria o que “havia de bom, abandonando o que não podia mais ser assimilado pelo povo brasileiro”⁷⁸³.

Em relação à direção da ENEFD, tanto Antônio Pereira Lyra, quando Ignácio de Freitas Rolim, foram escolhidos diretos de Getúlio Vargas, pautado pela determinação do artigo 50º do Decreto-Lei n. 1.212. Com o fim do Estado Novo, iniciou-se um movimento reivindicatório para que as eleições passassem a ser através da Lista Tríplice da Congregação, tendo assim ocorrido, em 1946, quando o Dr. Carlos Sanchez de Queiroz foi eleito. Naquela ocasião, Waldemar Areno, também médico, saudou a posse de seu colega, “afirmando que a Escola passaria a viver uma nova fase”. Como marca principal desta nova fase, destacamos o empenho ainda maior de seus diretores e professores no que se referia ao projeto de tornar, de fato, a ENEFD uma “Escola Padrão”, responsável por desenvolver, direcionar e uniformizar a formação na educação física brasileira (MELO, 1996, p. 55-56).

De acordo com Victor Andrade de Melo (2005, p. 34), neste intuito de se constituir enquanto um “Centro de Excelência” na formação de professores de educação física e sendo “responsável por liderar o desenvolvimento da área de conhecimento no Brasil, através da difusão de conhecimentos e realização de pesquisas”, a partir de 1945, a ENEFD finalmente publicou o primeiro número da revista *ARQUIVOS da ESCOLA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS*, embora prevista desde a sua criação (Decreto-Lei n. 1.212, cap. VII – art. 41)⁷⁸⁴. Nesse aspecto, é razoável supor, em concordância com Melo (2005, p. 34) que sua publicação só tenha se tornado possível anos mais tarde porque primeiro a Escola Nacional teve que se organizar e se consolidar enquanto instituição vinculada a uma Universidade. Além disso, naquele período inicial, o próprio campo da educação física ainda não tinha efetivado “uma tradição de pesquisa”, o corpo docente da ENEFD possuía um “perfil bastante eclético” (formado por militares, médicos, professores de educação física, muitos dos quais ex-atletas) e que não necessariamente trabalhavam de forma articulada (MELO, 2005, p. 34). Por fim, as próprias condições estruturais da Escola não favoreciam, visto que, até a década de 1950, a ENEFD não possuía sede própria, utilizando-se de “salas emprestadas pelo Instituto de Surdos e Mudos (localizado no bairro de Laranjeiras) e instalações de clubes próximos”, tais como o Fluminense Futebol Clube (MELO, 2005, p. 36-37). Foi somente em 1951 “que a Escola finalmente conseguiu sua sede, situada no campus da Praia Vermelha da Universidade do Brasil (UB)” (MELO, 2005, p. 37).

⁷⁸³ ARQUIVOS..., 1945, p. 3.

⁷⁸⁴ DECRETO-LEI Nº 1.212, 1945, p. 31.

Assim, no primeiro momento de sua existência (1939, ano de sua criação e a primeira metade da década de 1940), a Escola Nacional de Educação Física e Desportos não possuía como prioridade a edição de uma revista. Conforme Melo (2005, p. 34), isso só se tornou possível graças às mudanças ocorridas também no interior da Escola, às quais podemos acrescentar: depois de anos sendo conduzida por militares, cujo período correspondia ao Estado Novo, “quando o padrão de formação profissional se confundia com a preparação de um cidadão segundo os padrões desejados por aquele regime de exceção”, os médicos assumiram a sua direção. Nesse momento desencadeou-se também, em uma perspectiva mais ampliada, um “processo de democratização da sociedade brasileira”, tendo sido, nesse cenário, que a ENEFD passou a “implementar iniciativas cada vez mais substanciais no sentido de conduzi-la a ocupar seu papel de Escola-Padrão”, sendo tais iniciativas observadas, como vimos, na “reformulação curricular” e na realização e divulgação de pesquisas na área, por meio de “periódico específico”, assim como no “oferecimento de Cursos de Aperfeiçoamento”, promoção de Congressos, envio de professores para se capacitarem no exterior e “recebimento de profissionais renomados de outros países como conferencistas” (MELO, 2005, p. 34).

9.1 A sistematização da educação física nacional: o surgimento do Método Eclético de Educação Física

Buscando efetivar este lugar de Escola Padrão e, assim, “incumbida de organizar o Método Nacional de Educação Física” – projeto que seguia sendo disputado também por outras instâncias –, uma série de Reuniões foi, na ENEFD, realizadas. A primeira, datada de 22 de agosto de 1944, teve como resoluções: “elaborar, por escrito, as razões pelas quais compete exclusivamente à Escola N. de E. F. e Desportos a elaboração de Método Nacional de Educação Física”; “classificar os exercícios convenientes às diferentes idades”; “proceder uma seleção dos exercícios do Método Francês e de outros”; “indicar vários tipos de sessões como de regime de trabalho para os diferentes graus”; “organizar uma sessão-modêlo de cada tipo de atividade” e “uniformizar a nomenclatura utilizada em Educação Física”.⁷⁸⁵

A segunda Reunião realizada dois dias depois determinou que “os educativos”, somente, seriam “utilizados como exercícios complementares” quando houvesse “deficiência

⁷⁸⁵ Documento, escrito à mão, cedido pelas pesquisadoras Cássia Lima e Ana Paula Fonseca, localizado na biblioteca da Unicamp.

na execução das aplicações, mas, não como forma normal de trabalho ou aprendizagem”; seria conservada “a divisão em ciclos (Elementar, Secundário e Superior), entretanto, a divisão em graus [deveria] ser objeto de estudo” para o qual seria solicitada “a cooperação dos professores de Fisiologia e Psicologia”; “a participação do médico, no que diz respeito ao grupamento homogêneo” se limitaria à “indicação dos normais ou deficientes de qualquer espécie”, sendo que “os normais” seriam “grupados posteriormente pelo professor de educação física segundo suas habilidades” e, assim, “nos trabalhos desta comissão” seriam estudados “em primeiro lugar, os problemas, necessidades, possibilidades etc da criança normal e só posteriormente” seria “dada atenção àqueles que [devessem] ser submetidos a um regime de trabalho especial”; “uma vez estabelecido aproximadamente o fim do período em que a criança é lordótica como consequência da vida intra-uterina”, buscaria “abreviar esse limite por meio de exercícios”, os quais favorecessem “a aquisição da posição normal (Sugestão apresentada pelo Dr. Camilo [Abrid])”; “considerando a necessidade que a grande maioria dos indivíduos apresenta de que haja reforçamento da parede abdominal e da musculatura dorsal, as sessões de atividade física [deveriam] incluir exercícios etc” que permitissem “êsse mesmo reforçamento”; “a chamada sessão de ~~ginástica~~ educação física do Reg. Francês de E. Física” passaria a “denominar-se sessão de ginástica”; “a ordem das famílias na sessão de ginástica [poderia] ser alterada em qualquer ciclo e grau, a juízo do professor, obedecendo entretanto a curva de intensidade”; “considerando que uma vez afastado dos bancos escolares o indivíduo, por vezes, não encontra condições favoráveis para a prática das atividades naturais ou de caráter desportivo”, deverá, ele, realizar “uma série de exercícios úteis à manutenção de sua eficiência física”, os quais poderiam “ser realizados individualmente e em locais restrito (salas, quartos etc)”; determinou-se, ainda, que ficassem “estabelecidas as sinergias que obrigatoriamente [deveriam] ser exercitadas em cada sessão de ginástica e que atendendo a razões de ordem psicológica, utilitária etc essas sinergias [seriam de preferência] trabalhadas nos exercícios naturais”; “na classificação dos exercícios” deveria se levar “em consideração suas características”, sendo que “cada tipo de atividade indicada” viria “acompanhado de apreciação” que facilitasse “sua escolha ou exclusão de acôrdo com os objetivos ~~de~~ visados pelo professor”.⁷⁸⁶

Na terceira Reunião, realizada em 26 de agosto de 1944, o “Dr. Bicudo de Castro expôs sua opinião sôbre a classificação fisiológica dos exercícios” concluindo que deveriam

⁷⁸⁶ Documento cedido pelas pesquisadoras Cássia Lima e Ana Paula Fonseca, localizado na biblioteca da Unicamp.

ser grupados “segundo seus efeitos, em miogênicos, neurogênicos, pneumogênicos e de desgaste”; ficou deliberado, ainda, “que seriam encarregados dos estudos sobre a questão da divisão dos ciclos em graus, os doutores Bicudo V. de Castro e Carlos S. de Queiroz”; estabeleceu-se também “que fossem estudados todos os tipos de atividades e a estas fossem dadas suas características fisiológicas, psicológicas, morais e sociais”.⁷⁸⁷

Na quarta Reunião, de 29 de agosto daquele mesmo ano, “ficou resolvido que a sessão preparatória da sessão de ginástica [teria] como finalidade a aquisição da flexibilidade e o aquecimento”, sendo “ainda objeto de estudo se a sessão preparatória [seria] constituída de flexionamento” de braço, perna, tronco e caixa torácica “ou de combinados”, no entanto, estaria “assentado que o ritmo [seria] acelerado” e “o assimétrico [seria] excluído”; “a sessão propriamente dita da sessão de ginástica” se constituiria de exercícios de “marcha”, “equilíbrio”, “suspensão”, “escalar”, “apoios”, “saltos” (em “altura/profundidade/sobre cavalo de pau/sobre caixas/trampolins”), “levantar”, “correr”, “arremessar” e “tração e repulsão”, sendo “facultado ao professor alterar essa ordem”, desde que fosse “respeitada a curva de esforço”; “não haverá necessidade de inclusão de jôgo nessa sessão propriamente dita”; e, por fim, “a sessão preparatória e a propriamente dita do ciclo elementar [seriam] ainda objeto de estudo”.⁷⁸⁸

Na quinta Reunião, de 05 de setembro de 1944, o Dr. Carlos Sanches de Queiroz ministrou uma palestra, abordando os fundamentos que deveriam “presidir a divisão em ciclos e graus, levando-se em consideração os períodos de crescimento em massa e diferenciação”⁷⁸⁹.

Na sexta, de 26 de dezembro, resolveu-se “que a sessão preparatória” visaria o “aquecimento”, sendo “constituída de ‘balanceamentos’”; “nada ficou resolvido sobre a classificação dos exercícios naturais em ‘famílias’”, como base do trabalho para a sessão propriamente dita, sendo que o “Dr. Bicudo de Castro manifestou-se contrário a essa clássica classificação e foi-lhe pedido que apresentasse sugestões”⁷⁹⁰.

⁷⁸⁷ Documento cedido pelas pesquisadoras Cássia Lima e Ana Paula Fonseca, localizado na biblioteca da Unicamp.

⁷⁸⁸ Documento cedido pelas pesquisadoras Cássia Lima e Ana Paula Fonseca, localizado na biblioteca da Unicamp.

⁷⁸⁹ Documento cedido pelas pesquisadoras Cássia Lima e Ana Paula Fonseca, localizado na biblioteca da Unicamp.

⁷⁹⁰ Documento cedido pelas pesquisadoras Cássia Lima e Ana Paula Fonseca, localizado na biblioteca da Unicamp.

Por fim, na sétima e última Reunião dessa série, realizada em 27 de dezembro de 1944, determinou-se que a “sessão preparatória” não comportaria “flexionamentos localizados e conduzidos”, mas que seria “constituída de balanceamentos”⁷⁹¹.

Quase um ano após a realização dessa série de Reuniões, mais precisamente em 18 de dezembro de 1945, foi noticiado, pelo Jornal *Gazeta de Notícias*, que o Capitão Antônio Pereira Lyra, já como diretor da ENEFD, faria uma “apresentação oficial”, em 10 de janeiro de 1946, no Estado de São Paulo, de “um novo método de ginástica”, o qual foi por ele organizado e aprovado pela ENEFD e que tinha como finalidade “suprir tôdas as lácunas do método francês”, passando ele a ser denominado “Método Nacional”, logo que fosse “aprovado pelas escolas do Brasil”⁷⁹². Nesse método seriam, então, “apresentados, sem exceção, todos os modernos processos de trabalhos físicos usados nos países” que marchavam

[...] na vanguarda da Educação Física, assim como a ginástica sueca pura e modernizada, ginástica calistenica, balanceio alemão, ginástica dinamarquês, ginástica de chão, ginástica acrobática, ginástica com [tóros] de madeira, ginástica com massas indianas, ginástica com bastão rítmica, ginástica com pesos, com alças e sem alças, ginástica com rodas gigantes, ginástica com aparelho Baumann, ginástica com [andas], etc., e todos os demais processos conhecidos universalmente.⁷⁹³

Conformando, ainda, essa sistematização, teria o idealizador do método “cuidado com carinho” também da “ginástica feminina” que, segundo ele, “estava com orientação errada no Brasil”. Por assim ser, foram “selecionados todos os exercícios” que deveriam “ser praticados pela mulher e principalmente” a sua “técnica de execução” seria modificada “de modo que os mesmos exercícios praticados pelo homem” pudessem ser “executados pela mulher de maneira suave e sem brutalidade”. Foram, então, incluídas na “ginástica feminina as marchas [graciosas] preconizadas pelo velho Demeny, baluarte da escola francesa” e também foram introduzidos os “exercícios de efeitos gerais os nossos ritmados, os passos de [bailé], e as danças regionais, inovações para o Brasil, mas já usados nos países mais adiantados em matéria de educação física”.⁷⁹⁴

Não sabemos ao certo se realmente essa apresentação foi realizada. O fato é que Antônio Lyra, estando mesmo empenhado em tornar a ENEFD uma Escola Padrão, sob o patrocínio da Universidade do Brasil, organizou, entre os dias 11 e 18 de janeiro de 1946, uma

⁷⁹¹ Documento cedido pelas pesquisadoras Cássia Lima e Ana Paula Fonseca, localizado na biblioteca da Unicamp.

⁷⁹² Jornal *Gazeta de Notícias*, 18 de dezembro de 1945, p. 11.

⁷⁹³ Jornal *Gazeta de Notícias*, 18 de dezembro de 1945, p. 11.

⁷⁹⁴ Jornal *Gazeta de Notícias*, 18 de dezembro de 1945, p. 11.

“Reunião de Professores de Educação Física”, cuja finalidade era para que todos “tomassem conhecimento de um método”⁷⁹⁵ sistematizado por aquela instituição⁷⁹⁶. Este seria o Método Eclético de Educação Física.

Algumas instituições, contudo, não foram convidadas para participarem dessa Reunião, entre elas a Escola de Educação Física do Exército, a Escola de Educação Física da Marinha, o Departamento de Educação Física da Escola de Aeronáutica e a Divisão de Educação Física. De acordo com a *Revista Brasileira de Educação Física*, “a participação ativa dessas instituições” havia sido “vedada pelo próprio regulamento da Reunião, acrescentando-se a isso a ausência de convites”. Diante dessa determinação e não compreendendo “os motivos que levaram a Universidade do Brasil a assim proceder”, a *Revista* enfatizou que, possivelmente, os interesses daquela Universidade tinham imposto tal medida.⁷⁹⁷

Como visto anteriormente, naquele período – anos finais da década de 1920, estendendo-se por toda a década de 1930 e 1940 –, havia se forjado um campo de disputas entre algumas instituições/sujeitos pela conformação da educação física nacional; sendo antes uma disputa pelos seus sentidos e significados. Seguiu, então, uma parcela dos militares e as suas instituições formadoras e orientadoras diretas (nesse caso, a Escola de Educação Física do Exército, a Escola de Educação Física da Marinha e o Departamento de Educação Física da Escola de Aeronáutica) na defesa do Método Francês e, em contrapartida, a Divisão de Educação Física, cuja direção também era da responsabilidade de um militar, mas que tinha como principal representante Inezil Penna Marinho, ressaltando a importância da criação de um Método Nacional de Educação Física. Assim, podemos inferir que a recusa à presença de tais instituições evidencia o desejo de também a ENEFD ser reconhecida como a instituição responsável pela elaboração de um novo método de educação física, uma vez que o método adotado, oficialmente, já não mais atendia às necessidades do povo brasileiro. Logo, o que estava em jogo era a disputa pelo protagonismo no que se referia à constituição da educação física brasileira.

Vale ainda destacar que não surpreende o fato da *Revista Brasileira de Educação Física* dizer não ter compreendido os motivos que levaram a Universidade do Brasil a

⁷⁹⁵ MARINHO, 1946b, p. 13.

⁷⁹⁶ Noticiada também por diferentes jornais cariocas, essa Reunião foi por eles tratada como “Congresso de Professores de Educação Física”, “Congresso Brasileiro de Educação Física” ou, apenas, como “Congresso de Educação Física”. Para citar alguns: *Jornal do Brasil*, 06 de janeiro 1946, p. 3 e 11 de janeiro de 1946, p. 10; *Diário de Notícias*, 11 de janeiro de 1946, p. 12; *A Manhã*, 15 de janeiro de 1946, p. 10; *A Noite*, 05 de janeiro de 1946, p. 8 e 23 de janeiro de 1946, p. 2.

⁷⁹⁷ MARINHO, 1946b, p. 13.

proceder daquele modo, ou seja, recusando a participação de determinadas instâncias, visto que foi o próprio Inezil Penna Marinho quem assinou tal matéria, sendo ele, justamente, o sujeito que, naquele período – sobretudo no decorrer da década de 1940 –, mais vinha investindo na criação de outro método de educação física e que, além disso, por vezes, usou de inúmeras estratégias para ser, de fato, reconhecido como o protagonista desse processo. Desse modo, foi justamente a partir de 1942 que as críticas ao Método Francês se intensificaram, em solo brasileiro, e Inezil Penna Marinho, como vimos, foi, inclusive, um dos seus maiores críticos. Por exemplo, ao defender que o programa de educação física, executado pelas escolas secundárias, deveriam se basear nos “Fundamentos Bio-Sócio-Psico-Filosóficos”, Inezil afirmava que o Método Francês apresentava um “êrro fundamental” ao determinar que os “exercícios educativos” deveriam compor a dita “sessão preparatória” de que tratava o *Regulamento Geral de Educação Física nº 7*, a qual era recebida pelos alunos “como a imposição de um castigo”⁷⁹⁸. Para Inezil Penna Marinho, esse era, então, um erro bastante grave do Método Francês, uma vez que

[...] êsses **exercícios educativos** não deveriam ser a base das aplicações, mas complemento destas; isso importaria que primeiro deveríamos ministrar as aplicações e posteriormente os **exercícios educativos**, ao contrário do que o Método recomendava, e sem contar que a expressão nos afigura bastante imprópria, pois todos os exercícios, na escola secundária, devem ser **educativos**.⁷⁹⁹ (Negrito do autor).

Em resumo, Inezil Penna Marinho afirmava ser contrário aos “flexionamentos”, que, como vimos, foram, inclusive, retirados da proposição do Método Nacional de Educação Física (o chamado “flexionamento da caixa torácica”) e também à aplicação dos “exercícios educativos nos programas escolares para alunos normais” porque representavam “formas penosas de trabalho, para as quais os ginásianos e colegiais não manifestavam qualquer inclinação”, já que por serem “formas estáticas de trabalho físico”, os alunos preferiam “as dinâmicas”. Como conclusão, Inezil Penna Marinho afirmava que “aquelas formas estáticas” poderiam “desenvolver as forças físicas, mas nunca” seriam ensinadas de forma eficaz, visando um “melhor rendimento, maior habilidade, de maneira mais inteligente”.⁸⁰⁰

Além desse aspecto, ao confrontar a “experiência do Método Francês e a necessidade de criação de um Método Nacional de Educação Física”, Inezil Penna Marinho, referindo-se ao trabalho desenvolvido pela Divisão de Educação Física nos anos 40, “chegou

⁷⁹⁸ MARINHO, 1944c, p. 29.

⁷⁹⁹ MARINHO, 1944c, p. 29.

⁸⁰⁰ MARINHO, 1944c, p. 29.

à conclusão de que as bases do Método Francês não correspondiam integralmente” às necessidades do povo brasileiro. Para justificar essa afirmação, Inezil se apoiou na “função social da Educação Física” que, para ele, assim como para a Divisão naquele momento, era uma dimensão “muito importante”, mas que o *Regulamento Geral de Educação Física* “nem sequer considerava”. Outro aspecto que também não era considerado pelo Método Francês aqui adotado, segundo Inezil Penna Marinho, era a “parte psicológica”, à qual “um cuidado todo especial” deveria ser dedicado porque somente, assim, os programas de educação física poderiam “ser executados sem que os exercícios constituíssem para os educandos ‘trabalhos forçados’”.⁸⁰¹

Além das críticas sofridas pelo Método Francês, vimos também que o Centro Militar de Educação Física/Escola Militar de Educação Física do Exército, assim como a Divisão de Educação Física, principalmente no decorrer dos anos 20 e 30, contribuíram de forma significativa com a disseminação do Método Francês, no Brasil. Teria, então, a ENEFD suposto que, estando presentes os militares pertencentes a essas instituições, assim como o próprio Inezil Penna Marinho, possivelmente representando a DEF, os mesmos confrontariam a pertinência do Método Eclético de Educação Física, já que para aqueles o Método Francês, aqui adotado e adaptado, cumpria perfeitamente a sua função e, para esse, a solução seria a adoção do método por ele projetado? Ou ainda, especificamente em relação à DEF, órgão orientador, regulamentador e fiscalizador da educação física, em território nacional, não seria interessante para a ENEFD disputar, naquela ocasião, com aquela instância a conformação da educação física, visto que também ela vinha muito se empenhando na elaboração do Método Nacional de Educação Física? Diante disso, era certo que aqueles militares se posicionariam contrários ao método sistematizado pela ENEFD? E, ainda, seria esse o prenúncio da perda de prestígio que tanto gozavam as instituições militares no cenário nacional no que se referia à conformação da educação física brasileira?

O fato é que, para se “discutir os problemas relativos à orientação mais conveniente a ser imprimida à Educação Física no Brasil” e, principalmente, para apresentação do Método Eclético de Educação Física, as discussões ficaram a cargo dos “professores das cadeiras de Metodologia da Educação Física e Educação Física geral de todos os Cursos e as escolas subordinadas ao Ministério da Educação e Saúde ou escolas que por leis e portarias dêste Ministério” se regessem⁸⁰². Foram elas:

⁸⁰¹ MARINHO, 1946a, p. 2.

⁸⁰² MARINHO, 1946b, p. 13.

- Curso Normal de Educação Física do Estado de Pernambuco: Dr. Nilo Britto Bastos e Profa. Aurea de Barros Pimentel.
- Escola de Educação Física do Estado do Espírito Santo: Profs. Manoel Anchieta e Antonieta Ramos.
- Escola de Educação Física e Desportos do Estado de São Paulo: Profs. Idyllio Alcântara de Oliveira Abbade e Ciro Andrade.
- Escola de Educação Física da Fôrça Policial do Estado de São Paulo: Major Esdras E. de Oliveira e Cap. Arrisson Ferraz.
- Escola de Educação Física e Desportos do Paraná: Dr. Inezil Penna Marinho e Profa. Maria de Lourdes Lamas.
- Curso Normal de Educação Física do Estado de Santa Catarina: Cap. Américo Silveira D'Ávila.
- Escola de Educação Física do Estado do Rio Grande do Sul: Cap. Jacinto Torga, Ten. Danilo Dias Pinto e Profa. Quintina Crocco.
- Curso Normal de Educação Física do Estado do Piauí: Prof. Benjamin Soares de Carvalho.
- Escola Nacional de Educação Física e Desportos: Cap. Antonio Pereira Lira e Prof. Alfredo Colombo.⁸⁰³

Como encaminhamentos para a sua realização foi estabelecido que ao Método Eclético de Educação Física, que naquela Reunião seria apresentado, poderiam ser apresentadas modificações “em partes ou na sua totalidade” – desde que essas modificações não viessem de alguns militares, pertencentes a determinadas instituições, visto que a participação dos mesmos, *a priori*, havia sido vedada – e, “no caso de sua aceitação pela maioria, com modificações ou sem elas”, deveria ele ser adotado, “a título de experiência, nos cursos e escolas oficiais subordinadas ao Ministério da Educação e Saúde”. O método seria, então, apresentado pelo diretor da ENEFD, “sob a forma de conferências e demonstrações práticas realizadas pelos alunos da referida Escola, sob a direção dos professôres das cadeiras práticas”. Os trabalhos, em geral, seriam presididos pelo reitor, acompanhado por dois secretários e, em sua ausência, o diretor da ENEFD assumiria seu lugar. Os debates realizados não seriam públicos. A mesa coordenadora, no entanto, poderia receber “sugestões escritas de qualquer professor de Educação Física ou médico especializado”, as quais seriam estudadas “em sessões especiais por comissões nomeadas pela presidência dos trabalhos” e, somente retornariam à plenária, se “consideradas úteis e oportunas”.⁸⁰⁴

Foram estas as atividades realizadas: no primeiro dia, abertura pelo reitor da Universidade do Brasil, seguida das palavras do Dr. Pelegrino Junior; exposição feita pelo diretor da ENEFD e realização de debates. Nos demais dias, demonstrações de sessões de ginásticas (“sueca, metodizada, sistematizada, calistênica com e sem aparelhos, corretiva, de

⁸⁰³ MARINHO, 1946b, p. 13.

⁸⁰⁴ MARINHO, 1946b, p. 13.

chão, de corpo livre ou de concurso, de balanceio, acrobática”); demonstração de “grandes jogos” e de desportos; exibições de “exercícios em Roda Gigante”, de “exercícios em espaldares suecos”; discussão de temas variados relacionados ao “Método de Educação Física” (“distribuição dos indivíduos pelos diversos ciclos e grupos”, “adaptação dos exercícios às diferentes idades”, “testes de eficiência física”, “grupamentos dos indivíduos para as classes em Educação Física”, “exercícios respiratórios”), com duração de uma hora ao final de cada um.⁸⁰⁵ No último dia, exposição dos resultados obtidos em todos os encontros pelo diretor da ENEFD; discurso do Prof. Idyllio Alcântara de Oliveira Abbade da Escola de Educação Física e Desportos de São Paulo, representando os congressistas; e discurso de encerramento proferido pelo reitor da UB⁸⁰⁶, estando todos esses pontos em consonância com o que havia sido discutido na série de Reuniões apresentadas anteriormente, assim como o que havia sido relatado pelo *Jornal Gazeta de Notícias*, no ano anterior.

A “Reunião de Professores de Educação Física” apresentou as seguintes conclusões:

- I) – solicitar ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Saúde que pelos seus órgãos competentes recomende às escolas e demais órgãos técnicos oficiais de educação física nos Estados e territórios da União, o trabalho apresentado pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos, sob o título “Ante-Projeto do Método Eclético de Educação Física”, a fim de que constitua objeto de experiências e estudos.
- II) – os resultados desses estudos e observações deverão ser objeto de relatórios e teses submetidos à apreciação do II Congresso de Professores de Educação Física, a ser realizado em 1947, recomendando-se especialmente o estudos dos temas do grupamento homogêneo, ginástica de adaptação profissional, exercícios respiratórios e verificação dos resultados do trabalho físico sobre o organismo.⁸⁰⁷

Vale lembrar que enquanto a ENEFD divulgava o Método Eclético de Educação Física, a Divisão de Educação Física, contrapondo-se a sua proposição, ofertava um concurso, cujo objetivo era a elaboração de um “Ante-Projeto do Método Nacional de Educação Física”, para o qual só poderiam ser “inscritos os trabalhos de autores brasileiros, natos ou naturalizados”, os quais, automaticamente, perderiam “os seus direitos autorais não lhes sendo permitida a divulgação de assuntos contidos nos trabalhos apresentados, de forma geral ou parcial”⁸⁰⁸. Determinação essa que, mais uma vez, evidenciou o desejo da DEF em ser a protagonista na criação do Método Nacional de Educação Física. Todavia, os trabalhos

⁸⁰⁵ MARINHO, 1946b, p. 13-14.

⁸⁰⁶ MARINHO, 1946b, p. 14.

⁸⁰⁷ MARINHO, 1946b, p. 16.

⁸⁰⁸ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1946, p. 28.

vencedores, classificados nos três primeiros lugares, foram todos de autoria de Inezil Penna Marinho que, nesse processo, também almejava ser o protagonista e que, como vimos anteriormente, circularam sem a chancela da DEF, tendo Inezil Penna Marinho declarado, abertamente, a sua autoria.

A ENEFD, todavia, seguia se esforçando em afirmar e divulgar o método por ela sistematizado, tanto é que, entre 23 de abril e 02 de maio de 1947, realizou o “2º Congresso de Educação Física” (2ª Reunião de Professores de Educação Física), na qual, mais uma vez, Antônio Pereira Lyra defendeu a implementação do Método Eclético de Educação Física⁸⁰⁹. Naquela ocasião, enquanto autor do projeto, “depois de fazer uma serie de sugestões, inclusive a que se deve modificar ou atualizar” o Método Francês, “pela introdução de novas formas de cultura física preconizadas pelos povos mais amadurecidos nos assuntos de preparo do corpo”, Lyra declarou “que foi o Exército Nacional o pioneiro da Educação Física no Brasil”. Na sequência, declarou também que a EsEFEx continuava “como vanguardeira da causa da educação física, não obstante a criação das Escolas Civis, desta especialidade didática”. Além disso, elogiou o *Manual de Educação Física*, adotado pelo Exército⁸¹⁰. Possivelmente, essas declarações representaram uma ação estratégica de Antônio Pereira Lyra que tinha como intenção contornar possíveis confrontos daqueles militares pertencentes àquela Escola, visto que os mesmos não tinham sido convidados a comparecer à realização da primeira Reunião de Professores de Educação Física, realizada em 1946.

De todo modo, cada vez mais, o Método Eclético de Educação Física, forjado pela ENEFD e tendo como base uma variedade de práticas, seguia sendo recomendado para ser adotado em todas as escolas do país, mesmo que de forma experimental. Logo, a finalidade, naquele momento, não era mais a adoção de um método único, mas, de forma explícita, indicar a adoção de diferentes práticas e métodos ginásticos, os quais, ao serem trabalhados, deveriam estar de acordo com a idade, o sexo, com as necessidades físicas de cada aluno e de acordo com o tipo brasileiro. Diante disso, também a proposição desse método ainda não havia representado a concretização de um método de educação física genuinamente brasileiro. Ao contrário disso, reunia em sua composição elementos da ginástica dinamarquesa, sueca, alemã, calistênica, exercícios acrobáticos, ginástica com e sem aparelhos, de correção, pequenos e grandes jogos, desportos, exercícios educativos, flexionamentos, entre vários outros, sem desprezar o que de melhor continha no Método Francês.

⁸⁰⁹ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947c, p. 5.

⁸¹⁰ Jornal *Diário de Notícia*, 15 de maio de 1947, p. 5.

Neste mesmo ano de 1947, a Divisão de Educação Física, seguindo a prescrição da ENEFD e ainda permanecendo enquanto órgão oficial regulamentador da educação física brasileira, teve de divulgar as “Diretrizes para a Educação Física nos Estabelecimentos de Ensino Secundário”⁸¹¹. Entretanto, o que a fonte nos evidencia é que a Divisão utilizou um tom bastante desdenhoso ao fazer as suas considerações acerca dos novos direcionamentos, os quais estariam em concordância com a nova orientação de qual método deveria a educação física escolar se basear. Vale lembrar que, na ocasião da primeira Reunião de Professores, a DEF, assim como a EsEFEx, não foi convidada a participar das discussões relacionadas ao Método Eclético de Educação Física. Além disso, foi também a partir de suas orientações que o Método Francês se disseminou pelo território nacional e, mesmo tendo esse órgão muito se empenhado, no decorrer da década de 1940, na tentativa de elaboração do Método Nacional de Educação Física, esse projeto dos papéis não saiu. A ENEFD, por sua vez, a partir da segunda metade dos anos 40, empenhou-se na sistematização de um método de educação física, o qual, mesmo não sendo genuinamente brasileiro, visto conter elementos de diferentes métodos estrangeiros e também por não levar em seu nome a nacionalidade de forma demarcada, na sua concepção, melhor se adequaria às necessidades do povo brasileiro, representando, assim, a “orientação mais conveniente a ser imprimida à Educação Física no Brasil”⁸¹².

Porém, antes da apresentação das novas Diretrizes, as quais a educação física no ensino secundário passaria a se orientar, a DEF fez algumas considerações:

1. O aluno que regressa das escolas de educação física, frequentemente, o faz convicto de que deverá transmitir aos alunos dos estabelecimentos de ensino secundário todos os conhecimentos ali adquiridos.
2. E, **dentro desse espírito errôneo**, preocupa-se em ensinar às crianças e jovens que lhe são confiados **todos os exercícios contidos no Regulamento Geral de Educação Física, oficialmente adotado**, prolongando-se em intermináveis *sessões de estudo*. E’ comum professôres de educação física mostrarem-se apreensivos, porque, ao fim do ano, ainda não conseguiram ensinar aos seus alunos **todos os exercícios do Regulamento**, julgando-se assim atrasados.
3. **Os professôres de educação física precisam compenetrar-se na sua missão, que é conduzir o desenvolvimento físico dos adolescentes no melhor sentido. Assim, não interessa ensinar o exercício, mas o que o aluno, através do exercício, tenha atividade física sistematizada, racionalmente orientada, que lhe permitirá o pleno desenvolvimento de seus órgãos, assegurando-lhe uma existência sadia. E é isto que os professôres de educação física, que atuam nas escolas primárias e secundárias, precisam saber e sentir. [...].**

⁸¹¹ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947d, p. 7-14.

⁸¹² MARINHO, 1946b, p. 13.

6. E' preciso que tenhamos bem nítido o conceito de educação física para que não a confundamos, como atualmente se faz, com exercício físico. [...].⁸¹³ (Negrito nosso).

Explicitamente, a Divisão criticou a formação que vinha sendo ofertada aos futuros professores de educação física, a qual, segundo ela, estava os levando a cometerem vários erros, uma vez que saíam de suas escolas sem saber o quê e como ensinar aos seus alunos no ensino secundário, assim como também desconheciam o verdadeiro conceito de educação física. Ela também sequer mencionou a existência do Método Eclético de Educação Física. No entanto, ao abordar, por exemplo, “as atividades para os dias de chuva”, indicou as “sessões de ginástica sueca e calistênica, para os alunos do sexo masculino e de ginástica rítmica para os do feminino”⁸¹⁴. Somando-se a essas “novas” práticas, também estariam incluídos no programa de educação física os “grandes jogos”, os “desportos individuais e coletivos”, as “excursões e acampamentos”, as “evoluções” e os “flexionamentos”⁸¹⁵, deixando aí escapar uma miscelânea de práticas que se faria presente nas aulas de educação física no ensino secundário, a partir do estabelecimento das Diretrizes em questão, as quais iam de encontro ao método defendido pela ENEFD.

Além da Divisão de Educação Física, também a Escola de Educação Física do Exército novamente se posicionou nessa disputa de métodos, saindo, claro, em defesa do Método Francês. Ao participar do Congresso de Educação Física, realizado pela Associação de Professores de Educação Física do Estado de São Paulo, em 1947, assim, manifestou-se:

Desde algum tempo temos verificado entre alguns responsáveis pela educação física no meio civil, certa inquietação, decorrente da prática do método francês nos estabelecimentos de ensino primário, secundário, superior e sociedades desportivas em geral.

Procurando averiguar as causas dessa agitação, verificamos que ela decorre da dificuldade de aceitação, por parte desses dirigentes, dos processos de trabalho e das regras relativas a esses trabalhos preconizados pela ESCOLA DE JOINVILLE LE-PONT.⁸¹⁶

Além dos dirigentes mencionados, também alguns professores de educação física, os quais sentiam que as “Lições” não despertavam “o interesse necessário ao bom êxito dos exercícios”, queixavam-se “da falta de variedade nos processos de trabalho, da ausência de atração dos flexionamentos e pequenos jogos” e discutiam “a organização de grupos

⁸¹³ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947d, p. 7.

⁸¹⁴ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947d, p. 10.

⁸¹⁵ REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1947d, p. 7-11.

⁸¹⁶ REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1948, p. 2.

homogêneos ou a necessidade da volta à calma dêsse ou daquele modo”. Os alunos, por sua vez, vinham “se tornando inimigos da ginástica” e procuravam “nos jogos livres e desportos a movimentação de que são ávidos, repelindo os instrutores, ou forçando-os à prática desportiva sem as restrições impostas pelo método francês”. Diante desse cenário, reconhecia que havia se forjado a “necessidade de criação de um método que atendesse aos imperativos da infância e da mocidade brasileira”. Tal método seria, então, reconhecido como “nacional ou brasileiro”, “teria suas características próprias calcadas em longas e profundas observações nos campos da ginástica e nos laboratórios de fisiologia e psicologia, com vigorosas raízes sociológicas e filosóficas” e, assim, “o problema da educação física estaria resolvido, em definitivo ou por muito tempo, para gáudio de todos nós”.⁸¹⁷ Até aqui, todos os pontos destacados vão, diretamente, ao encontro de tudo aquilo que Inezil Penna Marinho enfatizava em seus estudos ao criticar a adoção do Método Francês, em terras brasileiras, sobretudo no âmbito escolar, do mesmo modo, considerando alguns elementos, o fez a Escola Nacional de Educação Física e Desportos.

Mas, prosseguindo com a análise, afirmou que a EsEFEx vinha “acompanhando sistematicamente êsses movimentos de opinião, recolhendo impressões escritas ou debatidas em Congressos Nacionais e Internacionais” e era “com a maior simpatia” que verificava esse “interesse demonstrado por todos aqueles” que procuravam em “elevar o nível educacional do povo”, pois era certo que o Exército precisava “de homens fortes, inteligentes, dotados de bom caráter, capazes de manter intangíveis as fronteiras do País” – afinal de contas, a educação física nacional deveria também assumir essa função. Com toda essa “empatia” manifestada e “na qualidade de velhos praticantes do método francês”, era dever daquela Escola levar aos “colegas de todo o Brasil” a sua “colaboração sincera e honesta no sentido de auxiliar a retificação do caminho sinuoso em que se encontravam as opiniões, facilitando o trabalho de coordenação necessário ao êxito da educação física em nossa Pátria”. Nesse sentido, enfatizou, ainda: “antes de relegarmos ao abandono do método francês, lancemos sobre êle os nossos olhos e verificaremos que as suas bases constituem uma conquista da ciência moderna que nenhum método poderá desprezar qualquer que êle seja”.⁸¹⁸

A partir daí, abordou outros aspectos, os quais também eram debatidos por Inezil Penna Marinho – assim como por outros estudiosos⁸¹⁹: a questão do grupamento homogêneo,

⁸¹⁷ REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1948, p. 2.

⁸¹⁸ REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1948, p. 2.

⁸¹⁹ Para citar alguns exemplos, também os catedráticos da ENEFD, Peregrino Junior e Alfredo Colombo publicaram uma série de artigos debatendo o grupamento homogêneo – ver *Boletim de Educação Física* (1944b, Continua...

a dimensão atrativa das práticas e os exercícios de flexionamentos. Sobre o grupamento homogêneo foram feitas muitas observações, das quais destacamos:

Em se tratando de trabalho físico em conjunto, jamais poderemos prescindir da homogeneização das turmas, de maneira a obtermos grupos de indivíduos que se encontrem dentro das mesmas fases de desenvolvimento fisiológico.

Além disso é mister, a partir de certa idade, reagrupar dentro das classes de valor fisiológico aproximando os indivíduos de valor físico idêntico, afim de que o trabalho seja dosado em função dêsse valor físico.⁸²⁰

A compreensão de Inezil Penna Marinho acerca do grupamento homogêneo em muito se assemelhava com o que havia sido abordado⁸²¹, contudo, as semelhanças pararam por aí. Ao se referir à dimensão atrativa das práticas, analisando detidamente o que ensinava o *Regulamento nº 7 (1ª parte)*, assim, destacou:

[...] a educação física monótona e severa não convém nem à criança nem ao adulto; deve-se, ao contrário, ter por princípio que o exercício físico será tanto mais higiênico e salutar quanto maior o prazer com que fôr praticado. O instrutor deverá, pois, esforçar-se para tornar a sessão de trabalho físico atraente pela escolha judiciosa dos exercícios que variará frequentemente pela introdução dos jogos no momento oportuno, no decorrer da lição e, principalmente, pela emulação e disposição para o trabalho que provocará em sua classe.⁸²²

Ou seja, conforme a observação, o erro não estaria no Método Francês, mas, sim, na forma com que os professores estruturavam as suas aulas de educação física. Desse modo, identificamos aí uma crítica ao curso de educação física ofertado pela ENEFD, porque, diferentemente das instituições militares, lá vinha sendo adotado o Método Eclético e não mais o Francês, exclusivamente.

Em relação aos flexionamentos, a EsEFEx reconhecia que não era fácil torná-los atraentes. No entanto, essa dificuldade já era “reconhecida pelo próprio método”. Assim, “se os processos de trabalho preconizados pelo Regulamento oferecem pouca ou nenhuma atração”, poderiam os professores “variá-los ou combiná-los de outra forma” que fosse “mais agradável” ao aluno – e também aqui, identificamos outra crítica à formação de professores ofertada pelas instituições que não as militares. Reforçando esse argumento, a própria Escola

p. 7-12, 43-46) e *Revista Brasileira de Educação Física* (1944a, p. 9-11), respectivamente. Além deles, também o Dr. Paulo Araújo tematizou sobre a questão do grupamento homogêneo na VII Conferência do Curso de Informações promovido pela DEF, em 1941 – ver *Boletim de Educação Física* (1941h, p. 109-116).

⁸²⁰ REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1948, p. 2.

⁸²¹ Para acompanhar esse assunto debatido por Inezil Penna Marinho nos impressos especializados da área, ver *Boletim de Educação Física* (1944b, p. 13-39/55-61); *Revista Brasileira de Educação Física* (1945e, p. 2-4).

⁸²² REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1948, p. 3.

de Educação Física do Exército havia incluído “entre os processos de trabalho utilizados na tropa os exercícios de flexibilidade preconizados pela Escola Alemã (Bodenturn) sob a forma de Sessões de Ginástica Acrobática (de chão)”, tendo esse trabalho despertado “vivo interesse nos soldados”.⁸²³

Dando continuidade a sua defesa,

[...] tal inclusão não implicou em desvio do método porquanto os exercícios fôram rigorosamente selecionados, de maneira que sua realização pode ser processada dentro dos princípios pedagógicos firmados pela Escola de Joinville. Julgamos que as instituições civis poderiam agir do mesmo modo, isto é, escolhendo exercícios de flexibilidade que se enquadrasse no ambiente de interesse natural do aluno, de acôrdo com suas possibilidades fisiológicas e físicas.⁸²⁴

De todas as apreciações feitas, de certo modo, de maneira camuflada, finalizadas as abordagens a cada um desses aspectos, a EsEFEx deixou explícita a sua crítica ao trabalho que vinha sendo desenvolvido pela ENEFD, assim como pela sua divulgação:

Temos encontrado em alguns trabalhos a denominação de “Novo Método de Educação Física” dado a um aglomerado de processos de trabalho coletados em diferentes países, sem que, todavia, os referidos “métodos” estabeleçam as regras pedagógicas que devem reger os exercícios. Não se definem a natureza a velocidade ou a intensidade e amplitude das contrações musculares. A dosagem do trabalho também não parece nêsses “métodos” e ficará ao sabor do instrutor tôda uma série de problemas de ordem fisiológica. Não se leva em conta que quanto mais atraente, mais perigoso é o trabalho físico, quando sua dosagem não obedeça a um Plano Geral de Treinamento rigorosamente organizado.⁸²⁵

Apontadas todas essas falhas, a EsEFEx afirmou, em contrapartida, que o Método Francês não se limitava “a reconhecer a necessidade da atração no trabalho físico”, visto que, “dentro de suas bases pedagógicas que encerram, naturalmente, os princípios de ordem psicológica”, era possível encontrar “várias regras destinadas a fazer do esforço metodizado um prazer”:

“Para o adolescente e os adultos empregam-se jogos que melhor se adaptem às suas qualidades físicas e às suas preferências. Exercícios variados de carater livre, executados sob a forma de competições, poderão perfeitamente preencher o papel do jogo”.
 “Os jogos constituem a forma de ginástica mais apropriada às indicações da vida escolar; adaptam-se tanto às aptidões físicas das crianças como as suas necessidades morais. São ao mesmo tempo higiênicos e recreativos”. [...]. Se os jogos previstos no método não despertam o interesse desejado, que se os substitua por outros de carater regional, sem

⁸²³ REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1948, p. 3.

⁸²⁴ REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1948, p. 3.

⁸²⁵ REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1948, p. 3.

contudo pensar em que isto implicar em alterar o método. Vários dos pequenos jogos existentes no Regulamento nº 7 já foram substituídos pelo Exército ou apenas adaptados aos nossos soldados.⁸²⁶

Para concluir a sua defesa ao Método Francês, a EsEFEx enfatizou que o mesmo satisfazia “plenamente a todos os objetivos visados pela educação física”. A sua aplicação, contudo, deveria “ser condicionada ao emprego judicioso dos meios por êle preconizados, de acôrdo com o fim a atingir”. No que se referia a sua atuação, a EsEFEx, no decorrer dos “17 anos de sua existência, lançou em grande número de educandários civis, instrutores por ela formados”. Nesse sentido, podia “afirmar, com inteira convicção, que em 99% dos casos o fracasso do trabalho físico” devia-se “à deficiência dos instrutores”. Sobre a “criação de um novo método”, seria esse um processo que exigiria “longos estudos e observações nos campos de ginástica e nos laboratórios”. Cumprindo, portanto, que todos estivessem “prevenidos contra a adoção de outros métodos que não fossem fundados na ciência e na experiência”.⁸²⁷

Especificamente nesse ponto, a EsEFEx ignorou o fato de o Método Eclético de Educação Física, embora estivesse sendo adotado pelas escolas “a título de experiência”⁸²⁸, já havia sido sistematizado pela ENEFD, no mínimo, a três anos atrás. Além disso, de certo modo, também as tentativas de elaboração do Método Nacional de Educação Física, pela própria DEF, não foram consideradas, assim como os diversos estudos que Inezil Penna Marinho, até aquele momento, já havia produzido.

A Escola de Educação Física do Exército, por fim, propôs-se “a trabalhar com todos os seus recursos do lado das suas congêneres civis visando a adaptação do Método Francês às diferentes necessidades de cada caso”, porém não poderia “transigir na aplicação de quaisquer formas de trabalho que não” se enquadrassem aos “princípios pedagógicos firmados pela Escola de Joinville Le-Pont”⁸²⁹.

Logo, sobretudo no decorrer dos anos 40, primeiro, potencializou-se um movimento de tentativa de elaboração de um Método Nacional de Educação Física, no qual Inezil Penna Marinho investiu significativamente, fosse representando a Divisão de Educação Física, fosse como um investimento pessoal. Não concretizado tal método, uma disputa entre outros dois se potencializou: o Método Francês que foi oficialmente prescrito desde os anos 20 e que havia sido sistematizado pelos militares por meio do *Regulamento Geral de*

⁸²⁶ REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1948, p. 3-4.

⁸²⁷ REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1948, p. 5.

⁸²⁸ MARINHO, 1946b, p. 13.

⁸²⁹ REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1948, p. 5.

Educação Física e um novo projeto, o Método Eclético de Educação Física, forjado por uma instituição civil, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, em meados da década de 1940. Existe entre um e outro método uma distância de quase duas décadas, o que nos mostra que o processo de constituição e sistematização da educação física, no Brasil, foi moroso, produziu um campo de disputa travado, sobretudo, entre militares e civis e que não necessariamente serviu para se definir qual método seria definitivamente adotado em todo o território nacional.

Assim, o que observamos ao longo das décadas de 1920 e 1940, período privilegiado neste estudo, foi a proposição de uma miscelânea de práticas, influenciadas por diferentes métodos estrangeiros, e a tendência de cada Escola adotar aquele que mais julgava coerente a sua doutrina. As instituições militares, de um modo geral, seguiram na defesa e aplicação do Método Francês, fazendo a ressalva que ele havia sido adaptado ao “tipo brasileiro” por meio da tradução intitulada *Regulamento Geral de Educação Física/Regulamento nº 7* e que caberia aos professores trabalhá-lo de acordo com as necessidades de seus alunos. Já as instituições civis adotaram práticas diversas, as quais as levavam ao encontro do Método Eclético de Educação Física, sistematizado pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos. Além disso, a historiografia da educação física brasileira aponta a chegada de outros métodos, principalmente, a partir da década de 1950⁸³⁰. Evidenciando, assim, que no território brasileiro, principalmente, na primeira metade do século XX, não houve a adoção única e exclusiva de um determinado método e que menos ainda a tentativa de elaboração de um método genuinamente brasileiro foi concretizada.

⁸³⁰ Ver Lima (2012, 2021); Cunha (2017); Cunha e Lima (2018).

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, nosso objetivo foi compreender o processo de criação de um Método Nacional de Educação Física no Brasil, entre as décadas de 1920 e 1940. Para tanto, fizemos a opção por apreendê-lo no âmbito institucional, atentando à formação de professores. Delimitar esse espaço-tempo foi necessário, principalmente porque a historiografia da educação/educação física aponta para determinadas instituições que, no decorrer da primeira metade do século XX, sobretudo, assumiram papéis fundamentais no debate acerca dos problemas educacionais, assim como em relação à constituição da educação física brasileira, sendo elas: a Associação Brasileira de Educação; o Centro Militar de Educação Física, que posteriormente foi transformado em Escola de Educação Física do Exército; a Divisão de Educação Física; e a Escola Nacional de Educação Física e Desportos.

Partindo do debate forjado no interior dessas instituições, percebemos que, nele, alguns elementos destacavam-se, como a construção de um ideário nacionalista, ou melhor dizendo, o desejo de constituir o que, no Brasil, podemos chamar de brasilidade, assim como o patriotismo, que, com o passar das décadas, foi se intensificando, tendo como ápice a instalação do Estado Novo. Nessa ambiência, em que vislumbrava o progresso, almejando aproximar-se de tudo aquilo que era tido como moderno, forjava-se um anseio de constituir uma nação forte, sendo necessário, também, que o brasileiro se tornasse um povo fortalecido, inclusive corporalmente. É nesse aspecto que a educação, numa concepção mais alargada, e a educação física, especificamente atrelada ao campo da saúde, começaram a ser vistas como peças centrais nesse anseio de modernidade. Contudo, o progresso seria alcançado somente se a nação se fortalecesse moral, intelectual e fisicamente. Para tanto, algumas instituições foram “selecionadas” para atuar nessa empreitada, junto ao governo federal, chefiado à época por Getúlio Vargas.

Surgiu, então, o desejo de se forjar um método de educação física, que acabou por ser denominado Método Nacional de Educação Física. Esse método, como o próprio nome evidencia, deveria possuir, em seu eixo central, a questão do nacionalismo, ressaltando a brasilidade. Todavia, a constituição dessa noção de nacionalidade não se fundamentaria na cultura indígena ou na cultura africana, duas raças que, ao lado da branca, constituíam (e ainda constituem) o povo brasileiro. Mas, sim, essa nacionalidade seria calcada nas influências que vinham do estrangeiro, as quais eram muito mais sedutoras do que a brasileira, principalmente até os anos iniciais do século XX, sendo esta forjada por um povo

mestiço, fruto da fusão dessas três raças, o qual, até a década de 1910, aproximadamente, era tido como ignorante, doentio, repleto de vícios e desajustado corporalmente. Contudo, isso não se deu da noite para o dia, uma vez que a História se constrói por muitas idas e vindas.

Já na década de 1920, em uma ambiência de transformações sociais e culturais, também o campo educacional foi afetado, o que resultou no movimento *Escolanovista* – mesmo este movimento tendo pouco conseguido adentrar o âmbito escolar e mais especificamente a conformação da educação física brasileira –, num ciclo de reformas educacionais e na publicação do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, e também ressaltou a necessidade de criação de um método de educação física, visto que o “homem moderno” necessitava, inclusive, ser educado corporalmente. Essa necessidade, todavia, não vislumbrava a criação de qualquer método, mas, sim, de um método que, de fato, comportasse a “alma nacional”, um método genuinamente brasileiro. Assim, uma verdadeira síntese de um movimento renovador das causas educacionais havia se forjado.

Impulsionadas por esse contexto, determinadas instituições começaram a debater acerca dos caminhos que a educação, assim como a educação física, deveria seguir. A educação física, almejada por diferentes setores da sociedade – médicos, educadores (civis e militares) e o próprio Estado, sobretudo –, passou a ser debatida, cada vez mais, entre as décadas de 1920 e 1930. A Associação Brasileira de Educação, que interessada por tudo aquilo que dizia respeito à causa educacional, da educação física não se descuidou. O Estado, por sua vez, por intermédio do Ministério da Educação e Saúde, ocupou-se em fornecer o aparato legal. As instituições militares encarregaram-se do aparato técnico, ora fornecendo as diretrizes para a sistematização da educação física, ora atuando na formação de professores e médicos especializados. O Centro Militar de Educação Física, que, posteriormente, foi transformado em Escola de Educação Física do Exército, e a Divisão de Educação Física foram exemplos desse aparato técnico, assim como a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, a qual deveria servir de modelo a todos os cursos e demais escolas de ensino superior já existentes, bem como àqueles ou àquelas que, posteriormente, seriam criados por todo o país.

Partindo da Associação Brasileira de Educação, esta foi responsável por uma série de ações, incluindo cursos, palestras, conferências e exposições, cujo objetivo era promover, no país, a difusão e o aperfeiçoamento da educação em todos os ramos, cooperando, desse modo, em todas as iniciativas que tenderiam, direta ou indiretamente, a essas finalidades. Foi ela, nos anos 20 principalmente, a principal instância responsável por articular o chamado movimento de renovação educacional no Brasil, congregando, em uma campanha pela “*causa*

cívico-educacional” (CARVALHO, 2015, p. 89, *itálicos da autora*), grupos de educadores, médicos e religiosos, sobretudo, que disputavam, entre si, o controle do aparelho escolar.

Especificamente sobre as Conferências Nacionais de Educação, realizadas pela ABE, estas eram valorizadas enquanto principais instâncias de debate educacional, sendo a base daquilo que se constituiria a unidade nacional; mas, principalmente, enquanto eventos cívicos, as CNEs seriam as responsáveis pela unificação ideológica de seus participantes, visando à unidade da pátria por meio de um sistema de ensino bem orientado.

Quanto às questões relativas à educação física, criou-se a “Secção de Educação Physica e Hygiene”, na qual, além de ser debatida e proposta uma determinada conformação para a área, a educação higiênica também era pautada. Os educadores presentes na SEPH, reconhecendo a necessidade de se pensar em novos rumos para o ensino da educação física nas escolas, investiram esforços na organização de um inquérito sobre esse ensino (1927), o qual deveria levar em consideração, além dos pressupostos higiênicos, uma base eclética. No decorrer dos anos 20, essa foi a primeira menção feita, na Seção, à elaboração de um Método Nacional de Educação Física. Nesse mesmo período, porém em outro espaço do Rio de Janeiro, a intenção também era a implementação de uma educação física nacional, todavia as suas bases se fundamentariam sob outras perspectivas.

Estando convencido de que a educação física nacional deveria moldar-se pelos princípios militares, em 1929, o Ministério da Guerra, por intermédio do General Nestor Sezefredo dos Passos, que presidiu uma comissão composta por diferentes sujeitos, com distintas inserções na sociedade, inclusive composta por membros e pessoas próximas à ABE, preparou um anteprojeto de lei, regulamentando o ensino da educação física em todo o país. Elaborado a partir da experiência do Centro Militar de Educação Física, esse anteprojeto foi, inicialmente, encaminhado ao Congresso Nacional pelo Presidente Washington Luis, o qual defendeu sua aprovação. Entretanto, ao ser apreciado no Conselho Diretor da ABE, o documento foi por essa Associação rechaçado, uma vez que, primeiro, em se tratando de um problema específico do campo educacional, a instância que deveria orientar as decisões não poderia ser outra senão a ABE; segundo, porque os *abeanos* também se preocuparam com o ideia de que, por meio desse anteprojeto de lei, o militarismo adentraria as escolas civis, e, nesse ponto específico, a crítica relacionava-se à adoção do Método Francês, já que era esse o método indicado oficialmente, cuja base repousava nos princípios militares. Assim, a estratégia adotada pela ABE, que tinha como objetivo ser reconhecida como a principal instância no que se referia às questões educacionais brasileiras, foi, justamente, desautorizar os militares no processo de constituição da educação física nacional, assim como evidenciar

que não era aceitável qualificá-los como uma instância competente para orientar a educação física desenvolvida no âmbito escolar e, menos ainda, considerá-los como sendo competentes para ofertarem uma formação ao professorado.

Passado o produtivo ano de 1929, foi somente em 1933, quando o governo federal anunciou a construção de um novo projeto para a educação física brasileira, que, novamente, as discussões acerca da educação física ganharam fôlego na SEPH. De 1933 a janeiro de 1935, o objetivo do governo passou a ser, então, a elaboração de um documento intitulado *Projeto de Educação Física Nacional*, cujo objetivo principal era a (re)organização da educação física brasileira. Contudo, a elaboração desse documento não saiu do interior da ABE, e as discussões relativas à sua concretização foram silenciadas, não constando mais no âmbito da SEPH, muito menos no do Conselho Diretor da ABE.

Por outro lado, após o abandono desse Projeto, os membros da SEPH envolveram-se com a criação do *VII Congresso Nacional de Educação*, realizado no ano de 1935, cujos temas centrais foram, justamente, a educação física e as práticas esportivas. Com a realização desse Congresso, podemos afirmar que a ABE não teve como intenção o estabelecimento de diretrizes voltadas à elaboração de um Método Nacional de Educação Física, embora tenha estreitado a sua relação com o governo federal, inclusive demandando dele algumas iniciativas no que se referia à formação do professorado e à organização, sistematização, regulamentação e fiscalização da educação física, uma vez que, desde o início de sua organização, a ABE manteve estreito diálogo com o Ministério da Educação e Saúde, via Gustavo Capanema. A ABE preferiu, ao invés disso, apostar no ecletismo presente nas demonstrações e nos espetáculos referentes aos modos de “fazer” educação física. Assim, com a realização do *VII CNED*, tornou-se evidente que nenhum dos projetos para a educação física seria abandonado, pois o que mais se observou foi uma miscelânea de modelos, métodos e tendências. Os elementos da calistenia e dos Métodos Sueco, Francês e Natural, os pequenos e os grandes jogos, os esportes, as lutas, as ginásticas rítmica, de chão, acrobática e de aparelhos, as danças, todos esses modos de “fazer” educação física tiveram lugar no *VII Congresso Nacional de Educação*.

Passados dois anos da realização do *VII CNED*, a “Secção de Educação Physica e Hygiene” encerrou as suas atividades. Exatamente no ano anterior ao seu encerramento, o Capitão Ignácio de Freitas Rolim, que, na ocasião, era o presidente da SEPH, foi enviado pelo Ministro da Guerra ao Ministério da Educação e Saúde para discutir as possibilidades de um trabalho conjunto no campo da educação física. Nesse período, no Ministério da Educação, discutia-se, justamente, a formulação do Plano Nacional de Educação, ou seja, se no *VII*

CNED, o projeto de educação física almejado pelos militares e já manifestado no anteprojeto de lei apresentado em 1929, cuja fundamentação era o Método Francês, misturou-se a diversas outras propostas, o que não conferiu aos militares o controle e, menos ainda, o protagonismo desse projeto, além de eles, também, já terem sido “barrados”, anteriormente, pela ABE, nesse intento, essa situação levou-os, no decorrer da década de 1930, a se inserirem em outras instâncias, as quais também intentavam controlar e sistematizar a educação, assim como forjar uma educação física nacional.

Em relação à difusão do Método Francês em terras brasileiras, os principais responsáveis por essa ação foram os militares, os quais o compreendiam como o método nacional, já que havia sido adequado ao tipo brasileiro. Para tanto, duas de suas instituições, o Centro Militar de Educação Física e a Escola de Educação Física do Exército, assumiram papéis fundamentais. Certos da importância de suas ações na conformação da educação física nacional e, em decorrência disso, acreditando constituírem o setor da sociedade mais preparado a esculpir a raça brasileira, o que se daria por meio da educação física sistematizada pelo *Regulamento Geral de Educação Física*, ou seja, o Método Francês do Brasil, os militares seguiram seguros de que o país reconheceria a grande obra nacional que havia sido por eles iniciada ainda no início dos anos 20, com a instalação do Centro Militar de Educação Física, sendo este a sua primeira escola a formar futuros professores de educação física e também médicos especializados.

Apesar de criado em 10 de janeiro de 1922, o CMEF somente passou a funcionar em janeiro de 1930. A condução dos seus trabalhos ficou sob a responsabilidade dos Tenentes Ignácio de Freitas Rolim e Virgílio Alves Bastos, e a sua direção ficou sob o comando do Major Newton Cavalcanti, que, compreendendo que o problema da educação física não podia se restringir ao Exército, empenhou-se na sua ampliação no meio civil. Entrando em funcionamento, o CMEF aumentou significativamente a influência militar sobre a formação de instrutores e monitores civis de educação física. Como resultado dessa influência, a doutrina militar continuou sendo difundida pelas escolas civis do país, estabelecendo o modo como a educação física brasileira deveria forjar-se. O Exército, nessa perspectiva, seguia se afirmando como uma peça fundamental nesse processo de sistematização da educação física nacional.

O CMEF, particularmente no pensamento dos militares, de uma parcela significativa da sociedade civil e do Estado, com apelo ao patriotismo e com ideal eugênico que visava apurar as qualidades raciais, foi se forjando como uma importante instituição no cenário da educação física brasileira. Assim, já nos anos iniciais da década de 1930,

constituiu-se como uma importante Escola no que se referia ao ensino e à formação de professores de educação física. Nesse percurso, foi o Método Francês espraiando-se pelo país, sendo adotado oficialmente, também, por diversas instituições civis, sob a denominação de *Regulamento Geral de Educação Física/Regulamento nº 7*.

Em 19 de outubro de 1933, o CMEF foi transformado em Escola de Educação Física do Exército, e, como era de se esperar, o *Regulamento Geral de Educação Física* também lá foi adotado. Com os mesmos objetivos da antiga instituição, a EsEFEx continuou proporcionando o ensino da educação física, orientando e difundindo a aplicação do Método Francês no Brasil. Desse modo, essa Escola deu prosseguimento à missão de preparar instrutores, mestres de armas, monitores de esgrima e médicos especializados para os estabelecimentos militares, e, para fins não militares, continuou com a preparação de instrutores e monitores de educação física para atuarem nas escolas civis.

A EsEFEx representou, portanto, um canal de difusão da educação física preconizada pelos militares e, nesse sentido, ao ser implementada, tanto para a tropa quanto para a sociedade civil, consolidou a “pedagogia do Exército”, nos termos de Ferreira Neto (1999), para a educação física brasileira. Reforçando esse aspecto, essa era uma das estratégias dos militares para manterem a sua unidade de doutrina, a qual esteve diretamente conectada aos discursos de modernidade, progresso, eugenia, fortalecimento da raça, patriotismo e identidade nacional.

Com a promulgação da Constituição de 1937, a educação física tornou-se obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino. A EsEFEx, por sua vez, percebendo a necessidade de formar um maior número possível de professores e médicos especialistas em um menor espaço de tempo, além de ofertar os cursos voltados à formação de monitores e instrutores de educação física, para os quais também os civis podiam se matricular, passou também a acolher o *Curso de Emergencia*, que, realizado entre outubro de 1938 e maio de 1939, satisfaz essa necessidade. Os professores de educação física e os médicos por esse Curso formados passaram a atuar nas escolas estaduais e municipais, tanto do Rio de Janeiro quanto dos demais Estados brasileiros. Assim, capacitados a uniformizar o método de ensino em todo o país, esses professores contribuíram diretamente para a divulgação e implantação, já em curso desde o início da década de 1920, do Método Francês em solo brasileiro.

A educação física brasileira, entre as décadas de 1920 e 1930, constituiu-se um campo permeado por embates, disputas de sentidos e de significados, e, por assim ser, foi passível de negociações, avanços e retrocessos. Isso ocorreu tanto no âmbito da ABE, que se preocupava com a orientação do ensino da educação física, quanto no âmbito das instituições

controladas pelo Exército, as quais sustentavam, sobretudo no plano do discurso, que a educação física por lá sistematizada pautava-se no Método Francês.

Desse modo, embora, nesse período, tenha se reconhecido a necessidade de criação de um Método Nacional de Educação Física, parece ter este figurado apenas no plano dos discursos, porque, na prática, o Método Francês seguiu sendo oficializado e adotado pelo Brasil afora, o que não impossibilitou, em definitivo, a adoção de outras formas de sistematização da educação física nas escolas civis, justamente porque isso tem a ver com a experiência daqueles que eram responsáveis pelo seu ensino.

Dando sequência à compreensão de como se deu o processo de tentativa de criação do Método Nacional de Educação Física e a sua relação com a implantação do Método Francês, ao nos atentarmos à Divisão de Educação Física, vimos que, entre os anos finais da década de 1930 e os iniciais da década de 1940, ocorreram significativas reformas educacionais, o que culminou na criação de órgãos federais especializados, os quais viam na centralização do poder uma solução para o problema da educação. No âmbito da educação física, essa centralização ganhou forma com a criação da DEF, sendo que, justamente no ano de criação desse órgão regulamentador e fiscalizador, pela primeira vez, a Constituição Federal fazia referência à área da educação física, tornando-a obrigatória em todos os graus de ensino: primário, secundário, normal, agrícola e comercial. A DEF, primeiro órgão federal criado para esse fim, foi, então, a responsável por orientar, regulamentar, sistematizar, fiscalizar e divulgar a educação física em território nacional e, assim, o fez, pelo menos, até a queda de Getúlio Vargas, em outubro de 1945.

Sob a direção do Major João Barbosa Leite, a DEF iniciou uma série de medidas cujos objetivos eram a construção e a expansão dos espaços de formação e de atuação de professores militares e civis de educação física. Dentre elas, temos a ampliação do número de vagas ofertadas em cursos voltados à formação de professores e médicos especializados em educação física, a realização de concursos destinados a professores de educação física e a promoção de conferências e congressos, instituindo, desse modo, um campo de discussão exclusivo relacionado aos problemas da educação física nacional – e aqui destacamos a realização do *I* e do *II Congresso Panamericano de Educação Física*.

Além disso, a Divisão de Educação Física atuou diretamente no projeto de criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, efetivado em 1939. Em todas essas ações, pelo menos de início, a DEF indicou o Método Francês como sendo o método oficial de educação física. Somente nos anos 40 foi que ela se enveredou na construção de um plano de atividades que visava à elaboração de um Método Nacional de Educação Física. Todavia,

vimos que apenas os estudos de autoria de Inezil Penna Marinho representaram algo de concreto da tão almejada criação desse método. Assim sendo, a implementação efetiva de um método de educação física genuinamente brasileiro não se efetivou, permanecendo, na história, somente os escritos de Inezil Penna Marinho acerca da conformação do referido método.

Também nos anos finais da década de 1940, após a destituição de Getúlio Vargas, houve a indicação de que todos os relatórios referentes à educação física passassem a ser enviados diretamente ao Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo e não mais à DEF, como era de praxe. Isso ocorreu porque, segundo Inezil Penna Marinho, os Ministros da Educação Leitão da Cunha e Souza de Campos, que sucederam a Gustavo Capanema, descuidaram-se completamente da educação física, restando ao Ministro Clemente Mariani, após assumir o cargo em 1947, a função de novamente conduzir a educação física brasileira aos caminhos do progresso.

Pensar a Divisão de Educação Física como a instância de regulamentação, orientação e fiscalização da educação física em território nacional, portanto, demandou compreender também as suas contradições. Iniciadas as suas atividades, primeiro, a DEF determinou a adoção do Método Francês, mas, passados alguns anos e sentindo que esse método não mais atendia às necessidades do povo brasileiro, passou a defender a necessidade de criação de um método nacional, não medindo esforços para se tornar a protagonista de sua elaboração.

Em um contexto cuja política nacional em vigência ressaltava o nacionalismo e o patriotismo como elementos fundamentais da constituição de uma nação, um cenário propício à elaboração de um método de educação física com “alma nacional” foi sendo, paulatinamente, constituído. Entretanto, a própria política educacional relacionada à educação física foi sendo forjada em torno de interesses diversos, evidenciando, assim, as contradições de um período em que se esperava total controle do Estado, o que refletia no campo da educação física que, por sua vez, era disputado por diferentes setores da sociedade, com destaque para a disputa forjada, sobretudo, entre os educadores civis e militares. Nesse sentido, o próprio Estado, pautando-se no discurso da unidade nacional, reiterava as medidas conservadoras, ficando, assim, relegada a criação do Método Nacional de Educação Física, haja vista que, principalmente para os militares, o Método Francês do Brasil, com as adaptações impostas pelo temperamento brasileiro, cumpria muito bem o papel de educar moral, intelectual e fisicamente o povo brasileiro.

Nesse contexto de interesses, destacamos a figura de Inezil Penna Marinho, que, formado pela Escola de Educação Física do Exército, pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos e com uma longa permanência como funcionário da Divisão de Educação Física, conviveu diretamente com os militares. Mais do que isso, junto a eles e às suas instituições, compartilhou projetos para a educação física brasileira, ao mesmo tempo que também buscou se forjar enquanto um importante intelectual da área e um protagonista da criação do Método Nacional de Educação Física.

Ocupando cargos estratégicos em diferentes espaços, Inezil Penna Marinho foi, ao longo de sua trajetória de vida/profissional-acadêmica, tecendo uma significativa rede de sociabilidades, que muito contribuiu para a sua própria construção enquanto referência no campo da educação física, permitindo que seus argumentos fossem ouvidos tanto em seu país quanto fora dele. Representando a DEF, viajou por diversos países, participou de vários congressos (nacionais e internacionais), ministrou conferências e publicou diversas monografias, artigos, livros e ensaios. Além disso, foi responsável por organizar e editar as informações que esse órgão dirigente almejava fazer circular acerca da educação física, por meio de seu *Boletim de Educação Física*. Nesse contexto, a Divisão de Educação Física forjava-se como um legítimo espaço de conformação de uma educação física que almejava ser nacional, e, nesse crisol, Inezil Penna Marinho forjava-se como um intelectual reconhecido pela área, sendo autorizado, inclusive, a propor um projeto nacional para a educação física brasileira.

Nesse processo, Inezil Penna Marinho, como um intelectual e detentor de um poder simbólico, protagonizou projetos que impactaram o processo de constituição da educação física brasileira. Como intelectual mediador e, ao mesmo tempo, intelectual criador, ele muito se empenhou em escrever, narrar e difundir uma determinada história da educação física, contribuindo, desse modo, para a construção de uma mentalidade nacional.

Com toda a sua influência no campo da educação física, Inezil Penna Marinho forjou-se como um intelectual múltiplo e polissêmico. Como autor, pesquisador e professor de educação física, foi autorizado a discursar, em diversos espaços e em diferentes países, em nome da causa da educação física. Ao publicar em diferentes suportes, estabeleceu estratégias para fazer circular a própria produção intelectual. A publicação de seus estudos em diferentes fases de desenvolvimento representou uma de suas estratégias que, de certo modo, contribuiu para o aumento quantitativo de sua produção, tornando-o um autor cada vez mais conhecido, reconhecido e lido no campo da educação física brasileira, sendo ainda, embora não tenha ele inaugurado o movimento de escrita da história da educação física no Brasil, conforme a

historiografia da educação física, o autor mais consultado e citado pelos trabalhos que abordaram esse tema, pelo menos até a década de 1980. Assim, podemos afirmar que a sua produção intelectual/textual foi uma importante colaboradora para a redefinição das análises em torno da história da educação física brasileira, ao tratar de um passado que visava forjar um sentimento nacional.

Nesse aspecto, Inezil Penna Marinho, de forma incansável, defendeu a necessidade de criação de um método de educação física que tivesse a “alma nacional”. Ainda como funcionário da DEF e participante dos concursos por ela realizados, Inezil produziu diversos trabalhos, dentre os quais destacamos: *Bases Científicas da Educação Física (Contribuição ao Método Nacional de Educação Física)* e *Valor Individual (Contribuição ao Método Nacional de Educação Física)*, ambos de 1944; *Condições a que deverá satisfazer um Método Nacional de Educação Física (Contribuição ao Método Nacional de Educação Física)* e *O Método Nacional de Educação Física – Evolução*, sendo os dois de 1945; e o *Ante-Projeto do Método Nacional de Educação Física*, de 1946. E, embora Inezil Penna Marinho não tenha, teoricamente, escrito os livros *O Método Nacional de Educação Física – Inquérito realizado pela Divisão de Educação Física*, de 1942, e *O Inquérito sobre o Método Nacional de Educação Física realizado pela Divisão de Educação Física (Contribuição ao Método Nacional de Educação Física)*, de 1944, ele os organizou.

Portanto, foi nesse contexto que Inezil Penna Marinho forjou-se como um importante sujeito para a história da educação física brasileira, mesmo que o método por ele idealizado não tenha se concretizado. Lembramos que, em 1980, Inezil Penna Marinho voltou a defender a necessidade de criação de um Método Nacional de Educação Física, que, naquele momento, ele denominou de “Ginástica Brasileira”, ou seja, essa foi uma tentativa insistente de produzir algo que fosse nacional. Assim, algumas questões permanecem: por que o Método Nacional de Educação Física não vingou?; por que Inezil Penna Marinho, já tendo se forjado como um importante intelectual da área, acabou desistindo daquele que era o seu projeto de quase uma década?; e, ainda, por que Inezil Penna Marinho, ao se tornar professor da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, não retomou o projeto de criação do Método Nacional de Educação Física, visto que, sobre este, ele muito já havia produzido?; ao invés disso, preferiu ele tematizar em suas aulas os métodos ginásticos europeus então existentes?.

O fato é que Inezil Penna Marinho, sobretudo na década de 1940, muito almejou nacionalizar a educação física em um país que insistia em permanecer vinculado à cultura estrangeira e, por isso, os métodos e sistematizações do ensino da educação física estrangeiros continuavam ocupando um lugar importante na conformação da educação física no Brasil.

Inclusive, ao analisarmos as obras desse autor acerca da elaboração do Método Nacional de Educação Física, não podemos afirmar que, de fato, ele tenha rompido com a doutrina militar, mesmo porque, nos cursos e conferências por ele ministrados, ele ensinava e debatia os diferentes métodos estrangeiros de educação física, incluindo o Método Francês, embora, em relação a esse método, suas críticas permanecessem. Logo, Inezil Penna Marinho não negou a doutrina militar, mas, sim, a adoção do Método Francês e a sua oficialização em solo brasileiro. Assim, Inezil não confrontava diretamente os militares, tanto que, por diversas vezes, foi parceiro do Major Barbosa Leite. Além disso, quando se tornou proprietário da *Revista Brasileira de Educação Física*, em vários de seus números, ele concedeu espaço à apreciação de métodos europeus. Porém, nesse percurso, muito almejou Inezil Penna Marinho ser o idealizador do Método Nacional de Educação Física no Brasil. Teria ele, então, imaginado que, também no Brasil, seria capaz de realizar o que Ling realizou na Suécia, ou o que Guts Muts realizou na Alemanha, ou o que Amorós realizou na França, Romero Brest na Argentina, somente para citar alguns países, nos quais os métodos nacionais de educação física foram concretizados?

De todo modo, muito significativo é o fato de Inezil Penna Marinho ter se referido, já na década de 1980, à capoeira como uma possibilidade para se criar, enfim, um Método Nacional de Educação Física. Porque é quase como dizer: enquanto nós, brasileiros, buscávamos inspiração nos métodos estrangeiros, a educação física nacional não vingou, agora, se lançarmos mão da capoeira, essa será compreendida como a “Ginástica Brasileira”, e talvez o método nacional possa ser, finalmente, implementado. É claro que esse enunciado apresentou-se no momento em que a capoeira já não era mais perseguida, já não era mais silenciada. Essa foi, então, outra estratégia de Inezil Penna Marinho, quase quarenta anos depois, para se legitimar enquanto um intelectual que visava implementar um Método Nacional de Educação Física no Brasil.

Por fim, buscando ainda compreender o processo de constituição da educação física em terras brasileiras, analisamos, assim como a tentativa de elaboração de um Método Nacional de Educação Física, também a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, uma instituição modelar de ensino superior voltada à formação de professores de educação física. Criada em abril de 1939, essa Escola teria as seguintes finalidades: a formação técnica em educação física e desportos; a divulgação de seu ensino em todo o país, por meio de uma unidade teórica e prática; a difusão de conhecimentos relativos à educação física e aos desportos; e a realização de pesquisas, indicando o(s) método(s) mais adequado(s) à prática da educação física no país.

Ao analisarmos a história dessa instituição, vimos que ela pode ser definida por dois momentos distintos: um, compreendido entre 1939 e meados da década de 1940, que foi conduzido por militares que gozavam de prestígio junto à estrutura organizacional burocrática do Estado Novo; e outro que se consolidou após a saída de Getúlio Vargas do poder, culminando em uma maior diversificação do quadro de funcionários da ENEFD, em sua reformulação curricular e em um investimento maior na realização e divulgação de pesquisas relacionadas ao campo da educação física.

Foi também nesse segundo momento que vimos surgir na ENEFD a sistematização de um método de educação física, denominado Método Eclético de Educação Física e idealizado pelo Capitão Antônio Pereira Lyra, que, para se adaptar ao tipo brasileiro, foi forjado a partir da junção de diferentes práticas e influenciado por diversos métodos estrangeiros, tornando, desse modo, o Método Francês não mais a única possibilidade de ensino, uma vez que dele só se manteve o que havia de melhor, abandonando o que não podia mais ser assimilado pelo povo brasileiro.

Em 1947, a DEF, cumprindo uma determinação governamental que seguia as prescrições da ENEFD, divulgou as diretrizes para a educação física, as quais os estabelecimentos de ensino secundário deveriam cumprir. Entretanto, utilizando de um tom bastante desdenhoso ao fazer as suas considerações acerca dos novos direcionamentos que a educação física brasileira deveria se orientar, a Divisão, em momento algum, fez menção ao Método Eclético de Educação Física, pelo contrário, ela reforçou a adoção do Método Francês, por meio do *Regulamento Geral de Educação Física*, e apenas considerou algumas outras formas de ensino. Teria a DEF, então, reconhecido que o Método Francês do Brasil, em comparação ao Método Eclético de Educação Física, era a melhor opção para a constituição da educação física nacional, uma vez que, naquela época, ela própria já havia abandonado o projeto de elaboração de um Método Nacional de Educação Física? Diante disso, novamente, pairava no ar um campo de disputas, no que se referia à constituição da educação física, entre uma instituição civil, a ENEFD e uma instituição militar, a DEF? Contudo, essas são questões para próximos estudos.

O fato é que, nos anos finais da década de 1940, a Divisão de Educação Física já não realizava mais os concursos visando à elaboração de um Método Nacional de Educação Física. Além disso, Inezil Penna Marinho já havia demarcado o seu lugar de autor e idealizador desse método, por meio de mensagens escritas em suas obras, *O Método Nacional de Educação Física – Evolução* (1945) e o *Ante-Projeto do Método Nacional de Educação Física* (1946), nas quais enfatizou que, embora a DEF tivesse se apropriado de tudo aquilo

que ele havia produzido acerca do método nacional, todos os estudos que visavam à sua criação foram por ele escritos. Diante disso, não podendo ser reconhecida como a protagonista da elaboração de um Método Nacional de Educação Física e tendo sofrido alterações internas após a saída de Getúlio Vargas do poder e a sua desvinculação do Ministério da Educação e Saúde, a DEF recuou, de certa maneira, em seus argumentos, voltando a reconhecer o Método Francês do Brasil como uma possibilidade de orientação da educação física brasileira. Se isso não ocorreu em sua totalidade, pelo menos se deu em relação a alguns de seus elementos constitutivos.

De todo modo, cada vez mais, o Método Eclético de Educação Física, forjado pela ENEFD e tendo como base uma variedade de práticas, seguia sendo recomendado para ser adotado em todas as escolas do país. Logo, a intenção, no decorrer da segunda metade da década de 1940, não era mais a da adoção de um método único, mas a apropriação de diferentes práticas e métodos ginásticos, que, ao serem trabalhados, deveriam estar de acordo com a idade, o sexo e as necessidades físicas de cada aluno, de acordo com o tipo brasileiro. Diante disso, também a proposição desse método ainda não havia representado a concretização de um método de educação física genuinamente brasileiro.

Assim, o que observamos ao longo das décadas de 1920 e 1940, período privilegiado neste estudo, foi a proposição de uma miscelânea de práticas, influenciadas por diferentes métodos estrangeiros, e a tendência de cada instituição para adotar aquele método de educação física que mais julgava coerente. Além disso, vale destacar, conforme aponta a historiografia da educação física brasileira, a chegada de outros métodos no país, principalmente a partir da década de 1950 e a ascensão e afirmação da prática esportiva. Evidenciamos, assim, que, no território brasileiro, principalmente na primeira metade do século XX, não houve a adoção única e exclusiva de um determinado método de educação física e que, menos ainda, a tentativa de elaboração de um método genuinamente brasileiro, idealizado, sobretudo, por Inezil Penna Marinho, foi concretizada.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AZEVEDO, Fernando de. O segredo de marathona. **Annaes de Eugénia**, p. 115-135, 1919.
- AZEVEDO, Fernando de. O problema da regeneração. **Revista Educação Physica**, v. 5, p. 46, 1933.
- AZEVEDO, Fernando de. O segredo de marathona. **Annaes de Eugénia**, p. 115-135, 1919 *apud* STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., ARMUS, D. (org.) **Cuidar, controlar, curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe [on-line]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, História e Saúde collection, 2004. p. 330-391. ISBN: 978-85-7541-311-1. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/7bzx4/pdf/hochman-9788575413111-11.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.
- AZEVEDO, Fernando de. O problema da regeneração. **Revista Educação Physica**, v. 5, p. 46, 1933 *apud* GÓIS JUNIOR, Edivaldo; LOVISOLO, Hugo Rodolfo. A educação física e a concepção higienista sobre raça: uma reinterpretação histórica da educação física brasileira dos anos de 1930. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v. 3, p. 322-328, nov. 2005. DOI: 10.5628/rpcd.05.03.322.
- AZEVEDO, Fernando de. A nova política educacional: esboço de um programa extraído do Manifesto. In: CURY, Roberto Jamil; CUNHA, Célio da (org.). O Manifesto Educador: os Pioneiros 80 anos depois. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, Brasília, DF: O Instituto, v. 96, número especial, p. 223-237, 2015.
- AZEVEDO, Fernando *et al.* **Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.
- BAÍÁ, Anderson da Cunha; MORENO, Andrea. Revista Brasileira de Educação Física: a Moderna Ginástica Sueca no Brasil (1944-1952). **Cadernos de História da Educação** (on-line), v. 19, p. 686-706, 2020.
- BERGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BONEMY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 137-166.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Thomaz. Lisboa: Difel, 1989.

BRUSCHI, Marcela. **Entre a França e o Brasil: criação, circulação e apropriações do Método Francês de Educação Física (1931-1960)**. 2019. 326 f. Tese (Centro de Educação Física e Desportos – Programa de Pós-Graduação em Educação Física) – Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2019.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. Editora Unisinos, Coleção Aldus, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Getúlio Vargas, 1999, p. 341-345.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Modernidade Pedagógica e Modelos de Formação Docente. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 1, p. 111-120, 2000.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e a IV Conferência Nacional de Educação. In: CURY, Roberto Jamil; CUNHA, Célio da (org.). O Manifesto Educador: os Pioneiros 80 anos depois. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, Brasília, DF: O Instituto, v. 96, número especial, p. 89-112, 2015.

CASTRO, Celso. In Corpore Sano: Os militares e a introdução da educação física no Brasil. **Antropolítica**, Niterói, Rio de Janeiro, n. 2, p. 61-78, 1º sem. 1997.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano – Artes de fazer**. 3. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Seminários: O nacional e o popular na cultura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHAUÍ, Marilena. **Seminários: O nacional e o popular na cultura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983 *apud* OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

COELHO, Luís Furtado. **A ginástica sueca**. Livraria Magalhães e Muniz. Portugal: Editora Porto, 1907.

CORRÊA, Denise Aparecida. **Os governos de Getúlio Vargas (1930-1954) e a Educação Física Escolar no Estado de São Paulo: lembranças de velhos professores**. 2009. 230 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

CUNHA, Luciana Bicalho da. **A Educação Física Desportiva Generalizada no Brasil: princípios e sistematizações de um método de ensino em circulação (1952-1908)**. 2017. 264 f. Tese (Doutorado em História da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

CUNHA, Luciana Bicalho da; LIMA, Cássia Danielle Monteiro Dias. A circulação da Educação Física Desportiva Generalizada e do Método Natural Austríaco nos periódicos brasileiros da década de 1950. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO LATINOAMERICANA, 13., 2018, Montevideu. **Anais [...]**. Montevideu: [s. n.], 2018. Teme: Políticas, espaços públicos e disputas na história da educação na América Latina.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira. **Imperial Collegio Pedro II: o ensino secundário da boa sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

DALBEN, André. Inezil Penna Marinho: formação de intelectual da educação física. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 59-76, jan./mar. 2011.

DALBEN, André; GÓIS JUNIOR, Edivaldo; LIMA, Rodrigo Jeronimo Correa; PALMA, Lucas Polli da. Criação do Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo (1925-1932). **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 171, p. 264-286, jan./mar. 2019.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura. Política social e racial no Brasil – 1917-1945**. Tradução de Claudía Sant’Ana Martins. São Paula: Editora da Unesp, 2006.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura. Política social e racial no Brasil – 1917-1945**. Tradução de Claudía Sant’Ana Martins. São Paulo: Editora da Unesp, 2006 *apud* GONÇALVES, Mauro Castilho. Educação, higiene e eugenia no Estado Novo: as palestras de Savino Gasparini transmitidas pela Rádio Tupi (1939-1940). **Cadernos de História da Educação**, v. 10, n. 1, 151-167, jan./jun. 2011.

DRUMOND, Maurício. **Nações em jogo: esporte e propaganda política em Vargas e Perón**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

DRUMOND, Maurício. **Nações em jogo: esporte e propaganda política em Vargas e Perón**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008 *apud* GÓIS JUNIOR, Edivaldo; MELO, Victor Andrade de; SOARES, Antônio Jorge Gonçalves. Para a construção da nação: debates brasileiros sobre educação do corpo na década de 1930. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 343-360, abr./jun. 2015.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; LOPES, Eliane Marta Teixeira; JINZENJI, Mônica Yumi; SÁ, Carolina Mafra de; NASCIMENTO, Cecília Vieira do; MACEDO, Elenice Fontoura de Paula; ROSA, Walquíria Miranda. A história da feminização do magistério no Brasil: balanço e perspectivas de pesquisa. In: CASASANTA, Ana Maria; PASSOS, Mauro (org.). **A Escola e seus atores**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 53-85, 2005.

FERNANDES, Gyna de Ávila. **Competente sportswoman e dedicada professora: Lucia Joviano e a *Gymnastica* no Ensino Normal (1910-1932)**. 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em História da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

FERNANDES, Gyna de Ávila. **DAR À EDUCAÇÃO FÍSICA UMA HISTÓRIA NACIONAL: a obra *História da Educação Física e dos Desportos no Brasil*, de Inezil Penna Marinho**. 2020. 268 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

FERREIRA NETO, Amarílio. **A Pedagogia no Exército e na Escola: a educação física brasileira (1880-1950)**. Aracruz, ES: FACHA, 1999.

FIGUEIREDO, Priscilla Kelly. **A História da Educação Física e os primeiros Cursos de Formação Superior no Brasil: o estabelecimento de uma disciplina (1929-1958)**. 2016. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

FONSECA, Ana Paula Gontijo da. **Forma (moralmente), instruir (o movimento), treinar (o gesto): Os Cursos de Educação Física por Correspondência e a Formação de Professores (1957-1969)**. 2020. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. Práticas sanitárias ou práticas pedagógicas? A institucionalização das atividades de educação em saúde do 1º governo Vargas (1930-45). In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José Gonçalves (org.). **Educação no Brasil: história, cultura e política**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p. 463-486.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; MELO, Juliana Ferreira de. Análise de impressos e seus leitores: uma proposta teórica e metodológica para pesquisas em história da educação. In: VEIGA, Cynthia Greive; TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus Aurelio (org.). **Historiografia da educação: abordagens teóricas metodológicas**. 1 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. p. 223-259.

GLEYSE, Jacques; DALBEN, André. Conflitos entre esporte e ginástica na França: a criação de um método nacional de educação física entre o final do século XIX e início do século XX. **Conexões**, Campinas, SP, v. 18, p. 1-16, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8660933>. Acesso em: 10 fev. 2022.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **O Método Francês e a Educação Física no Brasil: da caserna à escola**. 1992. 223 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola Superior de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

GOELLNER, Silvana Vilodre (org.) **Inezil Penna Marinho: coletânea de textos**. Porto Alegre: UFRGS; CBCE, 2005.

GOELLNER, Silvana Vilodre; SILVA, André Luiz dos S. (org.). **Nos recônditos da memória: o acervo pessoal de Inezil Penna Marinho**. Porto Alegre: Gênese, 2009.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. Modernismo, raça e corpo: Fernando de Azevedo e a questão da saúde no Brasil (1920-1930). **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**. Curitiba, v. 30, n. 2, p. 35-56, jan. 2009.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. Ginástica, higiene, eugenia no projeto de nação brasileira: Rio de Janeiro, século XIX e início do século XX. **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 01, p. 139-159, jan./mar. 2013.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. Alberto Torres e os higienistas: intervenção do Estado na educação do corpo (1910-1930). **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 1445-1457, 2014.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. Manoel Bonfim: relações entre projetos nacionais de educação e saúde. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 126, p. 77-93, jan./mar. 2014a.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo. A institucionalização da educação física na imprensa: a construção da Escola Superior de Educação Physica de S. Paulo na década de 1930. **Movimento**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 701-714, abr./jun. 2017.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo; DALBEN, André; SANTOS NETO, Samuel Ribeiro dos; QUITZAU, Evelise Amgarten. Uma juventude saudável: representações de uma educação física dos jovens em São Paulo e no Rio de Janeiro na década de 1930. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 1, p. 1-25, 2021.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo; GARCIA, Alessandro Barreta. A eugenia em periódicos da Educação Física Brasileira (1930-1940). **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 22, n. 22, p. 247-254, 2º trim. 2011.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo; LOVISOLO, Hugo R. A educação física e a concepção higienista sobre raça: uma reinterpretação histórica da educação física brasileira dos anos de 1930. **Revista Portuguesa de Ciências do Desportos**, v. 3, p. 322-328, nov. 2005.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo; MELO, Victor Andrade de; SOARES, Antônio Jorge Gonçalves. Para a construção da nação: debates brasileiros sobre educação do corpo na década de 1930. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 343-360, abr./jun. 2015.

GÓIS JUNIOR, Edivaldo; SOARES, Carmen Lucia. Os comunistas e as práticas de educação física dos jovens na década de 1930 no Rio de Janeiro. **Educação & Pesquisa**. São Paulo, v. 44, p. 1-17, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201844175380>.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Essa gente do Rio... Os intelectuais cariocas e o modernismo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 62-77, 1993.

GOMES, Ângela Maria de Castro. O Estado Novo e a recuperação do passado brasileiro. In: Ângela de Castro Gomes. **História & Historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas. 1996, p. 125-155.

GOMES, Angela de Castro. O primeiro governo Vargas: projeto político e educacional. In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José Gonçalves (org.). **Educação no Brasil: história, cultura e política**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p. 445-462.

GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (org.). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GONÇALVES, Mauro Castilho. Educação, higiene e eugenia no Estado Novo: as palestras de Savino Gasparini transmitidas pela Rádio Tupi (1939-1940). **Cadernos de História da Educação**, v. 10, n. 1, 151-167, jan./jun. 2011.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004 *apud* GÓIS JUNIOR, Edivaldo; MELO, Victor Andrade de; SOARES, Antônio Jorge Gonçalves. Para a construção da nação: debates brasileiros sobre educação do corpo na década de 1930. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 343-360, abr./jun. 2015.

GRUNENVALDT, José Tarcísio. ESCOLA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS: o Projeto de uma Época. **Motrivivência**, p. 200-207, dez. 1997.

HASSE, Manuela. O corpo solar. A ginástica sueca e a construção social do corpo europeu. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 21, n. 1, caderno n. 1, p. 1344-1353, set. 1999.

HORTA, José Silvério Baía. **O Hino, O sermão e a Ordem do dia**: Regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

LEME, Paschoal. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 65, n. 150, p. 255-272, maio/ago. 1984.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 115-134.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editor FGV, 2006. p. 167-182.

LIMA, Cássia Danielle Monteiro Dias. **A Secção de Educação Physica e Hygiene da ABE**: construindo um perfil dos seus frequentadores e dos projetos educacionais por eles discutidos (1926-1937). 2008. 88 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

LIMA, Cássia Danielle Monteiro Dias. **Ensino e formação**: “os mais modernos conceitos e métodos” em circulação nas Jornadas Internacionais de Educação Física (Belo Horizonte, 1957-1962). 188 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

LIMA; Cássia Danielle Monteiro Dias. **DE “NATÜRLICHE TURNEN” A “MÉTODO NATURAL AUSTRIACO”**: itinerários de uma proposta pedagógica para a Educação Física no Brasil (1950-1970). 2021. 292 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

LINHALES, Meily Assbú. **A escola, o esporte e a “energização do caráter”**: projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925-1935). 2006. 266 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

LINHALES, Meily Assbú. Militares e educadores na Associação Brasileira de Educação: circulação de interesses em torno de um projeto para educação física nacional (1933-1935). **Educar**, Curitiba, n. 33, p. 75-91, 2009.

LINHALES, Meily Assbú; LIMA, Danielle Monteiro Dias; OLIVEIRA, Liliane Tiburcio de. Médicos e educadores na “*Secção de Educação Physica e Hygiene*” da Associação Brasileira de Educação (1924-1937). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE E III CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 16., 2009, Salvador/Bahia. **Anais** [...]. Salvador/Bahia, 20-25 de setembro de 2009, p. 1-12.

LINHALES, Meily Assbú; SILVA, Pedrita Gonçalves. O inquérito sobre o problema da “Educação Physica” no Brasil: circulação de idéias e modelos educacionais na Associação Brasileira de Educação (1929). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Sergipe. **Anais** [...]. Sergipe: Universidade Federal de Sergipe; Universidade Tiradentes, 2008.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Território plural: a pesquisa em história da educação**. 1 ed. São Paulo: Ática, 2010. p. 65.

LOWENSTEIN, Karl. **Brazil under Vargas**. New York: Macmillan, 1942.

LOWENSTEIN, Karl. **Brazil under Vargas**. New York: Macmillan, 1942 *apud* STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., ARMUS, D. (org.) **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, História e Saúde collection, 2004. p. 330-391. ISBN: 978-85-7541-311-1. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/7bzx4/pdf/hochman-9788575413111-11.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.

MATTOS, Leonardo; MOREL, Márcia; SOARES, Antônio Jorge Gonçalves; GÓIS JUNIOR, Edivaldo. A Educação Física na Associação Brasileira de Educação e o discurso da intervenção social (1927-1932). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RJ, 16., 2014, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANPUH-Rio, 2014. v. 1, p. 1-9. Tema: Saberes e práticas científicas.

MELO, Victor Andrade de. **Escola de Educação Física e Desportos** – uma possível história. 1996. 199 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Campinas, Campinas, 1996.

MELO, Victor Andrade de. Inezil Penna Marinho: notas biográficas. In: FERREIRA NETO, Amarílio (org.). **Pesquisa Histórica na Educação Física**. Aracruz, ES: FACHA, 1998. p. 180-209.

MELO, Victor Andrade de. Os Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (1945-1966): a importância de uma revista e iniciativas de preservação. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 33-43, jan./jun. 2005.

MELO, Victor Andrade de. Inezil Penna Marinho: Cientista, Filósofo, Literato. In: GOELLNER, Silvana Vilodre; SILVA, André Luiz dos S. (org.). **Nos recônditos da memória: o acervo pessoal de Inezil Penna Marinho**. Porto Alegre: Gênese, 2009. p. 125-142.

MELO, Victor Andrade de; PERES, Fábio de Faria. **A *gymnastica* no tempo do Império**. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

MELO, Victor Andrade de. A Educação Física e o Estado Novo (1937-1945): a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. **Revista Digital – Buenos Aires**, año 12, n. 115, dic. 2007. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd115/a-educacao-fisica-e-o-estado-novo.htm>. Acesso em: 1 mar. 2018.

MORAIS, Ramona Mendes Fontoura de. **Gestando uma “*profissão relativamente nova*”**: a Educação Física na Escola de Aperfeiçoamento (Belo Horizonte, 1927-1945). 2015. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MORENO, Andrea. **Corpo e Ginástica num Rio de Janeiro**: mosaico de imagens e textos. 2001. 295 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MORENO, Andrea. O Rio de Janeiro e o corpo do homem fluminense: o “não lugar” da ginástica sueca. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Autores Associados, v. 25, n.1, p. 55-68, 2003.

MORENO, Andrea; BAÍA, Anderson da Cunha. Do Instituto Central de Ginástica (GCI) de Estocolmo para o Brasil: cultivo e divulgação de uma educação do corpo. **Educação Em Revista** (on-line), v. 35, p. 1-31, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/JQyxHTwNWmyRNkwGjxTXR6Q/?lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2020.

MORENO, Andrea. A propósito de Ling, da ginástica sueca e da circulação de impressos em língua portuguesa. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 37, p. 128-135, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S010132891500027X>. Acesso em: 5 dez. 2021.

MORENO, Andrea; BAÍA, Anderson da Cunha; BONIFACIO, Iara Marina. Tratado pratico de gymnastica sueca de L. G. Kumlien: itinerários de um manual no Brasil (1895-1933). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, p. 1-23, 2019.

MOURA, Nestor Donizetti de. **Educação Física no Estado Novo**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2006.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974.

NAGLE, Jorge. O Manifesto dos Pioneiros e a História da Educação Brasileira. In: CURY, Roberto Jamil; CUNHA, Célio da (org.). O Manifesto Educador: os Pioneiros 80 anos depois. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, Brasília, DF: O Instituto, v. 96, número especial, p. 39-49, 2015.

NASCIMENTO, Célia Carvalho do. **Inezil Penna Marinho: o tempo de uma história.** 1997. Dissertação (Faculdade de Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997.

NASCIMENTO, Célia Carvalho do. Inezil Penna Marinho: o tempo de uma história. In: FERREIRA NETO, Amarílio (org.). **Pesquisa Histórica na Educação Física.** Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 1997a. v. 2, p. 121-156.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do. **Caminhos da docência:** Trajetórias de mulheres professoras em Sabará – Minas Gerais (1830-1904). 2011. 231 f. Tese (Doutorado em História da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

NUNES, Clarice. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932): o compromisso com uma sociedade educada. In: CURY, Roberto Jamil; CUNHA, Célio da (org.). O Manifesto Educador: os Pioneiros 80 anos depois. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, Brasília, DF: O Instituto, v. 96, número especial, p. 51-88, 2015.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. **Política & Sociedade**, n. 12, p. 13-21, abr. 2008.

OLIVEIRA, Liliane Tibúrcio. **J. P. Fontenelle Belisário Penna:** médicos no processo de legitimação da educação física, na Associação Brasileira de Educação. 2009. 88 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

OLIVEIRA, Antônio Sérgio Francisco. **Inezil Penna Marinho:** História e Educação Física (1940-1958). 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

OLIVEN, Ruben. Cultura e modernidade no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, p. 3-12, 2001.

OLIVEN, Ruben. Cultura e modernidade no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, p. 3-12, 2001 *apud* GÓIS JUNIOR, Edivaldo; DALBEN, André; SANTOS NETO, Samuel Ribeiro dos; QUITZAU, Evelise Amgarten. Uma juventude saudável: representações de uma educação física dos jovens em São Paulo e no Rio de Janeiro na década de 1930. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 1, p. 1-25, 2021.

PAIVA, Fernanda Simone. **Sobre o pensamento médico-higienista oitocentista e a escolarização:** condições de possibilidade para engendramento do campo da educação física no Brasil. 2003. 451 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

PAIVA, Fernanda Simone. **Sobre o pensamento médico-higienista oitocentista e a escolarização**: condições de possibilidade para engendramento do campo da educação física no Brasil. 2003. 451 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003 *apud* GÓIS JUNIOR, Edivaldo; MELO, Victor Andrade de; SOARES, Antônio Jorge Gonçalves. Para a construção da nação: debates brasileiros sobre educação do corpo na década de 1930. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 131, p. 343-360, abr./jun. 2015.

PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PAULILO, André Luiz. Sobre as políticas públicas de educação na cidade do Rio de Janeiro entre 1922-1935. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 84, n. 206/207/208, p. 54-66, jan./dez. 2003.

PRADO, Adonia Antunes. Intelectuais e educação no Estado Novo (1937/1945): o debate sobre a formação do professor primário rural. **Teias**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1-16, 2000.

QUITZAU, Evelise Amgarten. O trabalho na forma de alegria juvenil: a ginástica segundo Johann Christoph Friedrich Guts Muts. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 34, n. 2, p. 359-373, abr./jun. 2012.

QUITZAU, Evelise Amgarten. “Turnen, um meio de formação do espírito”: educação do corpo e associativismo no Rio Grande do Sul (primeiras décadas do século XX). In: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 10., 2014, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: [s. n.], 2014.

QUITZAU, Evelise Amgarten. Da ‘Ginástica para a juventude?’ a ‘A ginástica alemã?’: observações acerca dos primeiros manuais alemães de ginástica. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, n. 2, v. 37, p. 111-118, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2015.02.005>.

RAMOS, Jayr Jordão. **A Moderna Ginástica Sueca**. Ministério da Educação e Cultura. Divisão de Educação Física. Curso de Educação Física por Correspondência. [s. l.], 1967.

RAMOS, Jayr Jordão. **Os exercícios físicos na história e na arte**: do home primitivo aos nossos dias. São Paulo: IBRASA, 1982.

ROMÃO, Anna Luiza Ferreira. **Inventariando e problematizando o ensino normal e a cadeira de *Gymnastica* em Minas Gerais (1890-1920)**. 2012. 213 f. Monografia (Graduação em Educação Física) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

ROMÃO, Anna Luiza Ferreira. **Entre Escolas, Clubs e Sociedades**: as *Gymnasticas* tecidas por professores no Rio de Janeiro (1850-1900). 2016. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

ROMÃO, Anna Luiza Ferreira; MORENO, Andrea. Das piruetas aos saltos: as diferentes manifestações da *gymnastica* no Rio de Janeiro da segunda metade do XIX. **Cadernos Cedex**, Belo horizonte, v. 38, p. 21-32, 2018.

ROMÃO, Anna Luiza Ferreira; MORENO, Andrea. *Exercícios disciplinares, movimentos de corpo livre, saltos, corridas, exercícios nos aparelhos e jogos gymnasticos: a gymnastica forjada na Escola Normal do Rio de Janeiro*. In: JINZENJI, Mônica Yumi; LAGES, Rita Cristina Lima (org.). **História da educação: sujeitos na/da história**. 1. ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2021. v. 1, p. 175-195.

SANTOS, Jorge Artur dos. **Os intelectuais e as críticas às práticas esportivas no Brasil (1890-1947)**. 2000. 277 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SILVA, André Luiz dos Santos. “Para evitar o cogumelar de gentes feias”: a Educação Física na eugenia de Renato Kehl (1917-1929). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, Salvador, 16., 2009. **Anais [...]**. Salvador: CBCE, 2009. p.1-14 *apud* GÓIS JUNIOR, Edivaldo; GARCIA, Alessandro Barreta. A eugenia em periódicos da Educação Física Brasileira (1930-1940). **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 22, n. 22, p. 247-254, 2º trim. 2011.

SILVA, Leonardo Mattos da Motta. “**A Semana de Educação precisa ser uma Semana Brasileira**”: discursos e práticas da Associação Brasileira de Educação para uma educação do corpo a partir de suas perspectivas norte-americanas (1928-1935). 2021. 302 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2021.

SIMÕES, Renata Duarte. **A educação do corpo no jornal A Offensiva (1932-1938)**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação física: raízes européias e Brasil**. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1994.

SOARES, Carmen Lúcia. **Imagem da educação no corpo: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

SOARES, Carmen Lúcia. Da arte e da ciência de movimentar-se: primeiros momentos da ginástica no Brasil. In: PRIORE, Mary Del; MELO, Victor Andrade de (org.). **História do Esporte no Brasil: do Império aos dias atuais**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 133-178.

SOARES, Carmen Lúcia. Métodos Ginásticos. In: GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo (org.). **DICIONÁRIO CRÍTICO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**. 2. ed. [s. l.]: Ed. Unijuí, 2010. p. 278-282.

SOCIEDADE EUGÊNICA DE SÃO PAULO. **Annaes de Eugénia**. São Paulo: Revista do Brasil, 1919.

SOCIEDADE EUGÊNICA DE SÃO PAULO. *Annaes de Eugénia*. São Paulo: Revista do Brasil, 1919 *apud* STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., ARMUS, D. (org.) **Cuidar, controlar, curar:** ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe [on-line]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, História e Saúde collection, 2004. p. 330-391. ISBN: 978-85-7541-311-1. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/7bzx4/pdf/hochman-9788575413111-11.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., ARMUS, D. (org.) **Cuidar, controlar, curar:** ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe [on-line]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, História e Saúde collection, 2004. p. 330-391. ISBN: 978-85-7541-311-1. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/7bzx4/pdf/hochman-9788575413111-11.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia:** raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia:** raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005 *apud* GÓIS JUNIOR, Edivaldo. Manoel Bonfim: relações entre projetos nacionais de educação e saúde. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 126, p. 77-93, jan./mar. 2014.

VELLOSO, Monica Pimenta. Em busca de identidade nacional: diferentes expressões do moderno e da brasilidade. In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José Gonçalves (org.). **Educação no Brasil:** história, cultura e política. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p. 349-374.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola nova e processo educativo (1920-1930). In: LOPES, Eliane Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. v. 1, p. 497-517.

VIDAL, Diana Gonçalves; PAULILO, André Luiz. Projetos e estratégias de implementação da Escola Nova na Capital do Brasil (1922-1935). In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José Gonçalves (org.). **Educação no Brasil:** história, cultura e política. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. p. 375-398.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Conferências Nacionais de Educação: intelectuais, Estado e discurso educacional (1927-1967). **Educar em Revista**, Curitiba, n. 65, p. 19-34, jul./set. 2017.

XAVIER, Libânia Nacif. O Manifesto de 1932 e a democracia como valor universal. In: CURY, Roberto Jamil; CUNHA, Célio da (org.). O Manifesto Educador: os Pioneiros 80 anos depois. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**, Brasília, DF: O Instituto, v. 96, número especial, p. 133-156, 2015.

XAVIER, Libânia Nacif. Interfaces entre a história da educação e a história social e política dos intelectuais: conceitos, questões e apropriações. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (org.). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 464-485.

FONTES DA PESQUISA

Divisão de Educação Física

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Departamento Nacional de Educação. Divisão de Educação Física. **O Método Nacional de Educação Física – Inquérito realizado pela Divisão de Educação Física**. Rio: [s. n.], 1942, p. 3-14.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Departamento Nacional de Educação. Divisão de Educação Física. **O Inquérito sobre o Método Nacional de Educação Física realizado pela Divisão de Educação Física (Contribuição ao Método Nacional de Educação Física)**. Tipografia Baptista de Souza. Rio de Janeiro, 1944, p. 5-231.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Departamento Nacional de Educação. Divisão de Educação Física. **Bases Científicas da Educação Física (Contribuição ao Método Nacional de Educação Física)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944a. p. 5-138.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Departamento Nacional de Educação. Divisão de Educação Física. **Valor Individual (Contribuição ao Método Nacional de Educação Física)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944b. p. 5-69.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Departamento Nacional de Educação. Divisão de Educação Física. MARINHO, Inezil Penna. **Condições a que deverá satisfazer um Método Nacional de Educação Física (Contribuição ao Método Nacional de Educação Física)**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. p. 3-32.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Anais do Primeiro Congresso Panamericano de Educação Física**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1943. v. I, p. 52.

Inezil Penna Marinho – obras

MARINHO, Inezil Penna. **O Método Nacional de Educação Física – Evolução**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1945. p. 7.

MARINHO, Inezil Penna. **Ante-Projeto do Método Nacional de Educação Física**. Tomo I – Introdução. Rio de Janeiro: [s. n.], 1946. p. 4-139.

MARINHO, Inezil Penna. **Ante-Projeto do Método Nacional de Educação Física**. Tomo I – 1ª parte. Rio de Janeiro: [s. n.], 1946a. p. 4-242.

MARINHO, Inezil Penna. **Ante-Projeto do Método Nacional de Educação Física**. Tomo I – 2ª parte. Rio de Janeiro: [s. n.], 1946b. p. 4-6.

MARINHO, Inezil Penna. **História da educação física e dos desportos no Brasil**: Brasil Colônia; Brasil Império e Brasil República. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1952. v. II.

MARINHO, Inezil Penna. **História da educação física e dos desportos no Brasil**: Brasil Colônia – Brasil Império – Brasil República (Documentário e Bibliografia). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1954. v. IV.

MARINHO, Inezil Penna. **A Ginástica Brasileira (Resumo do Projeto Geral)**. [s. l.: s. n.], 1981.

Inezil Penna Marinho – artigos

MARINHO, Inezil Penna. O Estado Nacional e a Educação Física. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano I, n. 12, p. 2, dez. 1944.

MARINHO, Inezil Penna. *Cultura Política*, ano IV, n. 41, [sem paginação], maio 1944a.

MARINHO, Inezil Penna Marinho. O Conceito Bio-Sócio-Psico-Filosófico da Educação Física em Oposição ao Conceito Anátomo-Fisiológico. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano I, n. 2, p. 28-30, fev. 1944b.

MARINHO, Inezil Penna. Fundamentos Bio-Sócio-Psico-Filosóficos dos Programas de Educação Física na Escola Secundária. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano I, n. 4, p. 29, abr. 1944c.

MARINHO, Inezil Penna. Subsídios para a História da Capoeiragem no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano II, n. 15, p. 2-9, mar. 1945.

MARINHO, Inezil Penna. Conceitos e Métodos de Educação Física Dominantes no Brasil Durante o Século XX, até a Adoção do Método Francês. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano II, n. 23, p. 3-4/6/8/9/10, dez. 1945a.

MARINHO, Inezil Penna. O Método Nacional de Educação Física. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano II, n. 17, p. 27-28, maio 1945b.

MARINHO, Inezil Penna. Nova Direção. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano III, n. 28, p. 3, maio/jun. 1946.

MARINHO, Inezil Penna. A experiência do Método Francês e a necessidade de um Método Nacional de Educação Física. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano III, n. 25, p. 2, fev. 1946a.

MARINHO, Inezil Penna. Conferências Congressos de Educação Física realizados na América do Sul. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano III, n. 29, p. 13, jul./ago. 1946b.

MARINHO, Inezil Penna. 1946 – Desilusões!... 1947 – Esperanças!... *Revista Brasileira de Educação Física*, ano IV, n. 34, p. 1, jan. 1947.

MARINHO, Inezil Penna. Alguns anos depois... *Revista Brasileira de Educação Física*, ano VI, n. 59, p. 3, fev. 1949.

MARINHO, Inezil Penna. Ano Novo. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano VI, n. 58, p. 1, jan. 1949a.

MARINHO, Inezil Penna. A Ginástica Brasileira. *Boletim Associação dos Professores de Educação Física do Rio de Janeiro* – Editorial, jun./jul. 1981.

Autores nos periódicos

AZEVEDO, Fernando. O problema da regeneração. *Educação Physica*, n. 5, p. 46, 1933.

AZEVEDO, Fernando. Aphorimas de Educação Athletica. *Educação Physyca*, n. 7, p. 67-68, dez. 1936.

AZEVEDO, Fernando. Os esportes e sua justa situação num programa escolar – atletismo e athletica. *Educação Physica*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 10-11/71, jan. 1939.

AZEVEDO, Fernando de. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano I, n. 1, p. 9, jan. 1944.

CAVALCANTE, Pedro. Cursos de emergência destinados ao preparo de professores e médicos para a Educação Física. *Revista de Educação Física*, ano VII, n. 45, p. 1, jun./jul. 1939.

COLOMBO, Alfredo. Homenagem aos ex-diretores da Divisão de Educação Física, Major Barbosa Leite e Coronel Caio Miranda. *Boletim de Educação Física*, ano VI, n. 15, p. 13-20, dez. 1957.

DECRETO-LEI Nº 1.212. *Revista Brasileira de Educação Física*. Ano II, n. 13, p. 24-31, jan. 1945.

DECRETO-LEI Nº 8.270. *Revista Brasileira de Educação Física*. Ano III, n. 24, p. 10-12, jan. 1946.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Ministro, em 30 de Novembro de 1940. *Boletim de Educação Física*, ano I, n. 3, p. 10-11, dez. 1941.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Vida e Obra de Jorge De Moraes. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano IV, n. 38, p. 10-15, maio 1947.

FILHO, Lourenço. A Philosophia da Educação Physica – Educação Física e a Futura Raça Brasileira. *Educação Física*, n. 37, p. 10-12 e 60, 1939.

FISHER, I. A Nova Educação Física. *Educação Physica*, n. 32, p. 9, jul. 1939.

HOLMSTRÖM, Agne. La ginasia de Ling como base de la moderna Educación Física. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano V, n. 46, p. 39, jan. 1948.

KELLY, Celso. O civismo na educação física. *Revista de Educação Física*, ano X, n. 51, p. 1, fev. 1942.

LEITE, João Barbosa. Secção de Livros. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano I, n. 1, p. 45, jan. 1944.

LEITE, João Barbosa. Nosso Programa. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano I, n. 1, p. 2, jan. 1944a.

LEITE, João Barbosa Leite. Algumas palavras sobre a Obra de Rui. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano VI, n. 67-68, p. 4, out./nov. 1949.

NETTO, Américo Rego. Ginástica e desporto. *Revista de Educação Física*, n. 9, p. 29, jun. 1933.

PINHEIRO, João Ribeiro. Militarismo e Educação Física. *Revista Educação Física*, n. 1, p. 1, maio 1932.

VICTOR, Arthur. Educação Física nas Universidades. *Educação Física*, n. 37, p. 48, nov. 1939.

Periódicos

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CÔRTE E DA PROVINCIA DO RIO DE JANEIRO. Ano 1875, p. 526.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DO RIO DE JANEIRO. Ano 1877, p. 560.

ARQUIVOS DA ESCOLA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, ano I, n. 1, p. 3, out. 1945.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Semana de Exposição de Métodos – Apresentação. São Paulo, 1946.

BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Relação dos profissionais registrados na Divisão de Educação Física. *Boletim de Educação Física*, ano I, n. 2, p. 91-108, set. 1941.

BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Curso de Informações. *Boletim de Educação Física*, ano I, n. 1, p. 5-142, jun. 1941a.

BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Concurso de Trabalhos sobre Educação Física. *Boletim de Educação Física*, ano I, n. 1, p. 143-144/ jun. 1941b.

BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Concurso entre os estabelecimentos de ensino secundario que melhores instalações e organização apresentam para a educação física. *Boletim de Educação Física*, ano I, n. 1, p. 145-147, jun. 1941c.

BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Concurso de sentenças sôbre Educação Física. *Boletim de Educação Física*, ano I, n. 1, p. 147-148, jun. 1941d.

BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Concurso de cartazes para a propaganda da Educação Física. *Boletim de Educação Física*, ano I, n. 1, p. 149-150, jun. 1941e.

BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Concurso de desenho para uma “medalha de Educação Física”. *Boletim de Educação Física*, ano I, n. 1, p. 150-152, jun. 1941f.

BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Exposição de cartazes para propaganda da Educação Física. *Boletim de Educação Física*, ano I, n. 3, p. 121, dez. 1941g.

BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Ano I, n. I, p. 109-116, jun. 1941h.

BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Pessoal da Divisão de Educação Física desde a sua instalação. *Boletim de Educação Física*, ano III, n. 7, p. 15-20, ago. 1941i.

BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Síntese das Atividades da Divisão de Educação Física no Quinquênio de 1937-1941. *Boletim de Educação Física*, ano II, n. 5, p. 15-16, jun. 1942

BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Concurso de Trabalhos sôbre Educação Física. *Boletim de Educação Física*, ano II, n. 5, p. 62-64, jun. 1942a.

BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Decreto-Lei N. 4.244, de 9 de abril de 1942 – Lei orgânica do ensino secundário. *Boletim de Educação Física*, ano II, n. 5, p. 17-39, jun. 1942b.

BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA. O Método Nacional de Educação Física. *Boletim de Educação Física*, ano III, n. 6, p. 15, abr. 1943.

BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Concurso de Trabalhos sôbre Educação Física. *Boletim de Educação Física*, ano III, n. 6, p. 19-21, abr. 1943a.

BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Concurso de Contribuições para o Método Nacional de Educação Física. *Boletim de Educação Física*, ano II, n. 7, p. 29-31, ago. 1943b.

BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Primeiro Congresso Panamericano de Educação Física. *Boletim de Educação Física*, ano III, n. 6, p. 39-43, abr. 1943c.

BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Conclusões Finais do I Congresso Pan-Américo de Educação Física. *Boletim de Educação Física*, ano III, n. 7, p. 7-10, ago. 1943d.

BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Concursos promovidos pela D. E. F. *Boletim de Educação Física*, ano IV, n. 9, p. 21, abr. 1944.

BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Concurso de Trabalhos sôbre Educação Física. *Boletim de Educação Física*, ano IV, n. 9, p. 31-33, abr. 1944a.

BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Ano IV, n. 11, p. 7-61, dez. 1944b.

BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Concursos promovidos pela D. E. F. *Boletim de Educação Física*, ano V, n. 12, p. 14-15, abr. 1945.

BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Concurso de Trabalhos sobre Educação Física. *Boletim de Educação Física*, ano V, n. 12, p. 65-67, abr. 1945a.

BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Curso de Informações. *Boletim de Educação Física*, ano V, n. 12, p. 53-54, abr. 1945b.

BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Relatório das Atividades da Divisão de Educação Física no ano de 1944. *Boletim de Educação Física*, ano V, n. 12, p. 5-6, abr. 1945c.

BOLETIM DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Homenagem aos ex-diretores da Divisão de Educação Física, Major João Barbosa Leite e Coronel Caio Miranda. *Boletim de Educação Física*, ano VI, n. 15, p. 14-15, dez. 1957.

CIÊNCIA POLÍTICA – REVISTA MENSAL DOS ESTUDOS BRASILEIROS. [sem paginação], mar 1942.

CIÊNCIA POLÍTICA – REVISTA MENSAL DOS ESTUDOS BRASILEIROS. Fascículo II, v. X, p. 72, nov. 1944.

CULTURA POLÍTICA – REVISTA MENSAL DOS ESTUDOS BRASILEIROS. Ano III, n. 32, [sem paginação], set. 1943.

CULTURA POLÍTICA – REVISTA MENSAL DOS ESTUDOS BRASILEIROS. Ano IV, n. 41, [sem paginação], maio 1944.

CULTURA POLÍTICA – REVISTA MENSAL DOS ESTUDOS BRASILEIROS. Ano IV, n. 40, [sem paginação], abril de 1944a.

EDUCAÇÃO FÍSICA. Curso de Emergencia de Educação Física. *Educação Física*. n. 32, p. 38/40, jul. 1939.

EDUCAÇÃO FÍSICA. N. 70, p. 43, 1942.

EDUCAÇÃO PHYSICA. O moderno conceito de educação physica. *Educação Physica*, n. 7, p. 15-18, dez. 1936

EDUCAÇÃO PHYSICA. A educação physica no Brasil – Em estudos um projecto de oficialização. *Educação Physica*, n. 10, p. 40, dez. 1937.

EDUCAÇÃO PHYSICA. Editorial. *Educação Physica*. n. 8, fev. 1937a.

EDUCAÇÃO PHYSICA. A Educação Physica nas escolas – Questão que não pode ser relegada, na proxima reforma. *Educação Physica*, n. 10, p. 6, 1937b.

EDUCAÇÃO PHYSICA. N. 15, p. 12, 1938.

ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA. N. 81, p. 55, jan. 1942.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Plano de Ensino de 1932. *Revista de Educação Física*, ano 1, n. 1, p. 4-6, maio 1932.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Unidade de Doutrina – Educação Física Militar. *Revista de Educação Física*, ano 2, n. 5, [sem paginação], fev. 1933.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Unidade de Doutrina – Educação Física Militar. *Revista de Educação Física*, ano 2, n. 5, p. 2, fev. 1933a.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Cruzada civica e eugenia no C. M. E. F. *Revista de Educação Física*, ano 2, n. 7, [sem paginação], abr. 1933b.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. N. 25, p. 14-15, ago. 1935.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Homens para o Brasil! *Revista de Educação Física*, ano 4, n. 19, [sem paginação], fev. 1935a.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Um novo Órgão Técnico-Administrativo de Educação Física. *Revista de Educação Física*, ano V, n. 36, [sem paginação], 1937.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. O método francês em face da criação de outros métodos adaptaveis ao Brasil. *Revista de Educação Física*, ano XV, n. 58, p. 2-5, abr. 1948.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. General de Exército Newton Cavalcanti. *Revista de Educação Física*, ano XVII, n. 63, p. 3, 1949. (Número Especial).

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Ano I, n. 1, p. 9-41, jan. 1944.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Ano I, n. 12, p. 4-11, dez. 1944a.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Organização e Administração da Educação Física no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Física*. Ano I, n. 1, p. 42, jan. 1944b.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Portaria nº 467, de 16 de Julho de 1943. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano I, n. 1, p. 47, jan. 1944c.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. O que foi o I Congresso Panamericano de Educação Física. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano I, n. 1, p. 19, jan. 1944d.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Aspecto da Primeira Exposição Nacional de Educação Física. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano I, n. 2, p. 21, fev. 1944e.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. I – Detalhe mostrando o painel da contribuição da educação física ao esforço de guerra. II – Campos de educação física do Uruguai e esquema da organização da educação física do Paraguai. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano I, n. 2, p. 17, fev. 1944f.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. O Primeiro Congresso Panamericano de Educação Física Apreciado no Uruguai. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano I, n. 2, p. 8-22, fev. 1944g.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. O Primeiro Congresso Panamericano de Educação Física Apreciado no Chile. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano I, n. 2, p. 42, fev. 1944h.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Reunião de Educação Física. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano II, n. 13, p. 1, jan. 1945.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Escola Nacional de Educação Física e Desportos. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano II, n. 13, p. 24-31, jan. 1945a.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Conferências e Congressos de Educação Física Realizados na América do Sul. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano II, n. 18, p. 38-45, jun. 1945b.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. O Ante-Projeto de Regulamento e Temário para o II Congresso Panamericano de Educação Física. *Revista Brasileira de Educação Física*. Ano II, n. 14, p. 33-37, fev. 1945c.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Intercambio. *Revista Brasileira de Educação Física*. Ano II, n. 20, p. 1, set. 1945d.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Ano II, n. 14, p. 2-4, fev. 1945e.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Os concursos promovidos pela Divisão de Educação Física. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano III, n. 29, p. 28, jul./ago. 1946.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. O II Congresso Panamericano de Educação Física. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano III, n. 26, p. 1, mar. 1946a.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Os Concursos promovidos pela Divisão de Educação Física em 1946. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano IV, n. 36, p. 17, mar. 1947.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Educação Física e Panamericanismo. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano IV, n. 43, p. 1, out. 1947a.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. 1946 – Desilusões!... 1947 – Esperanças!... *Revista Brasileira de Educação Física*, ano IV, n. 34, p. 1, jan. 1947b.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. II Congresso Paulista de Educação Física. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano IV, n. 39, p. 5, jun. 1947c.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Diretrizes para a Educação Física nos Estabelecimentos de Ensino Secundário. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano IV, n. 42, p. 7-14, set. 1947d.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Convite à Lingíada que se realizará em Estocolmo, em 1949, entre 27 de julho e 13 de agosto. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano V, n. 48, p. 56, mar. 1948.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Convite à Segunda Lingíada. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano VI, n. 61/62, p. 6, abr./maio 1949.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Informações da Segunda Lingíada. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano VI, n. 61/62, p. 7, abr./maio 1949a.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Comitê Brasileiro Pró Lingíada. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano VI, n. 61/62, p. 20, abr./maio 1949b.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Os Congressos Panamericanos de Educação Física. *Revista Brasileira de Educação Física*, ano VII, n. 77/78, p. 1, ago./set. 1950.

APÊNDICES

Apêndice A: Colaboradores do “Comité Brasileiro Pró-Lingíada”

QUADRO 3 – Colaboradores do “Comité Brasileiro Pró-Lingíada” e suas funções ou cargos

NOME	FUNÇÃO/CARGO
João Barbosa Leite	“Diretor da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, membro do Comité Diretivo do Instituto Panamericano de Educação Física, delegado do Brasil ao I e ao II Congressos Panamericanos de Educação Física, autor de vários trabalhos sobre a especialidade e ex-chefe do Departamento de Educação Física da Escola Militar.”
Levy Paiva	“Diretor do Departamento de Educação Física e da Escola de Educação Física da Marinha, Membro da Delegação Brasileira à última Olimpíada.”
Octacílio de Souza Braga	“Professor de educação física diplomado pelo Instituto Técnico de Montevideo e ‘Bachelor of Physical Education’ pela Universidade de Springfield, Ex-Diretor Técnico da Confederação e da Federação Metropolitana de Basquetebol, Diretor Técnico do Clube Ginástico Português, Acessor Técnico da Delegação Brasileira nos Jogos Olímpicos de Los Angeles (1932) e Delegado do Brasil em vários congressos de educação física e recreação, na América do Sul e nos Estados Unidos.”
Manoel Monteiro Soares	“Diplomado em educação física pela Escola de Educação Física do Exército, professor, advogado e autor de vários trabalhos sobre educação física, Presidente da Associação de Professores de Educação Física, Coordenador de educação física nas escolas secundárias da Prefeitura do Distrito Federal.”
Inezil Penna Marinho	“Advogado, jornalista, técnico de educação do Ministério da Educação Física e Saúde, professor catedrático de Metodologia da Educação Física na Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, professor de educação física e técnico desportivo, Diretor da Revista Brasileira de Educação Física, Presidente da Federação Brasileira de Associações de Professores de Educação Física, autor de numerosas obras sobre educação física, Membro do Comité Nacional do Instituto Panamericano de Educação Física.”
Silvio A. Santa Rosa	“Diplomado em Educação Física pela Escola de Educação Física do Exército, Ex-sub-diretor de ensino e Ex-chefe do Departamento Técnico da referida Escola, Ex-orientador da educação física na República do Paraguai, condecorado pelo governo do Paraguai pelos serviços prestados à causa da educação física do citado país, Membro da Educação Brasileira à última Olimpíada, Diretor Técnico do Departamento de Desportos do Exército, Comandante e Diretor do Ensino da Escola de Educação Física do Exército, Presidente da Associação de Professores de Educação Física do D. Federal.”
Jair Jordão Ramos	“Diplomado em educação física pelas Escolas de Educação Física do Exército e de Joinville-le-Pont (França), Ex-instrutor e chefe do Departamento Técnico da E. E. F. E. Autor de vários trabalhos sobre educação física, Ex-orientador da educação física na República do Paraguai, condecorado pelo governo da República do Paraguai pelos serviços prestados à causa da educação física no referido país, Chefe do Departamento de Educação Física da Polícia Militar.”
Alfredo Colombo	“Professor da Escola Nacional de Ed. Fis. e Desportos da Universidade do Brasil, Diplomado pela Escola de Ed. Fis. do Exército, Ex-Assistente Técnico da Divisão de Educação Física do M. da educação física, Ex-orientador de atletismo da Escola de Aeronáutica e Atletas e Campeão Brasileiro em 400 e 500 metros rasos, Assistente Técnico do Fluminense F. C..”

Fonte: Quadro elaborado a partir de dados coletados na *Revista Brasileira de Educação Física* (1949b, p. 20).

Apêndice B: Conferências Nacionais de Educação promovidas pela ABE, entre 1920 a 1940

QUADRO 4 – Temas das Conferências e Congressos Nacionais de Educação promovidas pela ABE – 1920-1940

EVENTO	LOCAL	DATA	TEMA
<i>I Conferência Nacional de Educação</i>	Curitiba	Dezembro de 1927	Organização nacional do ensino; formação de professores
<i>II Conferência Nacional de Educação</i>	Belo Horizonte	Outubro de 1928	Educação política, sanitária, agrícola, doméstica; ensino secundário; uniformização do ensino normal; organização do ensino secundário; revisão dos compêndios do ensino primário; Federação das Associações de Educação do Brasil
<i>III Conferência Nacional de Educação</i>	São Paulo	Setembro de 1929	Ensino primário, secundário e profissional; organização universitária; educação sanitária
<i>IV Conferência Nacional de Educação</i>	Rio de Janeiro	Outubro de 1931	Diretrizes para a educação popular; ensino normal
<i>V Conferência Nacional de Educação</i>	Niterói	Dezembro de 1932/ Janeiro de 1933	Sugestões à Assembleia Constituinte – elaboração do anteprojeto de organização nacional da educação de 193.
<i>VI Conferência Nacional de Educação</i>	Fortaleza	Fevereiro de 1934	Organização geral do ensino no país; educação pré-escolar
<i>VII Congresso Nacional de Educação⁽¹⁾</i>	Rio de Janeiro	Junho-Julho de 1935	Educação Física
<i>VIII Congresso Nacional de Educação</i>	Goiânia	Junho de 1942 ⁽²⁾	Ensino primário
<i>IX Congresso Nacional de Educação</i>	Rio de Janeiro	Junho de 1945	Educação democrática

Fonte: Quadro elaborado a partir de dados coletados em Bruschi (2019), Vieira (2017), Linhares (2006), Oliveira e Silva (2000), Carvalho (1998), além de jornais e revistas dispostos no Apêndice C.

Nota: ⁽¹⁾ Embora não tenhamos encontrado, na historiografia da educação, uma justificativa para a mudança da nomenclatura de conferência para congresso, a partir das fontes consultadas, percebemos que essa mudança ocorreu a partir de 1936, ano em que a ABE deu início a outro ciclo de conferências, o que, talvez, tenha sido o motivo, ou seja, para que os próximos congressos não fossem confundidos com essas novas conferências, as quais passaram a ser realizadas anualmente; já os congressos tiveram um salto de sete anos para que o próximo se realizasse, conforme quadro acima.

⁽²⁾ Embora tenha havido esse grande intervalo entre 1935 e 1942, a ABE não deixou de realizar esse tipo de atividade/evento, tal como pontuamos na nota anterior. Assim, a partir de 1936, os eventos denominados Conferências Nacionais de Educação envolviam outros ciclos de palestras, as quais “obedeciam ao plano de educação traçado pelo ministro Capanema” (Jornal *A Noite*, de 27 de maio de 1936, p. 2).

Apêndice C: Jornais e revistas que noticiaram sobre as Conferências Nacionais de Educação e os Congressos Nacionais de Educação

QUADRO 5 – Jornais e revistas com notícias das Conferências e dos Congressos Nacionais de Educação

EVENTO	LOCAL DA NOTÍCIA
<i>I Conferência Nacional de Educação</i>	- Jornal <i>A Federação: Orgam do Partido Republicano</i> (RS), 12/11/1927, p. 4. - Jornal <i>A Noite</i> (RJ), 12/12/1927, p. 5. - Jornal <i>Correio da Manhã</i>, 02/11/1927, p. 4; 07/12/1927, p. 7; 07/01/1928, p. 2. - Jornal <i>Correio Paulistano</i>, 09/11/1927, p. 2; 14/12/1927, p. 11; 29/12/1927, p. 10; 03/01/1928, p. 4. - Jornal <i>Diario da Manhã: Orgão do Partido Constructor</i> (ES), 01/12/1927, p. 1; 30/06/1928, p. 10. - Jornal <i>Diario Nacional: A Democracia em Macha</i> (SP), 16/12/1927, p. 1. - Jornal <i>Diario da Noite</i>, 22/11/1927, p. 2. - Jornal <i>Diario da Tarde</i> (PR), 23/09/1927, p. 1. - Jornal <i>Gazeta de Noticias</i>, 25/10/1927, p. 2. - <i>Jornal do Commercio</i>, 02/08/1928, p. 3. - <i>O Jornal</i>, 05/01/1928, p. 3; 18/04/1928, p. 3. - Jornal <i>O Imparcial</i>, 23/12/1927, p. 5. - Jornal <i>O Paiz</i>, 04/09/1927, p. 11; 03/11/1927, p. 2; 03/12/1927, p. 4; 22/12/1927, p. 5; 20/01/1928, p. 1. - Jornal <i>Republica</i> (SC), 28/12/1927, p. 1. - Revista <i>Vida Domestica</i>, nov. 1927. p. 92.
<i>II Conferência Nacional de Educação</i>	- Jornal <i>A Federação: Orgam do Partido Republicano</i> (RS), 24/11/1928, p. 1. - Jornal <i>A Noite</i> (RJ), 19/01/1928, p. 2; 07/11/1928, p. 2. - Jornal <i>A Provincia</i> (PE), 06/11/1928, p. 2. - Jornal <i>Correio da Manhã</i>, 24/07/1928, p. 2; 13/10/1928, p. 9; 11/11/1928, p. 5; 23/12/1928, p. 10; 11/04/1929, p. 9. - Jornal <i>Correio Paulistano</i>, 20/01/1928, p. 1; 31/05/1928, p. 3; 03/11/1928, p. 8; 04/12/1928, p. 10. - Jornal <i>Diario Carioca</i>, 15/11/1928, p. 2. - Jornal <i>Diario da Manhã: Orgão do Partido Constructor</i> (ES), 08/09/1929, p. 7. - Jornal <i>Diario Nacional: A Democracia em Macha</i> (SP), 05/09/1928, p. 12; 20/11/1928, p. 6. - Jornal <i>Diario de Pernambuco</i>, 21/10/1928, p. 1. - Jornal <i>Gazeta de Noticias</i>, 01/06/1928, p. 3. - <i>Jornal do Brasil</i> (RJ), 17/06/1928, p. 9; 08/11/1928 p. 6. - <i>Jornal do Commercio</i>, 30/05/1928, p. 5; 25/10/1928, p. 8; 07/11/1928, p. 2; 05/12/1928. p. 2. - Jornal <i>O Dia</i> (PR), 19/08/1928, p. 8. - Jornal <i>O Imparcial</i>, 23/11/1928, p. 5. - <i>O Jornal</i>, 05/10/1928, p. 12; 13/11/1928, p. 4; 16/02/1929 p. 4. - Jornal <i>O Paiz</i>, 15/01/1928, p. 6; 10/05/1928, p. 2; 01/06/1928, p. 7; 22/06/1928, p. 2; 02/08/1928, p. 4; 06/09/1928, p. 2; 13/10/1928, p. 2; 07/11/1928, p. 4; 05/12/1928, p. 7.
<i>III Conferência Nacional de Educação</i>	- Jornal <i>A Gazeta</i> (SP), 07/02/1929, p. 7; 05/03/1929, p. 1. - Jornal <i>A Noite</i> (RJ), 12/03/1929, p. 7. - Jornal <i>A Provincia</i> (PE), 23/02/1929, p. 1. - Jornal <i>A Razão: Independente, Politico e Noticioso</i> (CE), 29/05/1929, p. 3. - Jornal <i>Correio da Manhã</i>, 25/08/1929, p. 12; 22/09/1929, p. 4; 03/11/1929, p. 4. - Jornal <i>Correio Paulistano</i>, 03/05/1929, p. 3; 05/06/1929, p. 4; 10/07/1929, p. 8; 14/08/1929, p. 10; 07/09/1929, p. 1. - Jornal <i>Diario Carioca</i>, 15/09/1929, p. 2. - Jornal <i>Diario Nacional: A Democracia em Macha</i> (SP), 03/02/1929, p. 5;

EVENTO	LOCAL DA NOTÍCIA
	24/05/1929, p. 6; 04/09/1929, p. 8; 24/09/1929, p. 3; 28/06/1930, p. 3. - <i>Jornal Diario da Manhã: Orgão do Partido Constructor</i> (ES), 21/09/1929, p. 4. - <i>Jornal Gazeta de Noticias</i>, 07/04/1929, p. 2. - <i>Jornal do Commercio</i>, 12/09/1929, p. 5. - <i>O Jornal</i>, 14/03/1929, p. 6; 11/05/1929, p. 12; 24/08/1929, p. 16; 13/09/1929, p. 2; 29/12/1929, p. 18. - <i>Jornal do Brasil</i> (RJ), 14/09/1929, p. 5. - <i>Jornal O Paiz</i>, 28/02/1929, p. 4; 03/04/1929, p. 10; 23/05/1929, p. 3; 14/06/1929, p. 1; 24/07/1929, p. 7; 21/08/1929, p. 11; 14/09/1929, p. 3; 10/11/1929, p. 9. - <i>Jornal Republica</i> (SC), 19/09/1929, p. 11.
IV Conferência Nacional de Educação	- <i>Jornal A Federação: Orgam do Partido Republicano</i> (RS), 05/12/1931, p. 1. - <i>Jornal A Gazeta</i> (SP), 25/01/1930, p. 1; 05/12/1931, p. 3. - <i>Jornal A Razão: Independente, Politico e Noticioso</i> (CE), 08/09/1931, p. 8. - <i>Jornal Correio da Manhã</i>, 20/08/1931, p. 7; 02/12/1931, p. 7; 29/12/1931, p. 3. - <i>Jornal do Commercio</i>, 30-31/12/1929, p. 5. - <i>Jornal Diario da Manhã: Orgão do Partido Constructor</i> (ES), 23/12/1931, p. 2; 20/10/1933, p. 1. - <i>Jornal Diario Nacional: A Democracia em Macha</i> (SP), 28/01/1930, p. 2; 15/08/1931, p. 3; 17/12/1931, p. 3. - <i>Jornal Diario da Tarde</i> (PR), 28/01/1930, p. 2. - <i>Jornal O Dia</i> (PR), 21/08/1931, p. 8; 22/11/1931, p. 2. - <i>O Jornal</i>, 31/10/1929, p. 9; 04/12/1929, p. 2. - <i>Revista Cultura Política</i>, ano IV, n. 41, maio de 1944. - <i>Revista Vida Domestica</i>, mar. 1933, p. 7.
V Conferência Nacional de Educação	- <i>Jornal Correio da Manhã</i>, 29/11/1932, p. 9; 27/12/1932, p. 5. - <i>Jornal Diario da Manhã: Orgão do Partido Constructor</i> (ES), 23/12/1932, p. 1; 04/01/1933, p. 1; 18/01/1933, p. 1. - <i>Jornal Diario Nacional: A Democracia em Macha</i> (SP), 20/01/1932, p. 2. - <i>Jornal Diario de Noticias</i>, 01/01/1933; p. 1. - <i>Jornal Diario da Tarde</i> (PR), 08/12/1932, p. 1. - <i>Jornal A Gazeta</i> (SP), 09/12/1932, p. 2. - <i>Jornal do Brasil</i>, 14/01/1933, p. 22. - <i>Jornal do Commercio</i>, 29/12/1932, p. 4. - <i>Jornal O Dia</i> (PR), 06/12/1932, p. 8. - <i>Revista Vida Domestica</i>, fev. 1933, [sem paginação].
VI Conferência Nacional de Educação:	- <i>Jornal A Nação</i>, 17/01/1934, p. 2; 10/02/1934, p. 10. - <i>Jornal A Noite</i>, 23/01/1934, p. 10; 05/02/1934, p. 8. - <i>Jornal do Commercio</i>, 10/11/1933, p. 6; 11/03/1934, p. 10. - <i>Jornal Correio da Manhã</i>, 16/01/1934, p. 2. - <i>Jornal Diario Carioca</i>, 15/02/1934, p. 3. - <i>Jornal Diario da Noite</i>, 14/02/1934, p. 4. - <i>Jornal Diario de Noticias</i>, 10/02/1934, p. 8. - <i>Jornal Diario de Pernambuco</i>, 02/02/1934, p. 3. - <i>Jornal do Brasil</i>, 21/11/1933, p. 10; 16/01/1934, p. 6. - <i>Jornal O Combate</i> (MA), 24/02/1934, p. 3. - <i>Jornal O Dia</i> (PR), 16/02/1934, p. 1. - <i>Jornal O Estado</i> (SC), 15/02/1934, p. 6. - <i>O Jornal</i>, 28/11/1933, p. 10; 06/02/1934, p. 7. - <i>Jornal O Paiz</i>, 17/01/1934, p. 7; 06/02/1934, p. 8. - <i>Jornal Pequeno Jornal</i> (PE), 27/01/1934, p. 1. - <i>Revista A Escola Primaria</i>, março de 1934, p. 17.
VII Congresso Nacional de Educação	- <i>Jornal A Manhã</i>, 05/07/1935, p. 3. - <i>Jornal A Noite</i>, 24/06/1935, p. 1; 04/07/1935, p. 3; 05/07/1935, p. 4; 13/07/1935, p. 2. - <i>Jornal Correio da Manhã</i>, 31/05/1935, p. 2; 22/06/1935, p. 5; 25/06/1935, p. 3; 27/06/1935, p. 3; 28/06/1935, p. 6; 30/06/1935, p. 10; 04/07/1935, p. 5; 05/07/1935, p. 9; 06/07/1935, p. 11; 07/07/1935, p. 5; 09/07/1935, p. 6.

EVENTO	LOCAL DA NOTÍCIA
	- Jornal <i>Correio Paulistano</i>, 11/07/1935, p. 2. - Jornal <i>Correio de S. Paulo</i>, 25/07/1936, p. 8. - Jornal <i>Diario Carioca</i>, 25/06/1935, p. 11; 29/06/1935, p. 14; 06/07/1935, p. 13. - Jornal <i>Diario da Manhã: Órgão do Partido Constructor</i> (ES), 04/04/1935, p. 4. - Jornal <i>Diario da Manhã</i> (ES), 25/06/1935, p. 1; 04/04/1935, p. 4. - Jornal <i>Diario da Noite</i>, 27/06/1935, p. 2. - Jornal <i>Diario de Noticias</i>, 29/06/1935, p. 4; 30/06/1935, p. 2-3; 04/07/1935, p. 2 e 4; 06/07/1935, p. 2; 07/07/1935, p. 13. - Jornal <i>Gazeta de Noticias</i>, 25/06/1935, p. 5; 30/06/1935, p. 4; 03/07/1935, p. 5; 04/07/1935, p. 3; 07/07/1935, p. 5; 09/07/1935, p. 3. - <i>Jornal do Brasil</i>, 04/04/1935, p. 14; 11/05/1935, p. 26; 15/06/1935, p. 11; 26/06/1935, p. [ilegível]; 27/06/1935, p. [6]; 28/06/1935, p. 20; 29/06/1935, p. 12; 30/06/1935, p. 29; 02/07/1935, p. 8; 03/07/1935, p. 20; 07/07/1935, p. 6. - <i>Jornal do Commercio</i>, 01 e 02/04/1935, p. 4; 22/06/1935, p. 6; 23/06/1935, p. 9; 24 e 25/06/1935, p. 5; 26/06/1935, p. 4; 28/06/1935, p. 4; 29/06/1935, p. 4; 30/06/1935, p. 12; 03/07/1935, p. 4; 04/07/1935, p. 4; 05/07/1935, p. 5; 06/07/1935, p. 4; 07/07/1935, p. 11; 13/07/1935, p. 3-4; 17/07/1935, p. 4. - <i>O Jornal</i>, 25/06/1935, p. 5; 02/07/1935, p. 4; 05/07/1935, p. 4; 06/07/1935, p. 8; 09/07/1935, p. 3. - Jornal <i>O Radical</i>, 29/06/1935, p. 5. - Jornal <i>Republica</i>, 09/07/1935, p. 4. - Revista <i>A Escola Primaria</i>, anno XIX, n. 3, junho de 1935, p. 50-51. - Revista <i>Careta</i>, anno XXVIII, n. 1414, 27 de julho de 1935, p. 17. - Revista <i>da Semana</i>, anno XXXVI, n. 29, 29 de junho de 1935, p. 32.
VIII Congresso Nacional de Educação	- Jornal <i>A Manhã</i>, 24/09/1941, p. 8; 28/02/1942, p. 1. - Jornal <i>A Noite</i>, 05/04/1942, p. 10. - Jornal <i>A Ordem</i>, 13/01/1941, p. 2; 06/07/1942, p. 1. - Jornal <i>Correio da Manhã</i>, 17/06/1942, p. 12. - Jornal <i>Correio Paulistano</i>, 24/01/1942, p. 5; 04/06/1942, p. 3. - Jornal <i>Correio de Uberlandia</i>, 07/08/1941, p. 3. - Jornal <i>Diario Carioca</i>, 10/01/1942, p. 4. - Jornal <i>Diario de Noticias</i>, 16/07/1941, p. 3; 16/06/1942, p. 4. - Jornal <i>Diario de Pernambuco</i>, 25/02/1942, p. 5. - Jornal <i>Gazeta de Noticias</i>, 02/04/1942, p. 5. - <i>Jornal do Commercio</i>, 10/01/1942, p. 3; 29-30/06/1942, p. 2. - Jornal <i>O Dia</i> (PR), 30/06/1942, p. 7. - Jornal <i>O Estado do Mato Grosso</i>, 02/03/1942, p. 4. - <i>O Jornal</i>, 10/01/1942, p. 3. - Jornal <i>Pequeno Jornal</i> (PE), 10/03/1942, p. 3.
IX Congresso Nacional de Educação	- Jornal <i>Diario de Noticias</i>, 09/06/1945, p. 4. - <i>O Jornal</i>, 11/11/1945, p. 32.

Fonte: Elaboração nossa.

Apêndice D: Estados possuidores de órgãos especializados em Educação Física

QUADRO 6 – Estados que possuíam órgãos especializados em Educação Física

ESTADO	ÓRGÃO
Pará	Departamento de Educação Física, criado pelo Decreto nº 1.138, de 30/12/1933
Piauí	Inspetoria de Educação Física, criada pelo Decreto-lei nº 168, de 03/03/1939
Paraíba	Inspetoria de Educação Física e Artística, criada pela Lei nº 16, de 13/12/1935
Baía	Inspetoria de Educação Física, Recreação e Jogos Escolares, regulamentada pelo Decreto nº 10.478, de 24/12/1937
Espírito Santo	Diretoria de Educação Física, regulamentada pelo Decreto nº 10.330, de 20/03/1939
Rio De Janeiro	Divisão de Educação Física, regulamentada pelo Decreto nº 784, de 12/06/1939
Distrito Federal	Serviço de Educação Física, previsto pelo Decreto nº 6.641, de 14-03-40
São Paulo	Departamento de Educação Física, regulamentado pelo Decreto nº 6.583, de 01/08/1934 Diretoria de Esportes, criada pelo Decreto nº 10.409, de 04/08/1939
Município de São Paulo	Serviço Municipal de Parques Infantis, criado pelo Ato nº 861, de 30/05/1935 Divisão de Educação Física e Recreio, criada pelo Ato nº 1.146, de 04/07/1936
Paraná	Inspetoria de Educação Física, prevista no Orçamento Estadual de 1936, em consequência da ampliação das atribuições do cargo de Inspetor de Educação Física criado pelo Decreto nº 846, de 10/04/1931
Santa Catarina	Inspetoria de Educação Física, criada pelo Decreto-lei nº 125, de 18/06/1938
Rio Grande do Sul	Departamento de Educação Física, instalado em 06/05/1940
Minas Gerais	Inspetoria de Educação Física, criada pelo Decreto nº 11.411, de 30/06/1934[1937]
Pernambuco	Diretoria de Educação Física Escolar, criada pelo Decreto nº 606, de 04/04/1941

Fonte: Quadro elaborado a partir de dados coletados na *Revista Brasileira de Educação Física* (1944, p. 41).

Apêndice E: Criação das Escolas ou Cursos de Educação Física

QUADRO 7 – Criação das Escolas ou dos Cursos de Educação Física

Escolas ou Cursos de Educação Física criados anteriormente à ENEFD (17 de abril de 1939)	Escolas ou Cursos de Educação Física criados posteriormente à ENEFD	Escolas de Educação Física ainda sendo organizadas na década de 1940
Escola de Educação Física da Força Pública do Estado de São Paulo – 1909	Curso Normal de Educação Física do Estado de Pernambuco – 1941	Escola de Educação Física do Estado da Bahia
Curso de Educação Física da Marinha – 1925	Escola de Educação Física do Estado do Rio Grande do Sul – 1941	Escola de Educação Física do Estado de Minas Gerais
Escola de Educação Física do Exército – 1929	Escola de Educação Física do Estado do Paraná – 1942	Escola de Educação Física do Estado do Pará
Escola de Educação Física do Estado do Espírito Santo – 1931	-	-
Escola de Educação Física do Estado de São Paulo – 1934	-	-
Curso Provisório de Educação Física do Estado de Santa Catarina – 1938	-	-
Curso Especial de Educação Física do Estado do Piauí – 1939 (3 de março)	-	-

Fonte: Quadro elaborado a partir de dados coletados na *Revista Brasileira de Educação Física* (1944, p. 41).

Apêndice F: Fontes que permitiram sequenciar os presidentes da SEPH/ABE

QUADRO 8 – Fontes para o sequenciamento dos presidentes da SEPH/ABE

ACERVO DA ABE – ON-LINE (Disponível em: http://www.abe1924.org.br/acervo . Acesso em: 15 jun. 2020)	ACERVO CEMEF	MEILY ASSBÚ LINHALES ⁽¹⁾
ATA da 4ª Assembleia Geral, realizada em 27 de dezembro de 1924.	REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. General de Exército Newton Cavalcanti. <i>Revista de Educação Física</i> , n. 63, p. 3, 1949.	Ata da 1ª Reunião da Seção de Educação Física e Higiene, realizada em 25 de maio de 1926.
ATA da 3ª sessão do Conselho Diretor, de 29 de dezembro de 1925.	-	Ata da 8ª Reunião, de 20 de julho de 1927.
ATA da 15ª sessão do Conselho Diretor, de 17 de dezembro de 1926.	-	Ata da 9ª Reunião, de 29 de julho de 1927.
ATA da 17ª sessão do Conselho Diretor de [ilegível] de dezembro de 1926.	-	Ata da Reunião realizada em 28 de novembro de 1928.
ATA da 10ª reunião da Seção de Educação Física e Higiene, realizada em 14 de dezembro de 1928.	-	Ata da 10ª Reunião, realizada em 14 de dezembro de 1928.
ATA da 105ª sessão do Conselho Diretor, realizada em 22 de abril de 1929.	-	Ofício redigido pelo Capitão Ignácio F. Rolim, como presidente da Seção, em 12 de setembro de 1936.
-	-	Ofício encaminhado pelo departamento carioca da ABE ao então presidente da Seção de Educação Física e Higiene, Major Felix de Azambuja Brilhante, de 12 de maio de 1937.
-	-	Ofício encaminhado pelo Major Felix de Azambuja Brilhante, ao diretor da ABE, solicitando sua exoneração do cargo de presidente da Seção de Educação Física e Higiene, em 17 de julho de 1937.

Fonte: Elaboração nossa.

Nota: ⁽¹⁾ Documentos pessoais cedidos pela professora Meily Assbú Linhales.

Apêndice G: Jornais consultados para compor o rol de atividades realizadas no VII Congresso Nacional de Educação

QUADRO 9 – Jornais consultados para compor o rol de atividades realizadas no VII Congresso Nacional de Educação

JORNAIS	DATA
<i>A Noite</i>	04 de julho de 1935, p. 3 05 de julho de 1935, p. 4
<i>Correio da Manhã</i>	22 de junho de 1935, p. 5 25 de junho de 1935, p. 3 28 de junho de 1935, p. 6 30 de junho de 1935, p. 10 04 de julho de 1935, p. 5 05 de julho de 1935, p. 9
<i>Diario Carioca</i>	29 de junho de 1935, p. 14 06 de julho de 1935, p. 13
<i>Diario da Manhã (ES)</i>	25 de junho de 1935, p. 1
<i>Diario de Noticias</i>	29 de junho de 1935, p. 4 30 de junho de 1935, p. 2-3 04 de julho de 1935, p. 2 e 4 06 de julho de 1935, p. 2 07 de julho de 1935, p. 13
<i>Gazeta de Noticias</i>	30 de junho de 1935, p. 4 03 de julho de 1935, p. 5 04 de julho de 1935, p. 3 07 de julho de 1935, p. 5
<i>Jornal do Brasil</i>	26 de junho de 1935, p. [ilegível] 27 de junho de 1935, p. [6] 28 de junho de 1935, p. 20 29 de junho de 1935, p. 12 30 de junho de 1935, p. 29 02 de julho de 1935, p. 8 03 de julho de 1935, p. 20 07 de julho de 1935, p. 6
<i>Jornal do Commercio</i>	22 de junho de 1935, p. 6 23 de junho de 1935, p. 9 24 e 25 de junho de 1935, p. 5 26 de junho de 1935, p. 4 28 de junho de 1935, p. 4 29 de junho de 1935, p. 4 30 de junho de 1935, p. 12 03 de julho de 1935, p. 4 04 de julho de 1935, p. 4 05 de julho de 1935, p. 5 06 de julho de 1935, p. 4 07 de julho de 1935, p. 11
<i>O Jornal</i>	25 de junho de 1935, p. 5 02 de julho de 1935, p. 4 05 de julho de 1935, p. 4 06 de julho de 1935, p. 8
<i>O Radical</i>	29 de junho de 1935, p. 5

Fonte: Elaboração nossa.

Apêndice H: Curso de instrutores e monitores de educação física

QUADRO 10 – Partes dos cursos de instrutores e de monitores de educação física

CURSO DE INSTRUTORES	CURSO DE MONITORES
Primeira parte	Primeira Parte
1ª Secção: a)Biologia; anatomia e fisiologia dos grandes aparelhos. Bioquímica. b)Quinesilogia. c)Higiene. d)Socorros de urgencia nos acidentes desportivos.	1ª Secção: a)Noções de anatomia e fisiologia dos grandes aparelhos e bio-química. b)Quinesilogia prática. c)Elementos de higiene. d)Prática dos socorros de urgencia nos acidentes desportivos.
2ª Secção: a)Fisioterapia, ginástica ortopedica e massagem desportiva. b)Prática de morfologia, biometria e bioestatística.	2ª Secção: a)Pratica de fisioterapia, massagem e ginastica ortopedica. b)Pratica elementar de morfologia e biometria
3ª Secção: a)Pedagogia da educação física e desportiva, com a parte prévia de psico-pedagogia. Organização civil e militar da educação física. b)Histórico da educação física em geral, e no Brasil, em particular. Estudos dos métodos.	3ª Secção: a)Pedagogia da educação física e desportiva, com a parte prévia de psico-pedagogia. Organização civil e militar da educação física. b)Noções de história da educação física em geral, no Brasil, em particular. Métodos.
Segunda parte	Segunda parte
I Educação física geral (todos os ciclos) e educação física militar.	I Educação física geral (todos os ciclos) e educação física militar.
II Esgrima das armas de mão.	II Esgrima das armas de mão.
III Desportos terrestres e aquáticos.	III Desportos terrestres e aquáticos.
IV Pratica de atuação como juiz de desportos.	IV Pratica de atuação como juiz de desportos.
Terceira parte	Terceira parte
Constará de visitas aos estabelecimentos de ensino ou desportivos, e excursões que interessem direta ou indiretamente á educação física.	Constará de visitas aos estabelecimentos de ensino ou desportivos, e excursões que interessem direta ou indiretamente á educação física.

Fonte: Quadro elaborado a partir de dados coletados na *Revista de Educação Física* (1932, p. 4-5).

Apêndice I: Funcionários da Divisão de Educação Física no período de 1937 a 1945⁸³¹
QUADRO 11 – Funcionários da Divisão de Educação Física – 1937-1945

ANO	DIRETOR	TÉCNICOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO MINISTÉRIO DA GUERRA	ASSISTENTES TÉCNICOS, ASSISTENTES DE ENSINO E ASSISTENTES DE EDUCAÇÃO⁽¹⁾	SUB-ASSISTENTES TÉCNICOS E TÉCNICOS DE EDUCAÇÃO⁽²⁾	INSPETORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA
1937	- Major João Barbosa Leite (a partir de maio)	- Dr. Aureo de Moraes - Horácio Candido Gonçalves - Joaquim Francisco de Castro Júnior - Orlando Eduardo Silva	- Dr. Paulo F. de Figueiredo Araújo - Tarso Coimbra	-	-
1938	- Major João Barbosa Leite	- Horácio Candido Gonçalves - Joaquim Francisco de Castro Júnior - Orlando Eduardo Silva	- Dr. Paulo F. de Figueiredo Araújo - Tarso Coimbra	-	-
1939	- Major João Barbosa Leite	- Horácio Candido Gonçalves - Orlando Eduardo Silva	- Dr. Paulo F. de Figueiredo Araújo - Tarso Coimbra	- Alfredo Colombo - Inezil Penna Marinho (a partir de outubro)	-
1940	- Major João Barbosa Leite	- Horácio Candido Gonçalves - Orlando Eduardo Silva	- Dr. Paulo F. de Figueiredo Araújo - Tarso Coimbra - Inezil Penna Marinho (até novembro)	-	-
1941	- Major João Barbosa Leite	-	- Dr. Paulo F. de Figueiredo Araújo - Tarso Coimbra - Inezil Penna Marinho (até novembro)	- Inezil Penna Marinho (dezembro)	-
1942	- Major João Barbosa Leite	-	- Dr. Paulo F. de Figueiredo Araújo - Tarso Coimbra - Horácio Verne - Alice Geraldina B. Hargreaves	- Inezil Penna Marinho - Dr. Nilo Alves de Moraes	-
1943	- Major João Barbosa Leite	-	- Dr. Paulo F. de Figueiredo Araújo - Tarso Coimbra - Horácio Verne - Alice Geraldina B.	- Inezil Penna Marinho - Dr. Nilo Alves de Moraes	- Romeu de Castro Jobim - Carlos Augusto Caúla e Silva

⁸³¹ A partir de 1938, passam também a compor o quadro profissional da DEF os “auxiliares de escrita” e os “serventes”; a partir de 1939, os “ajudantes” e “sub-ajudantes técnicos”; a partir de 1940, os “oficiais administrativos” e os “auxiliares de escritório”, e os “auxiliares de escrita” passaram a ser denominados “escriturários”; a partir de 1942, foram incluídos os “praticantes de escritório” e, no ano seguinte, os “inspetores de Educação Física”. Para mais detalhes, consultar *Boletim de Educação Física* (1941i, p. 15-20); *Boletim de Educação Física* ano (1945c, p. 5-6).

ANO	DIRETOR	TÉCNICOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO MINISTÉRIO DA GUERRA	ASSISTENTES TÉCNICOS, ASSISTENTES DE ENSINO E ASSISTENTES DE EDUCAÇÃO ⁽¹⁾	SUB-ASSISTENTES TÉCNICOS E TÉCNICOS DE EDUCAÇÃO ⁽²⁾	INSPETORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA
			Hargreaves		- Francisco de Assis Holanda Loiola - Sebastião da Silva Cruz
1944	- Major João Barbosa Leite	-	- Alice Geraldina B. Hargreaves	- Inezil Penna Marinho	- Romeu de Castro Jobim - Carlos Augusto Caúla e Silva - Sebastião da Silva Cruz - Abdon Duarte Passos
1945	- Major João Barbosa Leite	-	- Alice Geraldina B. Hargreaves	- Inezil Penna Marinho	- Romeu de Castro Jobim - Carlos Augusto Caúla e Silva - Sebastião da Silva Cruz - Abdon Duarte Passos

Fonte: Quadro elaborado a partir de dados coletados na *Revista Brasileira de Educação Física* e no *Boletim de Educação Física*, entre os anos das décadas de 30 e 40.

Nota: ⁽¹⁾ De 1937 a 1940 denominava-se *Assistente Técnico*, em 1940 e 1941, *Assistentes de Ensino* e, a partir de 1942, *Assistente de Educação*.

⁽²⁾ A partir de 1941, os *Sub-Assistentes Técnicos* passam a se denominar *Técnicos de Educação*.

Apêndice J: Trabalhos publicados por Inezil Penna Marinho entre as décadas de 1930 e 1960

QUADRO 12 – Trabalhos publicados por Inezil Penna Marinho – 1932-1966

ANO	PERIÓDICO	CHANCELA	PERFIL	Nº DE TRABALHOS
1932 até os dias atuais	<i>Revista de Educação Física</i>	Criada e veiculada pelo CMEF/EsEFEx	Produzia e veiculava a doutrina sobre Educação Física aplicada ao Exército; coproduzia e veiculava um projeto nacional para a área; a partir da década de 1960, volta-se, exclusivamente, para as pesquisas com ênfase na preparação física da tropa e de atletas de alto nível	4 publicados
1932 a 1945	<i>Revista Educação Physica</i>	Revista Técnica de Ensino, de caráter privado e comercial, editada pela Companhia Brasil Editora	Divulgava os princípios científicos, a formação profissional, os esportes e os seus fins morais e sociais, em colaboração com o Governo e instituições particulares na implementação e consolidação da Educação Física no país	23 publicados
1944 a 1952	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>	Revista de Ensino, particular e organizada e comercializada pela Empresa “A Noite” até abril de 1946; após essa data, organizada e comercializada sob a responsabilidade de Inezil Penna Marinho e os seus pares	Há evidências de que essa é uma Revista que expressa uma “síntese do pensamento brasileiro para a área”; caracterizada como uma Revista de Ensino, de caráter privado, comercial e colaborativo, entre 1944 a 1946 esteve sob a direção do Major Barbosa Leite, após esse período até a sua suspensão definitiva em 1952, sob a direção geral de Inezil Penna Marinho	139 publicados
1945 a 1966	<i>ARQUIVOS da ESCOLA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS</i>	Criado e veiculado à ENEFD da Universidade do Brasil	Difusão de conhecimentos por meio de informações obtidas a partir de pesquisas científicas	12 publicados

Fonte: Quadro adaptado de Oliveira (2012, p. 28).

Apêndice K: Sujeitos e instâncias que contribuíram para que Inezil Penna Marinho expandisse a sua rede de sociabilidades

QUADRO 13 – Instâncias e sujeitos que contribuíram para que Inezil Penna Marinho expandisse a sua rede de sociabilidades

INSTÂNCIAS	SUJEITOS
Educação Física	Paulo Lotufo (Diretor) Oswaldo M. Resende (Diretor) Francisco de Assis Hollanda Loyola (Técnico)
Revista de Educação Física	Gen. Newton Cavalcanti (Fundador) Ten. Cel. José de Lima Figueiredo (Diretor Geral) Cap. Roberto Gonçalves (Gerente) 1º Ten. Valmiki Locio Cavalcanti (Redator-Chefe) 1º Ten. José Ferraz da Rocha (Revisor)
Revista Brasileira de Educação Física	REVISTAS ESPECIALIZADAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA Revista Brasileira de Educação Física L. C. da Costa Netto (Superintendente) João Barbosa Leite (Diretor) Octavio de Lima (Gerente) Romeu de Castro Jobim (Diretor-Secretário – a partir de 1946) Dr. Leite de Castro (Assuntos Médicos) Alberto Baptista (Gerente) Oswaldo Ferreira da Costa (1º Secretário – a partir de 1947) Levy de Souza Mattos (2º Secretário) Helio Mafra de Oliveira (Redator-Chefe) Romeu de Castro Jobim (Tesoureiro) Salim Zananiri (Publicidade) Oswaldo Gonçalves (Diretor Técnico da Seção de Atletismo – a partir de dezembro de 1947) Manoel Rodrigues Leite Pitanga (Diretor Técnico da Seção de Basquetebol – a partir de 1947) Cid Braune Filho (Diretor Técnico da Seção de Ginesiologia) Maria Helena P. de Sá Earp (Diretora Técnica da Seção de Danças) Oswaldo Ferreira da Costa (Diretor Técnico da Seção de Desportos Aquáticos) Alberto Latorre de Faria (Diretor Técnico da Seção de Desportos de Ataque e Defesa) Luzia Paoliello Tancredi (Diretora Técnica da Seção de Educação Física Feminina) Manoel Monteiro Soares (Diretor Técnico da Seção de Educação Física Infantil) Alfredo Colombo (Diretor Técnico da Seção de Educação Física Masculina) Gabriel Skinner (Diretor Técnico da Seção de Escotismo) Horacio dos Santos (Diretor Técnico da Seção de Esgrima) Eduardo Vargas Barbosa Viana (Diretor Técnico da Seção de Fisiologia) Camilo Manoel Abud (Diretor Técnico da Seção de Fisioterapia) Elza Maria de Oliveira Pereira (Diretora Técnica da Seção de Folclore) Ernesto Santos (Diretor Técnico da Seção de Futebol) Aluizio Machado (Diretor Técnico da Seção de Ginástica de Aparelho) Waldemar Areno (Diretor Técnico da Seção de Higiene) Aluizio Freire Ramos Accioly (Diretor Técnico da Seção de História) Flavio Miguez de Mello (Diretor Técnico da Seção de Nutrição) Inezil Penna Marinho (Diretor Técnico da Seção de Pedagogia) Paulo Azevedo (Diretor Técnico da Seção de Pesos e Halteres) Cecilia Torreão Stramandioli (Diretora Técnica da Seção de Psicologia) Nicanor Miranda (Diretor Técnico da Seção de Recreação) Levy Magalhães de Melo (Diretor Técnico da Seção de Tennis) Antonio Caio do Amaral (Diretor Técnico da Seção de Traumatologia Desportiva) Jonas Correa da Costa (Diretor Técnico da Seção de Voleibol)

INSTÂNCIAS	SUJEITOS
	João Gregorio Vargas (Revisor de Castelhana – a partir de 1948) Oswaldo Ferreira da Costa (Redator-Chefe) Major Jair Jordão Ramos (Assuntos Militares) P. Oliveras (Publicidade) Armando Bernardes (Tesoureiro) Oswaldo Ferreira da Costa (Secretário – a partir de setembro de 1948) Leite de Castro (Diretor Técnico da Seção de Assuntos Médicos – a partir de 1948) Oswaldo Gonçalves (Diretor Técnico da Seção de Atletismo) Maria Helena P. de Sá E. (Diretora Técnica da Seção de Danças) Oswaldo F. da Costa (Diretor Técnico da Seção de Desportos Aquáticos) Manoel M. Soares (Diretor Técnico da Seção de Educação Física Infantil) Jair Jordão Ramos (Diretor Técnico da Seção de Educação Física Militar) Elza M. de O. Pereira (Diretora Técnica da Seção de Folclore) Ernesto Santos (Diretor Técnico da Seção de Futebol) Waldemar Areno (Diretor Técnico da Seção de Higiene) Inezil Penna Marinho (Diretor Técnico da Seção de Pedagogia) Levy M. de Melo (Diretor Técnico da Seção de Tênis) Horacio dos Santos (Diretor Técnico da Seção de Esgrima – a partir de setembro de 1948) Manoel R. L. Pitanga (Diretor Técnico da Seção de Basquetebol – a partir de setembro de 1948) Julia Alice Marc Niven (Publicidade – a partir de 1949) Carlos Alberto Nembry de Brito (Secretário – a partir de agosto de 1949) Leite de Castro (Diretor Técnico da Seção de Assuntos Médicos) Oswaldo Gonçalves (Diretor Técnico da Seção de Atletismo) Manoel R. L. Pitanga (Diretor Técnico da Seção de Basquetebol) Oswaldo F. da Costa (Diretor Técnico da Seção de Desportos Aquáticos) Manoel M. Soares (Diretor Técnico da Seção de Educação Física Infantil) Jair Jordão Ramos (Diretor Técnico da Seção de Educação Militar) Horacio dos Santos (Diretor Técnico da Seção de Esgrima) Elza M. de O. Pereira (Diretora Técnica da Seção de Folclore) Ernesto Santos (Diretor Técnico da Seção de Futebol) Waldemar Areno (Diretor Técnico da Seção de Higiene) Inezil Penna Marinho (Diretor Técnico da Seção de Metodologia) Elisa Dias Velloso (Diretora Técnica da Seção de Psicologia) Levy M. de Melo (Diretor Técnico da Seção de Tênis) Oswaldo Magalhães (Diretor Técnico da Seção de Atletismo – a partir de agosto de 1949) Manoel R. L. Pitanga (Diretor Técnico da Seção de Basquetebol) Cid Braune Filho (Diretor Técnico da Seção de Cinesiologia) Elza M. de O. Pereira (Diretora Técnica da Seção de Danças e Folclore) Oswaldo F. da Costa (Diretor Técnico da Seção de Desportos Aquáticos) Manoel M. Soares (Diretor Técnico da Seção de Educação Física Infantil) Jair Jordão Ramos (Diretor Técnico da Seção de Educação Física Militar) Horacio dos Santos (Diretor Técnico da Seção de Esgrima) Ernesto dos Santos (Diretor Técnico da Seção de Futebol) Waldemar Areno (Diretor Técnico da Seção de Higiene) Guilherme S. Gomes Junior (Diretor Técnico da Seção de Medicina Desportiva) Leite de Castro (Diretor Técnico da Seção de Medicina Geral) Inezil Penna Marinho (Diretor Técnico da Seção de Metodologia e Pedagogia) Elisa D. Velloso (Diretora Técnica da Seção de Psicologia) Levy M. de Melo (Diretor Técnico da Seção de Tênis) Vitor Macedo Soares Alves (Diretor Técnico da Seção de Voleibol) Romeu de Castro Jobim (Diretor Técnico da Seção de Massagem – a partir de dezembro de 1949)
DEF	João Barbosa Leite (Diretor) Cap. Horácio Candido Gonçalves (Técnico de Educação Física do Ministério da

INSTÂNCIAS	SUJEITOS
	Guerra – 1940) Cap. Orlando Eduardo Silva (Técnico de Educação Física do Ministério da Guerra – 1940) Dr. Paulo F. de Figueiredo Araújo (Assistente de Ensino – 1940/1941) Tarso Coimbra (Assistente de Ensino – 1940/1941) Dr. Paulo F. de Figueiredo Araújo (Assistente de Educação – 1942/1943) Tarso Coimbra (Assistente de Educação – 1942/1943) Horácio Verne (Assistente de Educação – 1942/1943) Alice Geraldina B. Hargreaves (Assistente de Educação – 1942-1945) Dr. Nilo Alves de Moraes (Técnico de Educação – 1941-1943) Romeu de Castro Jobim (Inspetor de Educação Física – 1943-1945) Carlos Augusto Caúla e Silva (Inspetor de Educação Física – 1943-1945) Francisco de Assis Hollanda Loyola (Inspetor de Educação Física – 1943) Sebastião da Silva Cruz (Inspetor de Educação Física – 1943-1945) Abdow Duarte Passos (Inspetor de Educação Física – 1944/1945)
ENEFD	Major Ignácio de Freitas Rolim (Diretor) Cap. Antônio Pereira Lyra (Diretor) Dr. Carlos Sanches de Queiroz (Diretor) Dr. Aluizio Freire Ramos (Prof.) Dr. Camilo Manuel Abud (Prof.) Dr. Waldemar Areno (Prof.) Dr. Antonio Caio do Amaral (Prof.) Dr. João Peregrino da Rocha Fagundes Jr. (Prof.) Dr. Theotonio Flávio Miguez de Melo (Prof.) Dr. Carlos Sanches de Queiroz (Prof.) Dr. Cid Braune Filho (Prof.) Dr. Eduardo Vargas Barbosa Viana (Prof.) Maria Helena P. de Sá Earp (Profa.) Alfredo Colombo (Prof.) Maria Jacy Nogueira Vaz (Profa.) Oswaldo Ferreira da Costa (Prof.) Maria Ema Hulda Lenk (Profa.) Oswaldo Gonçalves (Prof.) Manoel Rodrigues Leite Pitanga (Prof.) Alberto Latorre de Faria (Prof.)
Correspondências sobre trabalhos publicados no Brasil	Jair Jordão Ramos (Rio de Janeiro) Dr. Poli M. Espirito (Porto Alegre) Zadir Martins (Porto Alegre) Jaguarê Teixeira (Porto Alegre) Folha da Tarde (Porto Alegre) Eduard Born da Silva (Santa Catarina) De Sá Barreto (Curitiba) Arminda Roubaud Dias (São Paulo) Adriano Tedesco (São Paulo) Manoel Soutinho da Cruz (Rio de Janeiro) Sílio Carlos Pereira Lima (Viçosa) Guiomar Meirelles Becker (Belo Horizonte) Hyde Campolina de Sá (Belo Horizonte) Milton da Costa Pinto (Rio de Janeiro) Tabajára Lago Barbosa (Rio de Janeiro) Alberto Silva (Rio de Janeiro) Aguiinaldo Feiten (Rio de Janeiro) Federação Metropolitana de Basketball (Rio de Janeiro) Iris Rodrigues Bello (Rio de Janeiro) Francisco Coutinho (Rio de Janeiro) Thomas Bernardo Costa Filho (Rio de Janeiro) Alfredo de Mattos Monteiro (Rio de Janeiro)

INSTÂNCIAS	SUJEITOS
	José Barreiro Barbosa (Rio de Janeiro) João Salvador Sobral (Rio de Janeiro) Associação Atlética Cultural do Encantado (Rio de Janeiro) Mario [ilegível] Abril (Rio de Janeiro) José R. Lima (Rio de Janeiro) Cid Braune Filho (Rio de Janeiro) Gelia Salvadora Linhares de Azevedo (Rio de Janeiro) Inspetoria de Educação Física (Piauí) Diretoria de Educação Física (Espírito Santo) Polícia Especial do Estado do Rio de Janeiro Gerson Sabino (Belo Horizonte) Ginásio de Paraisópolis Inês Romeu (Poços de Caldas) Irmã Margarida (Belo Horizonte) Sylvio de Magalhães Padilha (São Paulo) Departamento de Educação Física do Estado de São Paulo Polícia Especial de São Paulo Fôrça Policial do Estado de São Paulo Diretoria de Esportes do Estado de São Paulo Fôrça Publica do Estado de São Paulo Divisão de Educação e Recreio do Estado de São Paulo Associação de Professores de Educação Física de São Paulo Empresa “FOLHA DA MANHÃ” Ltda (São Paulo) Lígia Fagundes (São Paulo) Dr. Walter Gomes (Rio de Janeiro) Divisão de Educação, Assistência e Recreio de São Paulo Escola de Educação Física e Desportos do Paraná Inspetoria de Educação Física (Santa Catarina) Departamento Estadual de Educação Física do Estado do Rio Grande do Sul Colegio Universitario (Rio de Janeiro) Escola Nacional de Educação Física e Desportos (Rio de Janeiro) Departamento de Educação do Distrito Federal Colégio Pedro II (Internato) Escola de Educação Física do Exército Colégio Pedro II (Externato) Departamento Nacional de Educação (Rio de Janeiro) Departamento de Imprensa e Propaganda (Rio de Janeiro) Escola Nacional de Engenharia (Rio de Janeiro) Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Rio de Janeiro) Departamento Administrativo do Serviço Público (Rio de Janeiro) Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Rio de Janeiro) Biblioteca da Escola Nacional de Belas Artes (Rio de Janeiro) Instituto Nacional do Livro (Rio de Janeiro) Departamento Nacional da Criança (Rio de Janeiro) Revista Saude e Beleza (Rio de Janeiro) Associação Brasileira de Educação (Rio de Janeiro) J. P. Fontenelle (Rio de Janeiro) Biblioteca da Associação Cristã de Moços do Rio de Janeiro Associação Brasileira de Educação Física (Rio de Janeiro) Ginásio Cruzeiro (Rio de Janeiro) Conselho Nacional de Desportos (Rio de Janeiro) Serviço Social da Indústria (Rio de Janeiro)
Correspondências sobre trabalhos publicados no Exterior	Miguel Angel Raymat (Cuba) Julio A. Torres (Equador) Luis Felipe Castro (Equador) Enrique Caballero (Uruguai) Julio César [Bove] (Uruguai)

INSTÂNCIAS	SUJEITOS
	Teófilo Mario Marrazzo (Argentina) Justo Fernando Vidal (Cordoba) Guillermo L. Canessa (Buenos Aires) Enrique Romero Brest (Buenos Aires) Marcelo S. Sonaglia (Argentina) Augusto Chertkoff (Buenos Aires) Pedro José Harán (Buenos Aires) José Rocino (Buenos Aires) Oscar Schiariti (Buenos Aires) José D'Amico (Buenos Aires) Gofredo Grasso (Buenos Aires) Joaquim Roberto [Eichelhamy] (Buenos Aires) Horacio Godoy Ylufiz (Chile) Julio C. Larrea (Equador) C. H. McCloy (Estados Unidos) Miss Nettie Lee Benson (Estados Unidos) Celso Enriquez (Cuba) Manuel Reyes Iduñate (México) Gen. Gilberto Andrada (Paraguai) Luis A. Inchausti Nuñez (Paraguai) Asociacion Profesores de Educacion Fisica (Paraguai) Direccion de Educacion Fisica e Higiene Escolar (Perú)
Congressos	Maj. João Barbosa Leite (Brasil – <i>I Congresso Panamericano de Educação Física</i>) Paulo F. de Figueiredo Araújo (Brasil – <i>I Congresso Panamericano de Educação Física</i>) Nilo Alves de Moraes (Brasil – <i>I Congresso Panamericano de Educação Física</i>) Horacio Godoy Ylufiz (Chile – <i>I Congresso Panamericano de Educação Física</i>) Ten.-Cor. Ignácio de Freitas Rolim (Brasil – <i>I Congresso Panamericano de Educação Física</i>) Cap. Sylvio de Magalhães Padilha (Brasil – <i>I Congresso Panamericano de Educação Física</i>) Dr. Lourenço Filho (Brasil – <i>I Congresso Panamericano de Educação Física</i>) Cesar Vasquez (Argentina – <i>I Congresso Panamericano de Educação Física</i>) Guillermo L. Canessa (Argentina – <i>I Congresso Panamericano de Educação Física</i>) Enrique Romero Brest (Argentina – <i>I Congresso Panamericano de Educação Física</i>) Dr. Delio A. Gonzalez (Cuba – <i>II Congresso Panamericano de Educação Física</i>)
Ministério da Educação e Saúde/Departamento Nacional de Educação	Gustavo Capanema (Ministro da Educação) Ernesto de Souza Campos (Ministro da Educação) Clemente Mariani (Ministro da Educação) Abgar Renault (Departamento Nacional de Educação)

Fontes: Quadro elaborado a partir das revistas *Educação Física*, *Revista Brasileira de Educação Física*, *Revista de Educação Física*, *Boletim de Educação Física*, *Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos*, e dos cadernos organizados por Inezil Penna Marinho (*Correspondências sobre trabalhos publicados* – v. I, II, III), localizados no LUME – Repositório Digital da UFRGS. (DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 1943).

Apêndice L: Títulos dos trabalhos de Inezil Penna Marinho publicados em periódicos especializados (década de 1940)

QUADRO 14 – Títulos dos trabalhos de Inezil Penna Marinho publicados nos periódicos da área da Educação Física – década de 1940

TÍTULO	DATA	LOCAL DE PUBLICAÇÃO
A educação física no meio civil em face dos preceitos legais que a regulam	Junho de 1942	<i>Revista de Educação Física</i>
Grupo homogêneo: considerações em torno desse problema em educação física	Junho de 1942	<i>Revista Educação Physica</i>
A verdadeira missão do professor de educação física nos estabelecimentos de ensino secundário	Julho de 1942	<i>Revista Educação Physica</i>
Clássicos: Rabelais	Setembro de 1942	<i>Revista Educação Physica</i>
Clássicos: Aristóteles	Outubro de 1942	<i>Revista Educação Physica</i>
História da educação física: clássicos – Tomas Morus	Novembro de 1942	<i>Revista Educação Physica</i>
A educação física no meio civil em face dos preceitos legais que a regulam	Novembro de 1942	<i>Revista Educação Physica</i>
História da educação física – clássicos: Aléxis Carreu – O homem esse desconhecido	Janeiro/Fevereiro de 1943	<i>Revista Educação Physica</i>
História da educação física – clássicos: Spencer – educação intelectual, moral e física	Março/Abril de 1943	<i>Revista Educação Physica</i>
A educação física dentro da escola nova	Maio/Junho de 1943	<i>Revista Educação Physica</i>
A educação física dentro da escola nova	Julho/Agosto de 1943	<i>Revista Educação Physica</i>
História da educação física – clássicos: Platão – a República	Dezembro de 1943	<i>Revista Educação Physica</i>
Apontamentos sobre a evolução da educação física na escola primária	Março de 1944	<i>Revista Educação Physica</i>
Grupamento homogêneo: considerações em torno desse problema	Março de 1944	<i>Revista Educação Physica</i>
Apontamentos sobre a evolução da educação física na escola secundária	Abril de 1944	<i>Revista Educação Physica</i>
A verdadeira significação do I Congresso Argentino de Educação Física	Abril de 1944	<i>Revista Educação Physica</i>
Sugestões para a seleção de técnicos de educação física	Maio/Junho de 1944	<i>Revista Educação Physica</i>
Os clássicos e a educação física: Fenelon – a educação dos jovens	Maio/Junho de 1944	<i>Revista Educação Physica</i>
Apontamentos sobre a evolução da educação física na escola normal	Julho de 1944	<i>Revista Educação Physica</i>
A educação física dentro do quadro geral da educação	Agosto de 1944	<i>Revista Educação Physica</i>
O que a sociedade política exige do educando o período correspondente à escola secundária	Setembro/Outubro de 1944	<i>Revista Educação Physica</i>
Método Nacional de Educação Física	Março/Abril de 1945	<i>Revista Educação Physica</i>

TÍTULO	DATA	LOCAL DE PUBLICAÇÃO
Duas fases	Maio/Junho de 1945	Revista <i>Educação Physica</i>
Curiosidades: pequenos fatos da história da educação física no Brasil	Julho/Agosto de 1945	Revista <i>Educação Physica</i>
Os clássicos e a educação física	Janeiro de 1944	Revista <i>Brasileira de Educação Física</i>
O conceito bio-sócio-psico-filosófico da educação física em oposição ao conceito anátomo-fisiológico	Fevereiro de 1944	Revista <i>Brasileira de Educação Física</i>
A escola primária e a educação física: a solução do problema no Brasil	Março de 1944	Revista <i>Brasileira de Educação Física</i>
Fundamentos bio-sócio-psico-filosófico dos programas de educação física na escola secundária	Abril de 1944	Revista <i>Brasileira de Educação Física</i>
Conserve a flexibilidade do seu tronco	Abril de 1944	Revista <i>Brasileira de Educação Física</i>
Provas práticas e certificados de educação física	Abril de 1944	Revista <i>Brasileira de Educação Física</i>
A contribuição da educação física na preparação do soldado	Maio de 1944	Revista <i>Brasileira de Educação Física</i>
Conserve a elegância de suas linhas	Maio de 1944	Revista <i>Brasileira de Educação Física</i>
Os clássicos e a educação física	Junho de 1944	Revista <i>Brasileira de Educação Física</i>
De forças aos seus braços	Junho de 1944	Revista <i>Brasileira de Educação Física</i>
Os clássicos e a educação física: Herbart – bosquejo de pedagogia	Julho de 1944	Revista <i>Brasileira de Educação Física</i>
A organização da educação física no Brasil (Conferência realizada no curso de informações, promovido pela Divisão de Educação Física em 1941)	Julho de 1944	Revista <i>Brasileira de Educação Física</i>
II Conferência: qualidades do professor de educação física	Julho de 1944	Revista <i>Brasileira de Educação Física</i>
Exercite suas pernas	Julho de 1944	Revista <i>Brasileira de Educação Física</i>
O eterno problema do grupamento homogêneo	Agosto de 1944	Revista <i>Brasileira de Educação Física</i>
Obrigações do professor de educação física nos estabelecimentos de ensino secundário	Agosto de 1944	Revista <i>Brasileira de Educação Física</i>
Experimente estes exercícios de destreza	Agosto de 1944	Revista <i>Brasileira de Educação Física</i>
Os clássicos e a educação física: Pestalozzi, Leonardo e Gertrudes e como ensina Gertrudes a seus filhos	Setembro de 1944	Revista <i>Brasileira de Educação Física</i>
Exigências a que devem satisfazer os estabelecimentos de ensino secundário quanto á educação física	Setembro de 1944	Revista <i>Brasileira de Educação Física</i>
Os clássicos e a educação física – Fenelon: a educação dos jovens	Outubro de 1944	Revista <i>Brasileira de Educação Física</i>
Os clássicos e a educação física – Platão: a República	Novembro de 1944	Revista <i>Brasileira de Educação Física</i>
Respire bem	Novembro de 1944	Revista <i>Brasileira de Educação Física</i>
Conferências e congressos de educação física realizados na América do Sul	Novembro de 1944	Revista <i>Brasileira de Educação Física</i>

TÍTULO	DATA	LOCAL DE PUBLICAÇÃO
O estado nacional e a educação física	Dezembro de 1944	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Inspeção da educação física	Dezembro de 1944	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Conferências e congressos de educação física realizados na América do Sul	Dezembro de 1944	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Os clássicos e a educação física	Janeiro de 1945	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Conferências e congressos de educação física realizados na América do Sul	Janeiro de 1945	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
O eterno problema do grupamento homogêneo	Fevereiro de 1945	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Conferências e congressos de educação física realizados na América do Sul	Fevereiro de 1945	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Subsídios para a história da capoeiragem no Brasil	Março de 1945	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
O Congresso Mundial de Hamburgo para a organização das horas livres e de recreio	Março de 1945	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Conquiste a confiança de seu filho – ensaio de psicologia aplicada á infância	Março de 1945	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Conferências e congressos de educação física realizados na América do Sul	Março de 1945	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
A educação física, elemento indissociável da educação: alguns aspectos do quadro geral da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde	Abril de 1945	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Ginástica para homens: aproveite seus momentos na praia	Abril de 1945	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Curiosidades: pequenos fatos da história da educação física no Brasil	Maio de 1945	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
O Método Nacional de Educação Física	Maio de 1945	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Ginástica para homens: aproveite os seus momentos na praia aprendendo alguns golpes de luta	Maio de 1945	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Sociologia e Educação Física	Junho de 1945	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Conferências e congressos de educação física realizados na América do Sul	Junho de 1945	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Nos domínios da educação física da força policial: conferência do prof. Inezil Penna Marinho	Julho de 1945	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Página literária: o punhal indiano – conto de Inezil Penna Marinho	Julho de 1945	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Curiosidades: pequenos fatos da história da educação física no Brasil	Setembro de 1945	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Página literária: o supremo anseio do poeta de Inezil Penna Marinho	Setembro de 1945	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
A evolução dos métodos e conceitos de educação física dominantes no Brasil durante o século XIX	Novembro de 1945	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Curiosidades: pequenos fatos da história da educação física no Brasil	Novembro de 1945	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
A riqueza do pobre: crônica de Inezil Penna	Novembro de 1945	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>

TÍTULO	DATA	LOCAL DE PUBLICAÇÃO
Marinho		
Conceitos e métodos de educação física dominantes no Brasil durante o século XX, até a adoção do método francês	Dezembro de 1945	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Página literária: sonho de Natal	Dezembro de 1945	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Conferências e congressos de educação física realizados na América do Sul	Dezembro de 1945	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
As críticas ao método francês na França e no Brasil	Janeiro de 1946	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
A experiência do método francês e a necessidade de um método nacional de educação física	Fevereiro de 1946	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
A distribuição do inquérito sobre o método nacional de educação física e as contribuições recebidas	Março de 1946	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
A ginástica corretiva postural	Março de 1946	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Versos impossíveis	Março de 1946	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
A educação na evolução constitucional do Brasil	Abril de 1946	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Nova direção	Maio/Junho de 1946	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
A educação física no Estado do Paraná	Julho/Agosto de 1946	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Conferências e congressos de educação física realizados na América do Sul	Julho/Agosto de 1946	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
É necessário incluir a ginástica no treinamento de basquetebol?	Julho/Agosto de 1946	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
O II Congresso Panamericano de Educação Física	Setembro de 1946	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Ginástica sueca – Tradução de Inezil Penna Marinho	Setembro de 1946	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Psicologia aplicada á torcida	Outubro de 1946	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Carta aberta ao Exmo. Ministro da Educação e Saúde	Novembro de 1946	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Psicologia aplicada á atividade física dos surdos mudos	Novembro de 1946	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Curso de ginástica corretiva – Tradução de Inezil Penna Marinho	Novembro de 1946	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Feliz natal, criança do Brasil!	Dezembro de 1946	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Psicologia aplicada á atividade física dos débeis metais	Dezembro de 1946	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Curso de ginástica corretiva – Tradução de Inezil Penna Marinho	Dezembro de 1946	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
1946 – Desilusões!... 1947 – Esperanças!...	Janeiro de 1947	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Psicologia aplicada ao desportista	Janeiro de 1947	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Dez mil classes para a educação dos adultos	Fevereiro de 1947	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>

TÍTULO	DATA	LOCAL DE PUBLICAÇÃO
Psicologia aplicada á educação física da criança	Fevereiro de 1947	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Curso de ginástica corretiva – Tradução de Inezil Penna Marinho	Fevereiro de 1947	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
A organização dos serviços do Ministério da Educação e Saúde	Março de 1947	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Psicologia aplicada á educação física da criança	Março de 1947	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Curso de ginástica corretiva – Tradução de Inezil Penna Marinho	Março de 1947	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
O exemplo de São Paulo	Abril de 1947	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Curso de ginástica corretiva – Tradução de Inezil Penna Marinho	Abril de 1947	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Um ano de nova direção	Maio de 1947	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Psicologia aplicada á atividade física do adulto	Maio de 1947	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
II Congresso Paulista de Educação Física	Junho de 1947	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Magua Recíproca	Julho de 1947	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Necessidade de intercâmbio	Julho de 1947	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Educação Física para desajustados da conduta	Julho de 1947	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Noite feliz	Agosto de 1947	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Até a vista, sr. Holmström	Agosto de 1947	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Curso de preparação dos candidatos á prova de habilitação para inspetor de educação física	Agosto de 1947	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
O problema dos exercícios respiratórios	Agosto de 1947	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
A união faz a força	Setembro de 1947	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
As colônias infantis no Estado de São Paulo	Setembro de 1947	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Curso de preparação dos candidatos á prova de habilitação para inspetor de educação física	Setembro de 1947	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
O eterno errante	Setembro de 1947	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Educação Física e panamericanismo	Outubro de 1947	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Curso de preparação dos candidatos á prova de habilitação para inspetor de educação física	Outubro de 1947	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Pérfido destino	Novembro de 1947	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Campanha para a propaganda de Educação Física no Brasil	Novembro de 1947	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Carta a Papai Noel	Dezembro de 1947	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Sonho de Natal	Dezembro de 1947	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Nosso programa para 1948	Janeiro de 1948	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
O moderno conceito bio-psico-socio-filosófico da educação física	Janeiro de 1948	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>

TÍTULO	DATA	LOCAL DE PUBLICAÇÃO
Ler para saber e saber para viver melhor	Fevereiro de 1948	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Considerações sobre um plano panamericano de educação física	Fevereiro de 1948	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Héracles moderno	Março de 1948	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
O III Congresso Panamericano de Educação Física	Março de 1948	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
O Conselho Nacional de Educação Física e Desportos	Abril de 1948	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Luz mortal	Maio de 1948	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
D. Joaquim Cabezas	Maio de 1948	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
A meu pai	Julho de 1948	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Duas fases	Julho de 1948	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
O I Congresso Nacional de Educação Física	Julho de 1948	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Atletismo: os IX Jogos Universitários Mundiais	Julho de 1948	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Se morresses...	Agosto de 1948	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Parques infantis e campos desportivos para todos os municípios do Brasil	Agosto de 1948	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
O sacrifício de Rajah	Agosto de 1948	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Confidências...	Setembro de 1948	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Da criança de hoje depende o Brasil de amanhã	Setembro de 1948	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
O sentido dos desportos universitários	Outubro de 1948	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Os nossos dois maiores problemas	Novembro de 1948	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Minha carta a Papai Noel	Dezembro de 1948	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Aproveite os seus momentos na praia aprendendo alguns golpes de luta	Dezembro de 1948	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Ano Novo	Janeiro de 1949	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Novas oportunidades para o aperfeiçoamento dos professores de educação física	Março de 1949	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Organisation de l'éducation physique au Brésil	Abril/Maio de 1949	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Para uma pequena explicação	Agosto/Setembro de 1949	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
O eterno problema do grupamento homogêneo	Junho de 1946	<i>Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos</i>

Fonte: Quadro adaptado de Oliveira (2012, p. 97-129).

Apêndice M: Títulos dos trabalhos de Inezil Penna Marinho publicados em periódicos especializados (década de 1950)

QUADRO 15 – Títulos dos trabalhos de Inezil Penna Marinho, publicados na década de 1950, nos periódicos da área

TÍTULO	DATA	LOCAL DE PUBLICAÇÃO
Formação do pessoal especializado no Brasil e a Escola de Educação Física do Exército	Outubro de 1922	<i>Revista de Educação Física</i>
Panorama atual de educação física no Brasil	Julho de 1953	<i>Revista de Educação Física</i>
Notas sobre o III Congresso Mundial de Educação Física realizado em Istambul	Julho de 1954	<i>Revista de Educação Física</i>
Nosso programa para 1950	Janeiro de 1950	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
A Confederação Sulamericana de Associações de Professores de Educação Física	Fevereiro de 1950	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
A história da minha direção	Abril de 1950	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Um começo de vida	Maio de 1950	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
<i>Discusión de los fundamentos sociológicos de la educación física</i>	Maio de 1950	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
<i>Primeira reunion sudamericana de asociaciones de Educação Física</i>	Junho/Julho de 1950	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Os Congressos Panamericanos de Educação Física	Agosto/Setembro de 1950	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
<i>Discusiín de los fundamentos filosóficos de la educación física</i>	Agosto/Setembro de 1950	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Formação do pessoal especializado no Brasil e a Escola de Educação Física do Exército	Outubro de 1952	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Extratos de expedientes relativos aos XI jogos universitários	Outubro/Dezembro de 1952	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
A doação dos cartazes	Outubro/Dezembro de 1952	<i>Revista Brasileira de Educação Física</i>
Pedagogia, didática e metodologia: estudos das características próprias a cada fase	Janeiro de 1953	<i>Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos</i>
O problema da existência da alma e suas relações com o corpo na concepção aristotélica	Janeiro de 1954	<i>Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos</i>
“Relatório sobre o III Congresso Mundial de Educação Física, realizado de 02 a 09 de agosto de 1953, sobre os auspícios da Federação Internacional de Ginástica de Ling e o patrocínio do Governo da Turquia, em Istambul”	Janeiro de 1954	<i>Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos</i>
A importância e a significação do número na doutrina pitagórica	1954/1955	<i>Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos</i>
Práticas desportivas entre os índios do Brasil	Janeiro/Junho de 1956	<i>Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos</i>
Ginástica feminina moderna: origens e fundamentos	Janeiro/Junho de 1956	<i>Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos</i>

TÍTULO	DATA	LOCAL DE PUBLICAÇÃO
Subsídios para a história da capoeiragem no Brasil	Janeiro/Junho de 1956	<i>Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos</i>
Contribuição para a história do futebol no Brasil: o futebol no Brasil antes da chegada de Charles Miller	Novembro/Dezembro de 1956	<i>Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos</i>
O jogo explicado por uma nova teoria: a teoria da transfiguração	Novembro/Dezembro de 1956	<i>Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos</i>
Valor histórico das odes pindáricas: a especial significação da XIV olimpíada	Dezembro de 1957	<i>Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos</i>
A importância das histórias na vida das crianças: o problema das histórias em quadrinhos	Dezembro de 1957	<i>Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Desportos</i>

Fonte: Quadro adaptado de Oliveira (2012, p. 97-129).

Apêndice N: Livros, ensaios e monografias escritos por Inezil Penna Marinho

QUADRO 16 – Livros, ensaios e monografias escritos por Inezil Penna Marinho – 1938-1985

TÍTULO	ANO DE PUBLICAÇÃO	Nº DE PÁGINAS
<i>O Colégio Pedro II – Cem Anos Depois</i> (Em colaboração com Luiz Inneco)	1938	220
<i>Especialização – Fator Preponderante na Técnica da Educação Física</i> (Tese aprovada no Concurso para Técnico de Educação do Ministério da Educação e Saúde)	1940	90
<i>Psicologia da Infância Aplicada à Educação Física</i>	1940	16
<i>Educação Física – Estatística</i>	1940 (1ª ed.)	24
<i>Inspeção da Educação Física</i>	1941	20
<i>A Organização da Educação Física no Brasil</i>	1941	32
<i>Obrigações do Professor de Educação Física nos Estabelecimentos de Ensino Secundário</i>	1941	16
<i>Qualidades do Professor de Educação Física</i>	1941	20
<i>Exigências a que devem satisfazer os estabelecimentos de ensino secundário, quanto à Educação Física</i>	1941	16
<i>Provas Práticas e Certificados de Educação Física</i>	1941	16
<i>Educação Física e Mocidade Universitária</i>	1941	8
<i>Influência da Educação Física na Formação do Caráter</i>	1942 (1ª e 2ª ed.)	28
<i>Alguns Aspectos da Educação Física no Brasil</i>	1942	20
<i>Educação Física – Estatística</i>	1942 (2ª ed.)	24
<i>A Significação dos IV Jogos Olímpicos Universitários</i>	1942	08
<i>Que meios utilizam nossos índios para a Educação Física?</i>	1942	08
<i>Educação Física e Sociologia</i>	1942	*
<i>O Aspecto Sociológico do problema da seleção da espécie no Brasil</i>	1942	08
<i>Poderá a Educação Física ter alguma influência na formação do tipo racial que o brasileiro representará no futuro?</i>	1942	08
<i>Considerações em torno do problema da Educação Física no Brasil</i>	1942	08
<i>Poderá a Civilização Moderna prescindir da Educação Física</i>	1942	08
<i>A oportunidade da criação da carreira de Técnico em Educação Física</i>	1943	64
<i>Clássicos e Contemporâneos – Alexis Carrel: “O Homem, esse desconhecido”</i>	1943	18
<i>Contribuições para a História da Educação Física no Brasil</i>	1943	616

TÍTULO	ANO DE PUBLICAÇÃO	Nº DE PÁGINAS
<i>A Ginástica e seus Fundamentos</i>	*	24
<i>Psicología Aplicada a la Educación Física y a los Deportes</i>	*	*
<i>O Colégio Pedro II – cem anos depois</i>	*	220
<i>A oportunidade da criação da carreira de Técnico de Educação Física</i>	1943	64
<i>A Oportunidade da Carreira de Técnico em Educação Física</i> (Trabalho premiado no Concurso de Monografias de 1942, promovido pelo DASP)	1944	48
<i>O Aperfeiçoamento Físico do Servidor do Estado e sua Influência no Rendimento do Servidor Público</i> (Trabalho aprovado no Concurso de Monografias de 1943, promovido pelo DASP)	1944	48
<i>Curso de Educação Física</i>	1944	256
<i>Metodologia do Treinamento Desportivo – Esgrima</i>	1944	*
<i>Bases Científicas da Educação Física</i> (Em colaboração com Paulo Araújo)	1944	148
<i>Metodologia do Treinamento Desportivo</i>	1944	66
<i>Valor Individual (Contribuição ao Método Nacional de Educação Física)</i>	1944	66
<i>Bases Gerais da Metodologia do Treinamento Desportivo</i> (Em colaboração com Paulo Araújo)	1945	60
<i>O Problema do Grupamento Homogêneo no Brasil</i>	1945	16
<i>O Grupamento Homogêneo em Educação Física</i> (Em colaboração com Paulo Araújo)	1945	58
<i>Bases Gerais da Metodologia do Treinamento Desportivo do Futebol</i> (Em colaboração com Romeu de Castro Jobim)	1945	42
<i>Subsídios para o Estudo da Metodologia do Treinamento da Capoeiragem</i>	1945	130
<i>Os Clássicos e a Educação Física</i>	1945	224
<i>A Ginástica e seus Fundamentos</i>	1945	20
<i>Condições que deverá satisfazer um Método Nacional de Educação Física</i>	1945	20
<i>O Papel da Educação Física na Preparação Militar</i>	1945	24
<i>O Método Nacional de Educação Física: Evolução</i>	1945	89
<i>Castália (Poesias)</i>	1945	136
<i>Legislação Brasileira de Desportos</i>	1946	208
<i>Sugestões para Ficha de Controle Médico-Desportivo para Clubes de Futebol</i>	1946	32
<i>Metodologia do Treinamento Desportivo da Esgrima</i> (Em colaboração com Sebastião da Silva Cruz)	1946	36
<i>A Educação Física dos Portadores de Defeitos Físicos</i>	1946	48
<i>O Problema da Educação Física dos Cegos</i>	1946	76

TÍTULO	ANO DE PUBLICAÇÃO	Nº DE PÁGINAS
<i>Objetivos e Características da Educação Física no Ensino Secundário</i>	1946	20
<i>Psicologia Aplicada à Atividade Física dos Débeis Mentais</i>	1946	16
<i>Psicologia Aplicada à Atividade Física dos Surdos Mudos</i>	1946	16
<i>A Educação Física dos Portadores de Defeitos Físicos – Subsídio para o estudo do problema</i>	1946	48
<i>Objetivos e Características da Educação Física no Ensino Secundário</i>	1946	*
<i>Ante-Projeto do Método Nacional de Educação Física – Tomo I – Introdução, 1ª parte e 2ª parte</i>	1946	151
<i>Ante-Projeto do Método Nacional de Educação Física – Tomo I – 1ª parte</i>	1946	267
<i>Ante-Projeto do Método Nacional de Educação Física – Tomo I – 2ª parte</i>	1946	114
<i>Psicologia Aplicada ao Juiz de Futebol</i>	1947	16
<i>Fundamentos Bio-Psico-Sócio-Filosóficos de um plano de Educação Física para o Instituto Benjamin Constant</i>	1947	
<i>Metodologia do Treinamento Desportivo do Voleibol em Duplas</i>	*	52
<i>Crítica aos Exercícios Analíticos em face dos Fundamentos Bio-Psico-Socio-Filosóficos dos Programas de Educação Física destinados às Escolas Primárias (Tese aprovada no Concurso para Livre-Docente de Metodologia da Educação Física da ENEFD, Universidade do Brasil)</i>	1948	96
<i>Aristóteles, Descartes, Bergson – Diferenças no estudo das relações entre o corpo e a alma (Tese aprovada no Concurso para Catedrático de Metodologia da Educação Física da ENEFD, Universidade do Brasil)</i>	1949	48
<i>História da Educação Física e dos Desportos no Brasil</i>	1952	460 (Volume I e II)
<i>Manual de Recreação (Em colaboração com A. Sussekind e O. Goes)</i>	1952	60
<i>A Educação Física no Século XX</i>	1953	61
<i>Bases Científicas da Educação Física</i>	1953 (2ª e 3ª ed.)	184
<i>Sistemas e Métodos de Educação Física</i>	1953	220
<i>O problema da existência da alma e suas relações com o corpo na concepção aristotélica</i>	1953	16
<i>História da Educação Física e dos Desportos no Brasil</i>	1953	154 (Volume III)
<i>Desportos, Metodologia do Treinamento Desportivo</i>	1954	176
<i>História da Educação Física e dos Desportos no Brasil</i>	1954	568 (Volume IV)
<i>Dez Brinquedos Cantados (Em colaboração com D. P. C. Ribeiro)</i>	1955	28
<i>Curso de Fundamentos e Técnica da Recreação</i>	1955	240

TÍTULO	ANO DE PUBLICAÇÃO	Nº DE PÁGINAS
<i>Ginástica Feminina Moderna – Evolução de Noverre e Delsarte a Froelich e Kramml – Principais características e modelos de diferentes tipos de sessões</i>	1955	36
<i>A Importância e a Significação do Número na Doutrina Pitagórica</i>	1955	12
<i>Aristóteles, Descartes e Bergson – Diferença no estudo das relações entre corpo e alma</i>	1955 (2ª ed.)	44
<i>Associacionismo – Evolução doutrinária de Bacon a Hume e Hartley (Em colaboração com Marta Díaz Lopes)</i>	1955 (1ª ed.)	32
<i>Educação Física Desportiva Generalizada</i>	1955	36
<i>Ginástica Feminina Moderna – Origens e Fundamentos</i>	1956	20
<i>Subsídios para a História da Capoeiragem no Brasil</i>	1956	24
<i>História Geral da Educação Física</i>	1956	212
<i>Jogos – Principais Teorias</i>	1956	20
<i>Pedagogia, Didática e Metodologia – Estudos das Características próprias a cada qual</i>	1956	28
<i>Curso de Psico-Pedagogia Hedonista</i>	1956	180
<i>Educação Física, Recreação e Jogos</i>	1957	232
<i>Interpretação Histórica da XIV Olímpica de Píndaro (Tese aprovada no Concurso para Catedrático de História da Educação Física da ENEFD, Universidade do Brasil)</i>	1957	68
<i>Sistemas e Métodos de Educação Física</i>	1958 (2ª ed.)	456
<i>Colaboração na Enciclopedia DELTA Larousse</i>	1960	7585-7808 (volume XIV)
<i>Amor & Lembrança (Poesia)</i>	1960	48
<i>Sistemas e Métodos de Educação Física</i>	1971 (3ª ed.)	500 (Volume 2)
<i>O Hedonismo de Platão e Aristóteles a Freud e Marcuse</i>	1971	40
<i>Educação Física, Recreação e Jogos</i>	1972 (2ª ed.)	456
<i>Sistemas e Métodos de Educação Física</i>	1975 (4ª ed.)	448
<i>Rui Barbosa – O Paladino da Educação Física no Brasil</i>	1975 (1ª ed.)	176
<i>Educação Física, Recreação e Jogos</i>	1977 (3ª ed.)	360
<i>Origines de l'Education Physique au Brésil pendant la Colonisation (1500-1822 – Paris)</i>	1977	48
<i>Educação Física, Recreação e Jogos (Obra Didática)</i>	1977 (1ª ed.)	456
<i>Introdução ao Estudo da Metodologia Científica</i>	1978 (1ª ed.)	112
<i>Introdução ao Estudo da Metodologia Científica</i>	1979 (2ª ed.)	112

TÍTULO	ANO DE PUBLICAÇÃO	Nº DE PÁGINAS
<i>Rui Barbosa – O Paladino da Educação Física no Brasil</i>	1980 (2ª ed.)	176
<i>Associacionismo – Evolução doutrinária de Bacon a Hume e Hartley</i>	1980 (2ª ed.)	32
<i>História Geral da Educação Física (Obra Didática)</i>	1980	216
<i>Contribuições da Metodologia Científica para o Pensamento Heurístico</i>	1980	28
<i>Educação Física, Recreação e Jogos (Obra Didática)</i>	1981 (2ª ed.)	456
<i>A Ginástica Brasileira (Resumo do Projeto Geral)</i>	1981	68
<i>Sistemas e Métodos de Educação Física</i>	1982 (6ª ed.)	448
<i>Filosofia do Esporte e da Educação Física</i>	1983	37
<i>Nova Denominação para o Professor de Educação Física – Educação Física uma expressão inadequada</i>	1984	26
<i>Escólios Axiológicos à Problemática Jurídica do Lazer</i>	1984	18
<i>Origines de l'Education Physique au Brésil pendant la Colonisation (1500-1822 – Brasília)</i>	1984 (2ª ed.)	48
<i>Introdução ao Estudo da Filosofia da Educação Física e dos Desportos</i>	1985	244
<i>Tetrálogo dos Cavaleiros do Apocalipse (Poema)</i>	1985	32
<i>O Método Nacional de Educação Física – Estudo comparado entre o Método Nacional de Educação Física e o Método Francês</i>	*	57
<i>Lugar da Educação Física no Plano Nacional</i>	*	85
<i>Análise do Método da Escola de Joinville-Le-Pont</i>	*	105
<i>Regime de atividades físicas para crianças cegas</i>	*	62
<i>Educação Física para desajustados da conduta</i>	*	71
<i>Metodologia do Treinamento Desportivo da Luta-Livre</i>	*	57

Fontes: Quadro elaborado a partir das seguintes fontes: *Revista Brasileira de Educação Física*, ano III, n. 30, [sem paginação], set. 1946; *Revista Brasileira de Educação Física*, ano III, n. 31, [sem paginação], out. 1946; *Revista Brasileira de Educação Física*, ano IV, n. 34, p. 40-41, jan. 1947; *Revista Brasileira de Educação Física*, ano IV, n. 36, p. 34, mar. 1947; *Revista Brasileira de Educação Física*, ano VII, n. 72, p. 28, mar. 1950; *Jornal Correio da Manhã*, 27 de junho de 1946, p. 14; *Jornal Diário de Notícias*, 23 de dezembro de 1945, p. 3 e 03 de dezembro de 1946, p. 3; Oliveira (2012, p. 130-134); Figueiredo (2016); Fernandes (2020); e obras de autoria de Inezil Penna Marinho localizadas no LUME – Repositório Digital da UFRGS: CURRICULUM VITAE abreviado de Inezil Penna Marinho, Candidato ao provimento da Cadeira nº 14 da Academia Brasileira de Letras e INEZIL PENNA MARINHO – Obras Publicadas – Classificação por ordem cronológica.

Nota: * Datas e/ou número de páginas não localizadas.